

**A construção monástico-conventual no
Noroeste da Península Ibérica: uma
abordagem multidisciplinar da História da
Construção desde a época medieval até à atualidade**

António Manuel Portela de Sá Pereira



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António Manuel Portela de Sá Pereira

**A construção monástico-conventual no
Noroeste da Península Ibérica: uma
abordagem multidisciplinar da História da
Construção desde a época medieval até à
atualidade**

Volume I - Texto



Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sob a forma de Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/110434/2015), financiado pelo Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) e comparticipados pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.

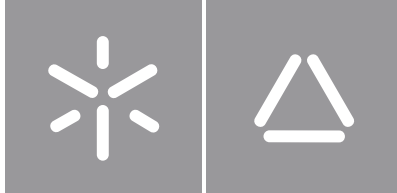
FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Cofinanciado por:
COMPETE
2020
PROGRAMA OPERACIONAL COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

António Manuel Portela de Sá Pereira

**A construção monástico-conventual no
Noroeste da Península Ibérica: uma
abordagem multidisciplinar da História da
Construção desde a época medieval até à
atualidade**

Volume I - Texto

Tese de Doutoramento

Doutoramento em Arqueologia

Área de especialização em Arqueologia da Paisagem e do
Povoamento

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Em primeiro lugar, cumpre-me agradecer à Professora Maria do Carmo Ribeiro, orientadora científica deste trabalho. Uma referência enquanto Professora, Investigadora e Pessoa, cujas qualidades científicas, profissionais e pessoais são ímpares. Ser-lhe-ei sempre grato por ter aceitado orientar este trabalho, assim como por todas as aprendizagens, conselhos, ajuda, sugestões, contributos críticos e científicos e palavras sempre amigas e de incentivo, indispensáveis na concretização deste trabalho.

Ao Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), pela Professora Paula Remoaldo, tenho a agradecer o acolhimento e meios disponibilizados.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), agradeço a atribuição da bolsa de doutoramento (SFRH/BD/110434/2015) que permitiu o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço o apoio de todos os funcionários e professores do Instituto de Ciências Sociais (ICS-UM). À Professora Manuela Martins pelo constante cuidado demonstrado. À Professora Ana Bettencourt pelos conselhos. Aos Professores Marta Lobo, Arnaldo Melo, José Meireles e Francisco Mendes pelo apoio.

À Unidade de Arqueologia da UM (UAUM), agradeço o apoio de todos os colegas e funcionários. Ao Professor Luís Fontes pela partilha sobre Vilar de Frades e à Dra. Fernanda Magalhães pela valiosa ajuda.

Aos Professores Gregoria Cavero Domínguez (ULE), Daniela Esposito (“Sapienza” UR) e Joaquín Ruiz de Arbulo (URV), agradeço a generosidade demonstrada. Assim como ao Professor Carlos Alves, à Marta Domínguez-Delmaz, ao Peter Groenendijk e ao Sr. Saúl Sendas a ajuda na análise dos materiais.

À Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), pelo Dr. António Ponte, agradeço o apoio. Em especial à Dra. Elvira Rebelo, à Arq. Isabel Sereno, à Dra. Anabela Ramos e ao Sr. José Ribeiro. À Casa de Saúde de São José, pelo Dr. Luís Daniel Fernandes, agradeço a permissão para visitar e registar os espaços.

A todos os colegas e amigos, em especial ao Jorge R., à Juliana, ao Jorge T., à Natália e à Ricardina, agradeço a entreatajuda, amizade e todos os bons momentos.

Ao João Ribeiro, agradeço o apoio, a generosidade, os quilómetros percorridos e os meios despendidos na realização dos registos e dos levantamentos fotogramétricos.

À Carla Xavier, agradeço o inabalável apoio, incentivo, crença e ajuda para a concretização deste trabalho. Os seus conselhos, ponderação, foco, palavras e gestos certos, na hora certa, foram, como sempre, essenciais.

Aos meus pais António e Maria do Céu, às minhas irmãs Ana e João, agradeço todo o apoio, incentivo e valores que estão na base da minha pessoa e do meu trabalho. Ao longo da minha vida, os seus esforços, sacrifícios e abnegações têm-me permitido poder dar o meu melhor. Desta vez, não foi exceção. Aquilo que sou a eles lho devo. Muito obrigado a todos.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica: uma abordagem multidisciplinar da História da Construção desde a época medieval até à atualidade

O presente trabalho tem por objetivo contribuir para o estudo da construção dos edifícios monástico-conventuais do Noroeste da Península Ibérica, entre a época medieval e a atualidade, utilizando como caso de estudo o Convento de São Salvador de Vilar de Frades (Barcelos) e analisando para o efeito as diferentes etapas do processo construtivo, desde a conceção até ao edifício atual, considerando igualmente os intervenientes e o contexto ideológico, sociocultural e económico em que ocorrem.

A concretização deste estudo foi possível com a implementação de uma abordagem multidisciplinar e com recurso a diferentes fontes, que de forma sistemática permitiram analisar os processos e a evolução construtiva, respeitando a diacronia estratigráfica e estrutural, do edificado.

O conjunto edificado formado pelo complexo conventual de Vilar de Frades é fruto de uma longa ocupação, pelo menos desde o século XI até à atualidade, da qual resultaram testemunhos construtivos de diferentes fases cronológicas, assim como um diversificado conjunto de fontes manuscritas e gráficas que permitiram estudar a evolução do complexo, bem como identificar traços comuns a outros espaços do Noroeste da Península Ibérica.

Deste modo, foi possível concretizar uma abordagem teórica e crítica aos conhecimentos existentes sobre a construção dos complexos monástico-conventuais à escala do Noroeste Ibérico, bem como implementar uma abordagem metodológica sistemática não intrusiva passível de ser aplicada a qualquer complexo ou edifício e estudar diferentes aspetos do processo construtivo.

Igualmente, para o caso de estudo de São Salvador de Vilar de Frades, foi possível analisar as diferentes fases construtivas, aprofundando o conhecimento sobre os processos construtivos, nomeadamente ao nível dos comportamentos estruturais e das técnicas empreendidas. No âmbito do estudo dos elementos construtivos foi possível caracterizar tipologicamente, cronologicamente e espacialmente os elementos construtivos presentes na construção monástico-conventual, bem como as propriedades e proveniência dos principais materiais utilizados.

A interpretação produzida permitiu, igualmente, lançar as bases para o estudo mais abrangente, nomeadamente ao nível do Noroeste da Península Ibérica, da construção e dos construtores associados aos espaços monástico-conventuais da época moderna.

Palavras-chave

Construção, Mosteiros, Conventos, Noroeste, Península Ibérica

Abstract

The Monastic-conventual construction in the Northwest of the Iberian Peninsula: a multidisciplinary approach from the History of Construction from the middle ages to the present time

The aim of the present work is to contribute to the study of the construction of monastic-conventual buildings in the Northwest of the Iberian Peninsula, between medieval times and today, using as a case study the Convent of São Salvador de Vilar de Frades (Barcelos) and analysing for this purpose the different stages of the construction process, from design to the current building, but also considering the participants and the ideological, socio-cultural and economic context in which they occur.

The accomplishment of this study was possible due to the implementation of a multidisciplinary approach supported by the use different sources, which in a systematic way allowed to analyse the processes and the constructive evolution, respecting the stratigraphic and structural diachrony of the different spaces.

The building complex of Vilar de Frades is the result of a long occupation, at least from the 11th century to the present, which conserves constructive testimonies from different chronological phases, as well as a diverse set of handwritten and graphic sources that allowed study the evolution of the complex, as well as to identify features common to other spaces in the Northwest of the Iberian Peninsula.

Thus, it was possible to accomplish a theoretical and critical approach to the existing knowledge about the construction of monastic-conventual complexes within the scale of the Iberian Northwest, as well as to apply a systematic non-intrusive methodological approach, which can be applied to any complex or building and study different aspects of the construction process.

Likewise, for the case study of São Salvador de Vilar de Frades, it was possible to analyse the different construction phases, expanding the knowledge about the construction processes, namely in terms of structural behaviours and used techniques. In the scope of the study of building elements it was possible to characterize typologically, chronologically, and spatially the elements present in the monastic-conventual construction, as well as the properties and provenance of the main materials used.

The interpretation produced also made it possible to lay the foundations for a more comprehensive study, namely for the northwest of the Iberian Peninsula, of the construction and builders associated to the monastic-conventual complexes of the modern era.

Keywords

Construction, Monasteries, Convents, Northwest, Iberian Peninsula

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Lista de figuras	xi
Lista de tabelas	xviii
Lista de siglas e abreviaturas.....	xx
Introdução	21
Parte I – A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica. Problemática, objetos, fontes e metodologia.....	28
1. A problemática do estudo da construção monástica-conventual	28
1.1 A História da Arte	30
1.2 A Arqueologia da Arquitetura.....	32
1.3. A História da Construção	39
2. Os complexos monástico-conventuais, os tempos e os territórios abordados	46
3. Objetivos.....	51
4. Metodologia	53
4.1. O objeto de estudo.....	54
4.2. As Unidades de Referência	55
4.3. O método estratigráfico e os interfaces estruturais.....	59
4.4. O levantamento, registo e tratamento digital da informação	63
5. Fontes	71
5.1. O edificado	71
5.2. A fontes escritas	73
5.3. As fontes gráficas	75
Parte II – O fenómeno monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica. Das primeiras formas de monaquismo à extinção das ordens religiosas.....	76
1. Introdução	76
2. As primeiras formas de monaquismo: da tradição cristã do Oriente ao monaquismo ibérico da Antiguidade Tardia (séculos III a VI).....	79
2.1. O monaquismo na tradição cristã.....	79
2.2. As primeiras formas de monaquismo	82
3. O monaquismo de iniciativa individual da Alta Idade Média (séculos VI e VII).....	85
4. O monacato das ordens religiosas (século XI a XV)	89
4.1. Os mosteiros românicos (finais do século XI a meados do século XIII)	93
4.1.1. Implantação	94
4.1.2. O espaço construído.....	95
4.1.2.1. O edifício da Igreja	95
4.1.2.2. O claustro	103
4.1.3. Encomenda e patrocínio	104
4.1.4. Organização do trabalho	106
4.2. A evolução para o gótico e a influência de Cister (séculos XIII a XV)	107
4.2.1. Panorama geral do monaquismo a partir do século XII.....	107
4.2.2. Evolução para o gótico.....	108
4.2.3. A influência de Cister.....	111
5. Dos finais da época medieval à contrarreforma	116
5.1. A crise dos finais da época medieval.....	116
5.2. A construção monástica nos séculos XV-XVI: entre o Manuelino e o Renascimento.....	118
5.3. A construção monástica nos tratados renascentistas	121
6. Séculos XVII e XVIII: da contrarreforma à extinção	124

6.1. O panorama das ordens religiosas após o Concílio de Trento.....	124
6.2. A reforma e ampliação do edificado monástico-conventual no século XVII	125
6.3. As continuidades e os espaços interiores do século XVIII	127
7. Finais do século XVIII e inícios do século XIX: extinção, expropriação e reutilização.....	131
8. Conclusão.....	132
Parte III – A construção do convento de São Salvador de Vilar de Frades. Estado dos conhecimentos	135
1. A memória medieval	136
2. As crónicas de época moderna.....	138
3. A transição entre o século XIX e o século XX.....	152
4. Os séculos XX e XXI, os primeiros artigos científicos e as teses académicas.....	158
Parte IV – O processo construtivo do convento de São Salvador de Vilar de Frades. Uma abordagem multidisciplinar do edificado	176
1. A capela-mor da igreja	178
1.1. Diagnóstico.....	185
1.1.1. A-1-4	189
1.1.2. A-1-5	192
1.1.3. A-1-1 e A-1-3	196
1.2. Evolução construtiva	199
2. O transepto da igreja.....	207
2.1 Diagnóstico.....	209
2.1.1. A-2-1	218
2.1.2 A-2-2	219
2.1.3 A-2-6.....	221
2.1.4. A-2-8.....	222
2.1.5. A-2-9	225
2.1.6. A-2-12	228
2.1.7. A-2-13	229
2.1.8. A-2-14.....	231
2.2. Evolução construtiva	232
3. O corpo da igreja	235
3.1 Diagnóstico.....	239
3.1.1. A-3-1	246
3.1.2. A-3-3	248
3.1.3. A-3-5.....	254
3.1.4. A-3-6	256
3.1.5. A-3-30	259
3.2. Evolução construtiva	261
4. O claustro sul.....	264
4.1. Diagnóstico.....	271
4.1.1. Ala norte	271
4.1.2. Ala nascente	280
4.1.3. Parede sul.....	294
5. O claustro sudoeste	298
5.1. Diagnóstico.....	302
5.1.3. Ala nascente	303
5.1.1. Ala poente.....	305
5.1.3. Ala norte	305
5.1.2. Ala sul.....	307
5.2. Evolução construtiva dos claustros	308
Parte V – O processo construtivo do convento de São Salvador de Vilar de Frades. Técnicas e materiais construtivos	313

1. Elementos construtivos da capela-mor da igreja.....	314
1.1. Elementos verticais.....	314
1.1.1. Contrafortes	314
1.1.2. Friso	315
1.1.3. Janelas	315
1.1.4. Mísulas	316
1.1.5. Paredes.....	316
1.2. Elementos horizontais.....	317
1.2.1. Abóbadas.....	317
1.2.2. Escadaria	318
1.2.3. Pavimentos	318
1.2.4. Telhado.....	319
2. Elementos construtivos do transepto da igreja	319
2.1. Elementos verticais.....	319
2.1.1. Alicerces	319
2.1.2. Arcos de descarga.....	320
2.1.3. Capa de muro	320
2.1.4. Contrafortes	321
2.1.5. Frisos.....	322
2.1.6. Gablete	323
2.1.7. Janelas	323
2.1.8. Mísulas	325
2.1.9. Paredes.....	325
2.1.10. Portas	327
2.2. Elementos horizontais.....	328
2.2.1. Abóbadas.....	328
2.2.2. Telhados	328
3. Elementos construtivos do corpo da igreja.....	329
3.1. Elementos verticais.....	329
3.1.1. Alicerces	329
3.1.2. Arcos	329
3.1.3. Contrafortes	330
3.1.4. Frisos.....	331
3.1.5. Janelas	332
3.1.6. Misulas	333
3.1.7. Paredes.....	334
3.1.9. Portas	336
3.2. Elementos horizontais.....	337
3.2.1. Abóbadas.....	337
4. Elementos construtivos do claustro sul	337
4.1. Elementos verticais.....	338
4.1.1. Agulheiros	338
4.1.2. Alicerces	338
4.1.3. Arcos	339
4.1.4. Arcossólios.....	340
4.1.5. Cornijas	340
4.1.6. Janelas	340
4.1.7. Mísulas	341
4.1.8. Paredes.....	342
4.1.9. Pilares.....	344
4.1.10. Portas	344
4.2. Elementos horizontais.....	345
4.2.1. Abóbadas.....	345

4.2.2. Escadarias	346
4.2.3. Pavimentos	346
4.2.4. Tetos forrados	347
5. Elementos construtivos do claustro sudoeste	348
5.1. Elementos verticais	348
5.1.1. Arcos	348
5.1.2. Cornijas	349
5.1.3. Frisos	349
5.1.4. Janelas	350
5.1.5. Portas	351
5.2. Elementos horizontais	351
5.2.1. Abóbadas	351
6. Caracterização geológica, proveniência, extração e transporte dos elementos pétreos	352
6.1. Caracterização geológica	352
6.2. Proveniência, extração e transporte	356
7. Identificação de espécies arbóreas, caracterização dendrocronológica, transformação e proveniência da madeira	359
7.1. Identificação de espécies arbóreas	360
7.2. Transformação	361
7.3. Proveniência	362
Parte VI - A construção monástica-conventual do Noroeste da Península Ibérica	365
1. A implantação medieval	366
2. A construção na época moderna. Continuidades e rupturas	371
2.1 O processo construtivo na época moderna	372
3. Vilar de Frades e a construção monástico-conventual do Noroeste ibérico	382
4. O processo construtivo do complexo monástico-conventual de Vilar de Frades, desde o século XVI até ao século XX	391
2.1 Século XV/XVI	392
2.2. Século XVII	393
2.3. Século XVIII	393
2.4. Século XIX	393
2.5. Século XX	394
Considerações finais	395
Relatórios e pareceres técnicos	402
Fontes Manuscritas	403
Legislação	405
Bibliografia	406

Lista de figuras

Figura 1 - A localização do convento de Vilar de Frades no Noroeste da Península Ibérica.....	23
Figura 2 - A constituição atual do edificado e cerca do convento.....	24
Figura 3 - Modelo de organização do estaleiro do mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV. Adaptado de Saúl António Gomes (1990).....	43
Figura 4 – Distribuição dos mosteiros cistercienses em Portugal, por género e data de fundação (Franco, 2011).	44
Figura 5 - Identificação dos Conjuntos que constituem o edificado do Complexo de Vilar de Frades	56
Figura 6 - Subdivisão dos grandes espaços do edificado do Complexo de Vilar de Frades.	57
Figura 7 - Exemplo da designação alfanumérica atribuída às unidades de referência das superfícies horizontais e verticais da igreja. Fonte do levantamento base: monumentos.pt (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eea-4aa2-96d9-994cc361eaf1) / CC BY-NC-ND-3.0.	59
Figura 8 - Excerto da leitura dos interfaces estruturais da abóbada da capela-mor (Apêndice 1: Tabela 4 – Ficha de leitura estratigráfica nº 4).	61
Figura 9 - Excerto da leitura estratigráfica da parede lateral norte da capela-mor, onde se pode observar a sequência construtiva dos elementos (Apêndice 1: Tabela 1 – Ficha de leitura estratigráfica nº 1).....	62
Figura 10 - Exemplo da ficha estratigráfica concebida para a análise de estruturas.....	65
Figura 11 – Aspeto geral de parte do sistema de informação proveniente das fichas de leitura estratigráfica em ambiente Office Excel.	66
Figura 12 – Exemplos de tabela com filtros que mostra todas as janelas do século XVI identificadas no transepto da igreja de Vilar de Frades.	67
Figura 13 - Tratamento da ala norte do claustro sul em ambiente Autocad.	68
Figura 14 - Tratamento em ambiente Photoshop da evolução construtiva do corpo da igreja.....	68
Figura 15 – Tratamento de uma leitura estratigráfica em ambiente Adobe Photoshop com a informação organizada em grupos hierarquizados.....	70
Figura 16 - Exemplo da reconstituição da igreja em ambiente sketchup.....	71
Figura 17 - Tríptico intitulado "Tentações de Santo Antão" da autoria de Jheronymus Bosch (c. 1450-1516). Museu Nacional de Arte Antiga (fonte: http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/pintura-europeia/tentacoes-de-santo-antao).	81
Figura 18 - Ícone bizantino de São Pacómio no momento em que recebe a regra de um anjo. (fonte: http://reflexionchretienne.e-monsite.com/pages/vie-des-saints/mai/saint-pacome-le-grand-fondateur-du-cenobitisme-chretien-346-fete-le-09-mai.html)	81
Figura 19 - Pormenor da cópia da Regra de São Bento encomendada por Carlos Magno (787-799) e atribuída a um escriba denominado <i>Dominicus</i> . Fonte: https://www.wdl.org/pt/item/13467/	85
Figura 20 - Localização dos Mosteiros de Dume (Dume, Braga) e de S. Salvador de Montélios (Real, Braga).....	88
Figura 21 - Vestígios arqueológicos da basílica sueva de Dume (Fontes, 2006, p. 19)	88
Figura 22 – Esquema da planta de Saint-Gall, cujo original se encontra depositado na livreria da Abadia de Saint-Gall em Sankt Gallen (Suíça). (fonte: http://benedante.blogspot.pt/2012/03/plan-of-st-gall.html)	90
Figura 23 – Distribuição dos mosteiros mais relevantes na investigação do estilo românico do Noroeste português.....	94
Figura 24 – Vista exterior e interior da igreja do Mosteiro de São Cláudio da Nogueira (Viana do Castelo). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	96
Figura 25 - Vista exterior e interior da igreja do Mosteiro de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	96
Figura 26 - Planta da igreja do Mosteiro de São Cláudio de Nogueira. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	97

Figura 27 - Pormenor da abóbada de uma das absides da igreja de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	98
Figura 28 – Planta das igrejas dos mosteiros de Salvador do Paço de Sousa (Penafiel) e de São Pedro de Rates antes das intervenções da DGEMN. Note-se que apenas se conservam as absides das capelas das naves laterais. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	99
Figura 29 – Reconstituição da igreja românica do Convento de São Salvador de Vilar de Frades com base nos elementos construtivos exumados (Fontes, Moreira e Duarte, 2016, p. 45).	100
Figura 30 – Alicerces da Abadia Velha de Tarouca com absides poligonais. (Fonte: http://lmenergia.com/onewebstatic/9d912d0045-ruinas%20resort.jpg)	101
Figura 31 – Planta da Igreja e da torre de Salvador de Travanca (Amarante). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	102
Figura 32 – Planta da igreja e da torre do mosteiro de Manhente (Barcelos). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	102
Figura 33 - Paramento norte da torre sul do Convento de Vilar de Frades (Barcelos). Parte deste paramento poderá corresponder à estrutura românica.	103
Figura 34 - Planta da abadia de Saint Denis sobreposta à basílica carolíngia e com as reformas empreendidas pelo Abade Suger. (fonte: http://3.bp.blogspot.com/b21GKCr6VE/Uk27BCbipUI/AAAAAAAACBE/6I9U2vAmoso/s1600/01adenis_plan_moffett_aael04_05108.jpg).....	109
Figura 35 - Corte transversal São Pedro de Rates, onde é possível observarem-se arcos góticos no transepto e na nave. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	111
Figura 36 – Plano-tipo cisterciense: 1- Igreja; 2- Porta do cemitério; 3- Coro dos conversos; 4- Sacristia; 5- Claustro; 6- Fonte; 7- Sala Capitular; 8- Dormitório dos monges; 9- Dormitório dos noviços; 10- Latrinas; 11- Caldário; 12- Refeitório; 13- Cozinha; 14- Refeitório dos conversos.....	112
Figura 37 – Vista aérea do Mosteiro de Santa Maria de Sobrado dos Monxes (La Coruña). (fonte: http://www.monasteriodesobrado.org/wp-content/uploads/2015/04/sobrado-17-e1437156763801.jpg)	113
Figura 38 – Vista aérea do Mosteiro de São João de Tarouca (Tarouca). (fonte: http://www.culturanorte.pt/fotos/galerias/02_tarouca_1_82916214554908b9c88523.jpg)	113
Figura 39 – Vestígios das arcadas do claustro medieval do Mosteiro de Santa Maria de Pitões das Júnias (Montalegre). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	115
Figura 40 – “Claustro dos Bispos” do Mosteiro de San Esteban de Ribas de Sil (Nogueira de Ramuín).	115
Figura 41 – Folha de rosto da obra de Alberti, <i>De Re Aedificatoria</i> (1452). Impressão traduzida de 1726.	123
Figura 42 – Página de rosto da obra de Andrea Palladio, <i>I quattro libri dell'architettura</i> (1570).	124
Figura 43 – Vista aérea do edificado conservado do Mosteiro de São Martinho de Tibães, onde se pode observar a igreja seiscentista e a expansão das dependências claustrais.	126
Figura 44 – Frontispício barroco da igreja do Mosteiro de <i>Oseira</i> (Ourense).....	129
Figura 45 – Sacristia barroca do Convento de <i>San Esteban</i> (Salamanca).....	130
Figura 46 - Sacristia do Mosteiros de São Martinho de Tibães. Construída entre 1680 e 1682 e reformulada entre 1755 e 1757.....	130
Figura 47 - Capa da edição crítica por Cristina Sobral do Novo Memorial do Estado Apostólico, publicado em 2007.	138
Figura 48 - Folha de rosto do manuscrito existente no Aquivo Distrital de Braga (MS. 924).	141
Figura 49 - Folha de rosto da obra do Padre Francisco de Santa Maria "O Ceo Aberto na Terra" (1697).	150
Figura 50 - Página de rosto do <i>Dicionário Portugal Antigo e Moderno</i> , de 1886 (Leal e Ferreira, 2006).	153
Figura 51 - Planta da igreja de Vilar de Frades apresentada pelo Cónego Manuel de Aguiar Barreiros (1919, p. 2).	158
Figura 52 - Planta da igreja de Vilar de Frades apresentada por Teresa Ramos (1990, p. 120)	162
Figura 53 - Subdivisão dos grandes espaços do edificado do Complexo de Vilar de Frades.	177

Figura 54 - A capela-mor na Planta de Teresa Ramos, com a sua interpretação dos contrafortes diagonais (Ramos, 1990).....	181
Figura 55 - A capela-mor na Planta do Cônego Manuel de Aguiar Barreiros, publicada em 1919 (Barreiros, 1919).	182
Figura 56 - Fotografia da capela-mor anterior à intervenção da DGEMN com o prolongamento de 1697 em evidência. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	184
Figura 57 - Localização da capela-mor no edificado do complexo de Vilar de Frades. Fotografia cedida por João Ribeiro.	185
Figura 58 – Identificação das unidades de referência atribuídas aos elementos verticais e horizontais da capela-mor. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	186
Figura 59 – Perspetiva exterior da do alçado norte da parede norte da capela-mor. Fotografia cedida por João Ribeiro.	187
Figura 60 – Perspetiva geral do pavimento da capela-mor.....	187
Figura 61 – Perspetiva geral da parede lateral norte da capela-mor.....	188
Figura 62 – Perspetiva geral da abóbada da capela-mor.	188
Figura 63 - Aspeto do pavimento antes da intervenção de correção das patologias provocadas pela saturação de humidade (Freitas, 2002, p. 10).....	190
Figura 64 - Capela-mor sem o lajeado. Abril de 2004.....	191
Figura 65 – Evolução do pavimento da capela-mor entre 1933 e 1982 com base nas plantas da DGEMN. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	191
Figura 66 - Constituição do sistema de nervuras da abóbada da capela-mor.....	193
Figura 67 - Colocação dos cimbres no decurso do processo de remontagem da abóbada pela DGEMN entre 1941 e 1945. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	194
Figura 68 - Morfologia dos arcos do sistema de nervuras da abóbada da capela-mor. Levantamento morfológico cedido por João Ribeiro.	195
Figura 69 – Constituição do telhado no prolongamento de 1697 e remoção da argamassa superior da abóbada da capela-mor. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.....	196
Figura 70 – Construção da parede fundeira com o anexo da tribuna e contrafortes diagonais durante a intervenção da DGEMN entre 1941 e 1945. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	197
Figura 71 – Constituição das paredes laterais do século XVI com base numa fotografia da DGEMN. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	198
Figura 72 - Constituição da parede lateral da fase do século XVI da capela-mor.	198
Figura 73 – Reconstituição das duas fases construtivas identificadas na capela-mor.	199
Figura 74 – Planta e alçado do prolongamento de 1697. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.....	201
Figura 75 – Leitura estratigráfica do alçado sul da capela-mor de 1933 ainda com o prolongamento construído em 1697.....	201
Figura 76 – Leitura da planta da capela-mor de 1933 ainda com o prolongamento contruído em 1697.....	202
Figura 77 - Foto da parte interior da abóbada antes da intervenção de 1941-1945. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	202
Figura 78 - Projeto de intervenção da DGEMN com introdução de contrafortes diagonais na capela-mor. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	203
Figura 79 - Leitura estratigráfica da evolução construtiva da capela-mor após a intervenção da DGEMN decorrida entre 1941 e 1945.....	204
Figura 80 - Possíveis efeitos das cargas exercidas no prolongamento da capela-mor construído em 1697.....	206
Figura 81 - Dinâmica das cargas da abóbada que poderá ter sustentado o recurso a contrafortes diagonais nas capela-mor por parte da DGEMN.	206
Figura 82 – Localização do transepto no edificado do complexo de Vilar de Frades. Fotografia cedida por João Ribeiro.	210

Figura 83 – Planta do teto do transepto com o levantamento das abóbadas. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.	211
Figura 84 – Identificação das unidades de referência atribuídas aos elementos verticais e horizontais do transepto. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	212
Figura 85 – Perspetiva exterior do telhado e do alçado norte do transepto. Fotografia cedida por João Ribeiro.	212
Figura 86 – Perspetiva da abóbada do espaço do cruzeiro.	214
Figura 87 – Perspetiva geral da parede nascente do espaço do cruzeiro.	215
Figura 88 – Perspetiva geral do espaço do transepto visto da nave da igreja.	215
Figura 89 – Perspetiva do pavimento espaço do cruzeiro.	216
Figura 90 – Perspetiva geral da capela do braço norte do transepto.	217
Figura 91 – Perspetiva geral da capela sul do transepto.	218
Figura 92 - Elementos de carga das paredes do cruzeiro (vermelho: arco de escarção; azul: mísulas e contrafortes).	219
Figura 93 - Projecção do gablete e do telhado nascente da igreja com base nos arranques identificados na parede nascente do transepto. Fotografia cedida por João Ribeiro.	221
Figura 94 - Pormenor da abóbada do cruzeiro.	222
Figura 95 - Abóbada do prolongamento da capela norte do transepto.	223
Figura 96 - Pormenor da parede norte da capela norte do transepto durante a intervenção de reabilitação.	224
Figura 97 - Localização dos paramentos analisados (vermelho: ponto 1; azul: ponto 2). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	226
Figura 98 - Interfaces identificados na parede poente da capela norte do transepto (vermelho: ponto 1; azul: ponto 2).	226
Figura 99 - Pormenor da parede da capela lateral adossada ao muro sul da nave da igreja. Fonte: DRCN; Infotop, Lda.	227
Figura 100 - Interpretação da evolução construtiva do transepto em planta. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	228
Figura 101 – Pormenor da empreitada de reformulação do claustro sul que afetou o braço sul do transepto. Em pormenor é possível observar a estrutura do século XVIII, o interface de rotura efetuado no transepto quinhentista e os arranques que identificam uma solução de cobertura idêntica à da capela norte.	229
Figura 102 – Pormenor da localização dos contrafortes diagonais da capela sul, fossilizados pela estrutura do claustro dos finais do século XVIII.	230
Figura 103 – Pormenor dos contrafortes representados na planta da DGEMN, datada de 1973. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	230
Figura 104 – Identificação dos locais analisados na parede poente da capela sul do transepto (vermelho: ponto 1; azul: ponto 2). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	231
Figura 105 – Pormenores da homogeneidade construtiva do ponto 1 e do interface de rotura identificado no ponto 2.	232
Figura 106 – Reconstituição em planta do transepto primitivo.	233
Figura 107 – Reconstituição dos alçados da estrutura primitiva do transepto.	233
Figura 108 - Localização da nave da igreja no edifício do complexo de Vilar de Frades. Fotografias cedidas por João Ribeiro.	240
Figura 109 - Identificação das unidades de referência atribuídas aos elementos verticais e horizontais do corpo da igreja. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	240
Figura 110 - Perspetiva exterior da do alçado norte da parede norte do corpo da igreja. Fotografia cedida por João Ribeiro.	241
Figura 111 - Perspetiva geral do alçado sul da parede norte da nave (A-3-1).	242
Figura 112 - Pavimento da nave (A-3-4).	243
Figura 113 – Pavimento da capela lateral mais a nascente do lado norte (A-3-19).	244

Figura 114 – Levantamento do pavimento (A-3-19) da capela lateral para remontagem. Fonte: DRCN/S.T.A.P.	244
Figura 115 – Perspetiva geral da abóbada da nave (A-3-5).	246
Figura 116 - Pormenor da forma de integração dos arcos das capelas laterais com o paramento.	248
Figura 117 - Registos fotográficos antes (A) e depois (B) da intervenção da DGEMN no corpo da igreja de Vilar de Frades na década de 40 do século XX. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	249
Figura 118 - Pormenor da localização do telhado antes (esquerda) e depois (direita) da intervenção da DGEMN na década de 40 do século XX. Fonte da fotografia da esquerda: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	250
Figura 119 - Registo fotográfico do interior da igreja antes da intervenção da DGEMN na década de 40 do século XX com as janelas edificadas no século XVIII. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	252
Figura 120 - Localização das janelas do século XVIII vistas em corte. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.	253
Figura 121 - Registo fotográfico da intervenção da DGEMN na década de 40 do século XX onde é possível observar a ausência de cobertura nas laterais da igreja. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	253
Figura 122 - Composição da abóbada da nave com base na análise de Soraya Genin (2018). Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.	255
Figura 123 - Levantamento fotogramétrico da morfologia dos arcos da abóbada. Levantamento morfológico cedido por João Ribeiro.	256
Figura 124 - Fotografia da DGEMN, não datada, onde é possível observar a existência de janelas entaipadas do século XVI na parede sul do corpo da igreja. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	258
Figura 125 - Pormenor da relação da parede lateral da capela com a parede da nave, onde foi possível verificar a existência de um possível friso.	260
Figura 126 - Interpretação do sistema de suporte da abóbada com a parede lateral das capelas laterais a ser vir de ligação entre os contrafortes da nave e do corpo. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.	261
Figura 127 - Proposta de reconstituição dos elementos verticais do corpo da igreja do século XVI.	262
Figura 128 - Proposta de reconstituição do corpo da igreja do século XVI em vista superior.	262
Figura 129 - Interpretação da evolução construtiva do atual corpo da igreja, vista em corte. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.	263
Figura 130 - Localização dos espaços do claustro sul. Fotografia cedida por João Ribeiro.	271
Figura 131 - Planta da ala norte com identificação das unidades de referência. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	272
Figura 132 - Parte da fachada sul da ala norte do claustro.	274
Figura 133 - Pormenor do aparelho da parede interior da galeria térrea da ala sul do claustro. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	275
Figura 134 - Pormenor da abóbada de aresta de tijolo da galeria térrea da ala norte do claustro. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	276
Figura 135 - Pormenor da falsa mísula do arco abatido do teto da galeria térrea da ala norte do claustro. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	277
Figura 136 - Proposta de interpretação do sistema de contenção do claustro através das abóbadas da ala norte. Fonte do levantamento: DRCN/Alfredo Ascensão & Paulo Henriques, Architectos Lda.	278
Figura 137 - Pormenor da solução de adaptação do arco abatido do teto com um dos óculos da parede interior da galeria térrea da ala sul do claustro.	279
Figura 138 - Pormenor do vigamento e armação do telhado antes da última intervenção de conservação. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	280
Figura 139 – Identificação em planta dos elementos verticais e horizontais da ala nascente do claustro. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	281
Figura 140 - Parte da fachada poente da ala nascente do claustro.	282
Figura 141 - Planta do dormitório com a disposição das divisões em tabique. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	283

Figura 142 - Perspetiva do interior da sacristia.....	284
Figura 143 - Pormenor dos vãos da sacristia no centro da fachada nascente da ala nascente do claustro.	285
Figura 144 - Pormenor do pavimento da sacristia. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.....	285
Figura 145 - Teto policromado do espaço atualmente designado por "sala da memória". Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	286
Figura 146 - Pormenor do teto em madeira com estrutura em ferro da capela do dormitório da ala nascente do claustro.....	287
Figura 147 - Perspetiva do corredor do dormitório do noviciado.....	288
Figura 148 - pormenor do vigamento do piso da galeria superior da ala nascente, visto da galeria inferior. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	289
Figura 149 - Pormenores da estrutura do teto da sacristia e do vigamento do pavimento do dormitório.	290
Figura 150 - Pormenor do vigamento para o pavimento do dormitório, fora da zona de incidência do teto da sacristia.	290
Figura 151 - Distribuição das paredes de pedraria e de tabiques na ala nascente do claustro. Fonte do levantamento: DRCN/Alfredo Ascensão & Paulo Henriques, Arquitectos Lda.	291
Figura 152 - Localização dos pontos de água e respetivas bicas na ala nascente do claustro. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.	292
Figura 153 - Possível interface na parede interior da galeria térrea da ala nascente. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	293
Figura 154 - Pormenor de elementos construtivos reutilizados na parede da escadaria sul da ala nascente. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.	294
Figura 155 - Reconstituição da organização interior do edifício do claustro quatrocentista.	295
Figura 156 - Sistema de vigamento com agulheiros (adaptado de Costa, 1955).	295
Figura 157 - Reconstituição de parte das alas sul e poente do claustro do século XVI.	297
Figura 158 - Proposta de implantação e do módulo de ala do claustro do século XVI.	297
Figura 159 - Fachada da ala nascente do claustro sudoeste. Fotografia cedida por João Ribeiro.	303
Figura 160 - Pormenor das abóbadas da galeria térrea da ala nascente do claustro. Fotografia cedida por João Ribeiro.	304
Figura 161 - Comparação da fachada do claustro sudoeste (esquerda) com a fachada do claustro sul (direita).	304
Figura 162 - Perspetiva geral da fachada nascente da ala poente do claustro sudoeste. Fotografia cedida por João Ribeiro.	305
Figura 163 - A - Fachada sul da ala norte (Fotografia cedida por João Ribeiro); B - Porta trilobada vista da ala poente do claustro sul (Fotografia de Inês d'Orey, cedida pela DRCN); C - Fachada norte da ala norte do claustro sul (Fotografia cedida por João Ribeiro).	306
Figura 164 - Fachada norte da ala sul do claustro sudoeste. Fotografia cedida por João Ribeiro.....	307
Figura 165 - Pormenor das janelas de sacada existentes nas alas nascente e poente do claustro sudoeste.....	308
Figura 166 - Proposta de reconstituição tridimensional dos módulos do claustro sul do século XVI.	309
Figura 167 - Proposta de reconstituição tridimensional da reforma do claustro sul, inacabada no século XIX, com base nas alas existentes.	310
Figura 168 - Proposta de reconstituição tridimensional dos módulos do claustro sudoeste antes do incêndio do século XIX.	311
Figura 169 - Pormenor de silhares em granito leucocrático com variação cromática, localizados no paramento norte da torre sul.....	353
Figura 170 - Pormenor da constituição do aparelho de uma porta entaipada com silhares em granito biotítico de duas micas com feldspato, localizada no paramento norte da torre sul.....	354
Figura 171 - Pormenores do alçado norte da torre sul da igreja, onde foi possível identificar a presença de granito biotítico (a vermelho) e granito leucocrático (a verde) no mesmo paramento.	354

Figura 172 - Pormenor do arcossólio localizado na parede sul do claustro sul, constituído por silhares em granito biotítico.	355
Figura 173 - Pormenor do pavimento central da sacristia exibindo um “xadrez” de lajes regulares em lioz (calcário) e ardósia (xisto).	356
Figura 174 - Afloramento identificado com dois tipos de formações graníticas distintas, localizado no monte da Penida.	357
Figura 175 – Identificação de um afloramento com evidências de extração no monte da Penida.	358
Figura 176 – perspectiva da encosta que liga o monte da Penida ao convento de Vilar de Frades.	358
Figura 177 – Procedimento de recolha de amostras com broca oca para análises dendrocronológicas no piso superior da ala este do claustro sul.	360
Figura 178 – Uma das amostras recolhidas proveniente das vigas do pavimento do piso superior da ala este do claustro norte.	360
Figura 179 – Pormenor do tipo de vigas em tronco afeiçoado do pavimento da parte norte do piso superior da ala este do claustro sul.	361
Figura 180 - Pormenor do tipo de vigas serradas do pavimento da parte norte do piso superior da ala este do claustro sul.	362
Figura 181 – Procedimento de recolha de amostras na mata da “Tapada” com recurso a broca manual.	363
Figura 182 – Pormenor da amostra recolhida na mata da “Tapada”.	363
Figura 183 - Perspetiva lateral da capela-mor quinhentista da igreja de São Salvador de Vilar de Frades.	369
Figura 184 - Pormenor da abóbada de combados da capela-mor quinhentista da igreja de São Salvador de Vilar de Frades.	369
Figura 185 – Galeria do Claustro processional do mosteiro de <i>San Salvador de Celanova</i> . Autor: Jose Antonio Gil Martínez (2007). Fonte: https://www.flickr.com/photos/freecat/191863407/ (Acedido em março de 2020).	371

Lista de tabelas

Tabela 1 - Contrafortes da capela-mor da igreja	314
Tabela 2 - Friso da capela-mor.....	315
Tabela 3 - Janelas da capela-mor da igreja.....	315
Tabela 4 - Mísulas da capela-mor da igreja	316
Tabela 5 - Paredes da capela-mor da igreja.....	317
Tabela 6 – Abóbadas da capela-mor da igreja.....	318
Tabela 7 - Escadaria da capela-mor da igreja	318
Tabela 8 - Pavimentos da capela-mor da igreja	319
Tabela 9 - Telhado da capela-mor da igreja	319
Tabela 10 - Alicerces do transepto da igreja	320
Tabela 11 - Arcos de descarga do transepto da igreja.....	320
Tabela 12 - Capa do muro transepto da igreja.....	320
Tabela 13 - Contrafortes do transepto da igreja.....	321
Tabela 14 - Frisos do transepto da igreja	322
Tabela 15 - Gablete do transepto da igreja	323
Tabela 16 - Janelas do transepto da igreja	324
Tabela 17 - Mísulas do transepto da igreja	325
Tabela 18 - Paredes do transepto da igreja	326
Tabela 19 - Portas do transepto da igreja.....	327
Tabela 20 - Abóbada do transepto da igreja	328
Tabela 21 - Telhados do transepto da igreja.....	328
Tabela 22 - Alicerces do corpo da igreja.....	329
Tabela 23 - Arcos do corpo da igreja.....	329
Tabela 24 - Contrafortes do corpo da igreja.....	330
Tabela 25 - Frisos do corpo da igreja	332
Tabela 26 - Janelas do corpo da igreja.....	332
Tabela 27 - Mísulas do corpo da igreja.....	334
Tabela 28 - Paredes do corpo da igreja.....	335
Tabela 29 - Portas do corpo da igreja.....	337
Tabela 30 - Abóbadas do corpo da igreja	337
Tabela 31 - Agulheiros do claustro sul.....	338
Tabela 32 - Alicerces do claustro sul.....	339
Tabela 33 - Arcos do claustro sul.....	339
Tabela 34 - Arcossólios do claustro sul	340
Tabela 35 - Cornijas do claustro sul	340
Tabela 36 - Janelas do claustro sul	341
Tabela 37 - Mísulas do claustro sul.....	341
Tabela 38 - Paredes do claustro sul	343
Tabela 39 - Pilares do claustro sul	344
Tabela 40 - Portas do claustro sul.....	345
Tabela 41 - Abóbadas do claustro sul	346
Tabela 42 - Escadarias do claustro sul.....	346
Tabela 43 - Pavimentos do claustro sul.....	347
Tabela 44 - Tetos forrados do claustro sul.....	347
Tabela 45 - Arcos do claustro sudoeste.....	349
Tabela 46 - Cornijas do claustro sudoeste.....	349
Tabela 47 - Frisos do claustro sudoeste	350

Tabela 48 - Janelas do claustro sudoeste.....	350
Tabela 49 - Portas do claustro sudoeste	351
Tabela 50 - Abóbada do claustro sudoeste	351

Lista de siglas e abreviaturas

ADB – Arquivo Distrital de Braga

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte

FMC – Fundo Monástico Conventual

ISJD – Instituto São João de Deus

OHSJD – Ordem Hospitaleira de São João de Deus

NB – Notarial de Barcelos

Introdução

A História do Noroeste da Península Ibérica, profusamente marcada pelo fenómeno religioso do cristianismo, foi acompanhada pela materialização de inúmeros espaços sagrados, alguns dos quais sobreviveram até aos nossos dias. Destes, os mosteiros e conventos, para além da dimensão religiosa, constituíram importantes polos culturais, sociais e económicos que concentraram, desenvolveram e difundiram várias atividades e saberes.

Alguns dos complexos edificados na Idade Média puderam ser sucessivamente reutilizados, chegando até à atualidade, constituindo um legado material e imaterial que ainda ressoa nos diferentes setores da sociedade atual. O seu estudo, tem possibilitado, de facto, dar resposta a inúmeras questões, elaboradas por diferentes áreas do conhecimento, com base em diversas metodologias de abordagem. No entanto, outras permanecem ainda pouco exploradas.

O estudo dos edifícios monástico-conventuais tem sido tradicionalmente efetuado no âmbito de disciplinas como a Arquitetura e História da Arte, sob as quais se têm desenvolvido estudos direcionados para a valorização das características arquitetónicas (planimetrias, espacialidades, elementos arquitetónicos...) e artística/simbólica (escultura, pintura, elementos decorativos), com vista à concretização de um discurso centrado no seu enquadramento em diferentes períodos estilísticos. Uma

via tradicional que tem cunhado abordagens metodológicas centradas na observação do edifício e na análise das fontes escritas.

Mais recentemente, com a emergência de áreas de investigação como a Arqueologia da Arquitetura e da História da Construção, têm sido exploradas novas abordagens no estudo dos edifícios conservados à superfície que visam aplicar métodos de registo e interpretação desenvolvidos em diferentes áreas e que permitem a realização de estudos tão distintos como o da evolução construtiva e das diferentes fases do edifício, do comportamento estrutural, dos processos construtivos ou até das patologias do edificado.

Neste sentido, este trabalho realiza uma abordagem aos mosteiros e conventos do Noroeste da Península Ibérica, entre a época medieval e a atualidade, assente na valorização da cultura material produzida, nomeadamente no edificado, por constituir um interface privilegiado para o estudo da construção praticada nestes espaços, em diferentes épocas históricas. A tarefa de estudar um universo tão denso e complexo como o das construções monástico-conventuais do Noroeste ibérico apresenta-se como uma necessidade que abrange duas mais-valias para a investigação. Por um lado, porque estes espaços possuem um forte potencial informativo relativamente às múltiplas questões acerca da sua construção (planta, materiais e técnicas, organização e administração do estaleiro, financiamento) e, por outro lado, porque a permeabilidade das sociedades medievais e modernas à difusão cultural emitida por estes polos permite estudar outros tipos de edifícios e construções.

Noutro quesito de investigação, os complexos monástico-conventuais de grande longevidade concentram um conjunto diversificado de fontes (físicas, escritas, iconográficas, fotográficas) que formam acervos informativos essenciais para um melhor enquadramento dos elementos e das estruturas físicas, nomeadamente o contexto da sua construção.

O presente estudo, centrado na construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica, adotará como caso de estudo o convento de São Salvador de Vilar de Frades (Barcelos, Portugal), centrado numa área mais abrangente e transfronteiriça, delimitada a sul pelos distritos portugueses do Porto, Vila Real, Bragança e pelos municípios espanhóis de Zamora e Valhadolide, assim como a nascente pelos municípios também espanhóis de Valhadolide e de Palência e pelo principado das Astúrias (Figura 1).

Localizado no concelho de Barcelos, distrito de Braga, este Convento encontra-se implantado numa zona de vale da margem esquerda do rio Cávado, ocupando uma espécie de anfiteatro natural. Delimitado por uma cerca de aproximadamente 9 hectares, ocupa uma área onde o perfil de elevação de cotas oscila entre os 15m e os 100m de altitude, formando uma espécie de “anfiteatro” numa zona

de vale voltada ao rio. Ao longo do relevo, a massa edificada encontra-se rodeada a nascente por zonas de veiga e a poente por densas zonas de mata (Figura 2).

Classificado como Monumento Nacional desde 1910¹, a história de Vilar de Frades enquanto complexo monástico-conventual recua, pelo menos, até ao século XI, sendo o seu edificado o resultado de vários momentos construtivos ocorridos entre o século XVI e XIX.

Fruto da extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, e da conseqüente venda de parte da propriedade em hasta pública, a antiga propriedade do convento encontra-se atualmente dividida entre uma parte pública, que integra a igreja e o claustro sul², e um espaço privado, pertencente à casa de Saúde de São José (ISJD - OHSJS), constituída pelo antigo claustro sudoeste do convento, edifícios contemporâneos de função assistencial na área da saúde e todo o espaço exterior circundado pela cerca.

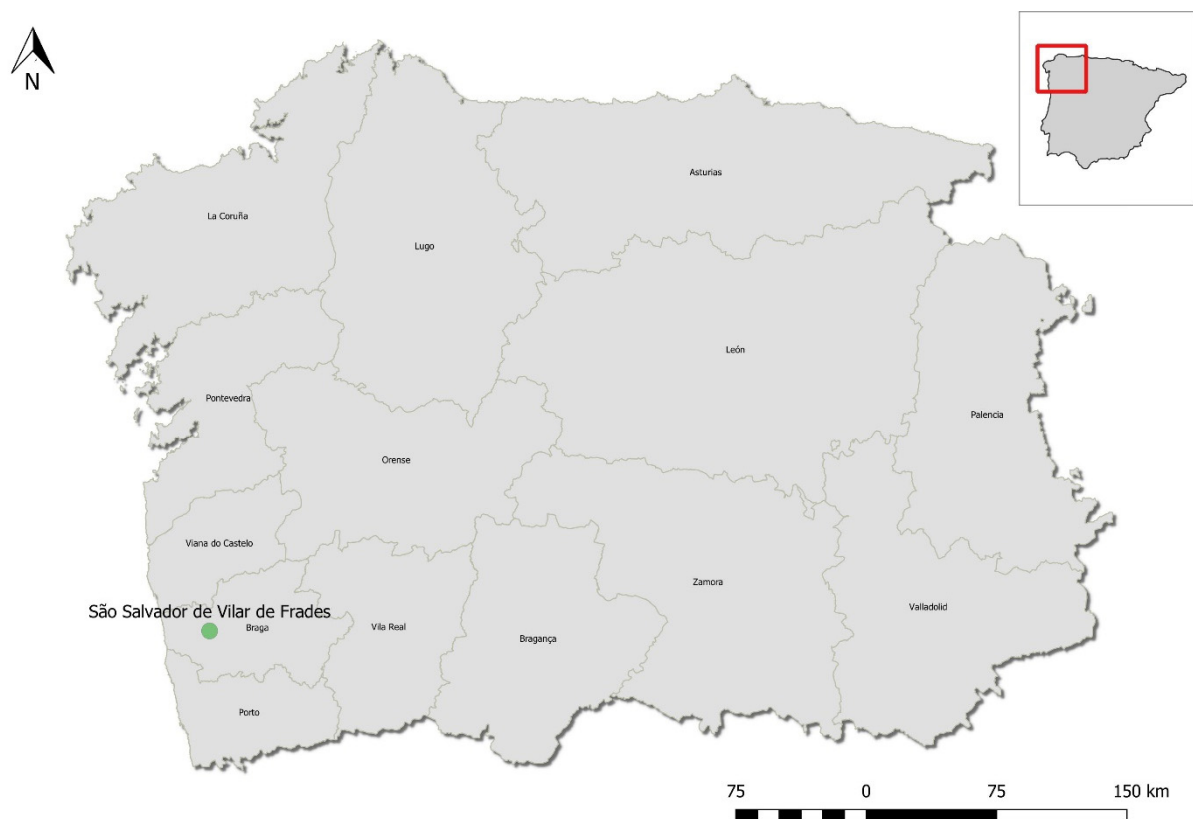


Figura 1 - A localização do convento de Vilar de Frades no Noroeste da Península Ibérica.

¹ Decreto n.º 136 de 16 de junho do Ministério das Obras Publicas, Commercio e industria (1910) *Diário do Governô*. 1ª série.

² Decreto n.º 7/2013 de 7 de maio da Presidência de Ministros (2013) *Diário da República*. 1ª série, nº 87.

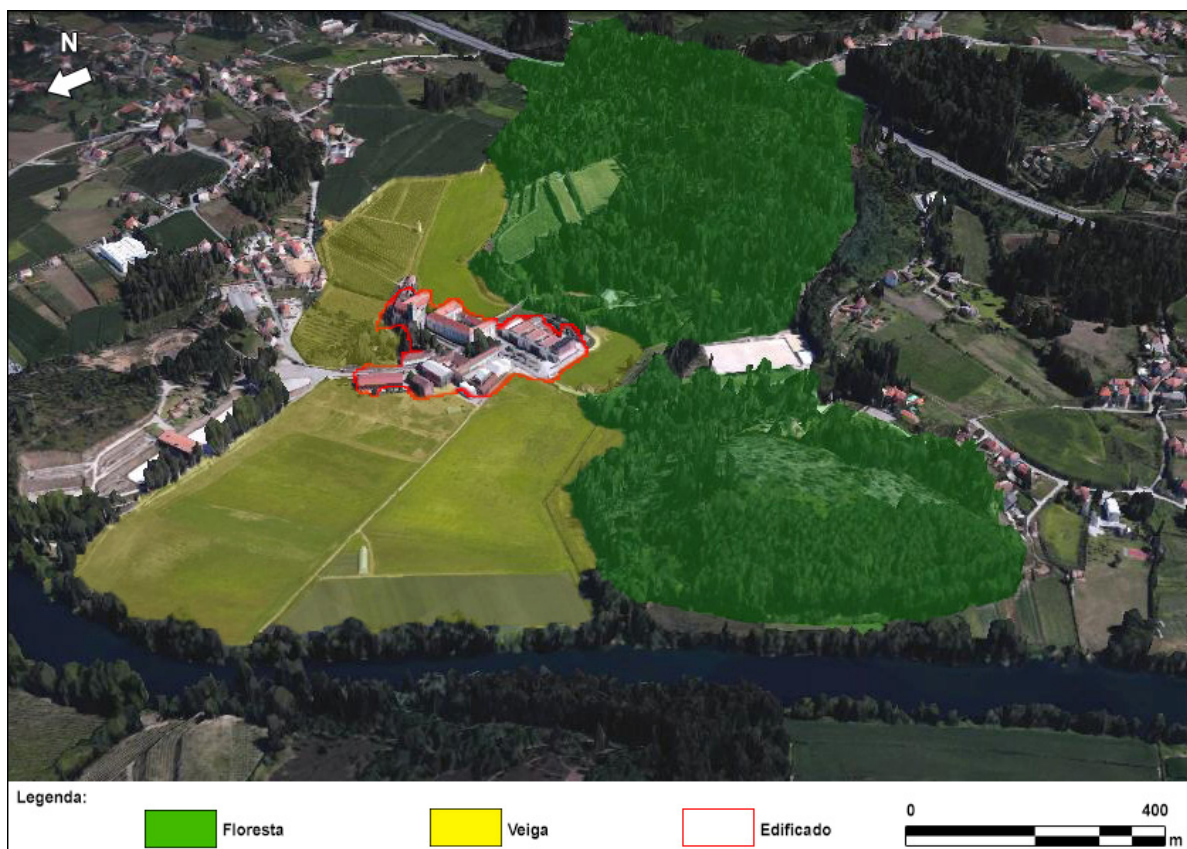


Figura 2 - A constituição atual do edificado e cerca do convento.

Encontrando-se ainda pouco estudado comparativamente a outros complexos monástico-conventuais, importa proceder à caracterização dos diferentes espaços que integrou ao longo da sua existência, à análise dos elementos construtivos e estruturas que os compunham, bem como aos materiais e técnicas utilizadas na sua edificação, numa perspetiva diacrónica, desde as construções primitivas e as sucessivas reformas até à atualidade.

A igreja que ainda hoje congrega a sua matriz manuelina com as alterações posteriores, a orgânica preservada dos claustros que abrangem vários momentos construtivos entre o século XV e XIX, permitem uma amplitude cronológica bastante abrangente para o estudo das variações das técnicas e dos materiais construtivos nos diferentes espaços ao longo do tempo.

Metodologicamente, privilegiando sempre o edifício como fonte principal, opta-se por uma abordagem multidisciplinar centrada nas áreas da Arqueologia e da História da Construção, numa abertura ao estudo arqueológico do edifício que corresponda às linhas de investigação da história da construção, adaptando para o efeito diferentes métodos e cruzando diferentes fontes documentais, nomeadamente manuscritas, gráficas e fotográficas.

Existentes a partir do século XVI e até à contemporaneidade, as fontes disponíveis revelam informações detalhadas do ponto de vista técnico da construção, desde o tipo de construção, à sua

localização, tipos de materiais e algumas referências cronológicas que constituem um auxílio fundamental para a leitura dos diferentes estratos existentes no horizonte construído de Vilar de Frades.

A obtenção e tratamento dos dados, bem como a sua análise e interpretação serão realizados a partir da utilização de diferentes ferramentas e programas informáticos, tendo em conta a natureza dos dados e o resultado pretendido. A recolha de imagens será realizada em algumas circunstâncias com o recurso ao *drone*, tratadas posteriormente em software de desenho assistido por computador (*AutoCad*) e de tratamento de imagens (*Photoshop*). A produção de modelos tridimensionais em *Sketchup* constituirá um auxílio gráfico no exercício de reconstituição da forma planimétrica e arquitetónica primitiva de alguns dos espaços abordados.

Os dados de natureza alfanumérica serão armazenados e geridos a partir de bases de dados construídas para o efeito, privilegiando-se os programas da Microsoft Office, nomeadamente o Excel.

Também para a leitura estratigráfica, a conceção de fichas em suporte digital tem por objetivo analisar os elementos construtivos localizados individualmente ou em conjunto nas unidades de referência identificadas nos diferentes edifícios e espaços

Neste sentido, o presente trabalho tem igualmente por objetivo contribuir com uma nova perspetiva para o estudo da construção monástico-conventual no Noroeste ibérico, bem como desenvolver uma abordagem multidisciplinar passível de aplicar a realidades similares.

Tendo em consideração o tipo de estudo, o seu âmbito e objetivos, o presente trabalho encontra-se estruturado em seis partes distintas.

A primeira parte (I), intitulada “A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica: problemática, objetos, fontes e metodologia”, encontra-se dividida em cinco pontos de âmbito teórico-metodológico. No primeiro ponto (1) recupera-se o enquadramento do tema da construção monástico-conventual enquanto problemática de estudo em áreas de investigação como a História da Arte, a Arqueologia da Arquitetura e a História da Construção. No segundo (2) e terceiro (3) pontos aborda-se, respetivamente, o objeto de estudo, os complexos monástico-conventuais, os tempos e os territórios em análise, e os objetivos do estudo. No ponto quarto (4) apresenta-se e justifica-se a metodologia utilizada tendo em conta as especificidades do objeto de estudo, o conceito de Unidades de Referência, bem como a adaptação do método estratigráfico e a introdução dos interfaces estruturais. São ainda explicitadas formas de levantamento, registo e tratamento digital da informação. No quinto (5) e último ponto da primeira parte tratam-se as fontes analisadas, nomeadamente o edificado como fonte primária, as fontes escritas e as fontes gráficas.

A segunda parte (II) é dedicada ao fenómeno monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica. Esta parte consiste numa abordagem teórica da evolução do fenómeno monástico-conventual do ocidente, a partir das suas influências orientais e percorrendo as diferentes fases até à atualidade, colocando em evidência a forma como cada uma exerceu influência na construção dos complexos monástico-conventuais. Neste sentido, após uma introdução, no segundo ponto (2) analisam-se as primeiras formas de monaquismo desde o oriente (2.1.) até ao espaço ibérico (2.2.) e no terceiro (3) e quarto (4) ponto, respetivamente o monaquismo medieval dividido entre o monaquismo de iniciativa dos prelados da Alta Idade Média e o monaquismo institucional das ordens religiosas da Baixa Idade Média. Sendo abordados, relativamente a este último, diversos aspetos sobre a construção dos mosteiros românicos e góticos. O ponto cinco (5) é dedicado ao período de transição entre os finais da Idade Média e a contrarreforma, o ponto seis (6) ao período entre a contrarreforma e a extinção das ordens religiosas e o ponto sete (7) ao pós-extinção, nomeadamente relativamente aos processos de extinção das ordens religiosas e consequente expropriação e reutilização dos complexos monástico-conventuais.

A parte III do trabalho é dedicada ao estado dos conhecimentos acerca da construção do convento de São Salvador de Vilar de Frades. Para o efeito, nos primeiros pontos procede-se à revisão das fontes escritas produzidas pelos cónegos da Congregação de Cónegos de São João Evangelista, doravante também designados como loios, nomeadamente as memórias medievais (1) e as crónicas de época moderna (2). Nos pontos três (3) e quatro (4) analisam-se os períodos que incluem a transição entre o século XIX e o século XX e o aparecimento dos primeiros estudos, bem como o período atual, correspondente aos séculos XX e XXI, em que surgem os primeiros artigos científicos e as teses académicas sobre Vilar de Frades.

A quarta parte (IV) do trabalho incide na análise do processo construtivo do convento de São Salvador de Vilar de Frades, com base numa metodologia que cruza o estado atual dos conhecimentos e as fontes históricas documentais com os dados provenientes do diagnóstico realizado no âmbito da nossa investigação. Nesse sentido, esta parte encontra-se estruturada de acordo com os espaços que compõem atualmente este antigo complexo monástico-conventual, nomeadamente a capela-mor (1), o transepto (2) e o corpo da igreja (3), o claustro sul (4) e o claustro sudoeste (5). No diagnóstico são abordados os espaços e edifícios individualmente segundo as unidades de referência que os constituem.

A quinta parte (V) do trabalho é dedicada ao estudo das técnicas e materiais construtivos registados e identificados no diagnóstico efetuado na parte IV. Seguindo a mesma organização do diagnóstico quanto aos espaços (capela-mor da igreja (1), transepto da igreja (2), corpo da igreja (3), claustro sul (4) e claustro sudoeste (5)), são apresentados para cada um dos referidos espaços elementos, estruturas e

técnicas construtivas, seguindo um critério tipológico e alfabético, de elementos verticais, como paredes, mísulas, frisos, nervuras entre outros, bem como de elementos horizontais, nomeadamente pavimentos, abóbadas, escadarias e outros.

A última e sexta parte (VI) destina-se a uma análise interpretativa da construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica em articulação com os dados obtidos no convento de São Salvador de Vilar de Frades. Neste sentido, tecem-se algumas considerações relativamente à implantação medieval (1), às continuidades e rupturas da construção dos espaços monástico-conventuais em época moderna (2), ao Convento de São Salvador de Vilar de Frades no âmbito da construção monástico-conventual do Noroeste Ibérico (3) e ainda uma análise geral do processo construtivo do complexo de Vilar de Frades, entre os séculos XVI e o século XX (4).

Em jeito de conclusão, é efetuada uma retrospectiva sobre os resultados obtidos no presente estudo, nomeadamente sobre a construção de Vilar de Frades e sobre a construção monástico-conventual no espaço do Noroeste ibérico.

O presente trabalho possui, ainda, três grupos de apêndices correspondentes às fichas de leitura estratigráfica (Apêndice 1), cortes (Apêndice 2) e alçados (Apêndice 3).

O primeiro apêndice contém o catálogo das fichas estratigráficas realizadas no convento de Vilar de Frades, organizadas em tabelas, segundo os diferentes espaços e por unidades de referência.

Do segundo e terceiro apêndices consta um conjunto de cortes e alçados dos diferentes espaços da igreja e do claustro sul, realizados com base em levantamentos existentes, para os quais se procedeu, sempre que possível, à introdução de medidas e diferenciação dos diferentes elementos construtivos.

Parte I – A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica. Problemática, objetos, fontes e metodologia

1. A problemática do estudo da construção monástica-conventual

Os estudos em torno da história da construção medieval têm-se assumido nos últimos anos como uma das áreas mais inovadoras e interdisciplinares, permitindo compreender numerosos aspetos do processo construtivo de diferentes espaços e arquiteturas, desde as técnicas ao processo decorativo (Cerioni e Falconeri, 2012), das medições (Bernardi e Mignon, 2001) à identificação e origem dos materiais (Jefferson, Hanna e Martin, 2006) e até mesmo a aspetos que têm vindo a ser valorizados muito residualmente, como a organização da obra e os seus intervenientes (Bernard, Bernardi e Esposito, 2009; Bernardi, 2011; Braunstein e Molà, 2007; Carvais *et al.*, 2012; Dubois, Guillouët e Bossche, 2014).

De igual modo, a Arqueologia da Arquitetura tem contribuído com a formulação de hipóteses interpretativas que vão para além da análise estratigráfica de paramentos e do apoio a ações de conservação e restauro e se estendem às técnicas construtivas, à mensiocronologia e à arqueometria (Brogiolo, 2002). A nível nacional, a investigação tem valorizado sobretudo as grandes construções medievais promovidas e financiadas pelo poder real (Gomes, 1990; Silva, 2002), sendo de destacar os estudos promovidos pela Arqueologia, enquanto área do conhecimento imprescindível para a

compreensão do processo construtivo e funcional dos edifícios (Caballero Zoreda, 2006; Real, 1980). Destaque-se, mais recentemente, o debate diacrónico e multidisciplinar em torno de temas como os construtores, os materiais, a arquitetura e as técnicas construtivas (Ribeiro e Melo, 2011, 2012, 2013).

Todavia, paralelamente à escassez de estudos académicos e obras de síntese em torno da história da construção medieval também a utilização de uma metodologia que cruze diferentes fontes necessita de um maior incremento, tendo em conta o carácter parcelar dos estudos de edifícios medievais, nomeadamente religiosos.

Na realidade, as abordagens multidisciplinares ao edificado histórico assente nos pressupostos teóricos da Arqueologia aplicada à Arquitetura e à construção, bem como da História da Construção são relativamente recentes.

No entanto, o presente trabalho visa estabelecer um enquadramento teórico e metodológico multidisciplinar para o estudo dos edifícios e construções históricas, enquanto objetos de estudo complexos, estratificados, resultantes de uma evolução cronológica e que congregam elementos construtivos de diferentes épocas.

O estudo da construção, ou da arquitetura, dos edifícios históricos não traduz um percurso epistemológico linear. A sua evolução pautou-se pelo aparecimento de várias ramificações de especialização que se moveram sempre em direção à afirmação e independência disciplinar, tendo como resultado uma proliferação de abordagens e discursos em torno da temática da construção. Realizar a historiografia do estudo dos edifícios históricos, ou das várias disciplinas que gravitam em torno desta temática, é por isso uma tarefa complexa, demasiado derivativa e dificilmente realizável de uma forma objetiva. A historiografia da evolução do estudo dos edifícios do passado infere assim da necessidade de opção por um determinado percurso dentro da ramificação, o que conduz à necessidade de criar exclusões, e por inerência do processo, a um determinado grau de subjetividade.

Para o presente trabalho, tendo em vista o enquadramento multidisciplinar adotado entre as ambivalências da Arqueologia e da História aplicadas ao estudo da construção, tornou-se pertinente compreender um percurso iniciado na História da Arte, que esteve na base disciplinar de todas as áreas que têm estudado a construção, e que posteriormente derivou para áreas do saber mais especializadas da Arqueologia, nomeadamente na vertente da Arqueologia da Arquitetura, e da História, mais concretamente no âmbito da recente História da Construção.

A Arqueologia, enquanto ciência social que estuda o passado através dos vestígios materiais, fornece ao presente estudo a base teórico-metodológica para identificar e delimitar fisicamente as diferentes ações construtivas e destrutivas preservadas no edificado, bem como determinar as diferentes relações

que estabelecem as diferentes fases de uma ou várias construções ou edifícios que se encontram relacionados. Muitos dos princípios utilizados, ainda que não exclusivamente, integram a designada “Arqueologia da Arquitetura”.

A História da construção possui assaz importância para o estudo do edificado enquanto fonte primária. Sendo uma disciplina que se caracteriza pelo estudo das formas de construir do passado, fornece uma base importante para a caracterização das técnicas, dos materiais e dos construtores nas diversas fases construtivas passíveis de comporem um edifício histórico. A questão cronológica, nomeadamente o estudo das construções, das técnicas e das formas de construir do passado, estabelece assim um ponto essencial para a multidisciplinariedade pretendida. O diálogo centrado nas construções do passado entre as mais diferentes áreas científicas como a Arqueologia, a História, a Arquitetura e a Engenharia Civil entre outras, tem permitido fomentar um conhecimento mais abrangente sobre os construtores e a construção praticada no passado.

Neste sentido, para o presente estudo, se, por um lado, a Arqueologia estabelece uma forte componente metodológica quanto à forma de documentar, de levantar a informação e de tratar os diferentes tipos de fontes, a versatilidade e abrangência da História da Construção toma partido da interdisciplinaridade para providenciar uma análise mais ampla e profunda das evidências físicas do edificado.

1.1 A História da Arte

O estudo dos edifícios e da construção histórica caracteriza-se, de uma forma geral, pela transdisciplinaridade, pela existência de perspetivas diversas e sobretudo por uma longa tradição académica (Parenti, 2002, p. 73). Devido a esta heterogeneidade de perspetivas, o estudo dos edifícios por via das disciplinas históricas está associado a uma incerteza disciplinar, causada pelo afastamento das diferentes áreas que foram surgindo no campo da História da Arte e da Arquitetura, nomeadamente o incremento de especializações e nichos de investigação (Payne, 1999, p. 292).

A História da Arte proliferou sempre como uma disciplina bastante abrangente dedicada ao estudo das mais variadas formas de produção artística do passado, desde a mais pequena peça escultórica aos grandes monumentos, possuidora de uma ambivalência que foi progressivamente abrangendo novas formas de expressão tangíveis e intangíveis. A História da Arte foi alcançando um espectro de análise tão inclusivo que, em termos disciplinares e, em particular, no estudo dos edifícios, fez com que surgissem entre os investigadores novos critérios de análise, diferenciados e exclusivos, e que estes reclamassem

uma autonomia direcionada a uma “especialização disciplinar” (Arce Sainz, 2009; Pierotti e Quirós Castillo, 2000, pp. 21–29).

O estudo dos edifícios históricos por parte da História é algo que precede a própria disciplina académica. Com efeito, pela via tradicional desde o século XVI que a Arquitetura era considerada como “irmã” da pintura e da escultura, tanto que já os autores renascentistas consideravam a arquitetura e por conseguinte os edifícios mais emblemáticos como parte da História da Arte (Payne, 1999, p. 293).

O interesse da Arqueologia pelo estudo dos edifícios e das construções do passado foi inerente ao seu próprio percurso disciplinar. Uma relação cujas raízes estiveram intrinsecamente associadas à afirmação disciplinar e aos modelos paradigmáticos da Arquitetura e da História da Arte ao longo dos séculos XIX e XX (Carandini, 1988, p. 31). De facto, não existia no século XIX uma distinção disciplinar entre o arquiteto, o arqueólogo e o historiador da arte (Carandini, 1988, p. 31), recaindo o modelo de discurso dos historiadores coevos na formulação da história do estilo, das ideias e da cultura. O estudo da construção e dos edifícios destacou-se sobretudo pela vertente arquitetónica e arqueológica dos historiadores medievais que se enquadraram na vertente do *Baugeschichte* (História do Edifício) (Payne, 1999, pp. 294–295)

As primeiras décadas do século XX caracterizaram-se por uma fase de consonância entre a Arqueologia, a Arquitetura e a História da Arte, tendo sido iniciado sob a égide desta última um discurso centrado no caráter “histórico-artístico” das materialidades, no qual se incluem as estruturas edificadas, os seus elementos arquitetónicos e o seu recheio (Carandini, 1988, p. 32).

Uma nova fase, iniciada na década de 70 do século XX, viria a caracterizar-se por uma ruptura da Arqueologia com a História da Arte e a Arquitetura, que segundo Andrea Carandini (1988, p. 32) mantiveram uma postura de interesse pelos preceitos estéticos, valorizando o cariz histórico-artístico das materialidades por oposição à Arqueologia que se começava a mover para objetos de estudo que não suscitavam grande interesse para os historiadores da arte. Objetos que eram considerados pela História da Arte como “arquitetura menor” ou “arquitetura pobre” e que se caracterizavam sobretudo pelo seu caráter rural (Pierotti e Quirós Castillo, 2000, p. 2).

Assim, apesar de a Arqueologia também ter desenvolvido um discurso “histórico-artístico”, da ruptura com a História da Arte e conseqüente afirmação paralela dos métodos da Arqueologia no estudo dos edifícios históricos foram surgindo novas formas de discurso, como o topográfico, o estratigráfico, o tipológico e o iconográfico, (Carandini, 1988, p. 32) que levaram à afirmação de disciplinas, ou especializações, como a Arqueologia da Arquitetura.

Os estudos histórico-artísticos de grandes complexos arquitetónicos pela História da Arte alimentaram a elaboração de grandes obras de síntese em formato enciclopédico como os dicionários de história de arte, mundiais e nacionais, onde alguns aspetos da história da sua construção são analisados. Paralelamente assiste-se igualmente à publicação de estudos temáticos acerca de determinadas tipologias de grandes edifícios, nomeadamente religiosos, militares e palacianos ou tipologias estilísticas e arquitetónicas. No panorama nacional, refiram-se a título de exemplo a investigação de Lúcia Rosas sobre a arquitetura religiosa românica (Rosas, 1995), a de José Custódio Vieira da Silva sobre os Paços Medievais Portugueses (Silva, 2002) ou ainda a de Soraya Genin sobre as abóbadas manuelinas (Genin, 2014).

1.2 A Arqueologia da Arquitetura

Atualmente, no que concerne ao estudo dos edifícios históricos, vigora o consenso de que o objetivo da Arqueologia e da História é o de fazer a História das sociedades que edificaram, modificaram e utilizaram estas construções, complementando-se metodologicamente na produção de um conhecimento mais abrangente sobre a herança construtiva e arquitetónica do passado (Pierotti e Quirós Castillo, 2000, p. 3).

Compreender a relação dos arqueólogos com as elevações é, no entanto, uma tarefa complexa. Nas últimas décadas tem-se observado um confronto entre o estudo dos edifícios históricos como forma de especialização dentro da disciplina arqueológica, e a emergência e afirmação de uma disciplina autónoma, como por exemplo a chamada “arqueologia da arquitetura” decorrente da afirmação da Arqueologia Medieval italiana, nas décadas de 70 e 80 do século XX. (Brogiolo, 2007, pp. 8–10; Francovich e Bianchi, 2002, p. 101).

Não obstante a atual diferença de posicionamento disciplinar, a aproximação da Arqueologia ao estudo do edificado construído teve na sua base fatores como a afirmação da Arqueologia Medieval, na qual se começou a valorização do edifício conservado à superfície como uma continuidade da leitura do registo arqueológico soterrado e como elemento importante para a compreensão da evolução do meio urbano (Bonora, 1979, p. 171). Uma valorização que despontou na Arqueologia um percurso metodológico assente no debate e no desenvolvimento científico para o estudo das construções do passado, que fez surgir, juntamente com outras designações, a “Arqueologia da Arquitetura”. Uma nova forma de abordagem ao edificado do passado cujos conceitos definidores foram talhados na experimentação de projetos de investigação e no empirismo associados às particularidades das intervenções efetuadas em construções históricas (Parenti, 2002, p. 73). A partir destas primeiras

experiências, bem como da discussão por estas suscitada, formularam-se “fundamentos” para a sistematização das abordagens, fomentou-se a criação de grupos de investigação que aproximassem arqueólogos e arquitetos e criaram-se publicações e revistas de especialidade que apontavam para o surgimento de uma disciplina autónoma demarcada da Arqueologia Medieval (Pierotti e Quirós Castillo, 2000, p. 2).

Sobretudo a partir da década de 80 do século XX, como já referido, a discussão científica da Arqueologia da Arquitetura incidiu sobre a afirmação e autonomia disciplinar. Todavia, a abordagem arqueológica ao estudo das estruturas histórica conservadas à superfície nunca integrou um universo epistemológico linear. A abordagem da Arqueologia ao estudo dos edifícios conservados ficou, desde o seu início, paradoxalmente marcada por uma pluralidade identitária, variando as nomenclaturas entre a “análise estratigráfica das elevações”, “arqueologia do edifício histórico” ou “arqueologia do conservado”, que convergiu sempre para dar resposta a quesitos simultaneamente históricos e técnicos como a “história do edifício” e a “caraterização das técnicas de construção” (Parenti, 2002, p. 73). Numa perspetiva mais técnica, a Arqueologia da Arquitetura poderá ser vista apenas como uma das últimas tendências, no meio de outras abordagens que se prendem igualmente com a estrutura (a parede) e com a transformações ocorridas ao longo do tempo de investigação, ancorada por uma análise da estrutura física do edifício (Parenti, 2002, p. 73).

Todavia, outros fatores parecem ter favorecido a afirmação disciplinar da Arqueologia da Arquitetura. No âmbito da História da Arte, as abordagens centraram-se em edifícios de prestígio, eruditos ou de exceção e estiveram dependentes da existência de indicadores de natureza estilística, que assumiram a função de “fósseis-diretores” independentemente do seu contexto. Pelo contrário, a Arqueologia da Arquitetura, desde o seu início permitiu abordar qualquer tipo de construção histórica, valorizando a evidência física como a principal fonte histórica, independentemente da disponibilidade de outros tipos de fontes e sem “*hierarquias de valores predefinidos*.”. Ou seja, a Arqueologia da Arquitetura permitiu analisar as características naturais, técnicas e tecnológicas relacionadas com os métodos de construção e os materiais construtivos, observados sob uma perspetiva diacrónica (Parenti, 2002, p. 74). Segundo Roberto Parenti (2002, p. 75), A Arqueologia da Arquitetura incorporou ainda três vetores de distinção importantes: o processo de formação dos estratos; as estratégias adotadas durante a execução da pesquisa e a necessidade de um “projeto cognitivo” preliminar.

As investigações dos últimos anos têm revelado uma tendência para o estudo dos “megaestratos”, ou os grandes corpos de fábrica, para o estudo das massas verticais e, noutra vertente, para a questão dos edifícios que apresentam revestimentos (Parenti, 2002, p. 75). Uma diversidade que tem levado à

compreensão de múltiplos aspetos das construções mais simples (ruínas ou paredes) e complexas (edifício), de extrema importância para a compreensão abrangente do edifício histórico como fonte para o estudo da construção, bem como originando a adequação dos métodos de análise e o desenvolvimento da multidisciplinaridade para o efeito.

No âmbito do estudo dos edifícios históricos sob a perspetiva da Arqueologia, o surgimento da “Arqueologia da Arquitetura” suscitou uma revisão disciplinar assente em vários eixos, nomeadamente nas particularidades do objeto de estudo, na adaptação do método arqueológico ao horizonte do edifício e na necessidade de uma postura multidisciplinar para o estudo das edificações do passado.

O edifício passou a ser perspetivado como um “artefacto” (Bonora, 1979, p. 171). Um artefacto complexo e estratificado, fruto das reformulações, reconstruções e demolições ocorridas, composto por um conjunto de ações encadeadas num determinado contexto e cronologia. Trata-se de um fenómeno primeiramente observado ao nível dos tecidos urbanos³, onde através da reutilização e fossilização de estruturas foi possível observar a existência de edifícios constituídos por “... *elementos de diferentes idades e contextos culturais (...) depositados e preservados nos edifícios.*” (Bonora, 1979, p. 171).

Como notado por Gian Petro Brogiolo (1988, pp. 12–13), o estudo de estruturas soterradas não difere do ponto de vista da abordagem metodológica da escavação comum, ainda que a estrutura possa constituir um horizonte mais ou menos complexo do ponto de vista da sua própria composição e estratificação. O método de Harris (1989), preconiza hoje o procedimento *standard* para os arqueólogos procederem à identificação e representação dos estratos, das ações e as relações existentes entre os mesmos num qualquer sítio arqueológico.

Todavia, as formas de deposição dos estratos de um edifício à superfície não podem ser encaradas de forma igual à de uma estrutura em contexto de escavação. Primeiramente, o processo de formação das unidades estratigráficas no subsolo pode ocorrer tanto a partir de fenómenos naturais como antrópicos. No seguimento, os estratos podem depois estar sujeitos a fenómenos de sedimentação, fenómenos pós-deposicionais, à definição de evidências positivas e negativas e ao estabelecimento de relações estratigráficas e de contextos de datação que vão beneficiar, em contexto de escavação, o estudo das questões de âmbito cronológico através do estudo dos depósitos e dos interfaces sedimentares (Bonora, 1979, pp. 174–176; Brogiolo, 1988, pp. 9–14).

³ Ferdinando Bonora, na década de 70 do século XX, alude também à necessidade, devido ao aumento do número de intervenções nos meios urbanos, de recuperação e revitalização dos centros históricos de salvaguarda documental dos edifícios.

Já quanto à ruína, Brogiolo (1988, pp. 12–13) refere que a abordagem metodológica é igual à da escavação. Todavia, estando a construção numa fase intermediária entre a estrutura soterrada e o edifício em utilização, ao contrário da estrutura soterrada, a ruína é imediatamente legível na sua totalidade. Pode ser lida em ambas as faces e em secção, sendo que normalmente as estruturas superiores e horizontais já deverão conformar derrubes.

Os edifícios ainda conservados na sua totalidade, constituem assim um horizonte diferente dos acima referidos devido à complexidade da constituição do edifício, nomeadamente pela existência de elevações, superfícies horizontais e articulações entre compartimentos que constituem um universo de informação hierarquizada (Brogiolo, 1988, p. 13). A título de exemplo, torna-se possível idealizar uma face exterior de um paramento relativamente simples e um interior estruturado em várias unidades horizontais, divididas por separações de compartimentos, e na vertical pela proliferação de pisos delimitados por pavimentos e tetos (Brogiolo, 1988, p. 14). No mesmo seguimento, é inclusivamente possível considerar a possibilidade de um paramento possuir aparelhos diferentes na face interior e exterior. Exemplos que, segundo o autor, servem para demonstrar que o processo de atribuição de unidade estratigráficas é complexo e repetitivo e onde as descontinuidades físicas levam à necessidade de atribuição de unidades estratigráficas diferentes, mesmo que depois de interpretadas possam ser unificadas (Brogiolo, 1988, pp. 13–14).

No campo da necessidade de adaptação metodológica ao estudo dos edifícios históricos, a conversão do método estratigráfico, já amplamente aplicado pela Arqueologia nos horizontes de estudo sedimentares, transitou para as construções históricas agregando a si importantes noções como a da estratificação dos edifícios históricos, das relações estratigráficas, da recolha de dados, da introdução das unidades de referência e do recurso a diferentes fontes sob a perspetiva multidisciplinar.

A noção de estratificação dos edifícios históricos abriu novas possibilidades para o estudo da formação e evolução dos edifícios, sobretudo ao nível das alvenarias, dos revestimentos e dos vários elementos estruturais. Elementos cuja importância, à semelhança dos artefactos exumados em contexto de escavação, passaram à condição de evidência dos contextos socioculturais em que foram realizadas as diferentes fases de utilização do edifício (Bonora, 1979, p. 171).

Neste sentido, se por inerência da História da Arte as abordagens mais tradicionais favoreciam as abordagens baseadas em vetores de análise estilísticos, analogias e informação documental. A Arqueologia da Arquitetura, com a adaptação do método estratigráfico trouxe novos indicadores cronológicos e novas tipologias na identificação dos tipos de aparelhos, bem como outro tipo de informação técnica ao nível das ferramentas usadas, dos elementos estruturais e inclusivamente da

mensocronologia dos elementos utilizados na construção (Arce Sainz, 2009, p. 27). De facto, a sua aplicação passou a permitir determinar a ordem cronológica relativa dos estratos de qualquer edifício estratificado, a definição física e exata das diferentes fases evolutivas e a análise tipológica das técnicas (pela sua semelhança e homogeneidade). Juntando-se a estas, a possibilidade de empreender análises arqueométricas aos materiais, a fim de obter datações mais concretas e afinar as tipologias construtivas (Parenti, 2002, p. 74).

O método estratigráfico permitiu assim colocar na investigação dois horizontes de pesquisa particularmente relevantes e interdependentes. Por um lado, proceder à identificação das relações cronológicas existentes entre os vários elementos que compõem um edifício, entender a sua evolução construtiva relativa e proceder à sua definição em termos absolutos (Bonora, 1979, p. 173). Por outro lado, estudar a forma como os elementos de construção foram produzidos, proceder à sua análise e documentação com base em critérios objetivos, bem como aferir o contexto cultural e abordar questões funcionais e sociais inerentes aos edifícios históricos (Bonora, 1979, pp. 174–176) Todavia, na sequência dos pontos antes referidos, em último grau, a abordagem metodológica baseada nos princípios estratigráficos da Arqueologia visou proceder, em conjunto com outros tipos de fontes, à leitura do edificado como um meio para problematizar a recuperação e interpretação da história do sítio, do significado dos elementos identificados e da caracterização dos espaços (Bonora, 1979, pp. 174–176).

Do ponto de vista da sua aplicação linear, o métodos estratigráfico como objetivo primário permite proceder à leitura dos elementos estruturais, tendo em consideração “...o sistema de inserção ou de ligação das várias alvenarias...” e realizar “sondagens” à sucessão dos revestimentos – considerados também indicadores de diferentes fases construtivas (Bonora, 1979, pp. 174–176).

Todavia, a aplicação prática demonstrou que um edifício pode apresentar uma organização complexa, com vários espaços e divisões que tornam a tarefa de identificação das unidades estratigráficas e leitura das diferentes relações uma tarefa metodologicamente mais complexa do que a linearidade inicial supunha. Ciente desta complexidade, Gian Pietro Brogiolo (1988) introduziu no método estratigráfico aplicado aos edifícios o conceito de “unidades de referência”, “*unità di riferimento*” (UR). A atribuição de unidades de referência permite articular e hierarquizar a sucessão de elementos que se desenvolvem desde a primeira e maior unidade, designada por “complexo arquitetónico”, que conforma o conjunto de todos os corpos construídos de forma planeada ou espontânea, passando depois sucessivamente por várias subdivisões como o “corpo construído”⁴ e as “unidades funcionais” (Brogiolo, 1988, p. 16), entre

⁴ Após a identificação e análise de outras sequências construtivas, a definição do corpo construído final poderá ser diferente da inicial.

outras, até ser atingido o “elemento arquitetónico”, do qual se definem os elementos estruturais, como pilares e aberturas, ou elementos decorativos, como molduras e tetos de beiral⁵ (Brogiolo, 1988, p. 18). Em suma, consiste numa forma de referência que respeitando a orgânica da construção, introduz a possibilidade de oscilação entre diferentes escalas de análise e de alteração do grau de detalhe do registo. Inclusivamente, vem uniformizar e alargar a abordagem a edifícios mais heterogêneos na sua composição, nomeadamente aqueles que incluem partes revestidas (Parenti, 2002, pp. 74–75).

Para além das unidades de referência, outra particularidade do método estratigráfico aplicado às construções históricas evidenciada por Brogiolo está relacionada com as relações estratigráficas de contemporaneidade, sobreposição e preenchimento (Brogiolo, 1988, pp. 20–27).

A relação de contemporaneidade direta pressupõe, por exemplo, a existência de diferentes paredes ligadas entre si por via do travamento. No caso das relações de contemporaneidade indiretas, observam-se três tipos diferenciados e designados por “identidade”, “tipologia” e “funcionalidade”. A “identidade” prevê a interrupção de um muro em resultado de uma rotura total, depois preenchida por outro tramo de muro intercalar, ocasionando duas partes quando originalmente constituíam apenas uma⁶. A “tipologia” presume a existência de vários elementos com a mesma forma, como, por exemplo, várias janelas com a mesma forma e decoração e a “funcionalidade” a existência de uma repetição de vários elementos que integram um conjunto, um sistema ou uma estrutura⁷ (Brogiolo, 1988, pp. 20–27).

Outras relações, mais comuns à Arqueologia, incluem as formas de sobreposição simples, de rotura sem preenchimento, rotura com preenchimento e ainda de ligação. Por último, destacam-se ainda as relações de preenchimento sem rotura, que podem ocorrer sobretudo com o tapamento de vãos (Brogiolo, 1988, pp. 22–27).

Tal como numa escavação arqueológica, as relações estratigráficas dos edifícios passam também expressas pela construção do diagrama. Uma ferramenta de análise que visou providenciar de forma esquemática e imediata a posição estratigráfica relativa, bem como as diferentes relações inseridas na evolução construtiva do edifício. Como referido por Brogiolo (1988, p. 28), a construção de um diagrama aplicado aos edifícios foi efetuada tal como a matriz de Harris e destinou-se a esquematizar a relação física entre as diferentes unidades identificadas.

⁵ No entanto, a sua constituição pode ser ainda mais desconstruída ao nível de componentes como a argamassa, o emplekton, revestimentos, descontinuidades devido aos diferentes dias da progressão da obra, ou até devido à alternância de diferentes tipos de alvenaria ou diferentes materiais. Dependendo da profundidade da análise, os edifícios podem adquirir um grande grau de complexidade construtiva pelo que é muito difícil proceder a uma leitura de todos os seus elementos constituintes (Brogiolo, 1988, pp. 18–19).

⁶ Brogiolo dá o exemplo da instalação de uma chaminé.

⁷ Como exemplo, Brogiolo refere o caso dos agulheiros nas paredes para sustentação das vigas.

A partir da execução do diagrama tornou-se depois possível atribuir uma periodização às diferentes fases construtivas do edifício. Mais uma vez, foram seguidos os trâmites comuns da escavação arqueológica, consistindo o processo no agrupamento cronológico das diferentes unidades estratigráficas, dispondo as mesmas de forma diacrônica e colocando ao mesmo nível todas as unidades contemporâneas⁸.

O recurso ao diagrama visou fornecer uma perspectiva dos diferentes períodos de construção do edifício desde as transformações mais gerais, até às fases e eventos que englobam ações pouco transformadoras, como entaipamentos ou aplicação de rebocos. Todavia, trata-se de uma ordenação exclusivamente relativa, indicando que uma ação ocorreu antes, depois ou simultaneamente em relação a uma outra.

Noutro plano, as posturas metodológicas adotadas no âmbito da Arqueologia da Arquitetura, à semelhança das outras disciplinas, condicionaram também a forma de recolha dos dados. De uma forma geral, as investigações centradas nos edifícios históricos adotaram métodos não intrusivos de recolha de informação sobretudo gráfica e descritiva.

Neste sentido, foi-se desenvolvendo uma prática de registo que alia aos levantamentos fotográficos e fotogramétricos a realização de um registo descritivo efetuado com o recurso a fichas. Uma prática utilizada desde os finais da década de 70, que teve por objetivo auxiliar a análise e registo dos elementos construtivos e arquitetónicos de um edifício, segundo critérios coerentes e objetivos. O sistema de fichas tipológicas tem sido utilizado sobretudo para a caracterização dos elementos que integram as edificações (por exemplo, tipos de alvenarias ou de tijolos para o estabelecimento de parâmetros e critérios de distinção) (Bonora, 1979, pp. 176–179).

Com a evolução das abordagens e com a diversidade e abrangência alcançada pelas intervenções da Arqueologia da Arquitetura na inclusão de diferentes tipos de construções históricas, as formas de registo tiveram igualmente de ser adaptas a realidades distintas.

Neste sentido, alguns autores têm defendido a aplicação de diferentes formas de registo para diferentes tipos de edifícios. Para os edifícios com alvenaria exposta, por exemplo, como já referido, o registo de informação para a elaboração do diagrama estratigráfico parece constituir o método mais pertinente. Para os edifícios revestidos, a forma de registo tem recaído num diagrama de ações construtivas baseado na configuração do edifício (Pierotti e Quirós Castillo, 2000, p. 4).

⁸ No entanto, no caso das unidades estratigráficas dos edifícios, pela sua natureza construtiva, poderá haver uma maior incidência de unidades que não possuam uma relação física entre si e por consequência originar sequências separadas (Brogiolo, 1988, p. 30).

Nos caso das intervenções em edifícios que conjugam as duas realidades, são utilizadas fichas de registo estratigráfico sempre que é possível descrever aparelhos e outros elementos estruturais e construtivos, bem como fichas de âmbito descritivo, nomeadamente quando as faces se encontram revestidas ou quando as relações estratigráficas não constituam uma contribuição relevante para o estudo das relações estratigráficas do edifício (Parenti, 2002, pp. 76–77).

Por fim, o cruzamento de diferentes tipos de fontes constitui também um elemento metodológico fundamental para as abordagens da Arqueologia da Arquitetura. Dadas as limitações das construções em providenciar elementos cronológicos para datações absolutas e exatas, uma vez estabelecida a cronologia relativa do edifício, a aferição cronológica das diferentes fases está dependente de outras fontes que permitam contextualizar e datar a evolução do edifício, que podem incluir a documentação relativa ao encomendador, o conhecimento técnico dos trabalhadores, a disponibilidade de materiais de construção, ou a tipologia das técnicas construtivas e da história construtiva do edifício (Parenti, 2002, pp. 74–75).

Neste sentido, torna-se necessário, e prática, a análise cruzada de diferentes tipos de fontes, sejam documentos escritos, levantamentos gráficos e fotográficos, iconografias, bem como o recurso a técnicas laboratoriais para análise de materiais construtivos e a ampla utilização de ferramentas e programas informáticos, circunstâncias que justificam a crescente inter e multidisciplinariedade da Arqueologia da Arquitetura.

1.3. A História da Construção

A investigação em torno da História da Construção tem-se assumido como uma área bastante inovadora e interdisciplinar, congregando historiadores, arqueólogos e historiadores da arte, engenheiros, arquitetos e até juristas. A grande atratividade por esta área de investigação reside, entre outros, na possibilidade de realizar análises temáticas e cronológicas bastante variadas, bem como o cruzamento de diversas perspetivas, fontes e metodologias de investigação (Ribeiro e Melo, 2018, pp. 29–30). O objetivo desta nova disciplina tem-se pautado pela aplicação de diferentes conhecimentos de base científica para compreender os processos construtivos de uma determinada cultura (Mateus, 2016, p. 31)

A História da Construção tem seguido um percurso de afirmação que se iniciou na década de 90 do século XX, nomeadamente através de reuniões e publicações científicas inseridas neste domínio (Huerta Fernández, 2010, p. 31).

Sob o escopo do estudo de toda e qualquer construção, o trilha disciplinar iniciado a partir do primeiro congresso internacional de História da Construção, em Madrid, em 2003, seguido por Cambridge (2006), Cottbus (2009), Paris (2012), Chicago (2015) e Bruxelas (2018), explicita bem o âmbito congregador, abrangente, multidisciplinar e interdisciplinar desta recente área de investigação.

Estas reuniões científicas têm apresentado uma diversidade de temáticas, dos períodos cronológicos e de espaços geográficos abordados que vão desde o estudo teórico da engenharia e da arquitetura, à didática da História da Construção, ao desenvolvimento de novas metodologias, aos estudos de conservação e ao estudo técnico das construções independentemente da tipologia material (alvenaria, madeira, terra, adobe...), arquitetónica (edifícios de exceção, vernaculares...) funcional (religiosa, militar e civil) e cronológica (Pré-História, Antiguidade Clássica, Idade Média, Idade Moderna, Época contemporânea...).

Todavia, é possível constatar a existência de determinadas tendências nas abordagens. Relativamente à tipologia material das construções há uma predominância pelas construções em alvenaria, surgindo de forma mais residual as construções em madeira, muitas vezes adstritas ao estudo de estruturas específicas, mas também em adobe, terra e materiais perecíveis.

Relativamente aos tipos de construções abordadas, havendo uma clara distinção entre as abordagens efetuadas a tipologias arquitetónicas eruditas, mais direcionadas para a linguagem arquitetónica, e as estruturas de linguagem vernacular, mais direcionadas para o estudo estrutural.

Quanto à funcionalidade, regista-se uma predominância pelo estudo de edifícios como habitações, palácios e mosteiros, mostrando as abordagens uma expressiva valorização do estudo da evolução construtiva, começando a surgir também estudos centrados na organização do trabalho e na documentação preparatória da construção. Noutro plano, as abordagens a edifícios tendem também a centrar-se em estruturas como abóbadas, telhados, pontes, estudando-se nestes casos a componente das tipologias, dos materiais e das técnicas. Outros âmbitos centram-se ainda nos estaleiros, na sua constituição e organização, assim como nas atividades e estruturas de apoio à construção. O papel do encomendador, do arquiteto, dos artistas especializados, como carpinteiros e pedreiros, do trabalho indiferenciado, assim como das estruturas e utensílios afetos à construção, como a maquinaria e as ferramentas.

As abordagens têm-se cingido a períodos cronológicos sobretudo compreendidos entre a antiguidade clássica, nomeadamente centradas na arquitetura e construção romana, e a época contemporânea, percorrendo, entre estes, épocas históricas como a Idade Média, a Idade Moderna e o período de industrialização.

Importa, contudo, referir que os estudos em torno da história da construção medieval têm-se assumido nos últimos anos como uma área inovadora e interdisciplinar, permitindo compreender numerosos aspetos do processo construtivo de diferentes espaços e arquiteturas, desde as técnicas ao processo decorativo (Cerioni e Falconeri, 2012), das medições (Bernardi e Mignon, 2001) à identificação, origem e reutilização de técnicas e materiais (Bernard, Bernardi e Esposito, 2009; Jefferson, Hanna e Martin, 2006) e até mesmo a aspetos que têm vindo a ser valorizados muito residualmente, como a organização da obra (Bernardi e Piñero, 2007) e os seus intervenientes (Bernardi, 2011).

Do ponto de vista geográfico, apesar de haver uma maior concentração de estudos em países europeus, nomeadamente na região de Itália, a amplitude geográfica estende-se ao Próximo Oriente e ao continente americano (Carvais *et al.*, 2012).

No cenário português, a História da Construção constituiu um âmbito de estudo recente que se encontra ainda em desenvolvimento. À semelhança de outras latitudes, a evolução disciplinar tem ocorrido por via académica, nomeadamente através do desenvolvimento de teses de doutoramento, abertura de unidades curriculares, seminários e cursos, bem como através da participação e promoção de encontros científicos centrados na temática da construção (Mateus, 2018, pp. 13–14) dos quais se destaca o Congresso de História da Construção em Portugal (2010, 2015), coordenado por João Mascarenhas-Mateus, de História da Construção (2011, 2012 e 2013), coordenado por Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro, e ainda o Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira (2013, 2016 e 2019), coordenado em Portugal por João Mascarenhas-Mateus, Rui Fernandes Póvoas.

As temáticas abordadas no âmbito da História da Construção em Portugal têm incluído objetos de estudo e cronologias de carácter diverso. No quadro geral, as temáticas têm explorado o estudo dos sistemas construtivos, das técnicas, dos construtores e dos locais de construção, indo desde os aspetos técnicos até às questões de âmbito social, cultural e económicas associadas à atividade da construção (Mateus, 2018, pp. 14–16).

De forma muito genérica, verifica-se uma tendência para investigações de base estilística, nomeadamente direcionada para períodos como o gótico, o barroco, o pombalino e o neoclássico. No estudo dos materiais, para cronologias mais recuadas regista-se a análise dos metais e do vidro e por contraste, na contemporaneidade, o estudo do betão armado. Cronologicamente, verifica-se um balizamento entre o período romano, a Idade Média com vários estudos de âmbito regional com destaque para as regiões de ocupação muçulmana, a Idade Moderna sobretudo os séculos XVIII e XIX centrada em meios urbanos, também o período de industrialização e a época contemporânea, nomeadamente

relacionada com a introdução do betão armado, mas também com infraestruturas tipo barragens e equipamentos industriais.

Todavia, o panorama nacional apresenta uma grande incidência de estudos centrados na época medieval sendo comuns as abordagens de âmbito regional (Ferreira, 2001; Gomes, 2012), onde se estudam materiais, construtores ou uma determinada tipologia de edifício num território ou região.

Outros temas centram-se no estudo de edifícios com uma tipologia funcional definida, como mosteiros e paços (Gomes, 1990; Ribeiro e Melo, 2013), ou de habitação corrente (Ferreira e Duarte, 2005; Ferreira e Grenville, 2003), sob as mais variadas perspetivas, entre as quais o estudo da evolução construtiva, dos processos construtivos, das reconstituições planimétricas e das técnicas construtivas.

Numa escala mais reduzida, existem estudos centrados em estruturas ou fases da obra (Conde, 2011; Genin, 2014, 2018), onde se podem incluir as abordagens ao estudo das abóbadas, dos arcos e das cúpulas ou a processos de revestimento.

Um dos conjuntos de estudos mais expressivos reporta-se ao estudo da documentação produzida em contexto ou derivada de obra. Neste conjunto é possível encontrar estudos dirigidos a temas como a organização dos construtores (Conde, 2011; Gomes, 1993; Ribeiro e Melo, 2011), atividade dos pedreiros e carpinteiros medievais, o papel do arquiteto. Outros inferem sobre a vertente socioeconómica da construção e dos construtores.

A abordagem aos materiais de construção possui também considerável expressão, havendo uma concentração nos materiais mais comuns como a pedra e madeira, mas também abordagens a materiais naturais como a cortiça e a argila (Conde, 2012; Ribeiro e Melo, 2012).

Quanto à abrangência geográfica, há abordagens presentes em praticamente todo território português, continental e insular definindo-se depois diferentes escalas que vão de regiões ou territórios, a cidades, havendo uma forte incidência sobre cidades do Norte e centro (Ferreira, 2001; Gomes, 2012), e a edifícios sítos em meios rurais, como mosteiros e igrejas (Gomes, 1990, 2013; Lovegrove, 2013; Real, 2011).

Tendo em conta o objeto e âmbito cronológico desta investigação destacam-se, por exemplo, os estudos monográficos, centrados em grandes edifícios medievais, promovidas e financiadas pelo poder real, como foi o caso do mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgarmente conhecido como Mosteiro da Batalha, realizado por Saúl Gomes (1990). Entre as várias temáticas abordadas relativamente à história da construção deste importante complexo arquitetónico, de promoção e financiamento régio, para o qual foram mobilizados recursos excecionais, destaca-se a questão da organização dos grandes estaleiros, nomeadamente, no caso da Batalha, para a definição do modelo organizativo estruturado e

hierarquizado, com uma gestão centralizada, com contratação direta de mão-de-obra especializada e indiferenciada, pela direção da obra (Ribeiro e Melo, 2018, p. 30) (Figura 3).

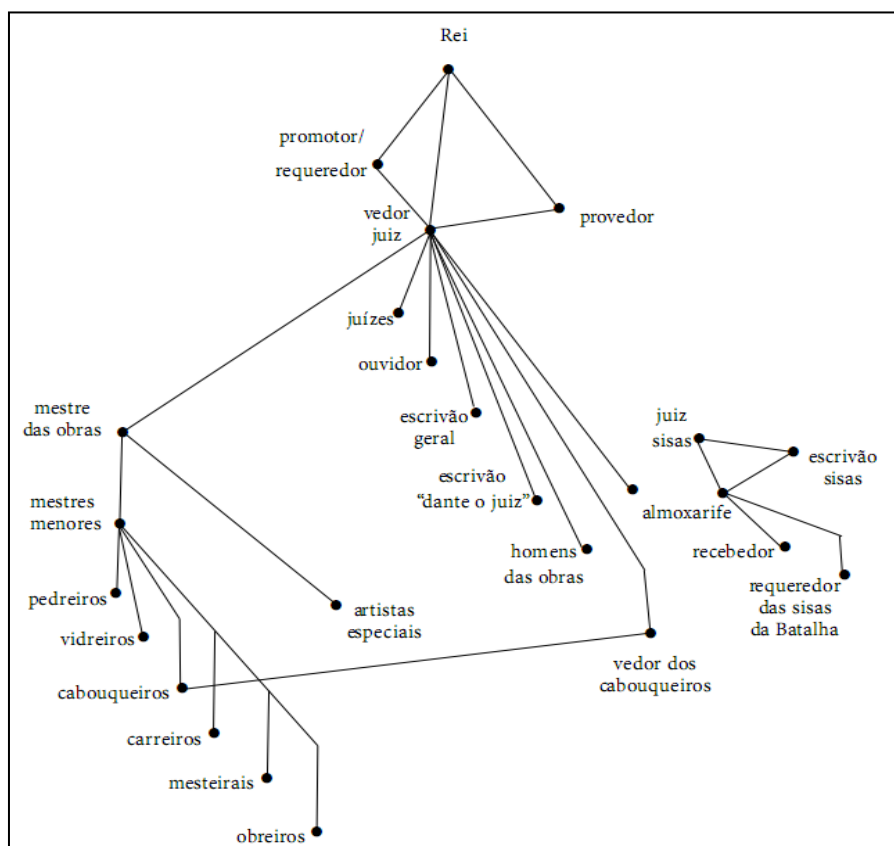


Figura 3 - Modelo de organização do estaleiro do mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV. Adaptado de Saúl António Gomes (1990).

Na realidade, o modelo organizativo apresentado para o mosteiro da Batalha corresponde a uma das duas modalidades conhecidas adotadas nas obras de maior dimensão e complexidade. A outra, caracterizava-se pelo sistema de contratação por empreitadas a grandes equipas, com chefias próprias, para a execução de partes distintas dos edifícios. Este modelo foi adotado na construção do Mosteiro dos Jerónimos, a partir de 1517, quando João de Castilho⁹ assumiu a direção geral da obra (Ribeiro e Melo, 2015, pp. 23–37; Silva, 2018, p. 387).

Paralelamente, também a habitação senhorial, fortificada ou não-fortificada, merce do contributo da Arqueologia e da História da Arte, tem conhecido uma atenção particular, nomeadamente a residência senhorial fortificada e as casa-torre (Barroca, 1989, pp. 9–61, 1998, pp. 39–103), bem como os Paços Medievais Portugueses (Ribeiro e Melo, 2013, pp. 213–244; Silva, 2002).

⁹ As investigações mais recentes sobre João de Castilho têm permitido conhecer melhor o percurso de João de Castilho e a importância da sua obra para o estudo da atividade construtiva do século XVI (Genin, 2014, 2018; Ribeiro e Melo, 2012, 2014, 2015, 2016; Silva, 2005, 2016, 2016, 2018).

Outra temática que tem vindo a merecer particular atenção é a história da construção monástico conventual, designadamente os mosteiros de Cister, em torno dos quais têm sido organizados vários congressos internacionais, e publicados os principais resultados, um dos quais foi centrado na história da construção (Marques e Amaral, 2016) (Figura 4).



Figura 4 – Distribuição dos mosteiros cistercienses em Portugal, por género e data de fundação (Franco, 2011).

Todavia, e na realidade, os edifícios históricos como os mosteiros resultam tanto de uma construção original como dos processos “pós-deposicionais” que foram ocorrendo ao longo do tempo. Por inerência disciplinar, o estudo destas construções esteve vinculada a um discurso estilístico e a uma conceção arquétipa do seu valor científico. Todavia, um edifício de carácter excepcional é, também ele, forçosamente o resultado de intervenções eruditas, nomeadamente de produção artística, e vernaculares, nas quais

poderemos incluir os aspetos construtivos como as técnicas, os materiais e inclusivamente características estruturais e funcionais. Mesmo dentro dos edifícios de prestígio e de exceção, parece ter havido uma sobreposição epistemológica da arquitetura de autor à arquitetura vernacular, muitas vezes considerada menor e abordada sob a perspetiva da antropologia cultural (Pierotti e Quirós Castillo, 2000, p. 3).

A Arqueologia da Arquitetura, enquanto forma complementar de estudar um edifício, ao abordar as características construtivas e das transformações dos edifícios, representou um complemento para a história da arquitetura de autor e abriu um entendimento entre os diferentes investigadores (Pierotti e Quirós Castillo, 2000, pp. 3–4). A deambulação entre os discursos sediados em áreas do saber como a História, a Arqueologia e a Arquitetura têm levado por vezes a um estado de indefinição das abordagens. Como referido por Pierotti e Quirós Castillo (2000, p. 3), não há um sentido de unicidade, mas sim de tendências e “escolas” que desenharam formas de interpretação de trabalhos artísticos que por força maior os transportam para campos semelhantes aos explorados pela Arqueologia, nomeadamente se tivermos em consideração esses elementos como parte da história da cultura material. A História da Construção floresce também neste contexto de indefinição de abordagens, apresentando-se como uma disciplina congregadora de diferentes discursos em torno de um âmbito de estudo comum.

No caso do presente estudo, por inerência disciplinar, a Arqueologia exerceu uma natural tendência para a ênfase das questões de âmbito cronológico relacionadas com a evolução construtiva de um edifício. Ao passo que a História da Construção, numa perspetiva mais técnica da construção, veio recentrar a análise nos vários aspetos relacionados com a construção de obras de Arquitetura e Engenharia Civil (Huerta Fernández, 2010, p. 31; Huerta Fernández e Gil Crespo, 2015, p. 41; Mateus, 2016, p. 31).

No caso do Convento de São Salvador de Vilar de Frades a linha mais comum de investigação nacional tem sido sediada na Arquitetura e na História da Arte, nomeadamente estudos centrados na construção da igreja, no projetista e nas fontes documentais (Ramos, 1990), nas diferentes fases de obras referidas nas fontes documentais (Vinhas, 1998) na questão dos enterramentos e algumas reconstituições arquitetónicas (Faure, 2012).

Tendo em conta a diversidade disciplinar e temática de estudos associados aos espaços monástico-conventuais, em Portugal o aproveitamento do potencial de sítios como Vilar de Frades, enquanto evidência de organizações e de agentes estruturantes da sociedade europeia entre a época medieval e moderna, encontra-se ainda numa fase embrionária.

Efetivamente, a relevância do objeto de estudo resulta, desde logo, do carácter tipológico destes edifícios, no sentido em que historicamente traduzem espaços de conceção, ensaio e aplicação de

inovações construtivas. Não obstante, também a problemática regional da construção, essencialmente a partir da época medieval, dos construtores e das próprias construções, explicita a relevância da abordagem mais ampla e de carácter coletivo aos complexos. Ainda de assinalar, o facto de possuírem uma longa diacronia construtiva e o facto de lhes ser atribuída uma intrínseca relevância cultural e artística, circunstâncias que potenciaram a sua conservação e preservação comparativamente a outras tipologias de edifícios.

Numa última fase, a emergência de novos desafios, formas de fruição e a aproximação das indústrias e serviços ligados ao sector do património cultural, cada vez mais suscitam uma necessidade de abordagem com base académica e científica que permita valorizar a componente cultural enquanto ativos socioeconómicos, sem comprometer aspetos como a integridade histórica, patrimonial e as boas práticas de fruição.

2. Os complexos monástico-conventuais, os tempos e os territórios abordados

A génese, a longevidade, a amplitude geográfica e, de modo particular, a multiplicidade de funções desempenhadas pelos mosteiros e conventos ao longo do tempo, nomeadamente as funções litúrgicas, contemplativas, domésticas, intelectuais, económicas e administrativas (Rocha, 2007, p. 529), fazem do seu estudo uma tarefa complexa, possível de ser realizada sob múltiplas perspetivas.

De igual modo, também a investigação em torno da História da construção monástico-conventual no Noroeste ibérico, entre a Idade Média e a atualidade encerra um horizonte de estudo bastante abrangente e complexo, não só devido às alterações socioculturais registadas num tão lato tempo histórico e espaço geográfico, mas também em virtude da escassez de fontes que permitam documentar as sucessivas alterações que se registam. Nesse sentido, a sua abordagem necessita de ser efetuada com base em casos de estudo concretos e com critérios de análise específicos, que propiciem um enquadramento coerente e uma finalidade concreta.

O enquadramento do estudo da construção dos complexos monásticos pode ser realizado tendo por base variados e diferentes critérios, como demonstram aliás as investigações efetuadas no âmbito mais recente da História da Construção, nomeadamente a filiação, onde são abordados os edifícios e complexos afetos a uma ordem ou congregação específica, ou as abordagens geográficas, que podem comportar o estudo de um conjunto de edifícios ou complexos situados numa determinada região, cidade ou território. Também a vertente cronológica, direcionada para um período temporal específico, ou a estilística, onde se adota como critério principal um determinado estilo arquitetónico, assim como as

abordagens de género, onde se estabelece uma análise diferenciada entre os espaços masculinos e femininos, configuram possibilidades de enquadramento dos estudos de História da Construção.

O conjunto arquitetónico formado pelo convento de Vilar de Frades, desde a sua génese, no século XI, até à atualidade, adotado como caso de estudo para a nossa investigação, configura a possibilidade de abordagem do panorama monástico-conventual do Noroeste ibérico com base nos critérios acima identificados, tipificando deste modo os demais complexos existentes e promovendo a abordagem comparativa.

A questão da filiação no âmbito do estudo da construção interfere sobretudo na planta dos complexos. No âmbito da construção monástica ocidental, o plano monástico, ou beneditino, tornou-se o modelo padrão dos complexos monástico-conventuais. Tal como referido por Manuel Joaquim Moreira da Rocha (2007, p. 529) “... *olhando-os no seu conjunto, quer no tempo e no espaço, quer na cidade ou no campo, detectam-se determinantes constantes, sobretudo ao nível da planta.*”

De facto, o plano monástico tornou-se transversal à filiação, uma vez que configurou a base orientadora da construção monástica no Ocidente, sobretudo desde a Idade Média até à contemporaneidade, tendo sido adotado por ordens regulares, por ordens mendicantes e por ordens religioso-militares (Gomes, 2013, p. 248).

Assumindo-se o cariz padrão do plano monástico, no Noroeste ibérico, como noutras latitudes, observam-se, contudo, variações do plano padrão decorrentes da filiação. Assim, na ordem cisterciense, apesar da adaptação do plano monástico, verificam-se algumas especificidades, caracterizadas, como já referido, por um esquema rígido baseado na regra beneditina, possuindo assim uma maior padronização orgânica e morfológica, menos propensa à inovação.

Noutra vertente, as ordens mendicantes, além da localização preferencial nos meios urbanos ou aquando do seu surgimento e afirmação, no século XIII, não seguirem um modelo arquitetónico específico e terem apenas adotado o plano monásticos numa fase posterior, no caso dos franciscanos foi desenvolvido um código com diretrizes arquitetónicas que determinou a inclusão das ideias de austeridade e simplicidade nos conventos franciscanos.

Assim como no caso dos dominicanos, em resposta às críticas levantadas pelo clero secular quanto à atuação das ordens mendicantes, Humberto de Romans defendia que as ordens mendicantes deveriam expressar uniformidade não apenas na observância, mas também na forma de vestir e de edificar (Bruzelius, 2012, p. 372).

Em teoria, pelo referido, tanto o plano cisterciense como as imposições mendicantes na construção dos complexos, resultam em espaços mais resistentes à inovação e que se enquadram em categorias específicas de análise.

No caso do convento de Vilar de Frades, não constituindo uma exceção, apresenta na sua evolução construtiva a preservação do modelo monástico. O convento foi fundado no século XV na base de um mosteiro beneditino, do qual manteve o plano, apesar do intuito reformista dos cónegos de Vilar de Frades ser contrário ao seguimento de uma regra (Pina, 2011, p. 110). Estando institucionalmente no polo oposto ao da vida regular monástica, no quotidiano conventual, os cónegos loios de Vilar de Frades preservaram vários aspetos da cultura monástica beneditina que se refletem, por exemplo, na evolução do edificado de Vilar de Frades a partir do século XVI, não só pela manutenção do plano monástico ao longo das intervenções dos séculos subsequentes, mas também pelo reaproveitamento de estruturas dos mosteiros beneditino na reforma de finais do século XVIII e inícios do século XIX:

Desta forma, Vilar de Frades não só se enquadra no tipo padrão dos mosteiros rurais do Noroeste ibérico quanto à morfologia e orgânica dos espaços, como conheceu pelo menos um tipo de filiação regular, beneditina, e um tipo de filiação secular, loaia.

O género constitui outro critério de distinção no âmbito da construção das casas monásticas. Ao nível da arquitetura das casas monástico-conventuais, as casas masculinas formavam o padrão a partir do qual foram adaptadas as casas femininas, resultando ao nível da planta uma maior segmentação e construção dos espaços tendo como propósito condicionar a presença e a deslocação das ocupantes em determinados espaços.

A título de exemplo, na ordem beneditina a interferência da Igreja fez com que os complexos femininos se afastassem do modelo monástico deslocando-as progressivamente o máximo possível para junto dos espaços urbanos, nomeadamente de espaços fortificados que conferissem um abrigo em períodos de conflito (Gomes, 2013, p. 248).

Nos espaços cistercienses, as formas de clausura feminina revelam especificidades ao nível do plano arquitetónico. Como destacado por Ana Maria Tavares Martins (2011, p. 408)

“As condições da clausura feminina obrigam a algumas alterações no que respeita à constituição do seu plano arquitectónico e organização espacial pelo que apresentam algumas diferenças no que concerne o modelo predefinido masculino. As construções monásticas femininas, devido à sua fábrica de estrutura mais simplificada e rápida, mostram algumas diferenças de adaptação na planta e oferecem uma variedade construtiva e tipológica maior, isto é, surgem dimensões mais reduzidas dos espaços monásticos mantendo-se no entanto a simplicidade como mote, tanto no que respeita à sua planta como ao desenho dos lugares regulares e das igrejas. É de

salientar a existência de elementos arquitectónicos claramente distintivos e pertencentes apenas aos mosteiros femininos.”

A mesma autora apresenta como exemplos de espaços exclusivos das casas femininas cistercienses o mirante “*uma espécie de logradouro atarracado localizado numa zona elevada do mosteiro, em geral próximo da portaria.*” Ou o torno “*... um suporte giratório, próprio dos mosteiros femininos, que permite a troca de objectos com o exterior, sem qualquer contacto físico ou visual entre os intervenientes.*” (Martins, 2011, pp. 408–409).

Um terceiro critério de tipificação dos mosteiros do Noroeste da Península Ibérica está relacionado com a localização geográfica e com o meio de implantação dos complexos monástico-conventuais.

Como referido por Saúl António Gomes (2013, p. 249), no norte de Portugal, nomeadamente no Entre Douro e Minho, verifica-se uma maior presença de complexos beneditinos, cistercienses e regrantes que se distribuíram sobretudo pelo meio rural. Um cenário que pensamos caracterizar todo o Noroeste ibérico, mas no qual é inegável a influência beneditina na construção destes complexos.

Não obstante, dentro desta delimitação, o local de implantação permite estabelecer uma distinção entre os mosteiros e conventos rurais e urbanos. Por norma, nos complexos rurais, a planta beneditina segue a norma do complexo edificado composto pela igreja e claustros envolvidos por uma cerca de grandes dimensões. A construção desarticulada do plano monástico ocupava ainda espaços no interior da cerca e inclusivamente na envolvente desta, nomeadamente com edifícios isolados como oficinas e estruturas agrícolas ou hidráulicas.

Apesar de o plano monásticos desenvolvido em meio rural, por vezes, ter servido de polo dinamizador ao aparecimento e desenvolvimento de burgos e aglomerados habitacionais que resultaram em vilas e urbes, a sua aplicação em meio urbano, não configura um cenário ideal para a ampla aplicação do plano monástico pelas características morfológicas deste último. (Gomes, 2013, p. 248).

Tal como observado por Caroline Bruzelius (2012, p. 369), as casas religiosas implantadas num espaço urbano possuem condicionantes e um planeamento distinto dos rurais, adaptando-se à forma dos quarteirões e à morfologia da cidade¹⁰, aproximam-se mais do tipo dos edifícios civis, muitas vezes com a igreja apenas distinguível pela fachada. Exemplo desta aplicação, os complexos mais representados no meio urbano são as casas mendicantes, cujas condicionantes do meio tornam os seus edifícios diferentes das casas rurais. A arquitetura mendicante caracteriza-se por apresentar na evolução

¹⁰ Com exceção para os mosteiros e conventos periféricos que inicialmente possuem uma tipologia próxima da dos rurais e do plano beneditino e depois, com a expansão urbana e a sua integração no tecido urbano sofrem alterações, nomeadamente na redução dos espaços exteriores e incapacidade de expansão horizontal.

dos seus edifícios aspetos diferenciadores da arquitetura monástica, nomeadamente pela aplicação geral de princípios de simplicidade e pobreza ao edificado, mas também de uma conceção diferente da orgânica dos espaços. As igrejas mendicantes medievais, por exemplo, distinguiam-se pela tela do coro, cuja função de divisão dividia a igreja “interior”, dos frades, da igreja “exterior”, dos fiéis. Pela sua função planimétrica fundamental na organização do espaço litúrgico, tratava-se de um elemento construtivo essencial no planeamento das igrejas mendicantes.

Os primeiros momentos de ocupação de espaços urbanos por ordens mendicantes ocorreram em edifícios doados ou abandonados como hospitais, habitações ou outros templos. Posteriormente, à medida que as comunidades se foram expandindo verificou-se a necessidade de adequação dos espaços ao número de integrantes das comunidades, mas a construção de novas igrejas e conventos constituía uma situação esporádica na realidade destas ordens. A construção dos espaços mendicantes deste período consistiu em reformas de longa duração e intermitentes, que em muitos casos redundaram em processos de vários séculos (Bruzelius, 2012, p. 369).

Todavia, as comunidades mendicantes da Idade Média, no quadro de ruptura do monaquismo do século XIII (Berlioz, 1996, pp. 11–12), começam a sofrer um processo de concetualização que consistiu na inclusão da arquitetura monástica, nomeadamente a adoção de edifícios do tipo claustral. Um procedimento que introduziu consistência na morfologia dos edifícios mendicantes, mas que resultou também numa maior dificuldade em encontrar espaços urbanos que permitissem a implantação e expansão dos conventos (Bruzelius, 2012, p. 373).

No entanto, o fator urbano foi definidor na forma como os complexos mendicantes evoluíram, uma vez que a dinâmica construtiva estava dependente da pressão urbana existente. Uma dinâmica que condicionou tanto a dimensão dos espaços construídos, como a realização de espaços abertos para funções cemiteriais e ações públicas, que muitas vezes levavam à demolição de outros elementos topográficos da cidade, dando lugar a “espaços vazios” no tecido urbano (Bruzelius, 2012, p. 379).

Deste modo, os complexos monástico-conventuais implantados em meio urbano possuem uma dinâmica de evolução bastante distinta dos espaços rurais que os coloca num âmbito de análise distinta, com critérios de construção específicos que não podem ser diretamente comparados.

O convento de Vilar de Frades encontra-se implantado num espaço rural e tem a particularidade de ainda preservar a sua cerca. Apesar da sua alienação parcial na sequência da extinção das ordens monásticas em Portugal, continua a preservar as suas principais unidades, identificadas pela igreja, claustros, cerca e outros elementos já situados no exterior.

Os dois últimos critérios, a cronologia e o estilo arquitetónico, podem ser abordados em conjunto, uma vez que o presente estudo tem por objetivo ser transversal aos mesmos.

Do ponto de vista da cronologia, é comum os estudos existentes sobre arquitetura e construção de espaços monástico-conventuais centrarem-se sobretudo na época medieval. Não obstante, o período moderno dos espaços monástico-conventuais, um objeto de estudo pouco conhecido, sobretudo pela Arqueologia em Portugal (Gomes, 2012, p. 38), constitui um horizonte bastante relevante para o estudo da construção moderna.

Vilar de Frades enquadra-se no conjunto dos mosteiros cuja amplitude cronológica se baliza entre a Alta Idade Média e a época contemporânea. Todavia, ainda que a sua matriz construtiva atual date das reformas empreendidas no século XVI, facto pouco comum na cronologia das empreitadas dos espaços monástico-conventuais, sobretudo no território português, possui também no seu conjunto edificado várias reformas efetuadas ao longo da época moderna, nomeadamente nos claustros, onde são aplicadas várias soluções e técnicas construtivas que ultrapassam o horizonte da casa religiosa e se aproximam da construção corrente.

O critério estilístico, tal como o cronológico, é abordado de forma transversal no presente estudo. Reconhecendo a importância que as abordagens de âmbito estilístico têm e tiveram na definição dos diferentes períodos arquitetónicos que compõem edifícios históricos e estratificados, a presente abordagem ambiciona perspetivar a construção pelas suas características técnicas e morfológicas.

Todavia, no caso de Vilar de Frades, do ponto de vista do estilo, trata-se de um complexo que abrange vários estilos nem sempre representados no quotidiano do Noroeste da Península Ibérica, nomeadamente no português, integrando deste o bastante estudado românico, passando pelo gótico final ou manuelino, pelo maneirismo, pelo barroco e neoclássico.

3. Objetivos

O principal objetivo do presente estudo centra-se na análise construtiva e arquitetónica dos edifícios monástico-conventuais desde a época medieval até à atualidade, assim como na sua valorização sociocultural e patrimonial, adotando-se como caso de estudo o Convento de Vilar de Frades, em Barcelos.

Partindo do edificado conservado, e do seu cruzamento com outros tipos de fontes documentais, nomeadamente escritas, analisa-se a planimetria e os espaços que compõem este tipo de complexos arquitetónicos, bem como o seu processo construtivo, nomeadamente os materiais e as técnicas utilizadas na construção monástico-conventual. Sempre que possível integram-se os elementos

estudados com a informação existente sobre a organização do estaleiro, a constituição das equipas, a especialização do trabalho, entre os períodos medieval e moderno, no âmbito europeu.

Trata-se, nesse sentido, de uma abordagem aos complexos monástico-conventuais que se insere nas recentes tendências de investigação sobre a História da Construção, que objetiva problematizar o seu estudo a partir de conceitos analíticos desenvolvidos no âmbito da Arqueologia da Arquitetura, enquanto metodologia que beneficia e exercita os princípios da Arqueologia ao edificado histórico.

Deste modo, o exercício metodológico de recolha, tratamento e análise de informação referente a Vilar de Frades visa contribuir para a problemática em torno dos estudos acerca da construção monástico-conventual do Noroeste da Península Ibérica.

Torna-se nesse sentido essencial elaborar um acervo de informação relativa aos complexos monásticos-conventuais que documente a sua construção desde as primeiras formas de monaquismo até à atualidade, potenciador de uma abordagem comparativa com edifícios de origem semelhante em espaços geográficos distintos. Procura-se deste modo reunir a informação de forma hierarquizada e interrelacionada de forma a permitir análises de conjunto aos complexos arquitetónicos ou apenas a determinados espaços ou elementos construtivos.

Sendo a planimetria e a arquitetura dois elementos inerentes à construção, a sua análise tem por objetivo proceder a uma desconstrução hierarquizada dos diferentes edifícios, espaços e estruturas que compõem o complexo de forma a possibilitar a sua análise de forma individual e a diferentes escalas.

Os materiais e técnicas utilizadas na construção compõem uma parte importante do presente estudo, visto que a individualização das estruturas verticais e horizontais, bem como dos elementos construtivos integrados ou associados às estruturas que compõem os diferentes edifícios conformam os elementos mais pertinentes para o estudo estrutural, planimétrico e decorativo da construção monástica.

Com base na leitura estratigráfica e construtiva dos elementos estruturais (designados por unidades de referência) outro dos objetivos tem em vista individualizar e caracterizar as diferentes fases construtivas do Convento de Vilar de Frades (Barcelos), desde a sua origem no século XI até à atualidade, tendo em consideração as conjunturas socioculturais.

Para a concretização deste objetivo foi essencial proceder a um diagnóstico exaustivo sobre os diferentes espaços e estruturas que atualmente sobrevivem do complexo monástico-conventual e à sua articulação com os dados provenientes das fontes documentais e o estado dos conhecimentos resultante de outros estudos sobre Vilar de Frades.

Com o recurso a formas de registo como a fotografia aérea com recurso a *drone*, a fotogrametria e os levantamentos arquitetónicos, utilizados para a macro análise e leitura estratigráfica das estruturas,

pretende-se atingir um grau de leitura detalhada dos elementos construtivos presentes nas várias estruturas, diferenciando os interfaces construtivos dos interfaces cronológicos e proceder, deste modo, ao estudo do processo construtivo de vários espaços, nomeadamente revendo o conhecimento existente e acrescentando novos dados e perspetivas sobre a evolução construtiva dos espaços dos edifícios que compõem o edificado do convento de São Salvador de Vilar de Frades.

Fruto da análise e leitura das estruturas, o objetivo do presente trabalho passa ainda pela criação de uma base de dados dos elementos construtivos, de forma a ser possível caracterizar cronologicamente e tipologicamente as técnicas e os materiais utilizados na construção monástico-conventual do convento de Vilar de Frades.

4. Metodologia

Na generalidade, o estudo dos edifícios históricos, como os complexos monástico-conventuais tem sido realizado tendo por base as metodologias inerentes a diferentes áreas disciplinares, nomeadamente à História, à História da Arte, à Arqueologia ou à Arquitetura.

Com base nos pressupostos teóricos da Arqueologia da Arquitetura e da História da Construção, já referidos, a metodologia utilizada para a concretização dos nossos objetivos, teve ainda em consideração a adaptação ao objeto de estudo, os processos de registo e recolha de informação e a execução de um diagnóstico através de leituras efetuadas nas superfícies edificadas do complexo de Vilar de Frades.

A metodológica adotada incluiu assim métodos de registo e análise comuns a diversas áreas científicas numa perspetiva consolidadora e multidisciplinar, tal como tem vindo a ser defendido e implementado pela Arqueologia da Arquitetura. Tratando-se, efetivamente de um estudo de base arqueológica, pretende-se realizar o estudo dos paramentos e a evolução diacrónica do edifício, numa visão mais ampla e complementar da caracterização construtiva dos edifícios históricos, onde a sucessão de transformações ocorridas sejam devidamente contextualizadas.

A metodologia adotada não visou constituir um contributo para uma afirmação disciplinar ou metodológica, no sentido em que não se pretende romper com as múltiplas áreas do saber que estudam os edifícios históricos, mas formar uma abordagem multidisciplinar e congregadora de conhecimento para o estudo aprofundado da construção a partir dos edifícios históricos. Um contributo para uma análise “tridimensional”, no sentido em que a abordagem não privilegiou a verticalidade em detrimento da horizontalidade, assente numa postura congregadora e articulada que incluiu os elementos verticais e horizontais dos espaços edificados.

4.1. O objeto de estudo

O edifício, enquanto objeto de estudo passível de ser estudado pela Arqueologia, possui características próprias que o distinguem das evidências arqueológicas recuperadas por escavação, nomeadamente no que se refere à leitura das elevações e das superfícies horizontais (Brogiolo, 1988, pp. 12–14). Neste sentido, a adaptação dos métodos da Arqueologia ao edificado está dependente de uma compreensão prévia das características e a composição dos edifícios (Brogiolo, 1988, pp. 15–20).

Os edifícios em alvenaria, nos quais se insere o presente estudo, podem ser definidos como uma “... *estrutura dimensional em que a combinação dos vários elementos estruturais delimitadores de um espaço serve à constituição de células que se associam lateralmente ou se sobrepõem.*” (Mateus, 2012, p. 71).

Um edifício, no seu todo, transmite a ideia de unidade. De um todo que se encontra internamente dividido em diferentes espaços que, por sua vez, são constituídos por um conjunto de superfícies verticais e horizontais. Subjacente a esta organização, como já referido, subsiste a ideia de uma organização “hierárquica” (Brogiolo, 1988, p. 13), razão pela qual podemos decompor um edifício de forma quase modular dos elementos mais pequenos para os maiores, nomeadamente do elemento construtivo para a superfície, desta para a divisão, desta para o espaço e finalmente do espaço para o edifício, assumindo este último o topo da hierarquia.

Subjacente à constituição do edifício subsiste igualmente a ideia de diferentes escalas. Se o edifício representa a escala máxima, o mesmo pode depois ser observado a escalas intermédias, constituídas pelos espaços e divisões. A escala menor será representada pelas superfícies, sejam verticais ou horizontais. Dependendo do grau da análise, poderá inclusivamente ser observado à microescala, ao nível dos elementos construtivos.

Todavia, é necessário ter em consideração que a interação dos diferentes componentes e espaços de um edifício, ou seja, a sua complexidade estrutural, não está diretamente relacionada com a sua complexidade estratigráfica. Se o objeto de estudo resultar de um processo de adições, alterações e destruições, à complexidade estrutural junta-se a complexidade estratigráfica cuja observação vai beneficiar da referência proporcionada pela hierarquização e pelas diferentes escalas mencionadas.

As superfícies verticais e horizontais constituem o horizonte base da análise. No âmbito dos elementos verticais, podemos incluir os muros, as paredes, as divisórias ou qualquer outro elemento que seja erigido na vertical. Os elementos horizontais, por sua vez, integram os pavimentos e os tetos que delimitam fisicamente os espaços e se encontram articulados com os elementos verticais.

4.2. As Unidades de Referência

Os complexos monástico-conventuais do Noroeste da Península Ibérica, nomeadamente aqueles que se encontravam implantados no meio rural, seguiam uma organização do espaço relativamente padronizada assente no designado plano monástico (Gomes, 2013, p. 248). Pelo menos desde os finais do século XI, a disseminação do beneditismo por monges clunienses (Faure, 2012, p. 21) levou à implantação de complexos fisicamente delimitados por uma cerca, centrados no edifício da igreja, com claustros adjacentes e outras construções de carácter utilitário nas imediações.

Ainda que se registem variações, a constituição dos mosteiros e conventos que seguiram o plano monástico introduziram na construção um grau de padronização espacial que permite aplicar a este tipo de complexos arquitetónicos um sistema de referência para melhor compreender e estudar a sua construção, numa abordagem semelhante à de uma escavação de um sítio arqueológico, nomeadamente sob o método *open área* (Renfrew e Bahn, 2000, p. 108). Todavia, ao contrário de uma escavação, um edifício possui os seus limites fisicamente definidos por natureza. O edifício está fisicamente definido pelos muros exteriores e elementos como a área e morfologia são conhecidos *a priori*, permitindo, também ao contrário de uma escavação, preparar uma abordagem em função do espaço.

Apesar do conhecimento dos seus limites, um edifício possui depois uma complexificação registada na sua progressão em elevação, por exemplo em vários pisos, e a sua organização horizontal, com diferentes espaços, divisões, subdivisões e superfícies horizontais e verticais que necessitam de ser identificados e localizados de uma forma lógica e articulada. Tanto o desenvolvimento em elevação como interno adicionam uma complexidade ao nível dos horizontes a serem abordados. Mais precisamente, introduzem uma série de novas dimensões que são menos comuns à escavação arqueológica. Foi, por conseguinte, necessário introduzir uma forma de identificar e referenciar os espaços e superfícies, com vista à execução de um diagnóstico coerente e sistemático.

De modo a fazer face à complexidade do edifício enquanto objeto de estudo arqueológico e colmatar a necessidade de identificação e organização do edificado de Vilar de Frades, foi seguido o método das unidades de referência em edifícios complexos, como já referido, explorado por Gian Pietro Brogiolo (1988, pp. 15–20), -destinado a identificar articuladamente e hierarquicamente os diferentes espaços.

Com base no modelo teórico de referência definido pelo supracitado autor, o presente estudo incluiu um sistema de unidades de referência adaptado aos diferentes espaços e divisões do edificado de Vilar de Frades, até ser possível atingir o horizonte de análise das superfícies construídas, e dentro dessa realidade delimitada, proceder à leitura dos elementos estruturais e estratigráficos.

Todavia, tratando-se de um processo que se pode tornar exaustivo devido à repetição de divisões interiores, para o caso de Vilar de Frades foi seguido um critério assente na interpretação da orgânica do edifício. Independentemente de um muro poder ser comum a várias subdivisões e poder conter várias unidades estratigráficas, a opção recaiu pela não divisão dos muros em função das descontinuidades horizontais, mas sim pela sua extensão e orientação.

As unidades de referência identificadas em Vilar de Frades desdobraram-se em Complexo; Conjunto; Edifício; Espaço; Elemento vertical/horizontal; Alçado/Planta de piso/Planta de teto ou Forro e Unidade Estratigráfica/Elemento estrutural/Interface de ligação ou rotura.

O Complexo, realizando a larga escala e referência mais abrangente, engloba todo o conjunto de construções, estruturas e edificações associadas a Vilar de Frades, portanto, na posse do convento, mesmo que não possuindo uma ligação física com os edifícios principais ou não se encontrassem no interior da delimitação da cerca.

O Conjunto, define os corpos construídos que se encontram agregados entre si, formados por vários edifícios ou não, mas que constituem um espaço com uma funcionalidade específica. Nesse sentido, procedeu-se à divisão do Complexo de Vilar de Frades segundo a funcionalidade dos diferentes espaços. O edifício da igreja foi identificado por “A”, o claustro sul por “B”, o claustro sudoeste por “C” e os espaços exteriores, a formar uma exceção, por “D” (Figura 5).

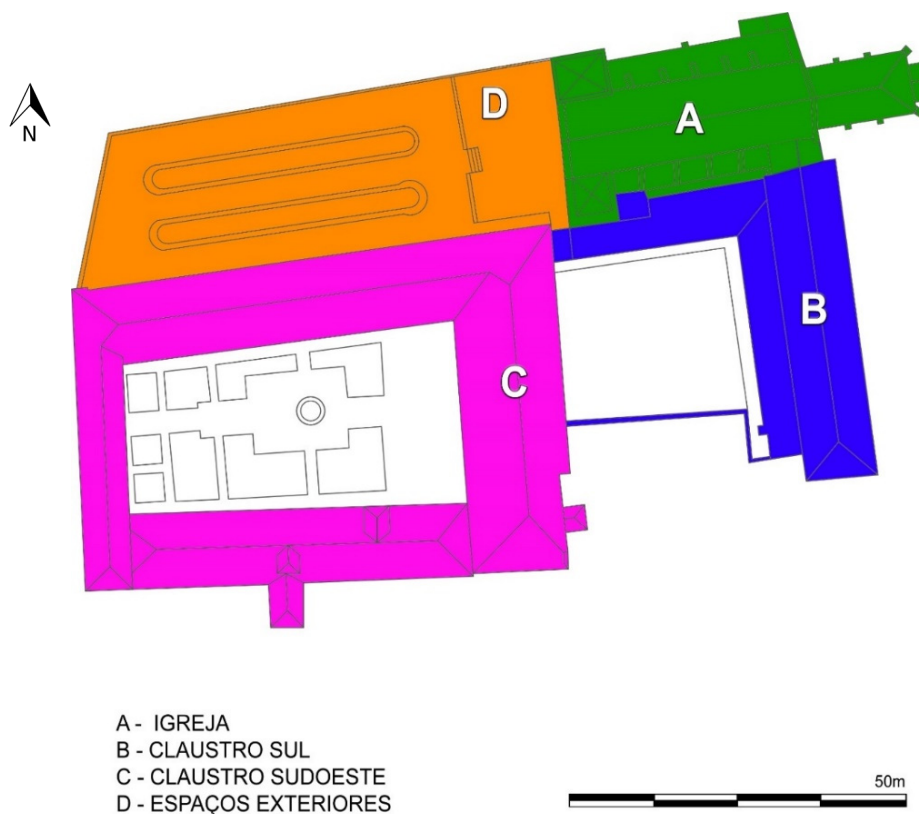


Figura 5 - Identificação dos Conjuntos que constituem o edificado do Complexo de Vilar de Frades

Na categoria de Edifício, foram incluídas as construções dentro de cada um dos espaços previamente identificados. Para o Edifício foi adotada a mesma designação alfabética do Conjunto, no caso em que o edifício correspondia na totalidade ao espaço funcional, quando esta situação não se verificava, foi acrescentado um sistema de identificação alfanumérico à designação alfabética do espaço. No caso da igreja, dado que o edifício materializa o espaço sagrado do edifício, foi mantida a designação alfabética para o espaço “A”. No caso dos claustros, à designação alfabética foi acrescentado uma identificação numérica iniciada pelo Norte e seguindo o sentido dos ponteiros do relógio (B1; B2; B3; C1; C2; C3 e C4) (Figura 6).

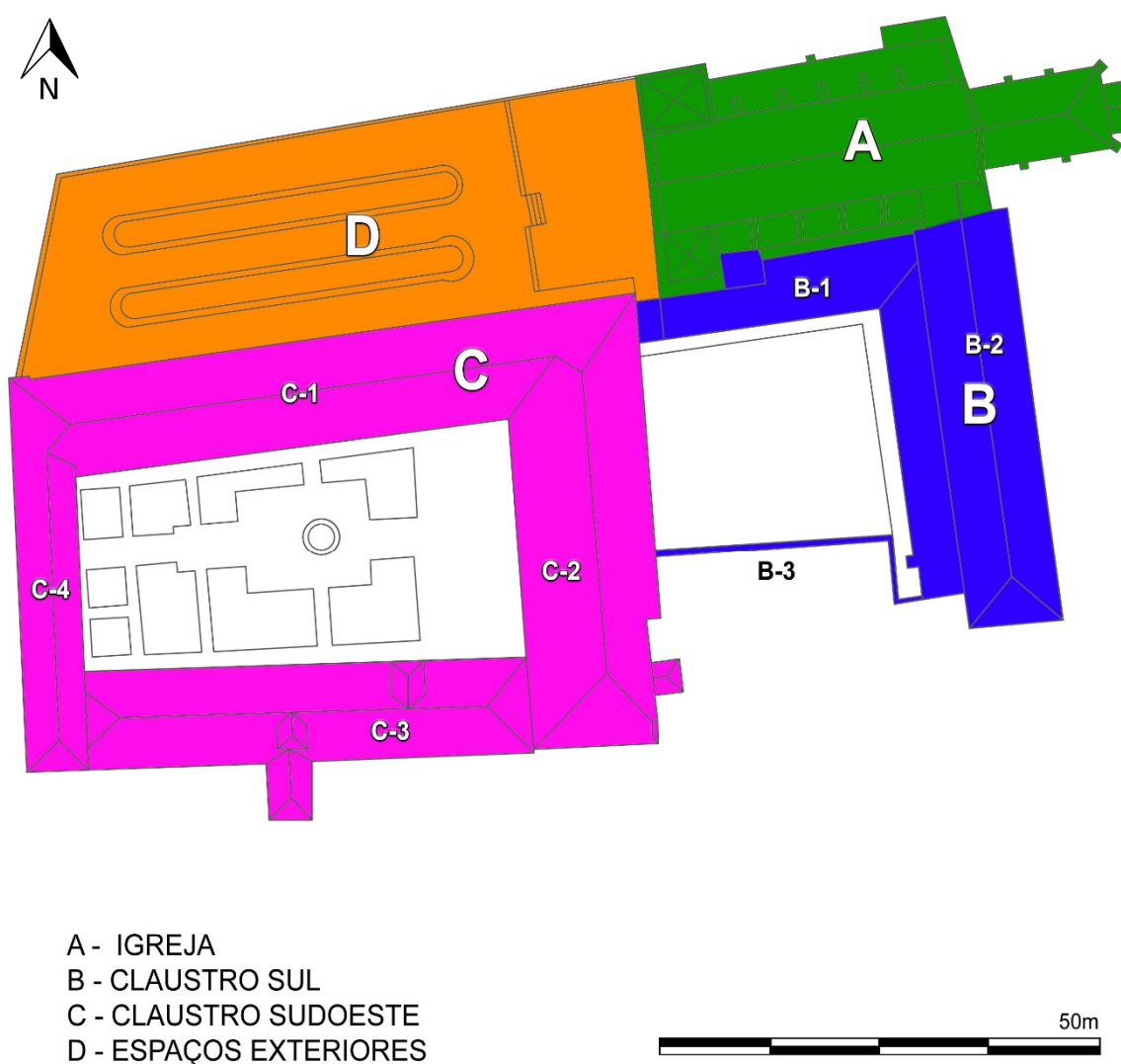


Figura 6 - Subdivisão dos grandes espaços do edificado do Complexo de Vilar de Frades.

Por sua vez, cada Edifício encontra-se depois subdividido em diferentes Espaços, ou divisões, recorrendo-se novamente à sua identificação numérica. No caso da igreja, o seu interior está dividido por um conjunto de Espaços, também com uma funcionalidade específica. Assim, à capela-mor foi atribuída

a designação “A-1”, ao transepto o identificador “A-2”, ao corpo “A-3”, átrio “A-4 e às torres “A-5” e “A-6”.

Dentro de cada Espaço tornou-se necessário a identificação das superfícies horizontais e verticais existentes (Figura 7). Os Espaços dos edifícios podem conservar um número variado de elementos verticais, nomeadamente os muros e as paredes, que podem ser exteriores, ou divisórios, e por elementos horizontais, que podem incluir os pisos e as coberturas. Importa referir que os pisos e as coberturas possuem determinadas especificidades do ponto de vista da análise que diferem dos elementos verticais. O piso situado ao nível mais baixo da edificação, apenas poderá ser analisado através da planta de piso, ou seja, de uma superfície. No caso das coberturas do nível superior, verifica-se que para o interior pode haver a presença do teto ou forro e para o exterior o sistema do telhado. Uma terceira possibilidade, para os pisos intermédios, verificamos que um dado elemento horizontal pode configurar simultaneamente um teto e um piso

Optámos, igualmente, pela individualização das superfícies horizontais e verticais através do recurso ao sistema numérico, que se acrescentará à designação do Edifício. A numeração das superfícies verticais seguiu, sempre que possível, o sentido da orientação do Norte, de acordo com os ponteiros do relógio. Quanto às superfícies horizontais, primeiro procedeu-se à numeração das superfícies de pavimento e depois às de cobertura. Neste caso, optámos ainda pela junção à designação de um carácter distintivo.

Assim, na capela-mor, uma estrutura relativamente simples, foram identificadas quatro unidades de referência, relativas aos quatro muros verticais, e duas relativas ao pavimento e à cobertura. Ao muro norte foi atribuída a designação “A-1-1” e assim sucessivamente no sentido horário para os muros a poente e sul (A-1-2 e A-1-3, respetivamente). Relativamente ao muro a nascente, tratando-se a capela-mor de um espaço aberto por inerência para o interior da igreja, considerámos o tramo nascente como pertencente ao transepto. Ao pavimento foi atribuída a designação “_A-1-4” e ao teto, neste caso uma abóbada, foi atribuída a designação “^A-1-5”.

Uma vez identificada a unidade de referência, foi necessário proceder à distinção da superfície. De forma a uniformizar a análise, cada face foi identificada consoante a orientação do alçado. O muro norte da capela-mor, por exemplo, que teve como identificação a unidade de referência A-1-1, foi analisado ao nível do alçado norte, voltado para o exterior, e do alçado sul, voltado para o interior.

A identificação das superfícies permitiu depois empreender na leitura das ações conservadas, ou seja, a identificação dos elementos que compõem as superfícies, nomeadamente os elementos estruturais,

arquitetónicos e decorativos, atendendo não só à caracterização estrutural, mas também à estratigrafia destes elementos.

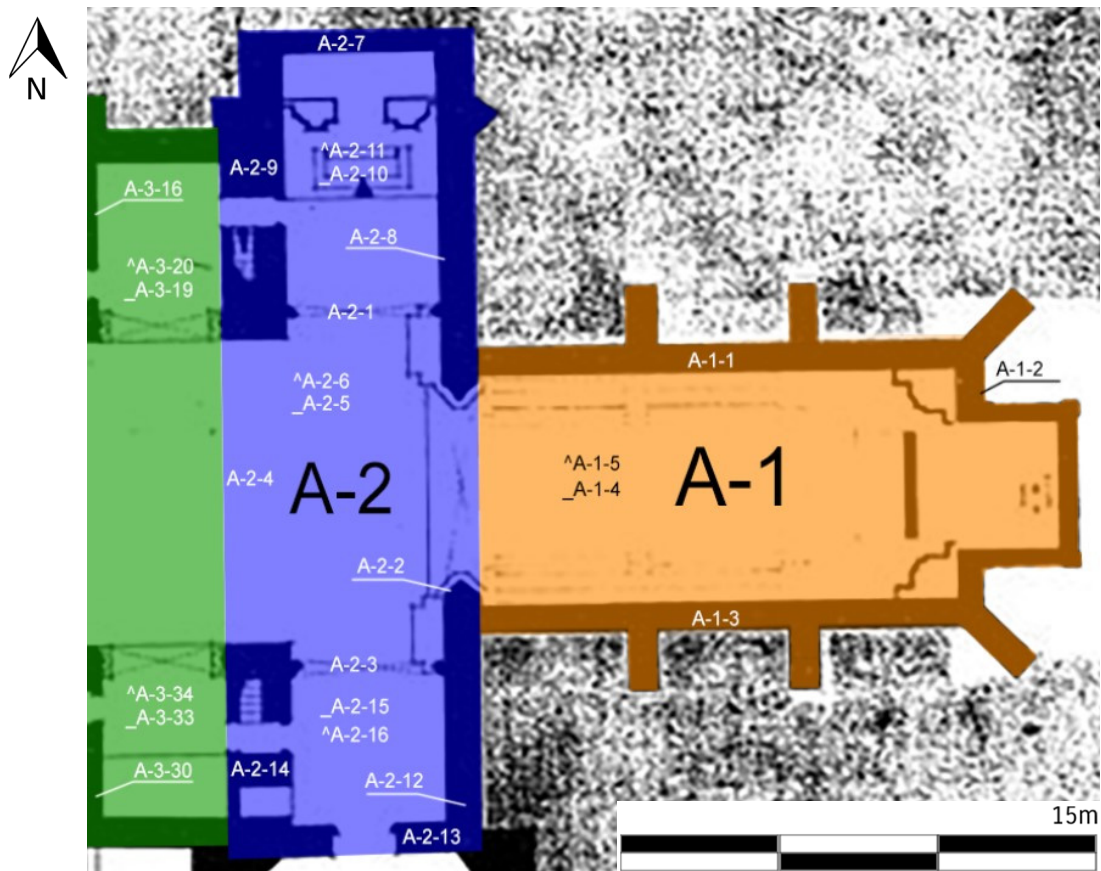


Figura 7 - Exemplo da designação alfanumérica atribuída às unidades de referência das superfícies horizontais e verticais da igreja. Fonte do levantamento base: monumentos.pt (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1) / CC BY-NC-ND-3.0.

4.3. O método estratigráfico e os interfaces estruturais

Como já referido no ponto 1.2 relativamente à Arqueologia da Arquitetura, a adaptação do método estratigráfico aos paramentos dos edifícios constituiu o elemento definidor da apelidada Arqueologia da Arquitetura, sobretudo pelo facto de trazer para o estudo cronológico dos edifícios uma alternativa ao método estilístico (Arce Sainz, 2009, p. 27; Parenti, 2002, p. 73).

Apesar da ausência de consenso na denominação do método de aplicação da estratigrafia arqueológica às construções, a análise estratigráfica de construções históricas assimila parte dos princípios estratigráficos enunciados por Edward C. Harris (1989), nomeadamente no que diz respeito aos efeitos estratigráficos produzidos pelas ações antrópicas (Caballero Zoreda, 1995, pp. 37–38).

Como exemplificado por Luis Caballero Zoreda (1995, pp. 38–39), as construções históricas, com as suas particularidades, expressam os princípios de sobreposição, sucessão e continuidade, de

horizontalidade original e continuidade lateral, relações de rotura e de fenómenos de descontinuidade temporal.

Tal como é transversal à disciplina arqueológica, os métodos de análise estratigráfica possuem uma forte componente cronológica, no sentido em que pretendem expressar uma ordem, uma posição e uma relação temporal entre os diferentes estratos que se formam ao longo do tempo.

Todavia, para além da já referida importância da aferição cronológica da construção no seu todo, a leitura estratigráfica pode igualmente constituir um método relevante para a compreensão das formas construtivas presentes nos edifícios históricos. Os diferentes elementos estruturais e elementos dos sistemas construtivos formam entre si “interfaces estruturais” que permitem compreender e caracterizar processos construtivos.

A análise estratigráfica realizada compreendeu todo o conjunto formado pelas superfícies verticais e horizontais do Complexo de Vilar de Frades. As leituras destinaram-se não só a aferir a cronologia das diferentes fases construtivas, mas também, dentro dos estratos, a desconstrução de todos os elementos estruturais, funcionais e decorativos.

Para além dos interfaces de relevância cronológica divididos pelas ações de rotura e de ligação, foram também valorizados na presente análise os interfaces de relevância construtiva, cuja relação cronológica é redundante na medida em que apenas configura uma sobreposição simples dentro do mesmo período ou fase.

Todavia, uma estrutura original, ou a parte de uma edificação que resulte de um projeto ou empreitada, evidencia um conjunto de elementos construtivos importantes para o estudo da execução, das técnicas, dos materiais e do resultado final, podendo inclusivamente ser ordenados no âmbito do processo construtivo (ou estrutural). A título de exemplo, a abóbada da capela-mor da igreja de Vilar de Frades inscreve-se cronologicamente no século XX. Trata-se de uma reconstrução contemporânea da abóbada edificada nos inícios do século XVI que conserva ainda grande parte dos elementos originais, bem como o próprio sistema construtivo. Neste sentido, tendo a reformulação empreendida na década de 40 do século XX contemplado a reconstrução do sistema original, os elementos preservados e a relação estrutural existente entre estes, juntamente com outras fontes, permitiram recuperar a sequência construtiva da abóbada. Uma abóbada nervurada comum ao período do gótico tardio, cuja análise estratigráfica permitiu comprovar que o teto da capela-mor era constituído primeiramente por um complexo sistema de nervuras, que formava a parte estrutural com o recurso a diferentes tipos de arcos, e que a abóbada era obtida por um conjunto de painéis que “apoiavam” no sistema de nervuras. Ainda na sequência construtiva, os painéis eram depois sobrepostos por uma camada de argamassa que selava

a estrutura. Toda esta sequência possuía vários interfaces de ligação que traduziam a configuração do sistema descrito (Figura 8).

A valorização dos interfaces construtivos, ou estruturais, visou assim aprofundar a análise individual de um determinado projeto ou empreitada. Numa mesma sequência construtiva, podemos identificar elementos como por exemplo muros e mísulas. No entanto, a lógica construtiva vai determinar que o muro comece a ser construído antes da colocação das mísulas. Apesar de integrarem o mesmo projeto, a mesma empreitada e possuírem a mesma cronologia, do ponto de vista estrutural obedecem a uma determinada ordem construtiva.

Na presente análise, sempre que possível, procurou-se seguir a ordem dos interfaces construtivos tendo em vista uma caracterização mais aprofundada dos elementos e dos sistemas construtivos, das técnicas e dos materiais dentro de cada período cronológico e devidamente localizados através das unidades de referência (Figura 9).

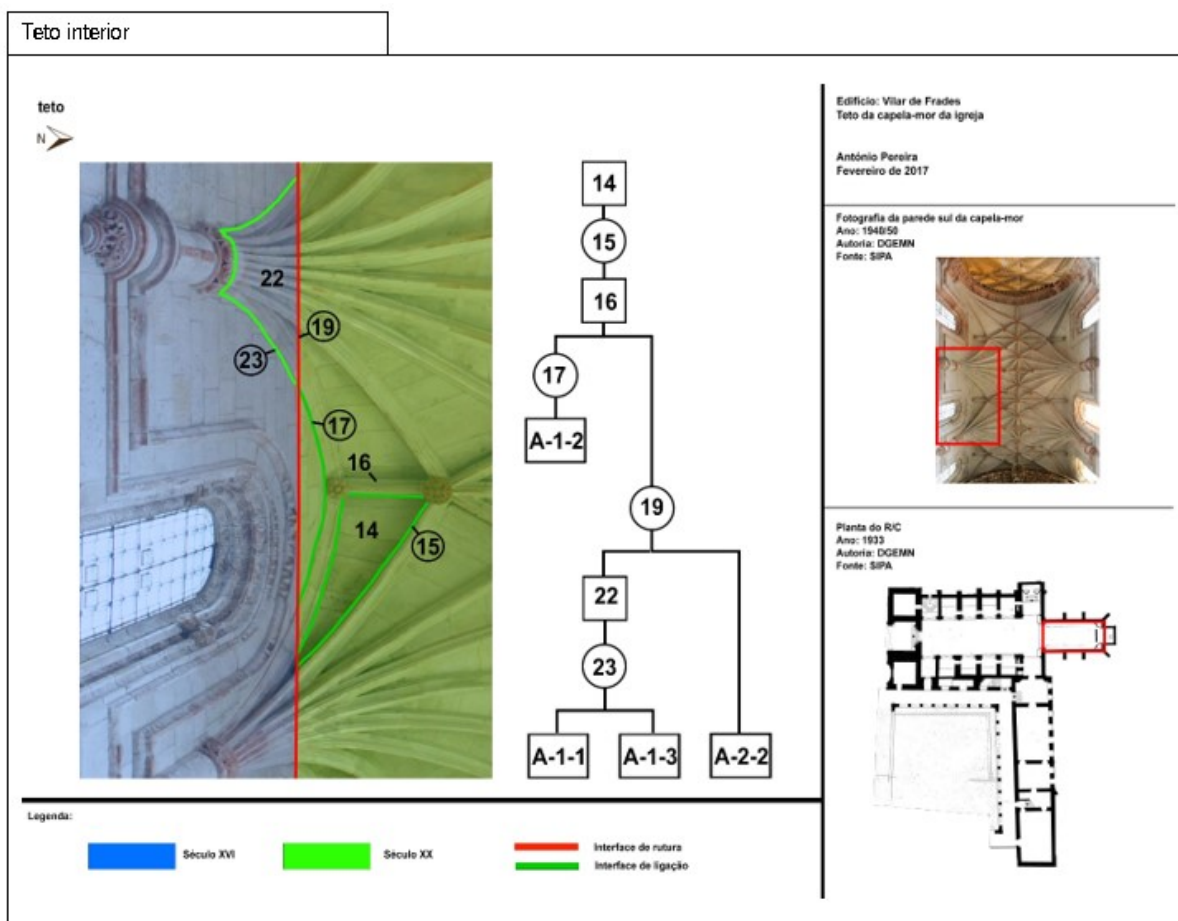


Figura 8 - Excerto da leitura dos interfaces estruturais da abóbada da capela-mor (Apêndice 1: Tabela 4 – Ficha de leitura estratigráfica nº 4).

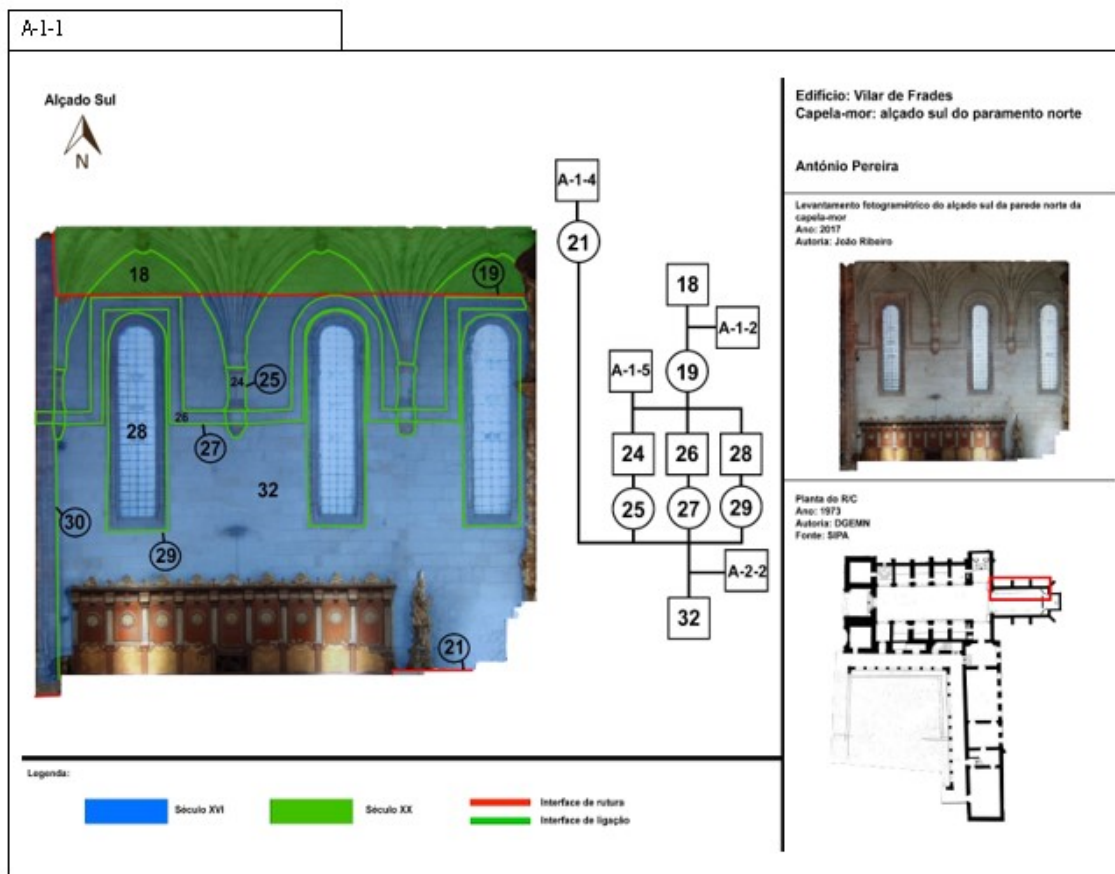


Figura 9 - Excerto da leitura estratigráfica da parede lateral norte da capela-mor, onde se pode observar a sequência construtiva dos elementos (Apêndice 1: Tabela 1 – Ficha de leitura estratigráfica nº 1).

Atendendo à dimensão do Complexo de Vilar de Frades e à quantidade de relações existentes entre os elementos identificadas nas unidades de referência, o método descrito revelou, desde logo, a possibilidade de redundar num exercício demasiado extenso e repetitivo. A quantidade de elementos que se encontram fisicamente separados, mas que estruturalmente funcionam em conjunto, ou que pela coerência e harmonia do projeto se vão repetindo ao longo das paredes, pisos e tetos, facilmente tem como resultado uma repetição exaustiva não só de unidades construídas, como das relações que vão estabelecendo com os restante elementos construtivo (interfaces).

De forma a evitar a produção de informação redundante, a análise dos alçados e das plantas foi efetuada de uma forma interpretativa, tal como numa escavação arqueológica, permitindo a partir do processo de leitura estabelecer equivalências e reduzir a quantidade unidades estratigráficas construídas numeradas e por consequência das relações existentes.

Todavia, determinados elementos constituíram uma exceção. Nos casos em que a repetição do mesmo elemento construtivo ocorreu em unidades de referência diferentes, procedeu-se à sua diferenciação. No caso da capela-mor da igreja de Vilar de Frades, os contrafortes diagonais encontravam-se ambos associados à parede este (unidade de referência A-1-2), mas também às paredes laterais. O

contraforte sul estabelecia um interface de ligação estrutural com a parede lateral sul (unidade de referência A-1-3) e o contraforte norte estabelecia um interface de ligação estrutural com a parede lateral norte (A-1-1). Neste caso, tratando-se assim de duas realidades fisicamente separadas, considerou-se necessário individualizar cada um dos contrafortes.

A introdução do conceito de interface estrutural, ou construtivo, teve por objetivo identificar os diferentes elementos que integram um elemento vertical ou horizontal dentro de uma determinada fase construtiva, bem como a articulação entre os próprios elementos. Os interfaces estruturais não se sobrepõem aos interfaces cronológicos e possuem o mesmo valor de um interface de rotura redundante. No entanto, a sua relevância depende do método estratigráfico e da plena compreensão da estratigrafia construtiva.

4.4. O levantamento, registo e tratamento digital da informação

Para o registo e recolha da informação acerca dos elementos construtivos foram aplicados métodos não destrutivos comumente utilizados na Arqueologia. Tais métodos incluíram descrições escritas, registos fotográficos e levantamentos de plantas e alçados (Drewett, 1999, p. 58).

A execução dos registos e dos levantamentos foi efetuada com recurso a tecnologias informáticas como forma de produzir fotogramas com correção ortográfica e captação de imagens em espaços inalcançáveis. Tratou-se de uma adaptação da fotografia aérea que tem vindo a ser utilizada na Arqueologia, desde as primeiras décadas do século XX, como um meio para obter informação em locais de grande dimensão e/ou pouco acessíveis (Renfrew e Bahn, 2000, p. 83).

O desenvolvimento tecnológico ao nível dos instrumentos de recolha de imagens, da obtenção e da aplicabilidade de fotografias aéreas têm vindo a permitir que estas sejam tratadas e manipuladas digitalmente, permitindo a execução de levantamentos de grande detalhe e a construção de uma imagem a partir de várias fotografias (Renfrew e Bahn, 2000, p. 84).

O recurso às fotografias aéreas foi utilizado paralelamente com a fotogrametria. Enquanto método de registo, a fotogrametria constituiu uma *“... técnica que permite medir objetos, edifícios o la misma superficie terrestre, a partir de imágenes perspectivas obtenidas por procedimientos fotográficos.”* (Almagro Gorbea, 2004, p. 53). Por via da captação de várias fotografias de diferentes perspetivas do mesmo objeto, foi possível obter um “modelo” com rigor métrico e estereoscópico e fazer o mapeamento das superfícies, do seu relevo e da sua profundidade (Almagro Gorbea, 2004, pp. 55–56).

Destaca-se ainda a possibilidade de aceder a espaços de difícil acesso, nomeadamente às superfícies de cobertura da parte exterior dos edifícios, que não possuem acessos e onde foi possível captar imagens, com o recurso a um *drone*, de vários pormenores construtivos importantes para o estudo da construção.

A leitura das unidades de referência identificadas nos edifícios do Complexo de Vilar de Frades foi efetuada através de uma ficha de leitura estratigráfica elaborada para o efeito, que integra o catálogo que consta do Apêndice 1, com a informação referente a Vilar de Frades, mas de aplicação a qualquer construção.

As fichas de leitura estratigráfica foram concebidas tendo por objetivo analisar os elementos construtivos localizados individualmente ou em conjunto nas unidades de referência identificadas nos diferentes edifícios e espaços, sempre que possível abrangendo as duas superfícies verticais e horizontais, acessíveis e relevantes do ponto de vista da estratificação.

Neste sentido, a constituição da ficha conta com um cabeçalho onde se procede à identificação do número da fichas, do tipo de leitura, do complexo, do acrónimo de realização da leitura que seguiu a fórmula “complexo - unidade principal - ano”, como por exemplo “VF-CN-17”, correspondendo a designação “VF” a “Vilar de Frades”, a “CS” a “Claustro sul” e o “17” ao ano de 2017.

Numa terceira linha, o campo “unidade de referência” destina-se à identificação alfanumérica da unidade de referência em análise e a tipologia reportar-se ao tipo de estrutura em leitura, por exemplo “parede lateral”.

Na última fila da parte esquerda do cabeçalho identificam-se o edifício e o espaço, como “claustro sul / Ala norte” e a cronologia identificada em séculos, do tipo “Séc. XVI; XVII”.

No quadrante direito do cabeçalho procede-se à identificação visual do espaço em leitura e da sua localização em planta.

Seguem-se os campos de representação visual e descritiva da leitura. Os campos referentes ao elemento e à leitura podem repetir-se no caso de a unidade de referência permitir a leitura dos dois alçados, pavimentos ou tetos, ou ainda de uma leitura fragmentada pela impossibilidade de analisar a superfície em toda a sua extensão (Figura 10).

Ficha n°	<input type="text"/>	Leitura	<input type="text" value="estratigráfica"/>	Identificação	Localização
Complexo	<input type="text"/>	Acrônimo	<input type="text"/>		
Unidade de referência	<input type="text"/>	Tipologia	<input type="text"/>		
Edifício / espaço	<input type="text"/>	Cronologia	<input type="text"/>		

Alçado	

Leitura	

Figura 10 - Exemplo da ficha estratigráfica concebida para a análise de estruturas.

A gestão da informação descritiva proveniente das análises e leituras efetuadas ao Complexo de Vilar de Frades é efetuada através de uma base de dados desenvolvida para o efeito, que tem por objetivo armazenar e relacionar os dados, no sentido de tornar inteligível a caracterização e utilização dos diversos elementos construtivos mediante os espaços, tipologias e cronologias.

Para o efeito, foi utilizado o *software* da Microsoft *Office Excel*, serve no presente estudo de plataforma de armazenamento de dados articulada com as fichas de leitura estratigráfica, no sentido em que possibilita relacionar os dados, proceder à sua filtragem e ao seu cruzamento mediante-as questões a serem colocadas.

Neste sentido, em termos de estrutura, os dados encontram-se organizados num conjunto de campos dispostos segundo uma lógica de hierarquia que parte da unidade maior, o complexo, para a unidade mais pequena, a unidade estratigráfica, com a seguinte ordem:

Complexo < Edifício < Piso < Espaço < Unidade de referência < Número da unidade estratigráfica

Esta hierarquização dos campos está pensada de forma a permitir um desdobramento da informação consoante os dados vão avançando na cadeia hierárquica, ainda que preservando sempre a sua

correlação. Assim, cada Complexo poderá ter vários edifícios, cada Edifício poderá ter vários pisos, cada Piso poderá ter vários espaços, cada Espaço poderá ter várias unidades de referência, cada Unidade de Referência poderá ter várias unidades estratigráficas (Figura 11).

Complexo	Edifício	Piso	Espaço	UR	UE	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
Vilar de Frades	Claustro Sul - Ala norte	01	B-1 ala norte	B-1-4/B-1-14	333	construída	Século XIX	abóbada	Abóbada de berço retangular, executada em tijolo maciço na obliqua.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Ala norte	1	B-1 ala norte	B-1-14	334	construída	Século XIX	abóbada	Abóbada de aresta retangular, executada em tijolo maciço.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Ala nascente	0	B-2 ala nascente	B-2-7	335	construída	Século XIX	pavimento	Pavimento composto por lajes de granito nas laterais e um espaço central disposto em "xadrez" com elementos em lioz (calcário) e ardósia
Vilar de Frades	Claustro Sul - Ala nascente	0	B-2 ala nascente	B-2-20	336	construída	Século XIX	mísula	Mísulas em granito conservadas na parte superior dos paramentos laterais da galeria da ala nascente.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Ala nascente	2	B-2 ala nascente	B-2-8	337	construída	Século XIX	teto forrado	Estrutura estucada com uma sanca na base, assente numa superfície côncava assente numa armação de madeira em forma de "casco".
Vilar de Frades	Claustro Sul - Ala nascente	2	B-2 ala nascente	B-2-8	338	construída	Século XIX	pavimento	Vigamento constituído por vigas de carvalho robustas, pouco transformadas e conservando ainda a morfologia de troncos.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Ala nascente	2	B-2 ala nascente	B-2-1/B-2-3	339	construída	Século XIX	mísula	Mísulas em granito localizadas nas paredes laterais da sacristia.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	340	construída	Século XX	parede	Entaipamento com pedras avulsas, cascalho e betão armado da porta do piso superior da parede sul do claustro (UE 348).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	341	construída	Século XX	parede	Entaipamento com pedras avulsas, cascalho e betão armado da porta do piso inferior da parede sul do claustro (UE 349).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	342	construída	Século XX	parede	Entaipamento com pedras avulsas, cascalho e betão armado da porta do piso inferior da parede sul do claustro (UE 350).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	343	construída	Século XX	parede	Entaipamento com betão armado de uma janela do piso inferior da parede sul do claustro (UE 350).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	344	interface de ligação	Século XX	parede	Interface de ligação do entaipamento (UE 340) com a porta da parede sul do claustro (UE 348).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	345	interface de ligação	Século XX	parede	Interface de ligação do entaipamento (UE 341) com a porta da parede sul do claustro (UE 349).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	346	interface de ligação	Século XX	parede	Interface de ligação do entaipamento (UE 342) com a porta da parede sul do claustro (UE 350).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	347	construída	Século XVIII	janela	Janela quadrangular de pequena dimensão, sem moldura e executada em rampa para o interior.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	348	construída	Século XVIII	porta	Porta simples, em granito, localizada no quadrante superior poente do piso superior da parede sul.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	349	construída	Século XVIII	porta	Porta com moldura em granito e lintel epigrafado situada no quadrante poente do piso inferior da parede sul.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	350	construída	Século XVIII	porta	Porta com moldura em granito e lintel epigrafado situada no quadrante poente do piso inferior da parede sul.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	351	interface de rutura	Século XVIII	porta	Interface de rutura preenchido pela porta do piso superior do claustro (UE 348), efetuado na parede (UE 356).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	352	interface de rutura	Século XVIII	porta	Interface de rutura preenchido pela porta do piso inferior do claustro (UE 349), efetuado na parede (UE 368).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	0	B-3 parede sul	B-3-1	353	interface de rutura	Século XVIII	porta	Interface de rutura preenchido pela porta do piso inferior do claustro (UE 350), efetuado na parede (UE 368).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	354	construída	Século XVI	parede	Tramo de parede executado em aparelho regular, com silhares graníticos de medida dimensão e sobrepostos em travamento. Provavelmente um ponto de articulação com a ala nascente do claustro.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	355	interface de rutura	Século XVI	parede	Interface de rutura provocado pela construção do tramo de parede (UE 354) na parede (UE 356).
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	356	construída	Século XVI	parede	Parede com aparelho irregular, com silhares possivelmente reaproveitados, de dimensão variada, litologia granítica e argamassados. Provavelmente engida para elevar o pé-direito da ala sul do claustro.
Vilar de Frades	Claustro Sul - Parede sul	1	B-3 parede sul	B-3-1	357	interface de ligação	Século XVI	parede	Interface de ligação estrutural estabelecido pela sobreposição da parede (UE 356) na parede (UE 354).

Figura 11 – Aspeto geral de parte do sistema de informação proveniente das fichas de leitura estratigráfica em ambiente Office Excel.

A título de exemplo, no caso de Vilar de Frades o complexo corresponde ao convento na sua totalidade. Dentro do convento existem, depois, vários edifícios como a igreja e as alas do claustro. O edifício da igreja encontra-se dividido por dois pisos, nomeadamente ao nível do corpo que possui a nave central e as capelas laterais no nível térreo e as galerias laterais no piso superior. No piso inferior do corpo da igreja situam-se vários espaços como, por exemplo, a nave central. A nave central, por sua vez, é definida por quatro paredes, um pavimento e uma cobertura, cada um deles identificado por uma unidade de referência. Cada unidade de referência, seguindo o mesmo raciocínio, pode conter várias unidades estratigráficas, como por exemplo uma mísula situada na parede norte.

Todavia, a partir da unidade estratigráfica segue um conjunto de colunas que visam caracterizar a unidade estratigráfica com a seguinte ordem:

< Tipo de unidade estratigráfica < Cronologia < Elemento construtivo < Descrição da unidade estratigráfica

No caso da caracterização da unidade estratigráfica, esta pode ter apenas uma atribuição cronológica, neste caso o século. Pode pertencer apenas a um elemento construtivo, mesmo que seja coincidente com um elemento construtivo associado a outra unidade estratigráfica. Por exemplo, a colocação de uma mísula numa parede pode formar um interface de ligação estrutural ou preencher um interface de rotura. Em qualquer uma das hipóteses, o interface vai estar relacionado com um elemento construtivo, a mísula, que possui a sua própria unidade estratigráfica. Por fim, assinala-se a descrição da unidade estratigráfica, cujo conteúdo coincide com a interpretação veiculada das fichas de leitura estratigráfica.

Introduzidos os dados provenientes das fichas, torna-se possível sistematizar a informação e apresentar de forma direta os dados em tabelas filtradas tendo por base, por exemplo, os espaços abordados.

A título de exemplo, após as leituras efetuadas e o registo dos elementos construtivos do transepto da igreja de Vilar de Frades, é possível aferir de forma direta a quantidade e o tipo de janelas datadas do século XVI (Figura 12).

Complexo	Edifício	Piso	Espaço	UR	U	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
Vilar de Frades	A - Igreja	0	A-2-transepto	A-2-1	77	construída	século XVI	janela	Fresta situada na parte superior da parede norte do espaço do cruzeiro, no transepto da igreja. Abertura de pequena dimensão, em rampa a fechar para o interior, provavelmente destinada à iluminação ou a um acesso à parte superior do transepto.
Vilar de Frades	A - Igreja	0	A-2 transepto	A-2-13	116	construída	século XVI	janela	Janela de grandes dimensões com remate superior em arco perfeito e com rampa para o interior para potenciar a iluminação.
Vilar de Frades	A - Igreja	0	A-2-transepto	A-2-12	137	construída	Século XVI	janela	Janela em semicírculo com a parte superior em arco quebrado. Executada com recurso a elementos graníticos de pequena dimensão colocados na horizontal.

Figura 12 – Exemplos de tabela com filtros que mostra todas as janelas do século XVI identificadas no transepto da igreja de Vilar de Frades.

De forma a realizar uma macro análise da volumetria e da constituição dos diferentes edifícios e espaços que constituem o complexo de Vilar Frades, são utilizados no presente estudo vários tipos de levantamentos digitais (CAD) e plantas físicas com desenhos de alçados, plantas e cortes, fornecidos pela Direção Regional de Cultura do Norte e realizados no âmbito das mais recentes intervenções de reabilitação do complexo.

O tratamento aplicado aos levantamentos foi realizado com o recurso a *software* de desenho assistido por computador (CAD) e de tratamento de imagem, respetivamente o *Autodesk Autocad* e *Adobe*

Photoshop conservando apenas a informação referente aos elementos construtivos e atribuindo uma trama a cada tipo de elemento, nomeadamente o cinza aos elementos verticais, o laranja aos elementos horizontais, o verde aos vãos e o vermelho aos elementos decorativos. Desta forma, o intuito passa pela facilitação da macro análise dos elementos construtivos (Figura 13).

Numa segunda fase, o tratamento e adaptação dos levantamentos (cortes, alçados, plantas...) à informação obtida pelo cruzamento dos dados construtivos e cronológicos, tem por objetivo auxiliar o exercício de interpretação estrutural dos edifícios analisados, permitindo, entre outros aspetos, identificar sistemas e fases cronológicas que normalmente não são identificadas no âmbito das leituras estratigráficas parietais, mas que resultam e utilizam dados dessa técnica de análise complementando-a e potenciando as suas possibilidades (Figura 14).

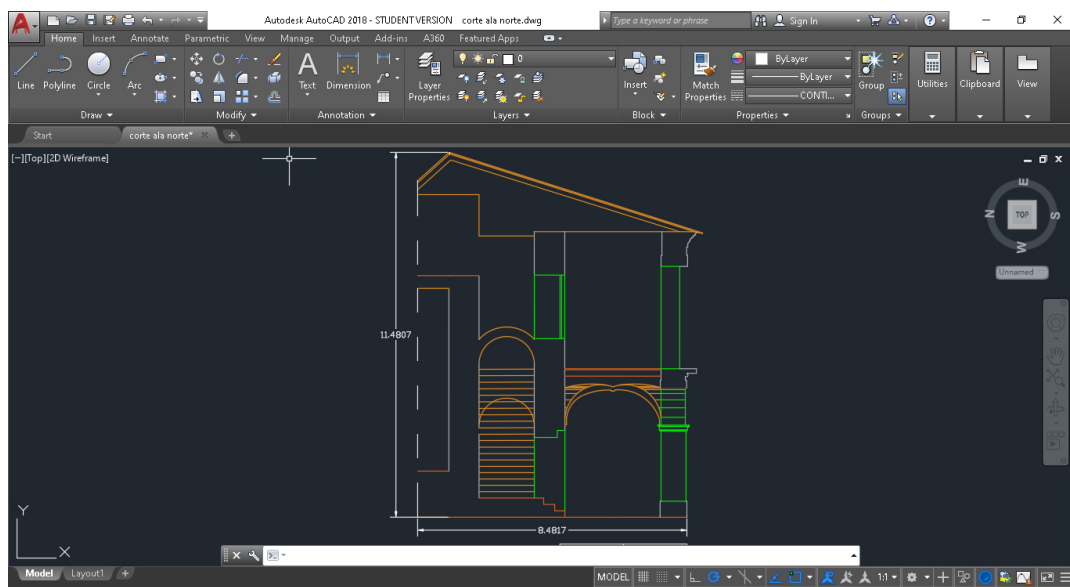


Figura 13 - Tratamento da ala norte do claustro sul em ambiente Autocad.

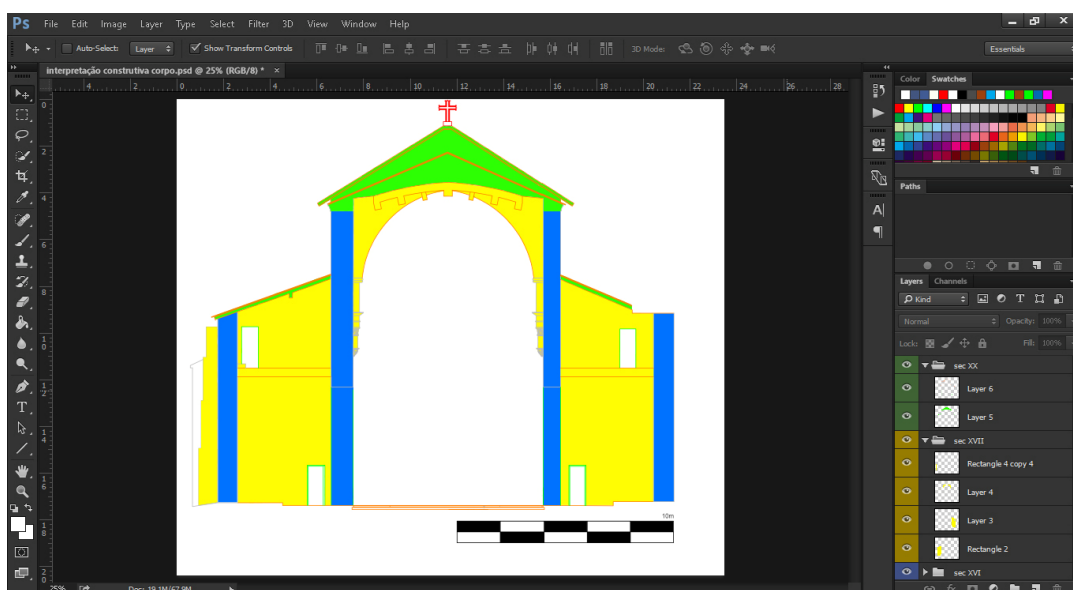


Figura 14 - Tratamento em ambiente Photoshop da evolução construtiva do corpo da igreja.

A produção gráfica das fichas de leitura estratigráfica foi realizada com o recurso ao *software* de edição de imagem *raster Adobe Photoshop*, através do qual foi possível organizar a informação em quatro grupos independentes e sobrepostos.

Um primeiro grupo, designado por “*layout*”, tem por objetivo organizar e uniformizar a apresentação da informação nas fichas. Este grupo é formado, à direta, por um espaço destinado à identificação do edifício, da estrutura, do operador e da data de realização, um espaço intermédio onde consta uma fotografia da estrutura e um espaço inferior com a localização da estrutura na planta do complexo. À esquerda, a ocupar a maior área do “*layout*”, encontra-se o espaço destinado à leitura das estruturas. A parte inferior reporta-se ao espaço da legenda, onde constam as legendas referentes aos períodos cronológicos identificados na leitura e aos interfaces, cada como uma cor correspondente com as unidades identificadas na leitura.

O segundo grupo corresponde à leitura das estruturas. Neste grupo, procede-se à correção e tratamento da imagem da estrutura, seguidamente do preenchimento das diferentes unidades estratigráficas e interfaces identificados durante a leitura efetuada presencialmente.

Os grupos “UEs” e “Matriz estratigráfica” estão correlacionados e sinalizam, respetivamente, as diferentes unidades estratigráficas identificadas numa determinada unidade de referência, bem como a relação que as unidades possuem entre si e com outras unidades de referência. As unidades estratigráficas construídas encontram-se identificadas por um círculo, os interfaces por um quadrado e as unidades de referência por um retângulo, cada qual com a sua numeração ou código alfanumérico. Para realização da matriz foi ainda considerada a cronologia de cada elemento, dispostos seguindo a ordem descendente (em cima as mais recentes e em baixo as mais antigas), agrupando aqueles que correspondem a um período específico (Figura 15).

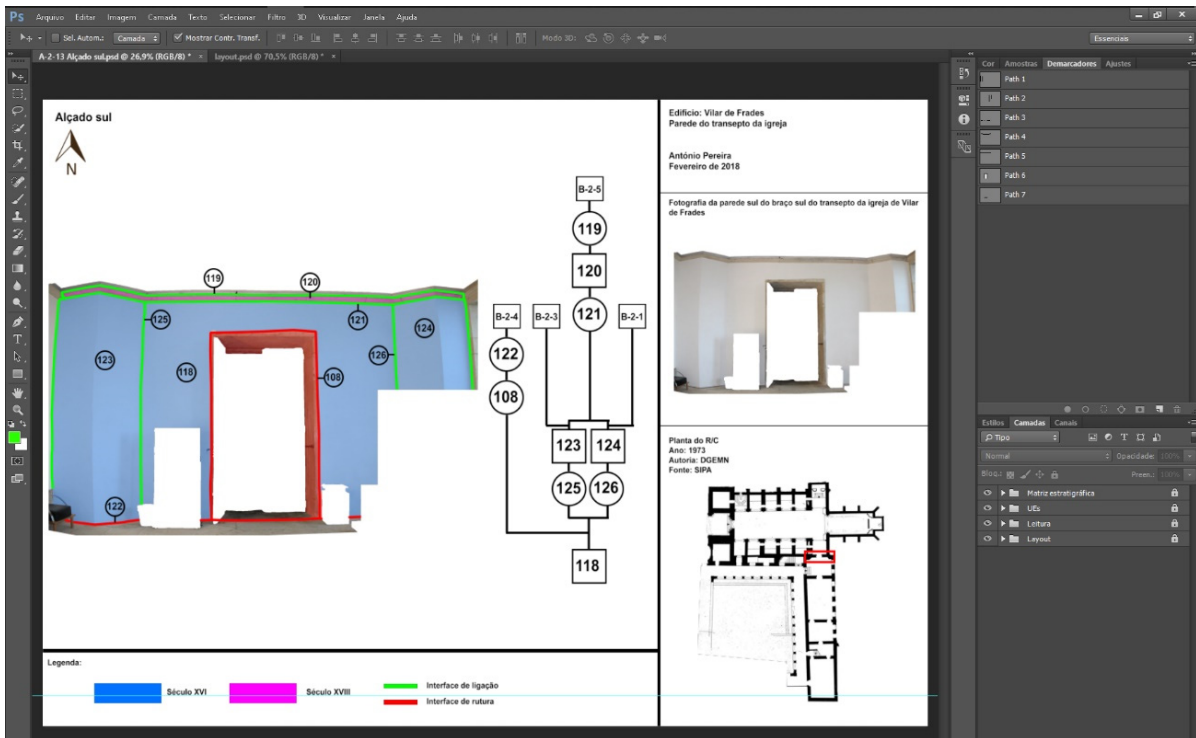


Figura 15 – Tratamento de uma leitura estratigráfica em ambiente Adobe Photoshop com a informação organizada em grupos hierarquizados.

A produção de modelos tridimensionais tem por objetivo auxiliar o exercício de reconstituição da forma planimétrica e arquitetónica dos espaços. Um processo nem sempre possível de executar, uma vez que está dependente da quantidade e qualidade de elementos pertencentes à fase primitiva dos espaços e edifícios analisados, apresentado assim condicionantes de natureza quantitativa e qualitativa.

Tendo em consideração a evolução construtiva de Vilar de Frades, a reconstituição tridimensional centra-se sobretudo no edifício da igreja, uma vez que as reformas mais recentes dos espaços claustrais não possuem indícios construtivos suficientes para a realização de reconstituições de planimetrias e alçados a partir de uma intervenção não intrusiva.

Neste sentido, a partir das leituras efetuadas e do cruzamento das diferentes fontes, a identificação dos elementos pertencentes a diferentes empreitadas, bem como a diferenciação das sucessivas alterações cronológicas tornou-se possível elaborar e propor um modelo estrutural de parte do edifício primitivo.

As reconstituições tridimensionais foram elaboradas no *software Sketchup*, da *Trimble Navigation*. Numa primeira fase foi possível realizar reconstituições planimétricas que puderam ser complementadas posteriormente com a reconstituição dos alçados. Para este processo foi necessário, por vezes, cruzar os elementos identificados em diferentes paramentos para depois, com base na simetria de espaços como a igreja, estabelecer paralelismos entre os elementos conservados nos alçados e chegar a uma

proposta de reconstituição limitada a elementos estruturais como paredes, colunas, janelas e portas (Figura 16).

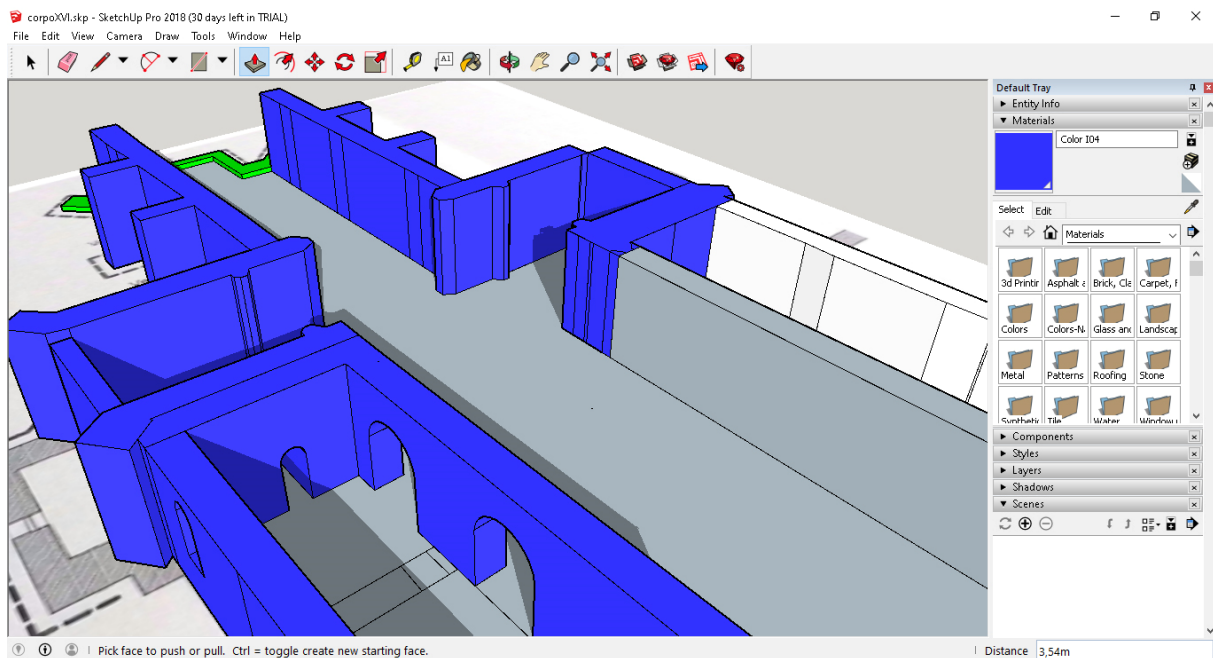


Figura 16 - Exemplo da reconstituição da igreja em ambiente sketchup.

5. Fontes

A aproximação da Arqueologia aos períodos históricos para os quais existem diferentes tipos de fontes, potenciou a metodologia de cruzamento e validou a premissa da Arqueologia enquanto contributo para a compreensão das épocas que se encontram bem documentadas por fontes escritas e literárias, como é o caso do período medieval (Fernandes, 2005, p. 163; Renfrew e Bahn, 2000, p. 12).

Neste sentido, o presente estudo, enquanto proposta para o estudo da construção monástico-conventual entre a época medieval e a atualidade, foi efetuado com o recurso a diferentes tipos de fontes, tais como os vestígios físicos e construídos, as fontes escritas ou documentais e ainda todo um conjunto de levantamentos arquitetónicos e planimétricos, fotografias e outros registos visuais importantes para a compreensão do edificado de Vilar de Frades.

5.1. O edificado

À luz de disciplinas como a Arqueologia, os edifícios e as construções históricas constituem cada vez mais uma fonte privilegiada para o estudo de temáticas relacionadas com a arquitetura e a construção. Por inerência à própria disciplina arqueológica enquanto ciência que estuda o passado da humanidade com base nas evidências materiais, o crescente interesse arqueológico por estas materialidades

enquanto fonte tem permitido a aquisição de novos tipos de dados e levado a novas formas de abordagens que se traduzem num maior conhecimento sobre os horizontes construídos à superfície.

Na atualidade, os estudos arqueológicos têm vindo a demonstrar que as construções históricas não reproduzem a execução linear de um ou vários projetos, mas sim o resultado de várias adições e transformações que foram ocorrendo de forma diacrónica, que foram fossilizando vestígios correspondentes às diferentes fases construtivas e que determinam o edifício atual.

Todavia, dentro das diferentes fases que formam a construção histórica e das ações que lhes estão associadas, sejam estas construtivas ou destrutivas, os vestígios físicos que compõem cada uma das fases conservam evidências sobre as técnicas, os materiais, as soluções, as espacialidades e até o gosto de um determinado momento construtivo (Boato e Pittaluga, 2000). Os vestígios construtivos permitem obter dados de cariz cronológico, nomeadamente as diferentes fases construtivas, mas também de cariz qualitativo quanto à caracterização da construção ao longo das épocas do passado (Brogiolo, 1988, 2007, 2011; Brogiolo e Cagnana, 2012).

Quanto aos complexos monástico-conventuais e especificamente a Vilar de Frades, as intervenções e estudos arqueológicos têm vindo a revelar a existência de vestígios que se enquadram precisamente entre a Idade Média e o presente (Faure, 2012; Maurício, 2000; Vinhas, 1998).

A densidade construtiva de Vilar de Frades, ainda que não profundamente estudada, tem demonstrado a ocorrência de processo de fossilização de vestígios de fases antecedentes. Exemplo disso são os elementos conservados da igreja e torre românicas do complexo monástico beneditino, cuja datação aponta para os séculos XII ou XIII. Assim como, na transição do século XIV para o XV, já como propriedade dos frades loios, os embasamentos atestaram a fase da chamada “igreja gótica”. Dos inícios do século XVI, conservam-se ainda espaços relativamente bem conservados como a capela-mor, o portal principal da igreja e a torre norte, bem como um paramento que hoje serve de ala sul do claustro. Em virtude da construção de um corpo pouco adequado à envergadura da estrutura da capela-mor quinhentista, do século XVII subsiste a reformulação do corpo da igreja. A partir do século XVIII, marcado por um maior investimento na área doméstica, conserva-se ainda o claustro sudoeste e já na transição para o século XIX, são ainda bem distinguíveis os vestígios da reformulação do claustro sul, todavia inacabado. A encerrar as intervenções construtivas também apenas parcialmente concluídas, resiste ainda na fachada da igreja e na torre sul, a empreitada neoclássica que expressa uma renovação revivalista de pendor neorromânico e neogótico que culminam com o abandono do espaço.

Igualmente, a cerca que delimita o terreno do complexo é ela própria também o resultado de um processo construtivo prolongado e faseado, juntamente com outros vestígios situados no espaço exterior

do convento relacionados com estruturas de subsistência do convento. As azenhas, as pesqueiras e o aqueduto, bem como outros espaços mais simbólicos como as alminhas e a via-sacra, que atestam a interação dos lóios com o exterior.

Todas estas circunstâncias fazem de Vilar de Frades, à semelhança de muitos outros complexos monástico-conventuais artefactos altamente complexos, cujo estudo requer abordagens multidisciplinares com o recurso a diferentes tipos de fontes.

5.2. A fontes escritas

Os sítios monástico-conventuais, por norma, possuem uma diversidade e um acervo de fontes manuscritas e documentais fruto da vida institucional das comunidades religiosas que ocuparam estes espaços. A diversidade destes conjuntos documentais pode consistir em doações, confirmações, contratos, litígios, servidões e até documentos judiciais e fiscais entre outros (Foucher, 2014, pp. 37–42). Certo é que constituem fontes privilegiadas para os estudos da história religiosa, institucional e patrimonial dos complexos monástico-conventuais e das comunidades que os ocuparam no passado.

A contrariar a riqueza documental destas instituições religiosas, a repentina extinção da ordem do lóios, teve como resultado uma dispersão, fragmentação da documentação dos conventos loios, assim como provavelmente uma perda de acervos documentais que os estudo mais recentes têm vindo paulatinamente a recuperar.

Todavia, apesar das lacunas, atualmente, para o estudo da construção do Convento de São Salvador de Vilar de Frades existe um importante conjunto de fontes impressas e manuscritas que ajudam a contextualizar e a localizar no tempo a construção dos espaços ainda conservados.

Neste sentido, a mais recente publicação do *Novo Memorial do Estado Apostólico*, uma edição crítica com introdução e notas de Cristina Sobral e apresentação de José Mattoso, da autoria do Padre Paulo de Portalegre (2007), originalmente datado de 1468, constitui umas das únicas fontes escritas para o estudo da ocupação do complexo do extinto mosteiro beneditino de Vilar de Frades pelos primeiros padres loios.

Posteriormente, o passado beneditino de Vilar de Frades volta a ser abordado na obra *Benedictina Lusitana*, do monge beneditino Frei Leão de São Tomás, datada de 1650, onde o autor se refere à fundação de Vilar de Frades (Tomás, 1974, p. 358).

Dispersos pelos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Distrital de Braga e do conservam-se vários manuscritos que constituem fontes documental de carácter único para o estudo de Vilar de Frades.

O primeiro documento de cariz memorialístico que se conhece para Vilar de Frades encontra-se conservado no Arquivo da Torre do Tombo, data de 1604 e possui como título “*Memórias da Colegiada de S. Salvador de Vilar de Frades, iniciadas por Baltazar de Cristo Sodré, versando a formação da comunidade, os benefícios de benfeitores, as missas a que estava obrigado este mosteiro, com as referências aos sínodos em que estiveram presentes os reitores*”¹¹. Trata-se de um manuscrito que visa recuperar o passado da congregação, o seu edificado, celebrando e registando as empreitadas construtivas, o seu contexto de construção e as figuras mais proeminentes que integram a história dos lóios.

Iniciado em 1658, da autoria do Padre Jorge de São Paulo, o “*Epílogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nascimento, vida & morte dos seus tres fundadores. Da fundação dos seus nove conventos; das suas rendas, encargos, prelados & dos onze hospitais da sua administração & de outras memórias*”¹² conforma a crónica moderna mais completa e mais importante para o estudo da congregação dos lóios e em particular para o estudo do convento de Vilar de Frades.

Enquanto fonte para o estudo da construção monástico-conventual, figura como um documento invulgar uma vez que conforma um manuscrito de pendor memorialista e historiográfico da congregação, elaborado com base na organização e pesquisa dos documentos existentes nos cartórios do conventos lóios, à data da sua produção, e que teve como intuito registar a história da congregação desde os seus primórdios até à data de redação do manuscrito (Pina, 2011, p. 30).

No entanto, para o presente estudo interessou sobretudo a segunda parte da obra do Padre Jorge de São Paulo, dedicada aos conventos lóios, na qual os fólhos 300 a 383 foram dedicados a Vilar de Frades. Onze capítulos onde o cronista aborda as mais diversas temáticas que englobam a apresentação e enquadramento geográfico do complexo conventual, a fundação do mosteiro e transição para a posse dos lóios, os diversos processos institucionais pelos quais passou a congregação nos seus primeiros tempos, os seus bens e fazendas, as personalidades que estiveram relacionadas com Vilar de Frades e diversos acontecimentos, alguns até lendários, que ajudaram a fomentar a identidade de Vilar de Frades.

Nos últimos anos do século XVII, em 1697, é impressa a crónica do padre Francisco de Santa Maria (1697). Intitulado “*O Ceo Aberto na Terra. Historia das Sagradas Congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa e de S. João Evangelista em Portugal*”, este documento impresso passa

¹¹ *Memórias da Colegiada de S. Salvador de Vilar de Frades...*, ANTT – Conventos Diversos, S. Salvador de Vilar de Frades, C 25, E 2, P 1, Liv. 1 (n.25), fls. 1-56vº. (Segundo a cota registada por Rui Maurício (2000, p. 133))

¹² Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico-conventual, Ms. 924.

a vigorar como crónica oficial da congregação dos loios, abordando para além da história da congregação também alguns aspetos da construção no Convento de Vilar de Frades.

5.3. As fontes gráficas

A história mais recente do complexo monástico-conventual de Vilar de Frades fica marcada por uma fase de decadência e incúria que levou à prerrogativa de uma intervenção reabilitadora de emergência.

Entre a década de 40 e 70 do século XX decorreram várias intervenções dirigidas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que visaram, por um lado, recuperar os elementos e espaços arruinados ou em risco e, por outro lado, proceder a uma intervenção de restauro baseada na ideologia do Estado Novo centrada na restituição da construção original, evocativa do dealbar da nacionalidade portuguesa.

Todavia, no contexto das referidas intervenções foi produzido um importante acervo de levantamentos planimétricos e fotográficos que visaram documentar as intervenções e que hoje constituem fontes importantes, não só para identificar os espaços afetados pela intervenção restauradora da DGEMN, mas também para recuperar alguns dos elementos que se perderam no processo.

Mais recentemente, já na última década do século XX, o complexo de Vilar de Frades entrou numa nova fase de intervenções efetuadas por equipas multidisciplinares, que visou reabilitar o edificado sob princípios e métodos científicos de conservação, diagnóstico e proceder ao salvamento dos vestígios físicos de Vilar de Frades. Neste contexto, formou-se um novo arquivo que é hoje um acervo de fundamental importância e onde se podem encontrar diversos registos escritos e gráficos, tais como relatórios técnicos, levantamentos arquitetónicos e até fotografias que se enquadram na categoria de fontes para o estudo de Vilar de Frades.

Parte II – O fenómeno monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica. Das primeiras formas de monaquismo à extinção das ordens religiosas

1. Introdução

O fenómeno monástico, na sua aceção mais ampla, constitui um tema de estudo extremamente diversificado, cuja complexidade dificilmente poderá ser compreendida em toda a sua plenitude.

O estudo do monaquismo e da sua cultura material tem fomentado, pelo menos desde meados do século XX, uma produção científica de grande diversidade temática. Desde os estudos de síntese territorial ao âmbito das filiações (monástica ou conventual) e do género, o tema da construção monástica acaba por ser inevitavelmente transversal a todas as particularidades e diferenciações enunciadas. Tratando-se, neste sentido, de um tema demasiado abrangente para se estudar em toda a sua amplitude, a sua abordagem fica dependente da criação de vetores de análise. A criação destes vetores, seja de âmbito cronológico ou espacial, constitui assim uma forma de análise contida e direcionada que se revela essencial para a caracterização de um tema tão abrangente como o da construção monástica.

Considerou-se para o presente trabalho abordar as construções de fundação monástica, masculinas e situadas na delimitação do Noroeste da Península Ibérica, entre a época medieval e a atualidade. Todavia, como o presente capítulo é demonstrativo, apesar do foco espacial e cronológico, torna-se

evidente que o estudo do tema da construção monástica necessita, por vezes, de ultrapassar os vetores de análise e proceder a observações a diferentes escalas.

Com base nestes pressupostos, o presente capítulo pretende constituir uma síntese teórica do conhecimento existente sobre a evolução da construção monástica no Noroeste da Península Ibérica, desde as primeiras formas de monaquismo até ao período de extinção das ordens religiosas no século XIX. Neste sentido, a partir da perspetiva mais abrangente da história do monaquismo cenobítico, o objetivo passa por estabelecer uma aproximação ao contexto em que surgem os primeiros mosteiros no Noroeste ibérico e, conseqüentemente, a uma caracterização diacrónica das estruturas monásticas.

A divisão cronológica estabelecida para este percurso tem por base os momentos em que ocorrem as grandes alterações do fenómeno monástico do Noroeste da Península Ibérica. Assim, o primeiro período a ser abordado diz respeito às formas pristinas de monaquismo, nomeadamente às primeiras expressões documentadas no Ocidente e no Noroeste ibérico, fazendo-se uma retrospectiva sobre o conhecimento existente sobre as estruturas desse primeiro período.

Do segundo período do monaquismo ibérico, que representa uma reação eclesiástica ao monaquismo dos primeiros séculos do cristianismo ibérico, importa compreender as estratégias de fundação de mosteiros e a regulamentação da vida monástica no território do Noroeste ibérico, nomeadamente através da ação dos bispos São Martinho de Dume (século VI) e São Frutuoso (século VII).

Neste sentido, para o referido período importa sobretudo abordar as questões espaciais e a forma como a construção e o edificado se encontram conceptualizados nas regras monásticas. A partir daquela que congregou o monaquismo cristão, a *Regula Benedicti*, datada do século VI, pretende-se interpretar a forma como era contemplada a orgânica espacial do mosteiro, a sua construção e arquitetura, assim como estabelecer uma comparação com o contexto da Península Ibérica.

Posteriormente, relativamente ao terceiro período do monaquismo ibérico, que inclui o final da Alta Idade Média e toda a Baixa Idade Média, pretende-se estudar a aplicação do plano monástico, sobretudo de influência franca, na senda da difusão e expansão das ordens religiosas pelas instituições monásticas do Noroeste ibérico.

A partir da contextualização histórica do período que se inicia com a reorganização territorial do Noroeste da Península Ibérica e do estabelecimento das ordens religiosas, nomeadamente da Ordem de Cluny, o objetivo passa por efetuar uma revisão das fontes materiais e documentais, com o intuito de abordar os edifícios estilisticamente designados como românicos, quanto ao seu local de implantação, orgânica dos espaços, planimetrias e espacialidades, soluções e materiais, assim como quanto à promoção das obras e organização do trabalho.

O monaquismo da época moderna fica marcado por uma evolução bastante mais irregular. Herdando as crises e os intentos de reformas que assolaram as comunidades e os complexos monásticos da época medieval (Chaunu, 1993; Mayeur *et al.*, 1994; Rapp, 1971), o monaquismo vai entrar na época moderna ainda depauperado e necessitado de uma reforma administrativa e estrutural.

No âmbito da construção, os séculos XIV e XV constituíram um momento de retração do monaquismo a que correspondeu uma fase de estagnação construtiva dos espaços monástico-conventuais e a um estado de decadência generalizada que culminou, em alguns casos, com o seu abandono.

Mantendo-se os complexos na sua génese construtiva românica, integrando as reformulações e adições góticas, no início do século XVI, assiste-se no Noroeste ibérico a um primeiro momento de construção de tradição ainda medieval, sobretudo na manutenção das formas góticas, mas onde se começam a refletir as ideias do Humanismo e os conceitos do Renascimento.

Assim, num primeiro momento, torna-se necessário abordar as construções quinhentistas onde começam a ser introduzidas inovações construtivas e principalmente a emergência da figura do construtor como arquiteto. A recuperação do conhecimento da Antiguidade Clássica e a conseqüente redescoberta da teoria da construção e da arquitetura, levou a uma demarcação intelectual do construtor/arquiteto tornando assim possível estabelecer uma diferenciação entre o processo empírico da construção medieval e a erudição dos projetos da época renascentista.

Um segundo momento, poder-se-ia balizar entre o século XVII e o início do século XIX. Em traços gerais, este período de tempo caracteriza-se pelos efeitos das reformas tridentinas que apenas se fazem sentir de forma concreta a partir do século XVII. As comunidades conhecem uma fase de alguma prosperidade durante o século XVIII e acabam por sucumbir às políticas do liberalismo.

A partir do século XVII, documentam-se nos complexos do Noroeste da Península Ibérica diversas e prolongadas fases de obras de reformulação do espaço litúrgico e do espaço vivencial. Trata-se, efetivamente, do período em que se procede à reformulação do edificado de raiz medieval e se opera uma transição para o edificado dito moderno, um processo de relativa longa duração, que se prolongou quase até à extinção das ordens, no século XIX.

A bordagem às obras identificadas no século XVII destina-se a analisar a primeira fase de reformulação dos complexos, sendo neste período que ocorre uma expansão e monumentalização dos espaços claustrais, por via da dotação de estruturas de grande porte e dimensão. Importa, neste sentido, compreender as novas planimetrias, volumetrias e soluções introduzidas na centúria de seiscentos segundo as deliberações contrarreformistas.

No século XVIII dá-se continuidade ao processo iniciado no século anterior. A importância das fachadas, da plasticidade do espaço interior e das estruturas de apoio ao espaço litúrgico, faz com que as introduções barrocas sejam abordadas sob uma perspectiva de continuidade e de complemento às reformas anteriores.

O último período das ordens religiosas do Noroeste da Península Ibérica, refere-se à fase de extinção e conseqüente abandono do edificado monástico-conventual. Trata-se de um período de ruptura ideológica, onde as políticas liberais também vão penetrar no espaço monástico e proceder à desamortização dos bens das ordens religiosas.

2. As primeiras formas de monaquismo: da tradição cristã do Oriente ao monaquismo ibérico da Antiguidade Tardia (séculos III a VI)

A procura do isolamento e de um modo de vida afastado da sociedade é uma característica que tem acompanhado o desenvolvimento da espiritualidade do Homem e a sua relação com as práticas religiosas. Não sendo possível determinar uma origem ou um momento exato em que este modo de vida começa a ser uma prática comum, a compreensão e o estudo das expressões monásticas têm de ser enquadradas segundo uma determinada vertente. No caso do Ocidente, mais precisamente do Noroeste da Península Ibérica, a vertente cenobítica do monaquismo está intimamente ligada ao cristianismo e ao seu desenvolvimento.

2.1. O monaquismo na tradição cristã

Segundo a tradição cristã, as práticas espirituais e os modos de vida consagrados semelhantes ao monaquismo existem “*desde os primeiros tempos da Igreja...*” (Almeida, 1967, p. 26), pelo que o conceito possui na sua génese um processo histórico complexo, de ampla cronologia e heterogeneidade¹³. As primeiras manifestações a professarem princípios semelhantes aos do monaquismo, nomeadamente o eremitismo e o ascetismo, caracterizavam-se pela busca de um modo de vida ideologicamente centrado na elevação moral e espiritual, passível de ser atingida por vida de contemplação, do isolamento e da renúncia total aos bens materiais.

Surgindo de forma espontânea nas atuais regiões do Egito, Síria, Palestina e em algumas partes do Ocidente (Ehrman e Jacobs, 2004, p. 268), estas primeiras manifestações de dissidência conferiram aos anacoretas uma reputação de virtude e sacralidade, cuja difusão começou a atrair grupos de

¹³ Fortunato de Almeida (1967, p. 52) identifica pelo menos quatro tipos de formas de vida monásticas nos primeiros séculos do Cristianismo ibérico: cenobitas ou monges, anacoretas, ermitões e reclusos.

seguidores que desencadearam por via da imitação a transformação do eremitismo individual num fenómeno coletivo.

Na narrativa cristã, as origens do monaquismo remetem-nos para os denominados “padres do deserto”, dos quais tem primazia a figura de Santo Antão¹⁴ (Figura 17). Celebrado em várias religiões e considerado o “pai de todos os monges” (Stroobants, 1991, p. 54), registou a tradição cristã que Santo Antão, após a adoção de uma forma de vida baseada no ascetismo e no eremitismo, terá fundado dois eremitérios para os seus seguidores nas proximidades do rio Nilo. Situados em Pispir e Arsinoé, estes eremitérios, designados por *koinobion* (Hoz Onrubia, 2010, p. 11), terão constituído um modelo para outros que se lhes sucederam (Daix, 2000, p. 38). Todavia, mais do que o legado propriamente fundacional do monaquismo, a vida de Santo Antão terá constituído uma fonte de inspiração e um método de difusão do monaquismo, um instrumento teológico, veiculado quer em documentos, como a *Lenda Aurea*, quer por Doutores da Igreja, como o Arcebispo Atanásio de Alexandria e S. Jerónimo (Duchet-Suchaux e Pastoureau, 1994, p. 35).

A par do cariz fundacional inspirado em Santo Antão, a vertente cenobítica do monaquismo terá progredido para uma forma mais aproximada do monaquismo ocidental através de São Pacómio (Figura 18). Nascido em Tebas (Egito), na transição do século III para o IV, ainda na sua juventude terá abandonado o exército para se converter ao cristianismo, empenhando-se depois no desenvolvimento de uma forma de ascetismo mais organizado. Uma das particularidades que caracterizava o monaquismo de São Pacómio prendia-se com o contraste ideológico entre a vida solitária que se baseia na procura do carisma e a vida cenobítica, que “... procura ser, acima de tudo, uma imagem eucarística da Igreja.” (Daix, 2000, p. 147). Terá fundado um primeiro mosteiro por volta do ano de 318, em *Tabennisi* (Huddleston, 1911), onde “... instituiu a vida cenobítica, fundando uma casa (mosteiro ou cenóbio) onde os religiosos viviam em comum segundo uma regra (regula) ...” (Almeida, 1967, p. 26).

Tal como Santo Antão, o contributo de São Pacómio caracterizou-se por ter instituído um paradigma de monaquismo que serviu de modelo para a difusão do monaquismo cenobítico. Sendo-lhe atribuída a fundação de várias casas monásticas, destacou-se por ter dotado cada uma delas com um sistema normativo, uniforme e concentrado numa “proto regra” (Huddleston, 1911).

Do ponto de vista da organização e dos integrantes, São Pacómio terá instituído uma forma de administração centralizada e hierarquizada, na qual os monges assumiam diferentes ofícios, desde

¹⁴ Nascido em Coma, Alto Egito, pelo ano de 250.

alfaiates e ferreiros a carpinteiros e pisoeiros, instituindo assim uma forma de especialização do trabalho (Huddleston, 1911) .



Figura 17 - Tríptico intitulado "Tentações de Santo Antão" da autoria de Jheronimus Bosch (c. 1450-1516). Museu Nacional de Arte Antiga (fonte:<http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/pintura-europeia/tentacoes-de-santo-antao>).

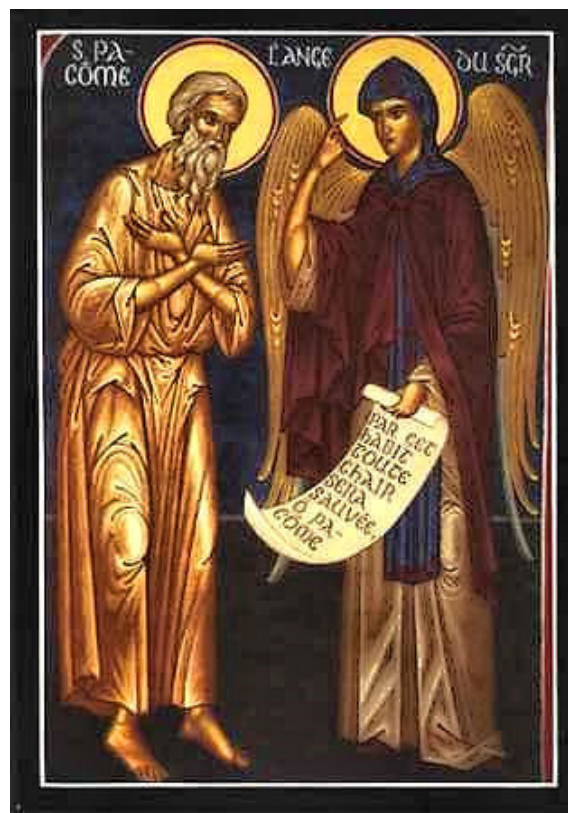


Figura 18 - Ícone bizantino de São Pacômio no momento em que recebe a regra de um anjo. (fonte: <http://reflexionchretienne.e-monsite.com/pages/vie-des-saints/mai/saint-pacome-le-grand-fondateur-du-cenobitisme-chretien-346-fete-le-09-mai.html>)

2.2. As primeiras formas de monaquismo

Apesar do caráter simbólico e da função instrumental do monaquismo icónico de Santo Antão e São Pacómio, as primeiras expressões de monaquismo na região ocidental, à qual a Hispânia não constituiu exceção, consistiram inicialmente numa prática marcadamente social. No século IV, os bispos¹⁵ que com apreensão e relutância assistiam a uma conversão em função da nova religião do Imperador Constantino, acusavam os convertidos de descartarem os quesitos da crença e da fé com o propósito da ascensão social (provavelmente também económico e político) (Markus, 1992, pp. 62–64). Na transição para o século V, efetuam-se as primeiras tentativas de inversão da situação denunciada pelos bispos com a junção aos ofícios culturais dos monges de missões de “... *ajuda pastoral, lares para os filhos «excedentários» dos nobres, instrução, preservação da cultura clássica e evangelização.*” (Lindberg, 2007, p. 75).

No que respeita ao atual espaço da Península Ibérica, as primeiras formas de monaquismo ter-se-ão desenvolvido simultaneamente com a propagação do cristianismo (Moreno Núñez, 1982, pp. 80–86). De facto, o registo documental mais antigo de monaquismo na Península Ibérica surge do concílio de Elvira, por volta do ano de 304 a 306 (Almeida, 1967, p. 26; Gomes, 2000, p. 203). Tratando-se de um monacato já diferenciado do simples ascetismo, este encontrar-se-á já amplamente difundido e bem documentado no contexto da Hispânia romana do século IV (Linage Conde, 1986, p. 235). Dedução esta que está relacionada, em grande parte, com as advertências feitas por parte dos bispos para a necessidade de “travamento” das reuniões em locais privados, nomeadamente em *villae* fora da sua tutela, que afastavam os crentes dos momentos de congregação solene nas igrejas (Alarcão, 2018, p. 303). Com efeito, os cânones que veicularam as conclusões dos primeiros concílios expressam, quase que de forma implícita, a pretensão por parte dos dirigentes eclesiásticos, nomeadamente dos bispos, de constituírem uma base normativa, quase “deontológica”, para regulamentar o monaquismo e penalizar os transgressores¹⁶.

Todavia, do panorama que é possível traçar a partir da documentação eclesiástica, a informação sobre as estruturas dos primeiros tempos do monaquismo ocidental é praticamente inexistente. É possível considerar-se que no início do cristianismo os espaços monásticos poderão ter conhecido um desenvolvimento semelhante aos demais templos cristãos. No entanto, também do ponto de vista da

¹⁵ Eusébio, Bispo de Cesareia, foi uma dos bispos a registar a “... *hipocrisia das gentes que rastejaram para dentro da igreja com os olhos postos nas boas graças do imperador...*” (Markus, 1992, pp. 62–64).

¹⁶ A partir do concílio de Calcedónia (451) a fundações dos mosteiros passa a estar dependente do consentimento do bispo diocesano (Perez de Urbel, 1934, pp. 5–6)

evolução do templo cristão, a associação de um espaço específico e de um conceito arquitetônico à origem e primeiras fases do cristianismo tem-se revelado uma tarefa complexa e proporcionado correntes e perspectivas divergentes, bem como por vezes controversas (Bowes, 2008, pp. 579–582).

Atendendo ao contexto dos primeiros momentos do cristianismo enquanto uma prática religiosa coletiva, os locais que terão sido ocupados para a reunião dos fiéis e conseqüentemente para a realização do culto, deveriam constituir espaços privados, tais como as casas de habitação, que pela interpretação das escrituras e de outras fontes escritas viriam a considerar-se como “*domus ecclesiae*” ou “igreja-casa”. Não obstante, até ao presente, não é visível no registo material que a ocupação destes e outros espaços (templos, basílicas...) para a realização de reuniões e atos litúrgicos, tenha pressuposto uma reformulação construtiva e uma redefinição planimétrica dos edifícios utilizados pelos primeiros cristãos (Bowes, 2008, p. 581).

A identificação de edifícios monásticos no Ocidente, anteriores ao século VI, constitui uma tarefa de igual complexidade. A prática monástica, pelo menos até aos séculos VI e VII, ter-se-á desenvolvido em habitações urbanas e rurais, pelo que as suas evidências dificilmente poderão ser distinguidas das de uma habitação comum. Será apenas pela via da hierarquização, da introdução de regras e da imposição da renúncia à posse de bens, processo que ocorre sobretudo do século VI em diante, que começa a ser possível a identificação de estruturas reveladoras e diretamente associadas a uma prática monástica sistematizada (Bowes, 2008, p. 598).

Assim, o aparecimento no Ocidente de um monaquismo sustentado por uma cultura material diferenciada parece estar diretamente relacionado com o processo de normatização e de instituição de uma regra, sobretudo após o século V. Considerando as primeiras tentativas de São Basílio e Santo Agostinho, e até de São Martinho de Tours na normatização do monaquismo ocidental, é inevitável atribuir uma maior relevância a S. Bento de Núrsia, que no século VI terá procedido à elaboração de um código de conduta específica para os mosteiros (Figura 19). Todavia, a regra beneditina¹⁷, apesar da sua importância na orientação da vida monástica e de constituir o elemento basilar do monaquismo ocidental, possui apenas algumas referências, diretas e indiretas, pouco específicas quanto à composição física do mosteiro.

Para além das diretivas relativamente à organização dos cargos, das funções e da conduta dos monges, a referência mais direta acerca do edifício surge pelas instruções quanto ao local de implantação dos mosteiros. No capítulo 66 da regra beneditina, dedicado à função dos porteiros do mosteiro, é

¹⁷ Tradução e Notas de Dom João Evangelista Enout, OSB. Disponível em: <http://www.osb.org.br/regra.html> (acedido às 17h00 de 17/08/2017).

referido que “... seja, porém, o mosteiro, se possível, construído de tal modo que todas as coisas necessárias, isto é, água, moinho, horta e os diversos ofícios se exerçam dentro do mosteiro...”. A primeira condição para a construção de um mosteiro seria, portanto, a sua implantação num local que incluísse o máximo possível de condições e recursos naturais para que a vida pudesse ser feita unicamente dentro do mosteiro.

Por via indireta, surgem com alguma recorrência menções que identificam determinados espaços e aludem à constituição do edificado do mosteiro. Neste âmbito, desde logo, é de se notar a omissão de qualquer referência ao edifício da igreja. Os espaços associados ao cumprimento do Ofício Divino surgem associados ao coro (capítulos 43, 44 e 63), enquanto local essencial para o cumprimento do mesmo, e ao oratório (capítulo 52).

Quanto à parte habitacional do mosteiro, ao longo do texto surge por vezes uma menção mais genérica aos claustros (capítulos 4 e 67). Dentro da noção de claustro, enquanto elemento agregador de várias dependências, surge a referência implícita a divisões com função específica, como as cozinhas (capítulo 53), considerando-se depois que o mosteiro deveria possuir uma cozinha diferenciada para os monges e para os hóspedes. No mesmo capítulo 53, é referido inclusivamente que o mosteiro deveria possuir um recinto específico para os hóspedes, pressupondo assim uma divisão física entre os espaços destinados aos monges e aos hóspedes.

Através do texto torna-se ainda perceptível a existência de uma biblioteca (capítulo 48) e é dada particular importância aos aposentos dos monges e dos hóspedes. As celas, que deveriam obedecer a um conjunto de normas distintas, são referidas por exemplo no capítulo 36, em que é suscitada a necessidade de uma cela reservada para os enfermos e no capítulo 58, onde é mencionada a necessidade de celas para os hóspedes, para os noviços e ainda uma cela junto à porta do mosteiro para uso do porteiro. Quanto ao espaço exterior, existe a referência à horta (capítulo 7), ficando a dúvida quanto à localização do celeiro como edifício independente ou parte do espaço claustral (capítulo 31).



Figura 19 - Pormenor da cópia da Regra de São Bento encomendada por Carlos Magno (787-799) e atribuída a um escriba denominado *Dominicus*. Fonte: <https://www.wdl.org/pt/item/13467/>

Também do ponto de vista arqueológico, os dados relativos às estruturas dos primeiros mosteiros do Ocidente cristianizado, mesmo a partir do momento em que o monaquismo passa a constituir uma prática generalizada e sistematizada, são bastante escassos. Os vestígios materiais mais antigos identificados até ao momento resumem-se quase exclusivamente ao edifício da igreja. Mesmo nos casos em que se identificaram outro tipo de estruturas pertencentes a complexos monásticos, não se verifica a existência de uma arquitetura uniforme. Nomeadamente o claustro, na configuração mais comum do plano monástico, parece surgir no Ocidente apenas no século VIII e, ainda assim, com uma utilização interrupta e sob a forma de um conjunto de edifícios dispostos em torno do edifício da igreja (Bowes, 2008, p. 600).

3. O monaquismo de iniciativa individual da Alta Idade Média (séculos VI e VII)

Tal como acontece no Noroeste da Península Ibérica, pelo menos até ao século VIII, o monaquismo da Alta Idade Média vai manifestar-se em focos espontâneos e através de uma prática desarticulada, onde proliferam diferentes regras e se dissemina o seguimento da chamada “*regra mista*” (Johnston, 2015, p. 139). Um percurso pautado por uma instabilidade decorrente do contexto do século V, segundo a perspetiva histórico-elesiástica do Padre Miguel de Oliveira “... *um momento de crise religiosa com múltiplos aspetos: opressão dos bárbaros pagãos, deserção dos sacerdotes católicos, revivescência do*

Priscilianismo, defecção de alguns bispos, contágio do Arianismo, profanação de templos e mosteiros...” (Oliveira, 1994, p. 37). Especificamente no plano religioso, ainda que o processo de conversão desses povos germânicos tenha sido relativamente rápido, a consequente adoção do arianismo pelos mesmos provocou um abalo considerável nas fundações da Igreja (Almeida, 1967, pp. 27–28), tendo sido assim refreado o ímpeto de cristianização que se verificava no século IV e afetado na mesma medida as instituições monásticas.

Por sua vez, a chegada dos povos germânicos à Península Ibérica acentuou o estado de desarticulação da administração romana e trouxe, ainda que com instabilidade, a fixação dos suevos que estabeleceram o seu domínio político na Galécia a partir dos séculos V e VI. A acompanhar este processo, a disseminação do cristianismo começa a revelar-se no espaço e nas materialidades com a progressiva fundação de edifícios cristãos e com a criação de comunidades cristãs, muitas vezes sobrepondo-se a estruturas e centros de ocupação romana (Ribeiro, 2008, pp. 308–309). É neste contexto que são fundados alguns dos mosteiros que constituem o testemunho físico mais antigo do monaquismo da Península Ibérica, como é o caso dos mosteiros de Dume (Braga, Portugal), fundado por São Martinho de Dume, no século VI, e S. Frutuoso de Montélios, fundado por São Frutuoso no século VII (Fontes, 2008: 163-172) (Figura 20).

A conversão dos suevos e consequente estabilização do cristianismo no século VI, fruto da ação de S. Martinho de Dume, constitui um exemplo precoce ainda radicado na transição da Antiguidade Tardia para a época medieval. Ao arcebispo, de Braga e Dume, é atribuída a fundação de um mosteiro¹⁸ que, enquanto abade, transformou numa “*escola monástica*”, dotou de regulamentos e apoiou nos escritos orientais (Oliveira, 1994, p. 38). O mosteiro de Dume, fundado cerca de 558, por São Martinho junto à basílica, constitui um exemplo de exceção das estruturas religiosas suevas do Noroeste ibérico (Figura 21). A sua construção ocorreu por via da adaptação de uma *villa* romana junto à basílica, tendo proliferado pelos séculos seguintes para o períodos visigótico e extinguindo-se provavelmente no ano de 866 (Fontes, 2008, p. 167).

No decurso do século VII, período para o qual já se documentam vários mosteiros, subsiste no Noroeste ibérico um monaquismo de grande diversidade, provavelmente fruto da dependência e subordinação aos prelados diocesanos. Este contexto poderá justificar as características diferenciadoras existentes na Hispânia comparativamente ao conjunto do monaquismo ocidental (Almeida, 1967, p. 52). Na realidade, ao contrário do monaquismo sob a influência da normativa beneditina, o monaquismo do

¹⁸ Possivelmente, o autor referir-se-á ao mosteiro de Dume.

Noroeste ibérico continuava ainda bastante ligado à tradição dos mosteiros orientais (Almeida, 1967, p. 55), tornando-os num ponto de paragem essencial na construção do percurso eclesiástico de muitos bispos hispânicos, tal como defendeu José Orlandis na sua obra de 1971, *Estudios sobre instituciones monásticas medievales* (Caballero Zoreda, 1987, p. 31).

A dependência do prelado manifestava-se nos mais variados aspetos relacionados com cada uma das unidades monásticas. Cabia ao bispo não só a nomeação do abade, como também garantir o seguimento da regra. O bispo assumia aqui uma preponderância que terá levado à ocorrência de alguns exageros, tal como deixam transparecer os cânones dos concílios de Lérida, Toledo (IV) e Sevilha (III) (Almeida, 1967, p. 53).

Assim, os mosteiros estabelecem-se como um pilar religioso, mas também com um forte pendor social e económico. A fundação e construção de mosteiros no contexto da Alta Idade Média encontra-se mais direcionado para o incremento de povoações, desenvolvimento de ofícios e consolidação territorial (Almeida, 1967, p. 55).

Na escala do quotidiano do mosteiro, estamos já perante núcleos inseridos na sociedade a diversos níveis, desde a função base religiosa e evangelizadora, passando pela cultural e educativa, pela implementação de novos conceitos, de inovações e da utilização de elementos fundamentais para o desenvolvimento coletivo (generalização do latim p.e.), chegando mesmo até ao desenvolvimento artístico e arquitetónico (Lindberg, 2007, pp. 75–76).

Por exemplo, a São Frutuoso, bispo de Braga e Dume, é atribuída a fundação de dez mosteiros na Galiza e na Bética (Oliveira, 1994, p. 47). Destes, destaca-se o de São Salvador, implantado na periferia da cidade de Braga. As intervenções arqueológicas mais recentes (Fontes, Braga e Andrade, 2012, pp. 31–32) permitiram perceber que num outeiro designado por “Montelhos”, São Frutuoso procedeu à fundação de um complexo monástico do qual subsiste o mausoléu erigido para albergar a sua sepultura. Trata-se de um monumento funerário que exhibe uma planta em cruz isósceles e ambos os eixos próximos dos 13 metros de comprimento “... *construído em sólido aparelho de cantaria granítica, (...) apresenta uma planta em cruz de braços quadrados iguais, o do lado poente recto e com cobertura em abóbada de canhão e os restantes três abrigando absides em arco de ferradura e cobertura compósita. Ao centro eleva-se uma torre-lanterna, rematada por cúpula semi-esférica em tijolo.* “ (Fontes, 2008, p. 172).

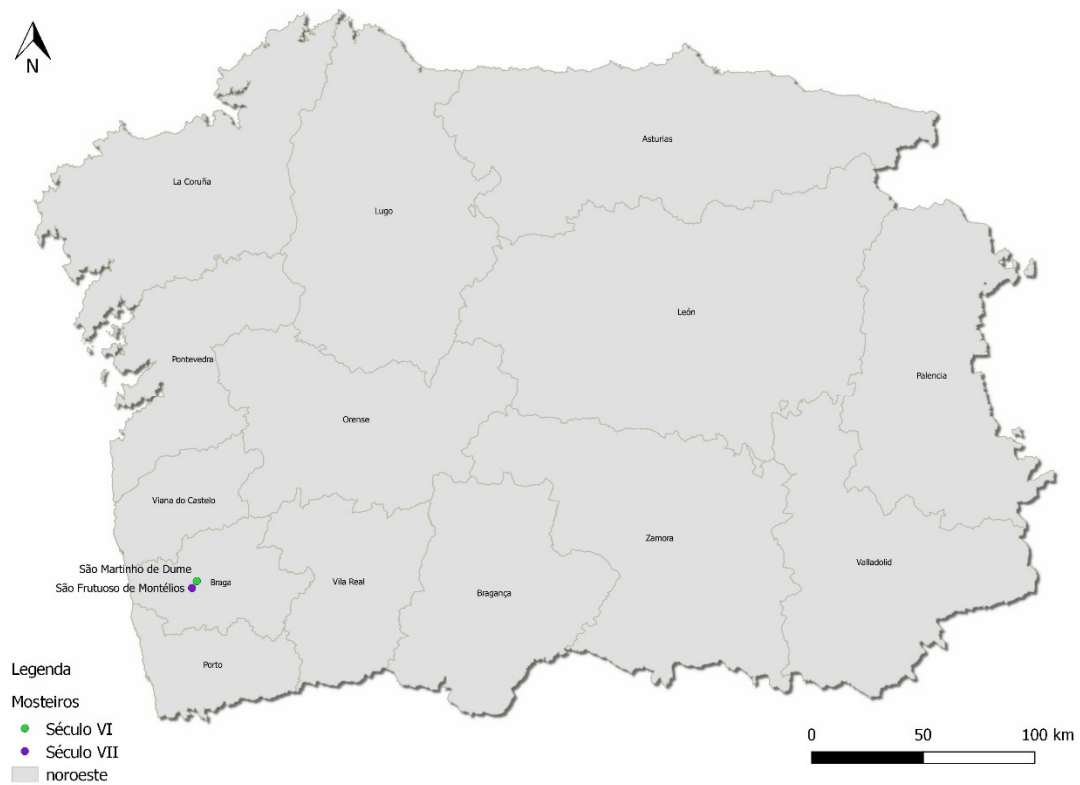


Figura 20 - Localização dos Mosteiros de Dume (Dume, Braga) e de S. Salvador de Montélios (Real, Braga).



Figura 21 - Vestígios arqueológicos da basílica sueva de Dume (Fontes, 2006, p. 19)

Apesar de a esta estrutura fúnebre se juntarem outros elementos identificados por via da Arqueologia, não existe ainda um conhecimento aprofundado relativamente ao edificado e à prática construtiva deste espaço. Ainda que com alguma intermitência, as evidências apontam no entanto para que o complexo monástico tenha mantido a sua ocupação durante a época medieval (Fontes, Braga e Andrade, 2012, pp. 31–32).

A escassez de evidências físicas, todavia, permanece um obstáculo para a compreensão destas primeiras estruturas. Se a partir da intervenção dos bispos e da instituição de regras monásticas por parte destes, os mosteiros passam a comportar um espaço definido para a prática do monaquismo, as fontes escritas medievais, nomeadamente as regras monásticas, são inespecíficas e abstratas quanto à caracterização da construção. Transmitem uma preocupação com o local de implantação dos mosteiros, com a orgânica e com a existência de determinadas dependências, mas não há qualquer referência a características construtivas ou arquitetónicas. Depreende-se daqui que não haveria uma preocupação de uniformidade construtiva entre os diversos mosteiros, mas sim que a construção de cada mosteiro estaria dependente dos recursos económicos, às matérias-primas e aos conhecimentos disponíveis.

4. O monacato das ordens religiosas (século XI a XV)

As tentativas de uniformização do monaquismo ocidental prosseguem no século IX, registando-se a ocorrência de um importante conjunto de reformas monásticas, já na fase final do Império Carolíngio. Estas reformas, patrocinadas por Luís “O Piedoso” e levadas a cabo por São Bento de Aniane, vão tomar forma normativa nos sínodos de Aachen, em 816 e 817, dos quais emergiu um conjunto de documentos normativos que visaram a homogeneização da vida cenobítica do Império Carolíngio, nomeadamente pela adoção universalizada da regra beneditina (Kirsch, 1907).

De facto, as reformas carolíngias do século IX acabariam por extravasar amplamente os domínios carolíngios, no tempo e no espaço, e exercer uma influência de longo alcance, passando a constituir a base institucional e cultural do desenvolvimento do monaquismo ocidental durante a Idade Média. Por um lado, é um momento já de estreita relação entre a nobreza e as instituições monásticas, o que vai contribuir em grande parte para a capacidade económica e construtiva das comunidades monásticas. Por outro lado, marca o momento em que se introduz uma regulamentação efetiva aos mosteiros e a generalização da regra beneditina.

Na Europa Central, as primeiras décadas do século IX aparentam ter constituído para o monaquismo um período de grande reflexão intelectual. Para além do impacto provocado pelas reformas no campo institucional, também o desenvolvimento arquitetónico das infraestruturas monásticas foi alvo de um

processo de teorização que resultou na criação de pelo menos um documento gráfico, a denominada planta de *Saint-Gall*, cuja influência se vai refletir em determinados aspetos da construção monástico-conventual medieval e moderna (Figura 22).

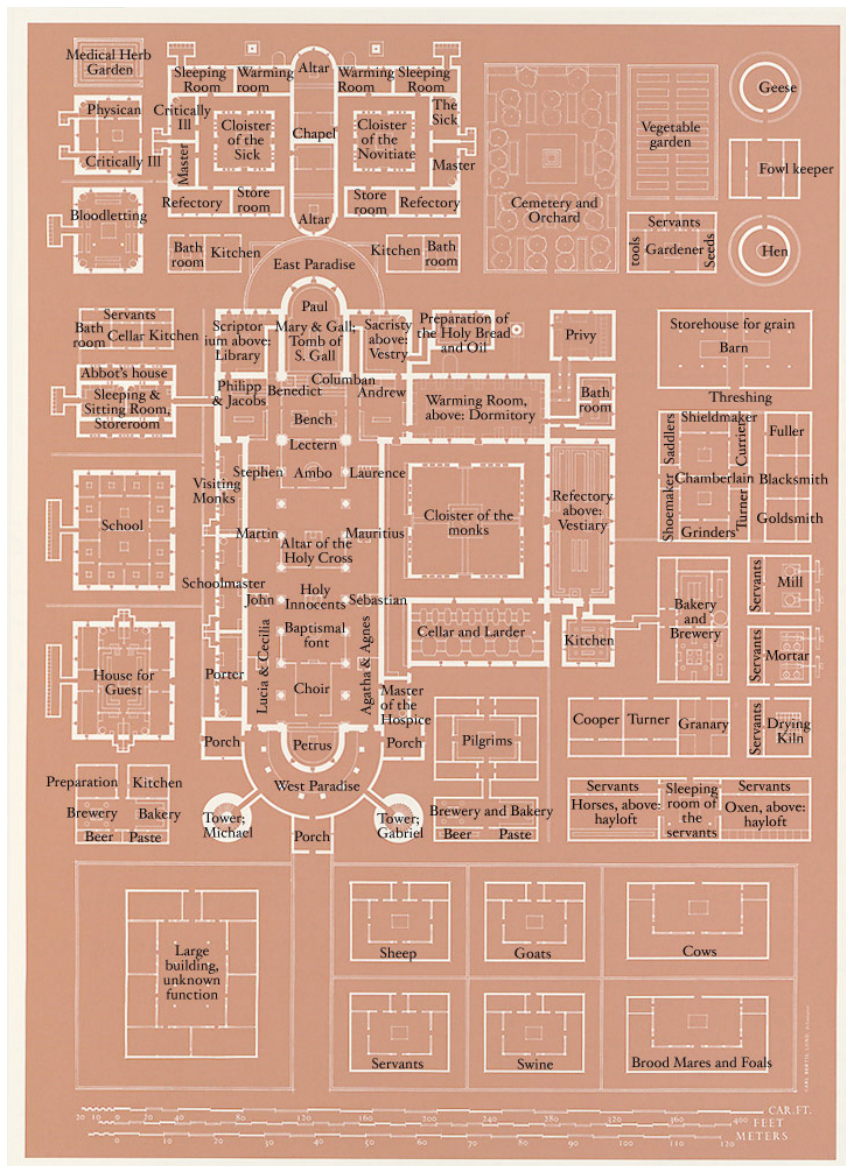


Figura 22 – Esquema da planta de Saint-Gall, cujo original se encontra depositado na livraria da Abadia de Saint-Gall em Sankt Gallen (Suíça). (fonte: <http://benedante.blogspot.pt/2012/03/plan-of-st-gall.html>)

Apesar do desconhecimento acerca do propósito preciso da elaboração da planta de *Saint-Gall*, o contexto da sua produção parece evidenciar a possibilidade de constituir um registo gráfico do modelo ideal de um mosteiro. Na realidade, ao que tudo indica, esta Planta, terá sido concebida por Haimo de Basileia, no século IX, e enviada ao abade Gozbert de *Saint-Gall* como o “protótipo” do mosteiro ideal (Segal, 1983, pp. 66–67), constituindo assim o registo mais antigo de uma planta arquitetónica especificamente pensada para um complexo com o propósito monástico.

Possivelmente dotada de uma excessiva regularidade, a leitura da planta de Saint-Gall parece apelar mais ao sentido esquemático da organização funcional dos espaços, do que propriamente a um projeto de construção, concebido para uma implantação topográfica. A planta identifica e localiza os diversos espaços necessários para um complexo autossuficiente, centrado no edifício da igreja, com o claustro anexado e, na sua orla, os espaços e edifícios destinados aos ofícios religiosos, à higiene, e às diversas oficinas, bem como aos espaços afetos à exploração agrícola.

Não obstante, ainda que o plano monástico de Saint-Gall do século IX nunca se tenha chegado a concretizar fisicamente, é de realçar que a forma como alguns elementos estão representados neste plano, nomeadamente o claustro, assumem já aqui a configuração mais característica das dependências habitacionais dos complexos monástico-conventuais.

Todavia, se as reformas carolíngias do século IX estabeleceram as bases do monaquismo medieval do Ocidente, nomeadamente pela valorização da regra beneditina, a execução efetiva de uma reforma beneditina em grande escala será feita a partir da Ordem de Cluny.

De facto, difundindo-se no monaquismo europeu ao longo dos séculos X e XI, a influência cluniense chegará inclusivamente à Península Ibérica, introduzindo a regra beneditina e exercendo uma forte influência cultural (Dias, 2011, pp. 157–158; Mattoso, 2000, 2000, 2001, 2002).

A fundação do Mosteiro de Cluny, no século X, com o apoio de Guilherme I de Aquitânia gozou de condições institucionais que permitiram o seu desenvolvimento como um dos maiores centros monásticos da Europa. As condições que estão na base da sua criação incluíam estar hierarquicamente apenas dependente do papa e possuir uma administração autónoma, cabendo ao abade designar o seu sucessor. Também do ponto de vista da propriedade, gozava da impossibilidade de alienação dos seus bens (Lindberg, 2007, pp. 88–89). O Padre Miguel de Oliveira descreve a reforma operada a partir do Mosteiro de Cluny como uma tentativa de implementação de “... *uma espécie de feudalismo puramente eclesiástico, agrupando as abadias em congregações dirigidas por um superior geral, denominado «abade dos abades».*” (Oliveira, 1994, p. 55).

Todavia, ainda que o modelo cluniense tenha vindo a constituir um “arquétipo” do monaquismo medieval, o monaquismo do Noroeste da Península Ibérica manteve-se até ao século XI num cenário diferenciador e com um ritmo de desenvolvimento bastante próprio.

Na realidade, até ao nascimento da nação portuguesa, a atual zona Norte de Portugal e parte do Sul da atual Galiza partilhavam um percurso histórico e cultural semelhante, fruto da unidade territorial conferida pelo *Conventus Bracaraugstanus*, instituído no século I, cujo caráter unitário se prolongou até às incursões muçulmanas (Yzquierdo Perrin, 1998, pp. 43–44). Como resposta às tentativas de

ocupação muçulmana da Península Ibérica, na segunda metade do século IX tem início um processo de reorganização territorial, que se processa de norte para sul, ao qual está ligado uma nova onda de fundações e refundações de mosteiros propulsionada pela nobreza fundiária. O “*patrocinio*” promovido por nobres e reis passava assim a exercer um efeito reabilitador que fazia florescer novamente a cultura monástica (Lindberg, 2007, p. 88).

O contexto de aproximação de leigos ao modo de vida monástico e aos mosteiros, mais do que refletir a importância destas organizações na sociedade medieval, fez com que o desenvolvimento do monaquismo passe a estar ao alcance das elites sociais por via das fundações e doações. A postura de investimento nos mosteiros, suscitava em contrapartida um meio de garantia da salvação espiritual. Assim, a intervenção junto dos mosteiros passa a funcionar como uma “chave para o Céu”, passando a ser comum a reclusão em mosteiros dos últimos momentos da vida de membros da nobreza ou o desejo de ir a enterrar envergando um hábito monástico (Lindberg, 2007, p. 89).

No caso do Noroeste da Península Ibérica, se até às incursões muçulmanas se regista um traço evolutivo comum entre os territórios correspondentes atualmente ao Norte de Portugal e ao Sul da Galiza, por força da organização administrativa romana e posterior implantação suevo-visigótica, a partir dos avanços de Afonso III das Astúrias esta situação altera-se. De facto, a reorganização administrativa empreendida por Afonso III, assim como a constituição do condado portugalense e a sua consolidação no século XI e também as intenções de desvinculação da coroa de Leão e Castela acabam por produzir uma inevitável separação entre o percurso futuro das duas regiões (Yzquierdo Perrín, 1998, p. 44).

Não obstante, até finais do século XI, o monaquismo do Noroeste revestia-se ainda de uma complexidade de formas provocada pela existência de vários focos de expressão autóctone que se mantinham alicerçados no período moçárabe e na profissão do rito visigótico. Tratar-se-ia, em alguns casos, de pequenos mosteiros de proteção familiar ou senhorial guiados ainda pela *regula mixta*, de eremitérios e de comunidades religiosas não regulares (Rodrigues, 1995, p. 199). Será, pois, neste contexto de tensão que se assiste à chegada ao Noroeste do monaquismo beneditino, por via dos monges clunienses. Estabelecendo-se na região da Galiza, durante o reinado de Afonso VII, é no século XI que conseguem empreender a sua reforma e introduzir a organização monástica neste território. A chegada dos monges clunienses é, como já referido, parte de uma estratégia de reforma monástica consentânea das elites dominantes no território da atual Galiza, mas também parte de um processo de reforma eclesiástica onde os monges clunienses vão atuar como “bispos” (Pereira, 2014, p. 232).

No caso do condado portugalense, os condes D. Henrique e D. Teresa apoiam o estabelecimento da ordem cluniense e da regra beneditina a partir de 1096 (Yzquierdo Perrín, 1998, p. 45). A presença de

D. Henrique e a consagração de S. Geraldo de *Mossaic* como Arcebispo de Braga, em 1096, originou um alinhamento perfeito entre a influência da corte francesa e do beneditismo cluniense para a plena afirmação do rito litúrgico romano no condado em finais da centúria (Rodrigues, 1995, p. 189).

Neste contexto, importa referir dois exemplos paradigmáticos da primeira vaga de mosteiros do Noroeste ibérico a integrar Cluny. Um, em São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), por volta de 1100, com a doação do mosteiro por D. Teresa e D. Henrique de Borgonha ao mosteiro cluniense de La Charité-sur-Loire (Borgonha, França) (Andrade Cernadas, 2015, pp. 102–104). O outro verifica-se no mosteiro de Santo Antolín de Toques (Corunha), que, por volta de 1067, estava já sob a regra beneditina, de acordo com um documento de doação de D. García (Andrade Cernadas, 2015, pp. 97–98).

4.1. Os mosteiros românicos (finais do século XI a meados do século XIII)

O panorama das construções monásticas até à consolidação do condado portugalense continua a caracterizar-se por alguma incipiência construtiva. Antes da fixação dos núcleos familiares mais dominantes do condado portugalense, os complexos monásticos não iriam além de construções “... *pouco sólidas, de pequena dimensão e importância...*” (Rodrigues, 1995, p. 191). Admitindo-se a existência de um aumento de construções “embrionárias”, convencionalmente inseridas no “período condal”¹⁹, sensivelmente entre 1080 e 1130 (Costa, 1997; Marques, 2000, p. 224), das quais se conservam poucos vestígios físicos²⁰ (Pereira, 2014, p. 223), a ampla expressão da reforma cluniense, que “... *desde finais do século XI começará a ocupar e a converter grande parte dos pequenos conventos de fundação senhorial, introduzindo o rito romano e a Regra de S. Bento onde predominavam ritos locais e moçárabes, com cenóbios mistos e mal organizados...*” (Rodrigues, 1995, pp. 199–200), vem contribuir para a ampla difusão do românico na construção monástica (Figura 23).

O termo “românico”, apesar da diversidade dentro do próprio estilo no contexto europeu (Almeida, 1988, 2001; Almeida e Barroca, 2002, p. 12), quando aplicado à disciplina construtiva medieval difundida entre os séculos XI e XII, pretende salientar a essência construtiva, subsidiária da construção romana, cujas características gerais se prendem, entre outros aspetos, com o recurso a soluções como o arco de volta perfeita, elementos estruturais como colunas, arcaturas e abóbadas (Pereira, 2014, p. 230).

¹⁹ Os mosteiros de São Bento (Santo Tirso), Paço de Sousa (Penafiel) e São Pedro de Rates encontravam-se já no século XI sob proteção senhorial (Rodrigues, 1995, p. 191).

²⁰ A igreja de S. Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) constitui um exemplo recorrente de um edifício com testemunhos da primeira fase do românico no noroeste português, sobretudo por conservar, possivelmente reutilizados, elementos datáveis do século XI nas arcadas da parte norte da nave (Pereira, 2014, p. 223).

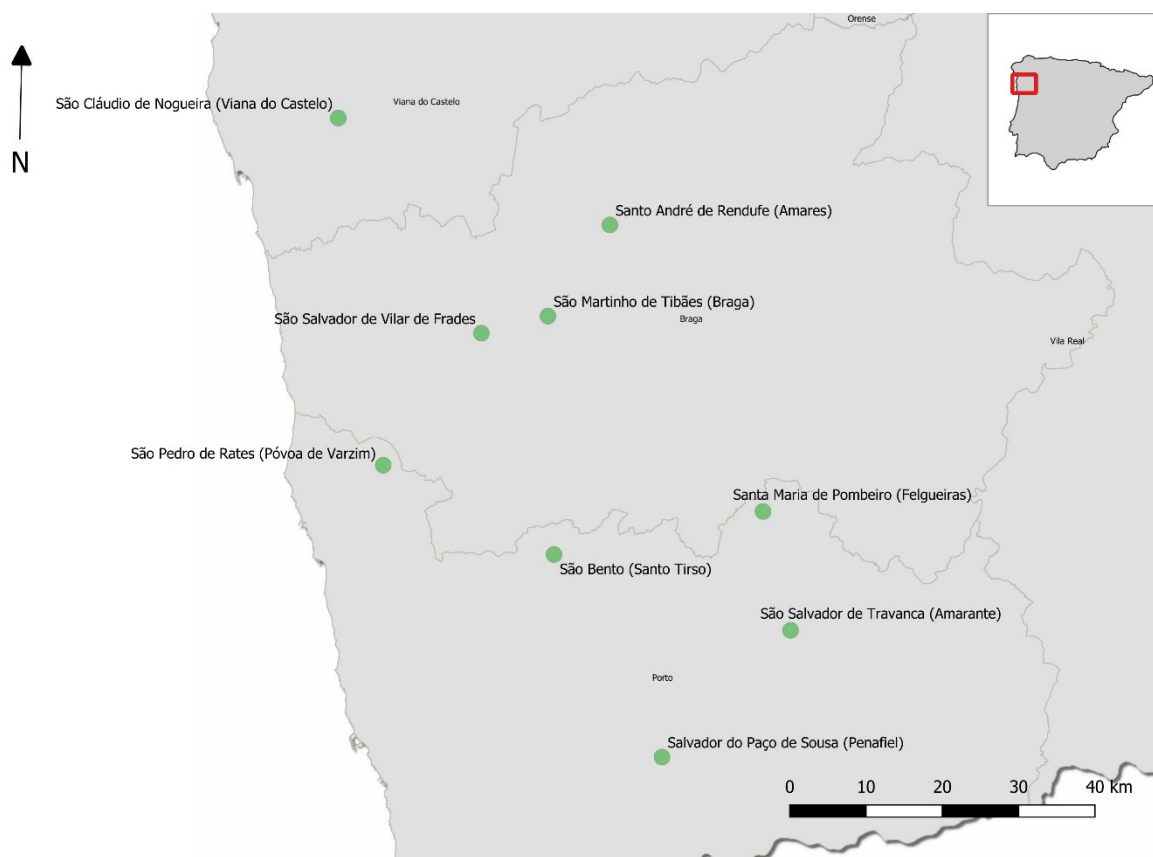


Figura 23 – Distribuição dos mosteiros mais relevantes na investigação do estilo românico do Noroeste português.

4.1.1. Implantação

Pese embora a escolha do local de implantação de qualquer construção ou edifício possa ser condicionada por fatores de ordem diferente (económica, social, política, geográfica...), o local de implantação de um mosteiro, pelo menos desde o século VI, passa a ser definido de forma normativa. Condições como o isolamento e a autossuficiência, plasmadas, por exemplo, na regra de São Bento, passam a ser normativamente requisitadas para a construção de mosteiros.

De igual modo, entre os diversos fatores que imperaram na fundação de abadias e mosteiros no período românico, identificam-se determinados traços comuns, que vão desde a carga simbólica/religiosa do local até aos fatores políticos e económicos. Assiste-se, nesse sentido, com regularidade, à fundação de mosteiros em espaços previamente sacralizados, por via de construções ou apenas pela *imaginaria* coletiva do quotidiano popular, e privilegiam-se os espaços férteis que favoreciam a exploração agrícola e a pecuária (Rodrigues, 1995, p. 204).

No caso das casas monásticas difundidas sobretudo em meios rurais, juntamente com a expansão das ordens monásticas, importa destacar o impacto que tiveram ao nível do desenvolvimento das atividades económicas. Igualmente, nomeadamente no âmbito da exploração agrária, os cenóbios foram responsáveis pela introdução de novos conhecimentos e técnicas, provenientes das casas homólogas do

resto da Europa (Sousa, 2009, p. 83). Por exemplo, para o caso português, o Mosteiro de Alcobaça, da Ordem de Cister, destaca-se como um “... importante centro de produção e povoamento na sua extensa zona de influência, na área do litoral entre o Mondego e o Tejo.” (Sousa, 2009, p. 83).

Os locais de implantação virão a ter principal importância no caso das grandes abadias, uma vez que a sua fundação exigia “... vastas áreas para fixação e um modelo económico de patrimonialização extenso.” (Gomes, 2013, p. 250). A necessidade de um espaço propício para a exploração agrícola é perceptível na forma como as cercas se encontram organizadas e hierarquizadas entre a construção de edifícios com função agrícola e campos de cultivo e silvicultura (Gomes, 2013, p. 250).

No contexto português da época em questão, um exemplo paradigmático desta implantação agrária ocorre em mosteiros como o de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), implantado junto ao rio Ferreira, afluente do rio Sousa, numa zona fértil propícia para o estabelecimento de uma economia agro-pastoril (Real, 2011, p. 152).

4.1.2. O espaço construído

4.1.2.1. O edifício da Igreja

Apesar das inúmeras referências materiais e imateriais aos mosteiros românicos do Noroeste da Península Ibérica, o edificado conservado, para além dos elementos dispersos ou reutilizados noutros contextos, resume-se quase exclusivamente ao edifício da igreja. No caso do Noroeste português verificamos, para além da igreja, a conservação da torre.

A conservação do edifício da igreja é explicável pela preservação da sua função cultural e pelo carácter perene investido na construção destas estruturas, sendo o conhecimento sobre a arquitetura monástica do período românico produzido essencialmente com base no edifício da igreja²¹.

Se tivermos em consideração a construção românica dos mosteiros do Noroeste, verificamos que a abrangência do atual território galego possui duas grandes características que se cruzam com o território português. Uma, refere-se à relativa simplicidade apresentada pelos esquemas construtivos das igrejas. A outra, ao domínio de corpos de nave única e de três naves no seu interior. No caso das capelas, verifica-se uma divergência entre as de planta de cabeceira retangular e as de morfologia semicircular, ambas precedidas de paredes retas (Valle Pérez, 2013, p. 41) (Figuras 24 e 25).

²¹ Não obstante, enquanto elementos dinâmicos, a análise construtiva destes edifícios necessita de uma abordagem isolada e multidisciplinar que permita compreender a sua estratificação e interpretar o seu processo evolutivo.

Igreja do Mosteiro de São Cláudio de Nogueira



(vista do exterior)



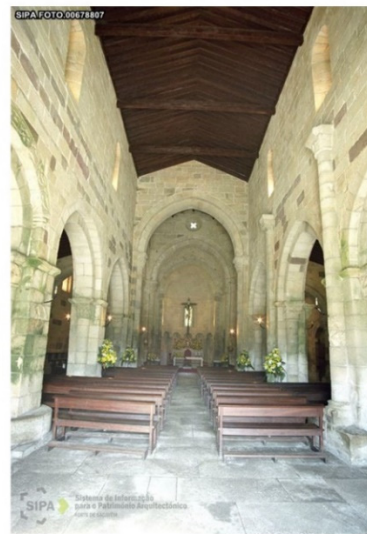
(vista do interior)

Figura 24 – Vista exterior e interior da igreja do Mosteiro de São Cláudio da Nogueira (Viana do Castelo). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Igreja do Mosteiro de São Pedro de Rates



(vista do exterior)



(Vista do interior)

Figura 25 - Vista exterior e interior da igreja do Mosteiro de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

No modelo de nave única e cabeceira simples, que no Noroeste português está essencialmente adstrita a mosteiros de pequena dimensão, as igrejas possuem uma planimetria semelhante com apenas uma nave e uma capela-mor. A nave única exhibe normalmente uma cobertura de madeira e a capela-mor, retangular ou em semicírculo, surge geralmente abobadada (Pereira, 2014, p. 250). Como exemplo,

a igreja de São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo) expressa de forma quase arquétipa a simplicidade dos mosteiros mais isolados e de menores dimensões. Trata-se de um modelo provavelmente decorrente da escassez de recursos financeiros e culturais que resultaram em edifícios menos desenvolvidos (Rodrigues, 1995, p. 212) (Figuras 24 e 26).

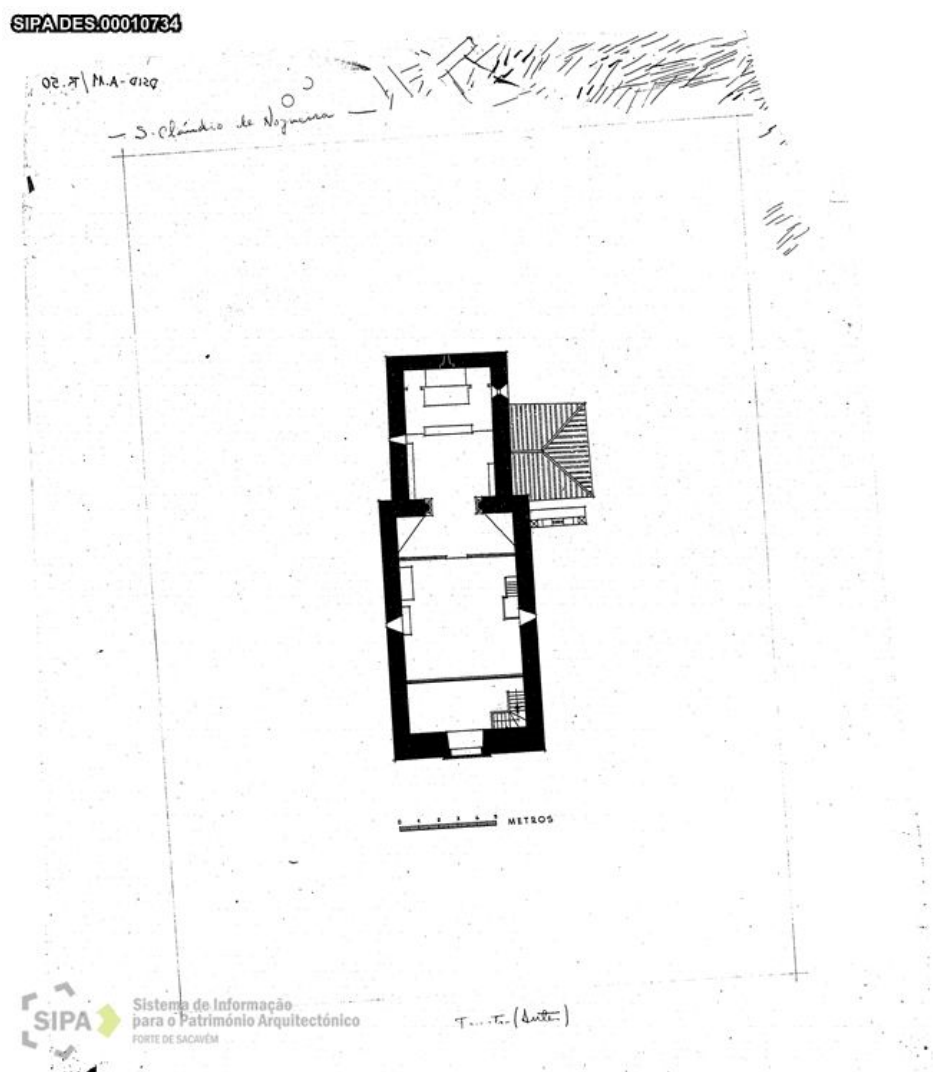


Figura 26 - Planta da igreja do Mosteiro de São Cláudio de Nogueira. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Um segundo tipo, já mais evoluído, engloba os edifícios de planta basilical com um corpo de três naves, com ou sem transepto, e com a cabeceira tripartida em capelas semicirculares, sendo a capela-mor a mais saliente das três. Observável tanto no território galego (Valle Pérez, 2013, pp. 45–48), como no português (Pereira, 2014, p. 250), traduz um modelo que resulta da influência de Cluny, nomeadamente da segunda construção da abadia cluniense (Rodrigues, 1995, p. 212).

Ao nível das coberturas, a zona do corpo envergava uma estrutura de madeira sobreposta por um telhado de “duas águas” e abóbada na zona da cabeceira, sendo incomum a presença de edifícios integralmente cobertos por abóbadas. Quanto ao tipo de abóbadas, registam-se em maior número as abóbadas de canhão, exceccionalmente as de cruzaria nas cúpulas e as formas de “concha” nas absides (Valle Pérez, 2013, pp. 45–48) (Figura 27). Entre outros, um exemplo deste modelo encontra-se na igreja de Santo Estevão de Ribas de Sil (Nogueira de Ramuín, Espanha) e igualmente a título de exemplo, nas igrejas de Travanca, de Paço de Sousa e de São Pedro de Rates (Rodrigues, 1995, p. 212) (Figuras 25 e 28).

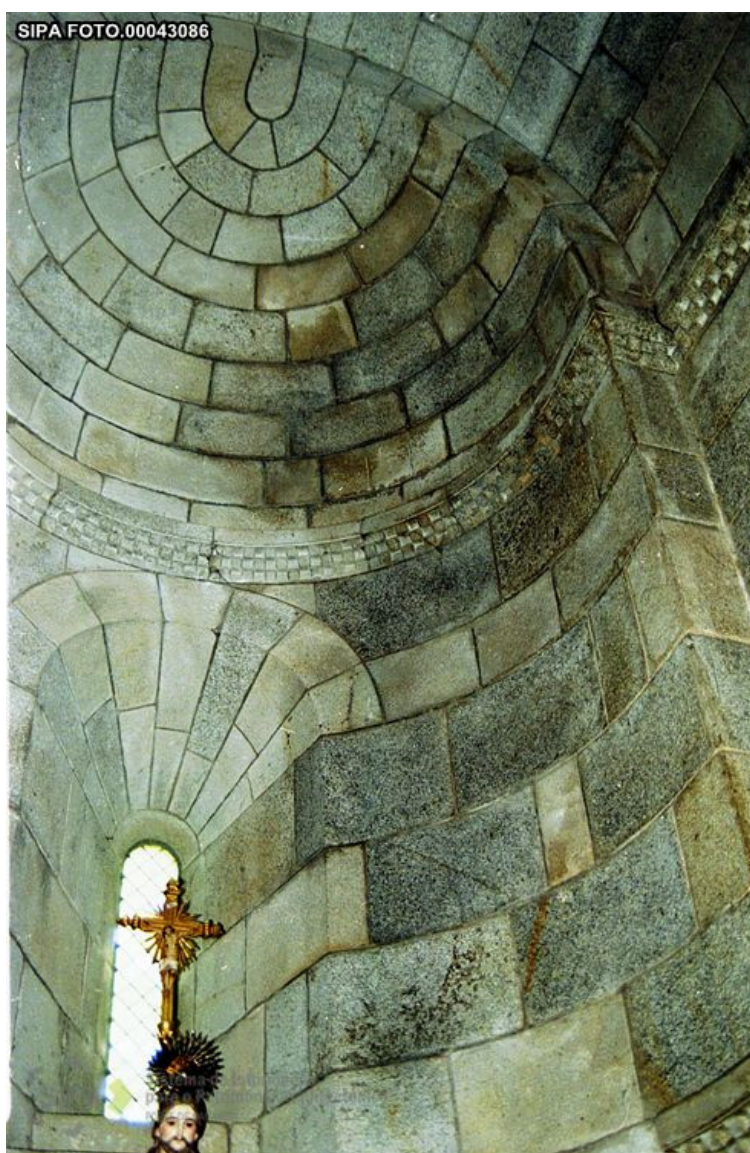


Figura 27 - Pormenor da abóbada de uma das absides da igreja de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

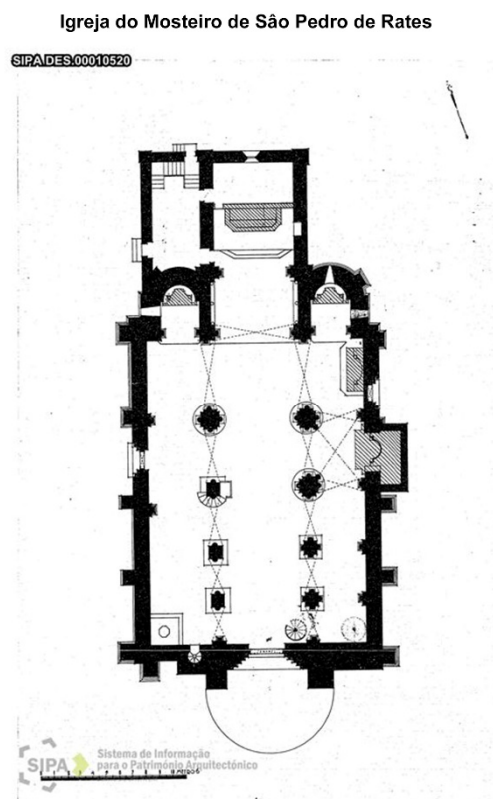
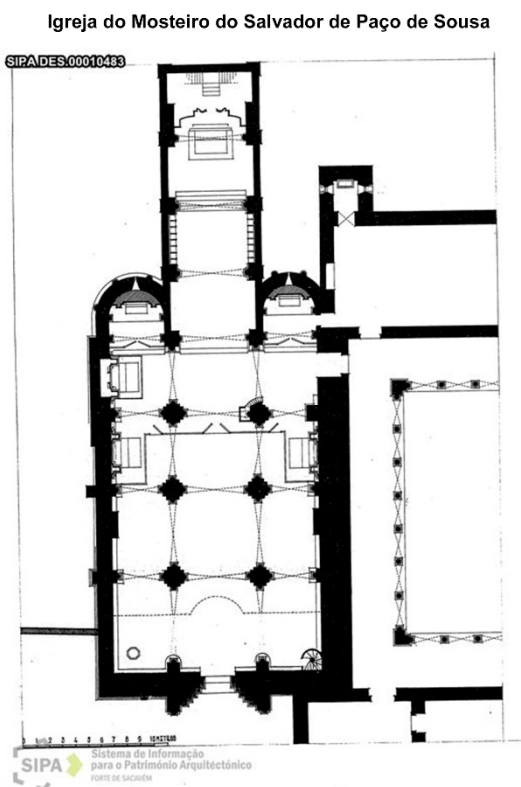


Figura 28 – Planta das igrejas dos mosteiros de Salvador do Paço de Sousa (Penafiel) e de São Pedro de Rates antes das intervenções da DGEMN. Note-se que apenas se conservam as absides das capelas das naves laterais. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

No caso dos complexos cuja construção se prolongou no tempo e passaram por grandes fases de expansão e reformulação em épocas posteriores, a Arqueologia tem conseguido recuperar elementos construtivos pertencentes às edificações medievais românicas, nomeadamente em locais como o convento de São Salvador de Vilar de Frades (Barcelos) (Fontes, Moreira e Duarte, 2016), o mosteiro de São Martinho de Tibães (Braga) (Fontes, 2015), o mosteiro de Santo André de Rendufe (Amares) (Fontes e Catalão, 2011) e o mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras) (Pinto, 2011), que têm indicado cronologias construtivas medievais situadas entre o século XI e o XV.

Os resultados das referidas intervenções parecem corroborar a ampla preponderância do esquema de importação “benedictina”, nomeadamente pela identificação de fundações construtivas das cabeceiras que evidenciam sistemas de absides (Fontes, 2015, pp. 11–12; Fontes, Moreira e Duarte, 2016, pp. 23–24; Pinto, 2011, pp. 177–178). No entanto, dentro do modelo basilical, a variação menos usual verifica-se na igreja medieval de São Salvador de Vilar de Frades (Figura 29). No decurso de uma das campanhas de intervenção arqueológica neste convento, no ano de 2002, foi identificado o embasamento do alicerce da abside facetada lateral norte da cabeceira, com uma forma poligonal incomum mas, segundo os autores, observável em espaços como a Abadia Velha de Tarouca (Fontes, Moreira e Duarte, 2016, p. 24) (Figura 30). Em termos da aplicação técnica, tratava-se de um alicerce

formado por blocos sub-retangulares, de grande dimensão, alinhados e agregados por juntas de terra e pedras que se encontravam a preencher um interface de rotura efetuado no estrato rochoso onde o alicerce se encontrava diretamente colocado (Fontes, Moreira e Duarte, 2016, p. 24).

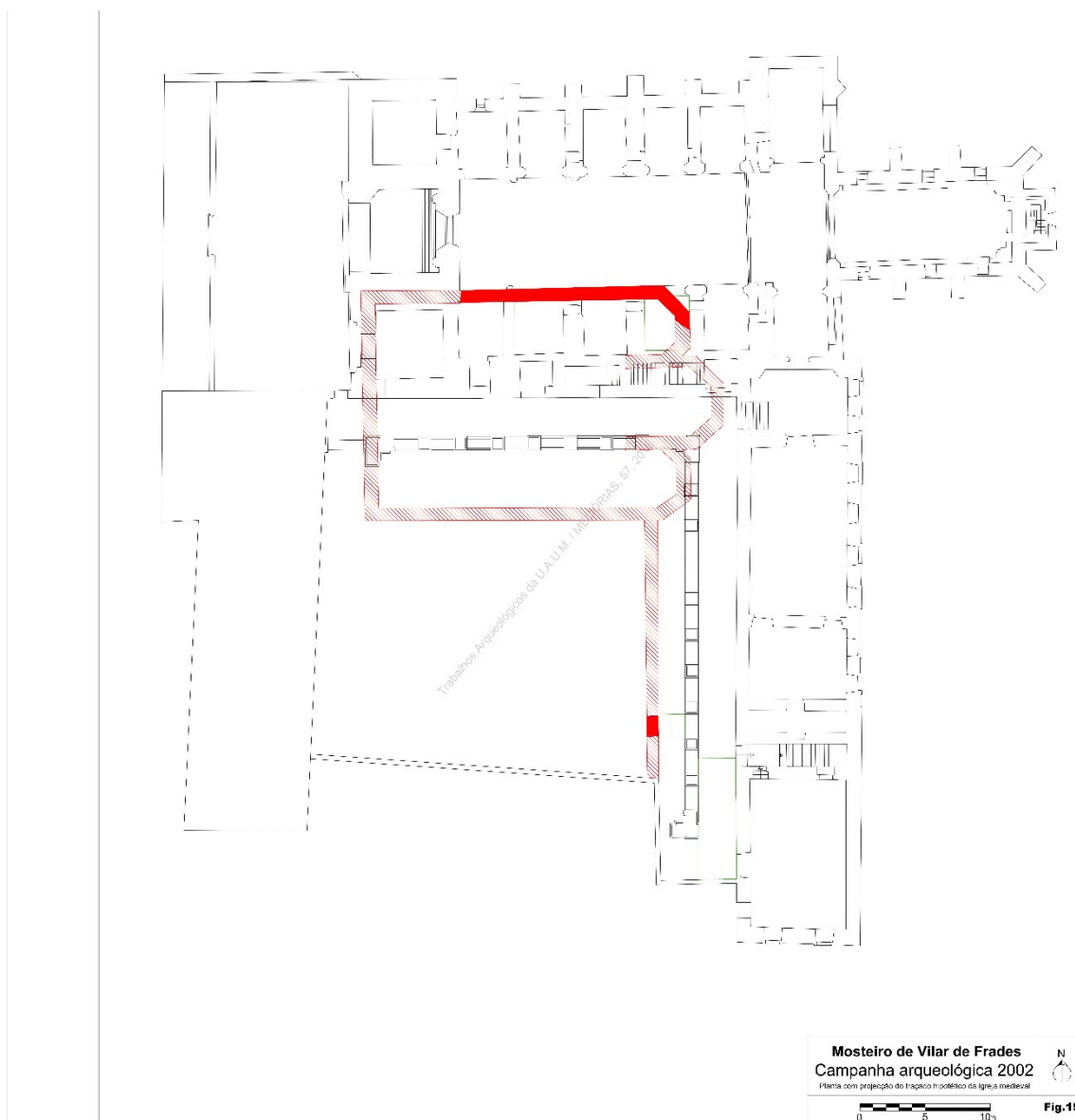


Figura 29 – Reconstituição da igreja românica do Convento de São Salvador de Vilar de Frades com base nos elementos construtivos exumados (Fontes, Moreira e Duarte, 2016, p. 45).



Figura 30 – Alicerces da Abadia Velha de Tarouca com absides poligonais. (Fonte: <http://lmenergia.com/onewebstatic/9d912d0045-ruinas%20resort.jpg>)

Já no caso da igreja medieval de São Martinho de Tibães, os vestígios identificados em escavação mostraram uma planimetria constituída por um muro semicircular, com arranque de tramo reto, que deveria corresponder à parede de ligação entre o corpo e a cabeceira (Fontes, 2015, pp. 11–12). Em termos construtivos, foi possível verificar que o alicerce também assentava no estrato natural, possuía uma espessura de cerca de 1,20 metros e exibia um aparelho de cantaria, bem executada, com blocos dispostos em alternância na largura e no comprimento e o interior preenchido com argamassa de saibro e argila e cascalho (Fontes, 2015, pp. 11–12).

Outros elementos exumados permitiram ainda identificar o muro sul desta igreja medieval, que se desenvolvia por mais de 20 metros e era constituído por silhares de granito num sistema de dupla face, enchimento de calhaus, cascalho e argamassa de saibro. Encontrava-se assente numa camada de calhaus dispostos na horizontal e que preenchiam um interface de rotura provocado por um corte no estrato de xisto (Fontes, 2015, p. 10)

Apesar das semelhanças planimétricas e construtivas, os mosteiros do baixo medievo do Noroeste português distinguem-se dos restantes mosteiros do noroeste peninsular pela inclusão de um pendor militar ausente nas estruturas galegas. Dadas as contingências geopolíticas do período em causa, os complexos monásticos, assim como outras igrejas, aliam à funcionalidade religiosas uma funcionalidade defensiva materializada sobretudo pela construção de torres junto à igreja (Almeida, 1971, p. 69). Ainda que se possam atribuir várias fontes de influência arquitetónica europeia na replicação deste sistema (Rodrigues, 1995, p. 215), parece ser evidente que mais do que um significado simbólico, casos como

o de Travanca²² (Figura 31), Manhente (Figura 32) e Vilar de Frades (Figura 33), possuem uma função defensiva tanto de consolidação territorial como religiosa.

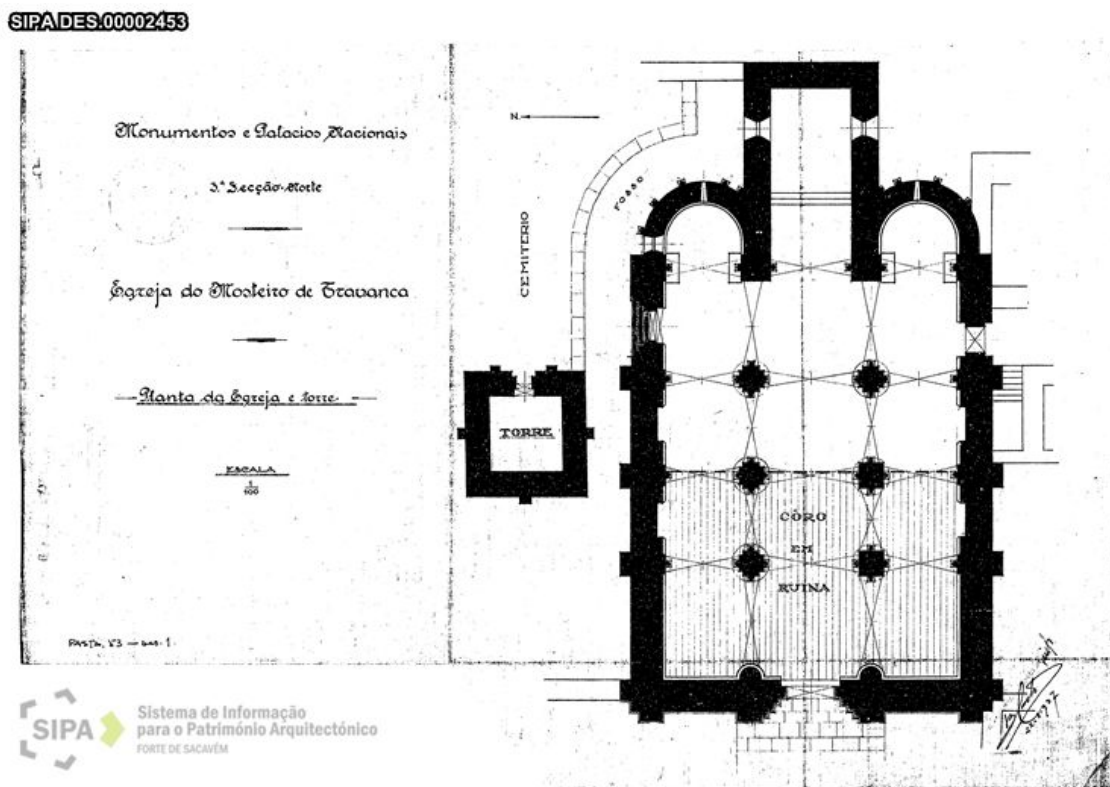


Figura 31 – Planta da Igreja e da torre de Salvador de Travanca (Amarante). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

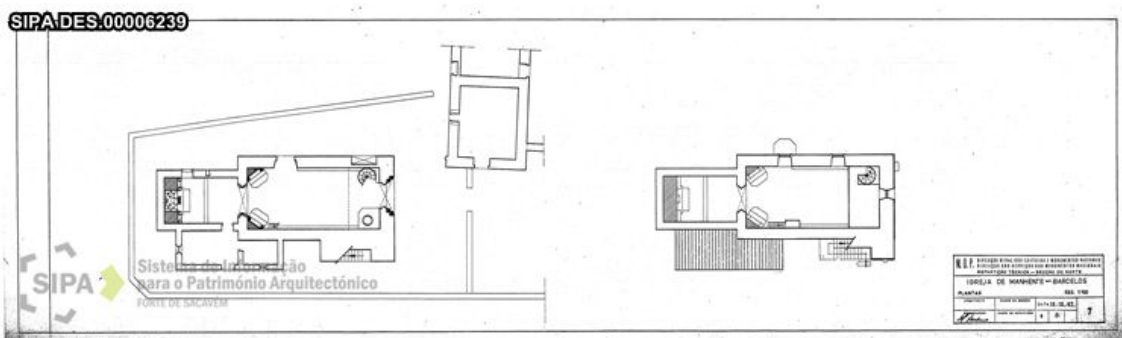


Figura 32 – Planta da igreja e da torre do mosteiro de Manhente (Barcelos). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

²² No caso de Travanca, a torre é já uma construção datada do século XIV: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3954 (acedido em 4 de julho de 2017).



Figura 33 - Paramento norte da torre sul do Convento de Vilar de Frades (Barcelos). Parte deste paramento poderá corresponder à estrutura românica.

4.1.2.2. O claustro

Tal como já referido, uma característica transversal aos complexos monásticos do Noroeste da Península Ibérica entre os séculos XI e XIII, é a conservação do edifício da igreja em detrimento dos restantes edifícios do complexo monástico. A ausência destas estruturas, remete para o recurso a alvenarias fracas, à madeira e a outros materiais perecíveis na construção dos espaços utilitários dos mosteiros (Pereira, 2014, p. 253)

As intervenções arqueológicas parecem igualmente apontar neste sentido, sobretudo no que diz respeito à utilização de alvenarias e de aparelhos pouco cuidados nas estruturas claustrais. Todavia, apesar de não serem totalmente esclarecedoras do ponto de vista da interpretação estrutural dos claustros românicos, a identificação de estruturas pertencentes aos espaços dos claustros dos mosteiros medievais²³ tem vindo a contribuir para uma redução das lacunas informativas relativamente a estes espaços no noroeste português.

No caso do mosteiro de São Martinho de Tibães foram identificados vários vestígios da zona claustral, possivelmente pertencentes à ala norte, que se encontravam em articulação com a igreja. A parede identificada possuía 1,2 metros de espessura na parte superior e aproximadamente 1,5 metros no seu

²³ Tendo em consideração que estão inseridas num intervalo corológico relativamente extenso entre o século XI e XV.

embasamento, estes com orifício para uso do “*forfex*”, e ainda um “... *leito de calhaus subjacente ocupa toda a largura da vala de fundação, isto é, cerca de 1,8 metros*” (Fontes, 2015, p. 10).

Por sua vez, no mosteiro de Santo André de Rendufe (Amares) foram exumados vários tramos que desenhavam um espaço claustral. As estruturas encontravam-se alinhadas de forma ortogonal em relação à parede sul da igreja e apresentavam como características construtivas paredes de pouca espessura, constituídas por uma alvenaria de granito pouco elaborada (Fontes e Catalão, 2011, pp. 116–117).

Por fim, no convento de São Salvador de Vilar de Frades, de forma muito mais residual, foi identificado um “*Muro de alvenaria grosseira, de calhaus e cascalho graníticos, com miolo de terra e pedra miúda. Mede aproximadamente 80 cm de largura. Assenta em alicerce de alvenaria ciclópica, mais largo que a parede cerca de 20 cm para cada lado.*” (Fontes, Moreira e Duarte, 2016, p. 9).

Apesar dos dados alcançados pelos referidos trabalhos arqueológicos, no espaço do restante Noroeste ibérico, o panorama é sensivelmente idêntico ao português, havendo um registo de vestígios igualmente bastante fragmentado e deficitário (Valle Pérez, 2013, p. 55).

Importa, igualmente, referir que o recurso à construção de estruturas em materiais perecíveis se encontra documentado nas fontes escritas e iconográficas medievais, assim como em alguns espaços se registam indícios arquitetónicos nos alçados exteriores das igrejas, como mísulas e outras soluções de apoio, que indiciam o assentamento de estruturas em madeira (Almeida, 1971, pp. 72–73, 1978).

Deste modo, torna-se plausível que o claustro e os restantes espaços constituíssem um conjunto de estruturas frustres, com função utilitária de habitação e produção, contrastando com a sacralidade perene da igreja (Pereira, 2014, p. 253).

4.1.3. Encomenda e patrocínio

A grande maioria dos espaços monásticos medievais do Noroeste português não possuía capacidade económica para empreender a construção de complexos monásticos de forma autónoma. Para além da necessidade de doações e contribuições para a sua própria subsistência, havia regularmente a necessidade de recorrerem a protetores e a patrocinadores que custeassem a construção, ou grande parte dos seus edifícios.

Neste período, seria sobretudo a edificação da igreja que requereria um investimento avultado. A composição de um estaleiro contemplava desde a aquisição, transformação e transporte das matérias-primas para os materiais construtivos (tais como a pedra, madeira, cal ...), ao pagamento de mão de

mão-de-obra qualificada para o talhe e para a componente artística da escultura, tão em evidência nos elementos arquitetônicos românicos.

Assim, independentemente da dimensão dos complexos e do tamanho da empreitada a realizar, a figura do encomendador/patrocinador para o período em causa era, na maioria dos casos, proveniente das classes sociais dominantes, destacando-se dentro destes os elementos pertencentes à nobreza fundiária (Rodrigues, 1995, pp. 204–205).

De facto, a ligação de monarcas ou de nobres à fundação, refundação ou simples beneficiação de mosteiros no Noroeste ibérico, no período em causa, está recorrentemente associada a momentos de construção ou reconstrução de igrejas monásticas. Embora não haja uma referência direta à promoção de obras, certo é que as doações e concessões atribuídas aos mosteiros coincidem com intervenções efetuadas nas igrejas.

No atual território português existem espaços como o do mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), estudado por Manuel Real (2011), cuja primeira existência inequívoca do mosteiro surge na primeira metade do século XI por via das propriedades doadas por Gonçalo Trastamires, Senhor da Maia, para benefício do mosteiro. Durante este período, mais precisamente entre o último quartel do século XI e inícios do século XII, a igreja da Alta Idade Média é reformada dando lugar a um edifício já próximo da fórmula do estilo românico (Real, 2011, pp. 151–152).

No atual território galego, um contexto semelhante pode ser observado, por exemplo, no mosteiro de Santo Antolín de Toques. Sendo o primeiro espaço beneditino documentado na Galiza, é beneficiado por D. García no século XI, verificando-se no mesmo período intervenções no edifício da igreja (Andrade Cernadas, 2015, pp. 97–98).

Em toda a longitude do Noroeste ibérico é possível encontrar exemplos que ainda possuem elementos conservados deste período. Espaços como a igreja românica do mosteiro de Pombeiro (Felgueiras), construída na sequência da fundação do mosteiro pelos Sousa (Real, 2011, p. 152). A igreja de São Pedro de Rates, doada por D. Teresa e D. Henrique de Borgonha, por volta de 1100, ao mosteiro cluniense de La Charité-sur-Loire (Borgonha, França) regista uma reconstrução neste período. O mosteiro de San Vicenzo de Pombeiro (Lugo), doado em 1109 à ordem de Cluny por D. Urraca apresenta parte da igreja que remetem para um edifício proto-românico. O mosteiro de San Martín de Xubia (Corunha) doado pela família aristocrática dos Froilaz, por volta de 1113, possui igualmente uma igreja edificada no estilo românico (Andrade Cernadas, 2015, pp. 102–104).

4.1.4. Organização do trabalho

Relativamente aos construtores e à organização do trabalho, o monaquismo medieval do Noroeste ibérico enquadra-se na generalidade da época. Por norma, o trabalho deveria ser executado por vários construtores em associação, num sistema hierárquico e de divisão de tarefas por especialização (Rodrigues, 1995, pp. 206–208).

Os construtores organizavam-se em pequenas comunidades de pedreiros e canteiros que se deslocavam de forma itinerante. De facto, a mobilidade é uma característica intrínseca à propagação do estilo românico. Aliás, a mobilidade estará na base das teorias estilísticas e da análise morfológica e construtiva dos espaços românicos (Quirós Castillo, 2010, p. 356).

O cargo principal no estaleiro era ocupado pelo mestre-pedreiro que detinha responsabilidade sobre a sua equipa, a definição da traça do edifício, sobre as decisões de âmbito estrutural e arquitetónico que compunham a direção dos trabalhos e sobre a execução. Era da sua competência demarcar a orientação e o perímetro do edifício, bem como avaliar a qualidade dos materiais e das argamassas (Watson, 2015, pp. 19–20).

Numa posição subalterna, mas ainda assim de componente técnica, surgiria a função de canteiro-artista, responsável não só pelo talhe da pedra que compunha as partes meramente estruturais do edifício (paredes, contrafortes...), como também dos elementos decorativos (modilhões, capiteis...), cujo talhe pressupõe a junção da capacidade técnica com a habilidade artística.

Outras funções especializadas englobavam ainda os pedreiros-montantes, os carpinteiros e os pintores, presentes tanto nas fases estruturais como posteriormente na fase de acabamento. Relativamente aos carpinteiros, a sua importância e presença no processo construtivo deveria ser na mesma proporção da dos pedreiros, uma vez que, para além das estruturas de suporte (andaimes, cimbres, e da maquinaria para elevação dos materiais), eram ainda os responsáveis pela construção de travejamentos, pavimentos, tetos, telhados, escadas, alpendres e outros elementos (Rodrigues, 1995, pp. 208–209).

Com impacto indireto na fase estrutural, mas ainda assim relacionados com a atividade construtiva, deveriam ainda constar os ferreiros, os vidraceiros e os “chumbadores”, que exerciam a indispensável função de calafetagem das janelas e telhados (Watson, 2015, pp. 20–29).

A construção da igreja românica de São Pedro de Ferreira constitui um exemplo documentado e paradigmático dos construtores e da organização do trabalho na construção das igrejas românicas.

Desde logo, a própria construção evidencia uma gramática arquitetónica e escultórica que resulta de uma mescla de influências que remetem para uma mobilidade inter-regional e internacional dos

construtores. Construída de uma assentada, a empreitada de construção da igreja reuniu três equipas, a trabalhar em simultâneo e de forma entrosada, provenientes das oficinas de Coimbra, de Zamora e de uma oficina local. Uma deslocação de artífices reputados, como é o caso do Mestre Soeiro, que requereu necessariamente uma grande capacidade financeira, provavelmente relacionada com a participação de patronos tanto do clero como da nobreza na construção da igreja (Real, 2011, p. 165).

Quanto à constituição e organização das equipas e à sua interação na obra, cada uma deveria ser liderada, como já referido, por um mestre de renome. Cada grupo de veria ter uma formação diferenciada e trabalhar simultaneamente e de forma entrosada no mesmo estaleiro, da mobilidade de construtores portugueses e espanhóis (Real, 2011, pp. 154–160).

Todavia, verifica-se neste caso também um exemplo da capacidade de desdobramento dos mestres entre várias obras, assumindo o papel de coordenador e fazendo temporadas entre as várias obras em curso (Real, 2011, p. 160).

4.2. A evolução para o gótico e a influência de Cister (séculos XIII a XV)

4.2.1. Panorama geral do monaquismo a partir do século XII

Como já referido, o monaquismo europeu passou por um momento de grande ascensão e desenvolvimento nos séculos XI e XII, em boa parte devido ao centro de influência que se propagou a partir da Europa Central para as regiões mais periféricas. No entanto, também como já referido, este foi um período em que o desenvolvimento do monaquismo esteve fortemente associado à aproximação das monarquias às instituições monásticas. Aproximação esta que viria inclusivamente a incluir grandes centros de difusão do monaquismo, como Cluny, na “questão das Investiduras”, um conflito que opôs a Santa Sé ao Sacro Império Romano (Lindberg, 2007, pp. 92–94).

Perante um crescendo da dependência dos mosteiros do poder secular, dos concílios de Leão (1020) e de Coiança (1050) resultou um conjunto de decretos que expressavam a necessidade de os monges estarem sob a alçada e obediência direta dos preladados, tal como passaria a ser proibida qualquer interferência por parte de leigos no quotidiano dos mosteiros (Almeida, 1967, p. 76). No entanto, é sobretudo após o século XII que as ordens religiosas vão definitivamente colocar em prática os princípios que mais distinguem o clero regular daqueles que viviam na secularidade. A adoção de uma vida apostólica em comunidade passava efetivamente a funcionar como uma alternativa, quer à vida laica, quer ao clero secular (Morris, 1992, pp. 208–210). Se na essência do monaquismo estava o isolamento como forma de superação espiritual, o monaquismo das ordens, num claro momento de influência

beneditina, recuperava o fulgor da procura pela pureza da vida regular e uma postura de grande criticismo da conduta de vida dos laicos e dos clérigos seculares.

Ainda assim, por volta do terceiro Concílio de Laterão, em 1179, registava-se uma nova intenção de homogeneização do monaquismo, desta feita abordando o problema da banalização ocorrida quanto à instituição de novas ordens religiosas. Se o monaquismo da Alta Idade Média registava uma grande diversidade de práticas nos mosteiros, a complexidade observada a partir do final deste período transferiu essa diversidade para uma escala maior, razão pela qual, no referido Concílio de Laterão, João de Salisbury defendia a existência excessiva de novas regras (Morris, 1992, pp. 208–210). Todavia, num século em que o monaquismo ocidental se ia preenchendo pela crescente hegemonia beneditina, uma vez sanado o problema das “investiduras”, tem início no seio do monaquismo um novo movimento de “revivalismo espiritual”. Apontando uma presumível perda de essência do monaquismo por via do crescimento e do enriquecimento dos mosteiros beneditinos, apesar dos intentos e da clamação por uma nova reforma monástica, por volta de 1200 formar-se-iam várias novas ordens monásticas²⁴ (Collins e Price, 1999, p. 107).

4.2.2. Evolução para o gótico

A construção monástica veio a cruzar-se novamente com a inovação na forma de construir e com a introdução de novas técnicas construtivas em edifícios religiosos no decurso do século XII. No geral, a dinâmica construtiva sofre uma alteração com a introdução do denominado estilo “gótico”. Sob um conceito espacial diferente do românico, as inovações associadas a este período refletiram-se na construção pela introdução de soluções como o recurso combinado ao arco quebrado, a abóbada de cruzamento de ogivas e o arcobotante (Bessa, 2011, p. 69). A origem do gótico está associada à reformulação da abadia beneditina de *Saint Denis*, ocorrida por volta de 1140 (Figura 34).

²⁴ Os autores destacam apenas os Cartuxos pelo extremo ascetismo praticado e Cister, que a par da ordem beneditina foi a que conheceu grande expressão no Ocidente europeu.

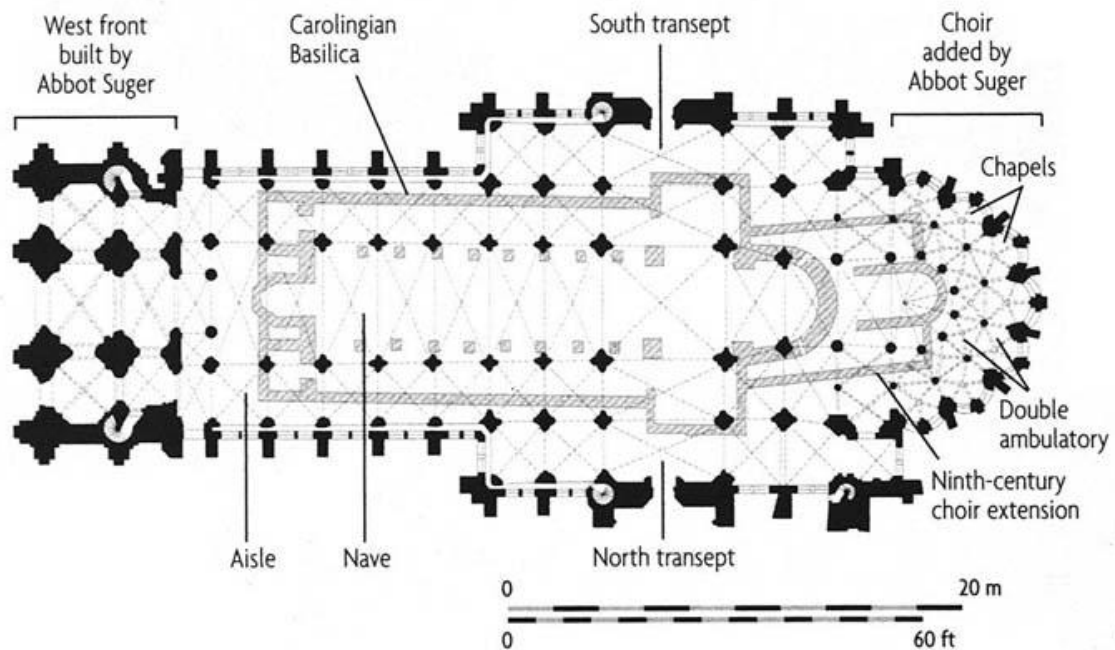


Figura 34 - Planta da abadia de Saint Denis sobreposta à basílica carolíngia e com as reformas empreendidas pelo Abade Suger. (fonte: http://3.bp.blogspot.com/b21GKCr6VE/Uk27BCbipUI/AAAAAAAACBE/6I9U2vAmoso/s1600/01adenis_plan_moffett_aae104_05108.jpg)

Motivado pelo aumento exponencial de fiéis e pela introdução de uma nova estética de luz nos espaços de culto, Abade *Suger* elaborou um registo manuscrito, entre 1144 e 1149, denominado “*Liber de rebus in administratione sua gestis*”, onde descreveu, entre outros assuntos, alguns aspetos relacionados com a reformulação da abadia (Frisch, 1987, p. 5) e que constitui uma fonte privilegiada para a compreensão de um modelo paradigmático de construção monástica do século XII.

Quanto à intervenção estrutural, contemplada no capítulo XXIV do manuscrito referente à decoração da igreja, consta que o primeiro momento da reconstrução da abadia terá ocorrido ao nível da reparação estrutural das paredes. No capítulo seguinte, denominado “Relativamente à primeira adição da igreja”, revela-se que a ampliação do espaço da igreja teve início no corpo da igreja e incluiu a reformulação da fachada, que passou de uma porta para um sistema de entrada tríplice, e ainda a construção de “altas torres”.

Relativamente aos espaços que integravam o complexo monástico, bem como a algumas das soluções construtivas a serem executadas, no capítulo XVI, Abade Suger refere-se às dedicações da nova igreja registando que, para além da basílica, o complexo possuiria um espaço reservado à função cemiterial e uma cripta. Quanto aos elementos arquitetónicos, é referida de forma inespecífica a construção de abóbodas, arcos e colunas.

Um pormenor importante sobre os ofícios relacionados com a construção surge no capítulo XVII. Como o título “Relativamente à fundição e portas douradas” é mencionado, para além dos ofícios que remetem diretamente para a atividade construtiva, que foram convocados fundidores de bronze e escultores para o fabrico de várias portas douradas na igreja. A juntar à atividade metalúrgica e à produção de ferragens, no capítulo seguinte, o XVIII, o abade regista uma breve nota relativamente à forma como se procedeu a organização dos trabalhadores na ampliação do coro. Para a execução desta empreitada, subentende-se que a obra contou ainda com a participação dos próprios monges e dos criados do mosteiro, prática aliás comum a toda a construção monástica, para além dos trabalhadores indiferenciados.

Um outro tipo de informação dá-nos conta da duração da obra. Sendo referido que a primeira fase deve ter tido a duração de 3 anos e 3 meses, dando-se na sequência início aos braços do transepto cuja elevação visou estabelecer a ligação entre o novo corpo e a antiga capela da igreja. Num capítulo intitulado “Relativamente à continuação de ambos os trabalhos”, capítulo XXIX, enquanto decorriam os trabalhos de construção da segunda torre da igreja, ter-se-á dado início à renovação da nave da igreja, de forma a tornar a estrutura coerente com as duas partes já renovadas. Em forma de nota, Suger menciona que o processo construtivo se baseou no maior aproveitamento das paredes existentes.

No final do documento encontram-se alguns capítulos de carácter mais abrangente quanto ao conteúdo das anotações. No capítulo XXXIV, referente a “Ornatos e altares, cruzes”, diz-se que para os espaços interiores da igreja, como o coro, foram escolhidos materiais de construção tão diversificados quanto o cobre, a pedra mármore e até materiais mais exóticos, como o marfim para os púlpitos. No seguimento, afirma ainda que foram alocados à obra mestres vidreiros, de vários locais e nacionalidades, para a realização de vitrais alusivos a personagens bíblicas. Após a conclusão dos vitrais, terá sido destacado um mestre para a proteção e manutenção, assim como um ourives para a manutenção dos ornamentos em prata e ouro.

Quanto aos espaços monásticos do Noroeste ibérico, as soluções góticas observam-se apenas já nos finais do século XII e vão ser aplicadas principalmente durante os séculos XIII e XIV. No entanto, este é um estilo que na Idade Média vai estar sempre mais próximo das catedrais, dos conventos das ordens mendicantes e, de certa forma, da restrita ordem cisterciense.

Na grande maioria dos mosteiros beneditinos rurais, a sua introdução e aplicação ocorre de forma fragmentada e muito localizada, surgindo mais sob a forma de reformulação dos edifícios românicos, do que propriamente sob a forma de uma construção monástica de raiz. De certa forma, o aparecimento do gótico no chamado românico rural dos mosteiros medievais traduz-se na utilização de elementos

como os arcos-quebrados nas naves e na entrada da capela-mor e por elementos estruturais, cujo resultado poder-se-ia apelar de “protogótico”²⁵ (Pereira, 2014, p. 284) (Figura 35).

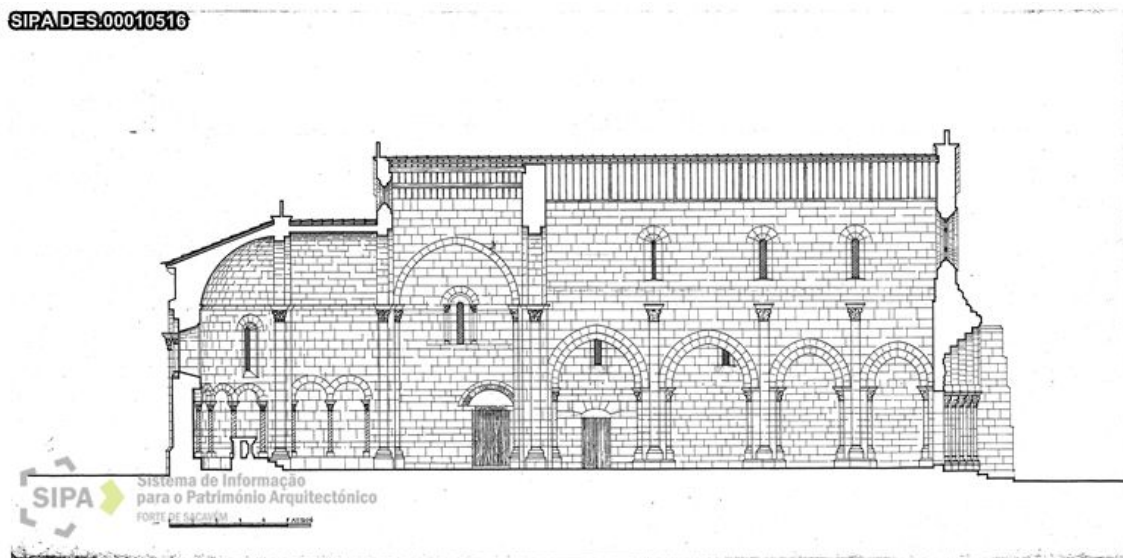


Figura 35 - Corte transversal São Pedro de Rates, onde é possível observarem-se arcos góticos no transepto e na nave.
Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

4.2.3. A influência de Cister

Nos finais do século XI, um conjunto de monges dissidentes da Abadia de Molesme (França) liderado por Robert de Champagne vai fundar a primeira casa da ordem cisterciense em 1098 (Gildas, 1908). Críticos do relaxamento cluniense quanto ao seguimento dos valores monásticos, a fundação da ordem cisterciense deu início a um movimento de reforma dos valores beneditinos, nomeadamente através da recuperação da postura de austeridade assente nas origens do monaquismo e de seguimento inflexível da regra beneditina. Fruto desta postura, os cistercienses desenvolveram uma arquitetura própria, de influência gótica, cuja área de influência se concentrou sobretudo em França, Inglaterra, em algumas regiões da Península Itálica e com menos intensidade tanto a leste do Rio Reno, como na Península Ibéria (Beltramo, 2009, p. 1).

A reforma monástica levada a cabo por Cister, mais do que transportar para a arquitetura o princípio do ascetismo refletiu-se na construção monástica pela instituição de uma planta arquitetónica, cujas características se distinguiram ao nível das planimetrias, do desenho e da conceção dos espaços (Figura 36). Apesar de ser discutível a sua origem, certo é que representa o elemento mais simbólico da arquitetura desenvolvida pela ordem cisterciense (Beltramo, 2009, p. 1). A planta representa um

²⁵ Paulo Pereira refere como exemplo desta evolução construtiva as igrejas de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) e de Fontarcada (Póvoa de Lanhoso) (Pereira, 2014, p. 284).

complexo monástico constituído pela igreja e pelas dependências claustrais, adossadas à igreja pelo lado da epístola. A igreja seguia a forma da cruz latina, com um *layout* rígido, que se distinguia das restantes basílicas beneditinas pela utilização de tramos retos, nomeadamente nos braços do transepto.

Quanto à composição do espaço claustral, segundo os estatutos anteriores a 1134, o mosteiro cisterciense estava pronto a habitar quando possuía as suas casas, que se estendiam pelo oratório, refeitório, dormitório, a cela de hóspedes e do porteiro (Bessa, 2011, p. 70). Através da conceção e da organização destes espaços, também referidos na regra de São Bento, torna-se evidente na materialização do espaço construído a importância da regra beneditina e a ambição revivalista da ordem cisterciense.

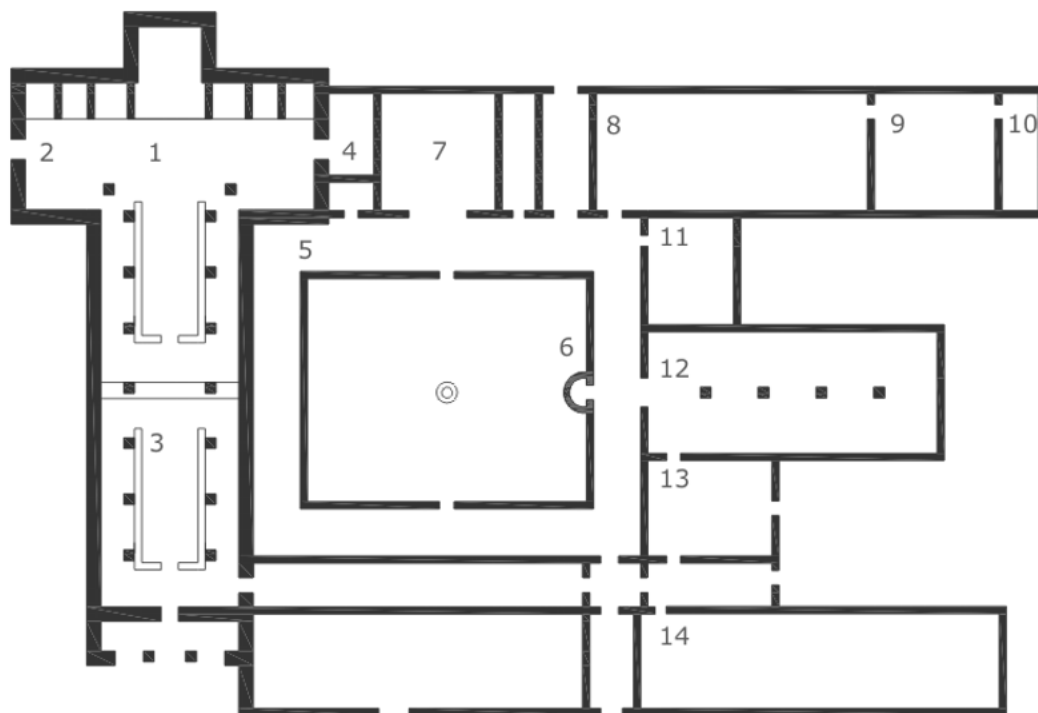


Figura 36 – Plano-tipo cisterciense: 1- Igreja; 2- Porta do cemitério; 3- Coro dos conversos; 4- Sacristia; 5- Claustro; 6- Fonte; 7- Sala Capitular; 8- Dormitório dos monges; 9- Dormitório dos noviços; 10- Latrinas; 11- Caldário; 12- Refeitório; 13- Cozinha; 14- Refeitório dos conversos

No entanto, mais do que uma mudança planimétrica das igrejas e a aplicação de uma linguagem arquitetónica mais austera, a prática construtiva cisterciense contemplava a existência de um esboço esquemático, fornecido pela abadia principal e que tinha como intuito uniformizar o edificado dos mosteiros cistercienses (Beltramo, 2009, p. 2). Estes esboços, ainda que pouco detalhados, possuíam sobretudo diretrizes para o perímetro das paredes e para a localização dos contrafortes. Em termos práticos, os esboços funcionavam como um guia com indicações genéricas, ficando as restantes características construtivas dependentes das necessidades da obra (Beltramo, 2009, p. 2).

Todavia, apesar de o recurso a uma guia visual ter favorecido a reprodução quase padronizada do plano cisterciense, o resultado construtivo evidencia que ainda assim cada edifício possuía sempre um determinado grau de originalidade construtiva. Se nuns casos os construtores recorriam ao reaproveitamento das técnicas mais tradicionais das região de implantação dos edifícios, noutros casos mostraram-se mais abertos à introdução de inovações (Beltramo, 2009, p. 6).

No que concerne ao território do Noroeste ibérico, a ordem cisterciense estabeleceu-se no território galego por volta de 1142, com a instalação de uma comunidade no mosteiro de *Santa María de Sobrado dos Monxes* (La Coruña) (Barroca, 1994, p. 421) (Figura 37), e no território português em Tarouca, em 1144, já na fase de total ruptura de D. Afonso Henriques com o rei de Leão e Castela (Yzquierdo Perrín, 1998, p. 45) (Figura 38).



Figura 37 – Vista aérea do Mosteiro de Santa María de Sobrado dos Monxes (La Coruña). (fonte: <http://www.monasteriodesobrado.org/wp-content/uploads/2015/04/sobrado-17-e1437156763801.jpg>)



Figura 38 – Vista aérea do Mosteiro de São João de Tarouca (Tarouca). (fonte: http://www.culturante.pt/fotos/galerias/02_tarouca_1_82916214554908b9c88523.jpg)

Apesar de, como já referido, a reforma cisterciense na sua expansão paralela a Cluny não ter obtido o mesmo grau de adesão na Península Ibérica que a ordem cluniense, ainda assim, a sua intervenção arquitetónica constituiu uma importante influência na organização dos espaços claustrais dos mosteiros do Noroeste ibérico.

Os poucos vestígios de claustros medievais conservados em espaços monásticos têm sido recorrentemente associados à ordem cisterciense. Assim parece verificar-se no mosteiro de Santa Maria das Júnias, onde do edifício do claustro medieval restam apenas *in situ* os fragmentos de três arcadas entre dois pilares retangulares que perfaziam o ângulo nordeste do edifício (Figura 39). Segundo Mário Barroca (1994, p. 427), o perímetro do espaço formado pelas arcadas do claustro teria cerca de 10,40 metros de lado e a galeria das arcadas possuiria um pavimento lajeado em granito. Quanto às arcadas, ainda que denunciando características góticas, é possível observar que exibem arcos de volta perfeita, pelo que a sua construção poderá corresponder a um momento anterior ao da adoção da regra de Cister²⁶. No entanto, o mesmo autor refere ser igualmente plausível que tenha sido erguido logo após a adoção da regra, em meados do século XIII (Barroca, 1994, p. 427).

Outros exemplos, como o do mosteiro de Santo Estevo de Ribas de Sil (Nogueira de Ramuín), parecem reforçar a mesma influência ao nível dos claustros do Noroeste ibérico. No “claustro dos bispos” do referido complexo, conservam-se vestígios de um claustro processional românico no piso inferior do claustro atual (Figura 40). A presença deste piso inferior permite deduzir que no século XIII haveria já uma estrutura anexada à igreja, de planta retangular e cujas características denotam uma influência cisterciense (Valle Pérez, 2013, p. 55). Ao nível da construção, refira-se ainda existência de uma arcada com arcos de volta perfeita, apoiados em colunas germinadas. O conjunto está todo assente num murete que delimita o pátio central (Valle Pérez, 2013, p. 53).

²⁶ Possivelmente fundado em 1147, inicialmente encontrava-se sob a regra de São Bento. Por volta de 1248, passou a mosteiro cisterciense (Barroca, 1994, pp. 423-424).

SIPA FOTO.00650753



Figura 39 – Vestígios das arcadas do claustro medieval do Mosteiro de Santa Maria de Pitões das Júnias (Montalegre).
Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.



Figura 40 – “Claustro dos Bispos” do Mosteiro de San Esteban de Ribas de Sil (Nogueira de Ramuín).

O surto construtivo que se fez sentir na construção monástica entre os finais do século XI e o século XIII, após uma fase de consolidação das estruturas, começa a desacelerar e a entrar numa fase de reformulações pontuais. Como já referido, a própria adoção do gótico nos mosteiros rurais do Noroeste português surge de forma residual e numa mistura com a forma românica, refletindo-se mais pela aplicação localizada e pontual de algumas soluções e dando origem a edifícios que se mantêm numa forma híbrida, ou de transição, entre o românico e o gótico.

Seja pelo elevado número de fundações, ou pela instabilidade provocada pelas guerras fernandinas e pela crise dinástica dos finais do século XIV, a construção de complexos monásticos sofre uma redução e os mosteiros do Noroeste português, sobretudo os beneditinos, entram numa fase de decadência que irá levar muitas casas à anexação ou extinção (Marques, 1981, 1988).

Paralelamente ao desenvolvimento do cenobitismo rural das ordens monásticas, o século XIII do Noroeste da Península Ibérica fica ainda marcado pelo aparecimento das ordens mendicantes, cuja rápida expansão introduz uma nova dinâmica nas ordens religiosas. Destacando-se essencialmente a partir do século XIII os franciscanos e dominicanos, estas ordens caracterizaram-se, desde logo, pela postura tendencialmente menos isolada procurando estabelecer-se em conventos próximos dos centros urbanos. No caso português, a partir do século XIII o setor do clero mais empreendedor “... *voltou-se claramente para as cidades e para as suas populações em constante crescimento.*” (Sousa, 2009, p. 95).

Só posteriormente, no século XVI, se retoma o ímpeto construtivo, ainda sob a influência do formalismo do gótico final, mas já com índole cultural renascentista.

5. Dos finais da época medieval à contrarreforma

5.1. A crise dos finais da época medieval

Nos finais do século XIV, a Europa mergulhava numa crise civilizacional que levou ao declínio das estruturas temporais e espirituais. A combinação da guerra com a peste, a conseqüente redução demográfica e o alastramento da crise aos mais diversos contextos socioeconómicos abalaram profundamente o mundo cristão e as estruturas associadas (Veilleux, 1970).

Nos inícios do século XVI, as ordens religiosas encontravam-se ainda num contexto de decadência dos finais da época medieval. Apesar da dimensão atingida por estas instituições, o fervor que esteve na base do seu desenvolvimento foi-se esvanecendo e deixaram de possuir vitalidade suficiente para se autorrenovarem (Veilleux, 1970).

Neste contexto de crise, começam a surgir movimentos alternativos centrados em figuras carismáticas, com o intuito de procederem à reforma de um complexo ou comunidade monástico-conventual, à volta da qual poderiam ser organizadas outras casas e eventualmente levar à formação de uma congregação²⁷. No entanto, noutras casos, nomeadamente nas ordens medicantes, a contingência de crise levou não à reforma, mas antes a um processo de ramificação” de organizações subsidiárias das ordens principais (Veilleux, 1970).

Mesmo antes das reformas que viriam a ser estabelecidas no Concílio de Trento, estes movimentos de cariz reformista traduziram-se na fundação de comunidades de clérigos regulares. Mantendo como objetivo a vivência de uma vida apostólica, estas comunidades de padres conjugavam a vida monástico-conventual com a sua atuação paroquial²⁸ (Veilleux, 1970).

Os movimentos alternativos às ordens monástico-conventuais prosseguiram como a Companhia de Jesus, cuja liberdade de ação contrastava com as anteriores formas de vida apostólica, sempre resignadas às estruturas monásticas (Veilleux, 1970).

No panorama português, nos inícios do século XVI, o declínio e contexto de crise levam a um período de extinção e anexação de diversos espaços monástico-conventuais, devido “...antes e unicamente à necessidade de suprimir casas que não tinham meios para se sustentar, ou pela sua má situação se tornavam inabitáveis” (Almeida, 1967, p. 204).

O excessivo número de casa religiosas num país pequeno e com insuficiência de recursos naturais, despertou ainda problemas como a competição e a rivalidade entre casas religiosas, facto que levou à existência de conflitos e a práticas pouco dignificantes (Almeida, 1967, p. 204).

Também os efeitos provocados pelo sistema de comendas parecem ter contribuído para o declínio das organizações monásticos conventuais. A dependência dos conventos e mosteiros aos prelados traduzia-se numa forma de captar os bens económicos e patrimoniais destas instituições. A excessiva intervenção dos monarcas nas casas monástico-conventuais verificar-se-ia pela dependência do consentimento do rei para a fundação de casas e para a nomeação de superiores dos conventos e mosteiros (Almeida, 1967, p. 205). Simultaneamente, ao longo do século XVI, foram elaborados várias frações de legislação pela Santa Sé que visaram conter a interferência secular na administração das casas (Almeida, 1967, pp. 205–206). Não obstante, continua a verificar-se uma agudização da

²⁷ O autor dá como exemplo o caso da Ordem dos Camaldulenses, beneditina, que foi reformada pelo Frei Paulo Justiniano.

²⁸ Por exemplo, a designada Ordem dos Clérigos Regulares ou “Teatinos”.

indisciplina que viria a ser alvo de discussão no Concílio de Trento, centrando-se particularmente nas comunidades femininas e no respeito pela clausura (Almeida, 1967, p. 206).

A confluência dos referidos fatores poderá assim explicar a perda de influência das ordens mais antigas, cuja ação parecia encontra-se estagnada pelo marasmo de imposições e legislações impostas quer pelas estruturas da monarquia quer pela própria hierarquia da Igreja. Tendo em consideração o panorama das ordens religiosas, é com naturalidade que paralelamente foram surgindo movimentos alternativos que se empenhavam no seguimento da vida apostólica e que professavam os mesmos votos, mas não adotavam as mesmas restrições impostas às ordens religiosas e, por isso, não eram oficialmente reconhecidos pelas autoridades eclesiásticas.

Por determinação do Papa Pio V, os mosteiros beneditinos, cistercienses e agostinhos são reduzidos à regular observância. Todos os mosteiros que não estivessem suscetíveis de proceder a essa reforma, deveriam ser incluídos nas ordens mendicantes ou na Companhia de Jesus (Almeida, 1967, p. 206).

5.2. A construção monástica nos séculos XV-XVI: entre o Manuelino e o Renascimento

No espaço europeu, a tipologia do edificado monástico desenvolvida na época medieval passou por um processo relativamente rápido de difusão universal, adotada não só pelas ordens mendicantes, mas também pela generalidade dos edifícios religiosos.

Em países como França desde a época medieval (séculos XIV e XV) que a tipologia construtiva dos edifícios monásticos, desenvolvida com maior expressão dentro das ordens monásticas pelos clunienses, cistercienses e beneditinos autónomos, se havia transposto para as catedrais e as igrejas paroquiais (Evans, 1981, p. 6).

Por finais do século XVI, a necessidade de uma reforma beneditina refletia o estado de decadência das ordens monásticas e a permanente tendência para o retorno aos primórdios do beneditismo. Os efeitos práticos desta reforma viriam a consistir apenas em alterações superficiais e de simplificação das grandes estruturas monásticas, uma vez que as igrejas abaciais continuaram a estar adaptadas às exigências da ordem (Evans, 1981, p. 7). É também neste período que muitas casas beneditinas começam a ocupar cada vez mais os espaços urbanos e a promover a adaptação do plano monástico à morfologia dos quarteirões urbanos.

A partir do século XVI, no contexto europeu, assiste-se a uma derivação da tipologia do plano monástico que se afasta da fórmula medieval, nomeadamente pelo abandono dos claustros com contrafortes estruturais. Ainda que em alguns espaços se desse continuidade ao claustro medieval, noutros casos englobavam já espaços abobadados e soluções de inspiração italiana, havendo na

generalidade da Europa uma disparidade arquitetónica com soluções e influências distintas (Evans, 1981, p. 10).

No Noroeste português, do ponto de vista da tipologia e da conceção dos espaços, o século XVI vai representar um período de transição entre os complexos monástico-conventuais que expressam ainda a tradição construtiva medieval e, em jeito de rutura, as tipologias que vão ditar as tendências espaciais que vão caracterizar o período moderno²⁹ (Moreira, 1995, p. 306).

O conceito de construção monástico-conventual continua na transição para a época moderna, tal como nas épocas precedentes, a constituir um horizonte extremamente heterogéneo e diversificado que encontra um ponto de convergência pela utilização do designado “plano monástico” na tipologia dos complexos monástico-conventuais. O modelo de difusão beneditina, constituído por igreja, claustro, oficinas e cerca, continua a ser replicado na época moderna, pelo menos até ao século XVII, não obstante verificar-se uma grande diversidade construtiva ao nível das técnicas e dos materiais. Ainda que por via da ingerência do meio físico e cultural se tenham em diversos momentos formado focos regionais de determinados tipos de construções monástico-conventuais, a ausência de uma norma construtiva rígida deu a abertura suficiente para a inovação.

Todavia, a predominância das igrejas de raiz românica, certamente com alterações posteriores, perdurou em muitos casos até ao século XVII, nomeadamente nas casas beneditinas. Outros espaços, na sequência da sua extinção prévia, são reativados e sofrem um processo de reconstrução integral no decurso do século XVI.

Um exemplo da introdução de novos sistemas construtivos ocorre logo nos inícios do século XVI, em São Salvador de Vilar de Frades (Barcelos), na reconstrução da igreja conduzida por João Lopes “O Velho” (Vinhas, 1998, pp. 75–80).

A referida empreitada manuelina, ainda que surgindo como uma exceção nos edifícios monástico-conventuais do Noroeste português, evidencia uma tipologia de igreja em “cruz latina” que se afasta construtivamente dos modos do românico e do gótico pela introdução da abóbada de combados.

Outras exceções encontram-se, por exemplo, no pequeno cenóbio cisterciense de Santa Maria das Júnias (Montalegre), que no primeiro quartel do século XVI já se encontraria em estado de abandono, mantendo-se apenas conservado o edifício da igreja, em virtude das funções paroquiais que tinha (Barroca, 1994, pp. 430–431). A intervenção construtiva de pendor classicista ocorreu sobretudo ao

²⁹ O autor dá como exemplo a igreja de São Vicente de Fora (Lisboa). Datando o início da construção ainda dos finais do século XVI, esta obra possui mais semelhanças construtivas com igrejas contemporâneas do que com igrejas como a do Convento de Vilar de Frades (Barcelos), cuja construção data dos inícios do século XVI (Moreira, 1995, p. 306).

nível do claustro, operando a construção de uma estrutura de dois pisos que terá motivado o aumento do pé direito da igreja e alterado o sistema de cobertura da capela-mor, para se adaptar à nova estrutura do claustro (Barroca, 1994, p. 432).

Também no mosteiro de Tibães (Braga), segundo o Frei Marceliano D'Ascensão, o abade comendatário Frei António de Sá terá procedido a várias remodelações na estrutura medieval do claustro do mosteiro, que incluíram a construção de um dormitório, o noviciado e “... *todas as mais officinas necessarias para huma comonidade viver e governarse sem falta dentro da Clauzura*”³⁰.

Por sua vez, os trabalhos arqueológicos efetuados no mosteiro de Tibães permitiram identificar elementos construtivos datáveis do século XVI, nomeadamente várias paredes de alvenaria com aparelho irregular em granito, cascalho e argamassa de saibro e cal, com espessuras entre os 0,8m a 1m. Estas paredes foram construídas com recurso a alicerces formados por blocos de grandes dimensões, mais potentes e espessos do que as paredes, assentes diretamente no substrato rochoso. Estes elementos permitiram perceber melhor a reforma ocorrida no espaço claustral, nomeadamente ao nível da portaria e da fachada do mosteiro, que deveria possuir um revestimento de argamassa de cal e saibro, bem como uma pintura ocre de tom amarelado (Fontes, 2015, p. 17).

Contudo, as remodelações quinhentistas realizadas no mosteiro de Tibães evidenciam igualmente uma perda de qualidade ao nível técnico-construtivo, nomeadamente as alvenarias, formadas por blocos poligonais “simplesmente faceados”, incluindo nos alicerces elementos medievais reaproveitados (Fontes, 2015, p. 27).

No mosteiro de Rendufe, em Amares, é possível observar outra vertente construtiva, nomeadamente nas intervenções ocorridas ao nível do claustro que se sobrepuseram a estruturas anteriores. Das empreitadas efetuadas no século XVI, conservaram-se alicerces e paredes que evidenciaram características construtivas diversas, que incluem alvenarias com blocos irregulares assim como alvenarias mais cuidadas, quase de cantaria, na zona da ala da sacristia. No entanto, apesar de se registarem adições de espaços construídos, estas intervenções não implicaram uma alteração morfológica no edificado existente, seguindo os alinhamentos pré-existentes (Fontes e Catalão, 2011, p. 117).

³⁰ *Chronica do antigo Real, e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães...*, BNP – COD. 11416, Fls. 160-165.

5.3. A construção monástica nos tratados renascentistas

A construção do século XVI representa, como já mencionado, o momento de transição do construtor para o arquiteto, no sentido em que se assiste ao distanciamento entre a designação medieval de “mestre pedreiro” e a afirmação da figura do “arquiteto”.

Apesar de durante a Idade Moderna se verificar uma ascensão artística e profissional que promoveu a figura do arquiteto para o topo das “artes”³¹, na prática, o aparecimento desta figura não provocou alterações súbitas ao processo arquitetónico e construtivo. Fatores como a multiplicação dos estaleiros, a introdução de novas técnicas e a interpretação e execução das novas tipologias importadas parecem estar mais relacionados com a posição de prestígio social e político dos construtores, do que propriamente com uma revolução paradigmática da prática construtiva (Moreira, 1995, p. 304).

Ao arquiteto do século XVI, mais do que o conhecimento das técnicas e métodos construtivos existentes, a introdução da dimensão intelectual de criação e conceitualização de novos espaços construídos, era exigida a capacidade de inovação e criatividade que o afastaram dos esboços esquemáticos, da tradição oral e da improvisação do construtor medieval (Moreira, 1995, p. 304).

Ao contrário do que ocorre com as igrejas, a tratadística renascentista não dedica particular atenção à construção de complexos monásticos-conventuais, referindo-os, por vezes, apenas como claustros, o que pode justificar a multiplicidade de influências que estes espaços apresentam, derivados das obras da Antiguidade Clássica até à arquitetura civil e religiosa do Renascimento (Rodrigues, 2014, p. 359).

No âmbito das construções religiosas, o tratado de Leon Batista Alberti, *De Re Aedificatoria*, (Figura 41), elaborado entre 1443 e 1542, parece refletir uma certa secundarização dos mosteiros e conventos, sobretudo quando comparados com a construção de igrejas. Para além de não lhe dedicar nenhum capítulo específico, identifica-os apenas como claustros, que apelida de “hospedaria dos padres”³², abordando pontualmente alguns aspetos relativos à sua construção, assim como algumas preocupações, que vão desde a componente mais primordial, como por exemplo o local de implantação, até às formas de utilização do espaço, nomeadamente quanto ao género e quanto ao tipo de filiação (Alberti, 1986, pp. 292–295).

Assim, no sétimo capítulo do livro cinco, relativo às “obras particulares”, Alberti define o claustro como o “reduo dos padres”, mais precisamente como uma estrutura concebida para servir de refúgio e

³¹ O autor refere que no século XVI, o arquiteto ocupava a posição de topo entre as artes mecânicas ou manuais (Moreira, 1995, p. 303)

³² No capítulo VI, Alberti refere quanto ao claustro, “*Mas o que devemos dizer quanto aos Padres? A quem pertence não só o Templo, mas também o Claustro, que poderá ser chamado uma hospedaria, ou acampamento para Soldados, uma vez que o Padres-chefe, e todos os seus Ministros subordinados, estão empregados numa persistente e laboriosa Guerra, (assim como mostramos no Livro chamado O Padre) nomeadamente, da Virtude contra o Vício.*” (Alberti, 1986, p. 290).

providenciar isolamento a um grupo de pessoas que pretendam oferecer a sua devoção à religião ou simplesmente à virtude (Alberti, 1986, p. 292). Argumenta que os localizados fora da cidade deveriam ter uma posição defensiva naturalmente forte, para evitar assaltos e invasões e serem reforçados por um fosso, uma muralha e uma torre (Alberti, 1986, pp. 294–295).

Refere ainda a existência de vários tipos de claustros, efetuando num primeiro nível a separação dos claustros destinados aos que vivem em plena clausura e a aos que possuem alguma liberdade (Alberti, 1986, p. 293). Distingui igualmente os claustros pelo género dos ocupantes, prendendo-se sobretudo com as características construtivas dos claustros das comunidades religiosas femininas, considerando que deveriam ser implantados nos arredores das cidades, de preferência nem “*demasiado dentro, nem demasiado fora da cidade.*”³³

Na realidade, a preocupação que assolava as comunidades monásticas nos finais da época medieval e as sucessivas crises que permaneceram sem resposta até ao Concílio de Trento, levaram ao aparecimento de diferentes soluções para a restituição da vida apostólica segundo os votos monásticos. Possivelmente também motivado por esta preocupação, a originalidade de Alberti relativamente à construção monástica surge pela forma como tenta introduzir vários princípios da arquitetura militar na arquitetura dos claustros comparando, de forma sucessiva, o claustro a uma fortaleza. Partindo da premissa de que o claustro tem de ser concebido como uma estrutura estanque que não sirva de meio para comportamentos desviantes (Alberti, 1986, p. 293).

Para o efeito, o arquiteto italiano recomenda que as entradas dos mosteiros e conventos deverão ser seguras e bem vigiadas. Ao nível dos paramentos exteriores, aconselha a construção de paredes com grande altura e a menor quantidade possível de aberturas. No interior, sugere a existência de um pátio aberto, para permitir a exposição solar no interior, à volta do qual deverão ser construídos o pórtico, as celas, o refeitório, a sala do capítulo e restantes conveniências dispostas segundo a sua funcionalidade, numa disposição semelhante à das habitações privadas (Alberti, 1986, p. 293).

³³ Esta localização tinha por fundamento, para além da segurança, reduzir o risco de devassidão nas comunidades femininas, afastando-as tanto do perigo do isolamento como do tumulto dos centros urbanos.

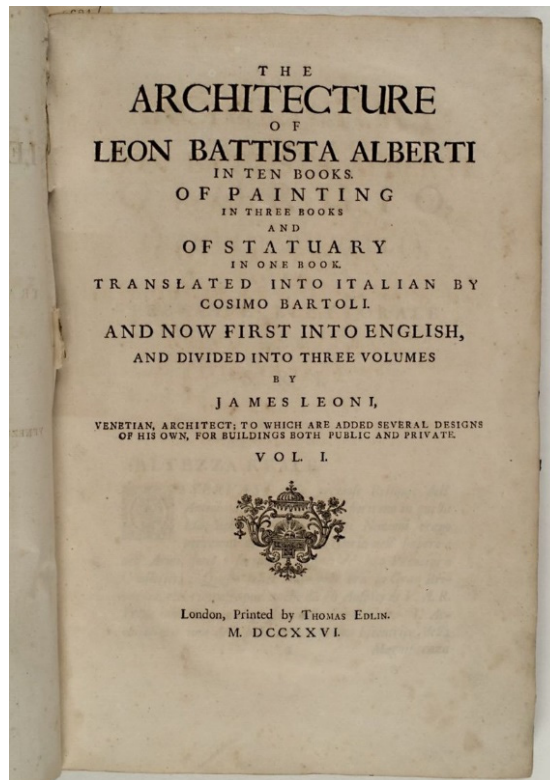


Figura 41 – Folha de rosto da obra de Alberti, *De Re Aedificatoria* (1452). Impressão traduzida de 1726.

A mesma aproximação construtiva do claustro, enquanto complexo habitacional de religiosos, às habitações privadas prossegue na obra de Andrea Palladio, *I quattro libri dell'architettura* (1570) (Figura 42). No capítulo VI, do segundo livro, Palladio faz referência a um projeto que executou num convento denominado “Caridade”, em Veneza, afeto à ordem dos cónegos regulares (Palladio, 2013, p. 12). O arquiteto renascentista refere ter concebido um *atrium* coríntio, com uma arcada, onde para além das proporções, menciona também alguns dos aspetos construtivos desta estrutura que parece ter funcionado como um claustro. Tratava-se de um espaço quadrangular, com uma abertura central e diversas alas em volta, de três pisos³⁴ e com cobertura abobadada. Distribuídas pelas alas deveriam encontrar-se as dependências mais usuais dos complexos monástico-conventuais: numa parte lateral a sacristia e no lado oposto a sala do capítulo; o refeitório, com uma galeria de cada lado, bem como uma adega na parte inferior em forma de cisterna. Num dos extremos, deveria estar a cozinha, os fornos, o capoeiro, a casa da madeira, a lavandaria, um jardim e, no outro, outras dependências. Para além destes espaços, o complexo deveria ter ainda um espaço reservado para os hóspedes (Palladio, 2013, pp. 12–13).

³⁴ Apenas os dois primeiros pisos deveriam ter arcadas, já que o piso superior, das celas, deveria estar fechado com uma parede contígua (Palladio, 2013, p. 12).



Figura 42 – Página de rosto da obra de Andrea Palladio, *I quattro libri dell'architettura* (1570).

6. Séculos XVII e XVIII: da contrarreforma à extinção

6.1. O panorama das ordens religiosas após o Concílio de Trento

O Concílio de Trento, enquanto resposta à crise eclesiástica e à reforma protestante, teve uma posição de retoma da imposição do modo de vida monástico às ordens religiosas, nomeadamente no que diz respeito à clausura e ao resguardo das comunidades masculinas e femininas. As disposições conciliares centraram-se exclusivamente nas ordens legalmente reconhecidas e na necessidade de cortar com as práticas e os desvios do modo de vida consagrado pelas regras monásticas, constituindo para esse efeito um conjunto de regulamentações, prescrições e sansões para a reforma das ordens religiosas (Veilleux, 1970, p. 14).

No entanto, a reforma jurídica empreendida pelas autoridades eclesiásticas não viria a produzir os efeitos pretendidos. O resultado mais semelhante ao de uma reforma, viria a ocorrer precisamente dos intentos espontâneos e particulares, ocorridos ainda antes do Concílio de Trento, com o aparecimento de novas comunidades.

A reforma empreendida pelo Papa Pio V (1566-1572), que leva a cabo a aplicação das disposições extraídas do Concílio de Trento, teve como efeito no quotidiano das comunidades religiosas uma

crescente centralização da vida religiosa, tornando-a cada vez mais dependente das autoridades eclesiásticas, em particular da Congregação dos Bispos e Regulares, cuja atuação se direcionou ainda mais para a uniformização das ordens e das congregações (Veilleux, 1970, p. 14).

Esta reforma, promovida pelo Papa e executada pelos bispos, visou limitar e condicionar o desenvolvimento das comunidades abertas que proliferavam de forma paralela às ordens regulares. No entanto, a continuidade de incidências de desrespeito pelos votos monásticos por parte das ordens religiosas, teve como consequência uma postura mais radical por parte do Papa Pio V que, para além de reforçar a imposição da clausura às ordens regulares, estendeu essa imposição a todas as comunidades ditas religiosas. Não obstante, o insucesso da execução destas imposições ao nível local acabou por não impedir a proliferação das comunidades não regulares e ditas “abertas” (Veilleux, 1970, p. 14).

6.2. A reforma e ampliação do edificado monástico-conventual no século XVII

No espaço português, o período pós Concílio de Trento tornou ainda mais evidente a necessidade de reforma das ordens religiosas. No primeiro quartel do século XVII já se recomendava que se fechassem os “estudos” e não houvesse ordenações de frades. O número de mosteiros, conventos e instituições tornou a sua manutenção insustentável, pelo que só na região norte de Portugal, entre o Minho e Trás-os-Montes, o número de mosteiros e conventos rondaria a centena de casas (Almeida, 1967, pp. 202–203).

Ainda no rescaldo do iluminismo e já com salpicos da contrarreforma, é nos séculos XVII e XVIII, preenchidos pelas conceções estilísticas do Maneirismo e o Barroco, que ocorre o grande período de transformação dos espaços monástico-conventuais modernos no Noroeste ibérico. Após as reestruturações, extinções e anexações, são promovidas empreitadas de grande envergadura que visaram reabilitar o edificado monástico-conventual do Noroeste, ainda sediado no edificado medieval, dotando-os da ampliação dos espaços habitacionais e da adequação das estruturas às necessidades das comunidades, onde a função utilitária surge sob o denominado “estilo chão”.

Efetivamente, apesar dos ecos reformistas do Barroco se fazerem sentir em força apenas em finais do século XVII e por todo o século XVIII, a centúria setecentista constitui um marco na construção monástico-conventual do Noroeste em virtude das grandes intervenções que ocorrem, quer seja por via da adaptação das estruturas pré-existentes, como os claustros e as igrejas, quer seja pela execução de edifícios totalmente novos. Refira-se, a título de exemplo, o caso do Mosteiro de Tibães, onde, apesar da construção de algumas dependências ter acontecido ainda no século XVI, é sobretudo durante os séculos

XVII e XVIII que ocorre uma profunda reformulação e expansão do edificado (Fontes, 2015b, p. 14) (Figura 43). A reformulação da igreja, entre 1621 e 1661, implicou uma nova construção que irá exceder as dimensões do templo medieval. Envergando uma estética maneirista, a nova igreja passou a exibir um espaço mais amplo, com planta em cruz latina, nave única com três capelas laterais e integralmente abobadada³⁵. Também no mesmo período se procedeu à reorganização do “claustro do refeitório” e à ampliação da área residencial, com a construção do claustro do cemitério. Ainda no decurso do século XVII são efetuadas as alas conventuais que incluíram a portaria, a sala do recibo, o dormitório, a hospedaria, a sala do capítulo e a livraria. A evolução do edificado claustral do mosteiro de Tibães expressa na prática a reprodução modular do modelo monástico, onde vamos assistindo à construção de dois claustros, imediatos à igreja, e depois o prolongamento para poente dos referidos espaços funcionais.

Assim, no caso de São Martinho de Tibães, a organização do espaço habitacional passa a estar organizado entre o claustro formal, os pátios com função de serventia e a enunciação de saguões. No que concerne às características construtivas, as alas realizadas em Tibães, ainda que primando pela simplicidade, registam o recurso a materiais leves, como as paredes divisórias interiores em tabique e os tetos de madeira, em caixotões (Pereira, 2014, p. 721).



Figura 43 – Vista aérea do edificado conservado do Mosteiro de São Martinho de Tibães, onde se pode observar a igreja seiscentista e a expansão das dependências claustrais.

³⁵ Fonte: <http://mosteirodetibaes.org/pagina.232.236.aspx> (consultada em 20 de outubro de 20017).

À semelhança da reforma construtiva que ocorre em Tibães, também nos mosteiros de Santo André de Rendufe (Amares) (Fontes, 2010, pp. 42–43) e de Ganfei (Valença) (Rosas, 1991, pp. 324–325), assim como em diversas casas beneditinas, se assiste à reformulação dos antigos complexos monásticos, alguns entretanto com uma ocupação do tipo conventual, como sucede pelo menos em Vilar de Frades (Barcelos) e no Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel).

Em Vilar de Frades, apesar de se iniciar o processo de expansão claustral para poente nos inícios do século XVII, o estado periclitante da estrutura do corpo da igreja obrigou a concentrar os esforços construtivos na reformulação da igreja, dotando-a, entre outros aspetos, de uma cobertura total em abóbada (Vinhas, 1998, p. 138).

No caso do Paço de Sousa, que possuía já uma igreja de avultadas dimensões, a reformulação realizada no século XVII ocorre ao nível do claustro. Paralelamente à demolição das dependências medievais é construído um novo claustro com o prolongamento do dormitório (Gonçalves, 2012, pp. 66–68). A forma construtiva do espaço claustral inscreve-se, mais uma vez, numa arquitetura simples, com construções austeras, rebocadas, onde prevalece o intuito meramente funcional.

Em síntese, trata-se de intervenções que visam o aumento do espaço construído, promovem um sentido de monumentalidade, mas exibem uma grande sobriedade construtiva, sendo dada maior importância à funcionalidade do espaço do que à estética. Mantem-se a regularidade dos edifícios que são projetados e executados em bloco.

6.3. As continuidades e os espaços interiores do século XVIII

O período de desenvolvimento do estilo barroco traduziu-se por uma nova gramática decorativa das construções assente na plasticidade dos elementos, na criação de volume e na introdução de uma componente cénica nos edifícios.

Relativamente aos espaços religiosos, o território espanhol demonstra com efeito que o período barroco coincide apenas com a ação mais expressiva da contrarreforma no edificado, sobretudo concentrada nos templos, mas também com uma fase de monumentalização. Neste sentido, as ordens religiosas são encaradas como meios privilegiados para a difusão doutrinal da Igreja católica, ocorrendo para o efeito uma modernização e fundação das instituições religiosas, nomeadamente através da renovação das regras monásticas (Rodríguez de Ceballos e Tovar Martín, 1997, pp. 47–48).

Ainda no século XVII, assiste-se ao incremento do património construído religioso e, tal como no caso do território espanhol, verifica-se a sobreposição da arquitetura religiosa à arquitetura civil. Desde conventos, capelas, santuários, oratórios ou mesmo hospitais e edifícios de assistência, o templo, na sua

ampla aceção, destaca-se como um espaço privilegiado para a expressão artística (Rodríguez de Ceballos e Tovar Martín, 1997, pp. 47–48).

Dentro do panorama geral dos templos designados barrocos, verifica-se a confluência de várias tendências, sendo a arquitetura aplicada aos mosteiros e conventos um reflexo do impulso construtivo e das diferentes tipologias que caracterizam este período. Desde a igreja de nave única, com capelas e fachadas embutidas, ao plano longitudinal, também de nave única, mas com tribunas e nichos, cruzeiro acoplado e capela-mor retangular, surgem as fachadas em sistemas trípticos, com galilé exterior e demais soluções, como as coberturas com o recurso a abóbadas de canhão. Destaca-se, no entanto, uma divisão tipológica dos templos entre os planos longitudinais e as igrejas de planta centrada (Rodríguez de Ceballos e Tovar Martín, 1997, pp. 48–59).

Em termos construtivos, um dos aspetos diferenciadores dos edifícios barrocos é a introdução do monumentalíssimo, com o aparecimento de grandes construções ou a reformulações dos edifícios em grande escala e com estruturas portantes. No século XVII, este processo regista-se sob linhas estilísticas clássico-maneiristas³⁶. Estes traços estão por demais evidentes em edifícios monástico-conventuais, como no templo cisterciense de *Oseira*³⁷ (Ourense) (Figura 44), onde se destaca sobretudo a fachada, mas também no mosteiro de *Monfero*³⁸ (Corunha), onde abundam os já referidos elementos clássicos e a monumentalidade (Rodríguez de Ceballos e Tovar Martín, 1997, p. 64).

No caso português da igreja do Mosteiro de São Martinho de Tibães, estando a construção da igreja finalizada em 1661, em 1665 dá-se início ao processo decorativo da igreja, que se vai prolongar pelos séculos XVIII e XIX³⁹.

Juntamente com a transformação “barroca” do interior dos espaços sagrados, a liturgia do século XVIII vai acompanhar a conceção de grandeza e enquadramento cénico da época. As celebrações eucarísticas implicavam a utilização de adornos que complementavam a construção cénica da azulejaria e dos retábulos. Neste envolvimento, algumas das sacristias existentes nos complexos passaram a ser insuficientes para a sua função de depósito e preparação da eucaristia. De forma a tornar estes espaços suficientemente amplos para receberem a diversa paramentaria e alfaias, a sacristia passa a requer também a atenção dos construtores.

³⁶ Os autores dão como exemplos o claustro processional de San Martín Pinario (Santiago de Compostela).

³⁷ O mosteiro de Celanova (Ourense) apresenta igualmente fachadas do século XVII

³⁸ O Mosteiro de Sobrado dos Monjes (Corunha) possui algumas semelhanças com Monfero (Corunha).

³⁹ *Chronica do antigo Real, e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães...*, BNP – COD. 11416, Fls. 452-454.

Anexadas aos templos, resultam da reformulação dos espaços preexistentes e bem como da construção de novas dependências, com a localização mais conveniente. A sacristia do convento de San Esteban (Figura 45), em Salamanca, exemplifica a pretensão construtiva destes espaços de apoio e preparação. Um espaço amplo, retangular e de construção simples, onde a atenção se volta para o interior profusamente decorado (Rodríguez de Ceballos e Tovar Martín, 1997, p. 69).

Regressando ao Noroeste português e a Tibães, nos finais do século XVII, mais precisamente entre 1680 e 1682, é construída e decorada a sacristia com um retábulo, um arcaz de grandes dimensões e dois guarda roupas, par além de elementos iconográficos. Entre 1755 e 1757, tanto a igreja como a sacristia sofrem uma remodelação quase total, passando a ostentar uma decoração rococó e neoclássica⁴⁰ (Figura 46).



Figura 44 – Frontispício barroco da igreja do Mosteiro de *Oseira* (Ourense).

⁴⁰ Fonte: <http://mosteirodetibaes.org/multimedia/Image/cronologia/Cronologia.pdf> (consultado em março de 2017).



Figura 45 – Sacristia barroca do Convento de *San Esteban* (Salamanca).



Figura 46 - Sacristia do Mosteiros de São Martinho de Tibães. Construída entre 1680 e 1682 e reformulada entre 1755 e 1757

7. Finais do século XVIII e inícios do século XIX: extinção, expropriação e reutilização

Com a ascensão do despotismo esclarecido e com a propagação das influências ideológicas do Iluminismo e do Liberalismo, a visão tridentina de uniformização e preservação das ordens religiosas entra em contracorrente na Europa do século XVIII. Às ordens religiosas são apontados fatores como a continuidade dos abusos e desvios na atuação dos membros das ordens regulares, o aumento exponencial de comunidades religiosas e a falta de utilidade social associada às principais ordens. Motivos estes que desencadearam o processo de dissolução das ordens religiosas no continente europeu.

Uma das primeiras ações de extinção surge no seio do Sacro Império Romano-Germânico, nomeadamente através das reformas implementadas por José II (1764-1790). Das várias medidas levadas a cabo pelo imperador, na sua visão de uma religião socialmente útil, submissa ao estado e que dispusesse dos seus meios materiais para usufruto do poder real e dos populares, destaca-se, a supressão de várias ordens religiosas no centro da Europa (Lebrun e Arrignon, 2002, p. 255).

Nos anos seguintes, as alterações provocadas pela Revolução Francesa viriam a constituir um momento de mudança nos paradigmas políticos, económicos, sociais e culturais da Europa moderna. A eclosão liberal teve efeitos instantâneos nas ordens religiosas francesas, levando à sua progressiva extinção.

No panorama nacional, as reformas monásticas nunca foram devidamente concretizadas, nem contemplaram mudanças de fundo nas ordens religiosas. Em meados do século XVIII era evidente que as ordens se encontravam novamente em decadência. Apesar de manterem a essência religiosa e função assistencial, a dissolução afigurava-se cada vez mais real e o desfecho a extinção. Na realidade, o estado de endividamento das ordens monásticas originou uma intervenção régia, com o intuito de analisar a condição individual dos mosteiros, a sua viabilidade, a necessidade de incursão noutras comunidades ou até a sua supressão. Porém, até meados do século XVIII, a fundação de casas religiosas, institutos e congregações manteve a dinâmica dos períodos anteriores. Só em Portugal, em 1763, contavam-se mais de meio milhar de casas religiosas (Almeida, 1967, pp. 135–139).

Todavia, para além da situação económica, a postura moral, a quebra da disciplina e o descumprimento das regras, continuavam a assolar o quotidiano das ordens religiosas. Entre a participação na vida económica e social do mundo secular e as manifestações políticas dos frades, nos inícios do século XIX, os conventos e mosteiros chegam a ser palco de demonstrações públicas de âmbito revolucionário. A propagação dos ideais liberais, a influência da Revolução Francesa, bem como a Revolução de 1820 acabariam por ter o seu impacto nas instituições de filiação religiosa (Almeida, 1967, p. 140).

Em 1834 é decretada e formalizada a extinção das ordens religiosas em Portugal. O decreto de 30 de maio, assinado pelo Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Joaquim António de Aguiar, desencadeou um exaustivo processo de levantamento de todos os bens pertencentes às ordens religiosas e consequente incorporação dos imóveis na Fazenda Nacional. Posteriormente, parte dos edifícios incorporados, nomeadamente os situados em espaços urbanos foram mantidos na posse do Estado e convertidos em edifícios civis públicos. Os complexos situados em espaço rural, em muitos casos, foram vendidos a provados em hasta pública e convertidos em quintas e casas de habitação.

Nomeadamente, muitos dos edifícios que se encontravam em espaços urbanos mantiveram-se na posse do Estado foram convertidos em edifícios civis. Quanto aos complexos situados no meio rural, foram vendidos em hasta pública.

8. Conclusão

A análise efetuada ao fenómeno monástico-conventual no Noroeste ibérico confirma, desde logo, a premissa inicial relativamente a abrangência e diversidade do tema, obrigatoriamente sujeita à definição de tipologias baseadas em circunscrições territoriais, no meio de implantação, no género da comunidade e na filiação.

Todavia, para compreender a sua cultura material, nomeadamente o mosteiros e conventos, é também necessário conhecer a História deste fenómeno, desde a sua origem até à sua dissolução.

Com base no percurso traçado, os diferentes períodos identificados apresentam particularidades como, por exemplo, a possível indiferenciação dos espaços monásticos dos demais edifícios, nomeadamente desde as primeiras práticas documentadas de monaquismo até sensivelmente ao século VI.

Todavia, trata-se um período de estudo complexo devido à ausência de estruturas e evidências físicas, circunstâncias que não tem permitido aprofundar a investigação sobre estas primeiras edificações.

No Noroeste peninsular, destaca-se a ação algo precoce de São Martinho de Dume, no século VI. O primeiro intento para um monaquismo mais homogéneo e organizado. Uma tendência de padronização que tem continuidade na segunda metade do século VII, por São Frutuoso, a quem se atribui a fundação sequencial de vários complexos e a aplicação de uma legislação de âmbito geral aos mosteiros do Noroeste ibérico.

A partir do século X, o monaquismo europeu vai sofrer um processo de reforma que se vai refletir nas diferentes dimensões deste fenómeno, nomeadamente na construção monástica. Se tivermos em consideração o período das reformas monásticas carolíngias até às expansivas e difusoras reformas de

Cluny, o monaquismo dos séculos X-XI vai ficar marcado pela dependência bipartida dos mosteiros e conventos a prelados e nobres, por cisões territoriais, por um número expressivo de novas fundações e por um monaquismo articulado, onde a unidade do mosteiro passa também a encabeçar um conjunto de mosteiros. O reflexo destas alterações no monaquismo do Noroeste ibérico verificar-se-á ao nível da construção com a introdução de soluções construtivas e arquitetónicas que caracterizaram o designado período românico da construção monástica.

No entanto, a evolução do românico para o gótico, como é possível compreender pelos registos do Abade *Suger* aquando da reedificação da abadia de *Saint Denis*, compreendeu não apenas a aplicação de novas formas e soluções, mas também uma complexificação da atividade construtiva, nomeadamente ao nível das espacialidades e das necessidades de revestimento das estruturas.

O estudo aprofundado da construção monástico-conventual da época moderna, constitui ainda um campo por explorar e onde o conhecimento reside nas abordagens da História da Arte e da Arquitetura. Pela subordinação das temáticas às referidas áreas do conhecimento, é com naturalidade que se verifica uma maior aptidão de investigação para as matérias afetas à organização dos espaços, aos ritmos construtivos e às temáticas decorativas em contrapartida de um menor desenvolvimento do estudo dos materiais, das técnicas, das soluções e mesmo do processo de trabalho.

De forma geral, no panorama da construção monástico-conventual verifica-se um contexto de grande heterogeneidade que encontra no “plano monástico” um ponto de convergência.

O século XVII, como já referido, vai marcar o início das reformulações de grande monta dos complexos monásticos do Noroeste. Se tivermos como exemplo a evolução construtiva do complexo do Mosteiro beneditino de São Martinho de Tibães no período em causa, observamos que a construção de uma nova igreja, já segundo as disposições tridentinas, marca a fase de implantação do edificado moderno e a ruptura com a morfologia medieval. A igreja seiscentista que substitui o templo românico constitui assim uma ampliação e uma nova ordenação do espaço sagrado, envergando uma estrutura de nave única e capela-mor cobertas por abóbadas de canhão e como elementos estruturais contrafortes delgados e pináculos.

Quanto ao espaço claustal, é notória também a reformulação dos claustros pré-existentes, mas sobretudo o desenvolvimento de uma estrutura consideravelmente maior, que denota um afastamento do claustro clássico, retangular e de dimensões relativamente pequenas. Quanto às características construtivas utilizadas na reconversão do espaço, é de evidenciar neste período o sentido totalmente utilitário e funcional atribuído às dependências claustrais. Filiadas no denominado “estilo chão”, as

estruturas claustrais seiscentistas do Noroeste materializam formas, soluções e materiais simples e aproximadas da construção corrente.

No Século XVIII, com a componente cénica e escultórica do Barroco, é notória uma preocupação com o interior dos espaços, sobretudo no que concerne espaço litúrgico. A construção é orientada em função dos retábulos, ocorrendo por vezes a necessidade de prolongamento das estruturas pré-existentes, nomeadamente da capela-mor. Tendo em consideração a complexificação das cerimónias litúrgicas, passa a existir um cuidado particular com o espaço da sacristia. Conformando amplos espaços regulares longitudinais e de estrutura simples, estas dependências surgem em locais de conveniência, nomeadamente numas das alas do claustro, com acesso à capela-mor.

A evolução construtiva dos espaços monástico-conventuais do Noroeste peninsular é na sua utilização primária é interrompida nos inícios do século XIX com a extinção das ordens religiosas. Para além dos múltiplos abandonos ocorridos, a expropriação decorrente do processo teve um impacto diferenciado no património imóvel das ordens religiosas. Por um lado, assistiu-se à venda em hasta pública e conversão dos mosteiros em propriedades privadas. Mantendo-se em alguns casos a igreja afeta ao culto, as dependências claustrais sofrem um maior impacto sendo progressivamente modificadas para as novas funções de casas de campo.

Outros espaços, sobretudo os localizados em meio urbano, após a incorporação na Fazenda Nacional passam ao domínio público e são convertidos em edifícios de serviços, tais como dependências governativas, quartéis e hospitais.

Parte III – A construção do convento de São Salvador de Vilar de Frades. Estado dos conhecimentos

O convento de São Salvador de Vilar de Frades é muito anterior aos registos escritos que o permitem documentar que, na realidade, só surgem no século XV, poucos anos depois do aparecimento da congregação de São João Evangelista, ou loios, a quem o Convento será entregue.

Na realidade, apesar da existência deste Convento anteceder em vários séculos a fundação dos loios, os primeiros manuscritos e obras impressas, são produzidas pelos próprios cónegos com o intuito de formar uma memória da fundação da congregação, possuindo um cariz indubitavelmente historiográfico, ainda que, tal como os manuscritos coevos do mesmo tipo, nem sempre precisos ou historicamente fidedignos.

Tal como observado por Isabel Castro Pina (2011, p. 24), a congregação dos loios caracterizou-se pela particularidade de possuir um registo memorialista e historiográfico praticamente desde o seu início. Entre a época medieval e moderna, preservaram-se os registos efetuados pelo Padre Paulo de Portalegre,

ainda no século XV, e os Padres Jorge de São Paulo e Francisco de Santa Maria já no decorrer do século XVII⁴¹.

1. A memória medieval

O registo historiográfico mais antigo que se conhece dos cónegos de Vilar de Frades é a obra intitulada *Novo Memorial do Estado Apostólico*, da autoria do Padre Paulo de Portalegre, datada de 1468 (Figura 47). Pelo momento da sua produção, a suceder em poucas décadas a fundação de Vilar de Frades, em 1425, esta obra constitui uma fonte indispensável para o estudo de Vilar de Frades, retratando documentalmente o contexto da fundação e as primeiras décadas de existência da congregação de São João Evangelista.

O cariz precoce e o estilo adotado pelo referido autor fazem deste um registo que se diferencia das crónicas posteriores, nomeadamente das que foram produzidas na época moderna, e que “... se caracterizaram pelo seu teor apologético, a utilização de fórmulas estereotipadas e a necessidade imperiosa de afirmar a primazia do respectivo instituto sobre outras ordens...” (Pina, 2011, p. 25).

O memorial do Padre Paulo não se enquadra no estilo da crónica, não está estruturado segundo uma ordem cronológica e tão pouco possui rigor na datação dos acontecimentos descritos (Pina, 2011, p. 26). Não obstante, constituindo um trabalho que integra elementos historiográficos, o facto de ter sido redigido em 1468, 43 anos depois da fundação do convento pelos loios, faz com que o trabalho tenha beneficiado ainda da presença em vida de muitos dos elementos envolvidos no relato produzido pelo Padre Paulo de Portalegre (Pina, 2011, p. 25).

Todavia, para a análise historiográfica do referido memorial é necessário ter em consideração, ante de mais, o contexto da sua produção. O estabelecimento da congregação em Vilar de Frades é caracterizado por um processo atribulado, imbuído pelo espírito implícito de reforma que começa a surgir de forma fraturante no contexto das ordens religiosas do século XV. Um contexto que pode explicar o carácter precoce de memória de âmbito historiográfico, mas que reforça, acima de tudo, a postura desde início da congregação de Vilar de valorizar a preservação de aspetos como os “costumes antigos” e a “vocaçãõ inicial” (Portalegre, 2007, p. 29).

A estrutura da narrativa seguida pelo Padre Paulo de Portalegre divide a obra em duas partes distintas. A primeira parte visa recuperar a fundação e o trajeto da ordem de São Jorge em Alga (Veneza), de forma

⁴¹ Isabel Castro Pina refere também os escritos historiográficos dos padres loios João de Santo Estêvão (século XVI) e Miguel da Cruz (século XVII), cujos registos não se preservaram e apenas são conhecidos de forma indireta por outros autores (Pina, 2011, p. 24).

a conseguir estabelecer uma relação entre a congregação veneziana e a congregação de Vilar. O cronista coloca os primórdios da congregação portuguesa como uma filiação da Congregação de São Jorge em Alga (Veneza), realizando para o efeito a história de fundação da congregação veneziana como forma de colar a origem e filiação dos loios na tradição das famílias religiosas estrangeiras.

A segunda parte, dedicada à congregação dos loios, segue uma narrativa centrada no percurso do Mestre João Vicente como forma de localizar no tempo os acontecimentos que precederam a fundação da congregação em Vilar de Frades. Para o efeito, o autor procede a um levantamento das principais figuras que marcaram os primeiros tempos da congregação, juntando porém “(...) *outras cousas dignas de lenbrar de que eu possa aver verdadeira noticia* (...)” (Portalegre, 2007, p. 67) na qual se podem encontrar algumas informações relativas ao edificado do século XV.

Não sendo o propósito do cronista centrar-se no edificado, ainda assim, da primeira parte do memorial, tem especial importância a memória efetuada do edificado anterior ao século XV. No capítulo IX, Padre Paulo procede a uma descrição do estado de conservação do mosteiro beneditino aquando da sua cedência ao mestre João Vicente, dando a entender que o complexo se encontrava degradado e abandonado, nomeadamente que o claustro estava transformado em cortes de gado e que a igreja estava a ser utilizada como celeiro e adega (Portalegre, 2007, p. 93).

A segunda parte mantém a forma de memória institucional dos loios, centrando-se nas biografias e em acontecimentos de carácter excepcional, alguns até com recurso a experiências místicas, para estabelecer um fio condutor da narrativa. De forma secundária a esta narrativa, no entanto, o autor vai providenciando alguns apontamentos relativamente aos espaços construídos de Vilar de Frades. No capítulo XIX, descrevendo a lenda do “[...] *abbade bento que antiguamente foi de Villar que per espaço de setenta annos se manteve no som de hum pasaro*”, descreve alguns aspetos da cerca, nomeadamente “*E segundo ho vulgar dito. Elle foe acerqua da casa hu ora são os pinheiros que se dizem do Padrão da Framqueira, que agora tudo hé no cerquo da casa.*” e do claustro “[...] *cujo corpo foi enterrado en a crasta desta casa en hum muimento de pedra.*” (Portalegre, 2007, pp. 180–181).

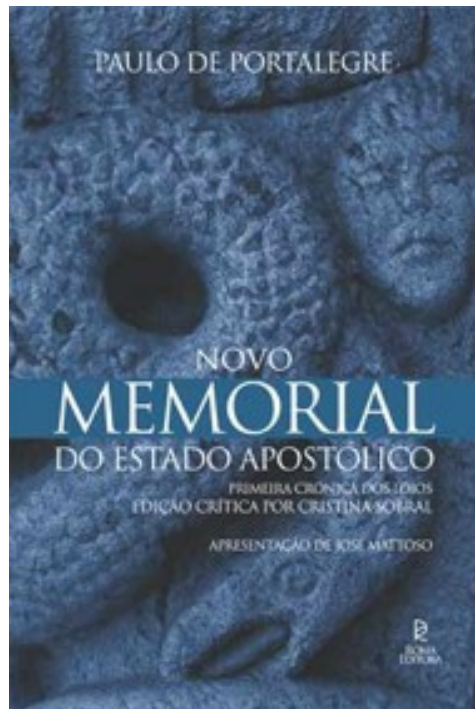


Figura 47 - Capa da edição crítica por Cristina Sobral do Novo Memorial do Estado Apostólico, publicado em 2007.

2. As crónicas de época moderna

O século XVII representa um período bastante profícuo na produção de obras historiográficas e evocativas do passado das ordens religiosas, provavelmente resultado de um momento muito particular das organizações em que estas sentem uma necessidade de “... *construção, reconstrução e transmissão de memória própria.*” (Santos, 2009, p. 249).

As crónicas e memórias de época moderna, nomeadamente as redigidas pelos integrantes das ordens religiosas, assinalam um momento bastante específico do desenvolvimento da historiografia religiosa portuguesa “*que não pode, sem riscos, e com os matizes em relação ao tratamento das fontes que conhecemos, desligar-se, no século XVI e XVII, da importância que a erudição e a filologia adquiriram em contexto humanista*” (Santos, 2009, p. 250).

Neste contexto, o século XVII foi de grande prosperidade para a historiografia da congregação loia. Desta centúria, vai emergir um conjunto de memórias manuscritas e crónicas impressas que para além de versarem sobre a história da congregação, reúnem um acervo único de informação sobre o edificado e a construção decorrida em Vilar de Frades. Tratando-se de obras de natureza fundamentalmente apologética, evocativa de antepassados e feitos de notáveis, muitas vezes infundados ou especulativos, possuem inúmeras descrições arquitetónicas dos espaços do complexo de Vilar de Frades, da sua evolução construtiva e detalham, inclusivamente, detalhes de algumas empreitadas.

A Torre do Tombo conserva um manuscrito, datado de 1604, identificado como “*Memórias da Colegiada de S. Salvador de Vilar de Frades, iniciadas por Baltazar de Cristo Sodré, versando a formação da comunidade, os benefícios de benfeitores, as missas a que estava obrigado este mosteiro, com as referências aos sínodos em que estiveram presentes os reitores*”⁴², que constitui o primeiro registo documental moderno conhecido sobre o passado construtivo e arquitetónico de Vilar de Frades.

No prólogo deste manuscrito, o Padre Baltazar de Cristo Sodré começa por referir que por não haver uma memória do passado da congregação, se socorreu dos papéis do cartório de Vilar, de testamentos, e da convivência que possuiu com muitos dos intervenientes referidos na sua memória para a realização da mesma⁴³.

Das suas fontes, destaca, por exemplo, as informações orais recolhidas junto de Heitor Gonçalves e seu pai, António Gonçalves, que seria falecido com 90 anos, ou seja, 30 anos antes da produção destas memórias (Maurício, 2000, p. 134). O cronista refere ainda que recolheu informações escritas do Padre Paulo de Portalegre, o já referido novo memorial do estado apostólico, datado de 1468, e também do Padre Alvaro de Santa Maria (Maurício, 2000, pp. 134–135).

Neste sentido, o Padre Baltazar de Cristo Sodré começa por fazer um apanhado breve da congregação socorrendo-se da obra do Padre Paulo de Portalegre e encetando numa narrativa semelhante, centra-se no percurso do Mestre João Vicente para recuperar os primórdios da congregação.

Posteriormente, o cronista procede a justificar que a falta de documentação relativa a Vilar de Frades anterior ao século XVII, se deve a sinistros que envolveram a perda, entre outros, dos documentos onde constavam as obrigações dos loios para com os seus benfeitores. Em jeito de interlúdio ao rol de benfeitores, o Padre Baltazar do Cristo Sodré vai providenciando alguns pormenores relativos a estruturas e a construções. Assim é no fólio 13, onde se refere à construção da abóbada da nave central, aquando da reformulação do corpo da igreja do século XVII (Maurício, 2000, p. 139). Ou, por exemplo, quando refere, no fólio 20, os bens deixados por Nuno Aranha, alcaide-mor de Pombal, e sua esposa, dos quais se regista uma torre cuja pedra foi reutilizada na construção da torre norte da igreja (Maurício, 2000, p. 153).

No fólio 22, o cronista reporta-se à cerca do convento, referindo que os loios apenas herdaram o casco do mosteiro beneditino e fazendo supor apenas a existências de algumas porções de terra ao redor

⁴² *Memórias da Colegiada de S. Salvador de Vilar de Frades...*, ANTT – Conventos Diversos, S. Salvador de Vilar de Frades, C 25, E 2, P 1, Liv. 1 (n.25), fls. 1-56vº. (Segundo a cota registada por Rui Maurício (2000, p. 133))

⁴³ No fólio 2 do prólogo, o autor sustenta que “(...) *faço estas lembranças, pola muita falta que acho dellas;*” (Maurício, 2000, p. 134).

do mesmo. Foram, segundo Baltazar de Cristo Sodré, os loios que adquiriram a maior parte do espaço ainda conformado pela cerca na atualidade (Maurício, 2000, p. 158).

Nos fólios 23 e 23 verso, o Padre Baltazar de Cristo Sodré descreve aspetos da construção das capelas do transepto, nomeadamente a participação das sobrinhas do Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, patrocinador da capela-mor e do transepto (Maurício, 2000, p. 159; Silva, 2018, p. 183; Vinhas, 1998, pp. 303–304).

Seguindo uma ordenação onomástica, a participação de D. Diogo de Sousa na construção da igreja do século XVI é também visada. Socorrendo-se das fontes orais, descreve a intervenção do Arcebispo de Braga nas empreitadas acima referidas, reforçando também a intervenção das sobrinhas do mesmo na construção das capelas do transepto (Maurício, 2000, pp. 165–166; Vinhas, 1998, pp. 303–304).

Se os escritos historiográficos medievais e modernos dos loios sobre Vilar de Frades se centram, naturalmente, na ocupação loia de Vilar de Frades, a memória de Baltazar Cristo Sodré introduz alguns elementos, ainda que de forma pontual e imprecisos, relativos à história do mosteiro beneditino. No verso do fólio 34, refere o cronista que o mosteiro foi fundado por Dom Pedro Salvador e sua esposa, D. Sancha, fidalgos da casa do Rei D. Sancho I (Maurício, 2000, p. 170).

Uma última referência construtiva surge no verso do fólio 37, onde numa nota muito breve regista que, em 1596, sendo o próprio reitor de Vilar de Frades, fez chegar água ao claustro do convento no dia de ramos (Maurício, 2000, p. 173). Trata-se da construção de uma conduta de abastecimento de água ao claustro sul, construída por Gonçalo Lopes, entre 1595 e 1596⁴⁴ (Maurício, 2000, pp. 291–294).

Na obra *Benedictina Lusitana*, do monge beneditino Frei Leão de São Tomás (1974, p. 358), o cronista centra-se no passado beneditino de Vilar de Frades, sobre o qual suscita a existência de uma carta de um Frey Drumario, atribuindo a fundação do mosteiro e construção da primeira igreja a São Martinho de Dume, no século VI, juntamente com as casas de Várzea e Manhente. Uma atribuição fundacional contestada, devido à qualidade moderna da citada carta e à ausência de outras evidências que sustentem a afirmação (Faure, 2012, pp. 20–21; Maurício, 2000, p. 146; Vinhas, 1998, p. 9).

Um segundo manuscrito, iniciado em 1658, surge pela mão do Padre Jorge de São Paulo e tem constituído uma obra de consulta fundamental para o estudo da construção de Vilar de Frades.

Com o título de *Epílogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nascimento, vida & morte dos seus tres fundadores. Da fundação dos seus nove conventos; das suas*

⁴⁴ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924.

rendas, encargos, prelados & dos onze hospitais da sua administração & de outras memórias,⁴⁵ este manuscrito resulta de uma recolha e organização dos documentos existentes nos cartórios dos conventos lóios, tendo por objetivo registar a história da congregação desde os seus primórdios até à data de redação do manuscrito (Pina, 2011, p. 30) (Figura 48).

No entanto, para o presente estudo interessa sobretudo a segunda parte desta obra, dedicada aos conventos lóios, entre os quais, onde se encontram os fólhos 300 a 383 relativos a Vilar de Frades. São dedicados 11 capítulos a Vila de Frades, onde o cronista aborda as mais diversas temáticas que englobam a apresentação e enquadramento geográfico do complexo conventual, a fundação do mosteiro e transição para a posse dos lóios, os diversos processos institucionais pelos quais passou a congregação nos seus primeiros tempos, dos seus bens e fazendas, das personalidades que estiveram relacionadas com Vilar de Frades e de diversos acontecimentos, alguns até lendários, que ajudaram a fomentar a identidade de Vilar de Frades.

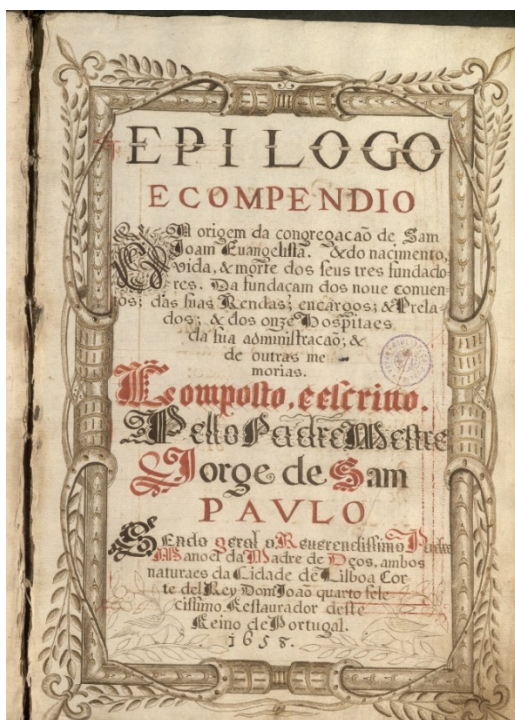


Figura 48 - Folha de rosto do manuscrito existente no Arquivo Distrital de Braga (MS. 924).

Todavia, no capítulo IX, designado por "*Do estado em que permanece de presente o Conuento de Villar a respeito do antigo no Casco de todo elle e seu circuito*"⁴⁶, o Padre Jorge de São Paulo enceta

⁴⁵ O manuscrito foi continuado após 1658, contendo adendas que vão até ao século XIX.

⁴⁶ *Epilogo e Compendio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 355.

numa descrição de todo o edificado do complexo conventual de Vilar de Frades, naturalmente à data da sua redação, onde vai situando algumas das obras efetuadas e fornecendo detalhes descritivos, cronológicos, dos promotores, dos artistas e inclusivamente dos custos das empreitadas.

No início do capítulo IX, em jeito de preâmbulo, reporta-se ao complexo do século XV, recorrendo para o efeito à descrição do Padre Paulo de Portalegre, estabelecendo desta forma uma demarcação entre o complexo inicialmente ocupado pelos loios e as transformações operadas no século XVI, destacando a ação dos padres loios no edificado de Vilar de Frades⁴⁷.

Após o referido preâmbulo, procede a uma subdivisão do capítulo em sete pontos, nos quais se refere a diversos edifícios e espaços do complexo de Vilar do século XVII. Neste sentido, o seu “itinerário” começa pelo espaço sacro, a igreja, fazendo uma analogia entre o estado do mosteiro beneditino herdado pelos loios, comparando-o à pobreza de um recolhimento franciscano e a qualidade da execução da igreja construída no século XVI, segundo o mesmo equiparável à de uma catedral.

Nas palavras do Padre Jorge de São Paulo, a igreja do século XVI marca o início de toda a reformulação do novo e majestoso complexo conventual, cuja evolução reconhece ter sido extensa, assumindo o próprio não conseguir recuperar a progressão construtiva na sua totalidade⁴⁸.

Ainda assim, contextualiza a construção da igreja, nos inícios do século XVI, nomeadamente a intervenção de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, como encomendador da traça e promotor da empreitada. Uma empreitada, segundo o Padre Jorge atribuída a *João Loppes de Guimarães*, descrito como um conceituado arquiteto no reino português, e que deveria abranger a igreja na totalidade⁴⁹.

Para além do contexto de construção da igreja, sobre o espaço da capela-mor descreve materiais e elementos construtivos e arquitetónicos como a utilização predominante da pedra e o recurso a estruturas como a abóbada de nervurada, descritas como uma novidade e uma inovação ao nível da “engenharia” medieval, o recurso a contrafortes exteriores, a mísulas interiores assim como à constituição do pavimento. Alarga ainda a descrição às capelas do transepto, aludindo novamente ao primor da execução técnica das abóbadas de combado e dos vitrais policromados nas frestas destes espaços⁵⁰.

Ao longo das descrições efetuadas pelo Padre Jorge de São Paulo, são também estimados custos e importâncias despendidas na construção dos espaços.

⁴⁷ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 355.

⁴⁸ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 356.

⁴⁹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 356.

⁵⁰ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fts. 356-367.

Referir ainda que ao descrever o corpo da igreja, fornece uma versão do suposto episódio de desentendimento entre o Arcebispo D. Diogo de Sousa e os cônegos loios. Um desentendimento que nas suas palavras terá levado o Arcebispo D. Diogo a afastar-se e a interromper o financiamento das obras de Vilar, condicionado economicamente a restante execução do edifício⁵¹.

O manuscrito apresenta depois um salto cronológico, para o século XVII, sendo referido que a igreja conservou a estrutura inicial do século XVI até 1623, momento em que os padres lóios de Vilar executam uma reforma no corpo da igreja. Segundo o manuscrito, uma intervenção motivada pelas patologias estruturais existentes no edifício, que consistiu na construção de uma abóbada nervurada e contrafortes, tendo a intervenção estrutural durado até 1641 e sendo a reforma do corpo concluída em 1658⁵².

No terceiro ponto⁵³, é feita uma descrição dos espaços que se encontram interligados com a igreja, mas também dos espaços acessíveis a partir do piso térreo, nomeadamente as torres, a sacristia, o cabido e o refeitório. Sobre a torre sul, identificada como a mais pequena, o Padre Jorge de São Paulo refere tratar-se de uma obra antiga da autoria dos primeiros padres loios, mas da qual não possui muita informação. Não obstante, procede à descrição do seu estado de conservação, referindo-se à mesma como uma estrutura piramidal, com quatro ângulos de pedraria e coruchéu de tijolo pregado em vez de telha⁵⁴. Procede, ainda, a uma estimativa dos seus custos por avaliação de dois pedreiros peritos. O cronista, quando confrontado com elementos desconhecidos, recorreu para a avaliação das estruturas, sobretudo das mais antigas, à opinião de pedreiros, pelo que a sua crónica representa não só o testemunho e a recolha do padre, mas é também baseada no conhecimento técnico, ainda que empírico, dos construtores de época moderna⁵⁵.

Relativamente à torre norte, o Padre Jorge de São Paulo consegue estabelecer a sequência cronológica da sua edificação, que se prolonga pela segunda metade do século XVI com alguns interregnos. Refere também outros detalhes como a proveniência da pedra utilizada na construção, a estrutura interior das escadas em madeira, alguns dos elementos decorativos, que ainda hoje se conservam na sua fachada. Tudo sempre com a devida contabilização dos custos⁵⁶.

Quanto à sacristia, referindo ser um espaço situado na continuidade da igreja, destaca a sua diminuta volumetria e algumas intervenções operadas entre os finais do século XVI e inícios do XVII,

⁵¹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

⁵² *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

⁵³ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 359.

⁵⁴ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 359.

⁵⁵ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 359.

⁵⁶ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fts. 359-360.

nomeadamente ao nível das adições e melhoramentos que foram sendo introduzidos, bem como os respetivos custos⁵⁷.

No mesmo ponto, porventura referindo-se ao claustro sul manuelino, o Padre Jorge de São Paulo refere a existência do cabido, também com a mesma cronologia dos finais do século XVI e do refeitório, de meados do século XVI, cuja estrutura era partilhada com o denominado “dormitório grande”, construído em 1546⁵⁸.

No quarto ponto, é analisada a orgânica das dependências conventuais, neste caso dos claustros, fornecendo informações sobre elementos construtivos como varandas, colunas, coberturas em forros de madeira sob a forma de painéis e escadas, mas também sobre materiais como o mármore. Quanto à cronologia dos espaços, situa-os entre os séculos XVI e XVII, incluindo a sua construção e várias reformas, completando a informação com alguns dos custos das várias empreitadas⁵⁹.

Destaca-se ainda a descrição que faz do sistema hidráulico do claustro, referindo que por finais do século XVI se procedeu em Vilar de Frades à substituição da palmeira que haveria no centro do claustro, aliás comum a todas as casas da congregação e um elemento de especificidade dos claustros loios, por um chafariz para melhorar a salubridade e a higiene dos espaço, num sistema concebido de forma sustentável para fornecer água ao centro do claustro e depois num sistema de aproveitamento das águas pra a limpeza da cozinha e rega da horta⁶⁰.

Outros espaços adjuntos são ainda mencionados, como a lavandaria e a adega, deles apenas se registando os montantes dependidos com estas edificações⁶¹.

No ponto quinto, são abordados os espaços situados no piso superior do circuito conventual, que inclui a livraria, os dormitórios a “*salla grande*” a hospedaria e a casa da limpeza. Relativamente à livraria, construída em 1561, é referido que a mesma foi implantada na parte lateral da igreja, por cima das capelas laterais, com entrada pelo antecoro e que foi derrubada para a implementação dos contrafortes, no decurso do processo de reconstrução do corpo, no ano de 1630⁶².

Relativamente aos dormitórios, descreve-se a existência de quatro, construídos ao longo do século XVI, dispostos em quadrado, com uma orientação para o nascente, poente e meio-dia. Para além dos

⁵⁷ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 360.

⁵⁸ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 360.

⁵⁹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fls. 360-361.

⁶⁰ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 361.

⁶¹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 361.

⁶² *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fls. 361-362.

custos associados à construção, é feita menções à obra de carpintaria ocorrida em vários dos espaços do claustro⁶³.

Cometendo uma analepse, o Padre Jorge de São Paulo recua até 1449, referindo ser este o ano da construção da cela dos reitores, portaria e hospedaria, bem como de uma escada interna e outra externa⁶⁴.

Da parca informação relativa às características construtivas das alas do claustro, é referido apenas em alguns espaços o recurso a paredes de cantaria e pavimentos sustentados por traves e pilares de pedra e cal⁶⁵.

O ponto seis, é dedicado ao frontispício, às oficinas do convento e às azenhas do eirado. Relativamente a estes espaços, Padre Jorge de São Paulo aparenta referir-se ao espaço situado a poente da igreja e do claustro onde deveriam estar situadas edificações independentes da igreja e do claustro. Neste sentido, reporta uma intenção de reorganização deste espaço, referindo que o Padre-reitor António da Ascensão, considerando que tanto o conjunto claustral como as oficinas que se desenvolviam para o poente deste não estavam de acordo com a reputação do convento nem eram suficientes para a população de padres de Vilar de Frades, deu início, em 1619, a um programa de expansão e reformulação do espaço situado a poente da igreja e do claustro. Uma intervenção, segundo o cronista, que devido à necessidade de intervenção no corpo da igreja permaneceu estagnada pelo menos até 1658, data de realização do manuscrito⁶⁶.

Neste ponto surgem no manuscrito alusões à abertura de alicerces, construção de dormitórios, oficinas e sótãos⁶⁷.

Dentro do circuito da cerca do convento, a descrição inclui ainda um conjunto de dependências de serviço em funcionamento no claustro, das quais já não existem quaisquer evidências físicas, mas que permitem atestar a dimensão e a diversidade de atividades concentradas no espaço do convento. Mais precisamente, nos flancos do “terreiro dos cabedães” destaca um primeiro grupo de espaços como as “*estravarias*” e “*apozentos dos criados com sua cozinha*”, “*caza do carpinteiro*”, “*alfaiates*”, “*çapateiros*” e “*ferreiro com a cozinha e forno*” que, segundo o cronista, por se tratarem de obras mais antigas não pesquisou a sua autoria⁶⁸.

⁶³ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 362.

⁶⁴ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 362.

⁶⁵ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 362.

⁶⁶ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 363.

⁶⁷ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 363.

⁶⁸ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fts. 363-364.

Na sequência, refere a existência de espaços como as “*cazas da procuração*”, do azeite e possivelmente os celeiros, a adega grande, situada junto à “*porta dos cabedaes*” e a arrecadação dos foros do vinho⁶⁹.

Para concluir a descrição dos espaços de serviço, Padre Jorge de São Paulo regista ações como a compra de uma “*levada de agoa*” (1574) e construção de duas azenhas. Segundo ele, os meios de moagem existentes não seriam suficientes pelo que decidiu o Padre Gaspar de Cristo Baião adquirir a vários “*lavradores e cazeiros*” uma levada de água, com fonte (nascente) no lugar de Martim. Ao chegar ao espaço do convento, a levada deveria entrar pelo “*campo do pinheiro, e muro da cerca,*” e correndo junto a este até próximo da “*porta da cerca*” e “*entre lageamento vai cahindo sobre as rodas das duas grandes azenhas alveira, e segundeira sitas debaixo do eirado em que mohem todo o ano 4.000 alqueires.*”⁷⁰.

Ainda centrado na questão da levada, atendendo aos momentos de maior fluxo de água, o manuscrito regista a existência de uma “*aberta que corre pello pavimento da caza da limpeza*”, fazendo com o que o pavimento lajeado desta se encontrasse sempre limpo. O percurso da levada, provavelmente por via de uma conduta, “*pellos baixos das primeiras duas cellas*”, motiva também uma intervenção que consistiu no lajeamento do vão “*com os seus assentos em roda ate a janella rasgada com suas grandes de ferro, e huma fermosa escada para o dormitorio, em cujos degraos, e assentos de encosto*”. Esta empreitada é atribuída ao Padre-reitor Francisco das Chagas, e com um custo de 320\$000 réis⁷¹.

O Padre Jorge de São Paulo dedica um sétimo ponto “*Das obras circunvizinhas, e das outras pertencentes ao convento de Villar*”, onde se refere sobretudo à cerca, à sua delimitação e a alguns edifícios que se encontram já no exterior do espaço demarcado do convento⁷².

A primeira alusão é sobre a “*tapada de Villar*”, nomeadamente quanto à sua extensão e densidade arbórea. Prossegue depois, fazendo a ligação para a cerca do convento que descreve como, “*e mais celebrada he a cerca deste convento com seus fortes muros de pedra e cal...*”. Sem adiantar grandes detalhes, refere a existência de algumas ermidas espalhadas pela cerca, construídas, respetivamente, em 1537, pelo Padre-reitor António do Porto, em 1583, pelo Padre-reitor Álvaro de Santa Maria e, em 1590, pelo Padre-reitor Gaspar dos Anjos do Porto, tudo com o custo somado de 452\$000 réis. Refere que o Padre-reitor Baltazar da Anunciação reconstrói todos os

⁶⁹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 364.

⁷⁰ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 364.

⁷¹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 363.

⁷² *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fts. 364-365.

“*curraes*”, “*palheiros*” e “*caza da recreação*”, situados no “*campo da eira*”, assim como a “*fonte de São João*”, com o custo de 310\$000 réis⁷³.

Retomando a edificação do muro da cerca, atribui aos Padres-reitores Pero da Conceição e Manuel da Anunciação, o “*muro da frecha ate todo o monte redondo que custou 105\$000 réis*”.

A descrição da cerca encerra o conjunto edificado conhecido e estudado pelo Padre Jorge de São Paulo até 1658. No entanto, tal como já referido, posteriormente a 1658, são feitas várias adendas ao manuscrito com o rol dos Padres-Reitores, que inclui o período cronológico balizado entre 1659 e 1813, e onde, entre outras informações, constam também algumas das empreitadas construtivas executadas neste período⁷⁴.

Entre os fólhos 772 e 778 do manuscrito, consta uma primeira adenda designada como “*suplemento*”, onde se enumeram cronologicamente todos os reitores que assumiram a administração de Vilar de Frades entre 1659 e 1806⁷⁵.

Nesta adenda, entre 1659 e 1767 não se encontra qualquer referência a obras efetuadas pelos sucessivos prelados de Vilar de Frades. Todavia, a partir de 1806, abarcando os fólhos 781 e 786, é feita uma descrição regressiva que recupera as obras efetuadas nos triénios de 1752 a 1766⁷⁶.

Assim, entre 1752 e 1754, durante a administração do Padre-reitor Francisco de Santa Maria, é efetuada uma intervenção de segurança no “*dormitorio novo*”, situado no terreiro dos cabedais. Ainda no mesmo triénio, procede o mesmo Padre-reitor a algumas reformulações na cerca, nomeadamente com a construção de “*novas ruas para divertimento e proveito*”, e na igreja, com a abertura de “*grandes frestas*”⁷⁷.

Outras intervenções mais pontuais ocorrem, por exemplo, ao nível das capelas do corpo da igreja com o douramento do “*arco da capella do sacramento e os frizos della por dentro*” e a colocação de azulejos “*na mesma capella e nas outras (...) que se tirou da capella mor*”⁷⁸.

No espaço conventual procede-se ainda à renovação do “*celleiro*” e dos “*lagares*” por estes já se encontrarem praticamente inutilizáveis⁷⁹.

Ao Padre-reitor Francisco de São Bernardo Sampaio, que administrou o convento entre 1755 e 1758, a adenda imputa a promoção de várias obras. Todavia, o destaque das suas intervenções consistiu em

⁷³ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 365.

⁷⁴ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 365.

⁷⁵ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 772.

⁷⁶ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 781.

⁷⁷ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fls. 781-782.

⁷⁸ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 782.

⁷⁹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 782.

“mudar o caminho que hia do convento para Barcellos e mais freguezias vezinhas por junto ao tapado de sima; pondoo de fronte da portaria, e mudando as cazas da abiguaria para junto do dormitorio para fazer o largo e espaçozo terreiro que fica de baixo da genella, da galaria, e alargar a eira e seu cuberto; fazendo uma larga e espaçosa calçada que em partes tem de altura de pedra quinze palmos e no fim da mesma calçada fes o engenho do azeite, mudando para o mesmo sitio a fonte chamada, da Frecha em utilidade dos passageiros,”⁸⁰.

Com a morte do referido Padre-reitor, prosseguiram estas obras com o seu sucessor, o Padre-reitor Antonio dos Cherubins Leal (1759-1766).

Em 1765, refere o aditamento que se procede à abertura de uma nova mina de água tendo em vista suprimir a falta de água que se fazia sentir no convento, muito em parte devido à ineficácia da conduta existente até ao momento. Alude que anteriormente a esta nova empreitada já se havia despendido bastante dinheiro para a melhoria do fornecimento de água, que agora voltaria a apresentar problemas. Algumas das razões apresentadas para o deficiente abastecimento do convento refere-se à difícil limpeza e manutenção da conduta de água que *“...vindo de baixo da terra por alcatruzes de barro, estes se intupião...”*⁸¹⁸².

Com efeito, os padres de Vilar procederam com a abertura de uma nova mina, nas proximidades da anterior, com o custo de *“...dez moedas de ouro...”*. Referente à nova conduta, surge a descrição de um sistema que:

*“... em partes tem de altura quarenta palmos e se anda encanado por aquedutos de pedra; com paredes das bandas desoito palmos de alto para se poder andar por baixo das cobertura que são pedras unidas e calçadas por sima das mesmas paredes, e dos aquedutos estremados com bata mede fogo...”*⁸³.

O aditamento refere que a obra, ainda a decorrer no momento do registo, será custosa e demorada, indo o sistema dar a *“... huma grande arca, e della por sima da terra...”*. Como remate, refere que com a abertura desta nova mina o sistema anterior subterrâneo secou, mostrando ser a mesma mina, só que mais profunda⁸⁴.

Em 1764, para além de reparações efetuadas nos sinos, o manuscrito assinala algumas intervenções pouco específicas, nomeadamente *“Fizerãoce os muros de hum e outro tapado de sima e de baixo com*

⁸⁰ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 782.

⁸¹ Relativamente à manutenção da conduta subterrânea em módulos cerâmicos, o documento refere que como os padres não tinham “experiencia na materia” recorriam utilizar “varas para com ellas purificarem os aquedutos, tanto que lhe pegavão em qualquer parte e quebravão”, facto que permitia muitas infiltrações de impurezas e insectos que contaminavam qualidade da água. *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fls- 784-785.

⁸² *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fls. 784-785.

⁸³ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 785.

⁸⁴ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 785.

*seus cavaletes, cunhaes e portas adonde era preciso, caheandoce todos que so de adornar custarão, com a cal carros della e mais miudezas – 1.264\$630 réis.*⁸⁵.

Em 1767, durante a administração do Padre-reitor *Manuel da Conceição Trindade*, constrói-se um “*novo incanamento da agoa que se vai continuando*”⁸⁶. Entre 1767 e 1771, sob a administração do Padre-reitor Miguel de São José Pinto, prosseguiu e finalizou-se a “*obra da agoa*”⁸⁷. Entre 1772 e 1776, na administração do Padre-reitor Victorino de São Carlos da Silveira, o “*pateo da portaria*” é lajeado⁸⁸. Entre 1777 e 1780, com o Padre-reitor *Domingos de São Joze Machado*, decorrem as obras da “*capella nova*”, “*caza dos geraes*” e um “*dormitorio*”. Entre 1781 e 1783, pelo Padre-reitor *Joze de São Bernardo de Brito*, é executada a obra da “*galaria*”, da “*caza do Geral*” e da “*cappela*”⁸⁹. Entre 1790 e 1792, o Padre-reitor Joaquim Lopes da Costa manda construir o “*chafariz do terreiro*”, e “*solhar os dormitorios de pinho de Flandres*”⁹⁰.

Entre 1796 e 1797, o documento regista outro período construtivo. Entre algumas construções pontuais, o Padre-reitor Manoel de São Tiago e Silva procede à colocação de um “*canno tanto no Pinheiro como na cerca ou orta*” e ao envidraçamento de espaços como as “*cellas do patio da portaria*” e do “*cartorio*”⁹¹.

Todavia, o mesmo Padre-reitor procede ainda à aquisição do “*risco para toda a obra nova da sacristia claustros e fronteira da igreja e resto do dormitorio da cerca para a livraria*” e dá início à empreitada construtiva da “*sacristia nova*”. Estas reformulações nas dependências da igreja e do claustro tiveram continuidade entre 1798 e 1800, ocorrendo sob responsabilidade do Padre-reitor Joaquim Lopes da Costa Bota a conclusão do “*refeitorio*”, da “*sachrestia*”, do “*noveciado*” e da “*roupadaria*”, tendo ainda continuidade a obra da “*caza do De profundis*”⁹².

Nos inícios do século XIX, registam-se as últimas intervenções conhecidas antes da extinção do convento em 1834. De forma muito esparsa, surge no registo que, entre os anos de 1804 e 1805, sendo reitor o Padre *Martinho Joze de Almeida o Benebides*, teve início a intervenção na “*fronteira da igreja*”, procedeu-se à pintura e colocação de “*vidrasas*” em todos os “*dormitorios*” e ainda ocorre a construção do “*pombal*”⁹³. Em 1806, já sob reitorado do Padre Joaquim de São Paio, teve continuidade a “*frontaria*

⁸⁵ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 785.

⁸⁶ Possivelmente tratar-se-á do aqueduto. *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 778.

⁸⁷ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 778.

⁸⁸ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 778.

⁸⁹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 779.

⁹⁰ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 779.

⁹¹ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 779.

⁹² *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 780.

⁹³ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 780.

da igreja” e, no mesmo ano, mas com o Padre-reitor *Joze do Nascimento Guedes Pinho* como reitor de Vilar de Frades, constrói-se o “*quarto reitoral*” e fez-se “*alguma couza do claustro*”⁹⁴.

Tal como ocorrido para os triénios entre 1752 e 1766, as últimas intervenções construtivas são registadas numa nova adenda, no fólio 787, abarcando o período entre 1810 e o final do mês de maio de 1813, sob administração do Padre-reitor *Joaquim Feleciano de Abreu e Silva*, e entre as obras feitas se encontram as “*portas do coro*”⁹⁵.

A juntar aos manuscritos dos Padres Baltazar do Cristo Sodré e Jorge de São Paulo, em 1697, o Padre loio Francisco de Santa Maria publica a obra “*O Ceo Aberto na Terra. Historia das Sagradas Congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa e de S. João Evangelista em Portugal*” (Maria, 1697) (Figura 49). Uma obra impressa que figura como crónica oficial da congregação dos loios.

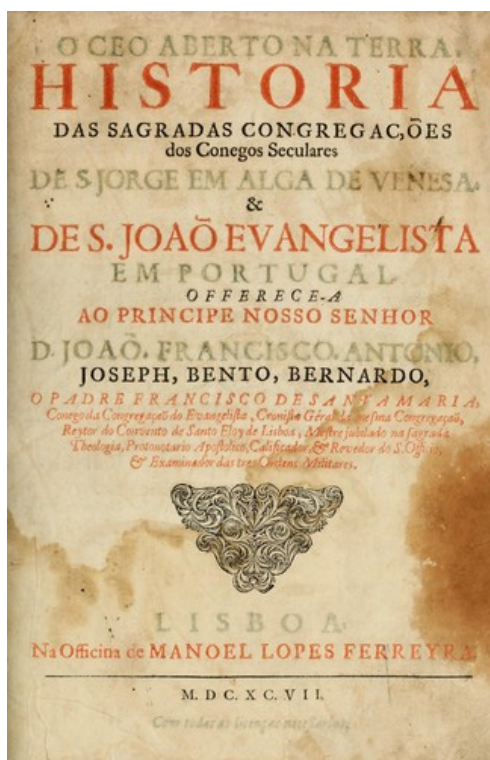


Figura 49 - Folha de rosto da obra do Padre Francisco de Santa Maria "O Ceo Aberto na Terra" (1697).

Ciente da missão de traçar a história, salvaguardar a memória e relatar os factos do passado da sua congregação e da Congregação de São Jorge em Alga, para reforçar a ligação dos loios à congregação veneziana, o Padre Francisco de Santa Maria afirma no prólogo da obra tratar-se de uma crónica de rigor

⁹⁴ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 780.

⁹⁵ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 787.

puramente histórico, principalmente assente nos manuscritos de outros padres loios que o precederam, nomeadamente o Padre Paulo de Portalegre, o Padre João de Santo Estevão, o Padre Miguel da Cruz e o Padre Jorge de São Paulo.

A estrutura adotada por este cronista segue o modelo que já vinha sendo adotado desde o *Memorial do Novo Estado Apostólico* (Portalegre, 2007), de 1468, no sentido em que separa em dois livros a história da Congregação de São Jorge em Alga e a história da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (loios).

Com efeito, dando o cronista destaque àquela que foi a primeira casa da congregação dos loios, é com naturalidade que o convento de Vilar de Frades surja no início do segundo livro e que, à semelhança dos cronistas precedentes, a história da fundação e dos primeiros tempos dos loios enquanto congregação religiosas seja indissociável da casa de Vilar.

Assim, os capítulos dedicados a Vilar de Frades incluem uma parte introdutória com a história institucional da origem e radicação dos loios em Vilar de Frades, procedendo o cronista apenas posteriormente a tratar da história do convento e dos aspetos relacionados com o edificado, nomeadamente a descrição espacial e arquitetónica do complexo conventual.

Assim, no capítulo IV do segundo livro, o Padre Francisco de Santa Maria procede a uma descrição geográfica do complexo conventual, aproximando-se depois ao local de implantação do convento, referindo a organização do espaço da cerca, destacando as florestas e capelas edificadas espalhadas pelos espaços não construídos (Maria, 1697, pp. 373–375).

Ainda dentro do mesmo capítulo, descreve também a igreja, numa clara demarcação do espaço litúrgico, centrando-se essencialmente nas abóbadas da cobertura, nos pavimentos, nas frestas e nos altares que compunham e preenchiam o espaço litúrgico nos finais do século XVII. No processo, reforça também a participação do Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa (Maria, 1697, pp. 375–379).

No capítulo VI, o cronista procede a uma descrição separada do espaço conventual, referindo-se aos dormitórios e destacando espaços como o claustro, a sacristia, o cabido e a levada de água que atravessava o conjunto (Maria, 1697, pp. 383–385).

Todavia, enquanto o manuscrito do Padre Jorge de São Paulo menciona de forma profícua a descrição, cronologia e custos das obras, muito raramente se debruçando sobre os executantes, o Padre Francisco de Santa Maria, ainda que de forma resumida, regista entre os ocupantes do convento “...sessenta Conegos, & os criados são quasi outros tantos”. Quanto ao grupo dos criados, refere que este é constituído por “*officiais de pedreiros, carpinteiros, alfayates, çapateiros, & ferreiros*”, que se

encontram de forma permanente no convento, pelo facto de este se encontrar situado em “*monte*” e portanto afastado dos espaços urbanos (Maria, 1697, p. 385).

Apesar de a crónica de “*O Ceo Aberto na Terra...*” ter figurado como história oficial da congregação, facto é que a proximidade cronológica entre a sua realização e o manuscrito do Padre Jorge de São Paulo tem inevitavelmente levado a comparações dos investigadores entre o conteúdo e postura adotada por cada um dos cronistas.

Relativamente à obra do Padre Francisco de Santa Maria, Teresa Ramos (1990, p. 97), num dos primeiros artigos que explora o epílogo e compêndio de 1658, designa *O Ceo Aberto na Terra...* (Maria, 1697) como uma obra com “...*erros e omissões, falha na ordenação das matérias e, às vezes, não indica de que fontes tirou os seus informes*” (Ramos, 1990, p. 98).

De facto, da análise comparativa das duas obras, a mesma autora identificou na obra do Padre Jorge de São Paulo maior densidade explicativa dos edifícios e espaços bem como dos custos, nomeadamente no registo de datas e nomes. Em contraste, a obra do Padre Francisco de Santa Maria não apresenta na sua crónica a mesma densidade, não tem a mesma preocupação com as fontes e não segue uma organização dos conteúdos tão coerente como ocorre no manuscrito de 1658 (Ramos, 1990, pp. 98–99).

Não obstante as críticas à qualidade historiográfica ou a originalidade de algum do conteúdo que compõe esta obra, mesmo sem acrescentar ou preencher lacunas que se verificam nas crónicas precedentes, facto é que deve constituir uma referencia para a história da congregação dos loios, nomeadamente “*pela abundância de informação que fornece e pela transcrição, quase sempre rigorosa, de documentos*” (Pina, 2011, p. 33).

Numa fase embrionária dos estudos sobre o edificado de Vilar de Frades, ainda desconhecedores do manuscrito do Padre Jorge de São Paulo, esta crónica auxiliou a realização de outras publicações essenciais, como por exemplo o *Portugal Antigo e Moderno* (2006), de Augusto Pinho Leal e Pedro Augusto Ferreira, e *A Igreja de Villar de Frades*, da autoria do cônego da Sé de Braga, Manuel de Aguiar Barreiros (1919).

3. A transição entre o século XIX e o século XX

Após as crónicas modernas, o interesse pela história de Vilar de Frades volta a conhecer um novo ímpeto na transição do século XIX para o XX. A entrada sobre *Villar de Frades* no capítulo XI do *Dicionário*

*Portugal Antigo e Moderno*⁹⁶ (Figura 50), datado de 1886, inicia uma nova fase onde se começa a perspetivar a igreja e o complexo conventual como um legado artístico deixado pelas ordens religiosas.

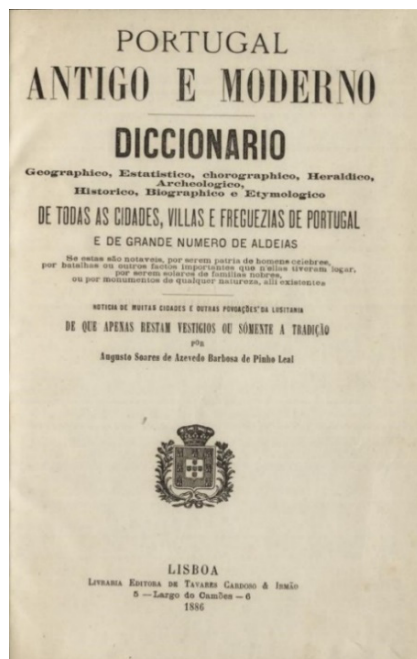


Figura 50 - Página de rosto do *Dicionário Portugal Antigo e Moderno*, de 1886 (Leal e Ferreira, 2006).

Desde logo, a abordagem a Vilar de Frades inicia-se com uma descrição geográfica e demográfica que se serve de obras modernas como a *Corografia Portuguesa* e a *Crónica* de Francisco de Santa Maria (Leal e Ferreira, 2006, pp. 1219–1221).

Após o enquadramento geográfico, são traçados os antecedentes da história institucional da Congregação dos Ióios, o percurso do Mestre João Vicente, acompanhado pelos padres Martim Lourenço e Afonso Nogueira, as tentativas goradas de fixação de uma comunidade religiosa reformista e o processo tumultuoso para a fundação e reconhecimento da congregação em Vilar de Frades (Leal e Ferreira, 2006, pp. 1221–1225).

Dedicando-se primeiramente à descrição da parte conventual, a informação transmitida pelo *Dicionário* apoia-se na *Crónica* do Padre Francisco de Santa Maria para descrever o claustro sul, mais precisamente o primeiro dormitório a ser construído no terreiro dos cabedais, no século XVII. A descrição prossegue descrevendo *ipsis verbis* a crónica de 1697 para descrever os dormitórios, claustro e livraria (Leal e Ferreira, 2006, pp. 1225–1226).

⁹⁶ Título completo: *Portugal antigo e moderno: Dicionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Se estas são notaveis, por serem patria d'homens celebres, por batalhas ou noutros factos importantes que nellas tiveram lugar, por serem solares de familias nobres, ou por monumentos de qualquer natureza, alli existentes. Noticia de muitas cidades e outras povoações da Lusitania de que apenas restam vestigios ou somente a tradição* (Leal e Ferreira, 2006).

Porém, a principal contribuição desta entrada sobre Vilar de Frades prende-se com as informações que providencia sobre o edificado durante o século XIX. Com a extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, o complexo conventual de Vilar de Frades passa por um processo de incorporação na Fazenda Nacional e conseqüente alienação do claustro sudoeste e da cerca por venda em hasta pública. Passando os referidos espaços a propriedade privada, a história deste edificado entra numa fase lacónica, de desconhecimento, aclarada por esta publicação.

Sobre o claustro sudoeste, a descrição refere que o edifício em questão “*Tem o aspecto d’um grande palacio quadrangular*”. No interior, conta espaços como “*extensos dormitorios, centenaes de cellas*”, assim como um “*soberbo refeitorio, que foi ladrilhado com grandes pedras de granito, hoje empregadas em eiras dos lavradores circunvizinhos*” e ainda uma “*capella muito elegante, muito bem tractada ainda e ornada com riquissimos paineis*” (Leal e Ferreira, 2006, p. 1226).

De cabal importância nesta entrada de dicionário sobre Vilar de Frades, é o registo da sucessão de donos que detiveram a parte privada do antigo convento até finais do século XIX. O primeiro proprietário terá sido Balthasar José Martins, descrito como um negociante do Porto que deixou via testamento a propriedade de Vilar de Frades à Santa Casa da Misericórdia do Porto. A instituição procedeu depois à sua venda a Margarida Alves, também do Porto, por um valor considerado baixo à época de aproximadamente quarenta réis por metro quadrado (Leal e Ferreira, 2006, p. 1226).

À data da produção do *Portugal Antigo e Moderno* (2006), é referido que o imóvel se encontrava na posse dos filhos e herdeiros de Margarida Alves, nomeadamente Joaquim Domingos Ferreira Cardoso e José Domingos Ferreira Cardoso, que procederam a reparações e melhoramentos, tanto ao nível do edifício como do da exploração agrícola da cerca, destacando-se entre as várias alterações atribuídas aos referidos proprietários a construção da estrada que ligou o convento à estrada que ligava Braga a Barcelos (Leal e Ferreira, 2006, p. 1226).

Tratando da igreja do convento, a entrada sobre Vilar de Frades do dicionário *Portugal Antigo e Moderno* (2006), destaca-se ainda pela abordagem inédita aos materiais construtivos, nomeadamente ao tipo de pedra utilizada na construção da igreja e respetiva proveniência. Pela primeira vez procede-se à identificação do granito utilizado nos pavimentos, paramentos e coberturas, descrito como sendo “*porphiroide do moente da Penida, que atravessa esta parochia*” e ainda “*tão alvo e fino que parece marmore*” (Leal e Ferreira, 2006, p. 1227).

Prosseguindo a discorrer sobre a qualidade do granito da Penida, considera tratar-se do melhor granito de toda a província, superando inclusivamente o granito de São Gens, localizado nos arrabaldes do Porto, e o de São Domingos, nos arrabaldes de Lamego⁹⁷ (Leal e Ferreira, 2006, p. 1227).

A descrição da igreja prossegue depois com a referência às torres, à forma planimétrica da igreja em cruz latina, tudo acompanhado por várias medições dos vãos e dos paramentos. Destaca o estilo gótico da abóbada da capela-mor e a abóbada da nave, evidenciando o seu perfil abatido e a rede formada pelo cruzamento das nervuras, onde sobressaem nos pontos de interceção as “... *pedras lavradas e circulares, à maneira de estrelas.*” (Leal e Ferreira, 2006, p. 1227).

Sobre a construção da igreja, repete as informações do Padre Francisco de Santa Maria, destacando a participação de D. Diogo de Sousa na construção da capela-mor, nos inícios do século XVI. Volta à descrição do espaço interior apresentando a constituição e medição do coro e regressa ao piso inferior, referindo que à entrada da igreja, do lado direito, se encontra uma porta de acesso ao claustro sul.

Sobre este claustro, é dada a informação de que nos finais do século XIX o piso inferior do claustro ainda servia como espaço de enterramento e que o espaço superior servia como residência paroquial (Leal e Ferreira, 2006, p. 1227).

Nas primeiras décadas do século XX, ainda na senda republicana das classificações dos monumentos⁹⁸, desenvolve-se uma nova curiosidade histórica por Vilar de Frades, agora focada maioritariamente na igreja e na interpretação da arte e do significado dos elementos considerados mais antigos da igreja, nomeadamente do portal românico que se encontra conservado na torre norte (Barreiros, 1919; Ramos, 1965).

A curiosidade estendeu-se naturalmente ao restante edificado e a obra *A Egreja de Villar de Frades*, da autoria do Cónego da Sé de Braga, Manuel de Aguiar Barreiros (1919), surge como a primeira abordagem de espírito crítico à História do espaço construído da igreja no século XX. Um exercício demonstrador de uma curiosidade científica apoiada na informação das fontes escritas em confrontação com o edificado.

Pela forma como o Cónego Aguiar Barreiros introduz a igreja de Vilar de Frades, é notório que um dos principais intentos e preocupações da sua abordagem reside no estado de abandono e decadência da igreja nos inícios do século XX. Para o efeito, como forma de vincar essa posição, procede a transcrever a descrição proferida pelo Padre Francisco de Santa Maria na cónica *O ceo aberto na terra...*

⁹⁷ A publicação refere ainda que devido à sua qualidade e proximidade o granito da Penida terá sido utilizado em várias obras de Braga, dando como exemplo “... o pedestal da memória de D. Pedro V e para outras obras de Braga...” (Leal e Ferreira, 2006, p. 1227).

⁹⁸ A igreja de Vilar de Frades está classificada como Monumento Nacional, desde 1910, pelo Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

(1697), ressaltando, porém, que para além do abandono ocorrido após a extinção das ordens religiosas, os maus-tratos ao edifício também incluíam as reformas dos séculos XVIII e XIX⁹⁹.

Temendo pelo estado de conservação do edifício e alertando para a necessidade de intervenção na estrutura da igreja, refere a existência de problemas estruturais, nomeadamente a degradação dos revestimentos e consequente exposição dos paramentos, assim como o estado bastante frágil da abóbada da capela-mor, que apresentava uma fenda que percorria a cobertura de forma longitudinal aparentando derrocada iminente.

Todavia, apesar do intuito alarmista para o estado de conservação da igreja, é também perceptível na abordagem do Cónego Manuel de Aguiar Barreiros a identificação de um processo construtivo cumulativo, referindo a existência de “...*sucessivos accrescimos.*” e “restauros”, ainda que questionando a sua pertinência e o seu sentido estético (Barreiros, 1919, p. 4).

Sobre os acrescentos à igreja, o Cónego Aguiar Barreiros lança uma análise crítica, debatendo-se com várias questões e apontamentos sobre a forma como as alterações que foram ocorrendo no edificado desvirtuaram e causaram entropias construtivas, chegando a colocar em causa a estabilidade do edifício. Contrapondo os elementos descritos pelos cronistas modernos, procede a enumerar elementos que não se conservaram até à atualidade, nomeadamente o órgão da igreja que nada tem a ver com o que é descrito na crónica, os vitrais policromados que já não existem e são agora “...*vidraças de luz crua.*”, o pavimento de lisonjas de fino mármore, os sinos e principalmente o retábulo principal de talha, do século XVIII, que veio substituir um anterior, de painéis (Barreiros, 1919, p. 5).

Centrando-se na estrutura da capela-mor da igreja, o cónego bracarense refere que os construtores responsáveis pela colocação do retábulo barroco entenderam ser necessário desfazer a parede testeira da capela, ocultando assim as nervuras terminais da abóbada (Barreiros, 1919, p. 5).

Já relativamente às torres, faz o cónego uma interpretação das diferentes fases construtivas da torre norte, referindo que esta subsistia à altura na sua forma manuelina, mas evidenciando alterações na parte superior datadas dos inícios do século XVII (Barreiros, 1919, p. 5). Já a torre sul, considera não ter resistido à “...*plethora reconstrutora.*” que se verificou na maioria dos espaços semelhantes a Vilar de Frades durante o século XVIII e inícios do XIX. Recorrendo à tradição oral, deixa o registo de que a reconstrução da torre sul nunca se chegou a concluir devido à extinção das ordens religiosas, mas que era intenção dos padres de Vilar aplicar o mesmo tipo de reforma da torre norte (Barreiros, 1919, p. 5).

⁹⁹ “... *um monumento genuinamente bello, então e ainda hoje, não obstante os maus tratos, provenientes do prurido impertinente das reformas classicas do seculo XVII, do detestavel barroquismo do seculo XVIII, da amaneirada renascença dos alvares do seculo XIX e das vandalicas façanhas seguidas, immediatamente, á expulsão dos seus legitimos possuidores.*” (Barreiros, 1919, p. 4).

De forma mais premente, empreende numa análise arquitetónica enumerando os elementos que considera disruptivos da arquitetura original da igreja (Barreiros, 1919, p. 6).

Relativamente ao frontispício, afirma que este resulta de uma reconstrução para aumento do coro, o qual foi prolongado até ao alinhamento das faces poente das torres e assente num arco rebaixado e abóbada de arestas, ficando o portal manuelino a demarcar a fachada original da igreja (Barreiros, 1919, p. 6).

Passando para o espaço interior da igreja, onde a decoração barroca é ainda mais proeminente, o cónego Manuel Aguiar Barreiros adiciona à sua análise uma apreciação ideológica, contrapondo a ostentação da decoração barroca com a simplicidade medieval (Barreiros, 1919, p. 6).

Não obstante, as suas observações e apontamentos relativamente aos elementos construtivos constituem uma primeira e importante contribuição para o estudo da evolução construtiva da igreja. Neste âmbito, refere-se, por exemplo, às mísulas da abóbada da nave, implicitamente identificando o seu cariz posterior, a entropia provocada pela introdução das já referidas janelas “pombalinas” e a mutilação das bases das pilastras do arco do cruzeiro para a colocação dos retábulos do século XVIII (Barreiros, 1919, p. 6).

O foco da análise do cónego Manuel Aguiar Barreiros passa depois para a descrição de algumas estruturas, sobretudo das de estilo manuelino. Neste sentido, recorre à abóbada da capela-mor para introduzir a questão do arquiteto e suscita a possibilidade de a traça do edifício ser da autoria dos biscainhos, estabelecendo um paralelismo entre a participação do arcebispo D. Diogo de Sousa nas obras de Vilar de Frades e dos biscainhos na Sé de Braga (Barreiros, 1919, p. 7).

A planta interpretada da igreja de Vilar de Frades apresentada pelo Cónego Manuel de Aguiar Barreiros (Figura 51) mostra uma evolução construtiva que permite, desde logo, verificar o desconhecimento do manuscrito de 1658, uma vez que consegue identificar corretamente a adição de elementos ao edifício, mas não consegue aferir propriamente a sua cronologia. Desta forma, procede apenas à diferenciação daquilo que concebe como o edifício original e de elementos entrópicos ao mesmo, como o pórtico românico, o prolongamento do braço norte do transepto designado como “*Accrecismo à capella do Sacramento*”, o prolongamento da capela-mor designado por “*Accrescimo para a tribuna*” e ainda a diferenciação das dependências conventuais (Barreiros, 1919, p. 2).

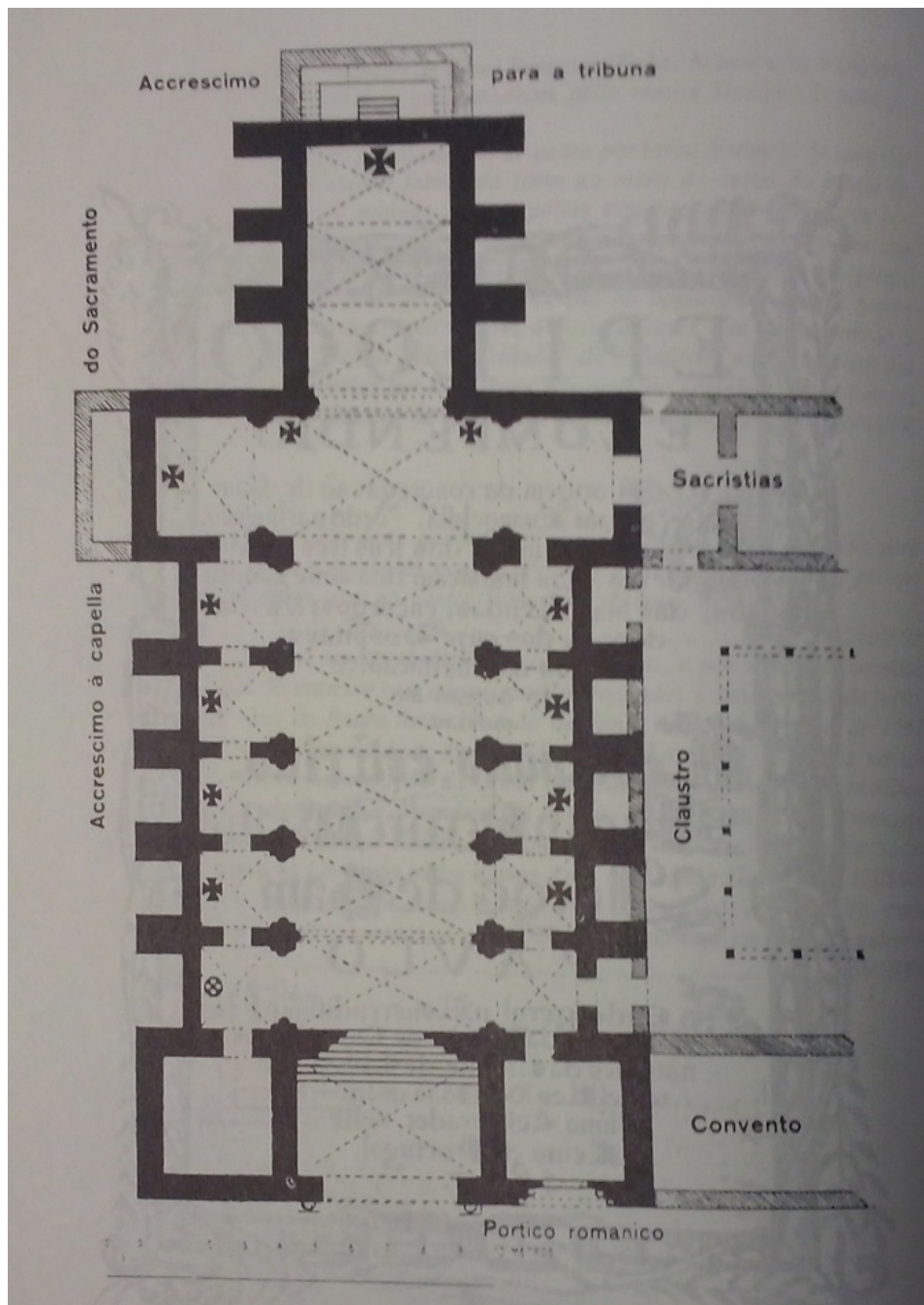


Figura 51 - Planta da igreja de Vilar de Frades apresentada pelo Cónego Manuel de Aguiar Barreiros (1919, p. 2).

4. Os séculos XX e XXI, os primeiros artigos científicos e as teses académicas

Como já referido, a crónica intitulada "*O Ceo Aberto na Terra...*" (Maria, 1697) passou, após a sua publicação em 1697, a figurar como crónica oficial da história e memória da congregação dos loios, tendo constituído efetivamente a principal fonte para o estudo arquitetónico e construtivo das publicações anteriormente abordadas.

Todavia, o panorama de investigação acerca do convento de Vilar de Frades baseado nesta crónica oficial vai, na década de 50 do século XX, sofrer uma alteração com a redescoberta do já referido *Epílogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista...* (Faure, 2012, p. 16). A identificação do manuscrito do Padre Jorge de São Paulo no Arquivo Distrital de Braga vai dar início a uma nova fase da investigação que, entre outros aspetos, vai promover uma revisão crítica da própria crónica do Padre Francisco de Santa Maria enquanto fonte histórica, bem como proporcionar a redescoberta de uma fonte essencial para o estudo do edificado deixado pelos loios.

Neste sentido, em 1956, Fernando Magano, publica um artigo na revista *Studium Generale*, intitulado *A respeito, em respeito, da congregação de Vilar de Frades*, onde aborda a identificação de um dos sete manuscritos da autoria do Padre Jorge de São Paulo mencionados pelo Padre Francisco de Santa Maria (1697), no qual se refere a existência de um compêndio destinado ao resumo das coisas mais importantes das diferentes casas das congregações (Magano, 1956, p. 6).

Os referidos manuscritos atribuídos ao Padre Jorge de São Paulo, com exceção do compêndio aqui em questão, consistiam essencialmente num conjunto de memórias em jeito de monografia, dedicadas às diferentes casas da congregação. A primeira seria dedicada a Vilar de Frades, a segunda e terceira à casa de Santo Elói (Lisboa), a quarta ao Convento de Santo Elói do Porto, a quinta ao convento da Feira, a sexta ao Hospital das Caldas e a sétima ao já referido compêndio. No entanto, se relativamente às casas do Porto, Caldas e Feira, os manuscritos eram conhecidos, já relativamente aos manuscritos de Vilar de Frades, Santo Elói de Lisboa e do compêndio não o eram (Magano, 1956, p. 7).

Neste sentido, nomeadamente relativamente para estudos relacionados com o edificado de Vilar de Frades, a redescoberta do *Epílogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista...* vai constituir um momento determinante para as abordagens que se seguiram nas décadas posteriores.

A densidade e a diversidade dos assuntos, bem como as diferentes vertentes que o cronista registou de forma bastante detalhada, fazem deste manuscrito uma fonte fundamental inclusivamente para estudos que extravasem o âmbito da congregação dos loios¹⁰⁰ (Magano, 1956, p. 15).

Para o caso específico de Vilar de Frades, é indubitável que a identificação deste manuscrito vai reacender o interesse e promover uma nova curiosidade científica e histórica sobre o edificado de Vilar de Frades, nomeadamente a partir da década de noventa do século XX.

¹⁰⁰ "Fonte de muitas informações respeitantes às vicissitudes da congregação, à vida administrativa de muitos hospitais. A sucessos da história pátria, a pormenores da vida de muitos dos membros da ordem, etc, etc., tal manuscrito será, estamos convencidos, uma preciosa fonte para os estudiosos." (Magano, 1956, p. 15)

Na década de 60 do século XX é publicado um artigo por Luís de Oliveira Ramos (1965) intitulado "*Uma arcatura historiada de Vilar de Frades*", que se centra sobretudo numa abordagem estilística ao portal romano remontado no século XIX na torre sul.

O artigo tem início com um resumo histórico sobre Vilar de Frades onde o autor conjuga a vertente historiográfica tradicional com alguns factos de base documental, apoiando-se para o efeito na investigação do Cónego Manuel de Aguiar Barreiros e na crónica de Francisco de Santa Maria (Ramos, 1965, pp. 299–302).

Quando ao portal românico, o autor refere tratar-se de uma reminiscência do portal da igreja românica pertencente ao mosteiro beneditino. No seguimento, procede à interpretação arquitetónica e estilística do portal, correndo exaustivamente os elementos decorativos, a partir dos quais estabelece paralelismos com vários edifícios do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente com o portal “vizinho” do antigo Mosteiro de Manhente¹⁰¹, mas também com o claustro da catedral de Girona (Espanha) (Ramos, 1965, pp. 304–306).

Na década de 80 do século XX, o convento de Vilar de Frades integra várias obras de síntese, desta vez voltadas para a arquitetura e arte manuelinas. Obras de cariz antológico, que resultam numa recolha de vários edifícios representativos do estilo manuelino e nas quais se descrevem, em forma de síntese, os aspetos técnicos e decorativos que mais se destacam nos edifícios selecionados.

A década de noventa do século XX marca o momento em que surge um renovado interesse pelo estudo mais sustentado da construção e arquitetura de Vilar de Frades recorrendo, entre outras fontes, ao manuscrito de 1658.

Neste sentido, uma das primeiras abordagens a cruzar várias fontes modernas é o artigo de Teresa Ramos intitulado *A Igreja Manuelina de Vilar de Frades (do arquitecto, dos cronistas e do monumento)* (1990). Apesar de constituir uma abordagem parcial, no sentido de apenas ter como objeto de estudo o edifício da igreja, trata de várias problemáticas que ainda hoje se encontram em discussão, nomeadamente, tal como já referido anteriormente, comparações entre a crónica do Padre Francisco de Santa Maria e o manuscrito do Padre Jorge de São Paulo (Ramos, 1990, pp. 95–99).

Teresa Ramos aborda temas como a autoria da traça da igreja projetada no século XVI por João Lopes e recupera a descrição construtiva das subdivisões do século XVI. Analisa a questão da reformulação do corpo da igreja, no século XVII, adotando como “fio-condutor” a descrição do manuscrito de 1658 (Ramos, 1990, pp. 99–105).

¹⁰¹ O autor refere ainda Braga, possivelmente referindo-se à Sé Catedral, Travanca e Rates.

A autora trata a conceção do espaço da igreja dividida pela capela-mor, transepto e corpo e estabelece alguns paralelismos com as igrejas cistercienses. Quanto ao processo construtivo da igreja quinhentista, dada a localização do portal principal e a interrupção na parte superior dos elementos decorativos deste, depreende que a fachada original da igreja do século XVI fosse mais recuada. Com a reconstrução do corpo, no século XVII, o portal passou a estar inserido num espaço coberto em consequência do aumento do coro-alto e do avanço da fachada superior até à face poente das torres. Quanto à planta do corpo quinhentista, faz a sua interpretação recorrendo também a paralelismos, nomeadamente com a arquitetura manuelina do sul do país, mas também com as igrejas maneiristas jesuítas (Ramos, 1990, pp. 105–106).

Outros aspetos abordados por Teresa Ramos incluem a transposição entre as capelas da igreja, analisando a interpretação de espessuras dos paramentos relacionando-as com a reforma do corpo do século XVII (Ramos, 1990, p. 106); as dificuldades de interpretação da planta da igreja, nomeadamente pela existência de alguns elementos fossilizados e outros alterados que levam a discrepâncias estilísticas do ponto de vista da evolução construtiva do corpo da igreja (Ramos, 1990, p. 106); alguns apontamentos da fachada, atribuindo a sua reformulação ao século XIX devido à sua decoração neogótica (Ramos, 1990, p. 120). Assim como realiza uma breve descrição das abóbadas e das frestas da capela-mor, destacando a complexidade das primeiras e a simplicidade das segundas, também caraterísticos dos espaços ditos manuelinos.

Uma terceira parte do artigo publicado por Teresa Ramos centra-se na revisão do estudo efetuado pelo Cónego Aguiar Barreiros, reformulando, entre outros aspetos, a planta interpretada apresentada pelo referido cónego e assinalando alguns detalhes arquitetónicos não registados pelo seu antecessor (Ramos, 1990, p. 107) (Figura 52).

Passando para as questões de âmbito cronológico e tendo em consideração os elementos construídos conservados e as plantas da DGMEN, realiza uma leitura da evolução construtiva da igreja entre o século XVI e XIX (Ramos, 1990, pp. 107–108). Esta leitura culmina, à semelhança do Cónego Manuel Aguiar Barreiros (1919, p. 2), com a apresentação de uma planta interpretada das diferentes fases construtivas da igreja de Vilar de Frades. Segundo a autora, é possível distinguir-se cinco fases com início na empreitada manuelina da primeira metade do século XVI, passando pelas intervenções dos séculos XVII e XVIII e terminando na reformulação da fachada da igreja e da torre sul no século XIX (Ramos, 1990, p. 120).

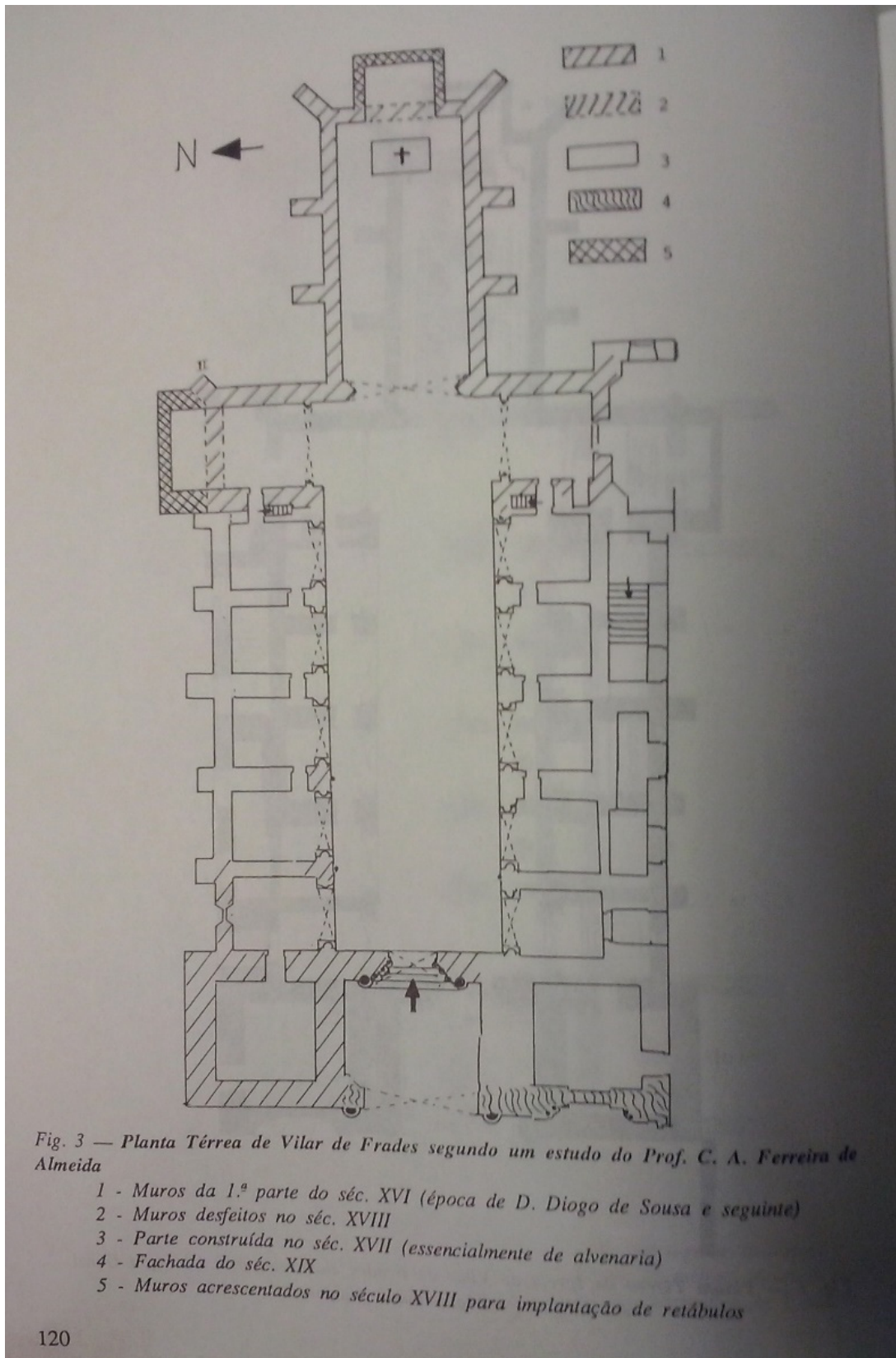


Figura 52 - Planta da igreja de Vilar de Frades apresentada por Teresa Ramos (1990, p. 120)

Um ano após a publicação de Teresa Ramos sobre Vilar de Frades, em 1991 é publicado um novo artigo, desta feita por Maria do Carmo Lancastre (1991), que realiza uma nova análise ao manuscrito do Padre Jorge de São Paulo, bem como algumas referências sobre a arquitetura da igreja.

O artigo, intitulado “*A Igreja de Vilar de Frades segundo as Memórias do Padre Jorge de São Paulo (1658)*”, segue uma estrutura que inicia com a História institucional dos loios e do papel de Vilar de Frades neste processo, destacando a forma como se tornou a casa-mãe da congregação e como prosseguiu relacionada com vários momentos da vida institucional dos loios (Lancastre, 1991, pp. 169–178).

Num segundo ponto realiza um catálogo dos vários padres que ocuparam o lugar de reitor em Vilar de Frades e, no quinto ponto, descreve algumas das obras promovidas no edifício da igreja e da sacristia, a partir das informações do *Epílogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista...*

Acercando-se primeiro do edifício da igreja, estabelece a cronologia das fases construtivas, neste caso a construção do século XVI e reforma do século XVII, bem como alguns dos custos associados às referidas empreitadas.

De forma mais veemente, retoma a questão do autor da traça da igreja e introduz, como anteriormente referido, a possibilidade de João Lopes ter atuado em Vilar de Frades enquanto colaborador de João de Castilho e dos construtores biscainhos (Lancastre, 1991, pp. 186–189).

Em meados da década de noventa do século XX, o edificado de Vilar de Frades passa a ser alvo de estudo em teses académicas.

A tese de doutoramento de Lúcia Rosas, intitulada “*Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*”, integra Vilar de Frades num conjunto de monumentos estudados pela autora apresentando uma perspetiva original relativamente ao estudo da arquitetura e da construção praticada em Vilar de Frades.

Desde logo, refere que o tipo de construção praticado na igreja de Vilar de Frades expressa um revivalismo do gótico e um “medievalismo de resistência”, não só no que diz respeito ao aproveitamento de estruturas de cariz medieval em fases posteriores, mas também pela permanência de tipologias arquitetónicas medievais na reforma moderna (Rosas, 1995, pp. 60–65). Uma resistência, acrescenta, que não se regista apenas ao nível do gosto decorativo e das tipologias arquitetónicas, mas que é extensível à própria prática arquitetónica e “...à obra ou fábrica, enquanto estaleiro.” (Rosas, 1995, p. 65)

Numa caracterização geral da construção do século XVII, a mesma autora adota como exemplo a reconstrução do corpo da igreja no século XVII para demonstrar a continuidade das formas de construção

medievais para a época moderna e a forma de aprendizagem dos construtores ao nível dos estaleiros (Rosas, 1995, pp. 65–68).

Todavia, especificamente sobre a análise da igreja de Vilar de Frades centra-se em aspetos como a traça, que atribui ao século XVII, as técnicas e das formas de construir do século XVII, comparações de execução entre os espaços do século XVI e XVII e ainda sobre o projeto original da igreja (Rosas, 1995, pp. 67–68).

Todavia, para Lúcia Rosas (1995, p. 68), o que ressalta mais em Vilar de Frades é a importância da reformulação seiscentista do corpo da igreja que serve para demonstrar a transição e permanência dos processos da construção em fases posteriores até ao século XIX.

A segunda tese académica a referenciar Vilar de Frades, resulta de um trabalho de investigação desenvolvido por Joaquim Vinhas, centrado exclusivamente no complexo conventual, constituindo o primeiro estudo de referência que abrange a história arquitetónica, artística e documental deste espaço.

Publicada com o título “*A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista (Lóios) à Extinção do Convento 1425-1834*”, a tese realizada por de Joaquim Vinhas (1998) constitui a primeira grande contribuição para o conhecimento arquitetónico e artístico de Vilar de Frades, em toda a amplitude do complexo entre os séculos XVI e XIX.

Importa igualmente destacar que, paralelamente aos resultados da investigação, constitui também um trabalho de investigação em arquivo que permitiu reunir um importante acervo de documentação relacionada com contratos e outros registos essenciais para o estudo da construção neste espaço.

Em termos de estrutura, o estudo promovido por Joaquim Vinhas (1998) aborda as sucessivas intervenções construtivas em Vilar de Frades em função da sua cronologia, numa narrativa que se caracteriza por uma constante deslocação entre os diversos espaços do complexo.

A análise inicia-se com as intervenções decorridas nos inícios do século XVI, destacando o processo de construção *ex novo* da igreja, acompanhada pela reforma do claustro, naquele que é designado como o período “manuelino” de Vilar de Frades.

Relativamente ao processo construtivo da capela-mor, do transepto e respetivas capelas, à semelhança dos autores anteriormente referidos, apoia-se nas crónicas para contextualizar historicamente o contexto de construção da igreja, a participação de D. Diogo de Sousa, destacando, todavia, aspetos relacionados com a erudição arquitetónica, a qualidade dos materiais e o elevado grau da execução técnica da construção. Analisa também a questão da traça filiando-se na possibilidade apresentada por Isabel de Maria do Carmo Henriques de Lancastre (1991, p. 186), relativamente à participação de João Lopes e João de Castilho neste processo (Vinhas, 1998, pp. 75–79).

Todavia, acrescenta um segundo aspeto relacionado com as questões contratuais e pecuniárias para a construção da capela-mor e transepto, entroncando esta questão com a participação do arcebispo D. Diogo de Sousa e respetivas sobrinhas (Vinhas, 1998, pp. 80–85).

Quanto à implantação, orientação e organização do espaço interior, atribui à igreja pensada no século XVI um modelo orientado a nascente, de planta em cruz latina com transepto reduzido, com uma nave única flanqueada por capelas laterais intercomunicantes e integrando uma tipologia precoce da igreja criptocolateral que viria tornar-se comum em meados de quinhentos (Vinhas, 1998, p. 87).

A questão dos materiais é também abordada por Joaquim Vinhas (1998, p. 89), nomeadamente o tipo de pedra “...quase branca e macia, de semelhanças com o calcário, mais fácil de lavrar e proporcionando um elevado efeito estético.”

Apesar da complexidade de análise do espaço da igreja, destaca várias características estruturais permitidas pelo emprego da abóbada nervurada, tais como a criação de espaços mais unitários e iluminados e áreas mais amplas, tanto pela abertura de vãos como pela conceção unificada e iluminada do espaço interior (Vinhas, 1998, p. 92).

Ainda a partir da abóbada nervurada da capela-mor, estabelece algumas considerações sobre o enquadramento arquitetónico da igreja de Vilar de Frades no âmbito ibérico (Vinhas, 1998, p. 94).

Relativamente ao corpo da igreja quinhentista, aborda o contexto particular da sua construção, nomeadamente as condicionantes que levaram à construção de um espaço semelhante ao que se conserva na atualidade, mas estruturalmente deficitário e procedendo depois à sua reconstituição (Vinhas, 1998, pp. 92–100).

Na sequência da construção da igreja do século XVI, Joaquim Vinhas empreende na reconstituição das obras do claustro quinhentista, partindo da informação contida nas crónicas modernas, das quais recupera referências sobre alguns elementos arquitetónicos deste espaço (Vinhas, 1998, pp. 105–106).

Aludindo ao chafariz que é colocado no centro do claustro, estabelece alguns dados importantes para o sistema hidráulico do espaço e a identificação de algumas das subdivisões da ala sul do claustro, mas também algumas das especificidades dos claustros dos conventos loios que, pelo menos no caso de Vilar de Frades até ao século XVI, deveria ter uma palmeira no centro (Vinhas, 1998, pp. 106–107).

O autor prossegue com a cronologia e descrição da construção das várias alas do claustro, cujas sucessivas empreitadas abrangeram quase todo o século XVI (Vinhas, 1998, pp. 113–127).

Após a grande renovação do edificado dos inícios do século XVI, Joaquim Vinhas centra-se nas intervenções datadas do século XVII. Desde logo, estabelece duas importantes assunções relativamente a este período. A primeira, é a de que nos inícios do século XVII a comunidade vivia um contexto “...de

destruição e de insegurança...” que levou a uma “... *profunda reforma e expansão da estrutura arquitetónica do convento e da igreja...*” (Vinhas, 1998, p. 135).

Para o efeito, faz a reconstituição das primeiras intervenções localizadas no “terreiro dos cabedais”, com o intuito de expandir o espaço conventual. Na prática, consistiu numa intervenção que delimitou pelo poente o adro e o referido terreiro com a construção de um muro que posteriormente deu lugar à chamada “obra da emenda”.

Todavia, segundo Joaquim Vinhas, esta primeira intervenção deverá também ser parte da ala norte do “terreiro dos cabedais”, que ainda hoje deverá conservar elementos um portal clássico por onde se acede a uma escada interior com três lanços e onde se empregaram soluções como um pilar toscano e a arcos de volta perfeita. Escada esta que dava acesso a espaços funcionais, como um refeitório situado num primeiro piso, e a um dormitório que se sobrepunha ao refeitório (Vinhas, 1998, p. 137).

Documenta depois uma interrupção nas obras do terreiro dos cabedais devido ao estado periclitante do corpo da igreja, ficando a conclusão do projeto do claustro sudoeste para os inícios da centúria seguinte (Vinhas, 1998, p. 138).

Contudo, apesar da intervenção de urgência no corpo da igreja, que concentrou os esforços construtivos durante quase todo o século XVII, Joaquim Vinhas encontra suporte documental que evidencia que outras obras decorreram neste período relacionadas nomeadamente com a manutenção dos espaços já construídos neste novo espaço localizado a sudoeste da igreja (Vinhas, 1998, p. 139).

Relativamente à intervenção no corpo da igreja, continua a suportar a descrição geral desta obra e a sua cronologia nas crónicas modernas, referindo que a grande novidade comparativamente à estrutura anterior residiu no abobadamento integral da nave central, baseando-se e destacando a importância do manuscrito do Padre Jorge de São Paulo para a correta aferição cronológica da abóbada. Como explicitado pelo autor, apesar de constituir uma intervenção do século XVII, a abóbada do corpo foi construída com uma “... *aparente familiaridade com o conjunto do período manuelino...*” (Vinhas, 1998, p. 148).

Quanto à questão estrutural, ou acerca da profundidade da intervenção na estrutura quinhentista, Joaquim Vinhas faz a sua interpretação baseada em aspetos como a conservação de um muro estrutural quinhentista, a adição de contraforte e respetiva construção da abóbada (Vinhas, 1998, pp. 149–150).

Já quanto à conceção do espaço, argumenta que o corpo seiscentista da igreja de Vilar de Frades permite várias interpretações quanto ao projeto de reformulação, debatendo-se entre a realização de um novo projeto baseado na estética manuelina ou da concretização do projeto iniciado no século XVI e alterado a meio da intervenção (Vinhas, 1998, p. 152).

Para o período final do século XVII identifica ainda outras intervenções relacionadas com a reparação e modificação de alguns espaços.

A última intervenção construtiva identificada no fim da centúria, datada de 1697, reporta-se ao prolongamento da capela-mor para a colocação de um novo retábulo-mor (Vinhas, 1998, pp. 161–173). A análise estabelecida sobre este acréscimo teve por base o contrato estabelecido com os construtores envolvidos na intervenção, o resultado obtido através dos registos efetuados pela DGEMN e o prolongamento atual que resulta da intervenção da DGEMN.

Do ponto de vista dos elementos a construir, a minuta regista também várias indicações como a constituição da obra e as várias medições, desde a profundidade dos alicerces à espessura dos muros, bem como cláusulas comuns a este tipo de intervenção e o custo da mesma (Vinhas, 1998, pp. 164–166).

Todavia, tal como observado por Joaquim Vinhas, o resultado construtivo não correspondeu ao estabelecido no contrato, filiando-se num espaço arquitetónico do tipo estilo-chão. Posteriormente, o prolongamento é reduzido à forma que atualmente apresenta e que resulta de uma intervenção de restauro efetuada pela DGEMN no século XX (Vinhas, 1998, pp. 168–173).

No caso das obras datadas do século XVIII, Joaquim Vinhas começa por analisar o conjunto de intervenções que ocorrem ainda nos finais do século XVII e que se prolongam para a centúria de setecentos. Neste caso, retoma as intervenções inseridas na “... *reforma e expansão arquitectónica da área conventual...*”, como já referido, interrompida para a reforma do corpo da igreja e retomada entre os finais do século XVII e inícios da centúria seguinte (Vinhas, 1998, p. 189).

No caso do dormitório da ala sul do claustro sudoeste, segundo o autor, mesmo após o complexo processo de construção e retificação da estrutura, o manuscrito de 1658 comprova que o edifício continuou a sofrer de patologias construtivas, motivando uma nova intervenção de correção estrutural, decorrida entre 1752-1754 (Vinhas, 1998, p. 196).

A recuperação de informação relativamente a algumas das intervenções construtivas no claustro sudoeste, todavia, faz com que Joaquim Vinhas considere que a investigação deste espaço está condicionada pela escassez da documentação e pela privatização do claustro no século XVIII (Vinhas, 1998, p. 196).

Neste sentido, destaca que a partir de 1834, com a passagem desta parte conventual para a posse de privados, são efetuadas sucessivas modificações e alterações, nomeadamente decorrentes de um incêndio que atingiu esta estrutura conventual em 1898, sobretudo ao nível da ala sul.

Com base nestes condicionamentos, ainda que a ala sul tenha sido a mais afetada pelo incêndio¹⁰², o autor destaca que esta ala, ainda assim, conserva “aspetos estruturais” da obra decorrida entre 1698 e 1705 (Vinhas, 1998, p. 198).

Recuando cronologicamente para os finais do século XVIII, Joaquim Vinhas aborda ainda um conjunto de intervenções ocorridas no claustro sudoeste de Vilar de Frades. Uma delas, ocorrida em 1700, envolveu a frontaria do claustro sudoeste e o muro do adro da igreja, que Vinhas identificou como “... *a obra da emenda e da frontaria conventual*” (Vinhas, 1998, pp. 199–207). Do programa construtivo destaca a existência de indiciações arquitetónicas por parte do convento, assim como o valor a ser pago, as condições a providenciar aos construtores e o fornecimento e transporte de materiais (Vinhas, 1998, p. 204).

As fontes identificadas por Joaquim Vinhas que permitem documentar estes trabalhos, nomeadamente a obra de pedraria, providenciam informações sobre a existência de uma intervenção de carpintaria do claustro sudoeste, neste caso um documento não datado, identificando os executantes, as ações efetuadas numa série de diferentes espaços, nomeadamente a forma como os carpinteiros deveriam realizar as estruturas pretendidas, as responsabilidades do convento, o pagamento, os fornecimentos, transportes e as obrigações dos carpinteiros em proceder ao abate e serração da madeira, bem como o fornecimento de pregos (Vinhas, 1998, pp. 209–210).

Joaquim Vinhas dedica ainda um último ponto a esta intervenção dos inícios do século XVIII, a mais documentada no que diz respeito às diferentes fases do processo construtivo das obras ocorridas em Vilar de Frades. Com efeito o autor recupera várias obras pouco especificadas na documentação, relacionadas com acabamentos, que foram adjudicadas em 1705 (Vinhas, 1998, p. 213).

Sobre as últimas operações construtivas ocorridas em Vilar de Frades na transição entre os séculos XVIII e XIX centradas no claustro sul e na fachada da igreja, Joaquim Vinhas recorre à adenda do manuscrito de 1658 para enquadrar as repetitivas empreitadas, referindo, desde logo, que estas foram interrompidas, tal como permanecem na atualidade, devido à extinção das ordens religiosas em Portugal de 1834 e conseqüente abandono do espaço pela congregação dos loios.

A partir das alas edificadas, estabelece algumas caracterizações relativas aos planos dos cônegos para a reforma do claustro. Explora a concetualização da espacialidade e dos volumes do claustro interrompido, baseando a sua leitura numa arquitetura de pragmatismo e simplicidade que remetem

¹⁰² Joaquim Vinhas recupera a descrição de Teotónio da Fonseca (1987, p. 35) que refere que na sequência do incêndio, apenas foi reconstruído o piso inferior da ala sul do claustro sudoeste.

para a funcionalidade dos elementos estruturais, em contraste com espaços como a igreja onde impera a plasticidade na arquitetura (Vinhas, 1998, pp. 268–270).

Neste sentido, o autor assume uma caracterização arquitetónica condicionada pela falta de fontes documentais, reduzindo a mesma à leitura estrutural das arcadas térreas inspiradas na ordem toscana, dos pilares de corte retangular das escadarias e das abóbadas da galeria norte, com as abóbadas de arestas e arcos abatidos.

Num segundo ponto, aborda também a função orgânica do claustro, estabelecendo uma leitura da circulação promovida entre os novos espaços do claustro e as estruturas preexistentes, não deixando, no entanto, de identificar alguns espaços como o dormitório do noviciado e efetuar uma leitura mais aprofundada de espaços artisticamente profusos como a sacristia (Vinhas, 1998, pp. 269–270).

Tal como no caso da já referida tese desenvolvida por Lúcia Rosas (1995), o complexo de Vilar de Frades volta a ser incluído numa investigação mais abrangente, desenvolvida por Rui Maurício (2000, 2000) tendo como âmbito de estudo, tal como o próprio título indica, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga. (1505-1532)*.

Não obstante, a perspetiva adotada pelo referido autor em relação a Vilar de Frades constitui uma relevante contribuição para a compreensão do edificado de Vilar de Frades, entendendo-o como o resultado de uma evolução construtiva, diacrónica e pluriestratificada. Neste âmbito, sobressai a compreensão de que o legado do edificado medieval do mosteiro beneditino se situa no “... âmbito das permanências estruturantes...” e que forma uma base sobre a qual se vão ordenar todas as fases subsequentes, destacando as intervenções de meados do século XV, do século XVI e do século XVII (Maurício, 2000, p. 143).

Neste sentido, relativamente aos vestígios conservados e à construção medieval, Rui Maurício refere que apesar dos indícios de prosperidade e fama do cenóbio, sobretudo entre os séculos XII e XIII, as fontes escritas e materiais conhecidas não permitem identificar e definir quer a dimensão do complexo quer a sua estrutura construtiva (Maurício, 2000, p. 147).

No que concerne aos vestígios, destaca o portal românico remontado no século XIX no alçado poente da torre sul. Pelas características decorativas do portal, inclui-o no românico da bacia do Cávado e na tipologia desenvolvida em Braga a partir do século XII (Maurício, 2000, p. 148).

O portal, persiste como o vestígio mais expressivo de uma intervenção, provavelmente datada do século XII, de âmbito endógeno e regional do ponto de vista construtivo. Todavia, outros vestígios, mais implícitos, atestam a presença de estratos medievais integrados nas reformas posteriores e no edifício atual. Rui Maurício aponta que o aparelho do paramento onde se encontra o portal e a larga espessura

da parede norte da mesma torre, podem configurar reminiscências da torre românica cuja incorporação nas reformas posteriores poderá ter levado a “... *uma considerável inflexão para norte do corpo central da fachada em relação ao eixo na nave...*” (Maurício, 2000, p. 152).

Ainda segundo o mesmo autor, a ideia da conservação e permanência das estruturas medievais parece, igualmente, estar presente nas crónicas dos loios. Para além dos referidos vestígios, as dissonâncias¹⁰³ que o tramo sul da igreja apresenta poderão ser o resultado de várias intervenções onde se procurou conjugar o novo com o pré-existente, tal como ficou documentalmente registado pelos loios que no século XVIII, ao procederem à abertura de uma porta na parede da igreja, exumaram elementos pertencentes a construções anteriores (Maurício, 2000, p. 152).

Após a questão das permanências do mosteiro beneditino no edificado medieval e moderno, Rui Maurício empreende na contextualização histórica do ingresso dos loios em Vilar de Frades. Partindo do percurso de vida do Mestre João Vicente e desembocando na história institucional dos loios, a leitura que faz das fontes escritas constitui um contributo particularmente importante para o conhecimento sobre desenvolvimento da congregação e do espaço no século XV (Maurício, 2000, pp. 153–154)⁶.

Sobre a igreja construída nos inícios do século XVI, como já referido fruto de um ambicioso projeto impulsionado e financiado por D. Diogo de Sousa, pelo seu caráter *ex novo* e pela sua dimensão, Rui Maurício estima que a destruição e ocultação dos edifícios e estruturas pré-existentes não terá preservado uma quantidade suficiente de vestígios para aprofundar o conhecimento sobre as construções medievais de Vilar de Frades.

Não obstante, através de fontes como os registos escritos das doações e da relação estabelecida entre cónegos e leigos, entre outros, identifica a existência de ações construtivas ao longo do século XV. Do conteúdo dos testamentos, mandas e doações *pro anima*, extrai, por um lado, que os cónegos de Vilar de Frades assumiam perante os leigos obrigações que tinham uma implicação direta no espaço construído, nomeadamente “*a concretização de inúmeras capelas privadas ou particulares em cada igreja da Ordem, (...) o que exigia igrejas espaçosas e solenes...*” (Maurício, 2000, p. 163).

Por outro lado, algumas das orientações explicitadas na documentação como os “... *compromissos de missa, instituição de capelas ou indicação de lugar de enterramento...*” parecem evidenciar a necessidade de ampliação do espaço da igreja, assim como identificar a força motriz para a ocorrência das intervenções construtivas (Maurício, 2000, p. 163).

¹⁰³ “*A persistência provável de antigas estruturas do templo primitivo, incorporadas em soluções espaciais distintas, criaram no flanco sul da igreja hesitações e arritmias que reflectem uma difícil reconciliação entre os elementos residuais e subseqüentes processos de construção.*” (Maurício, 2000, p. 152)

Neste sentido, Rui Maurício estabelece que antes da grande reformulação do século XVI, o edificado do mosteiro beneditino terá passado por uma fase de reformulação na segunda metade do século XV, período em que se atesta não só a utilização do claustro, mas também a existência de uma empreitada construtiva na igreja. Em documentos datados de 1467 é feita uma referência à presença de João Vaz em Vilar de Frades, na qualidade de mestre das obras do convento. Empreitada esta que deverá ter ocorrido no reitorado do padre João da Nazaré, tal como foi registado em 1476, onde é feita a alusão à igreja nova, reformada pelo padre-reitor em questão, e que Rui Maurício interpreta como “... *um novo edifício de concepção gótica...*” (Maurício, 2000, pp. 163–166).

No seguimento dos autores anteriores, a leitura arquitetónica de Rui Maurício (2000) da capela-mor destacou as “abóbadas de combados”, bem como algumas soluções estruturais empreendidas no conjunto, como os contrafortes. (Maurício, 2000, p. 172).

A questão da evolução construtiva da igreja é também abordada por Rui Maurício. Apesar de considerar que a igreja atual resulta de várias adaptações e entropias, o autor perfila-se na ideia de que a reforma da igreja do século XVII concretiza a harmonia exigida pelo projeto iniciado na capela-mor e interrompido no transepto (Maurício, 2000, pp. 189–190).

Já sobre a fachada da igreja, relativamente às alterações de âmbito revivalista datadas dos inícios do século XIX, deixa em aberto a problemática relativamente à fachada seiscentista e sua evolução para a forma do século XVII.

A interpretação veiculada por Teresa Ramos (1990), e também seguida por Joaquim Vinhas (1998), defendia que a fachada original do século XVI pressupunha uma continuidade vertical da fachada ao nível do portal manuelino, sofrendo posteriormente no século XVII um avanço até às faces poente das torres e passando o portal a estar numa espécie de átrio.

Todavia, segundo a documentação levantada por Rui Maurício, o autor identifica um registo de vontade de Miguel Fernandes em ser enterrado sob a abóbada de fora da porta principal do mosteiro (Maurício, 2000, p. 192). A partir desta referência, Rui Maurício presume que a fachada de quinhentos apresentaria já uma organização semelhante à atual, constituída por duas torres ligadas na parte superior da fachada da igreja e o acesso ao interior do templo a ser efetuado através de um átrio com arco abatido (Maurício, 2000, p. 192).

A mais recente abordagem efetuada ao edificado de Vilar de Frades, da autoria de Francisco Faure (2012) surge num contexto bastante particular de gestão patrimonial deste espaço enquanto monumento classificado. Nas últimas décadas, o complexo constituído pela igreja e claustro sul tem conhecido um processo de recuperação e reabilitação do edificado que tem motivado intervenções técnicas de âmbito

multidisciplinar, no domínio da Arquitetura, Engenharia, História, Arqueologia e Conservação, cujos resultados têm permitido num primeiro plano preservar o seu património material e num segundo plano potenciar investigações com base em dados obtidos durante estas intervenções.

Neste sentido, as várias campanhas arqueológicas efetuadas em Vilar de Frades nas duas últimas décadas contribuíram para o desenvolvimento de investigações como a tese de Francisco Faure (2012), intitulada *Casa de Deus e de Homens uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades*, na qual o autor estudou aspetos relacionados com as diferentes fases da igreja, do claustro sul e sobretudo sobre as práticas funerárias ocorridas na diacronia.

Trata-se efetivamente de uma abordagem multidisciplinar com o recurso a dados arqueológicos e fontes manuscritas, que permitiu analisar várias problemáticas até então pendentes no estado da arte.

Neste sentido, desde logo, abordando a longa diacronia de Vilar de Frades os dados estudados pelo autor indicam, à partida, que apesar de o espaço ter conhecido uma provável ocupação por quatro congregações religiosas distintas¹⁰⁴, o registo arqueológico não evidência uma diferenciação de ocupação quanto aos diferentes tipos de organização religiosa presentes em Vilar de Frades (Faure, 2012, pp. 9–10).

De facto, sobre esta questão, a partir de uma abordagem histórica e uma análise arquivística que culmina com a apresentação de documentos inéditos, o autor aborda de forma crítica a narrativa tradicional sobre as origens de Vilar de Frades com o objetivo de colmatar dúvidas sobre a fundação e funcionamento do mosteiro beneditino na época medieval.

As interrogações e o desconhecimento sobre a fundação e as origens do mosteiro de Vilar de Frades, como já observado, tem potenciado desde a época moderna uma construção histórica que nunca foi capaz de esclarecer cabalmente os primeiros tempos do espaço em questão. Encarregou-se a historiografia tradicional, como já referido, de associar Vilar de Frades a determinadas individualidades e de integrar este espaço no seu percurso. Assim aconteceu com a atribuição da sua fundação a S. Martino de Dume (Tomás, 1974, p. 358) e com a atribuição de uma refundação e reconstrução a D. Godinho Viegas¹⁰⁵.

Havendo um défice de fontes concretas para o período altomedieval de Vilar de Frades, Francisco Faure aborda este período enquadrando as hipóteses da historiografia tradicional e avançando com

¹⁰⁴ Reserva-se a dúvida quanto à ocupação altomedieval, mais precisamente entre o século VI e XI, devido à ausência de fontes que confirmem a informação dada por Frei Leão de São Tomás (Vinhas, 1998).

¹⁰⁵ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924. Fl. 304-305.

possíveis afinações de âmbito cronológico e documental que poderão constituir uma aproximação ao enquadramento das origens e primeiros séculos de Vilar de Frades.

Partindo do desenvolvimento do monaquismo ibérico até ao momento em que S. Martinho de Dume se estabelece no Noroeste da Península Ibérica, a possível fundação dumense de Vilar de Frades no século VI, tal como referido por Frei Leão de São Tomás (1974, p. 358), suscita várias dúvidas quanto à autenticidade da fonte em si e infere até de algumas incompatibilidades históricas, nomeadamente porque a chegada da regra beneditina apenas está historicamente documentada nos finais do século XI, facto que confere um elevado grau de improbabilidade à referida fundação do século VI (Faure, 2012, pp. 20–21).

Ainda que tendo em consideração a falta de fontes, Francisco Faure avança com a possibilidade de a fundação de Vilar de Frades ter ocorrido num período balizado entre o século VI, uma vez que Vilar de Frades não consta no Paroquial Suévico, e o século XI, do qual data a fonte documental mais antiga que se conhece sobre Vilar de Frades. Todavia, a fundação de Vilar de Frades deverá ter ocorrido num período mais próximo do século XI do que do século VI, tendo em consideração que anteriormente ao episcopado do Bispo D. Pedro estava já implementada na região onde se encontra Vilar de Frades uma organização do tipo paroquial (Faure, 2012, pp. 21–24).

Segundo o autor em questão, é apenas a partir do século XI que a documentação permite abordar de forma mais contundente e cronologicamente mais precisa o período medieval do mosteiro beneditino. Sobre a possível ligação de D. Godinho Viegas a Vilar de Frades, Francisco Faure aponta que a ter acontecido esta ligação, a mesma deverá ser anterior a 1059, dado que na referida data uma 6ª parte do mosteiro de Vilar se encontrava na posse do Mosteiro de Guimarães, após ter estado na posse de Cid Salvadores, saião do mosteiro vimaranense, por volta de 1053 (Faure, 2012, pp. 24–29).

Já quanto à instituição do Couto de Vilar de Frades, Francisco Faure aborda também a instituição do couto de Vilar de Frades, segundo o Padre Jorge de São Paulo atribuída por D. Sancho I, no ano de 1172, tendo por base uma carta que se encontrava em posse da congregação e que se encontrava datada da Era de 1210. Todavia, a incompatibilidade entre o texto da carta e a suposta data levaram Faure a considerar a possibilidade de o couto ter sido instituído no ano de 1202 e que a delimitação territorial do couto deveria corresponder “*sensu lato*” à atual delimitação da freguesia de Areias de Vilar (Faure, 2012, pp. 30–34).

Na sequência da análise de Rui Maurício à igreja gótica de Vilar de Frades, possivelmente contruída pelo mestre João Vaz durante e sob a responsabilidade do Padre-reitor João de Nazaré (1460-1471),

Francisco Faure prossegue com a identificação na documentação de outras obras decorridas na igreja e no espaço claustral (Faure, 2012, p. 42).

Segundo o autor, estas intervenções incluíram ações encetadas entre 1488 e 1497 (Faure, 2012, p. 48). Os fragmentos da documentação permitem perceber que durante este período se procedem a intervenções como a correção da nave da igreja (1488), a um prolongamento do coro, em uma braça, juntamente com obras no dormitório e o início da construção da cerca (1490). Outras intervenções compreenderam ainda o arranjo da chaminé da cozinha e da casa do forno (1493-1494), o madeiramento do alpendre fronteiro à porta da adega (1494), a correção das janelas do refeitório e alargamento do espaço e construção de uma arrecadação da para o refeitório (1495). Entre 1496 e 1497 registam-se ainda obras de manutenção, nomeadamente na enfermaria.

No ano de 1499, procedem os padres de Vilar à construção de um novo dormitório no local da enfermaria, sendo colocados na parte inferior do mesmo a adega e o celeiro, de uma nova enfermaria, no local da adega, e ainda a continuidade da cerca na zona da vinha.

Das campanhas arqueológicas ocorridas em Vilar de Frades, Francisco Faure procede a uma abordagem com a respetiva interpretação das sondagens efetuadas em diferentes locais do complexo conventual.

Na área da igreja, os dados obtidos permitiram efetuar interpretações sobre as fases anteriores da igreja manuelina, nomeadamente ao nível da localização da igreja românica, que estaria localizada a sul da igreja atual, bem como da identificação de elementos construtivos provavelmente pertencentes à igreja gótica e ainda de um espaço com função cemiterial situado num espaço agora ocupado por parte da igreja atual (Faure, 2012, pp. 75–78).

Já sobre a igreja manuelina, Francisco Faure faz uma leitura da primeira fase de construção da igreja, propondo que esta incluiu parte das capelas laterais norte do corpo da igreja (Faure, 2012, pp. 79–80).

O autor parte depois para a fachada e o seu deslocamento em relação ao eixo interior da igreja, referindo que a reforma da fachada no século XVIII foi projetada para o exterior (Faure, 2012, pp. 81–82).

Francisco Faure centra-se depois na zona do claustro, onde as escavações efetuadas permitiram elaborar uma pertinente reconstituição da evolução construtiva da parede e do claustro manuelino.

Juntando aos dados arqueológicos obtidos em escavação a leitura dos elementos arquitetónicos da parede sul, o autor refere que a parede pertenceu originalmente a um edifício construído em finais do século XV, ou já em inícios do século XVI, mas ainda antes da reformulação manuelina do claustro. Segundo o mesmo, um edifício que deveria corresponder a um dormitório.

Aproveitando a sequência da parede e outros elementos identificados em escavação, Francisco Faure aponta elementos importantes para a compreensão do claustro manuelino como o facto da reforma ter motivado a elevação da cota do claustro para nivelar com a igreja, mas também o facto de a ala nascente provavelmente não alinhar pelo transepto da igreja, como veio a acontecer com a reforma setecentista do claustro (Faure, 2012, pp. 91–95).

De forma mais localizada, reporta-se ainda à zona da antecâmara da sacristia, onde identifica a mesma elevação de cota, a abertura da atual porta no século XVIII no braço sul do transepto e a alteração que essa ação provocou na transição entre a igreja e a sacristia, anteriormente feita pelo corpo da igreja (Faure, 2012, p. 96).

O estudo mais recente a incorporar Vilar de Frades centra-se nas abóbadas da igreja. O estudo desenvolvido por Soraya Genin na sua tese de doutoramento intitulada *Voûtes à Nervures Manuelínes. Le Caractère Innovant de João de Castilho* (Genin, 2014, 2014) teve por objetivo estudar as abóbada de João de Castilho, incluindo como hipótese as abóbadas da igreja de Vilar de Frades.

Para o efeito, a autora propôs-se a identificar abóbadas possivelmente relacionadas com João de Castilho através de determinadas características construtivas identitárias do mestre biscainho e, entre outros aspetos, proceder ao traçado e hipótese de construção das abóbadas.

Com base em hipóteses desenvolvidas a partir dos métodos de Hernán Ruiz (1500-1569) e Rodrigo Gil de Hontañón (1500-1577), colegas de profissão e contemporâneos de João de Castilho, cujos métodos de planeamento e construção seriam semelhantes aos de João de Castilho, Soraya Genin procedeu à análise das abóbadas da igreja de Vilar de Frades, tendo identificado abóbadas que se enquadram na obra de João de Castilho (Genin, 2018, p. 44).

Neste sentido, o teto da capela-mor conforma uma abóbada de liernes de três tramos, com os liernes a formar losangos centrais, intercalados por combados, apresentando um tipo de traçado recorrentemente nas abóbadas de João de Castilho (Genin, 2018, p. 48).

Nas capelas dos braços dos transeptos, regista-se um tipo de abóbada diferente, de combado de desenho circular, planta central e perfil rebaixado, de construção e conceção igualmente indissociáveis da obra de João de Castilho (Genin, 2018, pp. 52–54).

Parte IV – O processo construtivo do convento de São Salvador de Vilar de Frades. Uma abordagem multidisciplinar do edificado

Os conhecimentos produzidos até ao momento sobre o processo construtivo do convento de São Salvador de Vilar de Frades desde a sua génese até à atualidade deixam em aberto várias questões e hipóteses interpretativas que necessitam de novos dados e maior sustentação, para permitir um entendimento mais integrador das múltiplas vicissitudes construtivas e arquitetónicas que este complexo monástico-conventual registou ao longo da sua densa história.

Para além desta circunstância, importa igualmente evidenciar o potencial do complexo em análise para a problemática da história da construção monástico-conventual do Noroeste da Península Ibérica, tanto do ponto de vista dos conhecimentos, como da metodologia a aplicar para o seu estudo.

O convento de Vilar de Frades constitui efetivamente uma construção cuja génese se encontra documentalmente datada do século XI, que vai adquirindo importância regional desde o momento em que se estabelece como um cenóbio beneditino, possivelmente entre finais do século XI e o século XV; mas sobretudo desde o estabelecimento do primeiro convento loio no século XV. A partir dos inícios do século XVI e até à atualidade foi sendo sucessivamente intervencionado preservando-se atualmente quatro grandes espaços designadamente o edifício da igreja, dois claustros e os espaços exteriores delimitados por uma cerca.

De igual modo, o edificado conservado na atualidade constitui um acervo material cujo estudo permite dar resposta a algumas interrogações que persistem, bem como ensaiar uma metodologia que abarque a complexidade que este tipo de complexos arquitetónicos apresenta.

Nesse sentido, para um diagnóstico integrador foi utilizado um sistema de unidades de referência adaptado aos diferentes espaços e divisões do edificado de Vilar de Frades, até ser possível atingir o horizonte de análise das superfícies construídas, e conseqüentemente proceder à leitura dos elementos estruturais e estratigráficos, tendo em vista a interpretação da orgânica do edifício.

As unidades de referência identificadas em Vilar de Frades desdobram-se em Complexo; Conjunto/Edifício; Espaço; Elemento vertical/horizontal; Alçado/Planta de piso/Planta de teto ou forro e Unidade estratigráfica/Interface de ligação estrutural/Interface de ligação ou rotura.

Nesse sentido, procedeu-se à análise do complexo de Vilar de Frades segundo a funcionalidade dos diferentes espaços, nomeadamente da igreja, identificada pela letra “A”, do claustro sul, “B”, o claustro sudoeste, “C”. Tendo em conta o diferenciado processo construtivo da igreja, a sua análise foi realizada de acordo com a subdivisão funcional do seu interior, designadamente a capela-mor, designada “A-1”, o transepto, identificado por “A-2”, e o corpo “A-3”. A mesma subdivisão foi utilizada para os claustros sul e sudoeste. No claustro sul, à ala norte foi atribuída a designação “B-1”, à ala nascente “B-2” e à ala sul “B-3”. No claustro sudoeste, a ala norte foi identificada pela designação “C-1”, a ala nascente por “C-2”, a ala sul por “C-3” e a ala poente por “C-4” (Figura 53).

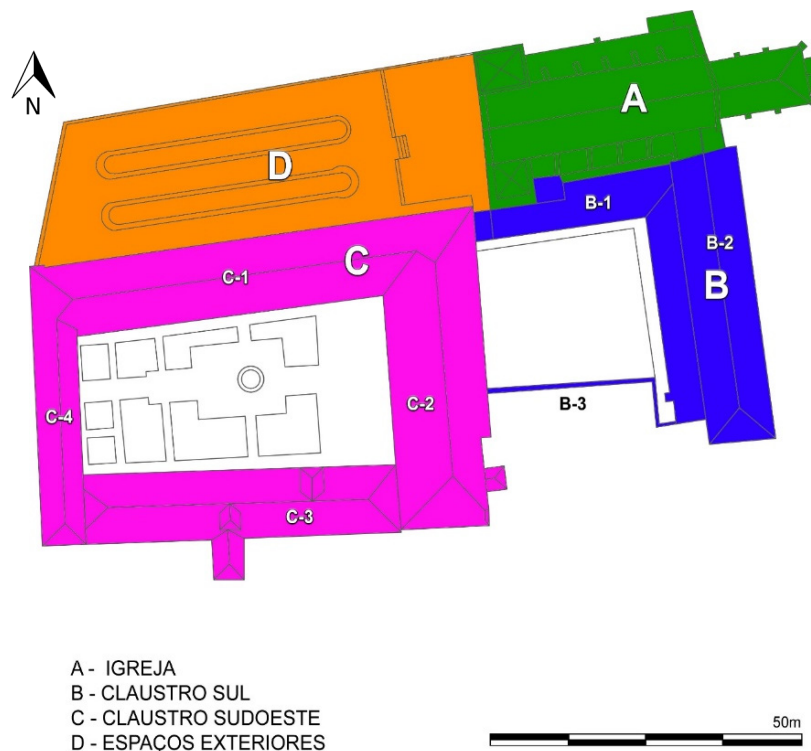


Figura 53 - Subdivisão dos grandes espaços do edificado do Complexo de Vilar de Frades.

1. A capela-mor da igreja

A igreja do complexo de Vilar de Frades é constituída na atualidade por um edifício pluriestratificado, de traça erudita, de planta em cruz latina e constituído por capela-mor, transepto com capelas laterais, corpo de nave única com capelas laterais intercomunicantes, um nártex e duas torres.

A história do edificado de Vilar de Frades divide-se, obrigatoriamente, entre a fase anterior ao século XVI, que compreende o período desde a fundação até à construção da igreja atual, e a fase posterior ao século XVI, que corresponde ao período entre a construção da igreja e a atualidade.

Relativamente ao primeiro período, o conhecimento acerca da igreja de Vilar de Frades reveste-se ainda de grandes incertezas e para o qual existe um *corpus* de informação escasso, obtido essencialmente através das fontes manuscritas e das investigações arqueológicas mais recentemente realizadas.

A edificação de um mosteiro e de uma igreja no século VI no sítio do atual convento, como já referido, permanece envolvida em muitas dúvidas, uma vez que não se conhecem outras evidências que atestem a existência de qualquer construção pré-românica no local. Inclusivamente, a fonte apresentada pelo monge beneditino Frei Leão de São Tomás (1974, p. 358) tem suscitado nos estudos mais recentes algumas reservas quanto à sua validade historiográfica¹⁰⁶.

A fonte escrita mais antiga que menciona especificamente o edificado de Vilar de Frades, data de 1468 e descreve a igreja como um edifício degradado e abandonado, estando inclusivamente a ser utilizada como celeiro e adega (Portalegre, 2007, p. 93). Com grande probabilidade refere-se ao templo do mosteiro beneditino que funcionou em Vilar de Frades entre os finais do século XI e 1425. Um edifício de raiz românica, cujas fontes, nomeadamente os vestígios arquitetónicos reutilizados na torre sul e os vestígios arqueológicos identificados no subsolo da igreja datam dos finais do século XII (Vinhas, 1998, pp. 7–8) ou possivelmente já do século XIII (Faure, 2012, p. 47).

Apesar do esparso conhecimento sobre a constituição da edificação românica, as intervenções arqueológicas efetuadas apontam para uma igreja de dimensões relativamente reduzidas, com planta de três naves e absides poligonais. Para o sul da igreja, desenvolvia-se um claustro do qual apenas foi identificado um muro.

¹⁰⁶ Por um lado, a ausência de outras fontes documentais e de vestígios materiais que corroborem ou favoreçam a hipótese de Vilar de Frades ter uma fundação do século VI, tem levado os investigadores a atribuir a esta hipótese um cariz de tradição, caráter pouco preciso e ausência de comprovação (Maurício, 2000a, p. 146; Vinhas, 1998, p. 9).

Por outro lado, mais assertivos quanto à ausência de rigor historiográfico da crónica de Frei Drumario, outros autores têm invocado uma impossibilidade histórica quanto à referida fundação, quer pela ausência de crédito historiográfico e “espírito moderno” das cartas referidas por Frei Leão de São Tomás quer pelo facto de as fundações clunienses, assim como a regra de São Bento de Núrsia, só terem chegado a este espaço da Península Ibérica num período bastante posterior ao que se refere Frei Leão de São Tomás, nomeadamente na segunda metade do século XI (Faure, 2012, pp. 20–21).

A igreja românica terá sofrido uma intervenção reformadora por parte dos loios no decorrer do século XV, estando terminada pelo ano de 1471 (Faure, 2012, p. 47). Deste período, destaca-se a existência de uns espécimes de embasamentos e bases de colunas que ainda se conservam no subsolo da parte lateral sul da nave central da igreja.

Por sua vez, a atual igreja do complexo de Vilar de Frades corresponde a uma terceira intervenção, também de âmbito reabilitadora, cujo objetivo visou renovar o edificado debilitado e adequá-lo às necessidades da congregação. A empreitada, iniciada na primeira década do século XVI, surge num contexto muito particular de grande proximidade entre a congregação dos loios e o Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa. Ao que tudo indica o Arcebispo intervém na empresa como encomendador da traça da igreja e patrocinador da obra da capela-mor que juntamente com as capelas do transepto terá tido um custo combinado de 3.250\$000 réis¹⁰⁷.

De facto, a construção do templo tem início com um programa arquitetónico ambicioso. Mesmo com alterações posteriores, espaços como a capela-mor, o transepto, o portal principal e a torre norte, constituem ainda na atualidade evidências físicas da imponência projetada para a igreja do século XVI.

A capela-mor da Igreja enquadra-se no âmbito geral da arquitetura religiosa do noroeste peninsular do século XVI, tal como se pode comprovar pelas fases coevas da catedral de Salamanca ao nível dos portais e frestas e das intervenções datadas dos finais do século XV e inícios do XVI da Catedral de Tui (Vinhas, 1998, p. 94).

Da constituição da capela-mor, a abóbada é a estrutura que mais se diferencia, uma vez que assinala a rotura estrutural com os sistemas construtivos dos edifícios religiosos do século XV (Vinhas, 1998, p. 92)

As descrições existentes condizem com a estrutura ainda existente. Uma abóbada de painéis assente num sistema de nervuras cruzadas, com pedras de fecho em forma de flor e assente em mísulas interiores que derivam para contrafortes situados no exterior de cada uma das paredes laterais.

Em 1658 era descrita como “... *sostentada toda em o lineamento, da mesma pedra enlaçado em varios fechos de rozas mui polidas e bem lavradas, e estrivando-sse toda a obra em seis fermozos botareos pella banda de fora, e pello concavo em seis chapiteis frizos, e cornijas...*”¹⁰⁸. No início da década de 90 do século XX, como uma abóbada aplanada resultante de um “... *complexo movimento de nervuras*

¹⁰⁷ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

¹⁰⁸ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 356.

ornamentais...”, arrancando as nervuras de um “... *troço de coluna redonda...*” apoiado em mísulas redondas com decoração manuelina (Ramos, 1990, p. 106).

Outras descrições mais profusas, traçam um sistema complexo caracterizado por um pronunciado rebaixamento, configuração em forma de “*teia de sete nervuras*” e perfil adelgado, observando-se em toda a extensão três formas estrelícias de quatro vértices ligados entre si. Os seis tramos da abóbada são definidos por liernes transversais e, no centro da composição, surgem quatro nervuras arredondadas que formam um losango a emoldurar as armas do arcebispo, também elas chaves centrais da abóbada (Maurício, 2000, pp. 172–173).

No âmbito cronológico, as pedras de fecho em forma de escudos alusivos a D. Diogo de Sousa datam a abóbada do período de vigência do arcebispo bracarense, entre 1505 e 1532. Todavia, posterior à intervenção promovida pelo Arcebispo D. Diogo na capela-mor da Sé de Braga, em 1509 (Ramos, 1990, p. 106).

De facto, o tipo de colunas executadas, o recurso ao arco abatido e toda a configuração da abóbada sugerem, tal como a decoração, uma datação que se enquadra no século XVI e no estilo manuelino, semelhantes às abóbadas construídas no corpo e no transepto do Mosteiro dos Jerónimos, contruídas por João de Castilho em 1517 (Vinhas, 1998, p. 94).

Sobre as restantes estruturas da capela-mor as descrições são mais escassas, havendo apenas alguns apontamentos sobre o piso, as janelas e os contrafortes de ângulo.

Sobre o piso seria constituído em época moderna por “...*lages quadradas muy polidas, e sem lavores...*”¹⁰⁹.

Já sobre as janelas das paredes laterais, constituem “... *simplificações características do manuelino épocal...*” e a sua ornamentação uma “... *curiosa solução ornamental das molduras (...) com subidos remates, alternadamente de forma arredondada ou em ângulos rectos.*” (Ramos, 1990, p. 106).

Segundos alguns autores, a identificação de um contraforte de ângulo no braço norte do transepto da igreja sugere também a sua utilização na parede fundeira da capela-mor, uma vez que a capacidade portante deste sistema de contraforte seria a mais indicada para o tipo de abóbada realizada na capela-mor (Ramos, 1990, p. 107). Um sistema para o qual é possível estabelecer um paralelismo com a antiga igreja do mosteiro de Palme (Barcelos), que ainda conserva contrafortes diagonais na capela-mor e se inscreve no mesmo período cronológico do século XVI (Maurício, 2000, p. 172) (Figura 54).

¹⁰⁹ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 356.

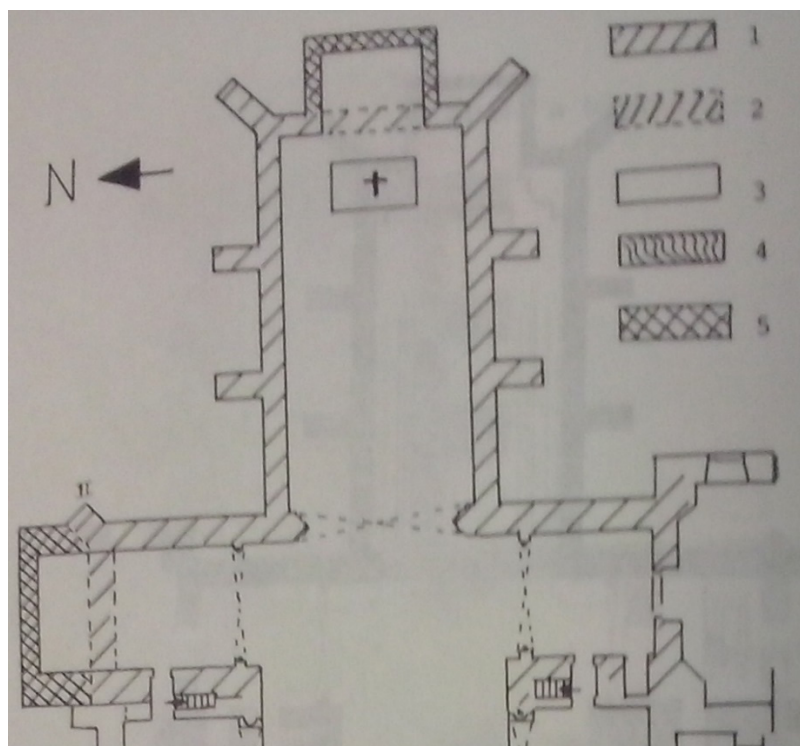


Figura 54 - A capela-mor na Planta de Teresa Ramos, com a sua interpretação dos contrafortes diagonais (Ramos, 1990).

Relativamente à dimensão e organização do espaço interno da capela-mor, as interpretações existentes baseiam-se em funcionalidades distintas. A sua grande extensão, em contraste com a menor dimensão do transepto, tem sido atribuída ao facto de albergar um espaço de coro (Ramos, 1990, p. 105). Outra justificação, meramente estrutural, atribui a amplitude do espaço ao tipo de abóbada utilizada, não permitindo subdivisões internas, tratando-se simultaneamente mais iluminado pela abertura de vãos nas paredes laterais (Vinhas, 1998, p. 92). Uma justificação distinta centra-se no cariz “...*estruturalmente unitário*...” da capela-mor adequado a funções funerárias. Uma possibilidade relacionada com a possível intenção de D. Diogo de Sousa em financiar a obra da capela-mor e constituir ali o seu sepulcro (Maurício, 2000, p. 173).

A planimetria da capela-mor representa outra das questões que tem suscitado mais divergências. Nos inícios do século XX, a capela era descrita como um espaço retangular, de maiores dimensões do que o edifício atual, com 15 metros de comprimento, 6 metros de largura e 12,5 metros de altura (Barreiros, 1919, p. 5).

A planta de 1919 (Barreiros, 1919, p. 2) permite observar a planimetria da capela-mor construída em quinhentos com o acréscimo da tribuna representados de forma diferente do que se verifica atualmente, exibindo, de facto, o edifício antes da intervenção da Direção Geral dos Monumentos e Edifícios Históricos (doravante mencionada como DGEMN), na década de 40 do século XX. Intervenção

esta que viria a reformular a planimetria do espaço e a introduzir elementos como os contrafortes diagonais (Figura 55).

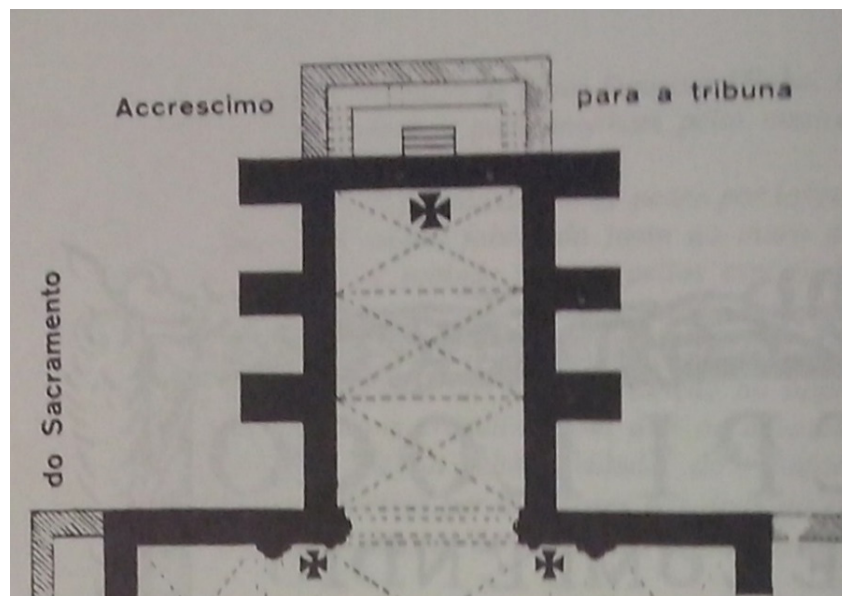


Figura 55 - A capela-mor na Planta do Cônego Manuel de Aguiar Barreiros, publicada em 1919 (Barreiros, 1919).

Todavia, a questão da planimetria não pode ser dissociada da evolução construtiva da capela-mor.

A bibliografia expõe de forma transversal a existência de alterações posteriores ao século XVI, nomeadamente no século XVII/XVIII e no século XX (Barreiros, 1919, pp. 4–5; Ramos, 1990, p. 107).

Relativamente à intervenção de construção do prolongamento do século XVII/XVIII, a recuperação do contrato¹¹⁰ desta intervenção permitiu compreender detalhes sobre a forma como a obra deveria ter sido executada, assim como sobre a sua real concretização (Vinhas, 1998, p. 96).

A construção do prolongamento ocorre no ano de 1697 na sequência da encomenda de um retábulo em talha dourada de proporções monumentais para o altar-mor da igreja que ainda se conserva na atualidade. Perante a sua dimensão, a colocação do referido retábulo implicou a construção de um prolongamento para nascente de forma a suportar toda a estrutura do novo retábulo (Vinhas, 1998, p. 96). A obra do prolongamento foi formalizada através de um contrato datado de 25 de Março de 1697, estabelecido entre o Padre Reitor Nuno da Madre de Deus, em representação do Convento de Vilar de Frades, e os mestres Pascoal Fernandes e João Moreira, na qualidade de responsáveis pela execução da obra (Vinhas, 1998, pp. 161–162).

Uma das primeiras particularidades destacadas no contrato aponta para a pretensão dos cônegos na realização de um prolongamento com uma traça igual à da estrutura quinhentista. O estipulado no

¹¹⁰ A.D.B. – Notarial de Barcelos, L° 760, fls. 9-10 (segundo a cota registada por Joaquim Vinhas).

contrato contemplava, em primeiro lugar, o aumento da abóbada da capela-mor em 25 palmos ($\approx 2,5$ metros) de comprimento, reproduzindo-a no tipo e na forma (Vinhas, 1998, p. 163). Em segundo lugar, os construtores deveriam igualmente abrir em cada um dos lados uma janela em correspondência com as existentes, decoradas no interior e no exterior com as mesmas molduras (Vinhas, 1998, p. 163).

Para a iluminação, o acordo estabelecia a abertura de diversas janelas e frestas. Como já referido, incluía a abertura de duas janelas segundo a traça das existentes na capela-mor, nomeadamente ao nível das dimensões, com a mesma altura e largura, e com especial atenção para a melhor execução em técnica escodada do peitoril e dos assentos. A parte da tribuna deveria possuir também uma janela de pequenas dimensões em cada umas das paredes laterais e uma fresta na parede fundeira (Vinhas, 1998, p. 165).

A parte exterior da estrutura foi também acautelada. As tarefas contemplavam, à semelhança da parte interior da capela-mor, a concretização das mesmas formas da estrutura quinhentista, com destaque para a realização das mesmas “ameias”¹¹¹, dos remates dos contrafortes e duas gárgulas, provavelmente goteiras, na mesma forma das pré-existentes (Vinhas, 1998, p. 165).

Apesar de todas as especificidades estabelecidas contratualmente para construção do referido prolongamento da capela-mor, o resultado parece não ter estado, tanto construtivamente como arquitetonicamente, à altura do que foi estabelecido entre o convento e os construtores. Com base num registo fotográfico constante no arquivo da DGEMN (Figura 56), datada de 1930, “... *prologaram-se os muros laterais e o telhado para oriente, assentaram-se dois contrafortes e duas pilastras austeras, resgaram-se duas modestas janelas rectangulares nas paredes laterais (junto à parede fundeira) e abriram-se pequenas frestas para a entrada da luz na zona de implantação do retábulo-mor e sua tribuna.*” (Vinhas, 1998, p. 163).

Do ponto de vista conceptual, o prolongamento realizado, apesar de enquadrado no período do estilo maneirista, do ponto de vista arquitetónico a estrutura não expressava qualquer fundamento tratadístico, sediando-se antes nos princípios da construção vernácula e desornamentada do “estilo chão” (Vinhas, 1998, pp. 166–167). Um acrescento meramente funcional, que não provocou alterações de ordem planimétrica e apenas teve como objetivo tornar o espaço apto para a colocação de um novo retábulo-mor e tribuna de dimensões monumentais (Vinhas, 1998, p. 168).

¹¹¹ Pressupomos que por “ameias” a fonte se refira a “merlões”.



Figura 56 - Fotografia da capela-mor anterior à intervenção da DGEMN com o prolongamento de 1697 em evidência. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

A segunda intervenção na capela-mor acontece em meados do século, com o intuito de remover o prolongamento moderno e resolver as patologias estruturais existentes.

Nos inícios do século XX, apesar de manter a sua função cultural, a igreja, nomeadamente a capela-mor, encontrava-se numa fase avançada de degradação. Em 1919, tendo em consideração o estado da capela-mor, era “... *inadiável, (...) urgente obstar a uma derrocada, talvez completa, visto a maravilhosa abóbada da capella mór estar pavorosamente aberta por uma larga fenda, que a percorre toda, longitudinalmente, até ao cruzeiro da igreja!*” (Barreiros, 1919, pp. 4–5). Patologias estruturais atribuídas à colocação do retábulo-mor barroco, nomeadamente à necessidade de adaptar a estrutura para o retábulo barroco, com a demolição da parede fundeira e a oclusão das “nervuras terminais” quinhentistas para a construção do prolongamento terá comprometido a solidez estrutural da abóbada da capela-mor (Barreiros, 1919, p. 5).

Na primeira metade do século XX registam-se sucessivos pedidos de intervenção estatal, que vem a concretizar-se entre 1941 e 1945, sob a tutela da DGEMN. A intervenção pressupôs o apeamento completo da abóbada da capela, assim como apeamento completo do seu “corpo exterior”. A reconstrução da abóbada com “cinta” de betão armado e a reconstrução da “parede testeira” da capela, especificamente executada em alvenaria e com o recurso a argamassa hidráulica – um processo que incluiu a execução de alicerces, contrafortes laterais, tudo em cantaria “*apicoada a fino assente à fiada*” – assim como do soco e dos cunhais, igualmente com recurso a cantaria. A intervenção deveria ainda incluir a substituição de “frisos” danificados na abóbada, assim como a substituição generalizada das cantarias igualmente danificadas (Vinhas, 1998, pp. 168–173).

1.1. Diagnóstico

A capela-mor da igreja de Vilar de Frades, designada pela unidade de referência A-1, encontra-se situada no topo nascente da igreja de Vilar de Frades (A), apensa ao transepto da igreja (A2) pela sua terminação poente (Figura 57). A estrutura define um espaço de planta retangular com um comprimento ligeiramente superior a 18m (Apêndice 2: Corte 1), largura a ultrapassar em alguns centímetros os 12m e um pé-direito de aproximadamente 14,5m de altura (Apêndice 2: Corte 1). O pavimento possui uma elevação de cerca de 0,20m da área do transepto e 0,40m do pavimento da igreja¹¹².

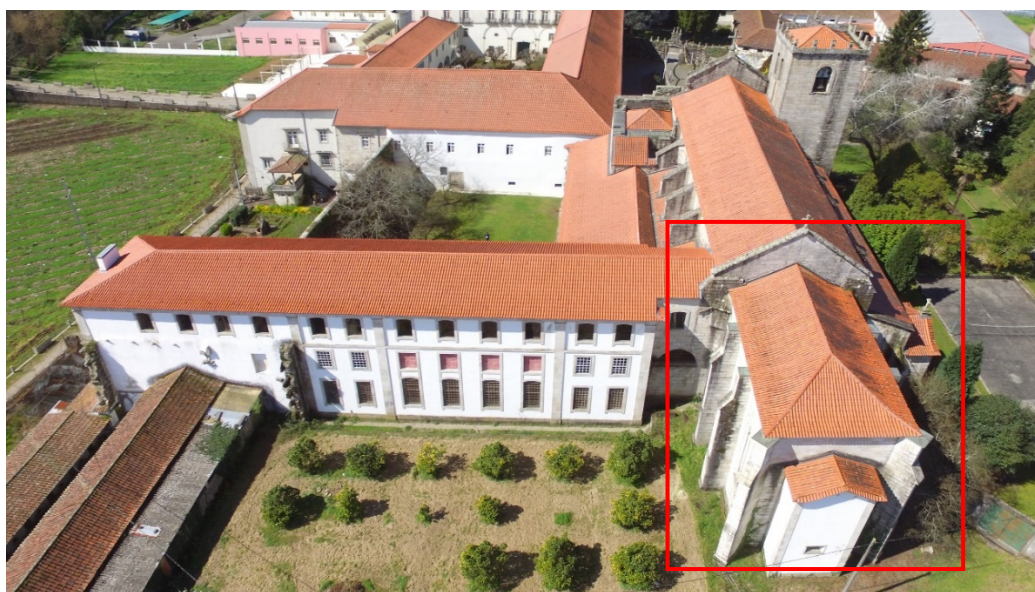


Figura 57 - Localização da capela-mor no edificado do complexo de Vilar de Frades. Fotografia cedida por João Ribeiro.

A análise da capela-mor compreende todas as superfícies construídas da capela-mor, em ambos os alçados, exceto no piso que sendo térreo apenas permite ser analisado na superfície superior.

Assim, a capela-mor, identificada como espaço A-1, apresenta-se constituída por três superfícies verticais e duas superfícies horizontais. O conjunto das superfícies verticais é formado por duas paredes laterais (A-1-1 e A-1-3) e uma parede de fundo (A-1-2). As paredes laterais mostram possuir uma composição e estratificação idêntica, o que motiva apenas uma análise dos alçados sul e norte da parede (A-1-1). As superfícies horizontais são constituídas por um piso, um teto e respetivo telhado, identificados pelas unidades de referência A-1-4 e A-1-5 (Figura 58).

¹¹² Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). *Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico*. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 4

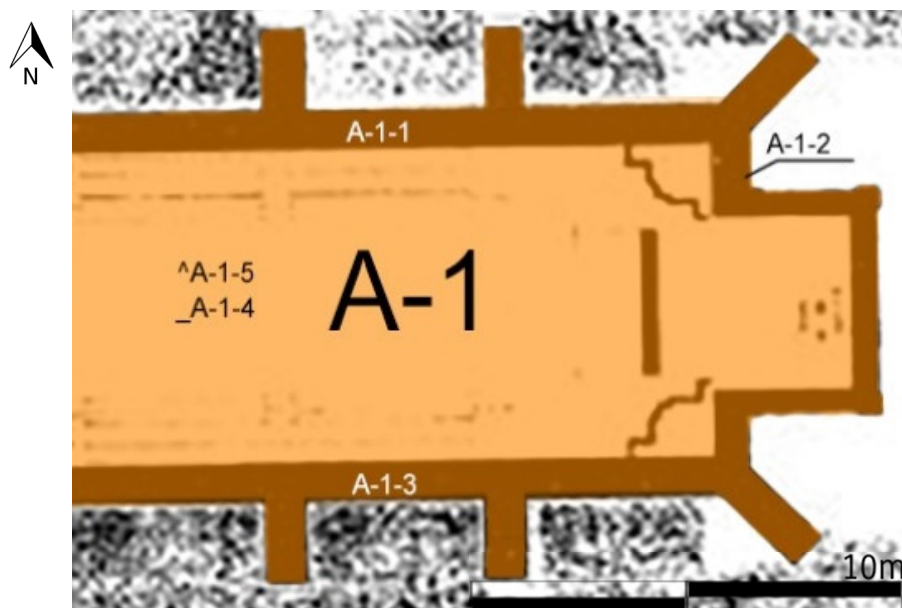


Figura 58 – Identificação das unidades de referência atribuídas aos elementos verticais e horizontais da capela-mor. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Procedendo à macro análise construtiva da capela-mor, pelo exterior, evidenciam-se as paredes com aparelho regular visível¹¹³, contrafortes laterais e diagonais, bem como um friso decorativo no remate superior das paredes. Ao nível da superfície superior, desenvolve-se um telhado de três águas (Apêndice 3: Alçados 1 e 2; Figura 59).



¹¹³ Exceto no anexo contemporâneo da parede A-1-2, que se encontrava rebocado.

Figura 59 – Perspetiva exterior da do alçado norte da parede norte da capela-mor. Fotografia cedida por João Ribeiro.

No interior, o piso apresenta-se totalmente revestido a lajes em pedra, possuindo uma plataforma a elevar o piso no quadrante este (Figura 60). As paredes exibem um aparelho regular¹¹⁴, interrompido pela presença de um friso decorativo a percorrer as paredes laterais e ligando as mísulas da abóbada. Quanto a vãos, registam seis janelões igualmente divididos pelas paredes laterais (A-1-1 e A-1-3), e uma pequena fresta no anexo contemporâneo da parede este (A-1-3) (Figura 61).

O teto é integralmente coberto por uma abóbada de nervuras (A-1-5) (Figura 62).



Figura 60 – Perspetiva geral do pavimento da capela-mor.

¹¹⁴ Exceto, tal como mencionado na parte exterior, para o anexo contemporâneo ligado à parede A-1-2 que se encontrava também rebocado pelo interior.



Figura 61 – Perspetiva geral da parede lateral norte da capela-mor.

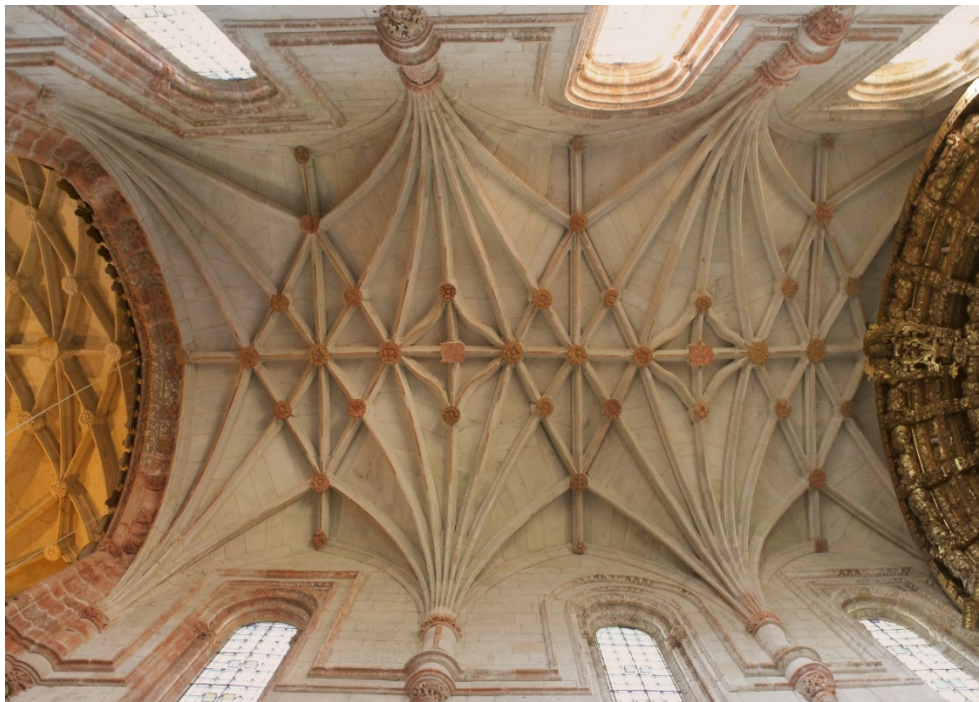


Figura 62 – Perspetiva geral da abóbada da capela-mor.

1.1.1. A-1-4

Designado pela unidade de referência A-1-4 (Apêndice 1: Tabela 3 – Ficha de leitura estratigráfica nº 3), o pavimento da capela-mor da igreja de Vilar de Frades é composto por um sistema simples de lajes graníticas, de pequena dimensão, dispostas na diagonal e argamassadas entre si. Em termos de extensão, verifica-se o mesmo tipo de pavimento tanto a plataforma superior como a plataforma inferior, perfazendo desta forma toda a área da capela.

As características do piso evidenciam uma coerência construtiva, um sentido unitário e um nível de conservação que suscitam, por si só, uma cronologia posterior ao século XVI, nomeadamente quando comparado com o pavimento do transepto.

No período contemporâneo, registam-se pelo menos duas intervenções no pavimento. A mais recente, promovida pelo IPPAR e pela DRCN, datada dos primeiros anos do século XXI, integrou uma ação transversal de consolidação e conservação do edificado classificado de Vilar de Frades, tendo por objetivo mitigar e minimizar os efeitos patológicos decorrentes da saturação de humidade que mantinha a estrutura permanentemente húmida e em processo de degradação¹¹⁵¹¹⁶ (Figura 63).

Perante recomendações técnicas, no âmbito da intervenção ter-se-á procedido ao levantamento de todo pavimento para a instalação de um sistema de drenagem e para a impermeabilização do mesmo. Apesar da referida ação de conservação não contemplar uma ação construtiva propriamente dita, dado que não produziu alterações ao nível da constituição e da área do pavimento ou dos elementos do lajeado, facto é que produziu uma alteração estratigráfica e introduziu juntas e elementos de isolamento (Figura 64).

Um segundo momento, já referido, deverá ter correspondido à ação levada a cabo pela DGEMN, nas décadas de 40 e 50 do século XX, devido à ameaça de ruína da abóbada¹¹⁷. Apesar da intervenção de 41-45 ter visado corrigir problemas estruturais relacionados com a abóbada, a demolição do prolongamento moderno resultou numa redução da área e conseqüentemente uma redução do pavimento.

Com o encurtamento do espaço da capela-mor e conseqüente deslocação do altar e retábulo-mor para o interior da igreja, a intervenção teve forçosamente de promover alterações no pavimento. A

¹¹⁵ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 5.

¹¹⁶ Freitas, Vaco Peixoto de (2002). Parecer sobre o comportamento face à humidade da igreja de Vilar de Frades. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1564, E.S. 775712. Pp. 8 e 10.

¹¹⁷ A história processual da intervenção da DGEMN em Vilar de Frades começa ainda na década de 30 do século XX. No entanto, após vários pedidos e intenções de intervenção, seria apenas entre 1941 e 1945 que a capela-mor seria alvo de uma intervenção (Vinhas, 1998, pp. 168–173).

transformação mais evidente terá sido ao nível da plataforma que agora serve de suporte aos referidos elementos. Se não foi construída para o propósito em questão, pelo menos foi trasladada e remontada no local onde se encontra atualmente.

Tendo em consideração as previsões da DGEMN, esta intervenção direcionada para o pavimento deverá ter ocorrido pelo ano de 1943, na sequência da intervenção na abóbada e na qual se previa a “...*execução completa de lajeamento no pavimento...*” (Vinhas, 1998, p. 173).

No relatório diagnóstico elaborado por Ascensão *et al*¹¹⁸, é referido que as alterações ao pavimento promovidas na campanha da DGEMN foram de maior monta e afetaram a totalidade do pavimento. Segundo fontes orais recolhidas no local para a execução do relatório, a intervenção de 41-45 incluiu a sobrelevação do piso da capela-mor em 0,20 m, ação que ainda assim se mostrou ineficaz relativamente ao tratamento da humidade.

Através das plantas que permitem estabelecer a evolução do pavimento no século XX, portanto abrangendo o período de 41-45, as principais alterações provocadas pela intervenção ocorrem na parte nascente da estrutura e apontam para a demolição do pavimento na zona do prolongamento, remoção da segunda plataforma com escadas do altar e retábulo-mor e um ligeira retração da plataforma com escadas ainda existente para o alinhamento dos contrafortes laterais localizados a nascente (Figura 65).



Figura 63 - Aspeto do pavimento antes da intervenção de correção das patologias provocadas pela saturação de humidade (Freitas, 2002, p. 10).

¹¹⁸ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). *Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico*. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 4



Figura 64 - Capela-mor sem o lajeado. Abril de 2004.¹¹⁹

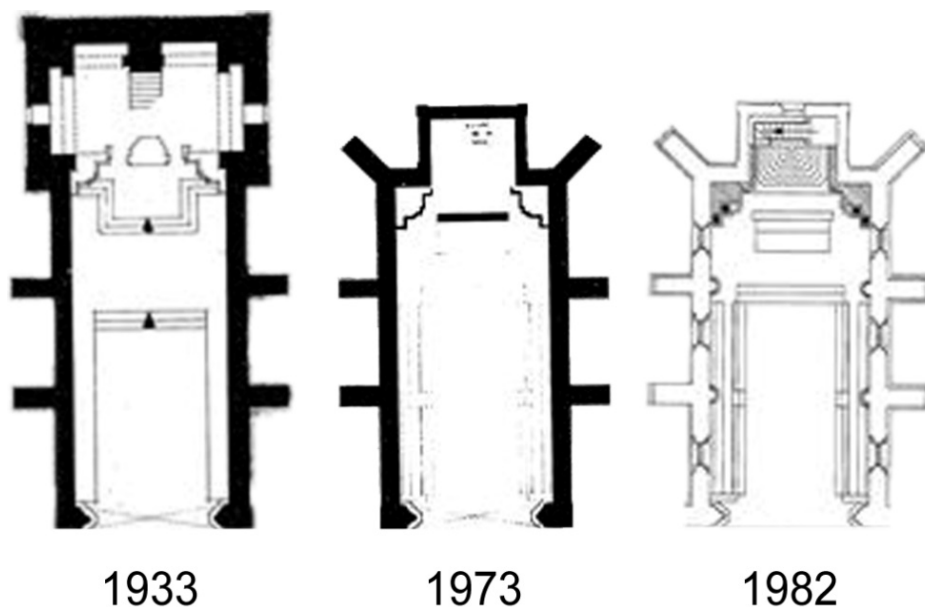


Figura 65 – Evolução do pavimento da capela-mor entre 1933 e 1982 com base nas plantas da DGEMN. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Assim, apesar de não ser possível caracterizar as alterações efetuadas ao pavimento no período moderno, o pavimento da capela-mor terá certamente sofrido alterações com a construção do

¹¹⁹ CINCLUS. Planeamento e Gestão de Projectos, S.A. (2004). *P04801. Convento de Vilar de Frades. Relatório Mensal*. N.º4. IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico. C.S. 774938.

prolongamento para a colocação do retábulo barroco, tal como já verificado por outros autores (Vinhas, 1998, pp. 161–168). De facto, com a construção do prolongamento deverá ter ocorrido pelo menos uma ação de destruição de parte do pavimento da capela quinhentista e a construção de uma nova porção de pavimento a preencher essa rotura e toda nova área edificada.

Da estrutura do pavimento executado supostamente sob responsabilidade do Mestre João Lopes, nos inícios de quinhentos, não chegou até ao presente qualquer evidência material que permita compreender a composição da estrutura ou sequer a organização do espaço da capela-mor.

Ao nível das referências documentais, ainda que também escassas, é possível identificar algumas informações de concretização pouco verossímil, nomeadamente que o pavimento da igreja era “... *todo de lisonjas de fino marmore...*” (Maria, 1697, p. 375). Se tivermos em consideração que a obra da capela-mor foi financiada pelo Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, a especulativa utilização de mármore no pavimento de Vilar de Frades poderia até ser economicamente viável. Todavia, à semelhança do que se verificou relativamente a outros espaços do convento¹²⁰, a referência ao mármore parece ter surgido de uma forma hiperbólica para destacar as características nobres do granito utilizado nos elementos do pavimento.

Na realidade, esta referência surge de forma isolada, não se verificando nos cronistas anteriores o mesmo tipo de referência quanto a uma possível utilização deste tipo de matéria-prima, mas apenas a “...*lagens quadradas muj polidas, e sem laves...*”¹²¹.

Não obstante, é necessário ter em consideração que os escritos das crónicas modernas são elaborados num momento em que o edifício da igreja, nomeadamente o corpo, atravessa uma reforma construtiva. Não é possível, por isso, aferir se terá ocorrido alguma ação de uniformização do espaço interior da igreja ou, inclusivamente, alguma alteração topográfica em espaços como o transepto e da capela-mor para adaptação ao novo corpo.

1.1.2. A-1-5

A cobertura da capela-mor da igreja de Vilar de Frades encontra-se inserida na unidade de referência estrutural A-1-5, sendo constituída para o exterior por um telhado de três águas e para o interior por uma abóbada polinervada que ocupa uma superfície com mais de 13,5 metros de comprimento e 6,5 metros de largura.

¹²⁰ O mesmo cenário parece ocorrer na descrição das colunas claustro pelo mesmo cronista. Como notado por Francisco Faure (2012, pp. 92–93), a indisponibilidade da matéria-prima na região, a fraca capacidade económica dos padres lóios e a ausência de evidências em contexto de escavação tornam pouco provável a utilização abundante do mármore no claustro quinhentista de Vilar de Frades.

¹²¹ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 356.

Do ponto de vista cronológico (Apêndice 1: Tabela 4 – Ficha de leitura estratigráfica nº 4), apesar de manter quase integralmente elementos construtivos do século XVI, como já referido, a abóbada constitui uma reconstituição realizada pela DGEMN entre os anos de 1941-1945.

As características mais destacadas nas abordagens existentes reportam-se ao perfil rebaixado, à complexidade do sistema de nervuras com o recurso a liernes e terceletes, à conjugação das pedras de fecho principais e secundárias com elementos decorativos vegetalistas e heráldicos e ainda a convergência da “rede” de nervuras para as mísulas localizadas nas paredes laterais¹²² (Maurício, 2000, pp. 172–173; Ramos, 1990, p. 106; Vinhas, 1998, pp. 93–94).

Todavia, construtivamente, a abóbada nervurada da capela-mor de Vilar de Frades revela uma estrutura mais complexa que se pode dividir entre a estrutura de nervuras, que corresponde à descrição acima referida, e o sistema de cobertura superior composto por painéis e uma couraça de argamassa.

O sistema de nervuras é constituído por três tramos que se repetem. Cada setor é estruturalmente constituído por um conjunto de arcos diagonais que se cruzam e se desdobram numa “teia” secundária de liernes em forma de estrela e terciarões em forma de losango. O sistema trava num conjunto de pedras de fecho principais e secundárias com decoração vegetalista. A estrutura possui ainda um tergo a percorrer longitudinalmente toda a estrutura e várias ligaduras transversais nos pontos de interceção dos tramos (Figura 66).

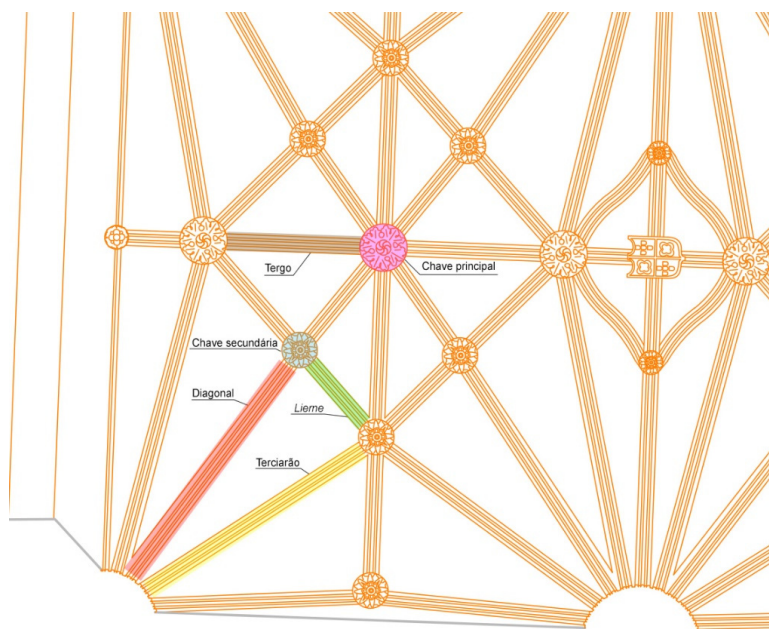


Figura 66 - Constituição do sistema de nervuras da abóbada da capela-mor.

¹²² As pedras de fecho exibem na sua maioria motivos vegetalistas, excetuando duas que exibem as armas do Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, patrocinador da construção.

Quanto ao processo construtivo deste sistema de nervuras, os registos fotográficos da DGEMN pareceram evidenciar que a remontagem da abóbada levada a cabo por esta entidade seguiu um processo semelhante ao da sua primeira edificação, no século XVI. A sua montagem deverá ter sido feita através de um intrincado conjunto cimbres que reproduziam o desenho projetado e permitiam o assentamento das nervuras (Figura 67).

Já quanto ao funcionamento estrutural do sistema de nervuras, o levantamento fotogramétrico efetuado permite verificar a existência de uma confluência de três morfologias distintas. As nervuras principais, ou seja, aquelas que estabeleciam a ligação diagonal cruzada entre as duas paredes, exibem uma forma em arco de volta perfeita. Ao nível da ligação entre mísulas, em posição toral, as nervuras descrevem um perfil de arco quebrado e na mesma orientação, mas ao nível dos intervalos das mísulas, as nervuras seguem a forma de arco abatido (Figura 68).



Figura 67 - Colocação dos cimbres no decurso do processo de remontagem da abóbada pela DGEMN entre 1941 e 1945.
Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

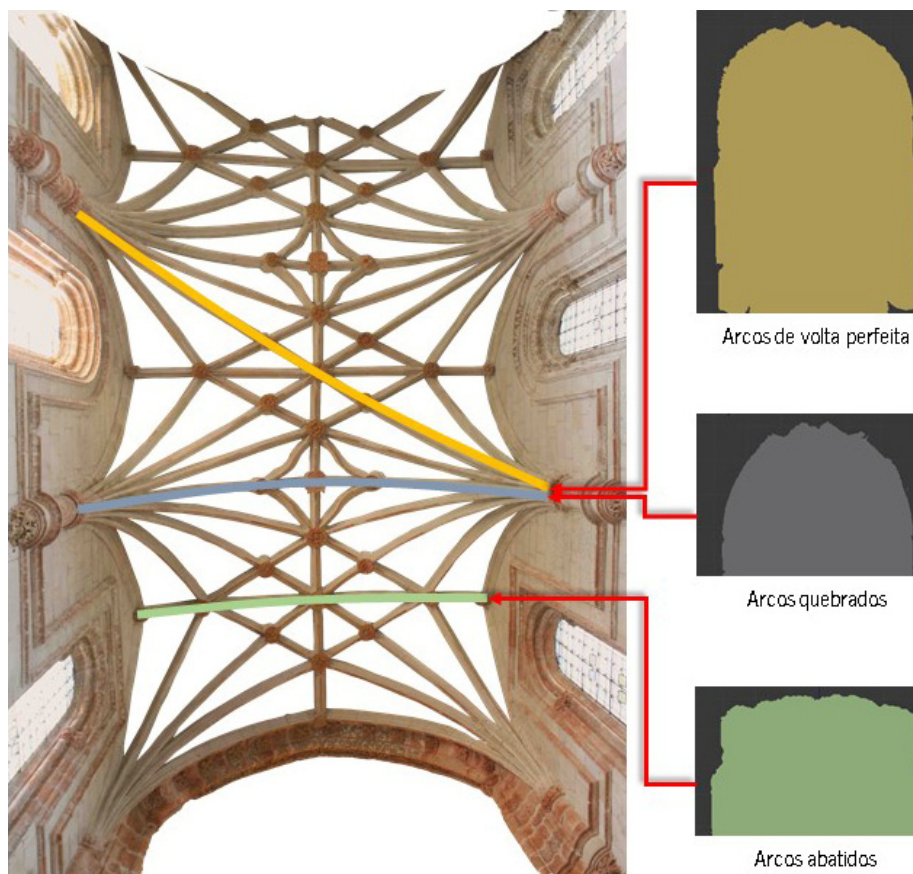


Figura 68 - Morfologia dos arcos do sistema de nervuras da abóbada da capela-mor. Levantamento morfológico cedido por João Ribeiro.

A segunda parte estrutural da abóbada reporta-se ao sistema de painéis que concretizam a cobertura da abóbada e assentam na teia estrutural formada pelo sistema de nervuras. O sistema consiste num conjunto de painéis de lajes de granito individuais de espessura fina, superiormente cobertos por uma camada de argamassa e material grosseiro. Durante a intervenção de 41-45, esta couraça de argamassa aparenta ter sido removida para se proceder ao apeamento da estrutura (Figura 69).

Para o exterior, o telhado, tal como indica a leitura efetuada (Apêndice 1: Tabela 4 – Ficha de leitura estratigráfica nº 4), consiste numa estrutura contemporânea efetuada com recurso a um esqueleto relativamente simples de asna e revestido a telha de aba e canudo.

Sendo um elemento essencial para a manutenção do edifício, será provavelmente o elemento que mais substituições sofreu. Sabe-se, no entanto, que durante as intervenções da DGEMN muitos dos elementos da estrutura em madeira foram recuperados e reutilizados, pelo que a estrutura em madeira deveria ser a mesma que já existia antes da intervenção (Figura 69 – lado esquerdo).

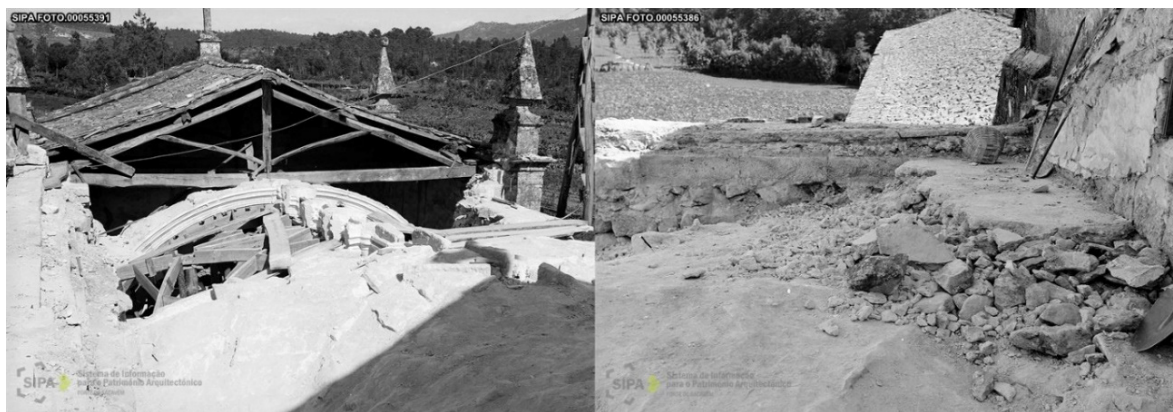


Figura 69 – Constituição do telhado no prolongamento de 1697 e remoção da argamassa superior da abóbada da capela-mor. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

1.1.3. A-1-1 e A-1-3

Pela sua função estrutural, as paredes constituem o principal elemento definidor dos edifícios, a partir do qual se desenvolvem os restantes elementos. Neste sentido, tendo em consideração as alterações promovidas na parede fundeira, no pavimento e no teto, as paredes laterais constituem as únicas unidades de referência que permitem uma leitura estratigráfica cronologicamente relevante.

Fruto da sua evolução construtiva, as paredes laterais possuem elementos atribuíveis a duas fases construtivas, datadas dos séculos XVI e XX, destacando-se a ausência de elementos do século XVII devido à demolição do prolongamento.

Neste sentido, quanto aos tramos construídos no século XX, desde logo, registam-se diferenças entre a parede fundeira e a fase contemporânea das paredes laterais. A parede fundeira da capela-mor da igreja de Vilar de Frades constitui seguramente uma adição do século XX. A sua construção encontra-se documentada na intervenção da DGMEN de 41-45, quer através de fotografias da intervenção quer através dos levantamentos de plantas e alçados datados da década de 70 do século XX (Figura 70).

Após a demolição do prolongamento do século XVII e a redução da área da capela-mor, o novo remate da parte nascente é constituído por um muro, que incluiu também um pequeno anexo para acesso à tribuna do retábulo, e dois contrafortes que surgem no alinhamento e servem de ligação com as paredes laterais.

Dentro das ações contemporâneas, na parede fundeira documenta-se uma parede em perpianho com recurso a silhares graníticos de média dimensão e sobreposição em travamento. Tal como nos tramos superiores das paredes laterais da capela-mor, afigura-se muito provável a utilização de argamassas hidráulicas e outros materiais contemporâneos (Apêndice 1: Tabela 2 – Ficha de leitura estratigráfica nº 2; Figura 71).

Quanto aos tramos identificados nas paredes laterais da capela-mor, por cima das janelas e no quadrante nascente, a preencher um interface, observa-se a existência de um tramo cuja execução reproduz o sistema de alvenaria utilizado no século XVI (Apêndice 1: Tabela 1 – Ficha de leitura estratigráfica nº 1; Figura 72).

A segunda fase identificada, reporta-se às estruturas conservadas da capela-mor quinhentista. Tecnicamente, cada uma das paredes laterais é constituída por um muro de face dupla e enchimento de cascalho argamassado. O paramento interior exhibe uma alvenaria regular, com silhares travados em sobreposição e juntas argamassadas (Apêndice 1: Tabela 2 – Ficha de leitura estratigráfica nº 2; Figura 72).

Integradas nos paramentos do século XVI, assentam em cada muro lateral três janelas de grande dimensão e prolongamento vertical, decoradas com esculturas nas ombreiras em forma de pseudo colunas (com capiteis com motivos vegetalistas e bases poligonais ao gosto do tardo gótico) e remate superior em volta perfeita.

Juntamente com as janelas, integra ainda cada paramento interior um conjunto de três mísulas decoradas com motivos essencialmente vegetalistas onde assentam as nervuras da abóbada. Em interceção com as mísulas e circundando a parte superior das janelas num padrão alternado de linhas retas e curvas, desenvolve-se um friso decorativo que percorre todo o paramento na horizontal. Na parte superior do paramento, antes da rotura provocada pela intervenção na abóbada, é possível observar ainda partes não alteradas dos arranques do sistema de nervuras que descem da cobertura para apoiar nas mísulas (Apêndice 1: Tabela 1 – Ficha de leitura estratigráfica nº 1; Figura 72).



Figura 70 – Construção da parede fundeira com o anexo da tribuna e contrafortes diagonais durante a intervenção da DGEMN entre 1941 e 1945. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

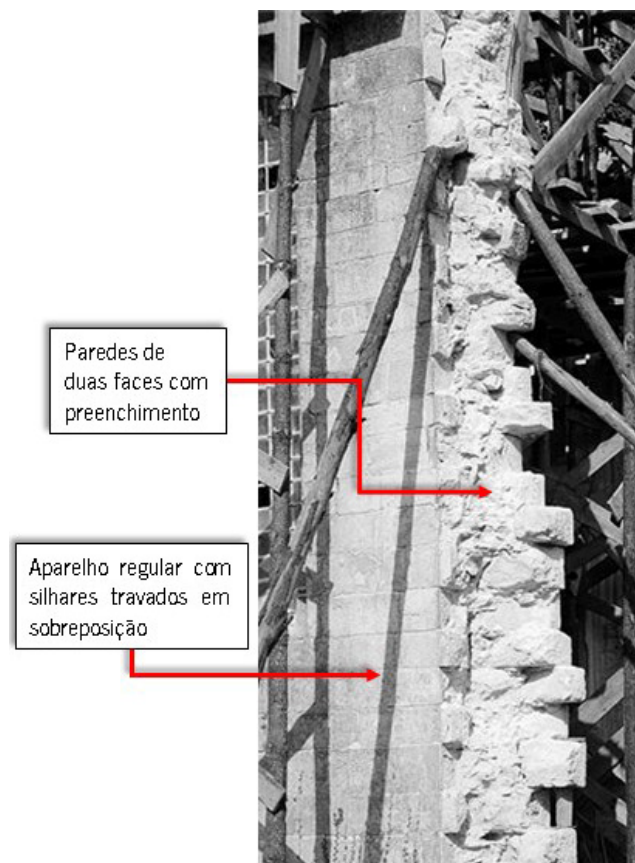


Figura 71 – Constituição das paredes laterais do século XVI com base numa fotografia da DGEMN. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

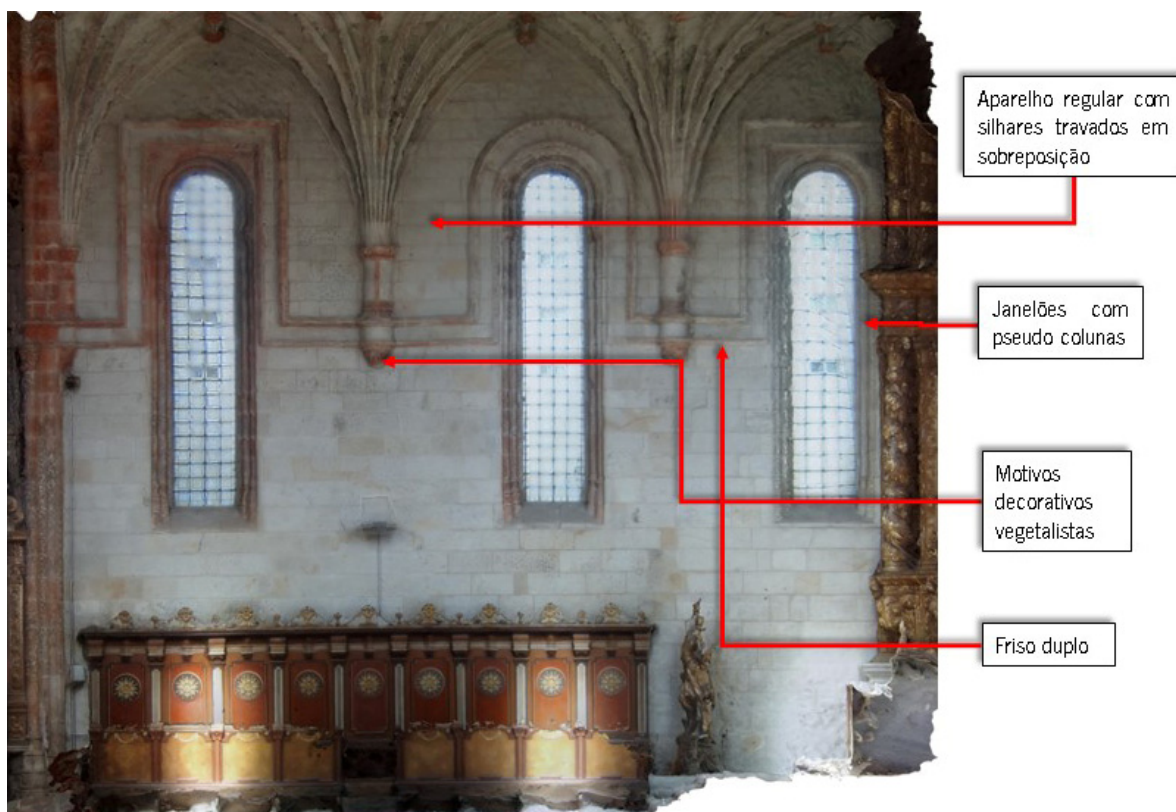


Figura 72 - Constituição da parede lateral da fase do século XVI da capela-mor.

1.2. Evolução construtiva

O conhecimento existente e os dados obtidos através do diagnóstico efetuado, bem como o cruzamento das diferentes fontes disponíveis permitem tecer várias considerações relativamente à evolução construtiva da capela-mor. No entanto, os elementos aos quais atribuímos uma cronologia contemporânea por terem sofrido intervenções recentes, como é o caso do pavimento, não apresentam alterações construtivas com impacto na evolução do edifício. Assim, para a presente análise da evolução construtiva apenas são consideradas as fases que resultam de alterações construtivas e não de intervenções de conservação.

A bibliografia existente já compra factualmente que o atual edifício da capela-mor de Vilar de Frades possui duas grandes fases construtivas. Uma fase datada do século XVI, que diz respeito à construção original do século XVI, e outra fase datada do século XX, que resulta da já referida intervenção da DGEMN de 41-45 (Figura 73).

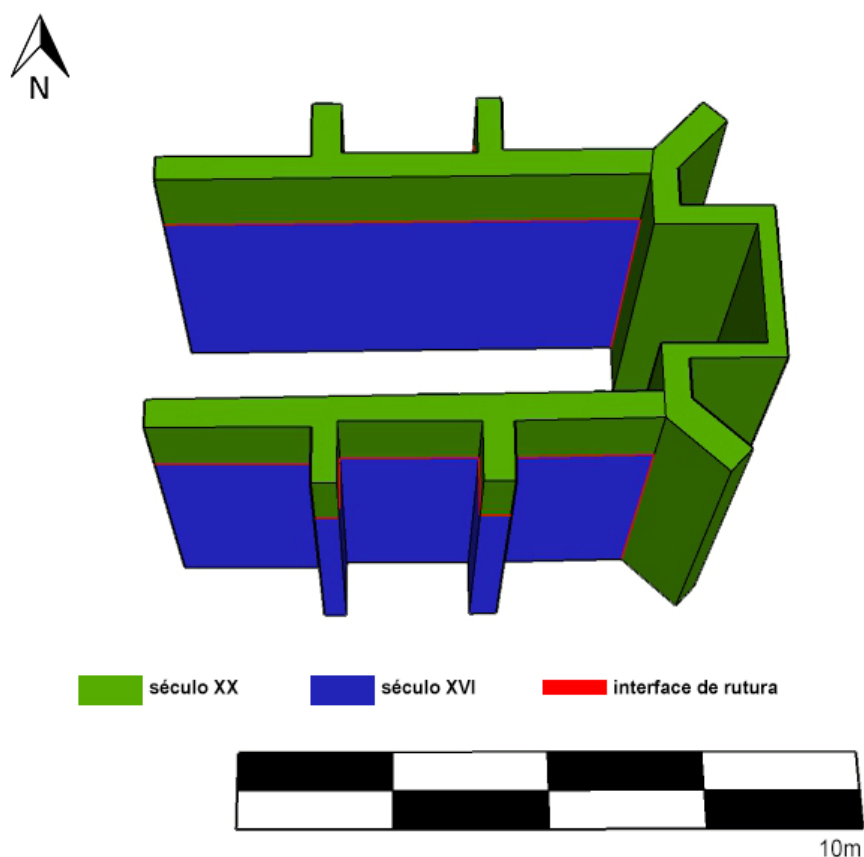


Figura 73 – Reconstituição das duas fases construtivas identificadas na capela-mor.

Todavia, como já referido, a investigação também já comprovou a existência de uma fase intermédia, ocorrida em 1697, relacionada com a construção de um prolongamento da capela-mor para a colocação

de um retábulo barroco (Barreiros, 1919, p. 5; Vinhas, 1998, pp. 161–173), mas da qual se comprova não subsistirem quaisquer evidências físicas.

Construído com o propósito de aumentar a profundidade da capela-mor, o prolongamento constitui um “elo” fundamental para a compreensão do processo evolutivo da capela-mor entre a sua forma inicial e o edifício atual. O registo efetuado pela DGEMN do alçado sul da capela-mor antes da intervenção de 41-45, datado de 1936, permite recuperar alguns das características construtivas do prolongamento e constatar algumas particularidades de ordem estrutural (Figura 74).

Em primeiro lugar, a integração do prolongamento no edifício original pressupôs a demolição do topo nascente da capela-mor, a formação de um interface de rotura ao nível das paredes laterais, e um preenchimento com nova edificação (Figuras 75 e 76).

Em segundo lugar, como observado por Joaquim Vinhas (1998, p. 163), ao contrário do que contemplava o contrato estabelecido entre os construtores e o convento, o prolongamento resultou numa estrutura arquitetonicamente bastante distinta da capela-mor quinhentista.

Em terceiro lugar, no que reporta à edificação concretizada, o prolongamento comportou a construção de paredes laterais rebocadas erguidas no alinhamento das paredes laterais quinhentistas, dois contrafortes, duas pilastras e dois vãos funcionais nas paredes laterais (Vinhas, 1998, p. 163) (Figuras 75 e 76).

Quanto ao espaço interior, um outro registo fotográfico da capela-mor anterior à intervenção da DGEMN, mostra que a intervenção do século XVII não resultou apenas na demolição da parede fundeira quinhentista (Figura 77). O referido registo fotográfico evidencia, por exemplo, que o altar-mor se encontrava mais recuado do que na atualidade, estando localizado ao nível das mísulas da terceira janela. Acima do retábulo, a nervura que se encontrava no ponto de ligação com o prolongamento aparenta ter sido alterada para uma morfologia de volta perfeita. Também as nervuras do referido arco possuíam um perfil e um volume diferente, arrancando num plano mais baixo e mostrando-se mais salientes das paredes.



Figura 74 – Planta e alçado do prolongamento de 1697. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

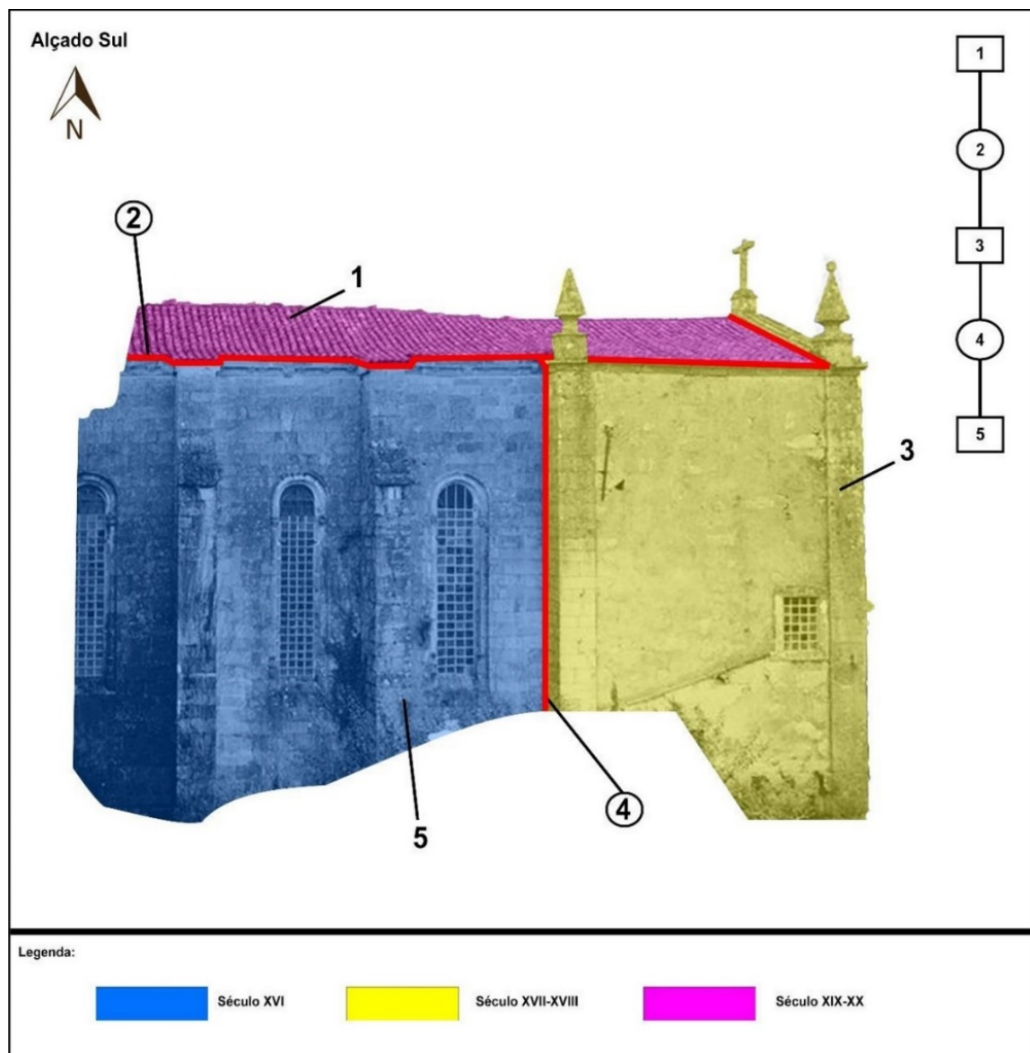


Figura 75 – Leitura estratigráfica do alçado sul da capela-mor de 1933 ainda com o prolongamento construído em 1697.

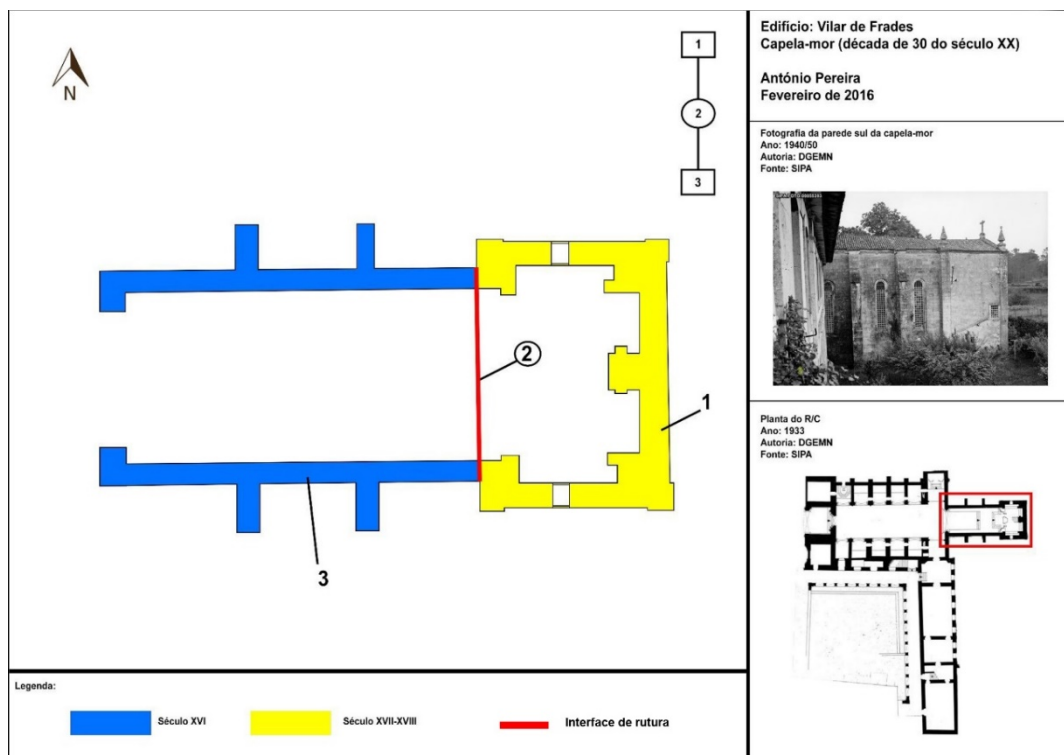


Figura 76 – Leitura da planta da capela-mor de 1933 ainda com o prolongamento construído em 1697.



Figura 77 - Foto da parte interior da abóbada antes da intervenção de 1941-1945. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Do ponto de vista estrutural, o prolongamento aparenta ter provocado um impacto negativo na capela quinhentista. De facto, para além do estado avançado de degradação do espaço, os relatos da existência de problemas estruturais decorrentes da construção do prolongamento do século XVII, nomeadamente ao nível da abóbada, aparentam ser plausíveis.

De facto, a intervenção da DGEMN na capela-mor teve por objetivo e absoluta necessidade a mitigação dos problemas estruturais visíveis na abóbada e paredes da capela-mor. Visando restabelecer a integridade estrutural da capela, a opção recaiu na demolição do prolongamento moderno e na introdução de novos elementos estruturais, nomeadamente uma nova parede fundeira com um acréscimo mais reduzido e a adição de contrafortes diagonais para reforçar o apoio da abóbada (Figuras 78 e 79).

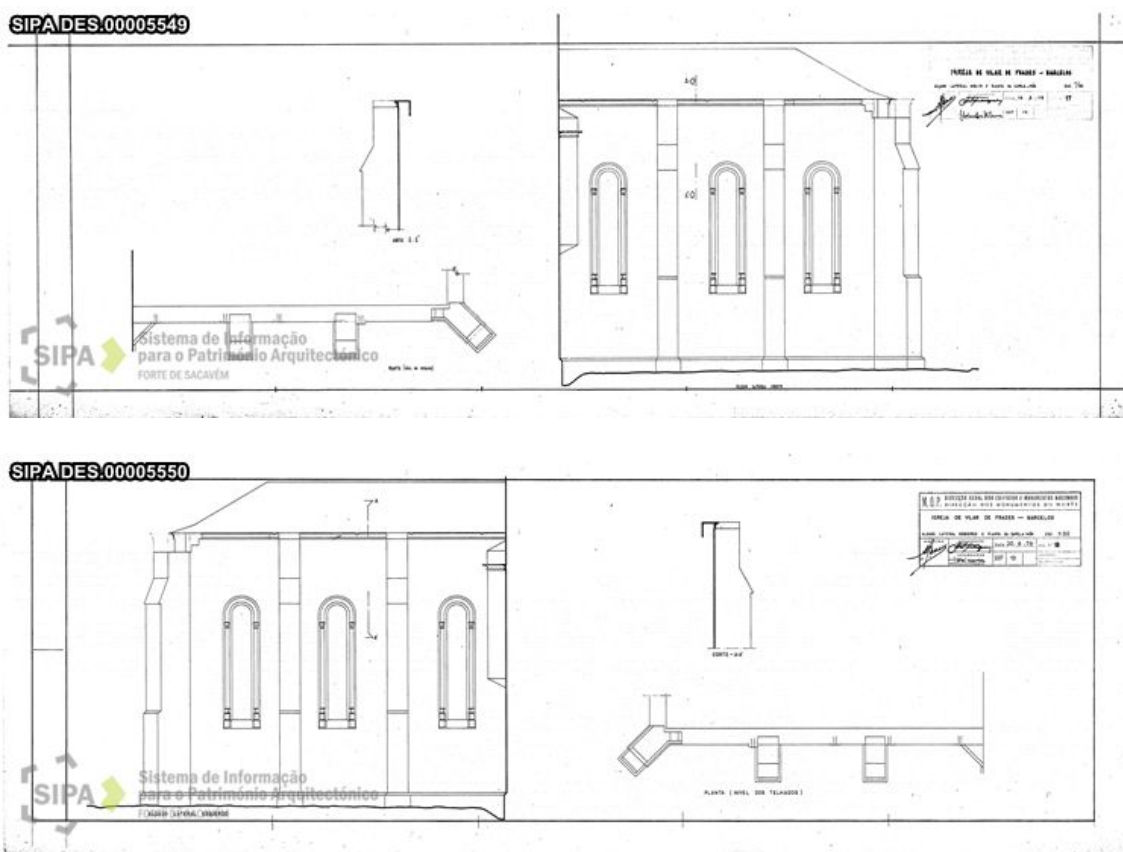


Figura 78 - Projeto de intervenção da DGEMN com introdução de contrafortes diagonais na capela-mor. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

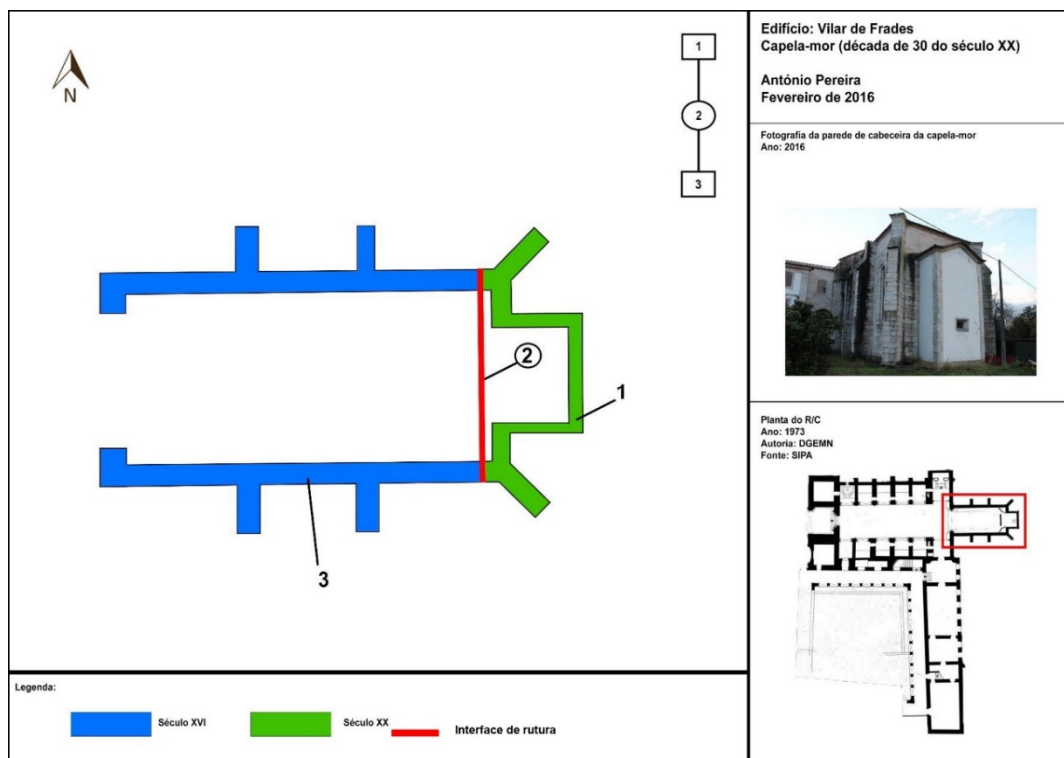


Figura 79 - Leitura estratigráfica da evolução construtiva da capela-mor após a intervenção da DGEMN decorrida entre 1941 e 1945.

Todavia, o resultado da intervenção da DGEMN deve ser contextualizado como uma perspetiva contemporânea que recorreu genericamente a soluções arquitetónicas características do gótico tardio, nomeadamente o recurso a contrafortes de ângulo, mas não representa uma reconstituição da capela-mor quinhentista da igreja de Vilar de Frades.

As lacunas de informação existentes relativamente ao edifício primitivo da capela-mor e à sua evolução construtiva não permitem atestar o carácter restituidor da intervenção da DGEMN. Em primeiro lugar, a hipótese da reconstituição parte do princípio de que a construção do prolongamento do século XVII não interferiu na forma original da abóbada quinhentista. No entanto, até ao momento não são conhecidas evidências ou fontes que descrevam com exatidão a forma original da cabeceira da capela.

Aliás, se atendermos às fontes produzidas anteriormente à data de construção do prolongamento moderno, a única referência prende-se com a existência de seis “botareos”¹²³, que supomos corresponderem aos contrafortes exteriores¹²⁴. No entanto, não só a referida fonte não faz qualquer

¹²³ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 356.

¹²⁴ As referências a elementos estruturais são pouco específicas e é notório que se trata de um leigo. Por vezes, o léxico poderá não ser exato na descrição técnica dos elementos.

menção a contrafortes diagonais como se afigura improvável que à data da sua intervenção a DGEMN tenha tido acesso a esta informação.

Um argumento aparentemente mais sólido para a sustentar a intervenção da DGEMN, apesar de discutível, é a referência ao contraforte diagonal fossilizado no braço norte do transepto da igreja, que se encontra inclusivamente assinalado nos levantamentos da DGEMN (Ramos, 1990, p. 107) (Figura 54).

Em suma, a suposta reconstituição que resulta da intervenção da DGEMN, indissociável da conjuntura social, política e ideológica vigente durante o período do Estado Novo, aparenta sobretudo ter conformado uma resposta técnica para anular as patologias estruturais provocadas pela construção do prolongamento e preservar apenas a parte quinhentista da capela-mor.

De uma perspetiva hipotética, da construção do prolongamento poderá ter resultado uma articulação deficiente do novo espaço com a capela-mor quinhentista, provocando uma descompensação nas paredes laterais da capela-mor devido à carga produzida pelo sistema de nervuras da abóbada.

Estruturalmente, o funcionamento da abóbada produz nas paredes laterais uma deslocação de cargas pelas nervuras de forma convergente para as mísulas situadas nos paramentos interiores, sendo depois projetadas para os contrafortes no exterior (Figura 80).

As nervuras de ângulo, todavia, funcionam sob uma dinâmica diferente. No caso das nervuras situadas no quadrante oeste da capela-mor, a carga exercida nas mísulas deverá ser projetada para o corpo da igreja.

No entanto, com as alterações promovidas pela construção do prolongamento, o ponto de descarga da abóbada quinhentista do quadrante nascente passou a coincidir com o ponto de junção do prolongamento, mas a projetar cargas na diagonal que não terão sido devidamente acauteladas e terão provocado uma patologia estrutural de afastamento das paredes laterais.

Assim, não só o corte produzido pela construção do prolongamento poderá ter provocado uma alteração da dinâmica das cargas, uma vez que não conhecemos a estrutura original da abóbada na sua totalidade, como o prolongamento poderá não ter sido suficientemente portante para conter o tipo de cargas em ação. A juntar às deficiências de planeamento e execução do prolongamento, as patologias poderão ainda ter sido coadjuvadas por outros possíveis fatores como a atividade sísmica, a fraca compacidade do solo e a edificação sobre aterros.

Tendo em consideração o remate da abóbada que resulta da construção do prolongamento e perante a necessidade de corrigir a descompensação das cargas da abóbada, a introdução de contrafortes diagonais permitiu não só aplicar uma solução técnica adequada à estrutura, como simultaneamente aplicar um sistema condizente com a arquitetura da época de quinhentos (Figura 81).

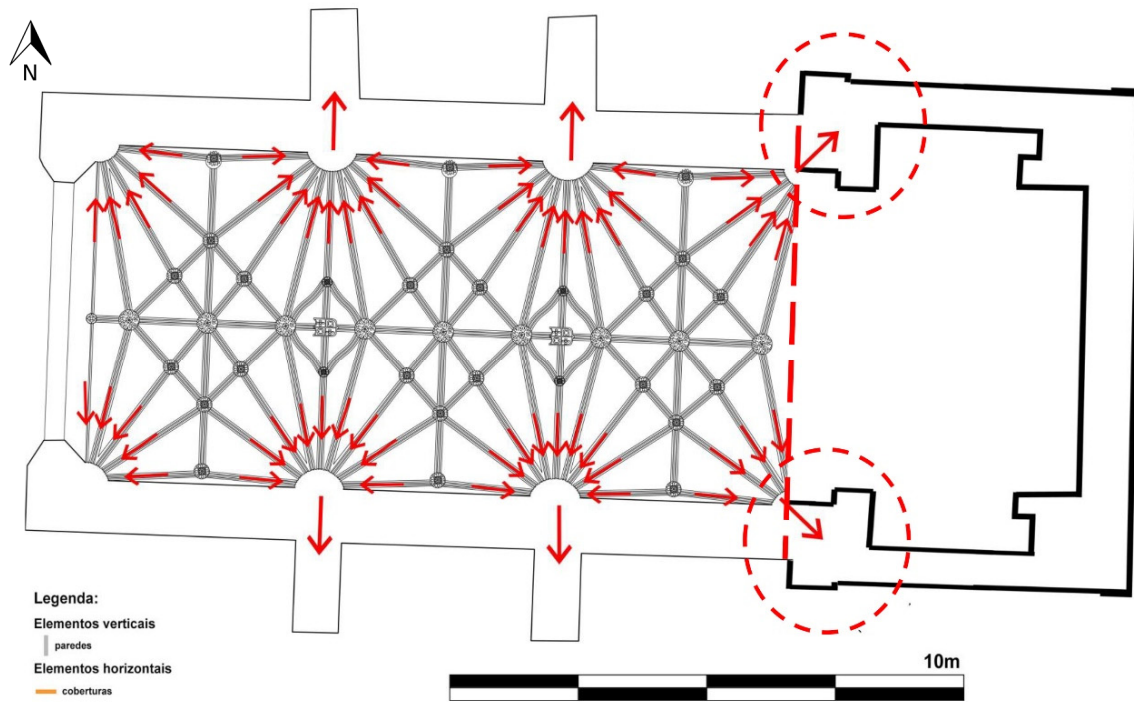


Figura 80 - Possíveis efeitos das cargas exercidas no prolongamento da capela-mor construído em 1697.

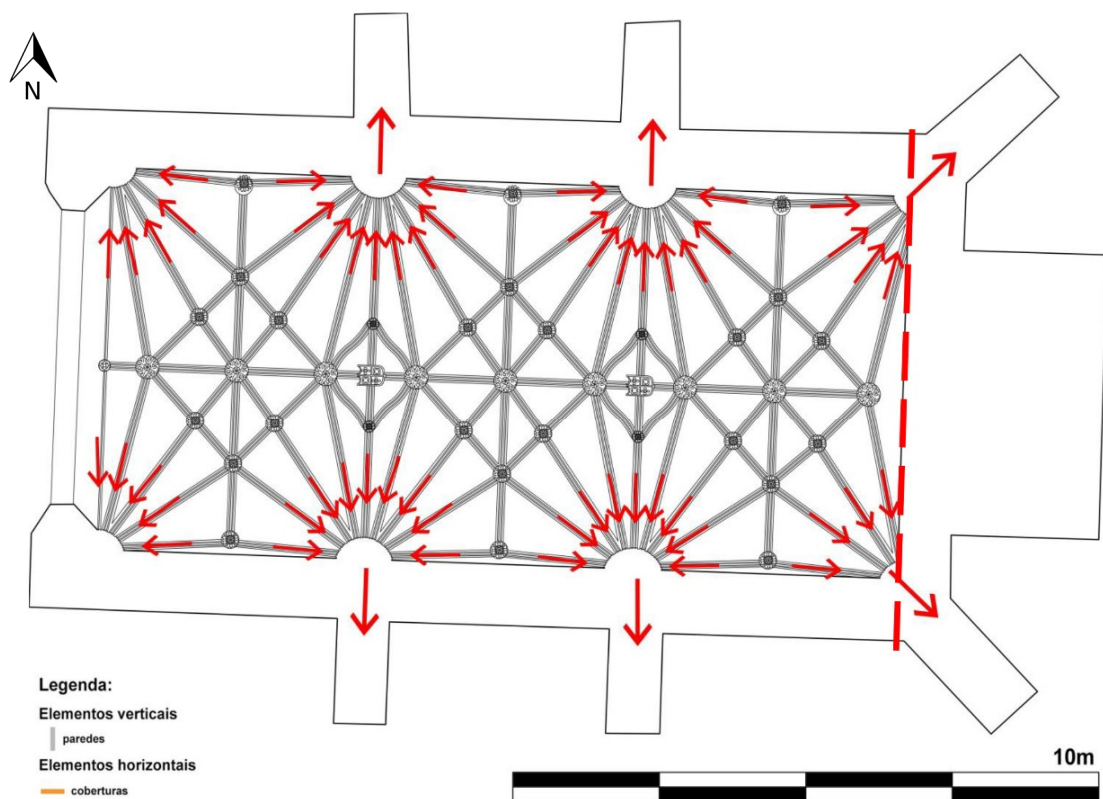


Figura 81 - Dinâmica das cargas da abóbada que poderá ter sustentado o recurso a contrafortes diagonais nas capela-mor por parte da DGEMN.

O desconhecimento persiste assim relativamente à morfologia da capela-mor original. Os vazios criados pelas sucessivas reformulações formam um hiato de informação que as fontes ainda não permitem ultrapassar.

Não obstante, o contrato¹²⁵ de construção do prolongamento permite, pelo menos, desintronar a existência de alguns elementos arquitetónicos da capela-mor quinhentista que não constam dos relatos moderno e não se conservam atualmente. Dos elementos referidos, destacam-se as “ameias” e “gárgolas” que deviam realizar o remate superior da capela-mor quinhentista pelo exterior, como se pode observar na capela-mor da igreja de São João Batista (Vila do Conde).

2. O transepto da igreja

O transepto da igreja de Vilar de Frades configura juntamente com a capela-mor um espaço que resulta da primeira empreitada construtiva da igreja, como já referido, ocorrida durante as primeiras décadas do século XVI (Ramos, 1990, pp. 100–101). Uma empreitada onde terá sido investido o já referido valor de 3.250\$000¹²⁶.

Constituindo o espaço que sinaliza o local de interrupção do financiamento do Arcebispo D. Diogo de Sousa, depreende-se que a parte do cruzeiro do transepto tenha sido suportada pelos cônegos de Vilar e os braços do transepto pelas sobrinhas do referido arcebispo bracarense, D. Leonor de Lemos (norte) e D. Teresa de Mendonça (sul), nos quais instituíram capelas funerárias privativas (Maria, 1697, p. 377).

A configuração espacial do transepto segue a matriz planimétrica das igrejas de planta em cruz latina, conformando um espaço ortogonal de planta retangular que se divide internamente pelo cruzeiro ao centro e duas capelas a ocupar os braços do transepto.

Todavia, o facto de apresentar dimensões relativamente reduzidas quando comparadas com os restantes espaços da igreja, tem deixado em aberto várias possibilidades de interpretação da sua dimensão.

A reduzida dimensão do transepto poderá estar relacionada com a grande profundidade da capela-mor. Apesar de invulgar numa igreja do tipo monástico, tal opção pode significar que o espaço do coro foi pensado para a capela-mor de origem, como acontecia, por exemplo, nas igrejas cistercienses medievais em detrimento do transepto (Ramos, 1990, p. 105).

¹²⁵ Cota registada por Joaquim Vinhas (1998): A.D.B. – Notarial de Barcelos, L° 760, fls, 9v.-10.

¹²⁶ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

Outras interpretações referem que, apesar da planta em cruz latina, a dimensão reduzida dos braços poder-se-á dever à divisão interna do próprio transepto, pensado para albergar capelas privativas nas extremidades e simultaneamente permitir a circulação entre espaços e estabelecer uma integração com o espaço claustral a sul (Vinhas, 1998, p. 87).

Numa perspetiva mais centrada nas preexistências e no cariz evolutivo da igreja de Vilar de Frades, o tamanho do transepto poderá ter sido condicionado pelo edifício da igreja anterior ao século XVI, não só ao nível da constrição do espaço, mas também de possíveis dificuldades de execução decorrentes desse mesmo condicionamento. O seu cariz reduzido revela, nomeadamente ao nível do perfil das paredes laterais, uma “... *adaptação difícil, a significar, porventura, um desenvolvimento em altura de um espaço já delimitado na igreja gótica de João de Nazaré.*” (Maurício, 2000, p. 173).

Todavia, em última instância, o tamanho será uma opção de origem dado haver uma relação de consonância entre o transepto e a capela-mor pela forma como os dois espaços se igualam e uniformizam em altura (Vinhas, 1998, p. 88).

Do ponto de vista da caracterização construtiva do transepto, as análises existentes centram-se sobretudo na descrição das abóbadas do cruzeiro e das capelas dos braços.

A abóbada do cruzeiro apresenta semelhanças com a abóbada da capela-mor, podendo ser descrita como “... *um rectângulo de modestas dimensões, nervado, com o fecho axial a exhibir a cara do sol...*” (Vinhas, 1998, p. 93).

Como elementos de suporte da abóbada, destacam-se as mísulas dispostas em cada um dos lados a definir o espaço retangular do cruzeiro e localizadas “... *à altura do friso...*”, apesar de menos pronunciadas do que as da capela-mor e da nave (Vinhas, 1998, p. 93).

O tipo de abóbada das capelas dos braços, descrito em época moderna como de “... *forma esférica quazi em plano e o livel sem concavo em que se segurasse os fechos de aquellas duas capellas...*”¹²⁷, apresenta semelhanças com as abóbadas da igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém (Lisboa), datada de 1517 e da responsabilidade de João de Castilho, que exibem o mesmo sistema de abóbadas circulares (Vinhas, 1998, p. 94).

Sobre o pavimento da igreja, que se deduzi incluir a zona do cruzeiro, apenas é referido no século XVII que possuía “... *lifonjas de fino marmore...*” (Maria, 1697, p. 375). Uma descrição provavelmente figurativa.

¹²⁷ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 356.

Sobre os vãos existentes no espaço do cruzeiro, o arco que comunica com a capela-mor possui uma forma ligeiramente apontada, sendo mais “exuberante” do que o da Sé de Braga, por exemplo, dado possuir uma “... *junção de três pseudo-colunas de base circular e poligonal, ou mistilínea...*” e exibir em toda a extensão “... *labores escultóricos e pictóricos (...) buscados ao naturalismo vegetalista...*” (Vinhas, 1998, p. 93).

O arco que liga à nave da igreja arranca no friso que se desenvolve nível da parede lateral, trata-se de “... *uma estrutura de volta inteira e tripla forma, onde não faltam uma corda e flores esculpidas...*” (Vinhas, 1998, p. 93).

Relativamente à evolução construtiva do transepto, apesar de conservar traço geral a sua espacialidade e a estrutura quinhentista quase na totalidade, registam-se algumas alterações posteriores identificadas pelos diferentes autores que têm estudado Vilar de Frades, nomeadamente a existência de amputações e adições à estrutura original executadas ao longo do século XVIII.

As primeiras alterações efetuadas ao transepto após a sua construção estarão relacionadas com a colocação dos retábulos colaterais de talha dourada do século XVIII no cruzeiro da igreja. Uma ação que implicou a amputação parcial da parte inferior das ombreiras do arco de acesso à capela-mor (Barreiros, 1919, p. 6).

A maior alteração ao espaço do transepto, todavia, terá sido a construção de um prolongamento na capela norte do transepto para permitir a colocação de um retábulo barroco (Barreiros, 1919, p. 2).

Outras alterações incluíram o entaipamento de uma janela por cima da porta de acesso à sacristia e colocação de um friso. Uma intervenção documentalmente pouco contextualizada, que demonstra a existência de sucessivas intervenções pontuais que podem, inclusivamente, apontar às intervenções da DGEMN, datadas de meados do século XX (Vinhas, 1998, p. 95).

No braço sul do transepto, a abertura da porta de acesso à sacristia terá provavelmente ocorrido por volta do ano de 1737, na sequência da deslocação da porta de acesso ao claustro para a capela situada mais a poente do corpo (Faure, 2012, p. 96).

2.1 Diagnóstico

O transepto da igreja de Vilar de Frades (UR A-2) encontra-se localizado na igreja (A) entre a capela-mor (UR A-1) e o corpo da igreja (UR A-3) (Figura 82).

De facto, tal como registado por alguns autores¹²⁸, o transepto configura um espaço de dimensões relativamente reduzidas comum a este tipo de igrejas. As suas capelas laterais ocupam uma área maior do que as capelas laterais da nave, possuem um pé-direito consideravelmente mais alto do que estas e o pavimento à mesma cota da capela-mor (Apêndice 2: Corte 3).

O transepto define um espaço regular de planta retangular com orientação norte-sul, possuindo cerca de 24,14m de comprimento (Figura 83) e aproximadamente 5,16m de largura (Apêndice 2: Corte 4). De pé-direito, apresenta uma altura mínima interior de 13,48m na zona dos braços e 16,30m pelo exterior do espaço do cruzeiro (Apêndice 2: Corte 4).

O pavimento encontra-se aproximadamente 20cm mais baixo do que a capela-mor na zona do cruzeiro e da capela sul e ao mesmo nível na capela-norte.



Figura 82 – Localização do transepto no edificado do complexo de Vilar de Frades. Fotografia cedida por João Ribeiro.

À semelhança do procedimento adotado na análise da capela-mor, o estudo do transepto visa uma abordagem individual das superfícies mais visíveis dos elementos verticais e horizontais do transepto com pertinência do ponto de vista do estudo da construção, que incluem alçados interiores e exteriores de muros, a superfície dos pavimentos, os tetos e os telhados.

Todavia, a análise sistemática e individual dos paramentos não é possível de executar na totalidade dos espaços do transepto. Na capela norte do transepto, devido à obstrução provocada pelo mobiliário

¹²⁸ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). *Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico*. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 6.

litúrgico e impossibilidade de registo dos paramentos, é necessário empreender numa análise conjunta do espaço analisando de forma simultânea o paramento norte, o teto e o pavimento da capela.

No que respeita à atribuição das unidades de referência, seguindo a metodologia adotada, o espaço do transepto (A-2), divide-se por três subespaços funcionais que tomam as seguintes designações: o cruzeiro integra os elementos verticais A-2-1 a A-2-4 e horizontais A-2-5 e A-2-6, a capela norte os elementos verticais A-2-12 a A-2-14 e horizontais A-2-15 e A-2-16 e a capela sul os elementos verticais A-2-7 a A-2-9 e pelos elementos horizontais A-2-10 e A-2-11 (Figura 84).

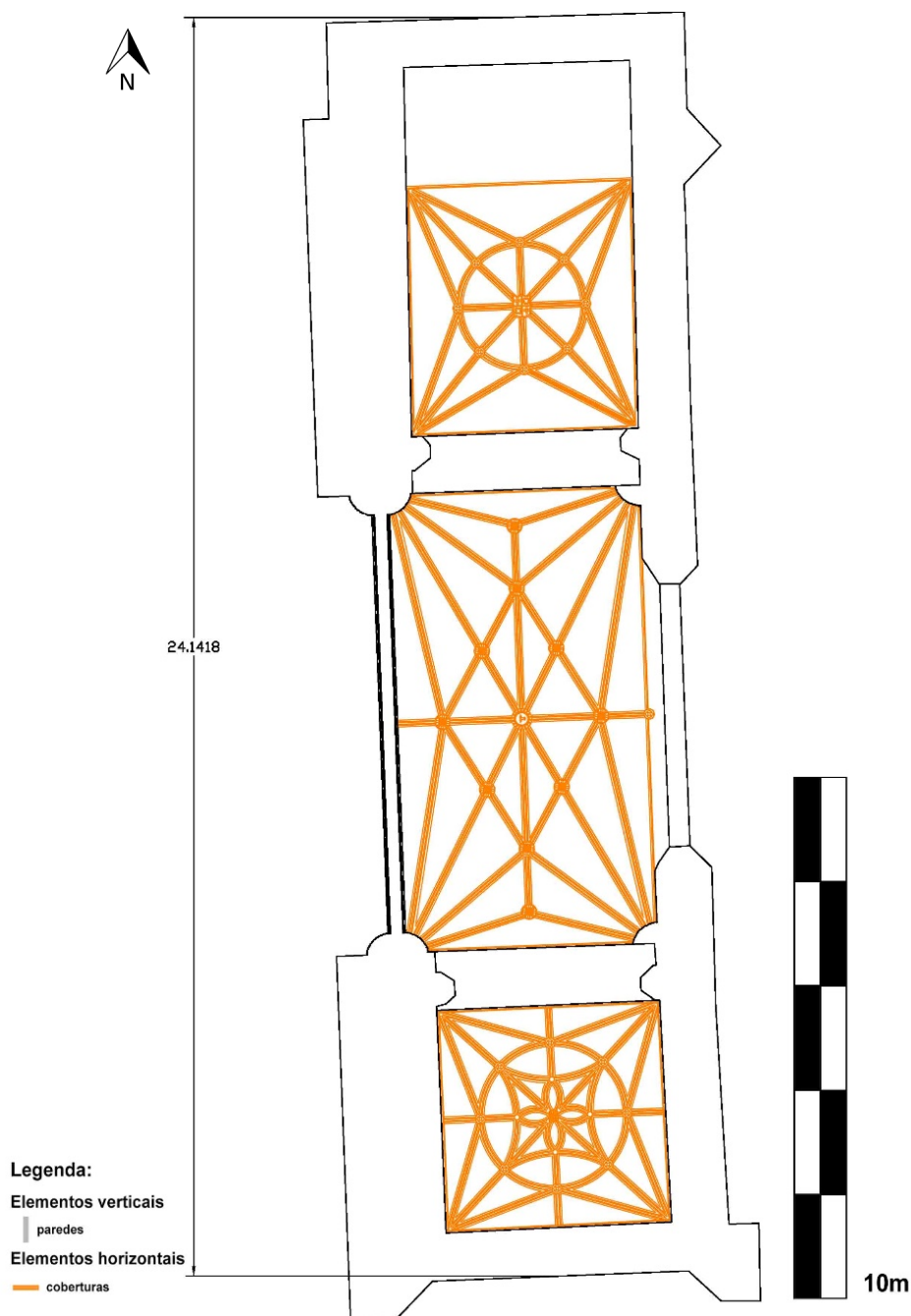


Figura 83 – Planta do teto do transepto com o levantamento das abóbadas. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.

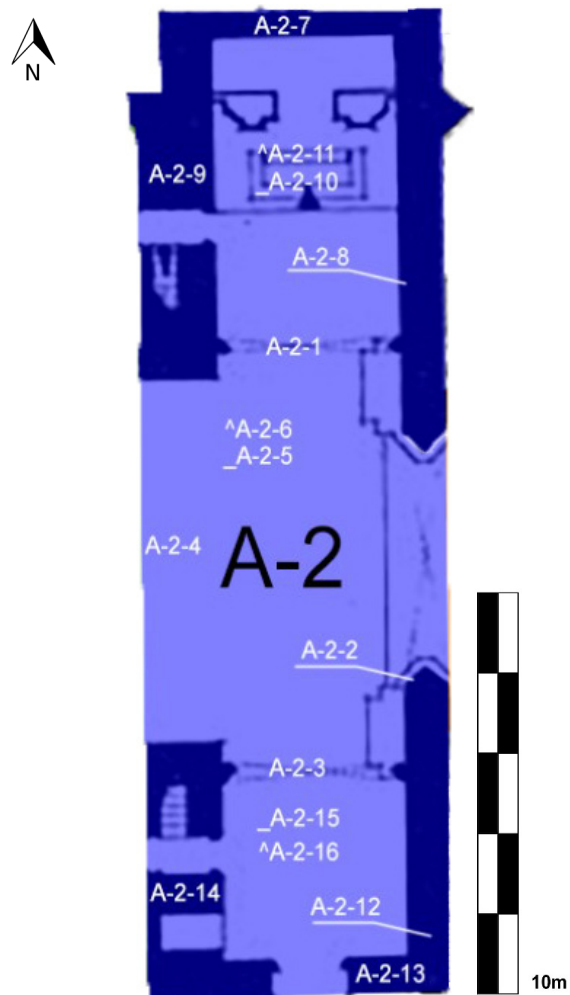


Figura 84 – Identificação das unidades de referência atribuídas aos elementos verticais e horizontais do transepto. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.



Figura 85 – Perspetiva exterior do telhado e do alçado norte do transepto. Fotografia cedida por João Ribeiro.

A macro análise construtiva do transepto apresenta um espaço interior, em parte, semelhante à capela-mor. As dimensões do pé-direito, o sistema de abóbada, as estruturas de apoio exteriores e toda volumetria do espaço mostram-se perfeitamente enquadradas, ainda que com diferenças, nas características construtivas da capela-mor, nomeadamente pela menor dimensão das mísulas do cruzeiro e a simplificação do sistema de nervuras da abóbada.

Quanto ao exterior do transepto, a parte superior do cruzeiro possui um telhado de duas águas que se estende para o resto do corpo da igreja. As paredes, apenas visíveis na parte superior, apresentam um aparelho regular sem reboco, contrafortes laterais e reforços diagonais, bem como uma fresta de rampa para o exterior (Figura 85).

No registo inferior, já referente ao braço norte, o alçado nascente evidencia ao nível da cobertura um telhado de uma só água. Os paramentos são superiormente rematados por um friso decorativo com motivos vegetalistas repetidos, semelhantes ao da capela-mor, e executados numa alvenaria de aparelho regular sem reboco.

Ao nível dos vãos possui uma janela em arco quebrado na parede nascente.

No alçado norte, observa-se a existência de um contraforte diagonal na parede nascente, que serve também de indicador do término norte da estrutura original da capela norte (Ramos, 1990, pp. 91–121). No paramento norte é ainda visível a existência do referido prolongamento construído para a colocação de um retábulo barroco, num contexto semelhante ao ocorrido na capela-mor em 1697¹²⁹ (Apêndice 3: Alçados 3 e 4).

Quanto ao braço sul do transepto, devido à sobreposição da ala poente do claustro sul ao transepto da igreja, apenas é visível do exterior o alçado nascente, que evidencia a mesma organização da do braço norte capela norte ao nível do aparelho regular e sem reboco, bem como da janela de morfologia em arco quebrado (Apêndice 3: Alçado 3).

Na parte interior, o cruzeiro apresenta na parte superior uma abóbada de liernes, organizada em losango, semelhante à da capela-mor, mas com mais um terciarão devido ao seu maior comprimento (Genin, 2018, p. 50) (Figuras 83 e 86). Nas laterais, a existência de quatro mísulas, decoradas com motivos vegetalistas, suportam o sistema de nervuras da abóbada e possuem uma relação estrutural com dois arcos enxalços, ou de escarção, em semicírculo (Figura 87).

¹²⁹ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). *Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico*. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 6.

Quanto a vãos, regista-se na parte superior de cada lado uma fresta de rampa para o exterior, agora entaipadas. A nascente, abre-se um vão em arco quebrado de grandes dimensões a estabelecer a ligação com a capela-mor e exibindo elementos decorativos vegetalistas e geométricos nos capiteis e nas bases e ainda vestígios de um revestimento pictórico.

No sentido oposto, ainda de maiores dimensões, situa-se o vão de acesso à nave da igreja, de arco de volta perfeita, decorado na borda do arco com motivos em corda e um escudo com uma inscrição latina "*IAC EST DOMUS DOMINI*" voltada para o poente (Figura 88).

Quanto aos restantes elementos, nas predes regista-se o recurso a um aparelho regular e sem reboco e o pavimento segue a mesma constituição do da capela-mor, sendo integralmente revestido a lajes graníticas quadradas dispostas na diagonal e de remontagem contemporânea (Figura 89).



Figura 86 – Perspetiva da abóbada do espaço do cruzeiro.



Figura 87 – Perspetiva geral da parede nascente do espaço do cruzeiro.



Figura 88 – Perspetiva geral do espaço do transepto visto da nave da igreja.



Figura 89 – Perspetiva do pavimento espaço do cruzeiro.

Nos braços do transepto, a capela norte exhibe ao nível da cobertura uma abóbada de combados com o respetivo sistema de nervuras e mísulas (Figura 90). As paredes encontram-se revestidas a reboco na zona do prolongamento e a azulejo nos restantes espaços. No que concerne aos vãos, possui na lateral uma janela em arco quebrado e na lateral poente uma porta com chanfros por onde é feito o acesso às capelas laterais do corpo da igreja. Para o sul, o acesso à zona do cruzeiro é feito através de um vão em arco quebrado, decorado ao nível dos capiteis com motivos vegetalistas, bases geométricas e vestígios de um revestimento pictórico semelhante ao da capela-mor.

Como já referido, o pavimento encontra-se ao mesmo nível do piso da capela-mor, portanto mais elevado do que o do espaço do cruzeiro, mas com uma segunda plataforma ainda mais elevada com acesso em degraus. A execução, no entanto, é diferente da do cruzeiro exibindo lajes graníticas retangulares de média dimensão argamassadas entre si e dispostas de forma paralela. No centro possui ainda uma sepultura com orientação nascente-poente.



Figura 90 – Perspetiva geral da capela do braço norte do transepto.

Na capela contrária, a sul, repete-se a mesma organização arquitetónica ao nível da cobertura e dos paramentos norte e nascente (Figura 91). No entanto, apresenta algumas particularidades que a diferenciam da capela do lado oposto. O teto possui uma abóbada de combados com um desenho mais complexo ao nível do desenho do sistema de nervuras. Os paramentos laterais não se encontram rebocados e exibem um aparelho regular argamassado. O vão de acesso ao cruzeiro apresenta-se mutilado na base, na ombreira e no capitel nascente, como já referido, resultado da colocação dos retábulos colaterais barrocos. Verifica-se ainda a existência de um friso duplo a percorrer os paramentos poente, sul e nascente.

Quanto a vãos, além da janela em arco quebrado no paramento nascente, da porta de acesso ao cruzeiro e da porta de acesso às capelas laterais do corpo da igreja, possui no paramento sul uma porta de grandes dimensões e no paramento poente uma pequena porta de acesso a um pequeno compartimento.

O pavimento encontra-se ao mesmo nível do cruzeiro sendo executado por lajes retangulares em granito de média/grande dimensão argamassas entre si. No centro do pavimento, existe um conjunto de três sepulturas com orientação nascente-poente.



Figura 91 – Perspetiva geral da capela sul do transepto.

2.1.1. A-2-1

A unidade de referência A-2-1 (Apêndice 1: Tabela 5 – Ficha de leitura estratigráfica nº5), identifica a parede norte do espaço do cruzeiro, cuja execução deve ser semelhante à unidade de referência identificada como A-2-3 (Figura 84). Os principais elementos construtivos identificados reportam-se à estrutura primitiva do transepto.

Para além das alvenarias identificadas confirmarem a mesma constituição das estruturas datadas do século XVI, surge em evidência nesta parede o sistema de contrafortes e outros elementos de sustentação da abóbada do cruzeiro que imprimem verticalidade à estrutura e desviam as forças para as laterais sem sacrificar a pouca espessura das paredes. Trata-se de um sistema que permite um vão de grandes dimensões na parte inferior, abrindo as capelas dos braços do transepto para o espaço interior.

No alçado exterior norte da parede norte (UR A-2-2), destacam-se dois contrafortes perpendiculares reforçados com duas espessuras na diagonal, provavelmente para proporcionar um reforço adicional para as forças diagonais¹³⁰.

No alçado sul interior, destaca-se na parte superior um arco de escação entre as duas mísulas da abóbada que permite um adelgaçamento da parede na transição para a parte inferior e a coloca ao mesmo nível do vão da capela norte (Figura 92).



Figura 92 - Elementos de carga das paredes do cruzeiro (vermelho: arco de escação; azul: mísulas e contrafortes).

2.1.2 A-2-2

A unidade de referência A-2-2 (Apêndice 1: Tabela 6 – Ficha de leitura estratigráfica nº 6) reporta-se ao muro que delimita o cruzeiro do transepto para o nascente e que se encontra articulado com a capela-mor (Figura 84). A pertinência da análise desta unidade tem por objetivo caracterizar o muro, a forma de articulação da capela-mor com o transepto e identificar possíveis alterações construtivas posteriores ao século XVI, para além daquelas já identificadas.

Quanto ao estado de preservação do muro quinhentista, o alçado interior revela-se bastante homogêneo do ponto de vista da inexistência de dissonâncias estilísticas e da preservação dos elementos construtivos originais.

¹³⁰ Tudo indica que o mesmo sistema existiria na parede contrária que posteriormente foi alterada pela intervenção na zona do claustro.

Particularmente, ao nível da articulação com a capela-mor, o vão em arco quebrado que liga com a capela-mor evidencia características técnicas e estilísticas de uma obra coeva da capela-mor. A articulação do muro nascente confere ao resto do transepto, nomeadamente às superfícies laterais e superiores do interior do cruzeiro (UR's A-2-1, A-2-3 e A-2-6) a ideia de uma construção coerente com a empreitada financiada por D. Diogo de Sousa.

No âmbito da evolução construtiva, salvo ações muito localizadas ou remontagens não documentadas, não se identificam interfaces de rotura ou dissonâncias construtivas indicativas da presença de alterações posteriores ao século XVI.

Dos sistemas construtivos do século XVI, destacam-se apenas as mísulas de apoio do sistema de nervuras do teto, o vão da capela-mor em arco quebrado com os capitéis e bases a seguir a mesma gramática decorativa observada na capela-mor (motivos vegetalistas nos capiteis e bases de forma geométrica), bem como a alvenaria bastante regular das paredes, exibindo as mesmas características observadas na restante empreitada de quinhentos.

O alçado exterior, que somente permite uma leitura da parte superior, contrariamente à homogeneidade construtiva e cronológica do interior revela a existência de uma reformulação construtiva na parte superior do cruzeiro.

A leitura estratigráfica permite identificar a existência de um remate superior e um pano de parede, provavelmente executados no século XVII, que assenta na estrutura murária primitiva do século XVI. Possivelmente, esta alteração deverá estar relacionada com a reforma do corpo no século XVII e terá afetado a parte do telhado acima da abóbada do cruzeiro, no sentido de elevar a altura do corpo da igreja e diminuir a pendente do telhado.

Pelo que a reminiscência conservada da estrutura primitiva permite inferir, o corpo do século XVI deveria ser mais baixo, possivelmente com um telhado mais pronunciado e, inclusivamente, com uma pendente mais acentuada do que o telhado que resultou da reforma seiscentista (Figura 93).

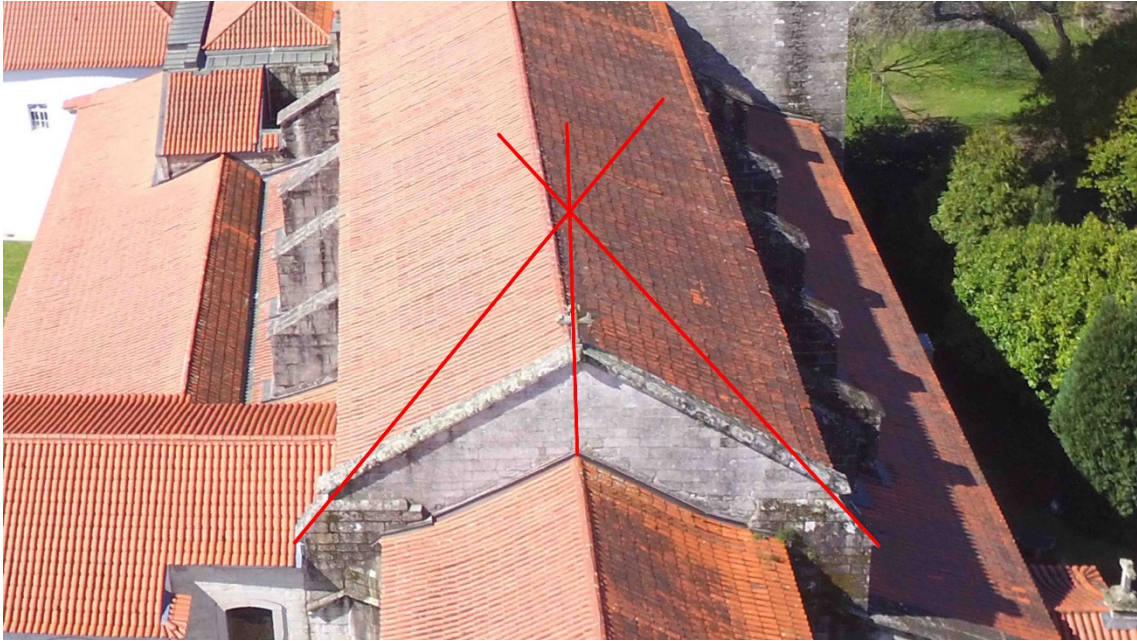


Figura 93 - Projeção do gablete e do telhado nascente da igreja com base nos arranques identificados na parede nascente do transepto. Fotografia cedida por João Ribeiro.

2.1.3 A-2-6

A unidade de referência A-2-6 (Apêndice 1: Tabela 7 – Ficha de leitura estratigráfica nº 7) identifica a cobertura do cruzeiro do transepto (Figura 84).

Da estrutura voltada para o exterior, apenas é possível registar o telhado de duas águas revestido com telha de aba, semelhante ao da capela-mor, igualmente resultado de uma intervenção contemporânea. A estrutura do telhado assenta nos muros norte, nascente e sul (respetivamente URs A-2-1, A-2-2 e A-2-3) por via do interface de rotura UE 101 (Apêndice 1: Tabela 7 – Ficha de leitura estratigráfica nº 7).

Perspetivado do interior, o teto do cruzeiro consiste numa abóbada de liernes cuja forma reproduz o mesmo desenho em losango da abóbada da capela-mor, apresentando-se na forma como uma extensão da mesma, com a exceção de possuir mais um lierne devido ao seu comprimento (Genin, 2018, p. 50).

A sua sequência construtiva segue a mesma fórmula da abóbada da capela-mor. A parte superior deveria possuir uma couraça de argamassa, cascalho e outros elementos rudes que selavam o sistema da abóbada. A abóbada conserva ainda os painéis modulares que se integram entre si e assentam na parte inferior. A encerrar a sequência, o sistema de nervuras, também modular, é constituído por duas nervuras principais dispostas na diagonal e as restantes nervuras secundárias. Nos pontos estruturais das nervuras figuram chaves principais e secundárias decorada com motivos vegetalistas a mimetizar flores, com exceção da chave central, que exhibe um sol com uma face antropizada (Figura 94).

A abóbada integra-se com as paredes do cruzeiro através do sistema de mísulas colocadas nos quatro cantos do espaço do cruzeiro.



Figura 94 - Pormenor da abóbada do cruzeiro.

2.1.4. A-2-8

A análise do interior da capela norte do transepto, como já referido, obriga a uma alteração da leitura individual das unidades de referência devido às restrições provocadas pelo mobiliário litúrgico da capela.

Neste sentido, a leitura integrada das unidades de referência A-2-8, A-2-10 e A-2-11 (Apêndice 1: Tabela 8 – Ficha de leitura estratigráfica nº 8), corresponde, respetivamente, ao muro lateral nascente, ao pavimento e ao teto da capela (Figura 84).

A leitura efetuada permite comprovar, entre outros aspetos, que a parte norte da capela corresponde efetivamente a um prolongamento posterior à edificação primitiva do século XVI. Como observado por outros autores, o prolongamento conforma um espaço que se distingue com maior facilidade a partir do exterior (Vinhas, 1998, p. 88). Para além da menor volumetria, exhibe também várias características construtivas, identificadas nas UE's 142 a 146 (Apêndice 1: Tabela 8 – Ficha de leitura estratigráfica nº 8), que revelam diferenças construtivas igualmente a partir do interior.

Ao nível do alçado exterior nascente é possível observar na parte superior do paramento um friso decorado com motivos vegetalistas em forma de flor executados em banda a mimetizar os frisos quinhentistas, assentando depois numa parede em alvenaria regular.

No registo médio lateral possui uma fresta retangular em rampa, existente também na parede poente da capela, possivelmente para compensar a eliminação da janela que deveria existir na parede norte, tal como se pode observar na parede sul da capela sul do transepto (UR A-2-13).

O alçado interior da parede poente revela a existência de uma estrutura rebocada, sendo apenas perceptível que a sua adição eliminou as mísulas da abóbada seiscentista da capela.

Todavia, as intervenções de reabilitação e conservação ocorridas nas últimas décadas revelam dados importantes para a caracterização construtiva do prolongamento. Relativamente à superfície superior (UR A-2-11: UE 157), o teto do prolongamento apresenta uma abóbada em tijolo maciço (Figura 95).



Figura 95 - Abóbada do prolongamento da capela norte do transepto.¹³¹

No alçado sul da parede setentrional da capela, a intervenção de reabilitação registou que o paramento interior, possivelmente erigido a prever a aplicação de reboco, é constituído por uma alvenaria menos irregular, possivelmente reutilizando alguns silhares da parede primitiva da capela (Figura 96).

¹³¹ CINCLUS. Planeamento e Gestão de Projectos, S.A. (2004). P04801. Convento de Vilar de Frades. Relatório Mensal. N.º4. IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico. C.S. 774938.



Figura 96 - Pormenor da parede norte da capela norte do transepto durante a intervenção de reabilitação.¹³²

Quanto ao pavimento da capela, como já referido, configura uma estrutura mais elevada do que o restante espaço do transepto, tendo sido construído em diferentes planos e com o recurso a lajes retangulares em granito. A estrutura situa no plano inferior um espaço de enterramento e no superior uma plataforma colocada para o retábulo barroco, ao qual se acede através de um conjunto de degraus.

Quanto à sua datação, o registo fotográfico da intervenção de reabilitação permite observar que o pavimento foi remontado contemporaneamente. Assim, apesar de a estrutura do pavimento ter obrigatoriamente sofrido alterações para a instalação do retábulo barroco, nomeadamente pela introdução de degraus e possivelmente alteamento do pavimento, dever-lhe-á ser atribuída uma cronologia contemporânea.

Para além da entropia causada pela adição do prolongamento setecentista, outros elementos fornecem dados importantes para a interpretação construtiva do transepto quinhentista.

O alçado exterior da parede norte da capela permite observar a forma de articulação das paredes do transepto com a capela-mor, sendo visível, na parte superior da junção das paredes a existência de uma espessura diagonal lancetada na base. Estratigraficamente, estes elementos de reforço encontram-se sobrepostos pelo friso decorado que serve de remate superior ao paramento da capela.

¹³² CINCLUS. Planeamento e Gestão de Projectos, S.A. (2004). P04801. Convento de Vilar de Frades. Relatório Mensal. N.º3. IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico. C.S. 766000.

Outros elementos, para além do friso e da alvenaria regular da parede, incluem a janela de arco quebrado voltada a nascente.

No ângulo da parede norte com a parede nascente, o contraforte diagonal fossilizado está seguramente relacionado com a abóbada de combados que cobre o espaço interior da capela. Constitui um elemento que deveria ter outro contraforte em correspondência na parte poente, bem como nas paredes opostas da capela sul (UR A-2-13).

Todos os elementos construtivos identificados no exterior encontram-se integrados em paredes de alvenaria de aparelho regular, na sua maioria silhares graníticos de média dimensão, sobrepostos em travamento, argamassados e tecnicamente semelhantes às restantes estruturas identificadas com a empreitada do século XVI financiada por D. Diogo de Sousa.

Ao nível do teto da capela quinhentista, a abóbada de combados de forma circular (UR A-2-11) conforma o teto original da capela. Sendo idêntica, ainda que menos complexa, no desenho à abóbada da capela sul do transepto¹³³ (Genin, 2014, pp. 247–249), constitui um tipo de abóbada único utilizado em Vilar de Frades.

Quanto à sua construção, tecnicamente evidencia o mesmo sistema das restantes abóbadas de nervuras seiscentistas: uma cobertura argamassada a cobrir a abóbada de painéis que, por sua vez, sobrepunha o sistema de nervuras com chaves principais e secundárias decoradas. A chave principal exhibe uma pedra de armas e os restantes motivos vegetalistas em forma de flor.

O sistema de nervuras encontra-se assente em mísulas colocadas nos quatro ângulos da capela, decoradas com motivos vegetalistas e associadas a um colunelo de base geométrica nos vãos de acesso ao cruzeiro. Mais uma vez, todos os elementos e respetiva decoração escultórica possuem características de execução enquadráveis na primeira empreitada de construção da igreja de Vilar de Frades do século XVI.

2.1.5. A-2-9

A parede poente do transepto constitui a separação física deste espaço com o corpo da igreja. Para além da função definidora do espaço, a parede em questão possui uma importância fulcral para a História construtiva da igreja do século XVI, uma vez que corresponde ao local onde se terá dado a interrupção do financiamento da obra por parte de D. Diogo de Sousa.

¹³³ Para um estudo mais aprofundado sobre as abóbadas de Vilar de Frades, nomeadamente quanto às tipologias, projeção, traçado e processo construtivo consultar (Genin, 2014, pp. 239–252).

A análise do muro poente do transepto, centrando-se na problemática acima referida, visa compreender a forma como o transepto se encontra articulado com a estrutura seiscentista do corpo, bem como a identificação de possíveis elementos conservados do corpo quinhentista.

O muro poente da capela norte do transepto (UR A-2-9; Apêndice 1: Tabela 9 – Ficha de leitura estratigráfica nº 9), tal como o muro poente da capela sul (UR A-2-14), possui uma passagem para as capelas laterais onde foi aberta uma segunda passagem para o púlpito. Este acesso ao púlpito configura um corredor com escadas que resulta de um corte e que permite agora observar o muro em secção e empreender na análise da parte interior do mesmo (Figuras 97 e 98).



Figura 97 - Localização dos paramentos analisados (vermelho: ponto 1; azul: ponto 2). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.



Figura 98 - Interfaces identificados na parede poente da capela norte do transepto (vermelho: ponto 1; azul: ponto 2).

O primeiro local que foi alvo de análise situa-se no corredor da passagem entre a capela norte do transepto e a primeira capela lateral do corpo da igreja. Neste ponto observa-se a existência de dois muros adossados, que se dividem entre o muro do transepto e muro do corpo da igreja. Do ponto de vista da execução, ambos apresentam uma alvenaria regular com silhares graníticos de média dimensão, argamassa e disposição em travamento por sobreposição, enquadrando-se no tipo de alvenaria das empreitadas quincentistas da igreja. A separação física observada dos muros em questão, significa que o muro poente, na verdade, se desdobra entre o muro poente do transepto e o muro nascente do corpo da igreja.

Todavia, tendo em conta o processo atribulado de construção do corpo da igreja, as evidências recolhidas não se revelam suficientes para identificar diferenças cronológicas de âmbito absoluto nos dois muros identificados. O adoçamento dos muros, de facto, aparenta ter resultado de uma interrupção momentânea ou possivelmente de uma alteração do corpo projetado. Por um lado, porque no mesmo local do muro A-2-14 não se verifica o mesmo cenário. Por outro lado, porque as paredes laterais da nave central evidenciam uma posição estratigráfica relativa de antiguidade em relação às estruturas seiscentistas, nomeadamente as paredes divisórias das capelas laterais do corpo (Figura 99).

As evidências construtivas observadas sugerem que tanto o muro poente do transepto como as paredes laterais da nave central, eventualmente também as paredes exteriores do corpo, poderão ter sido definidos e erigidos no século XVI, não obstante as alterações que foram sofrendo posteriormente.



Figura 99 - Pormenor da parede da capela lateral adossada ao muro sul da nave da igreja. Fonte: DRCN; Infotop, Lda.

No que reporta ao segundo ponto analisado, onde também é possível identificar vestígios de uma estratificação construtiva e apesar da entropia causada na análise pela presença de betão armado, a rotura ocorrida no muro do transepto e o conseqüente preenchimento com uma alvenaria irregular deverá estar relacionado com o vão do púlpito, possivelmente aberto entre os séculos XVII e XVIII (Figura 100).

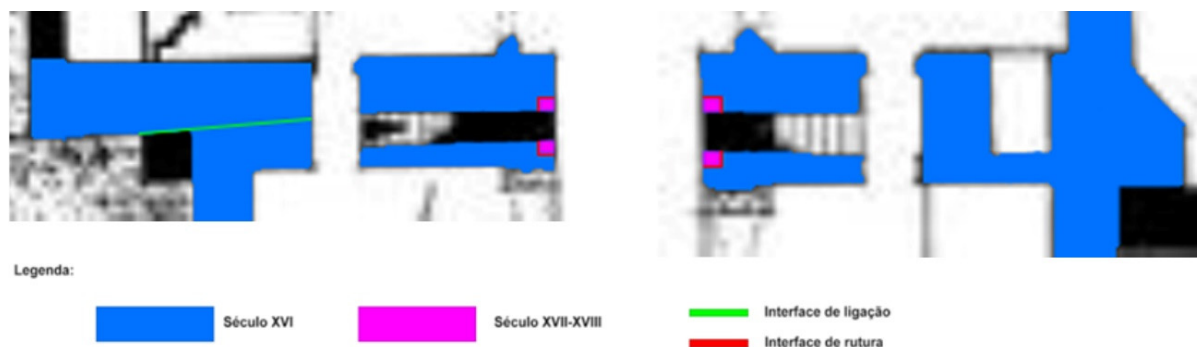


Figura 100 - Interpretação da evolução construtiva do transepto em planta. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

2.1.6. A-2-12

O braço sul do transepto constitui o espaço mais visivelmente alterado do transepto. O objetivo da sua análise passa por identificar os elementos conservados da construção original, bem como comprovar a existência de alterações posteriores, nomeadamente a forma como ocorre a integração do claustro sul neste espaço.

O alçado exterior nascente dos braços do transepto, identificado pela unidade de referência A-2-12 (Apêndice 1: Tabela 10 – Ficha de leitura estratigráfica nº 10; Figura 84) permite observar a existência de duas fases construtivas estilística e cronologicamente afastadas: uma relacionada com a reforma do claustro sul, iniciada nos finais do século XVIII e terminada na centúria seguinte, assim como uma fase relacionada com a construção primitiva da igreja, datada dos inícios do século XVI.

Do processo de reforma do claustro sul, a fase mais recente, verifica-se a existência de uma rotura na parte superior do braço sobre a qual se implantou um paramento em alvenaria de aparelho pseudo isódomo, no qual se abre uma janela de moldura prolongada.

Apesar da evidente rotura provocada pela construção do claustro na estrutura do transepto, os arranques ainda conservados possibilitam uma interpretação da estrutura original quinhentista. A parte superior da capela deveria seguir a mesma fórmula do braço norte de um telhado de uma água e friso decorado a rematar a parede na parte superior (Figura 101).



Figura 101 – Pormenor da empreitada de reformulação do claustro sul que afetou o braço sul do transepto. Em pormenor é possível observar a estrutura do século XVIII, o interface de rotura efetuado no transepto quinhentista e os arranques que identificam uma solução de cobertura idêntica à da capela norte.

2.1.7. A-2-13

A análise da parede sul da capela sul do transepto, identificada pela unidade de referência A-2-13 (Apêndice 1: Tabela 11 – Ficha de leitura estratigráfica nº 11), surge no seguimento da interpretação da parede nascente (UR A-2-13) da capela (Figura 84). A identificação de elementos conservados da estrutura do transepto quinhentista torna pertinente a análise desta parede no sentido de confirmar estratigraficamente as alterações construtivas desta capela, bem como de averiguar a existência de outros elementos fossilizados da estrutura quinhentista.

A alteração mais evidente à parede original terá sido efetuada em 1737, com a abertura da atual porta que passaria a transformar a capela também num espaço de passagem (Faure, 2012, p. 96).

Dos elementos pertencentes à estrutura quinhentista, é possível observar na parte superior do paramento a existência de uma janela em arco de volta perfeita (Vinhas, 1998, p. 95), agora entaipada com tijolo e rebocada¹³⁴, que descontinua o friso duplo que percorre os paramentos interiores do transepto.

¹³⁴ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 6.

No alçado sul da parede, apesar do reboco colocado no âmbito da reforma do claustro de finais do século XVII, é visível a existência de duas massas associadas à parede do transepto, de significado estrutural, possivelmente conservadas do transepto original para garantir a solidez estrutural da abóbada da capela.

Estes elementos (UES 123 e 124; (Apêndice 1: Tabela 11 – Ficha de leitura estratigráfica nº 11), com grande probabilidade, deveriam corresponder aos dois contrafortes diagonais da parede nascente da capela norte (UE 153), confirmando a utilização de contrafortes diagonais no transepto da igreja (Ramos, 1990, p. 107) (Figuras 102 e 103).



Figura 102 – Pormenor da localização dos contrafortes diagonais da capela sul, fossilizados pela estrutura do claustro dos finais do século XVIII.



Figura 103 – Pormenor dos contrafortes representados na planta da DGEMN, datada de 1973. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

2.1.8. A-2-14

A unidade de referência A-2-9 corresponde à parede poente da capela sul (Apêndice 1: Tabela 12 – Ficha de leitura estratigráfica nº 12; Figura 84). A sua análise possui o mesmo objetivo da análise do muro poente da capela norte. Um propósito que passa, como referido anteriormente, por dar continuidade ao estudo da interrupção da primeira empreitada da igreja, bem como da articulação do transepto com o corpo no quadrante sul do edifício (UR A-2-9; Apêndice 1: Tabela 9 – Ficha de leitura estratigráfica nº 9).

Relativamente ao primeiro ponto em análise, situado no corredor de acesso às capelas laterais da banda sul (Figura 104), o paramento aponta para a existência de uma estrutura única ao contrário do observado no quadrante norte. O interior do muro exibe um aparelho regular com silhares graníticos de média dimensão, sobreposição em travamento, mas sem apresentar evidências de interfaces entre a parte nascente e poente do muro.

Com base na execução técnica observada neste ponto, a estrutura enquadra-se tecnicamente no tipo de muro associado à primeira empreitada da igreja, constituindo mais um elemento que parece confirmar a datação quinhentista do muro poente do transepto.

A estratificação observada no segundo ponto situado no corredor de acesso ao púlpito (Figura 104), tal como observado na parede poente da capela norte do transepto (UR A-2-9), provavelmente constitui uma adição dos séculos XVIII relacionada com a abertura e colocação da moldura do vão do púlpito, tratando-se assim de uma ação localizada (Figura 105).



Figura 104 – Identificação dos locais analisados na parede poente da capela sul do transepto (vermelho: ponto 1; azul: ponto 2). Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.



Figura 105 – Pormenores da homogeneidade construtiva do ponto 1 e do interface de rotura identificado no ponto 2.

2.2. Evolução construtiva

Os avanços efetuados no estudo do edifício da igreja permitem abordar diferentes questões relativas ao espaço do transepto, nomeadamente relacionadas com a sua caracterização construtiva e evolução, assim como adicionar algum conhecimento à problemática relacionada com a construção do transepto e do corpo do século XVI.

Do conjunto dos elementos analisados, a conclusão mais evidente sobre este espaço remete para o grau de conservação da estrutura primitiva. As leituras efetuadas não apontam evidências de alterações significativas quanto às características técnicas das paredes, dos tetos e dos pavimentos, enquadrando-se o conjunto cronologicamente na primeira empreitada de construção da igreja do século XVI.

Confirmada a cronologia do espaço, do ponto de vista da caracterização técnica da construção, a análise efetuada permite salientar a aplicação de um sistema construtivo direcionado para a construção em altura, que conjuga elementos de suporte como diferentes tipos de contrafortes e pseudo contrafortes, arcos enalços e mísulas que permitem a coexistência das paredes altas e relativamente pouco espessas com os tetos abobadados.

Relativamente aos braços do transepto, considerando que configuram os espaços mais alterados, o facto de terem passado, cada um, por um processo evolutivo distinto permite estabelecer um paralelismo entre os dois braços e chegar a um modelo interpretativo da sua forma primitiva (Figuras 106 e 107).

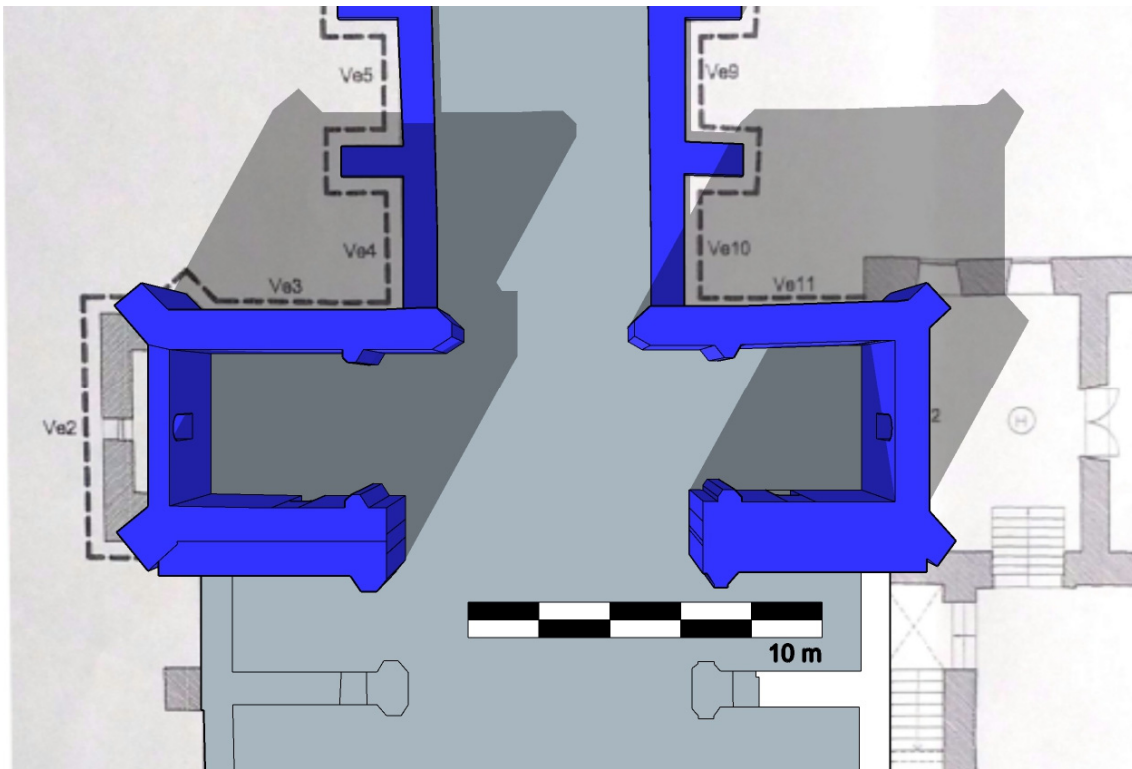


Figura 106 – Reconstituição em planta do transepto primitivo.

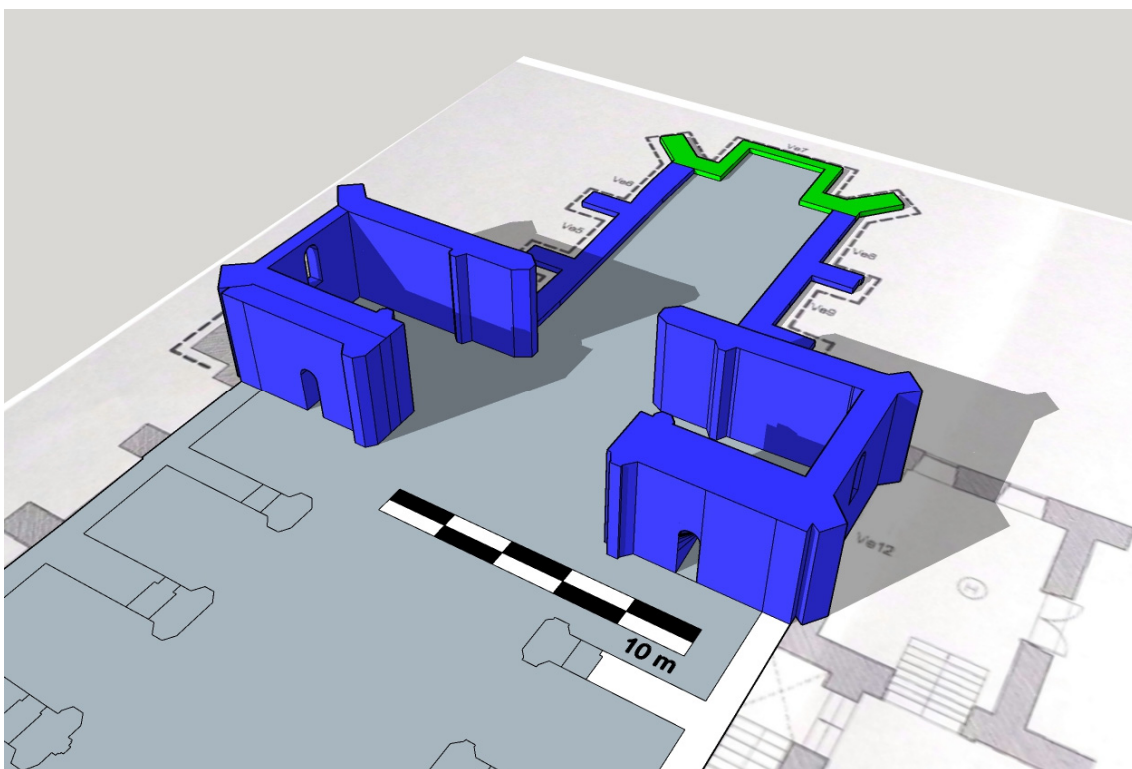


Figura 107 – Reconstituição dos alçados da estrutura primitiva do transepto.

A análise efetuada à capela norte permite igualmente confirmar a proposta de Teresa Ramos (1990, p. 107). verificando-se que o contraforte diagonal identificado nesta na capela possui dois elementos paralelos na capela sul, fossilizados no edifício do claustro.

Relativamente à capela sul, tal como avançado por Joaquim Vinhas (1998, p. 95), cada um dos braços deveria ter duas janelas a proporcionar iluminação para o interior: uma de arco quebrado nas paredes a nascente e outro rematado em arco de volta perfeita nas paredes norte e sul dos braços.

O espaço interior do transepto seria relativamente simples. Destaca-se a execução dos tetos, integralmente abobadados, onde proliferam a abóbada de liernes no espaço do cruzeiro, com as mesmas características da abóbada da capela-mor (Genin, 2014, 2014, 2018) as e abóbadas de combados em cada capela, conferindo o espaço de introdução deste tipo de abóbada em Vilar de Frades.

Transitando para a evolução construtiva do transepto, a reformulação seiscentista do corpo da igreja terá afetado quase exclusivamente a parte superior da estrutura. A alteração mais visível terá ocorrido ao nível do gablete voltado a nascente. A inclinação dos arranques conservados na estrutura primitiva parecem indicar uma solução para o telhado possivelmente mais inclinada e elevada, aliás comum na arquitetura gótica, diferente do telhado mais rebaixado e menos inclinado construído no século XVII.

O braço norte do transepto permite confirmar também a existência de um prolongamento, já amplamente referenciado (Barreiros, 1919; Ramos, 1990; Vinhas, 1998), provavelmente datado do século XVIII. Apesar de constituir um acréscimo meramente funcional para a instalação de um altar barroco, trata-se de uma ação construtiva que introduz em Vilar de Frades a construção de abóbadas em material laterício.

No braço oposto, a sul, a evolução construtiva deste espaço destaca-se sobretudo pela abertura da porta para a sacristia e o entaipamento da janela original, bem como pela destruição da cobertura exterior e de parte dos paramentos na sequência da reforma do claustro sul nos finais do século XVIII.

Fruto também da evolução construtiva do espaço do transepto, é ainda pertinente a forma de articulação do transepto com o corpo da igreja. Através da análise das partes interiores dos muros poentes das capelas do transepto, a leitura evidencia que o transepto integra a primeira empreitada e que o corpo da igreja deverá ainda conservar os muros laterais do século XVI, resultantes da segunda empreitada de construção da igreja e reaproveitados no século XVII na reformulação do corpo.

Numa perspetiva mais geral sobre a construção monástico-conventual, a capela-mor e o transepto de Vilar de Frades não revelam a existência de técnicas e materiais especificamente concebidas para a construção de conventos e mosteiros. Todavia, revelam a execução de sistemas construtivos complexos que exigiam capacidade técnica, experiência e especialização para a sua concretização. Mais do que

possuir uma componente erudita, os construtores teriam de estar tecnicamente aptos a executar edifícios complexos, de exceção, tanto no espaço litúrgico como no espaço vivencial.

3. O corpo da igreja

A construção do corpo da igreja está diretamente relacionada com o desentendimento sucedido entre o Arcebispo D. Diogo de Sousa e os cônegos loios¹³⁵, possivelmente entre 1513 e 1523 (Maurício, 2000, p. 167; Vinhas, 1998, pp. 99–100).

Perante o afastamento do arcebispo bracarense da obra da igreja, a empreitada do corpo terá sido suportada pelos cônegos loios na totalidade, na qual despenderam 930\$000 réis¹³⁶.

Estruturalmente, a construção do corpo primitivo deverá ter arrancado, em parte, simultaneamente com as capelas do transepto, uma vez que para a finalização das capelas do transepto seria necessário que as primeiras capelas do corpo estivessem já alicerçadas e com os seus paramentos erigidos (Ramos, 1990, p. 105). Neste sentido, a área e os seus alicerces do corpo atual teriam de estar definidos já desde o século XVI, tendo a reconstrução do corpo no século XVII concretizado o corpo idealizado inicialmente (Ramos, 1990, p. 105).

A planimetria do corpo da igreja quinhentista deveria materializar uma planta de nave central flanqueada por “cripto-naves”, seguindo um modelo semelhante à da igreja de São Francisco de Évora, ainda que com diferenças óbvias (Ramos, 1990, p. 105). Contudo, o corpo de Vilar de Frades aparenta consistir numa solução mais evoluída do que a de São Francisco, mais próxima da planta comumente utilizada na arquitetura maneirista das igrejas jesuítas (Ramos, 1990, p. 106).

Outras interpretações aproximam o corpo primitivo do sistema de nave única e capelas laterais, seguindo uma tipologia semelhante à das “igrejas-salão” (Vinhas, 1998, pp. 98–99).

Todavia, devido à menor capacidade financeira dos cônegos de Vilar, o resultado construtivo do corpo quinhentista não terá correspondido à “... *fábrica da capela mor e do cruzeiro...*”¹³⁷, resultando numa edificação frágil que não daria para mais do que “... *paredes delgadas que sustentassem hum forro de madeira,*”¹³⁸.

O corpo da igreja terá mantido a sua forma primitiva até 1623, quando durante o reitorado do Padre Pedro da Conceição da Barca os padres loios de Vilar decidem empreender na sua reforma. Uma

¹³⁵ Um episódio implicitamente referido nas memórias do Padre Baltasar de Cristo Sodré: “... e ouvij dizer ao meu Tjo [e a] Melchior da graça (o primeiro) que vindo o ArceBispo e vendo as armas nossa da Aguia, postas no cruzeiro, que ouvera disso tristeza porque inda que lhe não mandasse fazer ajudou com as pennas da Relação”. ANTT – Conventos Diversos, S. Salvador de Vilar de Frades, C 25, E 2, P 1, Liv. 1 (n.25), fl. 30vº.

¹³⁶ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

¹³⁷ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

¹³⁸ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

intervenção justificada pela existência de deficiências estruturais, nomeadamente ao nível da cobertura do corpo que se encontraria a ceder e a oferecer perigo de ruína, resultado da fragilidade construtiva de raiz deste espaço.

A reforma em questão, cujos custos terão chegado aos 4.830\$000 réis, resultou num novo espaço arquitetonicamente correspondente à capela-mor, dividido em seis painéis, integralmente coberto com abóbadas de nervuras cruzadas e contrafortes de grande envergadura nas paredes¹³⁹.

Do ponto de vista técnico, a reforma empreendida no século XVII terá conservado do muro setentrional do corpo, ao qual foram adicionados contrafortes para o reforçar e receberem as forças da abóbada de nervuras (Vinhas, 1998, pp. 149–150) .

A construção da abóbada da nave central terá tido início a 17 de junho de 1623, estando o espaço entre as torres referente ao coro-alto concluído nos inícios de outubro (Maurício, 2000, p. 139). A construção decorre sensivelmente durante a primeira metade do século XVII, mais precisamente até ao ano de 1641, ano em que terá sido finalizada¹⁴⁰.

A estrutura edificada resulta numa abóbada de liernes com losangos centrais, repetida por seis tramos unificados e de planta semelhante às congéneres da capela-mor e do transepto, ainda que apresentando algumas características diferentes (Genin, 2018, p. 54).

As diferenças apontadas à abóbada da nave prendem-se com uma simultânea simplificação do sistema da abóbada quinhentista e permanência do conhecimento do funcionamento estrutural, visível pelo elevado número de pedras de fecho existentes na estrutura (Rosas, 1995, p. 66). Outras diferenças, prendem-se com a interrupção da linha do rampante transversal, que indicia não ter havido uma determinação da forma da abóbada previamente à construção, ou com a cota variável das chaves, devido às nervuras partirem, sem exceção, do mesmo nível do *tas-de-charge* e daí resultar a interrupção do rampante (Genin, 2018, p. 54).

Relativamente ao processo construtivo, de uma forma simplificada, deverá ter ocorrido primeiramente a construção do *tas-de-charge* até ao arranque das nervuras, sendo colocada neste nível a plataforma de trabalho. No seguimento, deverão ter sido montados os cimbres das diagonais e a escora da chave central, seguidamente dos cimbres dos terciarões, com forma idêntica aos da diagonal e até às chaves

¹³⁹ “... se deliberarão a darem principio à obra porporcionada à capella repartida em seis paineis, e assy o padre reitor Pedro da Conceição da Barca em 17 de Julho do mesmo anno lançou a primeira pedra do corpo da Igreja começando o pillar pello primeiro paynel do choro, e foy-sse continuando este magestoso edificio firmado com altos e fortes botareos com a mesmo (sic) abobada enlaçada de porcintas e rozas em correspondencia igual da capella mor e cruzeiro.”. *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

¹⁴⁰ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

secundárias. A finalizar o processo, terão sido colocados os cimbres dos rampantes transversais e longitudinais e os dos liernes entre as chaves¹⁴¹ (Genin, 2018, p. 56).

Montados os cimbres, a construção da abóbada terá sido iniciada pela colocação das chaves, seguida dos elementos das nervuras e da abóbada, a partirem simultaneamente dos quadrantes para o centro (Genin, 2018, p. 56).

Outras características da abóbada da nave apontam para uma estrutura que envolve um traçado ou conhecimento de geometria relativamente simples, onde muitos dos elementos são construídos ao mesmo nível e a localização dos elementos não era determinada previamente, mas sim no decurso da construção tendo por base a planta e o raio do arco principal (Genin, 2018, p. 56).

Outras alterações da reforma do corpo poderão ter ocorrido nas capelas laterais¹⁴². Segundo algumas observações, as capelas laterais atuais evidenciam duas fases de intervenção ao nível das soluções das arcadas. A forma das bases, de gosto manuelino, pressupõem um sistema original de colunas “embebidas ou aguçadas”, portanto do século XVI, ao passo que nas alterações efetuadas no século XVII é implementado um sistema “...de longas molduras com acentuadas escócias...”, mais utilizadas em época moderna (Ramos, 1990, p. 106).

As últimas capelas laterais poderão configurar um espaço levantado e alicerçado já no século XVII, apresentando os seus paramentos uma menor espessura e uma quebra na intercomunicação com as restantes capelas (Ramos, 1990, p. 106).

Após passar por um interregno, a reforma do corpo estava concluída em 1658, momento em que se finalizam as capelas laterais e se procede à colocação dos retábulos¹⁴³.

Do ponto de vista da conceção do edifício, o resultado construtivo da reforma tem motivado várias interpretações que oscilam entre a possibilidade de ter constituído a recuperação e conclusão do programa quinhentista ou a construção de um corpo novo de pendor revivalista.

Segundo algumas interações, o revivalismo da abóbada da nave, evocativa das abóbadas manuelinas, por si só, não é suficiente para se afirmar que a reformulação do século XVII tenha retomado e concluído o programa inicialmente pensado para a igreja quinhentista. Se, por um lado, as crónicas modernas aludem à existência de um projeto portentoso para o corpo quinhentista semelhante ao da capela-mor e transepto, por outro lado, também não referem que a reedificação seiscentista, não menos

¹⁴¹ Segundo a autora, estes elementos possuíam importância acrescida para a rigidez e estabilidade da abóbada.

¹⁴² A autora referiu ainda existência de um pilar entaipado na primeira capela do lado direito da entrada.

¹⁴³ “Forão continuando com esta sumptuosa obra os reverendos padres reitores João de S. Paulo, Felippe da Ressurreição, Gaspar dos Anjos, Gabriel da Annuniação e Bernardo de Christo ate o anno de 1641. Despendendo-sse nella quatro contos outocentos e trinta mil reis em o qual anno pararão não se obrando couza que avultasse ate este de 1658 em que tiverão fim as capellas e seus retabulos...”. *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

ambiciosa e aprazível do que o plano original, constitua uma continuidade do projeto inicial (Rosas, 1995, p. 66).

O facto de a abóbada de seis painéis constituir uma reprodução padronizada da abóbada da abside, permite deduzir que a reforma seiscentista não seguiu o projeto iniciado por D. Diogo de Sousa, eventualmente a preconizar um corpo de três naves amplas, em detrimento das cripto-naves erigidas pelo menos a partir do século XVII (Rosas, 1995, p. 66). Deste modo, numa interpretação crítica das fontes modernas, a reforma do corpo parece materializar um projeto do século XVII baseado na capela-mor como referência para a abóbada (Rosas, 1995, p. 66).

Todavia, a reforma da igreja parece suscitar uma contradição, uma vez que o revivalismo da abóbada polinervada surge num período em que as tendências da arquitetura se caracterizam pela procura da novidade¹⁴⁴. Neste contexto, o corpo seiscentista apresenta-se como uma construção dicotómica entre a invocação do prestígio do passado e a apetência pela novidade (Rosas, 1995, p. 67).

A explicação para a singularidade do corpo seiscentista poderá estar na conjuntura que envolve a história do edifício e da comunidade. Na delineação da reforma terá pesado a evocação do prestígio do passado, nomeadamente do projeto manuelino associado a uma personagem ilustre como o Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, assim como uma necessidade de afirmação por parte da congregação de que possuía os meios necessários para executar um projeto semelhante ao do patrocinado pelo arcebispo¹⁴⁵. (Rosas, 1995, p. 67).

Em última instância, a reforma do corpo da igreja de Vilar de Frades parece enquadrar-se num quadro mais abrangente de permanência da construção gótica nos países europeus, ainda que incluindo todo um conjunto de conhecimentos, investimentos e procedimentos construtivos condizentes com a construção de época moderna (Rosas, 1995, p. 68).

A dificuldade de interpretação do corpo da igreja tem suscitado hipóteses mais complexas, assentes na coexistência de várias ideias, nomeadamente a da concretização do projeto quinhentista com a concretização de um espaço ornamentado com uma “gramática renascentista” e com uma linguagem arquitetónica coerente com os espaços quinhentistas (Vinhas, 1998, p. 152).

O corpo da igreja voltou a sofrer alterações durante o século XVIII, quando fruto de uma reestruturação do interior da igreja “...*ligada às novas exigências do ritual litúrgico e às invocações tridentinas...*” os

¹⁴⁴ A autora realçou que as intervenções da época moderna em edifícios religiosos medievais, nomeadamente a construção de naves e capelas, caracterizavam-se pela adição de planimetrias e alçados modernos, até pela necessidade de adequar o espaço sacro às exigências litúrgicas da época.

¹⁴⁵ Outros fatores enumerados referiam o intuito de reconstruir o corpo da igreja com a capela-mor e transepto tendo em vista a uniformização arquitetónica da igreja, a execução de um projeto que mimetizasse o projeto original e, também, a possibilidade de o gosto da comunidade ser mais conservador e menos propenso a uma construção moderna.

cónegos de Vilar de Frades procedem à colocação de janelas com ornamentação rococó nas paredes laterais da nave¹⁴⁶ (Vinhas, 1998, pp. 229–231).

A referida empreitada ocorre durante o reitorado do Padre-reitor Francisco de Santa Maria¹⁴⁷ com o objetivo de resolver o problema de iluminação do interior da igreja provocado pela colocação de retábulos de talha dourada nas capelas laterais e consequente entaipamento das janelas laterais da parte inferior do corpo (Vinhas, 1998, p. 230).

As janelas do século XVIII encontram-se documentadas nos finais do século XIX (Leal e Ferreira, 2006, p. 1227) e nos inícios do século XX (Barreiros, 1919, p. 6), tendo sido retiradas em 1944 durante uma intervenção da DGEMN. De acordo com o processo referente a Vilar de Frades, a remoção das janelas envolveu o desmonte dos elementos arquitetónicos e o preenchimento dos vãos com nova cantaria (Vinhas, 1998, p. 221).

3.1 Diagnóstico

O corpo da igreja de Vilar de Frades (Figura 108), designado pela unidade de referência A-3, identifica o subespaço da igreja (A) situado entre o subespaço do transepto (UR A-2), a nascente, e os três subespaços que rematavam o edifício da igreja a poente, nomeadamente o nártex (UR A-4), a torre norte (A-5) e a torre sul (A-6) (Figura 109).



¹⁴⁶ Três do lado norte e quatro do lado sul.

¹⁴⁷ Posteriormente, o autor referiu num quadro resumo que a intervenção de colocação das janelas terá sido suportada pelo Padre José de São Luís.

Figura 108 - Localização da nave da igreja no edificado do complexo de Vilar de Frades. Fotografias cedidas por João Ribeiro.

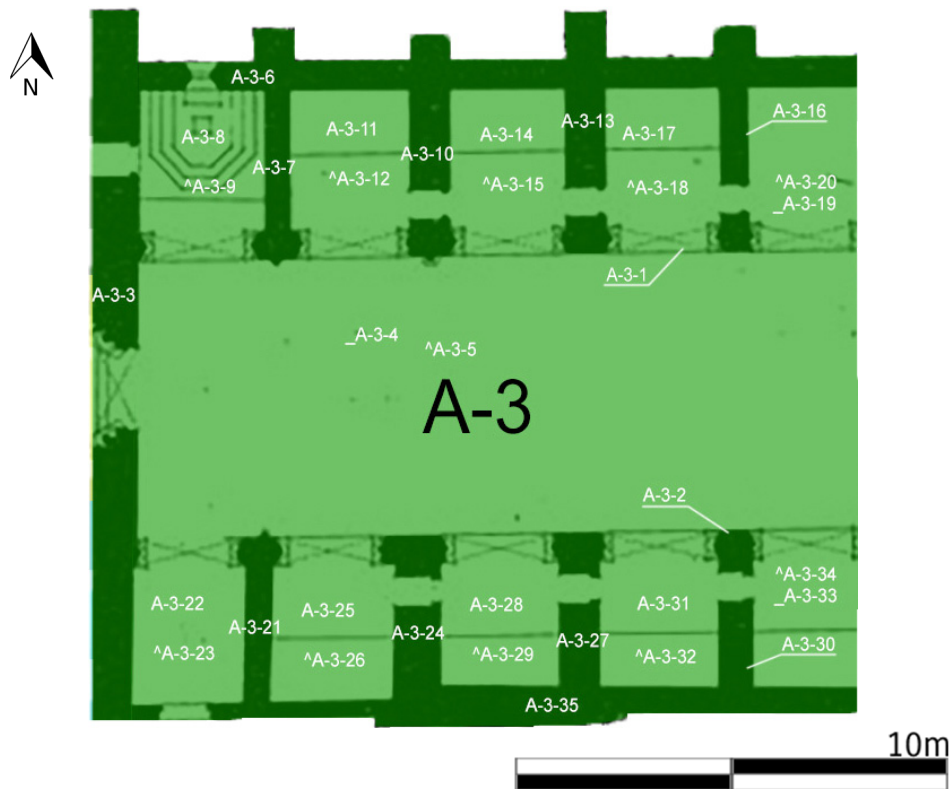


Figura 109 - Identificação das unidades de referência atribuídas aos elementos verticais e horizontais do corpo da igreja. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Internamente, o corpo da igreja possui várias subdivisões funcionais designadamente a nave central, as capelas que flanqueiam a nave a norte a sul, bem como o espaço sob o coro-alto e o coro-alto. Porém, a leitura espacial do seu interior indicia a existência de uma primeira fase construtiva correspondente a um amplo espaço único, seguida de uma segunda fase, que contemplou a construção do coro-alto e introduziu uma separação entre o espaço da nave e o coro-alto, incluindo a parte inferior a este¹⁴⁸.

Considerado o último espaço da igreja a ser edificado¹⁴⁹, o corpo define uma estrutura retangular de grandes dimensões com aproximadamente 33 metros de comprimento (Apêndice 2: Corte 5), 21 metros de largura (Apêndice 2: Corte 6) e 18 metros de altura (Apêndice 2: Corte 5).

Do ponto de vista da macro análise construtiva (Apêndice 3: Alçados 5 e 6; Figura 110), no âmbito dos elementos verticais, destaca-se o recurso a diferentes tipos de paramentos nos muros laterais do corpo, nos muros das capelas laterais e nos muros da nave. Os dois primeiros, do corpo e divisórios das

¹⁴⁸ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). *Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico*. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 8.

¹⁴⁹ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). *Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico*. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 8.

capelas laterais, possuem paredes revestidas com reboco, ao passo que os da nave exibem paredes com um aparelho de cantaria bastante regular e de revestimento.

Outros elementos reportam-se aos contrafortes exteriores, do tipo perpendicular, existentes tanto na parede do corpo (inferior) como da nave (superior).

No conjunto das aberturas, o paramento do corpo possui no piso térreo janelas entaipadas de remate superior em semicírculo, tal como as da capela-mor. No piso superior, registam-se três janelas quadrangulares de tamanhos diferentes.



Figura 110 - Perspetiva exterior da do alçado norte da parede norte do corpo da igreja. Fotografia cedida por João Ribeiro.

Na macro análise construtiva do interior (Apêndice 2: Corte 5), a nave (Figura 111) exhibe na parte superior janelas igualmente com remate superior em arco de volta perfeita, forma que depois se repete no remate superior dos arcos dos vãos que servem de entrada para cada uma das capelas laterais. Os arcos das entradas das capelas possuem capiteis decorados com uma gramática variada que inclui motivos zoomórficos, antropomórficos e vegetalista. As bases seguem todas a forma poligonal.

As capelas laterais encontram-se interligadas por uma porta de forma quadrangular, com exceção para as capelas situadas mais a poente.

Na parte superior da nave existe, ainda, um friso duplo simples e um conjunto de mísulas da abóbada de formato alongado e decoradas com motivos vegetalistas na base.



Figura 111 - Perspetiva geral do alçado sul da parede norte da nave (A-3-1).

Quanto aos elementos horizontais, tanto o pavimento da nave como o das capelas laterais encontra-se lajeado. O pavimento da nave segue o padrão em losango e constituição em lajes de granito, tal como previamente identificado nos espaços da capela-mor e do transepto (Figura 112).

O piso das capelas laterais, por sua vez, possui uma plataforma mais elevada possivelmente relacionada com a colocação dos retábulos de talha dourada no século XVIII, sendo integralmente constituído por lajes retangulares em granito de tamanho variado e com um padrão mais irregular.

Em algumas capelas, sobretudo as situadas na banda norte da igreja, algumas lajes evidenciam uma disposição diferenciada, possivelmente decorrente de uma organização das capelas laterais anterior à instituída no século XVIII com a colocação dos retábulos de talha dourada¹⁵⁰ (Figuras 113 e 114).



Figura 112 - Pavimento da nave (A-3-4).

¹⁵⁰ Os pavimentos foram alvo de uma intervenção recente de remontagem, facto que comprometeu a sua estratigrafia construtiva.



Figura 113 – Pavimento da capela lateral mais a nascente do lado norte (A-3-19).

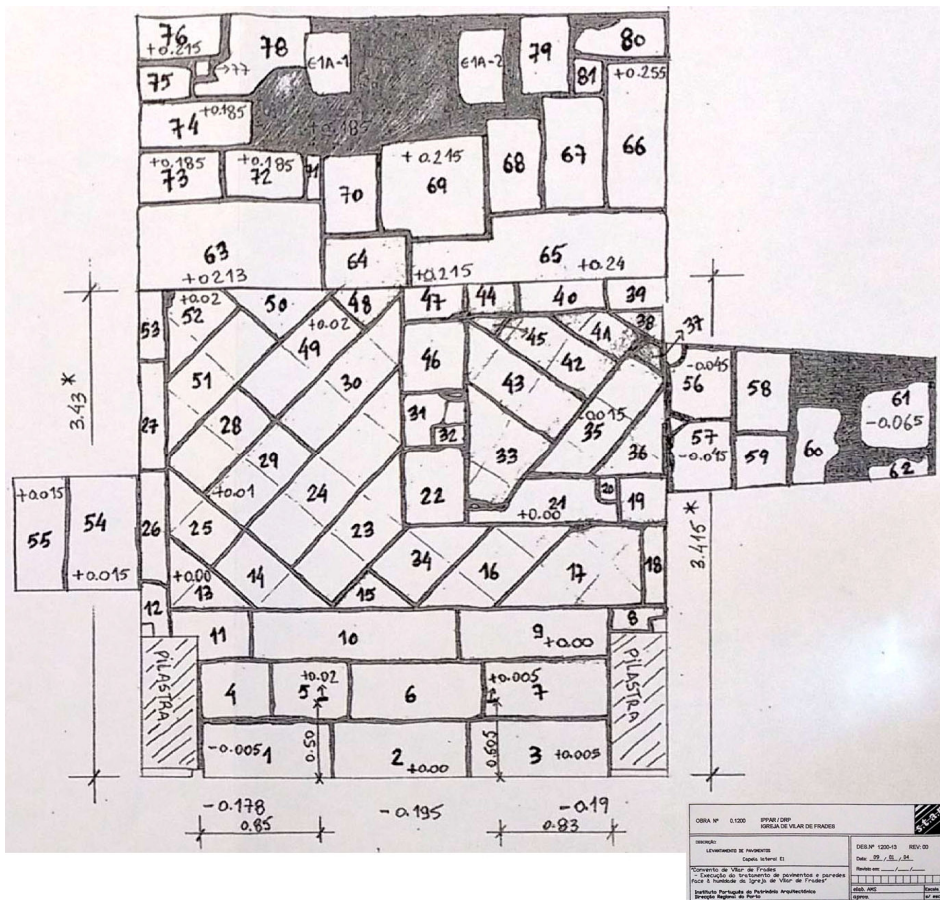


Figura 114 – Levantamento do pavimento (A-3-19) da capela lateral para remontagem. Fonte: DRCN/S.T.A.P.

Os pavimentos do coro-alto, bem como das divisões situadas por cima das capelas laterais, encontram-se todos profundamente alterados e de caráter recente, no caso do coro alto, ou executados com materiais contemporâneos no âmbito de reabilitação do edifício, no caso dos espaços por cima das capelas laterais.

Ao nível dos tetos e coberturas, tal como referido na análise do transepto, o corpo partilha um telhado de duas águas na zona da nave e de uma água por cima das capelas laterais. Trata-se, como já referido, de uma estrutura de execução contemporânea.

Pelo interior (Apêndice 2: Corte 7), tanto a nave central como as capelas laterais encontram-se integralmente cobertas por abóbadas nervuradas (Figura 115).

As divisões situadas na parte superior das capelas possuem um forro de madeira colocado em época contemporânea.

Com base nos elementos identificados, a análise efetuada ao corpo da igreja tem por objetivo a caracterização construtiva dos elementos construtivos reduzidos aos espaços da nave e das capelas laterais, bem como abordar um conjunto de questões relacionadas com a evolução construtiva desta parte do edifício da igreja. Nomeadamente, compreender o tipo de articulação construtiva entre os elementos da nave supostamente edificada no século XVII, no sentido de tornar possível distinguir cronologicamente os elementos pertencentes a cada uma das fases do corpo primitivo da igreja do XVI e da reforma executada no século XVII.

Neste sentido, tendo em consideração as questões suscitadas pelo estado dos conhecimentos atuais e as condicionantes do edifício, a análise empreendida incide sobre as unidades de referência mais pertinentes e viáveis para a análise. Para o efeito, são analisadas as duas paredes da nave central (A-3-1 e A-3-3), sobre a abóbada da nave (A-3-5) e sobre a parede norte do corpo (A-3-6) e ainda sobre a parede lateral de uma das capelas do flanco lateral sul do corpo da igreja (A-3-30).



Figura 115 – Perspetiva geral da abóbada da nave (A-3-5).

3.1.1. A-3-1

A unidade de referência designada por A-3-1 corresponde à parede norte da nave do corpo da igreja (Apêndice 1: Tabela 13 – Ficha de leitura estratigráfica nº 13).

A análise deste paramento incide apenas sobre a parte inferior, uma vez que a estratificação observada neste paramento é coincidente com a leitura da parede sul da nave (A-3-3)¹⁵¹.

Todavia, a pertinência da análise da parte inferior do paramento prende-se com a deteção de uma variação na articulação do arco da primeira capela com a parede da nave e relativamente ao observado nos restantes arcos das capelas dos dois lados.

¹⁵¹ O alçado norte da parede sul da nave revelou a mesma constituição e o mesmo tipo de estratificação (UR A-3-3) (Apêndice 1: Tabela 14 – Ficha de leitura estratigráfica nº 14).

As interpretações da construção do corpo quinhentista apresentam divergências interpretativas. Alguns autores defendem que a construção do transepto tornou necessária a construção pelo menos das duas primeiras capelas laterais do corpo (Ramos, 1990, p. 105). Outras perspetivas vinculam-se à possibilidade de apenas ter ocorrido a construção da primeira capela lateral do lado norte, tendo por base o facto de o arco da capela norte apresentar mais semelhanças com os arcos do transepto, assim como o facto de os capitéis do arco apresentarem uma iconografia decorativa enquadrada no gosto do século XVI (Faure, 2012, p. 80).

Todavia, a leitura estratigráfica da parte inferior do paramento norte, tal como acontece na parede sul (UR A-3-2), indica a presença de quatro momentos de intervenções construtivas.

No conjunto das intervenções mais recentes, de cariz contemporâneo, regista-se desde logo uma alteração ao nível dos pavimentos das capelas laterais e da nave, resultante das intervenções de reabilitação do edificado promovidas pela DRCN. No caso dos pavimentos do corpo da igreja, como já referido, trata-se de uma intervenção que contemplou o levantamento e remontagem do pavimento. Uma ação que criou um interface de rotura ao nível da base da articulação do pavimento com o paramento.

Também no âmbito do restauro levado a cabo pela DGEMN, na década de 40 do século XX, são eliminadas e entaipadas as janelas datadas do século XVIII.

A alteração mais significativa à estrutura primitiva da nave deverá ter ocorrido com a construção da abóbada do século XVII. A construção desta estrutura não só anulou o teto primitivo e promoveu modificações significativas na parte superior do paramento, nomeadamente com a colocação dos arranques das nervuras, como também afetou a parte inferior com a instalação de mísulas alongadas que ultrapassam o friso duplo do registo intermédio.

Assim, do corpo quinhentista primitivo deveria fazer parte o friso duplo, em granito, que percorre o registo intermédio do paramento em articulação estrutural com este, mas também as aberturas das capelas laterais, com remate superior em arco de volta perfeita, capitéis decorados com uma gramática variada de temas antropomórficos, zoomórficos e fitomórficos e bases poligonais.

Todavia, a abertura da capela situada mais a nascente, para além de uma execução diferente do arco e dos capitéis em relação às restantes (Faure, 2012, p. 80), evidencia, de facto, um interface de ligação estrutural (UE 291) entre o arco de abertura (UE 290) e a parede norte da nave (UE 296) mais integrada no paramento. O arco utiliza os próprios blocos do paramento quase até à parte superior do arco, sugerindo que a sua construção ocorreu necessariamente aquando da construção da parede da nave (Figura 116).

Não obstante, esta execução diferenciada do arco da capela situada mais a nascente constitui um indicador importante para a hipótese de a parte superior dos arcos poderem ter sido alvo de uma reformulação em época moderna (Ramos, 1990, p. 106). A forma como os elementos deste arco se encontram integrados na parede até quase ao topo levam a crer que, pelo menos a execução em volta perfeita, aliás observável também nas janelas, terá ocorrido no século XVI.

Nas restantes aberturas, principalmente após o local das mísulas, a integração dos elementos do arco ocorre de forma notoriamente separada dos silhares do paramento.

A fechar o conjunto dos elementos possivelmente pertencentes à estrutura primitiva, regista-se o elemento estrutural base, a parede, caracterizada por um aparelho bastante regular, silhares de média dimensão dispostos em travamento por sobreposição e argamassados.



Figura 116 - Pormenor da forma de integração dos arcos das capelas laterais com o paramento.

3.1.2. A-3-3

Como referido na análise parcial da parede norte da nave (UR A-3-1) (Apêndice 1: Tabela 14 – Ficha de leitura estratigráfica nº 14), na parede sul foi efetuada uma leitura mais extensa que inclui tanto o alçado sul, voltado para o exterior na parte superior, como o alçado norte do paramento interior (Apêndice 1: Tabela 17 – Ficha de leitura estratigráfica nº 17).

O paramento exterior da parede sul da nave, apesar de apenas abranger a parte superior do mesmo, revela a existência de marcas físicas de intervenções construtivas que abrangem um espaço temporal compreendido entre os séculos XX e XVI.

A intervenção mais recente, identificada no paramento exterior, corresponde a um conjunto de interfaces de rotura que resultam da reformulação contemporânea dos telhados. Todavia, se no caso das laterais da igreja a intervenção da DGEMN nos telhados consistiu apenas na substituição das armações e telhas, portanto mantendo o mesmo sistema, no caso do telhado da nave a intervenção teve um cariz restaurador. A intervenção da DGMEN na cobertura da nave, não só contemplou a demolição

do telhado do século XVII como também de todo um tramo de parede, provavelmente erigido para altear o telhado e proporcionar o devido espaço para a “couraça” da abóbada seiscentista¹⁵².

Os registos fotográficos da DGEMN, anteriores à intervenção, permitem observar que o telhado do século XVII deveria corresponder a uma estrutura mais elevada do que a atual (Figura 117). A seguir às janelas da nave deverá ter existido um beiral simples a proteger a parte superior do paramento dos elementos, sendo que o paramento construído para elevar a estrutura deverá ter contemplado uma estrutura de espessura reduzida executada em perpianho, possivelmente com material laterício e rebocada no paramento exterior, apenas para amparar as vigas da estrutura em madeira do telhado (Figura 118).

Todavia, por sua vez, a reformulação seiscentista deverá ter contemplado a destruição do telhado primitivo do século XVI até o nível do beiral, que poderá ter constituído uma reminiscência do corpo primitivo e servido de referência para a intervenção da DGEMN.

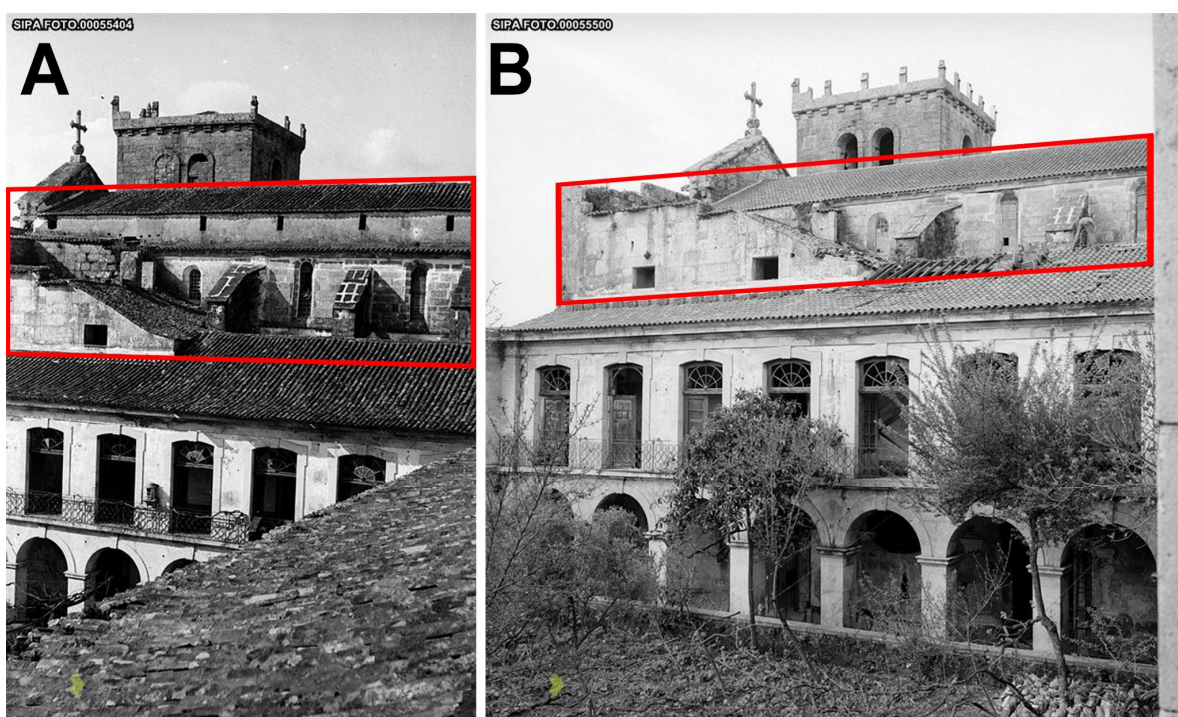


Figura 117 - Registos fotográficos antes (A) e depois (B) da intervenção da DGEMN no corpo da igreja de Vilar de Frades na década de 40 do século XX. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

¹⁵² A introdução de materiais construtivos contemporâneos, como o betão armado, deverá ter possibilitado a demolição da couraça que selava a abóbada pela parte superior e o rebaixamento do telhado sem comprometer a da estrutura a abóbada.



Figura 118 - Pormenor da localização do telhado antes (esquerda) e depois (direita) da intervenção da DGEMN na década de 40 do século XX. Fonte da fotografia da esquerda: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

A leitura permite ainda identificar vestígios de uma outra intervenção, relacionada com a reformulação oitocentista do claustro sul. A existência de uma rotura deverá assinalar a demolição no lado sul dos contrafortes do corpo e do transepto, possibilitando assim o alargamento e reconstrução da ala nascente do claustro adossada ao edifício da igreja.

Na zona correspondente aos contrafortes foi colocado um friso liso no remate superior do paramento, de forma a dar continuidade ao friso decorado e possivelmente datado do século XVII.

Relacionada com a construção da abóbada do século XVII, deverá estar a construção dos contrafortes situados na parede da nave. Tal como observado na parede lateral da capela que fica na continuidade do contraforte (UE 310) (Apêndice 1: Tabela 17 – Ficha de leitura estratigráfica nº 17) e nos contrafortes inferiores da parede norte, os contrafortes superiores deverão ter sido apenas adossados à parede da nave.

No entanto, tal como a abóbada do século XVII replicou o tipo de abóbadas construídas no século XVI na capela-mor e no transepto, a forma dos contrafortes seguiu também uma linguagem arquitetónica e constituição semelhante aos elementos quinhentistas, apresentando-se cortados na parte superior e executados num aparelho bastante regular, com silhares de dimensão média e sobrepostos em travamento de sobreposição.

Ainda relacionada com a construção da abóbada setecentista, como já referido, a estrutura implicou a construção de um telhado novo para a nave. Neste sentido, ao nível da parede, esta possui um friso decorado remanescente do tipo de friso da fase quinhentista da capela-mor e do transepto, bem como a construção, ou reaproveitamento, de um beiral e a construção de mais um tramo de paramento para o

assentamento das vigas do telhado, portanto de cariz meramente utilitário, possivelmente executado em tijolo, rebocado na face exterior e com pequenas frestas.

Todavia, é notório que a adaptação do telhado seiscentista não resultou numa execução tão integrada com o edifício preexistente como se verifica, por exemplo, ao nível dos contrafortes. A forma como o friso se encontra em alguns casos a intersectar as janelas é reveladora, desde logo, de constituir uma adição posterior, possivelmente recuperando elementos da estrutura primitiva, bem como o tramo de alteamento do telhado, que, por sua vez, não seguiu uma execução segundo as características das empreitadas quinhentistas.

Assim, com base na leitura do paramento, o edifício aparenta apenas conservar as paredes do século XVI. As janelas seguem a mesma forma das janelas quinhentista e o paramento apresenta uma execução concordante com as estruturas datadas do século XVI. Ainda que, por si só, as características destes elementos não sirvam para a sua datação, não se registam interfaces que sugeriram ou indiquem uma datação posterior para estes elementos.

Já no caso do paramento interior da parede sul, ainda que registe alguns elementos comuns ao paramento exterior, apresenta uma evolução igualmente pautada por diferentes intervenções construtivas.

A ação mais recente identificada neste paramento corresponde ao interface de rotura resultante das intervenções de levantamento e remontagem dos pavimentos promovidas pela DRCN para o tratamento estrutural da nave e das capelas laterais.

Uma segunda ação, também de cariz contemporâneo, situa-se no registo superior do paramento. Uma intervenção de restauro efetuada pela DGEMN, na década de 40 do século XX¹⁵³, que consistiu na remoção de um conjunto de janelas com decoração rococó adicionadas no século XVIII.

Com efeito, a colocação das janelas tem sido atribuída à necessidade iluminar o espaço interior da igreja, na sequência da alteração da dinâmica do culto nas capelas laterais pela colocação de retábulos de talha dourada na parede de fundo da capela e entaipamento das janelas inferiores do corpo quinhentista (Vinhas, 1998, p. 230).

Todavia, tendo em consideração a localização das janelas e a organização do edifício, as janelas do século XVIII dificilmente proporcionariam iluminação natural para o interior da igreja. Os registos fotográficos (Figura 119) da nave ainda com as referidas janelas erigidas permitem constatar que as

¹⁵³ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 9.

janelas estão localizadas ao nível das mísulas, inclusivamente ocupando o mesmo comprimento que estas em altura. A localização das mísulas, tal como ainda ocorre no edifício atual, faceia com o interior das salas intercomunicantes situadas por cima das capelas laterais que, por sua vez, também possuem poucos pontos de iluminação (Figura 120).



Figura 119 - Registo fotográfico do interior da igreja antes da intervenção da DGEMN na década de 40 do século XX com as janelas edificadas no século XVIII. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Neste sentido, a hipótese de as janelas do século XVIII terem constituído uma forma de compensação de iluminação é possivelmente induzida pelos registos fotográficos da DGEMN, dado que no momento da fotografia os espaços superiores às capelas laterais se encontravam sem cobertura (Figura 121).

Possivelmente, a adição das janelas terá tido um propósito mais ornamental do que funcional, razão pela qual poderão ter optado pela sua remoção e entaipamento.

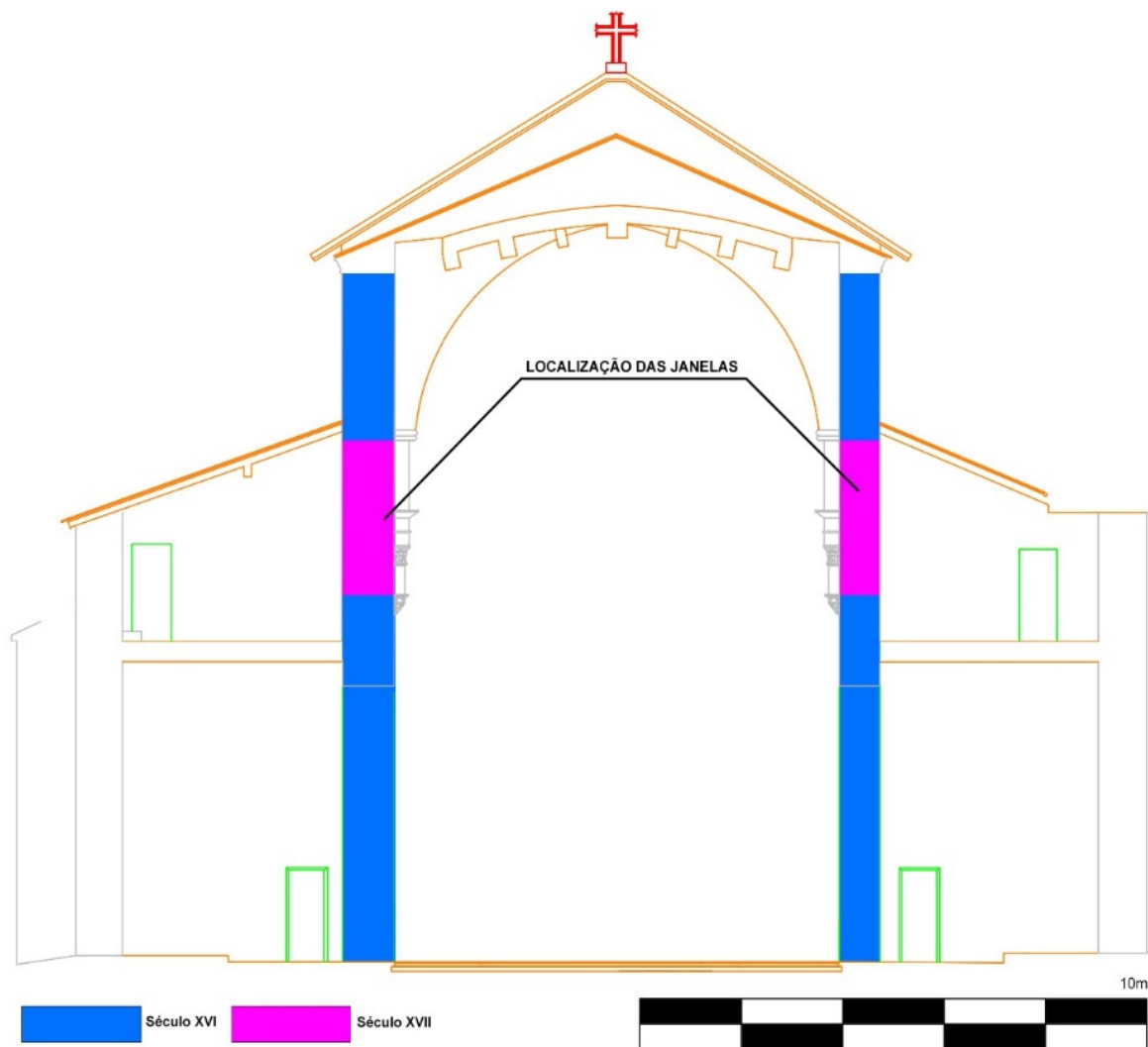


Figura 120 - Localização das janelas do século XVIII vistas em corte. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.



Figura 121 - Registo fotográfico da intervenção da DGEMN na década de 40 do século XX onde é possível observar a ausência de cobertura nas laterais da igreja. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

É irrefutável que a intervenção de maior impacto no corpo da igreja foi a empreitada de construção da abóbada da nave na primeira metade do século XVII. Uma intervenção que provocou alterações, como já referido, na superfície horizontal da cobertura e também nos paramentos laterais, nomeadamente na parte superior.

Neste sentido, na parte superior do paramento é possível observar-se um extenso interface de rotura que corresponde a um corte efetuado para a implantação do sistema de nervuras diretamente no paramento, inclusivamente adaptando-o ao paramento, que segue depois para a colocação das mísulas.

Quanto ao perfil alongado das mísulas, que preenchem uma extensa área desde o ponto de sustentação do sistema de nervuras da abóbada até ao friso duplo, possivelmente será uma forma de manter a coerência arquitetónica do espaço interior, dado que apenas se encontram ornamentadas na parte inferior, seguindo a mesma temática e forma das mísulas das abóbadas da capela-mor e do transepto.

Os elementos pertencentes à nave construída no século XVI remetem para uma nave de pé-direito bastante elevado, tal como referido nas crónicas, com um conjunto de janelas com lintel de volta perfeita a formar uma espécie de clerestório, um friso duplo na parte intermédia e uma arcada na parte inferior, tal como descritas na parede norte.

Todavia, ao contrário do primeiro arco da capela lateral situada mais a nascente na parede norte da nave (Apêndice 1: Tabela 13 – Ficha de leitura estratigráfica n° 13), os arcos do lado sul possuem todos uma homogeneidade construtiva e uma integração estrutural na parede diferenciada do aparelho do paramento.

3.1.3. A-3-5

A cobertura horizontal da nave da igreja encontra-se identificada pela unidade de referência A-3-5 (Apêndice 1: Tabela 15 – Ficha de leitura estratigráfica n° 15), sendo constituída por um telhado de duas águas contemporâneo¹⁵⁴ para o exterior e por uma abóbada de nervuras de grandes dimensões para o interior que cobre uma área superior a um retângulo de 24 metros por 8 metros.

A sua construção, como já referido, constitui uma adição documentada entre 1623 e 1641. O seu processo construtivo deverá ter sido bastante semelhante ao da construção das abóbadas da capela-mor e do transepto (URs A-1-5 e A-2-5). Para além do planeamento prévio, a montagem ter-se-á iniciado pela

¹⁵⁴ O telhado era partilhado com o espaço do transepto, tendo já sido abordado na análise do referido espaço (UR A-2-6 - Apêndice 1: Tabela 7 – Ficha de leitura estratigráfica n° 7).

construção de uma complexa estrutura de cimbres em madeira, seguindo-se a montagem do sistema de nervuras e do sistema da abóbada.

O sistema de nervuras é constituído por dois arcos diagonais, terciarões, liernes e tergos transversais (Figura 122). O sistema desenvolve-se a partir dos arcos diagonais que se cruzam e estendem para um conjunto de nervuras secundárias com liernes a formar uma estrela e os terciarões a formar losangos. Destaca-se, no entanto, o facto de os tergos não ligarem às duas paredes, interrompendo numa das chaves secundárias após os losangos.

Naturalmente, os arcos do sistema de nervuras possuem um conjunto de chaves principais, de maior dimensão, e secundárias, de menor dimensão, que formam também um apontamento decorativo ornamentado com motivos vegetalistas em forma de flores.

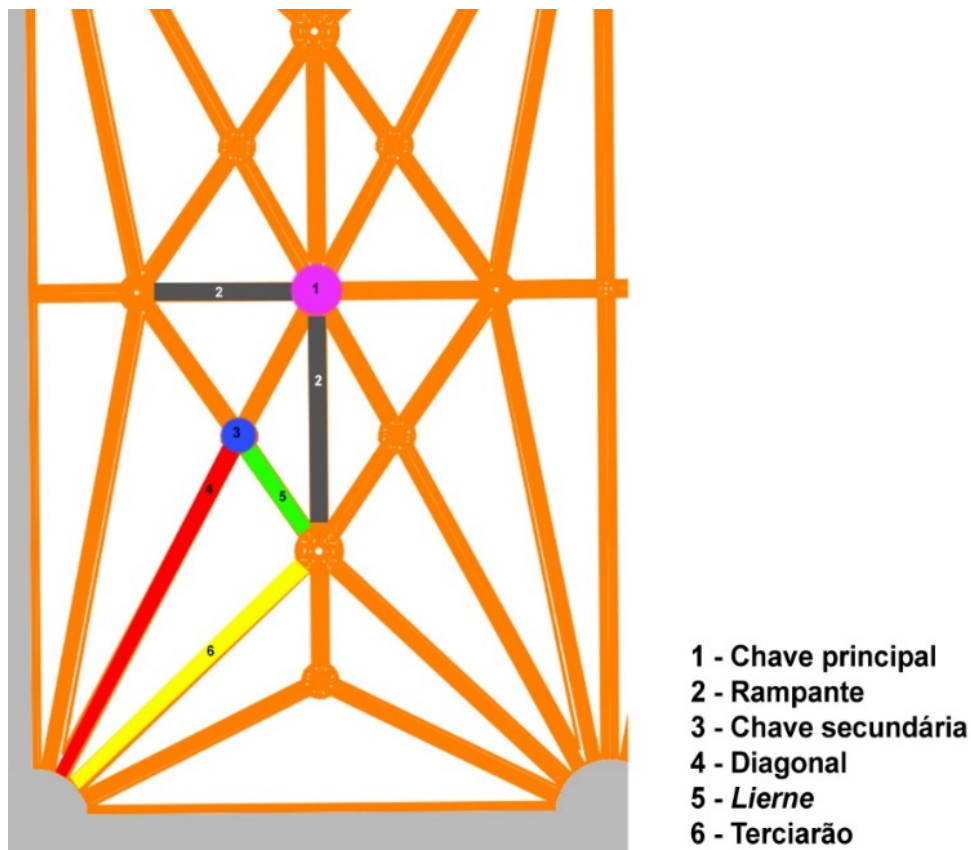


Figura 122 - Composição da abóbada da nave com base na análise de Soraya Genin (2018). Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.

Quanto à morfologia dos arcos (Figura 123), contrariamente ao que os levantamentos arquitetónicos da DGEMN induzem (Pereira e Ribeiro, 2016), o levantamento fotogramétrico permite esclarecer que o sistema de nervuras da abóbada da nave reproduz as mesmas formas da abóbada da capela-mor. Os arcos diagonais cruzados são de “volta perfeita”, os arcos torais que ligam as mísulas das duas paredes

apresentam uma forma “quebrada” e os tergos situados nos intervalos das mísulas apresentam uma forma mais aplanada ou abatida.

O sistema de nervuras encontra-se a suportar o sistema de painéis em granito, cuja forma modular e sistema de encaixe aparenta a mesma técnica construtiva das abóbadas do século XVI.

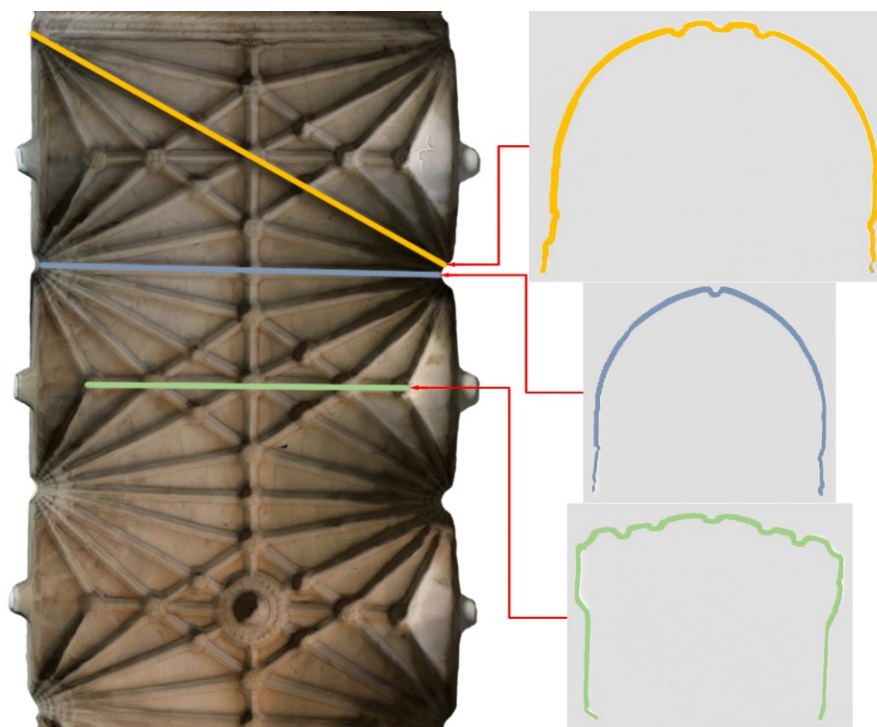


Figura 123 - Levantamento fotogramétrico da morfologia dos arcos da abóbada. Levantamento morfológico cedido por João Ribeiro.

Como já referido, a sua forma original deverá ainda ter contado com uma couraça constituída por elementos grosseiros e argamassa a selar todo o sistema da abóbada.

Todavia, considerando alterações promovidas pela DGMEN na cobertura da nave, nomeadamente a remoção do telhado construído no século XVII e a construção de um telhado rebaixado, a couraça superior poderá ter sido removida e substituída por técnicas e materiais de construção contemporâneos, tal como já referido na análise do paramento sul da nave (UR A-3-3).

3.1.4. A-3-6

A unidade de referência identificada como A-3-6 corresponde à parede norte do corpo da igreja (Apêndice 1: Tabela 16 – Ficha de leitura estratigráfica nº 16).

A parede em questão tem sido apontada como uma estrutura conservada do corpo do século XVI que resistiu à reforma do século XVII (Vinhas, 1998, p. 230). Perante esta possibilidade, torna-se importante

não só compreender melhor a estrutura e os seus elementos construtivos como também confirmar a sua cronologia e averiguar se a conservação se estende à parede congénere do lado sul.

Com efeito, a análise do alçado norte da parede sul permite registar a existência de duas fases de intervenção. A fase mais recente reporta-se ao período de construção da abóbada do século XVII e a mais antiga ao de construção do corpo da igreja do século XVI.

Dos elementos relacionados com a construção da abóbada do século XVII, regista-se a existência de cinco contrafortes que se encontram adossados à parede, tal como comprovado arqueologicamente (Faure, 2012, p. 59). O cariz funcional dos contrafortes deverá estar relacionado, por um lado, com a pouca espessura da parede do corpo e, por outro, com a necessidade de maior apoio estrutural para as cargas que são projetadas pela abóbada.

Todavia, os contrafortes formam um elemento original na intervenção do século XVII. Apesar de semelhantes aos da capela-mor na forma quadrangular, no aparelho regular, nos silhares graníticos de média dimensão e na ausência de proteção superior, estes não foram executados com base no estilo dos elementos quinhentistas. Nenhum dos contrafortes possui, por exemplo, o distintivo chanfro superior existente nos contrafortes da capela-mor que estabelece um ponto de transição do aumento da espessura inferior¹⁵⁵.

Os restantes elementos identificados deverão datar do século XVI e integrar o corpo original da igreja. Na parte superior da parede situam-se duas pequenas frestas quadrangulares colocadas de forma intercalada para iluminação do espaço interior. Considerando os diferentes compartimentos existentes na parte interior, provavelmente edificadas no século XVII, a quantidade e disposição destas aberturas apenas permitem a iluminação do primeiro e do terceiro compartimento, o que suscita a existência de um espaço amplo no interior.

No registo inferior da parede, está localizado outro conjunto de janelas, neste caso cinco, em rampa e com lintel em arco de volta perfeita. Trata-se do mesmo tipo de janelas observadas nos espaços do século XVI, com exceção para a ausência de ornamentação. Salvo a capela do batistério, as janelas foram entaipadas provavelmente no decurso da colocação de altares de talha dourada do século XVIII e consequente anulação da sua função (Vinhas, 1998, p. 230).

Todavia, as janelas formam um indicador importante na medida em que através dos registos da DGEMN é possível identificar a sua presença, igualmente entaipadas, na parede sul do corpo da igreja.

¹⁵⁵ Freitas, Vaco Peixoto de (2002). Parecer sobre o comportamento face à humidade da igreja de Vilar de Frades. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1564, E.S. 775712. Pp. 4.

Um indicador bastante pertinente no sentido em que permite comprovar que o corpo da igreja conservou até à atualidade as suas paredes originais e que a área do corpo atual foi definida no século XVI (Figura 124).



Figura 124 - Fotografia da DGEMN, não datada, onde é possível observar a existência de janelas entaipadas do século XVI na parede sul do corpo da igreja. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Apesar de a análise do paramento não permitir aferir de forma inequívoca a relação estrutural entre os referidos elementos e a parede, pelo facto de ambas as faces possuírem um revestimento contemporâneo, é possível registar as suas características construtivas mais elementares.

A constituição dos aparelhos caracteriza -se por uma alvenaria bastante rude, com silhares graníticos de variadas formas e dimensões, com argamassa e dispostos em travamento por sobreposição.

Uma execução que se revela atípica no contexto das empreitadas do século XVI, mas concordante com as descrições providenciadas pelo Padre Jorge de São Paulo. De facto, as paredes aparentam, por um lado, evidenciar estruturas relativamente frágeis e de uma execução menos refinada e, por outro lado, uma menor disponibilidade económica por parte do promotor em face das empreitadas da capela-mor e do transepto.

3.1.5. A-3-30

A unidade de referência A-3-30 designa a parede divisória entre a primeira e segunda capela lateral sul a contar do nascente (Apêndice 1: Tabela 17 – Ficha de leitura estratigráfica nº 17).

A pertinência de análise das paredes laterais das capelas prende-se com a necessidade de aferir a sua relação estrutural com as paredes da nave, assim como, no seguimento, com a avaliação da possível existência de uma função portante relacionada com a abóbada seiscentista.

Assim, a leitura do paramento poente da referida parede revela a existência de uma ação localizada datada do século XVIII e de uma fase construtiva que poderá ser atribuída ao século XVII.

No âmbito da ação localizada do século XVIII, sobressai na análise do paramento a existência de uma porta oculta, para além da que se encontra ainda em funcionamento na atualidade. Tratava-se de uma porta localizada junto à parede sul do corpo da igreja, provavelmente entaipada no século XVIII para a instalação do retábulo de talha dourada na parede de fundo e, quase simultaneamente, ocultada pela colocação de um revestimento azulejar também do século XVIII.

A estrutura da parede divisória, apesar do revestimento contemporâneo, é executada numa alvenaria irregular¹⁵⁶, mas com o recurso a silhares graníticos relativamente afeiçoados, tendencialmente de grande dimensão, argamassados e em sobreposição de travamento.

Quanto à articulação desta parede com a parede da nave da igreja, é possível verificar na leitura efetuada que a mesma se encontra adossada à parede sul da nave (UR A-3-3), indiciando assim uma possível relação de posterioridade (Figura 125). Um facto que não deve ser dissociado do registo de uma intervenção arqueológica¹⁵⁷ realizada no interior de uma das capelas, que permitiu aferir que a estratigrafia sedimentar era maioritariamente constituída por unidades estratigráficas de cronologia moderna, balizadas entre os séculos XVI e XVII, estando algumas das referidas unidades estratigráficas relacionadas com a “...*construção e cimentação dos alicerces das paredes laterais da capela.*” (Faure, 2012, p. 74).

Neste sentido, dado o intervalo cronológico proveniente da estratigrafia sedimentar em junção com a relação estrutural observada, verifica-se plausível a hipótese de as capelas laterais terem sido formadas posteriormente ao século XVI, neste caso aquando da construção da abóbada seiscentista da nave.

Assim, mais do que a edificação de capelas laterais, a construção de paredes transversais a ligar a parede da nave à parede do corpo, parece ter integrado um sistema portante que providencia um reforço

¹⁵⁶ Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Technikós; Cunha, Manuel (n. a.). Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 10.

¹⁵⁷ Intervenção decorrida em 1999, sob a direção de Ricardo Erasun.

e uma ligação para as cargas da abóbada, adaptando-se para o efeito às estruturas preexistentes do corpo da igreja.

O sistema portante da abóbada deve contemplar os contrafortes colocados na parte exterior da parte superior da parede da nave, percorrendo depois toda a parede divisória das salas e das capelas até aos contrafortes situados no exterior da parede do corpo (Figura 126).

Assim, à semelhança da possível organização unitária do espaço dos espaços por cima das capelas laterais, também as laterais da nave da igreja poderão, no século XVI, ter conhecido uma organização diferente. Além do adossamento da parede da capela suscitar uma edificação posterior para as paredes laterais, a análise permite também observar a existência de um possível elemento arquitetónico, um pequeno friso, situado na superfície de interface com o paramento da capela. Ou seja, a presença deste elemento poderá ser indicativa de que o alçado sul da parede da nave estaria exposto e de que a organização do corpo quinhentista poderia comportar um sistema semelhante ao de uma nave central com duas naves laterais (Rosas, 1995, p. 66).

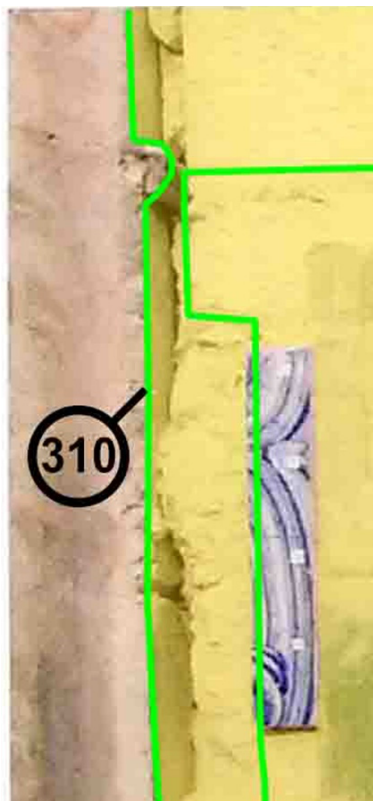


Figura 125 - Pormenor da relação da parede lateral da capela com a parede da nave, onde foi possível verificar a existência de um possível friso.

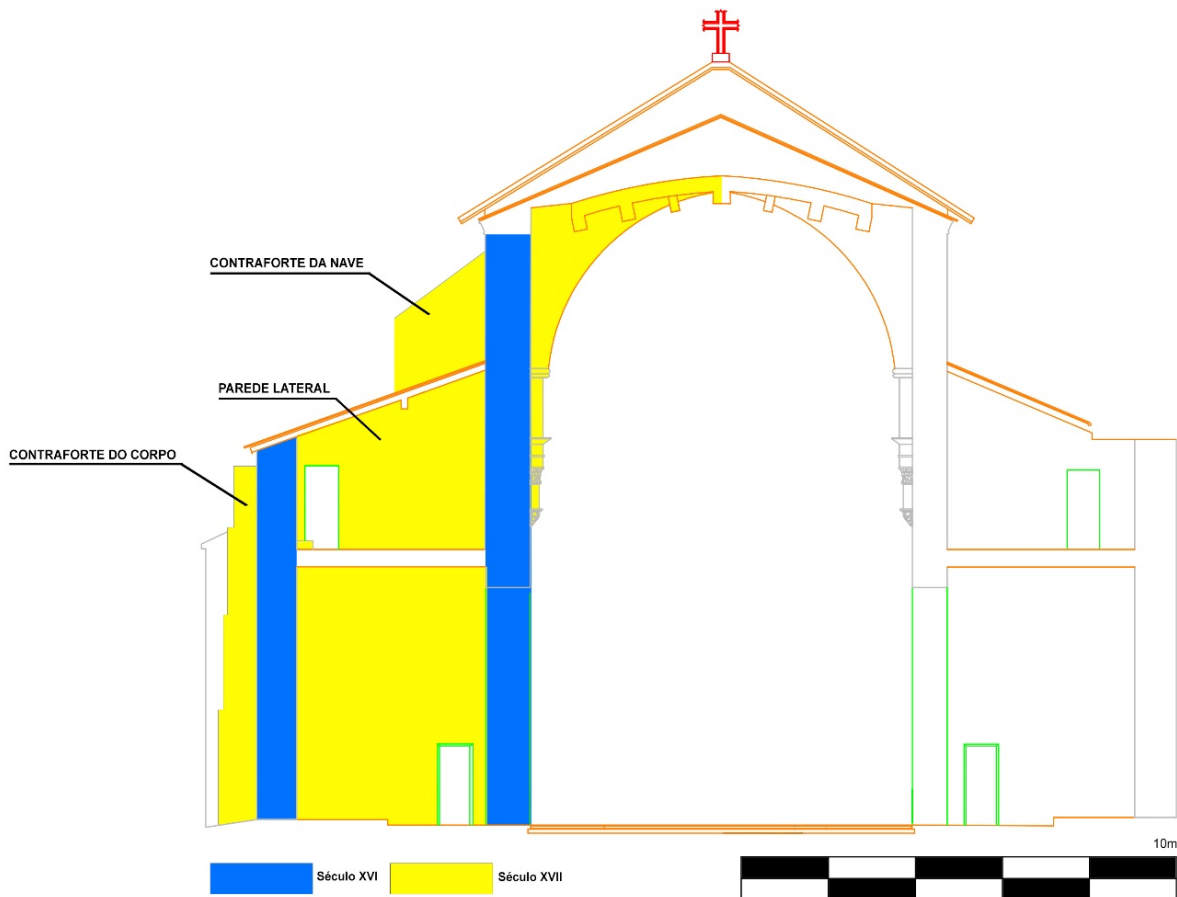


Figura 126 - Interpretação do sistema de suporte da abóbada com a parede lateral das capelas laterais a ser vir de ligação entre os contrafortes da nave e do corpo. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.

3.2. Evolução construtiva

O corpo da igreja de Vilar de Frades configura um dos espaços que apresenta uma maior pluralidade de interpretações quanto à sua história construtiva. Como já amplamente referido, a abóbada da nave e o coro-alto resultam de uma intervenção do século XVII marcada por um revivalismo gótico intencional que provocou, invariavelmente, uma diversidade de apreciações cronológicas baseadas no estilo e no gosto arquitetónico.

Neste sentido, relativamente à interpretação construtiva do corpo, as leituras efetuadas indicam que o corpo da igreja conserva uma parte significativa das estruturas do corpo quincentista. A confirmação da conservação dos muros laterais exteriores e da nave apontam para que o corpo original mantém a sua área e disposição interna (Figuras 127 e 128).

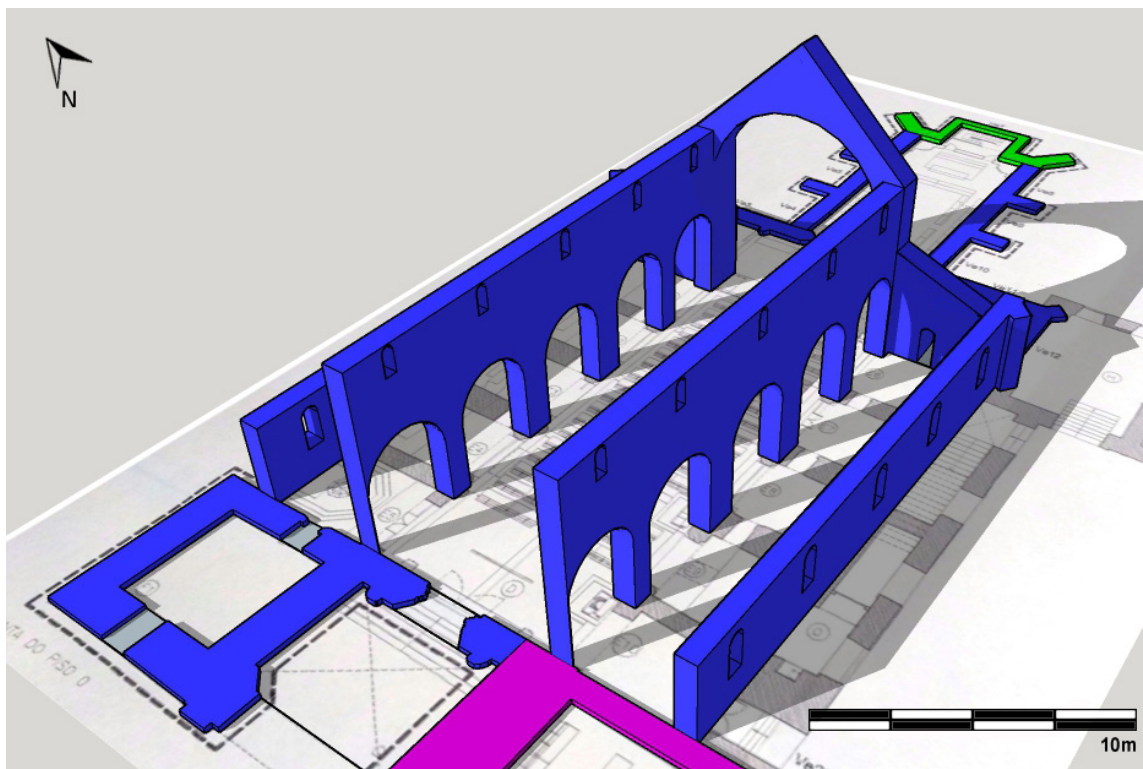


Figura 127 - Proposta de reconstituição dos elementos verticais do corpo da igreja do século XVI.

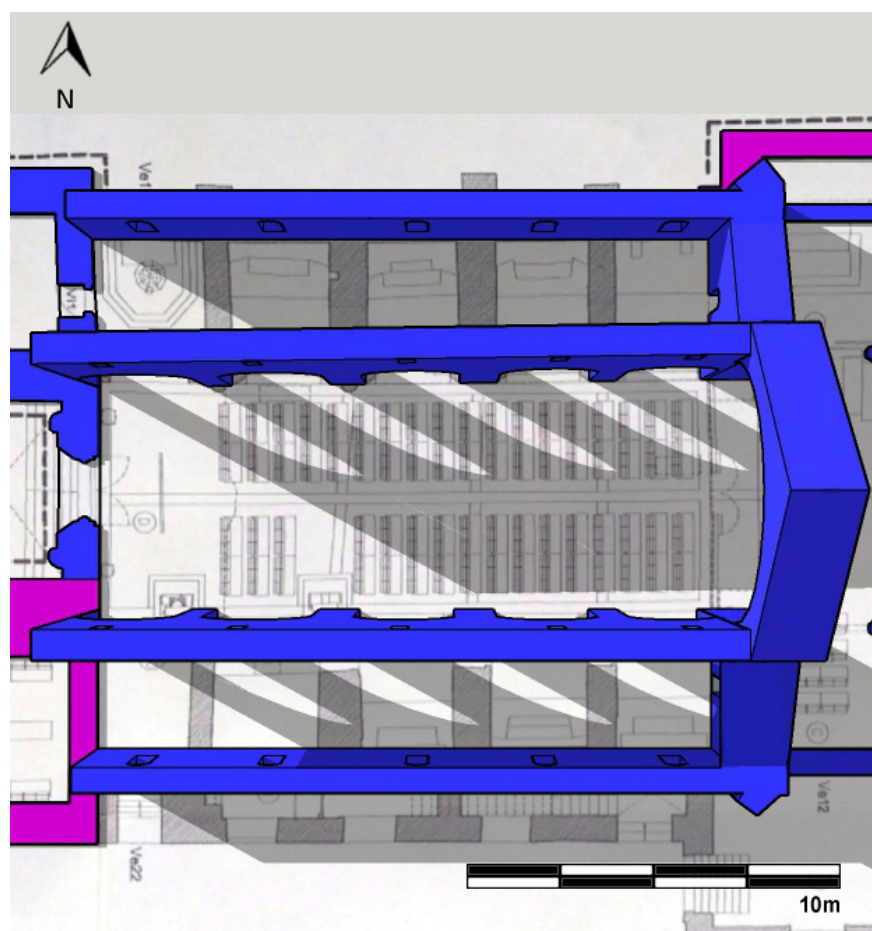


Figura 128 - Proposta de reconstituição do corpo da igreja do século XVI em vista superior.

Relativamente às capelas laterais, alguns dos seus elementos são possíveis indicadores de que o sistema de capelas laterais apenas terá sido implantado no século XVII.

Para além das abóbadas do corpo, a execução de muitos dos elementos da igreja do século XVII, tais como os contrafortes superiores, caracterizam-se por um revivalismo da linguagem arquitetónica quinhentista do edifício, deixando latente uma clara intenção de preservação da matriz gótica da igreja.

Neste sentido, a reforma do século XVII não deverá ter consistido numa alteração profunda do corpo, mas sim na adaptação do espaço da nave para o tornar apto a receber a abóbada, tendo nessa sequência ocorrido uma reformulação do espaço interior.

As adições construtivas do século XVIII identificadas na análise resumem-se à anulação de um contraforte, numa ação relacionada com a reforma do claustro sul, e à adição das janelas rococó à nave. Uma adição provavelmente relacionada com o preenchimento do espaço interior com elementos de gosto rococó, juntamente com as sanefas e os painéis azulejares (Figura 129).

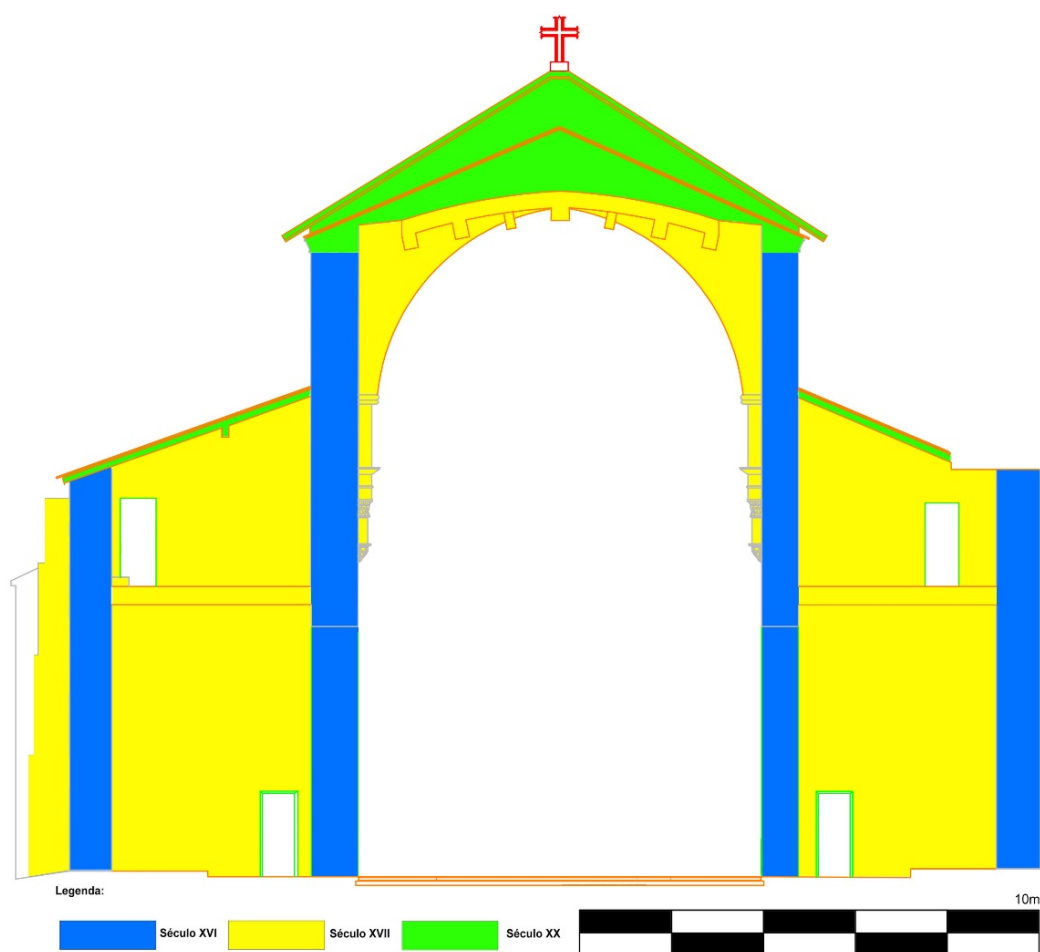


Figura 129 - Interpretação da evolução construtiva do atual corpo da igreja, vista em corte. Fonte do levantamento: DRCN/Gabinete T.A.M.

Quanto à abordagem efetuada ao corpo, embora a análise tenha permitido inferir sobre várias questões referentes à história construtiva do corpo da igreja de Vilar de Frades, é necessário salientar um conjunto de circunstâncias que constituem um obstáculo à análise de todos os espaços.

A primeira circunstância, de ordem metodológica, reporta-se à impossibilidade de realizar leituras dos paramentos rebocados. Neste caso, a ausência de fontes não permitiu aferir corretamente a articulação estrutural das paredes das capelas laterais com as abóbadas destes espaços.

De igual modo, a impossibilidade de registo da constituição da parede norte do corpo não consentiu compreender devidamente a relação de articulação entre dos diferentes elementos construtivos, nomeadamente das janelas situadas ao nível do primeiro piso das capelas laterais. Os resultados possíveis provêm, assim, da confrontação da macro análise do edificado com a evolução construtiva do edifício.

Outro tipo de circunstância, de ordem cronológica, prende-se, como já referido, com a contemporaneidade de muitas das superfícies. As superfícies horizontais como os telhados das capelas laterais e os pavimentos dos mesmos espaços constituem adições ou remontagens contemporâneas, não havendo evidências dos sistemas anteriores.

4. O claustro sul

O registo escrito mais antigo relativo à existência de uma estrutura claustral no complexo de Vilar de Frades remonta à chegada dos cónegos loios nos inícios do século XV, do qual apenas se sabe que estava em estado de degradação na sequência da extinção do mosteiro beneditino. Com base nas memórias medievais, por volta de 1425, o claustro o antigo mosteiro beneditino estaria transformado em cortes de gado (Portalegre, 2007, p. 93).

O estado degradado do edificado terá permanecido pelo menos até à segunda metade do século XV, momento em terão ocorrido intervenções de âmbito construtivo no espaço claustral, antes da grande reformulação da igreja do século XVI (Maurício, 2000, pp. 163–166).

Todavia, do claustro do século XV conhecem-se, esparsamente, referências a alguns espaços em funcionamento à época, bem como a algumas intervenções ocorridas no final da centúria, que visaram capacitar o complexo de espaços funcionais para o quotidiano da congregação. As provisões do século XV da congregação registam documentalmente a existência de uma capela dedicada à Virgem Maria no claustro. Entre 1487 e 1488, registam a construção de um dormitório novo e, entre 1488 e 1479, a transformação de outro dormitório numa biblioteca (Faure, 2012, p. 42).

De forma igualmente fragmentada, a documentação refere outras intervenções de construção e manutenção do edificado. Obras num dormitório e início da construção da cerca (1490), arranjo da chaminé da cozinha e da casa do forno (1493 e 1494), madeiramento do alpendre fronteiro à porta da adega (1494), correção das janelas do refeitório, alargamento do espaço e construção de uma arrecadação para o refeitório (1495) e ainda obras de manutenção na enfermaria (1496-1497). No ano de 1499, os padres de Vilar prosseguem com a construção da cerca pela zona da vinha e procedem à edificação de outro dormitório, uma ação que implicou uma reorganização de vários espaços do claustro. O novo dormitório foi construído no local de uma enfermaria, são instalados debaixo deste uma adega e um celeiro e a enfermaria transitou para o local onde se encontrava a adega (Faure, 2012, pp. 91–94).

A construção do claustro sul ocorrida na sequência da construção da igreja do século XVI, contemplou uma reforma construtiva que se encontra fossilizada na atual parede sul do claustro. Os elementos conservados na referida parede, juntamente com as intervenções arqueológicas conduzidas no espaço do claustro, permitiram identificar parte da ala sul do claustro quinhentista, bem como um edifício ainda pertencente ao claustro quatrocentista, que foi parcialmente integrado no claustro do século XVI (Faure, 2012, pp. 91–94).

Do referido edifício primitivo, apenas subsiste um muro com janelas localizadas junto ao subsolo em desarticulação com a cota de circulação atual. Um indicador, desde logo, de que o claustro do século XV se encontrava implantado a uma cota bastante mais baixa do que a da igreja do século XVI (Faure, 2012, p. 92).

Para além da cota de implantação, sobre este edifício sabe-se que o seu interior se desenvolvia para norte da parede conservada, sendo formado por um espaço amplo no piso inferior e um possível dormitório na parte superior, do qual subsistem indícios como duas janelas quadrangulares e uma possível sacada, referentes a três possíveis celas (Faure, 2012, p. 91).

A construção da igreja do século XVI terá implicado uma subida substancial da cota de circulação e provocado um considerável declive em relação ao claustro. Neste sentido, na sequência da construção igreja, foi efetuada uma reforma do claustro que incluiu a elevação do nível de circulação para uma cota mais próxima da igreja e a reutilização de algumas das estruturas dos edifícios do claustro quatrocentista (Faure, 2012, p. 92).

Conforme demonstram as intervenções arqueológicas junto da parede sul do claustro, a reforma quinhentista do claustro consistiu na colocação dos alicerces da nova edificação, seguida de um aterro para elevar a cota. Conforme se pode observar na parede, em seguida foram entaipados os vãos originais

e procedeu-se à construção dos muros da nova ala sul, agora a desenvolver-se para sul da parede, ficando para o norte a galeria do claustro (Faure, 2012, pp. 92–93).

A reforma desta ala deverá corresponder às empreitadas referidas pelo Padre Jorge de São Paulo, ocorridas entre 1555 e 1559, no período de reitorado dos padres António Espírito Santo e Vicente da Conceição¹⁵⁸ (Faure, 2012, p. 93).

Apesar do claustro ter sofrido uma reforma nos finais do século XVIII que suplantou as estruturas quinhentistas, a parede sul do claustro conserva ainda elementos possivelmente atribuíveis a esta fase construtiva. Uma porta com uma inscrição epigráfica no lintel alusiva ao silêncio e à paz¹⁵⁹ que poderia identificar o espaço do refeitório, e outra que deveria dar acesso ao piso superior do dormitório que ficava para o “meio-dia” e “caía para a horta e cerca”, onde deveria existir uma abertura de grandes dimensões com um arco abatido e que deveria estar no piso (Faure, 2012, p. 94).

A parede sul conserva ainda outra porta com o lintel epigrafado, neste caso com uma citação do Livro do Profeta Isaías (1,16)¹⁶⁰, que fazia a ligação do claustro quinhentista ao claustro sudoeste identificado como “terreiro dos cabedais”. Todavia, tratar-se-á de uma passagem aberta nos inícios do século XVIII, momento em que foi edificada a ala sul do claustro sudoeste (Faure, 2012, pp. 94–95).

As empreitadas construtivas realizadas no claustro ao longo do século XVI encontram-se relativamente bem documentadas quanto à identificação e cronologia dos espaços. A predominância de fontes escritas maioritariamente indiretas e concentradas nas crónicas seiscentistas¹⁶¹, juntamente com a quase inexistência de vestígios físicos do claustro quinhentista, enviesam o conhecimento existente sobre os espaços.

A conservação de estruturas do claustro quinhentista constitui uma temática que não gera consenso nos estudos existentes. Por um lado, além da parede sul, a atual ala nascente possui alguns elementos condizentes com as descrições da ala quinhentista que poderão indiciar um reaproveitamento de parte do claustro quinhentista, nomeadamente os dois portais, a escadaria e toda a zona sul do edifício (Vinhas, 1998, p. 127).

¹⁵⁸ Francisco Faure chama a atenção para o facto de haver uma discrepância cronológica entre a informação arqueológica e a informação veiculada pelo Padre Jorge de São Paulo, podendo a construção desta ala ter começado por volta de 1546, durante o reitorado do padre Gabriel da Conceição. Segundo o cronista, o refeitório era casa antiga, provavelmente construída aquando do dormitório, em 1546.

¹⁵⁹ Leitura e tradução propostas pelo autor: “*HI(esus) L(audatus) SIT PAX FRATRES ET S(an)CTA SILENTIA SEMPER*” (Irmãos, Jesus seja louvado. A paz e o silêncio sejam guardados sempre).

¹⁶⁰ Leitura e tradução propostas pelo autor: “*LAVAMINI : MUNDI ESTOTE . ISAI . I .*” (lavai-vos, purificai-vos (...))

¹⁶¹ A crónica do Padre Francisco de Santa Maria corrobora a informação do Padre Jorge de São Paulo, ainda que de uma forma mais resumida e menos detalhada.

Por outro lado, a hipótese de conservação da ala quinhentista tem sido contestada. A ala nascente quinhentista deveria ser perpendicular à parede sul e não linhar pelo eixo da igreja, como acontece com a atual, fruto de uma reforma ocorrida em finais do século XVIII, (Faure, 2012, p. 95).

As informações existentes sobre a fase quinhentista do claustro limitam-se maioritariamente a referências à funcionalidade dos espaços, aos responsáveis institucionais e à dedução dos custos, muitas vezes especulados, das empreitadas.

De uma forma abrangente, as descrições modernas situam a construção do claustro quinhentista, do qual destacaram as colunas em mármore e os portais com forro apainelado existentes em todas as alas, a ter início em 1555, por mão dos reitores António do Espírito Santo e Vicente da Conceição. Uma obra que incluindo o claustro, as varandas, os portais e as colunas grande e pequenas, terá somado um custo total de 356\$000 réis¹⁶².

Todavia, em rigor, a renovação quinhentista empreendida no claustro sul deverá ter ocorrido paralelamente à construção da igreja. Um processo paulatino começado ainda antes de 1520 com a construção da ala nascente do claustro, que terá perdurado até finais do século XVI (Vinhas, 1998, p. 113).

A presença de um carpinteiro de nome Bartolomeu Dias na empreitada de carpintaria da sacristia e da enfermaria, permite inferir que a primeira intervenção de pedraria na ala nascente do claustro deveria estar concluída pelo ano de 1520 (Vinhas, 1998, pp. 113–114).

A ala nascente do claustro voltou a ser renovada ainda nos finais do século XVI. Uma iniciativa, segundo o Padre Jorge de São Paulo, do “Padre Cynes”, decorrida entre 1597 e 1602, na qual o convento despendeu o valor de 170\$000 réis¹⁶³.

Sobre esta renovação, sabe-se que terá sido realizada pelo mestre pedreiro João Coelho Lopes, oriundo de Guimarães, decorrida entre 1593 e 1584, que contemplou a edificação, ou reedificação de espaços como o cabido novo, a enfermaria, uma escadaria, dois portais “romanos”, latrinas e o lajeamento da levada. Uma empreitada onde foram despendidos mais de 300\$000 réis (Vinhas, 1998, pp. 118–127).

O programa construtivo desta intervenção, à semelhança de outras intervenções ocorridas em Vilar de Frades, foi definido pelo convento. Ao construtor cabia seguir um conjunto de instruções subjacentes à própria encomenda e demonstrativas de uma preocupação latente, tanto com a robusteza e

¹⁶² *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 361.

¹⁶³ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 360.

funcionalidade dos espaços a edificar, como com a coerência estética e arquitetónica dos novos espaços com o edifício preexistente (Vinhas, 1998, p. 127).

Neste sentido, as indicações incluíram a construção de paredes para a “casa do capítulo”, de paredes estruturais relacionadas com a “casa da cera” e da “fruta”, que segurariam o “lavamento” e o dormitório”, bem como, a construção de uma sala denominada “casa de escortinho”, possivelmente contígua à sala do capítulo e de apoio ao funcionamento deste espaço (Vinhas, 1998, p. 120).

Na definição da circulação, o programa definia a construção de um acesso à casa do capítulo, através de um pórtico de volta perfeita que deveria permitir a circulação entre a referida sala e o claustro por uma escadaria. A mesma escadaria que deveria prolongar-se para o nível superior e fazer ligação com o piso do dormitório e da enfermaria (Vinhas, 1998, p. 120).

A construção das alas e dos espaços do claustro sul foi ocorrendo ao longo do século XVI.

O dormitório do poente, situado junto da “*porta dos cabedaes*”, é edificado em 1523, durante o reitorado do Padre Manuel de Elvas, tendo sido empregue a quantia de 100\$000 réis¹⁶⁴.

Após a edificação do dormitório, no ano de 1525, durante o reitorado do Padre Manoel de Elvas, terá sido construída uma adega no piso térreo¹⁶⁵. Designada por “adega grande”, estava situada junto à “*porta dos cabedaes*” e conformava como um espaço largo que ocupava o vão de dois dormitórios¹⁶⁶.

Um outro dormitório, identificado como o de “vale de cavalinhos”, foi edificado em 1543, destacando-se na construção deste espaço o recurso a “*pedra de cantaria*” e a realização de celas de grande dimensão¹⁶⁷.

O dormitório “*grande*”, que dava para a horta e era de “*pedra de cantaria*”, foi edificado durante o reitorado do Padre Gabriel da Conceição juntamente com a construção do “*colegio*”, refeitório novo e cozinha, entre 1546 e 1548, tendo sido despendido no conjunto 360\$000 réis¹⁶⁸.

Pelo ano de 1572 é construído o dormitório da “*varanda*”, no qual foram despendidos 150\$000 réis. Este dormitório passou a albergar os irmãos ordenados, que até então estavam na galilé sul da igreja, transitando os noviços para a galilé¹⁶⁹.

As obras relacionadas com o sistema hidráulico do claustro são mencionadas nos últimos anos da centúria de quinhentos.

¹⁶⁴ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 364.

¹⁶⁵ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 364.

¹⁶⁶ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 364.

¹⁶⁷ Pelo que dá a entender o registo do Padre Jorge de São Paulo, em 1646, foi construída ou adicionada a este edifício a “casa dos padres visitantes”. *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 362.

¹⁶⁸ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 360.

¹⁶⁹ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 362.

O Padre-reitor Baltazar de Cristo Sodré, com o objetivo de melhorar a imagem e a salubridade do espaço claustal, em 1596, encomenda ao mestre pedreiro Gonçalo Lopes um chafariz vindo de Lisboa para o centro do claustro, substituindo a palmeira que por costume adornava o centro dos claustros dos conventos loios. Uma alteração que desencadeou várias intervenções ao sistema hidráulico do convento e promoveu alterações em alguns dos espaços construídos (Maurício, 2000, p. 212; Vinhas, 1998, pp. 106–107).

A colocação do chafariz no claustro acontece em 1597, sendo um fontanário descrito como uma estrutura em mármore, com duas taças de quatro bicas e cada uma com “*carrancas*” sobre pedestais de pedra vermelha. O chafariz possuía ainda um tanque, também de mármore, com faces e pedestais, estes em forma de diamantes, almofadados¹⁷⁰ (Maurício, 2000, p. 212; Vinhas, 1998, p. 106).

A colocação do chafariz implicou a construção de uma conduta de “*alcatruzes de pedra*” a fazer a ligação entre a nascente e o convento. A água, vinda da nascente, percorria a canalização, entrava na cerca pela “*arqua do repuxo*” construída na parte interior do muro e seguia para o claustro¹⁷¹. A partir do chafariz, seguia por uma bifurcação de alcatruzes que ligavam à cozinha, sendo utilizada para a higiene do espaço, e ao tanque do “*terreiro dos cabedaes*”, seguindo para o tanque da horta e, por fim, destinada à rega (Maurício, 2000, p. 212)¹⁷².

Para além dos espaços associados ao claustro quinhentista, outras obras localizadas nas imediações da igreja decorreram ao longo do século XVI, nomeadamente a das casas situadas entre o cunhal da capela-mor e a levada, a de azenhas (1574), da a “*caza da limpeza*”, das casas da procuração, do azeite e dos celeiros (1583) e ainda um conjunto de capelas distribuídas pela cerca (1537, 1583 e 1590) (Vinhas, 1998, pp. 116–117).

Nos finais do século XVI e pela centúria seguinte os registos revelam a existência de obras pontuais centradas na substituição de pavimentos. O lajeamento do claustro terá sido colocado entre 1598 e 1600, com o custo de 56\$000 réis. A repavimentação das varandas do claustro com tijolo “*recozido*” proveniente de Lisboa acontece em 1632, por 180\$000 réis¹⁷³. E, por fim, a construção de uma escada terá ocorrido em 1637, sob a administração do Padre-reitor Gaspar dos Anjos, na qual foram despendidos 44\$000 réis (Vinhas, 1998, p. 105).

¹⁷⁰ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 361.

¹⁷¹ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 361.

¹⁷² *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 361.

¹⁷³ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 361.

A reformulação do claustro quinhentista, nos finais do século XVIII, integrou umas das últimas fases de obra a ter lugar em Vilar de Frades. Juntamente com a fachada da igreja e a torre sul, corresponde a uma intervenção inacabada, tal como permanece na atualidade, devido à extinção das ordens religiosas em Portugal de 1834 e conseqüente abandono do espaço pela congregação dos loios.

A reforma do claustro, iniciada sob administração do Padre Manuel de São Tiago e Silva, entre os anos de 1796 e 1797, tanto quanto as alas edificadas permitem interpretar, deveria concretizar um novo espaço de planta retangular, com uma arcada de oito arcos a norte e sul e uma arcada de dez arcos nas alas nascente e poente, todos de volta perfeita, a demarcar o espaço exterior do claustro (Vinhas, 1998, p. 268)¹⁷⁴.

A arquitetura e orgânica das alas edificadas fazem sobressair um conceito de construção pragmática, que remete para a funcionalidade dos elementos estruturais¹⁷⁵. A simplicidade das linhas e a ausência de elementos escultóricos apontam para uma composição mais estática, sobretudo em comparação com a plasticidade da arquitetura da igreja (Vinhas, 1998, p. 270).

A moderação arquitetónica, a ausência de informação dos planos e o desconhecimento sobre os artistas intervenientes têm reduzido a caracterização do claustro aos elementos estruturais. Elementos como as arcadas térreas inspiradas na ordem toscana, os arcos densos do ré-do-chão assentes em pilares de corte retangular e as escadarias que conduzem aos vãos retangulares do piso superior destacam-se pela sua robustez e pela capacidade portante que conferem ao conjunto.

Na ala norte, o teto da galeria do piso térreo encontra-se dividido em sete tramos separados por arcos abatidos, cada qual exibindo uma abóbada de arestas. Ao nível das impostas dos pilares da arcada, reminiscentes dos capitéis dóricos, arrancam arcos assentes nos cunhais dos pilares e em mísulas integradas nos muros, onde assentam também arcos abatidos de cantaria. (Vinhas, 1998, p. 268).

As alas edificadas permitem interpretar um claustro pensado para a orgânica dos espaços.

A circulação foi pensada de forma a adaptar-se a vãos e estruturas preexistentes, como as portas para a igreja e à escada de acesso ao piso superior do claustro sul, bem como a outros espaços do perímetro conventual (Vinhas, 1998, p. 269). No primeiro andar, a execução foi igualmente pensada em

¹⁷⁴ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 779.

¹⁷⁵ Joaquim Vinhas (1998, p. 270) descreve a arquitetura da reformulação do claustro como um “classicismo frio e austero” que apenas é quebrado pelas “chaves salientes dos arcos no ré-do-chão (esquema que se repete nas vergas das janelas do primeiro andar); pelos labores das impostas que imitam o capitel da ordem toscana; pelos portais “ao romano” (...) e pelas linhas das duas cornijas...” que conferem uma horizontalidade visual ao conjunto. A fachada da ala nascente voltada a oriente mantém a sobriedade arquitetónica, apresentando algumas janelas alongadas com lintel arqueado, outros vãos mais simples e um conjunto de quatro janelas falsas por cima dos janelões da sacristia que explicitam uma preocupação com a harmonia arquitetónica da fachada.

função dos espaços já existentes, ligados em torno de varandas fechadas com vãos envidraçados (Vinhas, 1998, pp. 269–270).

4.1. Diagnóstico

O claustro sul do complexo de Vilar de Frades compreende o espaço contíguo a sul da igreja, identificado pela unidade de referência B. A sua configuração atual, fruto da sua construção inacabada, integra três subespaços constituídos por duas alas edificadas e uma parede remanescente dos claustros quatrocentista e quinhentista.

Neste sentido, à ala norte foi atribuída a unidade de referência B-1, à ala nascente a unidade de referência B-2 e ao muro sul a unidade de referência B-3 (Figura 130).

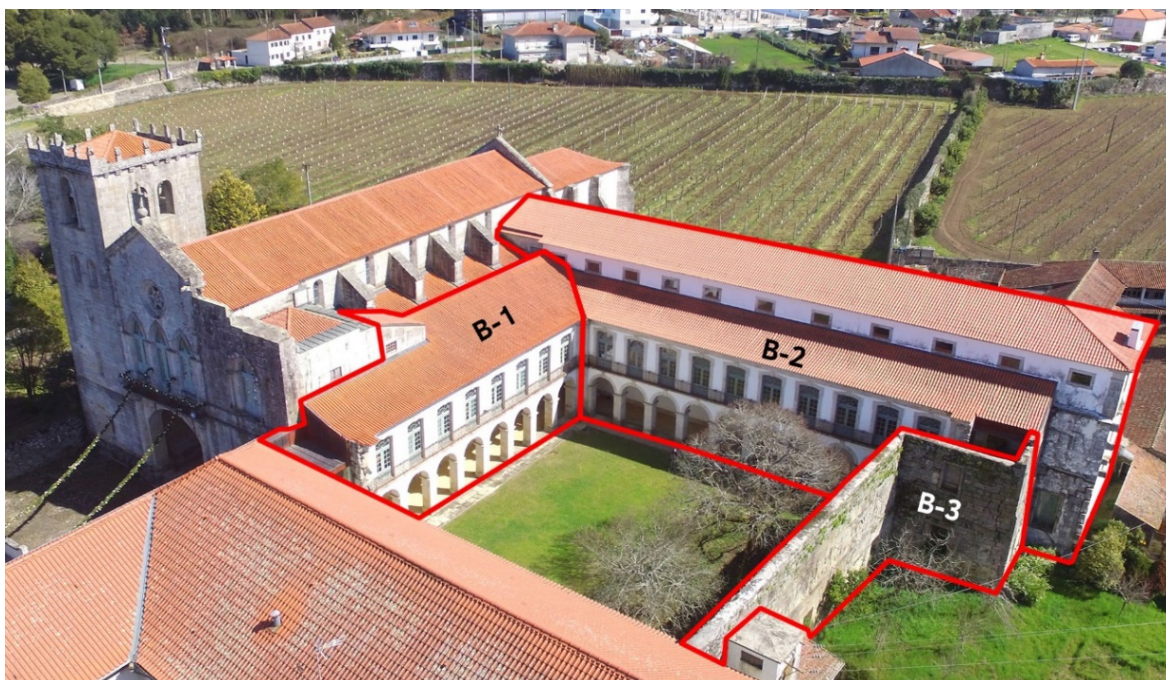


Figura 130 - Localização dos espaços do claustro sul. Fotografia cedida por João Ribeiro.

4.1.1. Ala norte

A ala norte foi edificada paralelamente à igreja formando um espaço retangular com mais de 32 metros de comprimento, cerca de 9 metros de largura e um pé-direito com mais de 11 metros de altura (Apêndice 2: Corte 8 e Apêndice 3: Alçado 7).

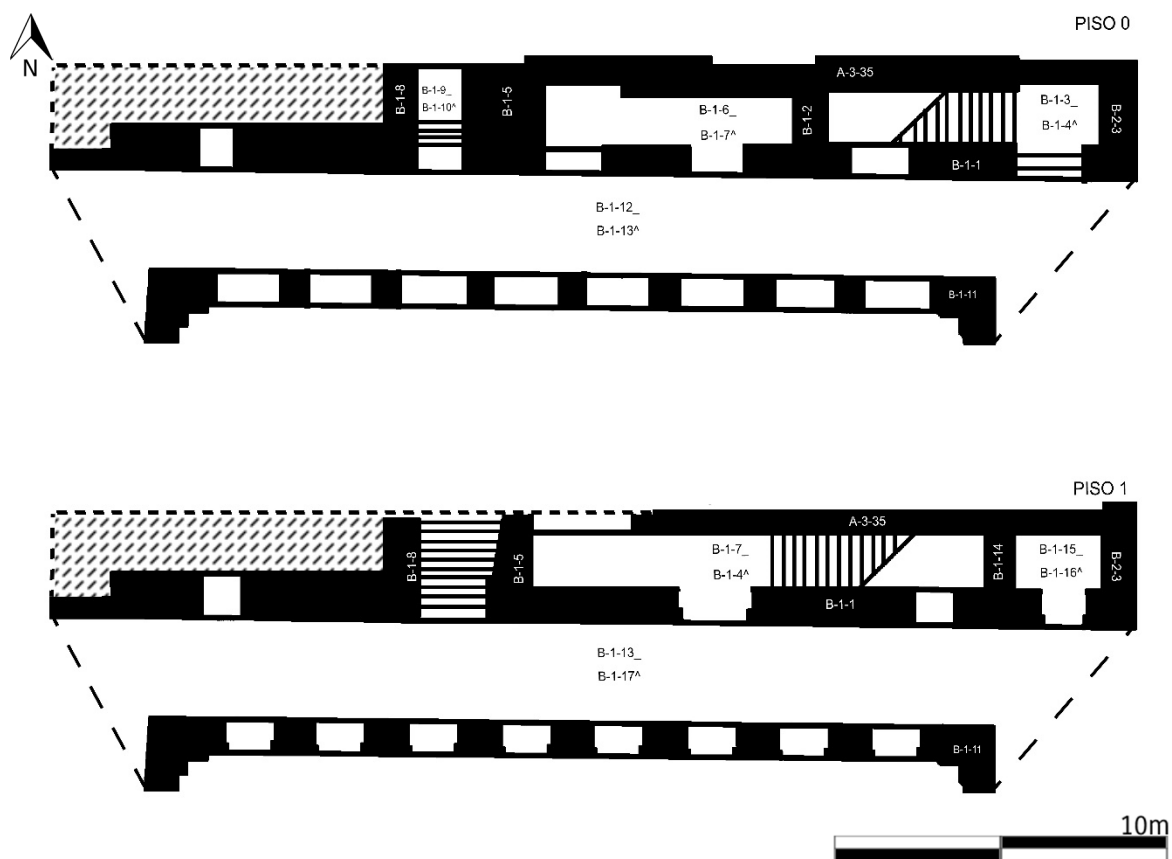


Figura 131 - Planta da ala norte com identificação das unidades de referência. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Projetada com a finalidade de permitir a circulação entre a igreja e os diversos espaços que compõem o complexo, na construção desta ala sobressaem as múltiplas ligações estabelecidas entre todos os espaços edificados do complexo, nomeadamente às restantes alas do claustro sul, ao claustro sudoeste, ao adro da igreja, à torre sul, ao corpo da igreja, ao coro-alto da igreja e à galilé superior na lateral da igreja (Vinhas, 1998, p. 270) (Figura 131).

Neste sentido, com base no conceito de “espaço de transição”, inerente à sua formulação, a partir da macro análise do edificado da ala norte destacam-se as principais características construtivas do edifício, mas também um conjunto bastante relevante de estruturas possivelmente relacionadas com o escoramento do corpo da igreja. Ou seja, à função de transição, visível em planta, junta-se uma segunda função estrutural, visível em corte (Apêndice 2: Corte 8; Figura 131).

Construtivamente, a ala norte concretiza um edifício levantado a partir das estruturas da igreja, nomeadamente anexando-se ao muro sul do corpo do templo e, possivelmente, também ao paramento sul da torre¹⁷⁶.

No interior, para além das várias portas, a configuração do piso 0 resume-se a uma divisão localizada na zona central da ala, cuja função original se desconhece, a uma câmara de acesso a uma escadaria e a respetiva escadaria para o piso 1.

O piso 1 é essencialmente formado por uma galeria fechada em correspondência com a arcada inferior e com acesso a partir da escadaria, um pequeno compartimento no extremo nascente possivelmente de apoio aos espaços da ala nascente, um acesso à escadaria do coro-alto¹⁷⁷ e no extremo poente por uma passagem para a ala norte do claustro sudoeste, já no espaço de convergência com a ala poente (Figura 131).

Quanto à caracterização dos elementos construtivos desta ala, as paredes encontram-se estruturalmente assentes num embasamento granítico constituído por silhares regulares de média dimensão sem revestimento (UE 331) e os paramentos encontram-se revestidos por um reboco contemporâneo (UE 327).

A fachada voltada para o claustro (Figura 132), nomeadamente nos arcos de volta perfeita (UE 378), é possível observar-se uma moldura em granito sem revestimento, um apontamento decorativo na aduela de fecho, mais alongada e a mimetizar um pedestal de suporte para a sacada do vão do piso superior, e impostas com linhas em resalto a remeter para o estilo dórico (Vinhas, 1998, p. 268).

Sem revestimento encontram-se também os pilares da arcada (UE 379). Estes exibem uma forma quadrangular e são constituídos por silhares regulares de média/grande dimensão e argamassados, formando um aparelho desalinhado.

Na fachada superior, o esquema de galeria fechada assenta na repetição das janelas de sacada em banda (UE 380). As janelas apresentam uma moldura em granito com os vértices e a pedra central do lintel prolongados, em consonância com os apontamentos ornamentais dos arcos inferiores.

O remate superior do paramento, em articulação com o telhado de duas águas revestido a telha de meia cana, exhibe uma cornija de linhas simples em granito (UE 381).

¹⁷⁶ Antes da última intervenção de reabilitação esta ala revelava problemas estruturais, nomeadamente ao nível das paredes exteriores que se encontravam em desaprumo, provavelmente relacionados com alterações ao nível das fundações *in* Ascensão, Alfredo; Alves, Laura; Marques, Eduardo Marinho; Téchnikós; Cunha, Manuel (n. a.). Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico. Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551. Pp. 16 e 25.

¹⁷⁷ Atualmente entaipadas, fazendo-se o acesso ao coro-alto na continuidade da escadaria do piso 0, através de uma estrutura marcadamente contemporânea.

As portas existentes no paramento interior da galeria térrea expõem portais de grandes dimensões, com molduras em granito e um pormenor decorativo ao nível dos lintéis a remeter para os entablamentos clássicos (UE 329).

Com funções de iluminação, no paramento interior registam-se duas janelas tipo óculo (UE 325), de formato oval, com moldura em granito e um pormenor decorativo na parte superior, quase em forma de cornija arredondada.

Na galeria do piso superior existem duas portas, como já referido uma de acesso ao átrio da escadaria do piso inferior e outra de acesso ao coro alto, semelhantes entre si, formadas por arcos de volta perfeita e com impostas e aduelas de fecho com moldura (UE 382). Uma outra porta, já no espaço pertencente à ala poente, apresentava as arestas cortadas e um lintel arqueado e trilobado de aparência posterior ao século XVI (UE 383).

No quadrante nascente, existe uma abertura quadrangular que dá acesso à parte superior da abóbada da escadaria e a porta do pequeno compartimento, ambos sem qualquer tipo de caracterização.

No piso superior, a iluminação é providenciada pelas janelas de sacada que, como referido, se repetem ao longo da parede sul.



Figura 132 - Parte da fachada sul da ala norte do claustro.

No âmbito das superfícies horizontais, mais complexas de analisar devido ao elevado número de elementos contemporâneos, regista-se no piso inferior o pavimento da arcada, de execução contemporânea, em saibro prensado. Já o teto é constituído por vários tramos com abóbadas de aresta intercaladas por arcos abatidos, todos revestidos.

No espaço de transição para o piso superior, a antecâmara da escadaria e a escadaria possuem o pavimento lajeado em granito (UEs 384 e 385). O teto da antecâmara é também de abóbada de aresta, transitando depois para uma abóbada de canhão, mais uma vez com todos os elementos rebocados.

No piso superior, o átrio de acesso à galeria do piso apresenta-se também em lajes de granito (UE 386) e o teto numa abóbada de aresta decorada com um motivo vegetalista no centro. A galeria superior, estando por cima do teto abobadado da galeria inferior, apresenta um soalho simples de cariz contemporâneo. A cobertura da galeria, pelo interior, possui um forro também contemporâneo.

A ala norte do claustro não apresenta uma evolução estratigráfica complexa do ponto de vista cronológico. O edificado existente corresponde quase na totalidade à reforma dos finais do século XVIII.

Todavia, a leitura construtiva desta ala revela particularidades estruturais que suscitam a possibilidade de este edifício ter sido pensado e executado como um sistema portante do corpo da igreja, para além da sua função claustral.

Neste sentido, relativamente aos elementos caracterizadores desta empreitada oitocentista, os registos que mostram partes das paredes sem revestimento apontam para muros com um aparelho relativamente regular, com silhares graníticos de dimensão e forma variada e juntas argamassadas. A variação dos silhares, todavia, resulta numa disposição por vezes desalinhada dos silhares, ainda que mantenham o travamento por sobreposição (Figura 133).

Trata-se de um aparelho bastante distinto de empreitadas anteriores, mas comum às demais empreitadas dos finais do século XVIII, nomeadamente na fachada da igreja e na torre sul.



Figura 133 - Pormenor do aparelho da parede interior da galeria térrea da ala sul do claustro. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.

A estratigrafia construtiva desta ala revela que o seu funcionamento estrutural é feito através de um sistema que tem início no muro sul do corpo da igreja, que recebe carga da abóbada do corpo, e finda na zona da galeria, num percurso articulado por diferentes tipos de abóbadas de tijolo.

A análise estratigráfica construtiva ao muro e cobertura da galeria térrea (Apêndice 1: Tabela 18 – Ficha de leitura estratigráfica nº 18) permitiu averiguar, entre outros aspetos, que as abóbadas de aresta quadrangulares, executadas em tijolo maciço e intercaladas por arcos abatidos, se encontram sobrepostas na base por falsas mísulas que reproduzem as impostas da arcada (Figura 134). Constituindo, provavelmente, um recurso decorativo para colocar a base da abóbada em simetria com o remate do lado do pilar, as abóbadas encontram-se, na verdade, estruturalmente integradas nos muros (Figura 135).



Figura 134 - Pormenor da abóbada de aresta de tijolo da galeria térrea da ala norte do claustro. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.



Figura 135 - Pormenor da falsa mísula do arco abatido do teto da galeria térrea da ala norte do claustro. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.

Todavia, as abóbadas da galeria deverão corresponder apenas a uma parte de um sistema mais abrangente (Figura 136). O possível percurso das cargas produzidas entre o corpo da igreja e a galeria do claustro deve incluir as restantes abóbadas existentes na ala norte, nomeadamente as situadas no teto da antecâmara da escadaria (UR B-1-4: UE 332), no teto da escadaria (UR B-1-4: UE 333) e no patamar de acesso à parte superior da galeria (B-1-4: UE 334). A antecâmara exhibe uma abóbada de aresta quadrangular em tijolo, semelhante às da arcada, que transita depois para uma extensa abóbada de berço a cobrir a escadaria e, no piso superior, para uma abóbada de aresta retangular no patamar superior decorada com um motivo vegetalista ao centro.



Figura 136 - Proposta de interpretação do sistema de contenção do claustro através das abóbadas da ala norte. Fonte do levantamento: DRCN/Alfredo Ascensão & Paulo Henriques, Arquitectos Lda.

A construção de abóbadas da galeria do claustro revela que a sua articulação com os restantes elementos obrigou a uma solução de recurso para responder a diferentes necessidades. Por exemplo, a adaptação dos arcos intercalares das abóbadas com as aberturas existentes, nomeadamente as janelas tipo óculo, resultou no corte e sobreposição das aberturas aos arcos abatidos (Figura 137). Uma solução de recurso que se deve à localização das aberturas num plano elevado e quase em justaposição com a base dos arcos, explicada pela necessidade de iluminação natural do compartimento central e da escadaria de acesso ao piso superior, apenas possível a partir da parede interior da galeria e naqueles pontos específicos.



Figura 137 - Pormenor da solução de adaptação do arco abatido do teto com um dos óculos da parede interior da galeria térrea da ala sul do claustro.

Pela parte superior das abóbadas do piso térreo deveria desenvolver-se a estrutura do pavimento da galeria superior. Apesar de o soalho atual resultar de uma intervenção contemporânea, o seu sistema não deverá ser muito diferente do original. Possivelmente, um sistema de tábuas assentes num vigeamento suportado por mísulas colocadas acima das abóbadas do piso inferior.

Quanto à cobertura da galeria superior, como já referido, sendo também contemporânea, não permite vislumbrar o sistema original. Não obstante, os registos existentes apontam para uma estrutura relativamente simples, com um forro em madeira assente em vigas de madeira apoiadas nas paredes. Após o vigeamento horizontal, o telhado deveria ser suportado por uma armação em tesoura de caibros “toscos”, encaixados em agulheiros nas paredes e transmitindo a ideia de um telhado de “uma água” na zona da galeria (Figura 138).



Figura 138 - Pormenor do vigamento e armação do telhado antes da última intervenção de conservação. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.

4.1.2. Ala nascente

A ala nascente configura um edifício que se estende por mais de 51 metros de comprimento, aproximadamente 16 metros de largura e cerca de 17,5 metros de altura (Apêndice 2: Corte 9 e Apêndice 3: Alçado 8). Apresenta uma planta retangular que se desdobra em três pisos e se subdivide no interior em cerca de onze espaços que congregam diferentes funcionalidades (Figura 139).

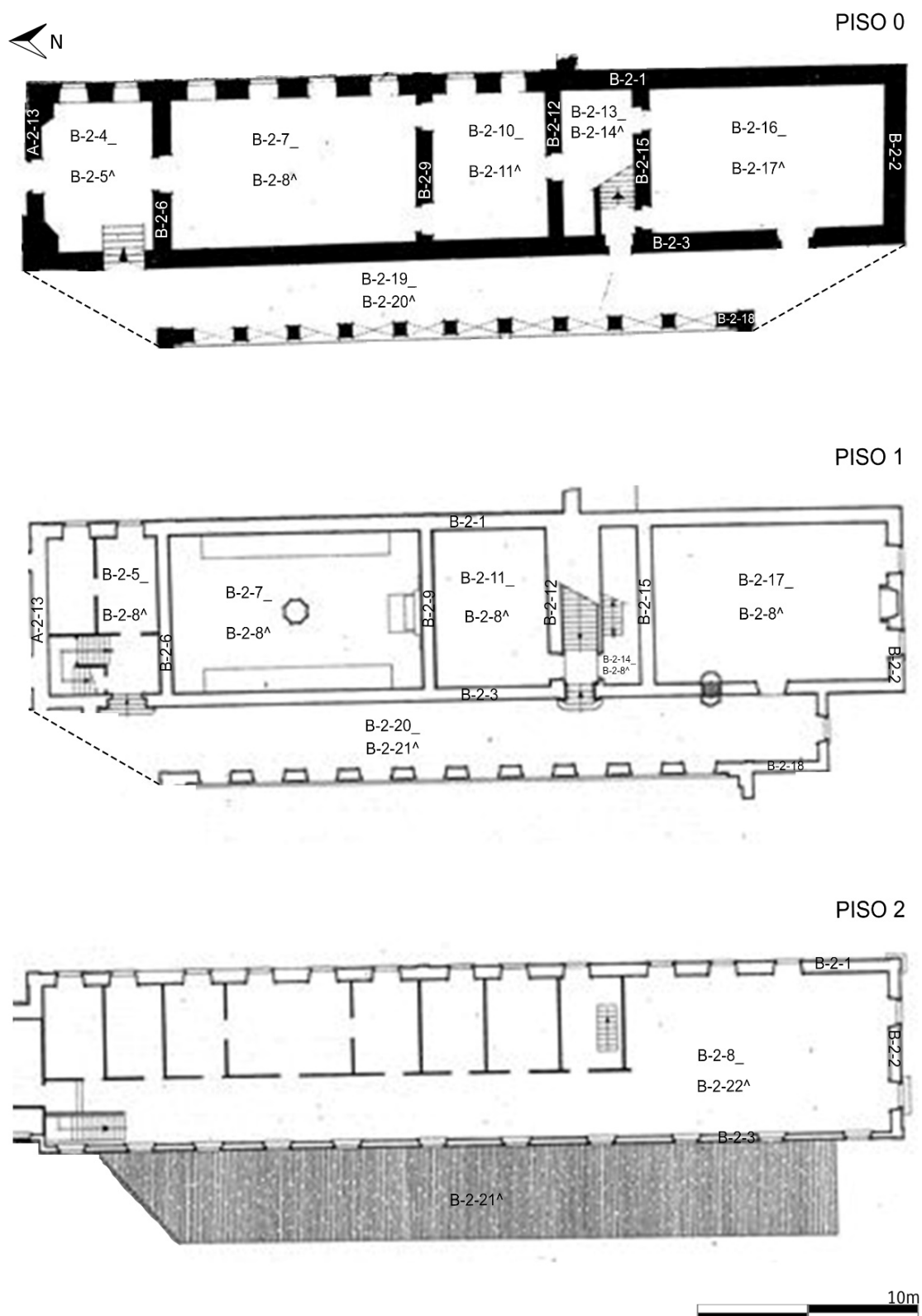


Figura 139 – Identificação em planta dos elementos verticais e horizontais da ala nascente do claustro. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Ao nível da fachada voltada para o interior do claustro, nomeadamente das galerias dos dois primeiros pisos, o edifício apresenta uma forma e disposição em continuidade com a ala norte, apesar da maior extensão (Figura 140).

No piso inferior, a galeria é igualmente aberta, sendo a arcada efetuada com o recurso também a arcos de volta perfeita na mesma forma já identificada na ala norte (UE 387).

No piso superior, a nível da composição e dos apontamentos decorativos, a galeria superior repete o esquema da congénere norte, nomeadamente ao nível das janelas de sacada fechadas (UE 388), de sacada contínua, molduras em granito, cornija simples (UE 389) e telhado de duas águas revestido a telha de meia cana contemporâneo.



Figura 140 - Parte da fachada poente da ala nascente do claustro.

Todavia, apesar dos referidos elementos comuns, ao contrário da ala norte que funciona como uma extensão da igreja e como espaço de transição, a ala nascente possui a compleição de um edifício independente, de maior volumetria, maior complexidade interna e uma organização em função dos espaços internos.

Neste sentido, o piso térreo é ocupado pela já referida galeria, pela antecâmara da sacristia que faz a ligação com a igreja e o claustro, pela sacristia e segunda sacristia, pela escadaria de acesso ao

primeiro piso (UE 391) e ainda por um espaço de grande dimensão cuja funcionalidade original é desconhecida.

O primeiro piso possui uma configuração ligeiramente distinta. No extremo norte, a formar um arco de volta perfeita, situa-se um portal de grandes dimensões (UE 392), em granito, que dá acesso a um espaço repartido entre a escadaria e um compartimento, ambos relacionados com o dormitório do último piso. A parte central é ocupada pela sacristia, cujo pé-direito ocupa o equivalente a dois pisos. A parte sul é ocupada por outros dois espaços cuja função original não é conhecida. Nomeadamente, uma sala com uma secretária e um espaço bastante amplo, longitudinalmente semelhante ao grande espaço do piso inferior, mas com um pé-direito menor.

No último piso encontra-se o dormitório do noviciado (Faure, 2012, p. 97). O espaço mais bem conservado dos espaços claustrais do complexo de Vilar de Frades e bastante próximo da sua forma original. No extremo norte do noviciado regista-se a existência de uma capela, um corredor transversal a poente e, viradas a nascente, preservam-se as paredes divisórias (UE 373) de três celas, um possível espaço comum ao centro e outras três celas (Figura 141).

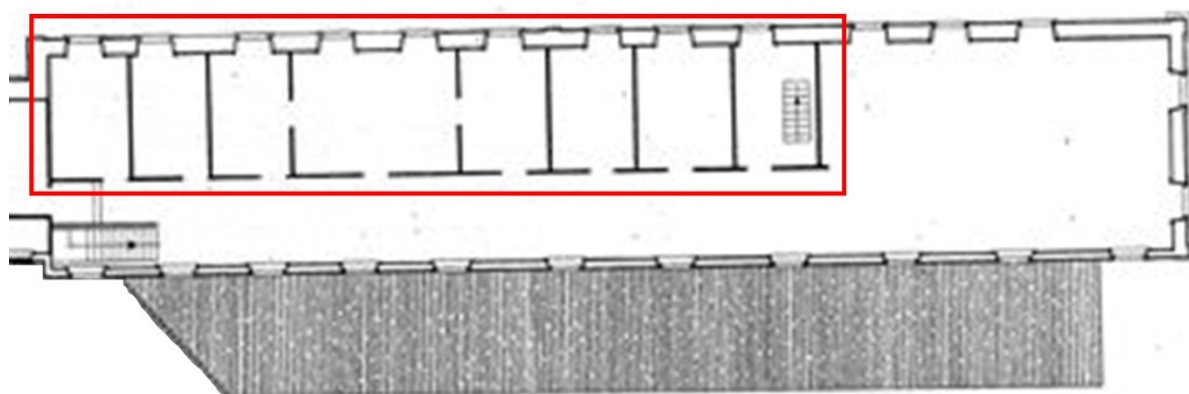


Figura 141 - Planta do dormitório com a disposição das divisões em tabique. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

A macro análise desta ala permitiu aferir que a constituição deste espaço inclui várias particularidades de cariz singular, nomeadamente relativas à existência de soluções distintas para os espaços comuns à ala norte, mas também o recurso a técnicas e materiais que surgem exclusivamente representados no edificado desta ala.

Neste sentido, pelo interior da galeria do piso térreo, ao nível do teto não se verifica o mesmo recurso a abóbadas de aresta intercaladas por arcos abatidos, nem as respetivas mísulas, nem o mesmo tipo de aberturas de iluminação. O teto da galeria, atualmente, apenas exhibe um forro em material contemporâneo que oculta parcialmente um conjunto de mísulas (UE 336).

A antecâmara da sacristia conforma um espaço, como já analisado, anexo à parte exterior do braço sul do transepto, com um pavimento em lajes de granito, paredes rebocadas, um forro em madeira no teto.

A nível de vãos, possui a já analisada porta de acesso à igreja, uma porta de acesso à sacristia, uma portada de acesso ao claustro em arco de volta perfeita com moldura em granito e aduela de fecho alongada e duas janelas retangulares de rampa para o interior com uma simples moldura em granito.

O espaço da sacristia (Figura 142), com a sua grande amplitude, conforma um espaço retangular, longitudinalmente simétrico, com paredes rebocadas e um embasamento com vestígios de um revestimento policromado. O teto (UR B-2-8: UE 337) é todo em estuque profusamente decorado com uma sanca de pendor classicista, motivos vegetalistas nas laterais e emblemas heráldicos e bíblicos a preencherem os espaços do centro e dos topos.

Quanto a vãos, para além da porta principal, registam-se duas portas de acesso à segunda sacristia que se enquadram no mesmo tipo das janelas de sacada das galerias superiores, diferindo apenas no revestimento policromado. Outros vãos incluem janelões com moldura prolongada em granito na parte inferior e falsas janelas ao nível do piso intermédio (Figura 143).

No pavimento destaca-se o recurso a lajes de granito nas laterais e um espaço central disposto em “xadrez” composto por lajes de lioz (calcário) e ardósia (UR B-2-7: UE 335) (Figura 144).



Figura 142 - Perspetiva do interior da sacristia.



Figura 143 - Pormenor dos vãos da sacristia no centro da fachada nascente da ala nascente do claustro.



Figura 144 - Pormenor do pavimento da sacristia. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.

O espaço amplo do piso térreo, atualmente designado como “sala de exposição”, foi reformulado no decurso da última intervenção de reabilitação. Já entre os pisos intermédio e superior foi colocada uma placa de tijolo e betão armado após abatimento do soalho na década de 70 do século XX.

O piso intermédio reproduz a mesma planta do piso térreo, destacando-se, porém, uma maior alteração dos espaços deste piso, que se encontram mais intervencionados ao nível dos pavimentos e dos tetos.

Todavia, o espaço com a secretária antes da escadaria sul, apesar da reforma contemporânea dos rebocos e dos pavimentos, conserva ainda o forro de madeira do teto. Uma estrutura formada por tábuas finas com um revestimento policromado a traçar uma moldura verde água e, no centro, um estádio geométrico formado por duas linhas paralelas e interior preenchido a ocre (UR B-2-8: UE 370) (Figura 145).

Para além da porta de acesso, possui duas janelas quadrangulares descaracterizadas.



Figura 145 - Teto policromado do espaço atualmente designado por "sala da memória". Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.

O último piso da ala nascente é todo ocupado por um dormitório com uma capela no extremo norte. Este espaço, já analisado aquando do transepto da igreja, foi edificado por cima do braço do transepto

da igreja anexando-se pelo exterior à parede sul do cruzeiro (Apêndice 1: Tabela 10 – Ficha de leitura estratigráfica nº 10).

Para além das paredes de silharia a norte e a poente, a capela é ainda constituída por parede de tabique, um pavimento de madeira e um teto com forro em madeira (UR B-2-22: UE 371) assente numa armação em ferro (UR B-2-22: UE 372) (Figura 146).

Para o sul, as celas e o espaço entre elas repetem a mesma constituição. Com exceção para a parede nascente, em silharia, as divisões interiores são em tabique revestidas a estuque, provavelmente, de cal ou gesso, armação interior com vergas de madeira horizontais e um enchimento de argamassa possivelmente do tipo argiloso e caulino. (UR B-2-8: UE 373) (Figura 147).

Relativamente aos vãos, dada a orientação a nascente, cada um dos espaços é iluminado por janelas de moldura prolongada em granito (UR B-2-1: UE 374).



Figura 146 - Pormenor do teto em madeira com estrutura em ferro da capela do dormitório da ala nascente do claustro.



Figura 147 - Perspetiva do corredor do dormitório do noviciado.

A partir do resultado da macro análise e da compreensão geral da constituição da ala nascente, é possível avançar-se para uma interpretação construtiva de algumas das singularidades do claustro em face do restante edificado do complexo de Vilar de Frades.

Desde logo, relativamente ao teto da galeria do piso térreo (UR B-2-20), a ausência de abóbadas e arcos poderá ter uma interpretação baseada no local de implantação do edifício e nas cargas produzidas pelos pisos superiores.

A ala nascente, encontrando-se implantada num espaço transversal à igreja, sobrepõem-se ao braço sul do transepto não sofrendo cargas provenientes do edifício do templo, tal como ocorre com a ala norte.

No mesmo sentido, funcionando a ala norte como um edifício individual, verifica-se que as cargas são maioritariamente verticais e que as paredes estruturais possuem capacidade para mitigar as cargas existentes. Por sua vez, as cargas vão também diminuindo progressivamente nos pisos superiores, nomeadamente no último piso que possui grande parte das paredes em tabique.

Neste sentido, o teto da galeria térrea da ala nascente deveria consistir num forro em madeira, ao qual se sobreporia o sistema de vigamento do pavimento da galeria superior. Um sistema de apoios mistos que ao nível da parede exterior da galeria recorria a um vigamento apoiado em mísulas. Na parte interior da galeria, as vigas transversais deveriam apoiar diretamente nos paramentos laterais da galeria da ala nascente através de agulheiros (UR B-2-20 UEs 336 e 375) (Figura 148).

A sobrepôr o vigeamento deveria correr o pavimento, em madeira, da galeria superior, aliás semelhante ao que deveria acontecer na ala norte sobre as abóbadas.



Figura 148 - pormenor do vigeamento do piso da galeria superior da ala nascente, visto da galeria inferior. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.

A particularidade construtiva mais relevante desta ala deverá consistir no teto de estuque da sacristia (UR B-2-8: UE 337). Um elemento de exceção não só pela execução artística da sua face visível, mas também pela complexidade da sua estrutura oportunamente visível ao detalhe a partir do último piso.

Como já referido, o teto da sacristia forma uma estrutura estucada que faz uma sanca na base e se desenvolve ao longo de uma superfície côncava, obtida pelo assentamento do estuque (UE 337) numa armação de madeira em forma de “casco” (UE 376). Esta armação encontra-se, no seguimento, articulada com parte do vigeamento que serve o pavimento do dormitório (UR B-2-8: UE 338).

Na área do teto da sacristia, o vigeamento apresenta uma colocação alternada em altura, sendo constituído por vigas de grande robustez, em carvalho, pouco transformadas e a conservar a morfologia dos troncos de onde foram extraídos. Este vigeamento encontra-se diretamente apoiado em mísulas localizadas nas paredes laterais da sacristia (UR B-2-9: UE 339) (Figura 149).

Em contraste, na zona do corredor do dormitório, já fora do espaço do teto da sacristia, verifica-se nas estruturas do pavimento o recurso a um vigeamento mais leve, composto por vigas mais

transformadas e padronizadas na forma e com um espaçamento curto entre si (UR B-2-8: UE 377) (Figura 150).



Figura 149 - Pormenores da estrutura do teto da sacristia e do vigamento do pavimento do dormitório.



Figura 150 - Pormenor do vigamento para o pavimento do dormitório, fora da zona de incidência do teto da sacristia.

Outra particularidade construtiva da ala nascente reporta-se à solução construtiva em tabique adotada para o piso do dormitório do noviciado. Uma opção que introduz, ao nível dos elementos

verticais, uma diversidade de técnicas e materiais utilizados na construção de paredes, inédita nos espaços em análise do complexo de Vilar de Frades.

As paredes exteriores do dormitório, pela sua função estrutural, todavia, mantêm a sua constituição em silharia, já que acompanham todo o pé-direito do edifício. De igual modo, o recurso a paredes em pedra resume-se aos dois primeiros pisos. Uma necessidade estrutural provavelmente relacionada com a amplitude dos espaços existentes nos dois primeiros pisos, como a sacristia e as duas salas situadas a sul, que necessitam de uma maior capacidade portante pelo interior.

A opção pelo tabique regista-se assim apenas ao nível das paredes interiores, sendo o dormitório exclusivamente dividido com paredes deste tipo (UR B-2-1: UE 373). Estruturalmente, o piso do dormitório acaba por conformar uma espécie de *open space*, onde se verifica o recurso a paredes de divisória mais leves, de execução mais simples e com encargos menores (Figura 151).

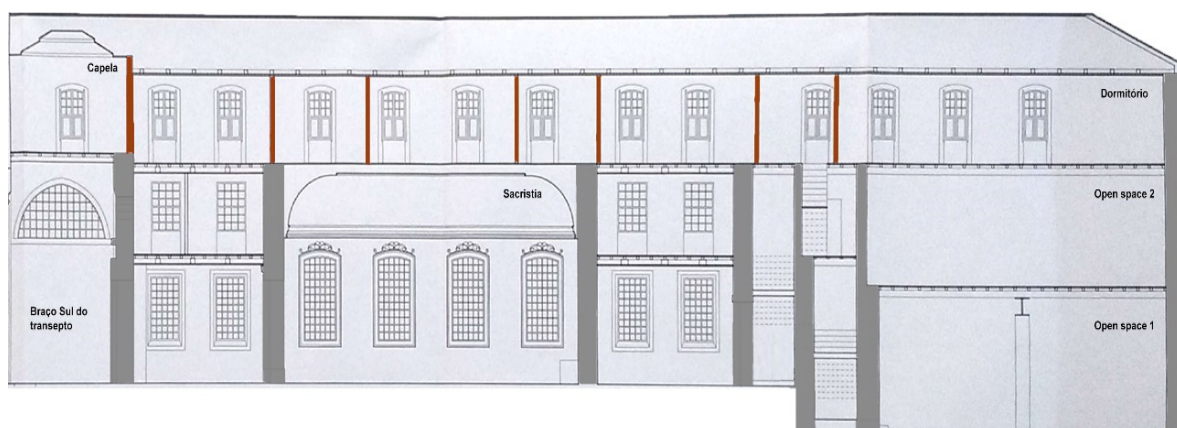


Figura 151 - Distribuição das paredes de pedraria e de tabiques na ala nascente do claustro. Fonte do levantamento: DRCN/Alfredo Ascensão & Paulo Henriques, Arquitectos Lda.

Outra característica construtiva da ala nascente diz respeito ao sistema hidráulico que levava água aos espaços localizados no quadrante sul dos dois primeiros pisos.

Apesar de não ser conhecida a funcionalidade dos espaços em questão, nomeadamente o “salão” do piso térreo e a sala localizada acima deste, ambos possuem a particularidade de conterem bicas de água indicadoras de um sistema hidráulico comunicante, situado tanto na parede voltada a nascente como na parede interior a sul da escadaria. Dever-se-á tratar de um sistema pensado de raiz para a reforma do claustro, possivelmente tirando partido da conduta de água que ligava ao claustro preexistente, uma vez que as referidas estruturas se encontram no mesmo alinhamento do aqueduto do século XVIII (Figura 152).

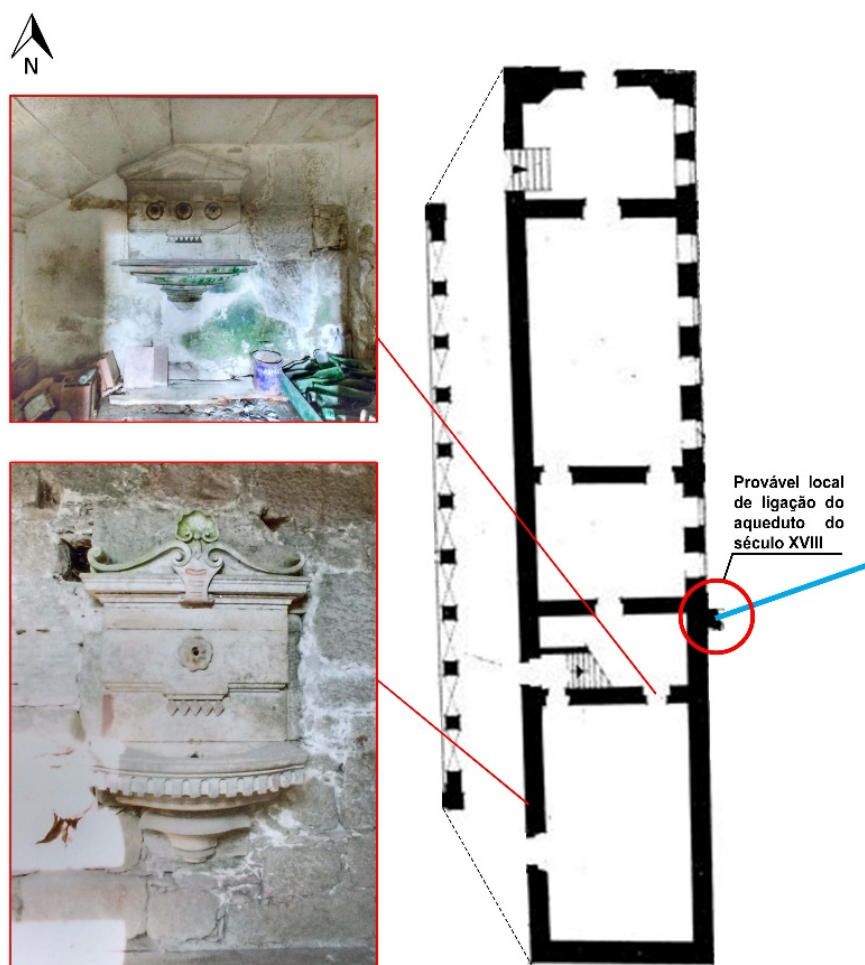


Figura 152 - Localização dos pontos de água e respetivas bicas na ala nascente do claustro. Fonte: monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Na sequência do estudo do sistema hidráulico, uma última característica da ala nascente, nomeadamente do quadrante sul do edifício, converge com a questão relacionada com o aproveitamento na reforma empreendida no século XVIII de estruturas preexistentes do claustro quinhentista (Faure, 2012, p. 95; Vinhas, 1998, p. 127).

De facto, apesar de não ser possível analisar de forma mais aprofundada os paramentos da zona sul, a observação dos paramentos sem reboco permitiu confirmar a existência de indícios que apontam para a integração de estruturas ou elementos construtivos preexistentes na reforma oitocentista. Atendendo à constituição da parede interior da galeria do piso térreo, é possível observar que o quadrante norte exhibe um aparelho semelhante aos das últimas empreitadas ocorridas em Vilar de Frades. Um aparelho constituído por elementos em granito de média a grande dimensão, relativamente regular.

Avançando para o quadrante sul, sobretudo junto da escadaria, os últimos registos efetuados às paredes sem revestimento permitem observar a possível existência de interfaces de rotura entre o tipo de aparelho regular oitocentista e uma alvenaria irregular, com silhares de dimensão variada e outros

materiais, e ainda a possível ocultação de elementos construtivos fossilizados no edifício oitocentista. Pelo menos é o que suscita a zona da escadaria que liga à galeria superior e onde foi identificado um fragmento de uma pedra com moldura integrada no paramento.

Atendendo ao local de implantação da ala nascente, não é de supor que o edifício oitocentista tenha reutilizado parte da ala nascente do claustro quinhentista. Uma hipótese que se revela improvável devido às diferenças de alinhamento do antigo claustro em relação à igreja (Faure, 2012, p. 95).

Neste sentido, a existência de elementos reutilizados e/ou de uma possível estratificação dos paramentos, suscitam duas possibilidades de interpretação (Figura 153).

A primeira poder-se-á explicar por uma eventual reutilização de uma estrutura ou mais estruturas preexistentes, que não tendo forçosamente de terem integrado o claustro quinhentista, poderão ter configurado estruturas de apoio, inclusivamente adossadas, ao claustro quinhentista.

Todavia, não é de descartar a possibilidade de, alternativamente, ter havido um reaproveitamento de materiais de construção provenientes da demolição do claustro quinhentista. Nas paredes da escadaria foram identificados elementos como um silhar com uma moldura que configura um evidente reaproveitamento de um silhar de outra construção (Figura 154).



Figura 153 - Possível interface na parede interior da galeria térrea da ala nascente. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.



Figura 154 - Pormenor de elementos construtivos reutilizados na parede da escadaria sul da ala nascente. Fotografia de Inês d'Orey cedida pela DRCN.

4.1.3. Parede sul

O claustro sul de Vilar de Frades encontra-se delimitado a sul por uma parede que integrou o claustro quinhentista e que com a interrupção das obras ainda se conserva na atualidade como o único testemunho devidamente identificado da reformulação anterior do claustro.

Neste sentido, a parede sul do claustro conforma um muro com aproximadamente 26 metros de comprimento, cuja leitura do alçado norte (Apêndice 1: Tabela 19 – Ficha de leitura estratigráfica nº 19) permite, sobretudo, estabelecer algumas considerações sobre parte da evolução do claustro quatrocentista e quinhentista.

Primeiramente, do ponto de vista da evolução construtiva, a leitura estratigráfica da parede sul parece confirmar a evolução construtiva proposta para o período entre os séculos XV e XVI (Faure, 2012, pp. 91–94).

Os elementos mais antigos da parede indicam a existência de um primeiro edifício, implantado a uma cota mais profunda, com dois pisos, sendo o térreo referente a um espaço amplo e o superior a um dormitório e revelador de uma execução bastante robusta e cuidada, nomeadamente pela regularidade dos aparelhos e da articulação estrutural do arcossólio e das janelas em rampa (Figura 155).

Todavia, a estrutura em causa, para além dos referidos elementos arquitetónicos, conserva outras particularidades, como estruturas em negativo, que nos permitem recuperar elementos sobre o tipo de vigamento do pavimento do piso do dormitório. No ressalto da parede que localiza a transição dos pisos,

é possível observar-se a existência de um conjunto de aberturas dispostas ao longo da parede, que agora se encontram entaipadas.

Tais aberturas, na sua forma e função original, deverão corresponder a agulheiros do vigamento do pavimento do piso superior, destinados a receber diretamente na parede as vigas transversais à parede (Pereira, 2017) (Figura 156).

Tendo em consideração a curta distância existente entre os agulheiros, a sua recorrência e forma, o sistema de vigamento deveria incluir um número avultado de vigas, de secção retangular e pouca espessura, de utilização comum para cobrir espaços amplos e abertos.

O recurso a este sistema de vigamento parece confirmar a proposta que preconiza a existência de um espaço de relativa amplitude no piso térreo do edifício (Faure, 2012, p. 91).

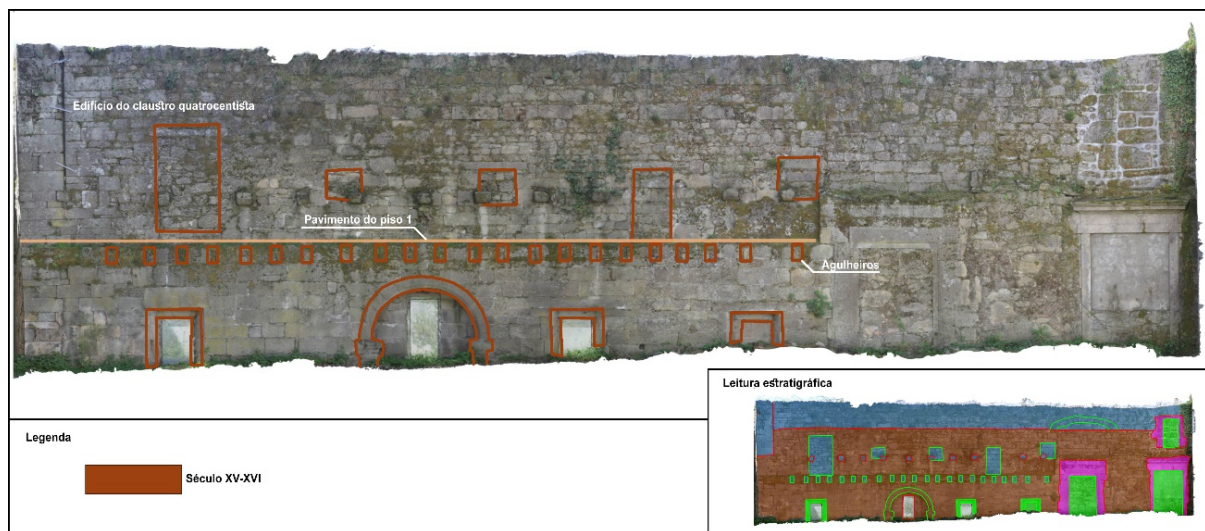


Figura 155 - Reconstituição da organização interior do edifício do claustro quatrocentista.

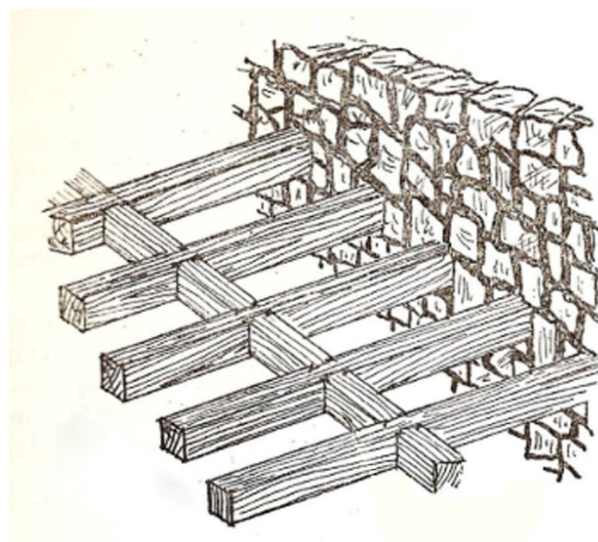


Figura 156 - Sistema de vigamento com agulheiros (adaptado de Costa, 1955).

A reforma quinhentista do claustro patente na parede sul caracterizou-se pela adição de elementos na sua maioria estruturais.

Desde logo, em relação ao edifício primitivo, na parte superior, verifica-se um aumento da parede, provavelmente para compensar a subida da cota, o que sugere que os paramentos desta ala quinhentista deverão ter sido revestidos a reboco.

Juntamente com o aumento da parede, regista-se a introdução de um arco de carga, situado no quadrante poente da parede, possivelmente numa zona de maior densidade construtiva.

Descendendo na estrutura, a leitura permite registar que o entaipamento dos vãos da anterior organização arquitetónica vai servir a colocação de elementos estruturais da ala sul do claustro quinhentista, nomeadamente das mísulas para o pavimento do piso superior.

Neste caso em particular, não se verifica o mesmo sistema de vigamento transversal à parede do edifício primitivo, mas sim a de um travejamento assente em mísulas, provavelmente destinado ao pavimento de uma das “varandas” do claustro. Um espaço cuja largura não deveria possuir grande extensão e que aparenta interromper no quadrante poente da parede.

De facto, o quadrante poente da parede apresenta uma organização estrutural distinta da restante parede, proporcionada por elementos como o já referido arco de carga e a confluência de portas, cuja forma atual remete para uma provável reformulação dos seus portais no século XVIII, ainda que os vãos possam corresponder a passagens anteriores.

Apesar de o registo estratigráfico não ser esclarecedor, a composição do tramo onde se situam os elementos anteriormente referidos, sugere a existência de um paramento mais irregular, que aponta para a possibilidade de configurar também um acrescento à parede original do edifício do século XV, resultando assim da reforma quinhentista ou de outra posterior.

Todavia, a juntar à constituição diferente da parede, o quadrante poente da parede parece evidenciar a existência de um ressalto formado na parte superior dos portais, facto que, juntamente com a ausência de mísulas, poderá ser indicador de que esta porção de parede integrava um espaço interior que intersetava com a ala poente do claustro quinhentista (Figura 157).



Figura 157 - Reconstituição de parte das alas sul e poente do claustro do século XVI

A partir da delimitação providenciada pelas diferenças construtivas do espaço em questão e assumindo que este espaço poderia já pertencer ao interior da ala poente, torna-se assim possível propor um módulo da dimensão das alas do claustro quinhentista.

Com base nesta informação, subtraindo-se as variações dos alinhamentos e das dimensões específicas de cada uma das alas, fruto tanto da implantação como da evolução do edificado, a “ala” do claustro quinhentista deveria corresponder, em abstrato, a um edifício de planta tendencialmente retangular de dimensões de cerca de 20 a 26 metros de comprimento¹⁷⁸ por cerca de 6 metros de largura (Figura 158).

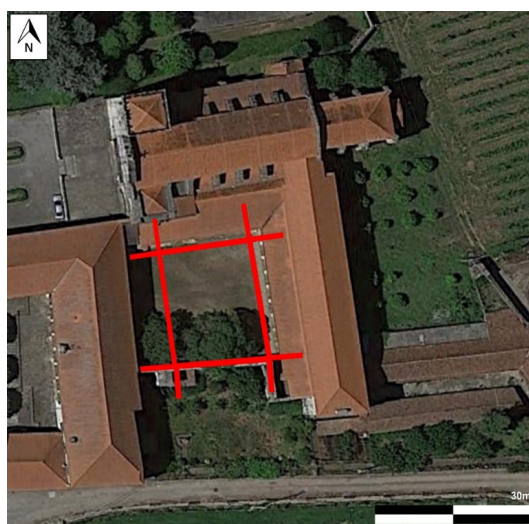


Figura 158 - Proposta de implantação e do módulo de ala do claustro do século XVI.

¹⁷⁸ A avaliar pelo alinhamento da igreja e da parede sul, o claustro poderia não formar um espaço regular ou perpendicular à igreja.

5. O claustro sudoeste

O ímpeto reformista inerente à igreja e ao claustro sul construídos ao longo de praticamente todo o século XVI, espelham uma congregação em crescimento com necessidade de reformar o edificado mais antigo já com sinais de deterioração¹⁷⁹ e expandir a parte claustral (Vinhas, 1998, p. 135).

A expansão do espaço claustral, foi projetada e executada a sudoeste da igreja, num espaço recorrentemente referenciado como “terreiro dos cabedais”¹⁸⁰, onde veio a ser construído um conjunto de edifício em forma quadrangular com o mesmo alinhamento do claustro sul, mas de maior dimensão (Vinhas, 1998, pp. 135–136).

Por iniciativa do convento, possivelmente nos inícios do século XVII, a anteceder o processo de edificação do novo claustro, todas as estruturas mais antigas e frustres que se encontravam no espaço destinado à nova edificação terão sido demolidas. Nomeadamente, da parte da horta, as estruturas situadas entre a casa da madeira até à casa da limpeza e, da parte da igreja, o lanço das estrebarias até à porta do claustro que dava acesso para o terreiro da igreja (Vinhas, 1998, p. 137)¹⁸¹.

A primeira intervenção para a construção do novo espaço claustral situado a sudoeste da igreja, ocorre em 1619, durante o reitorado do Padre António da Ascensão, no local onde viria a ser edificada a ala poente. Desta primeira empreitada resultou a construção de uma robusta parede com duas portas e respetivos portais¹⁸², que ia do muro do “*pomar novo*” até à “*frente de São João*”. Desenvolvendo-se paralelamente à fachada da igreja, esta estrutura terá servido numa primeira fase para definir o limite poente do novo claustro e do adro da igreja, da forma que se pode ainda atualmente se pode observar na zona do adro (Vinhas, 1998, p. 137)¹⁸³.

De acordo com os registo escritos é possível admitir que a segunda empreitada de construção do claustro tenha correspondido a uma parte significativa da ala norte (Vinhas, 1998, p. 137). Uma intervenção que deverá ter ocorrido ainda na primeira metade do século XVII, durante o reitorado do Padre António da Ascensão, e consistido na colocação dos alicerces pelo “lanço da horta” para um

¹⁷⁹ Segundo o manuscrito do Padre Jorge de São Paulo, uma intempérie que se abateu sobre Vilar de Frades, a 20 de janeiro de 1616, provocou danos avultados no edificado de Vilar de Frades, colocando vários espaços, nomeadamente a igreja, em condições de segurança periclitantes. Terá sido também este evento a motivar a reforma seiscentista do corpo da igreja. *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 381.

¹⁸⁰ Apesar de na bibliografia ser comum a adoção do termo “terreiro dos cabedais”, no presente estudo, segundo o critério de referência dos espaços a partir da igreja, foi atribuída a este espaço a designação de “claustro sudoeste”.

¹⁸¹ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 363.

¹⁸² Tal como ainda ocorre na atualidade, a porta mais a norte que dá para o adro da igreja e possui na parte superior um nicho com uma imagem São Lourenço Justiniano e a porta mais a sul, agora integrada na ala poente do claustro sudoeste, que dá para o pátio do claustro e possui na parte superior uma inscrição epigrafada e um nicho com uma imagem de São João Evangelista.

¹⁸³ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 363.

edifício destinado aos dormitórios e oficinas. Acresce ainda a construção uma parede onde foram gastos 697\$000 réis, o início da edificação de dois portais, mas que não passou o nível da serventia¹⁸⁴.

De acordo com alguns autores, é provável que deste edifício ainda se conserve o portal clássico por onde se acede a uma escada interior com três lanços e onde se empregaram soluções como um pilar toscano e a arcos de volta perfeita. Escada esta que dava acesso a espaços funcionais, como um refeitório situado num primeiro piso, e a um dormitório que se sobrepunha ao refeitório Vinhas (1998, p. 138).

As obras iniciadas em 1619 viriam pouco depois a sofrer uma interrupção devido à necessidade de intervenção no corpo da igreja, sendo a construção claustro apenas retomada nos finais da centúria (Vinhas, 1998, p. 138).

Todavia, durante o interregno, os registos documentais comprovam a existência de intervenções de manutenção das cela e de reforma da enfermaria e hospedaria, as quais tiveram um custo de 50\$000 réis (Vinhas, 1998, p. 139).

A obra do claustro é retomada pelo ano de 1700, encontrando-se as alas poente e sul em construção simultânea.

A empreitada da ala sul, apelidada de “... *obra da emenda e do frontispício conventual*”, teve por objetivo a edificação de uma ala integrando o muro delimitador poente construído em 1619 (Vinhas, 1998, pp. 199–207).

Sendo a obra entregue ao mestre pedreiro Manuel Fernandes da Silva, o procedimento formal da empreitada assumiu contornos bastante singulares, acabando por ser dirigida pelo mestre pedreiro António Correia (Vinhas, 1998, p. 202).

O programa esboçado no referido documento visava concretizar a edificação de um corpo para ligar os dormitórios novo e velho, de forma construtivamente harmoniosa e segundo um conjunto de especificações técnicas. O edifício a construir deveria desenvolver-se para o poente, de forma a estar em esquadria com os dois dormitórios e a que as paredes ficassem uniformes, na distância e no comprimento, pelo seu interior (Vinhas, 1998, pp. 202–203)..

O muro anteriormente construído, bem como os respetivos elementos arquitetónicos da frontaria, deveriam ser reconstruídos da forma como se apresentavam antes da obra, procedendo-se, para o efeito, à medição e registo dos elementos arquitetónicos a montante da intervenção (Vinhas, 1998, p. 202).

¹⁸⁴ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 363.

O pórtico da entrada deveria ser colocado nos arcos da entrada do pátio e integrar o pórtico com o nicho superior. O alpendre da portaria deveria ter paredes laterais, com dois palmos e meio de espessura, a fechar na abóbada. Na parede do frontispício, deveria ser construído um arco (Vinhas, 1998, p. 202).

Na sequência da alteração promovida pela fachada deste edifício deveria, também, ser refeito o muro do adro da igreja de forma a coincidir com o cunhal do novo edifício (Vinhas, 1998, p. 202).

Quanto à participação do convento na obra, para além do pagamento de 400\$000 réis, tal como referido no documento, este participaria com a subsistência do mestre pedreiro presente na obra, com o fornecimento da madeira para os andaimes, guindando as pedras e realizando o transporte de materiais de construção, tais como a pedra, o saibro e a cal (Vinhas, 1998, p. 204).

A construção da ala sul encontra-se documentada em 1698, através de um contrato assinado entre o convento, representado pelo Padre-reitor Nuno da Madre de Deus, e os mestres pedreiros Manuel Fernandes e André Martins, do Porto, que visou dar continuidade à obra de pedraria do dormitório da ala sul. Uma empreitada que envolveu um custo de 12.250\$000 réis, um prazo de execução seis anos e que marcou o início de um atribulado processo de construção (Vinhas, 1998, pp. 189–192).

Para além da importância para o estudo do claustro sudoeste e de possuir alguns trâmites já referidos noutros contratos, o conteúdo deste contrato possui uma particular importância para o conhecimento da atividade construtiva em Vilar de Frades, mas sobretudo da época moderna.

O desenvolvimento dos trabalhos de pedraria deste dormitório ficou marcado por falhas graves de execução que obrigaram os construtores a demolir toda a parede sul, já finalizada até à parte superior das janelas do primeiro piso, bem como a proceder à sua reconstrução sem falhas (Vinhas, 1998, pp. 192–196).

Esta tarefa adicional ficou registada num novo contrato, assinado no ano de 1702 pelo Padre-reitor Ambrósio de Santo Agostinho e o Vice-reitor Padre José de São Francisco, no qual são introduzidos novos elementos relativos à mitigação de problemas decorrentes da má execução da obra.

Tratando-se, portanto, de um processo atípico, o contrato apresenta um conjunto de condições sob as quais o convento se dispunha a entregar um montante adicional de 100\$000 réis, a fornecer a cal para os alicerces, assim como a mandar retirar e deslocar o forro, que já se encontrava colocado. Em contrapartida, impunha aos construtores que a parede fosse realizada com a largura obrigatória de seis palmos até ao nível das janelas, com um arco semelhante ao da fachada principal e seis portais utilitários, três de cada lado do arco (Vinhas, 1998, pp. 192–193).

A juntar aos elementos anteriormente referidos, o novo contrato continha uma salvaguarda jurídica que legitimava o convento a proceder judicialmente em caso de persistência dos problemas da obra,

exigindo aos executantes a apresentação de dois fiadores, que no caso em questão vieram a ser o mestre pedreiro Manuel Martins e o entalhador do Porto Domingos Nunes (Vinhas, 1998, pp. 192–193).

Todavia, durante o século XVIII, mesmo após o processo de retificação da parede do dormitório, a ala sul continuou a evidenciar patologias construtivas, que possuíam uma significativa dimensão em meados do século.

Uma das adendas efetuada ao manuscrito de 1658, regista uma empreitada decorrida durante o reitorado do Padre Francisco de Santa Maria, entre 1752 e 1754, relacionada com a correção de deficiências estruturais do dormitório sul¹⁸⁵. Uma intervenção que contemplou o apeamento integral da parede velha da parte da cerca que se encontrava já deslocada das restantes estruturas, a respetiva reconstrução retificada e a aplicação de quatro linhas de ferro para fixação da estrutura (Vinhas, 1998, p. 196).

A importância da ala sul para a história construtiva de Vilar de Frades, é reforçada pela existência de documentação da empreitada de carpintaria¹⁸⁶. Uma fonte importante no sentido em que constitui uma exceção em relação aos restantes espaços e permite compreender alguns dos procedimentos inerentes a esta atividade durante o século XVIII.

A documentação existente sobre a obra de carpintaria revela que no ano de 1705 foram adjudicadas várias empreitadas, ainda que pouco específicas, relacionadas com acabamentos. A informação refere, por exemplo, a colocação do revestimento das paredes e da escadaria conventual, assim como várias intervenções de finalização dos telhados (Vinhas, 1998, p. 213).

A evolução construtiva do claustro sudoeste teve continuidade após a extinção das ordens religiosas em Portugal, fruto da sua passagem juntamente com a cerca para a posse de privados que promovem sucessivas modificações não documentadas (Vinhas, 1998, pp. 196–197).

Após a privatização, destaca-se a ocorrência de um incêndio de grandes dimensões, em 1898, que terá alterado profundamente o edificado. Supostamente, apenas terão restado as paredes exteriores e terão sido reconstruídas as fachadas exteriores primitivas (Fonseca, 1987, p. 35; Vinhas, 1998, p. 198).

O edifício mais afetado terá destruído a ala sul, apenas reconstruída ao nível dos dois primeiros pisos e sem qualquer critério de recuperação da traça original (Fonseca, 1987, p. 35). Não obstante, o piso térreo da ala sul deverá conservar ainda alguns elementos da empreitada do século XIX, nomeadamente

¹⁸⁵ *Epilogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924.

¹⁸⁶ O documento identificado por Joaquim Vinhas no Arquivo Distrital de Braga, segundo o autor, mesmo que não datado, deverá ter servido como rascunho para a escritura pública estabelecida com os mestres carpinteiros.

o arco e alguns dos portais mencionados no contrato de construção da ala sul estabelecido com os mestres Manuel Fernandes e André Martins (Vinhas, 1998, p. 198).

5.1. Diagnóstico

O claustro sudoeste não é, atualmente, um espaço que propicie uma análise aprofundada do edificado devido a um conjunto de fatores de ordem distinta. Na base desta cadeia de fatores, como anteriormente referido, está o facto de este espaço ter sido privatizado na sequência da extinção das ordens religiosas. Uma ocorrência que dificulta o acesso ao edificado, tornando-o igualmente mais vulnerável à realização de alterações, naturalmente promovidas pelos seus proprietários, e relativamente às quais não se conhece a existência de fontes documentais que possibilitem o seu estudo (Vinhas, 1998, pp. 196–197).

Paralelamente, decorrente deste percurso, há a assinalar também o facto de o claustro sudoeste não ter passado por um processo de proteção e classificação semelhante ao da igreja e do claustro sul¹⁸⁷. Um fator particularmente relevante, uma vez que a ausência de intervenção pública no edificado, para além da questão da recuperação e conservação material, resulta numa lacuna de registos importantes para o estudo da construção, mais uma vez ao contrário da igreja e do claustro sul, que possui levantamentos pelo menos desde a década de 40, com as intervenções de restauro da DGEMN.

Na adição de todos os fatores referidos, resulta a existência de poucos estudos sobre este espaço.

A história mais recente do edifício, possivelmente apenas exequível com um projeto individual, interdisciplinar, dependente de um momento de obra e da convergência de várias entidades nesse sentido, encontra-se deste modo ainda por fazer.

Assim, a análise possível para o presente estudo resume-se, no presente momento, a uma macro análise das alas a partir das implantações, das volumetrias e das fachadas exteriores, nomeadamente as voltadas para o interior do claustro que apresentam uma maior pertinência para a compreensão construtiva do espaço edificado.

O estado do conhecimento acerca deste espaço, tem recorrentemente confirmado que a sua construção resultou de um processo complexo e demorado que se reflete no edificado atual. Conhecendo-se a história contratual de algumas das obras efetuadas, é possível observar na construção sobrevivente pormenores relevantes para um estudo aprofundado deste claustro no futuro.

As alas nascente e poente são as que apresentam uma maior coerência construtiva. A organização arquitetónica dos elementos permite verificar que conformam duas empreitadas, com o recurso a

¹⁸⁷ Com exceção para o chafariz que foi classificado como monumento nacional em 1943 (Decreto n.º 32 973, DG, I Série n.º 175, de 18-08-1943).

elementos semelhantes, que transportam um conceito de uniformização arquitetónica para este novo espaço claustal.

5.1.3. Ala nascente

O edifício nascente replica na sua forma exterior o tipo mais comum de ala de claustro. Um edifício retangular, com uma galeria inferior com uma arcada exterior onde se repetem as aberturas em arco de volta perfeita, com uma moldura em granito e impostas salientes (UE 393), e o teto com abóbadas de aresta (UE 394), tal como a galeria da ala norte do claustro sul, mas exibindo uma melhor execução (Figuras 159 e 160). Ao nível do piso superior regista-se, como cobertura, um telhado de duas águas revestido a telha de meia cana, do qual sobressai um relógio. Na parte superior do paramento localiza-se uma cornija simples em granito (UE 396), seguida por um conjunto de janelas com moldura em granito e sacada com consola, decoradas ao gosto rococó (UE 397) e um friso simples (UE 398) a toda a banda, também em granito, a fazer a ligação entre a base das sacadas.

Na composição desta fachada, destaca-se a simetria providenciada pelo conjunto da arcada e das janelas de sacada, que remetem para a reforma oitocentista do claustro sul uma simplificação desta composição (Figura 161).



Figura 159 - Fachada da ala nascente do claustro sudoeste. Fotografia cedida por João Ribeiro.



Figura 160 - Pormenor das abóbadas da galeria térrea da ala nascente do claustro. Fotografia cedida por João Ribeiro.



Figura 161 - Comparação da fachada do claustro sudoeste (esquerda) com a fachada do claustro sul (direita).

5.1.1. Ala poente

A ala poente, por oposição, apresenta uma morfologia exterior que difere da ala nascente.

Na parte superior, regista-se uma composição semelhante à da ala nascente (Figura 162). O mesmo tipo de cobertura com telhado de duas águas revestido a telhado de meia cana. Na parte superior do paramento regista-se uma cornija simples em granito (UE 400). No piso superior do paramento observam-se as mesmas janelas de sacada com moldura oitocentista e sacada de consola (UE 401).

No piso intermédio, registam-se um conjunto de janelas, duas delas descaraterizadas e possivelmente contemporâneas, destacando-se, todavia, uma gateira oval com moldura simples em granito (UE 402).

Ainda no piso intermédio, com continuação para o piso inferior, é possível observar na parede três arcos em granito entaipados na parede, com impostas salientes, que não deverão corresponder a uma galeria preexistente, mas sim às alterações já referenciadas na designada “obra da emenda” (Vinhas, 1998, pp. 199–207).

No piso térreo, verifica-se um conjunto de portas e janelas descaraterizadas, possivelmente contemporâneas, destacando-se, ao centro, um portal de grandes dimensões que possibilitava a entrada para o interior do claustro (UE 403).

Relativamente a esta ala, ressalta sobretudo a sua reduzida largura, um possível indicativo de que a mesma poderá ter sido pensada e executada como uma ala de transição, com o objetivo de estabelecer uma ligação entre as ala norte e sul, sobretudo ao nível dos pisos superiores, completando assim o circuito claustal.



Figura 162 - Perspetiva geral da fachada nascente da ala poente do claustro sudoeste. Fotografia cedida por João Ribeiro.

5.1.3. Ala norte

Virando para a ala norte, a fachada voltada para o interior possui uma dissonância que se estende para a cobertura, que pode ser reveladora da existência de dois corpos distintos anexados. O corpo

situado mais a nascente possui elementos que se inscrevem na continuidade do estilo oitocentista da ala nascente, nomeadamente ao nível da cobertura com um telhado contemporâneo de duas águas revestido a telha de meia cana, da cornija simples (UE 405) em granito, das janelas de sacada (UE 406) e do friso simples (UE 407), também em granito, a realizar a ligação entre as basas das sacadas do segundo piso. Uma característica que não foi transposta para o corpo seguinte, a poente, que apenas exhibe portas, gateiras e janelas funcionais com alterações contemporâneas.

Neste sentido, a possibilidade, de a ala norte ter configurado um dos primeiros espaços a edificado neste claustro (Vinhas, 1998, p. 138), poderá explicar as discrepâncias construtivas existentes entre estes dois corpos, sendo o corpo situado mais a nascente de execução mais antiga (Figura 163 - A).

Aliás, na ala norte do claustro sul, conserva-se uma porta trilobada com chanfros evocativa do século XVI entaipada, de execução possivelmente posterior, que deverá indiciar a existência de um edifício a poente do claustro sul anteriormente ao século XVIII (Figura 163 - B).

Já o corpo situado mais a poente, possivelmente de execução mais recente, poderá ter ocorrido na sequência da construção da ala nascente, no espaço que restou entre esta e o edifício já existente na ala norte. Este corpo deverá ter albergado um dormitório no piso superior e pelo menos um espaço amplo no piso térreo, pelo que é possível avaliar pela dimensão das janelas situadas na fachada norte (Figura 163 - C).



Figura 163 - A- Fachada sul da ala norte (Fotografia cedida por João Ribeiro); B - Porta trilobada vista da ala poente do claustro sul (Fotografia de Inês d'Orey, cedida pela DRCN); C - Fachada norte da ala norte do claustro sul (Fotografia cedida por João Ribeiro).

5.1.2. Ala sul

Atendendo ao conhecimento existente, a ala sul configura o espaço mais recentemente transformado e alterado, sendo, por isso, o espaço que mais interrogações levanta na sua análise.

A construção desta ala conheceu um conturbado processo construtivo, mas é sobretudo a entropia provocada pelo incêndio de 1898 e a conseqüente reconstrução que constitui o principal obstáculo para o seu estudo.

Admitindo que o edifício foi praticamente destruído e os proprietários terão apenas optado por reconstruir os dois primeiros pisos, tal como se conserva, a sua constituição resume-se a uma cobertura com telhado contemporâneo de duas águas revestido a telha de meia cana, uma banda de janelas quadrangulares (UE 409), no piso superior, com moldura em granito, bem como uma seqüência de arcos de volta perfeita (UE 410) no piso inferior, juntamente com uma porta e uma janela descaracterizadas (Figura 164).



Figura 164 - Fachada norte da ala sul do claustro sudoeste. Fotografia cedida por João Ribeiro.

Todavia, as principais interrogações suscitadas por esta ala correspondem à sua relação estrutural com as alas nascente e poente. Mais precisamente, nos supostos pontos de interceção com as referidas alas é possível observar a continuidade das suas fachadas, registando-se a existência de três janelas de sacada, todavia desenquadradas das restantes.

Esta particularidade permite a ponderação sobre duas possibilidades quanto à evolução construtiva da ala sul.

Se de facto, na seqüência do incêndio, a ala sul foi reconstruída de forma rebaixada, a interrupção deixada nos paramentos das alas nascente e poente devido ao desaparecimento da parte superior da ala poderá ter incluído a adição de janelas de sacada a replicar as janelas preexistentes nas fachadas.

Uma leitura que poderá fundamentar a quebra na simetria das fachadas das alas nascente e poente, neste caso, provocada pela introdução destas janelas.

Todavia, assumindo-se a possibilidade de as três janelas mais a sul configurarem elementos originais, uma segunda leitura permite considerar a possibilidade de a ala sul ter um pé-direito menor de origem e a sua reconstrução após o incêndio não ter alterado a sua volumetria (Figura 165).

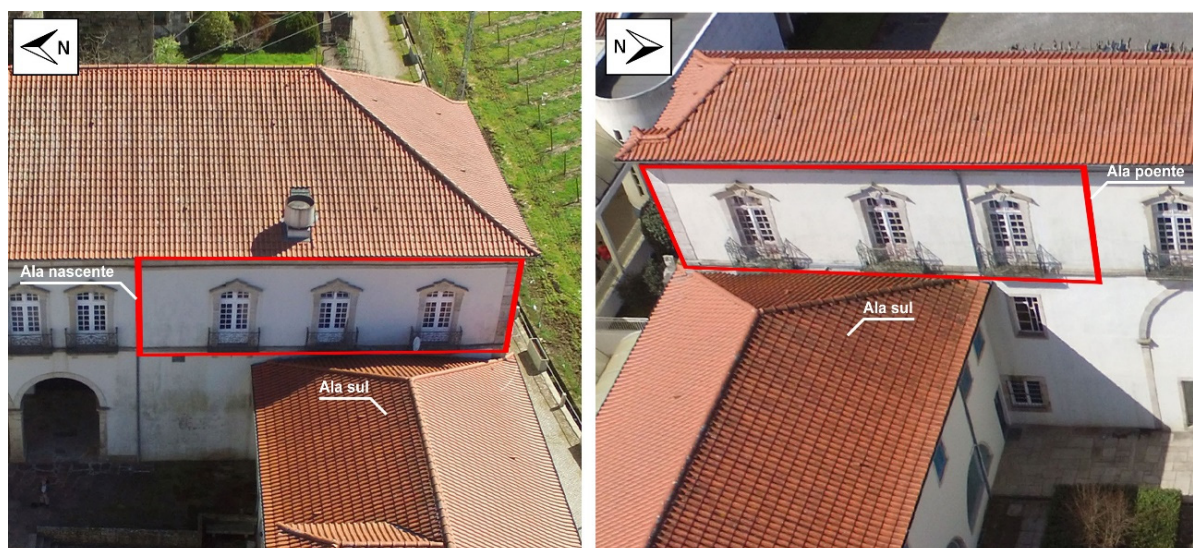


Figura 165 - Pormenor das janelas de sacada existentes nas alas nascente e poente do claustro sudoeste.

5.2. Evolução construtiva dos claustros

Os espaços claustrais edificados em Vilar de Frades seguem o tipo de implantação planimétrica do plano monástico. Um conjunto de quatro corpos organizados em torno de um pátio central a formar um espaço regular de planta ligeiramente retangular.

Na historiografia de Vilar de Frades, os claustros conformam os espaços menos estudados do complexo. Este facto faz com a que a dinâmica dos estudos sobre os espaços de Vilar de Frades seja de diminuição conforme mais recentes são os espaços. Em termos práticos, poder-se-á afirmar que o claustro sul está menos estudado do que a igreja e o claustro sudoeste está menos estudado do que o claustro sul.

A abordagem aos espaços claustrais de Vilar de Frades assenta numa primeira tentativa de aproximação ao edificado claustral no seu conjunto, procedendo para o efeito à caracterização construtiva dos diferentes espaços claustrais e à abordagem de algumas das questões relativas à evolução destes espaços.

No caso do claustro sul, apesar da sua existência ser anterior, somente a partir do século XVI é possível caracterizar com maior detalhe a sua cronologia, nomeadamente a ala nascente, edificada antes

de 1520 e reformulada ainda nos finais do século XVI. As restantes alas prosseguiram com a construção do dormitório do poente (1523), do dormitório de “vale de cavalinhos” (1543), do dormitório “grande” da ala sul (década de 40) e do dormitório da “varanda” (1572) (Figura 166). Das várias empreitadas realizadas, apenas persistem visíveis reminiscências da ala sul, nomeadamente as mísulas, um arco enxalço, uma porta no piso superior, assim como duas portas no piso inferior, uma delas epigrafada na zona do lintel, possivelmente já a intercepar com a ala poente do claustro.

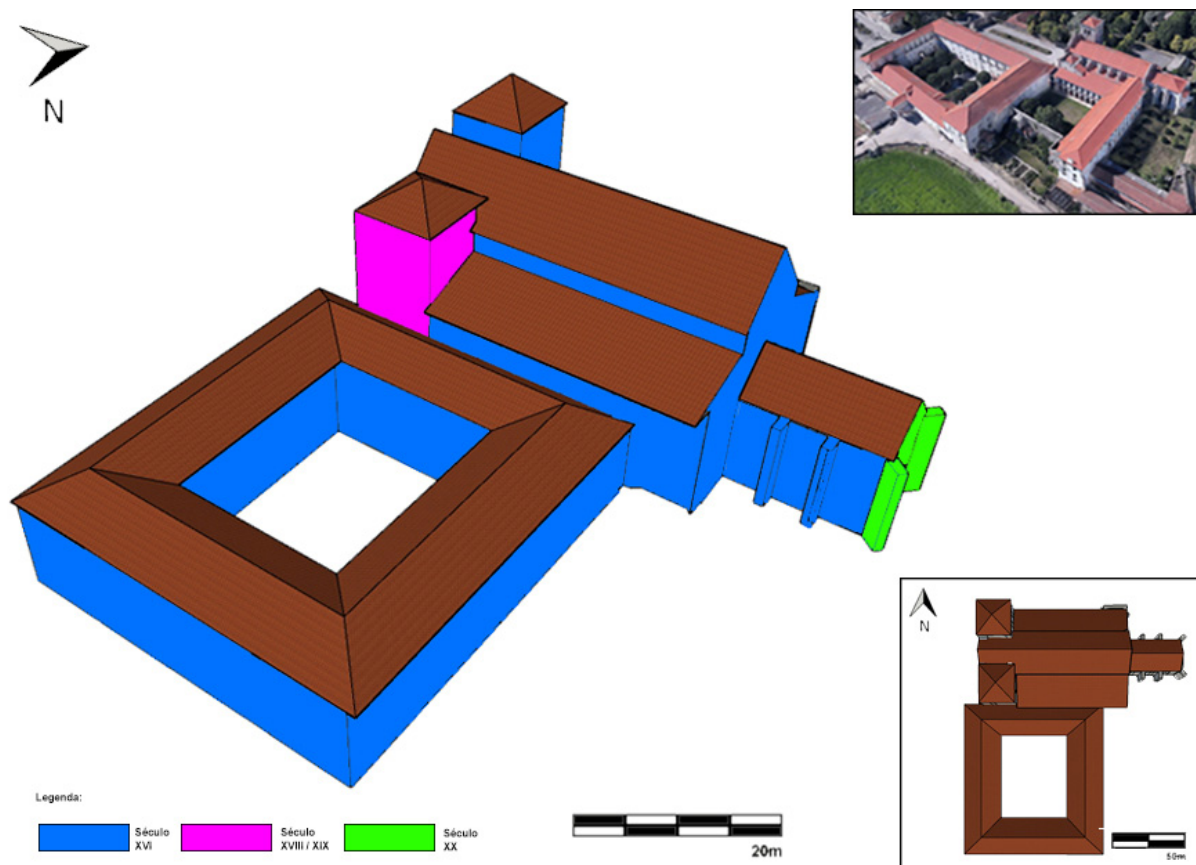


Figura 166 - Proposta de reconstituição tridimensional dos módulos do claustro sul do século XVI.

Com pontuais intervenções, o claustro quinhentista manteve-se edificado até finais do século XVIII, momento em que se projeta e inicia outra renovação. Concretizam-se, assim, as alas norte e nascente, com arcadas de oito e dez arcos de volta perfeita, que fazem antever um espaço retangular de arquitetura pragmática (Figura 167).

A ala norte, provavelmente levantada de raiz nesta intervenção, consiste num espaço de ligação entre a igreja e os dois claustros. Além da função orgânica, destaca-se por possuir uma arcada com um sistema de abóbadas de arestas de tijolo intercaladas com arcos abatidos, possivelmente do mesmo material. Uma estrutura possivelmente pensada para conferir maior capacidade portante ao edifício da igreja.

A ala nascente foi implantada no alinhamento do transepto da igreja, sobrepondo-se ao braço sul. Construtivamente, as paredes estruturais internas só se desenvolvem para os dois primeiros pisos, sendo o dormitório construído em tabique dividindo o corredor, a capela e as celas.

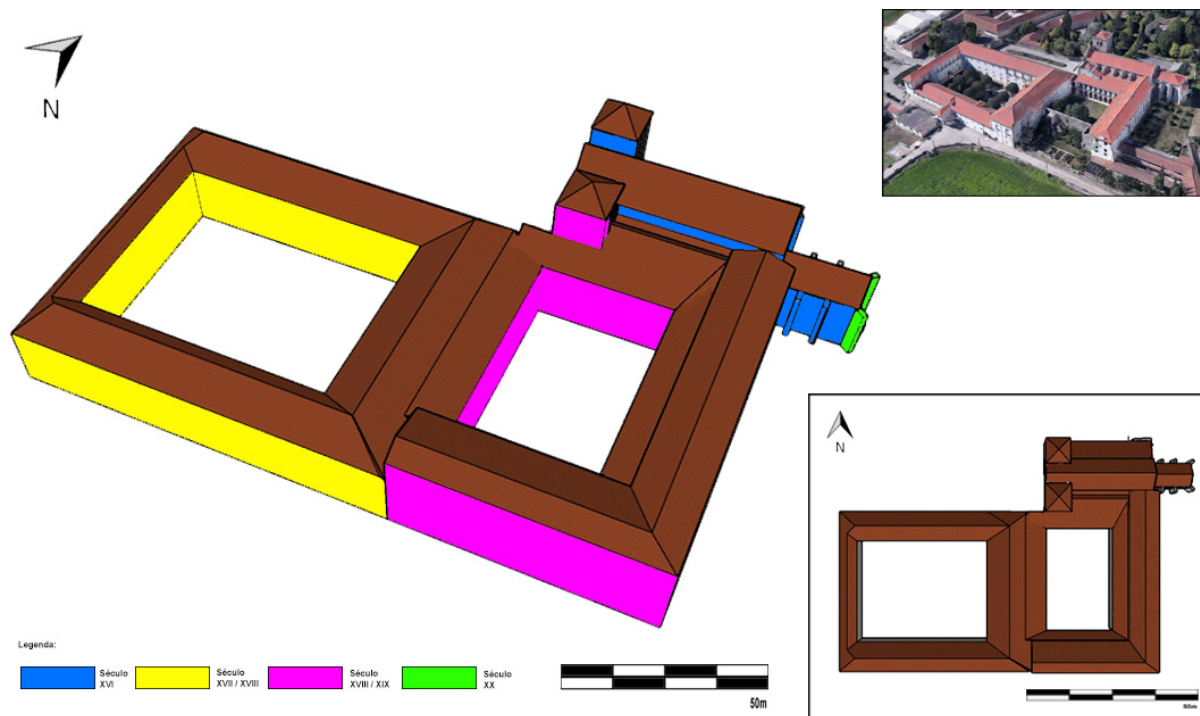


Figura 167 - Proposta de reconstituição tridimensional da reforma do claustro sul, inacabada no século XIX, com base nas alas existentes.

A heterogeneidade da sua construção, pelo menos no quadrante sul, resulta muito possivelmente do reaproveitamento de elementos construtivos ou da integração de estruturas pré-existentes

No caso do claustro sul, a sua análise permite compreender melhor a sua função estrutural em articulação com o edifício da igreja, na ala norte, mas também a diversidade construtiva e mais corrente, como o tabique, identificadas pela primeira vez no complexo, neste caso na ala nascente.

Sobre o claustro sudoeste, apesar de mais complexo de analisar pela condicionante de constituir um espaço privado e profundamente alterado desde o século XIX, resulta da análise o primeiro levantamento dos principais elementos construtivos ao nível dos volumes e da constituição das fachadas, mas também lançar algumas hipóteses de investigação importantes para futuros estudos a efetuar no claustro sudoeste.

A sua edificação teve início no século XVII, com o intuito de expandir o espaço conventual (Figura 168). Todavia, devido à intervenção seiscentista do corpo da igreja, a sua conclusão apenas se deu no século XVIII. Entre 1619 e 1620, é edificado um muro de frontaria com duas portas principais que passa a definir pelo poente o adro da igreja e o novo espaço claustral. Um muro que, entre 1700 e 1701, foi

integrado na obra da “emenda da frontaria” que consistiu na edificação da ala poente. Nas primeiras décadas de seiscentos terá sido construída a ala norte do claustro e terão sido implantados os alicerces da ala sul, cuja construção viria apenas a ser continuada em 1698, numa empreitada afetada por patologias construtivas e repetida em 1702. Da análise deste conjunto sobressaem as fachadas voltadas para o pátio central, onde se observam elementos tão dissonante quanto agregadores.

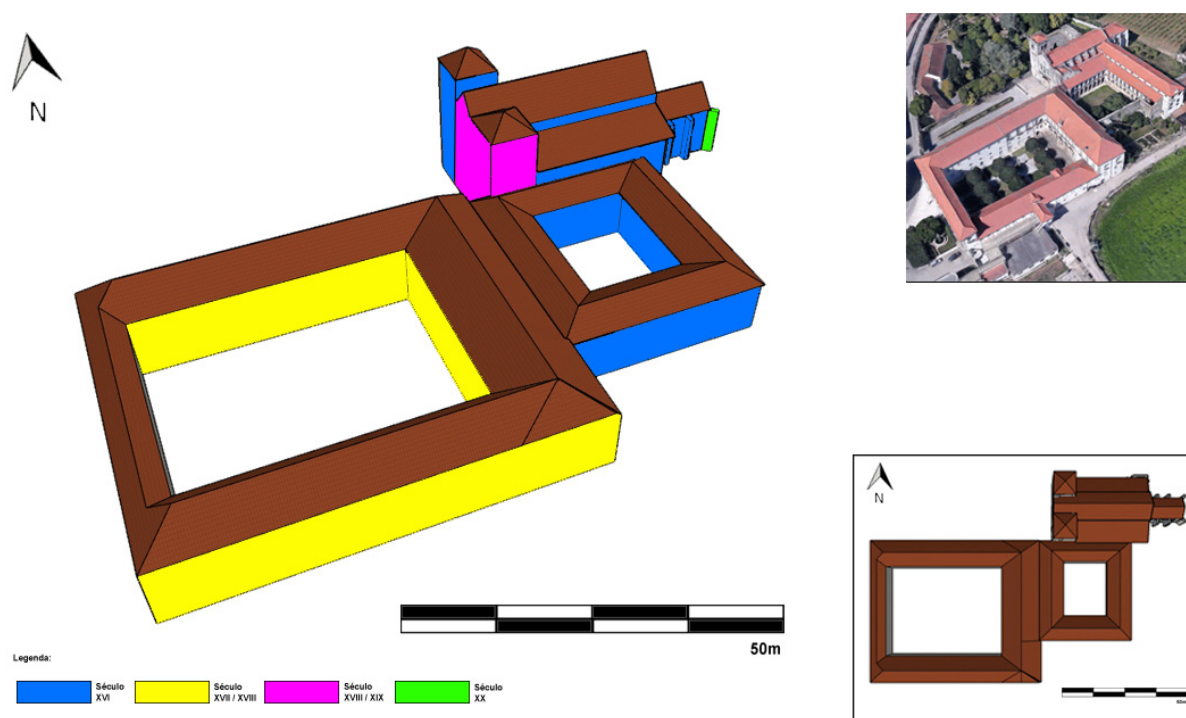


Figura 168 - Proposta de reconstituição tridimensional dos módulos do claustro sudoeste antes do incêndio do século XIX.

Na ala norte, o maior volume deste espaço, observa-se a existência de dois edifícios adossados, sendo evidente a separação ao nível dos telhados, dos paramentos e das aberturas.

A ala nascente corresponde a um edifício de grande dimensão distintamente marcado por elementos do século XVIII, onde a simetria é apenas abalada pelas três janelas de sacada no alçado coincidente com a ala sul. No piso térreo desenvolve-se uma galeria com a respetiva arcada de cinco arcos de volta perfeita e teto em abóbada de aresta. Na parte superior regista-se um conjunto de janelas de sacada com pormenores renascentistas ao nível do lintel e da consola.

A ala poente, resume-se a uma ala funcional de ligação do circuito claustal, quase em simetria com a ala contrária devido às janelas de sacada do piso superior e diferindo pela inexistência da galeria inferior.

A ala sul consiste num edifício profundamente alterado por um incêndio ocorrido nos finais do século XIX, na sequência do qual terá sido reconstruída, mais rebaixada e descaraterizada. Esta reedificação que terá implicado a adição das janelas de sacada nos alçados das alas nascente e poente e,

consequentemente, provocado uma quebra na harmonia arquitetónica da disposição dos vãos das sacadas.

No compute geral, a nível do espaço claustral, fruto da função do espaço, a construção monástico-conventual diverge do tipo de construção observado nos espaços afetos à igreja e aproxima-se mais da construção corrente, apresentado como principal elemento diferenciador desta a organização em quadra e a construção dos espaços segundo a orgânica do complexo.

Ao nível das estruturas, das técnicas e dos materiais, verifica-se em espaços como a sacristia uma aproximação ao tipo de construção habitacional nobre ou burguesa de transição do século XVIII para XIX e em espaços como o dormitório do noviciado um tipo de construção corrente mais utilitária.

Parte V – O processo construtivo do convento de São Salvador de Vilar de Frades. Técnicas e materiais construtivos

As técnicas e os materiais utilizados na construção de edifícios históricos revestem-se de uma grande diversidade, tal como acontece no antigo convento de Vilar de Frades.

Paralelamente às referências nas fontes históricas, o diagnóstico efetuado ao edificado sobrevivente em Vilar de Frades permitiu analisar com detalhe algumas das soluções construtivas e materiais utilizados nos diferentes espaços que compõem este complexo arquitetónico, nomeadamente na capela-mor, no transepto e no corpo da igreja, assim como no claustro sul e sudoeste.

A sua análise foi realizada tendo por base a distinção entre elementos verticais, onde se registam alicerces, pilares, paredes, portas e janelas, frisos, cornijas, mísulas, arcos ou contrafortes e elementos horizontais, como tetos, abóbadas, pavimentos ou escadas. A análise estratigráfica realizada a estes elementos permitiu igualmente estabelecer uma datação relativa e em muitos casos uma cronologia em séculos, providenciada pelo cruzamento com as fontes escritas. A análise detalhada destes elementos integra as tabelas do Apêndice 1: Fichas de leitura estratigráfica.

1. Elementos construtivos da capela-mor da igreja

A capela-mor da igreja integra atualmente ainda um conjunto de elementos verticais pertencentes ao século XVI, nomeadamente paredes, mísulas, um friso e contrafortes, assim como paredes e contrafortes do século XX. Ao nível dos elementos horizontais, todos do século XX, registam-se o pavimento, uma escadaria, a abóbada e o telhado.

1.1. Elementos verticais

1.1.1. Contrafortes

A capela-mor possui dois contrafortes diagonais de construção contemporânea que foram edificados em *ex aequo* com a parede fundeira. São executados com silhares de grande e média dimensão e encontram-se estruturalmente articulados com as paredes laterais e parede fundeira. Muito provavelmente, são utilizadas argamassas de cimento hidráulico na sua execução (Tabela 1).

O segundo tipo de contrafortes registados, correspondem aos três contrafortes do século XVI existentes em cada uma das paredes laterais da capela-mor. A sua execução contempla a utilização de silhares semelhantes aos das paredes laterais. Do ponto de vista funcional, possuem uma base mais espessa que se vai encurtando na verticalidade. Possuem ainda chanfros na transição da segunda para a terceira secção (Tabela 1).

Tabela 1 - Contrafortes da capela-mor da igreja

Contrafortes da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
40	A-1-2	construída	século XX	capela-mor; igreja	contraforte	Contraforte diagonal norte. Constituíam uma resposta técnica da DGEMN às patologias estruturais que a estrutura evidenciava, pelo menos desde os inícios do século XX. Consistiam numa reprodução dos contrafortes laterais, dispostos na diagonal, com silhares de granito de cantaria e argamassados com betão hidráulico.
48	A-1-2	construída	século XX	capela-mor; igreja	contraforte	Contraforte diagonal sul. Constituíam uma resposta técnica da DGEMN às patologias estruturais que a estrutura evidenciava, pelo menos desde os inícios do século XX. Consistiam numa reprodução dos contrafortes laterais, dispostos na diagonal, com silhares de granito de cantaria e argamassados com betão hidráulico.

44	A-1-1	construída	século XVI	capela-mor; igreja	contraforte	3 Contrafortes com chanfros, executados com silhares regulares (litologia pétrea, média dimensão), projetados para o exterior a diferentes espessuras
----	-------	------------	------------	-----------------------	-------------	---

1.1.2. Friso

A capela-mor apresenta um friso decorativo do século XVI integrado nos silhares das paredes laterais. A forma decorativa, a integração e disposição no conjunto estabelece também uma relação com as mísulas e as janelas (Tabela 2).

Tabela 2 - Friso da capela-mor

Frisos						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
26	A-1-1	construída	século XVI	capela-mor; igreja	friso	friso decorativo que percorria toda a parede lateral, tendo início ao nível do ponto médio das janelas e prosseguindo ao longo da parede contornado as janelas pela sua parte superior, alternando entre linhas retas e curvas.

1.1.3. Janelas

As janelas registadas na capela-mor compõem um conjunto de três janelas localizadas em cada uma das paredes laterais. Com a funcionalidade de iluminar o espaço, possuem grande dimensão e estão estruturalmente colocadas nos espaços a intercalar os pontos de carga das abóbadas.

Estão integradas na espessura das paredes e são constituídas por um remate superior em volta perfeita e ombreiras esculpidas e decoradas (Tabela 3).

Tabela 3 - Janelas da capela-mor da igreja

Janelas da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
28	A-1-1	construída	século XVI	capela-mor; igreja	janela	Janelas decoradas, de grande dimensão, com remate superior em volta perfeita, cuja função seria a de iluminar o espaço. Como apontamento decorativo, exibiam ao nível das ombreiras pseudo colunas com base poligonal e capitel com elementos vegetalistas. Possuíam também vestígios de um revestimento cromático a mimetizar a talha dourada, possivelmente datado do século XVIII.

1.1.4. Mísulas

Na capela-mor apenas se registam mísulas de perfil alongado afetas ao sistema de nervuras. Ao seu cariz funcional de suporte e de convergência das cargas das nervuras para a parede, alia-se o efeito decorativo vegetalista que contribui para o efeito visual do conjunto das nervuras (Tabela 4).

Tabela 4 - Mísulas da capela-mor da igreja

Mísulas da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
24	A-1-1	construída	século XVI	capela-mor; igreja	mísula	conjunto de três mísulas alongadas que transmitiam as forças das nervuras para as paredes laterais. Ao nível da base, as mísulas envergavam elementos decorativos do tipo vegetalista

1.1.5. Paredes

A parede fundeira da capela-mor da igreja de Vilar de Frades constitui uma adição do século XX. A sua construção encontra-se documentada na intervenção da DGMEN de 41-45, tanto através de fotografias da intervenção como dos levantamentos de plantas e alçados datados da década de 70 do século XX.

Esta parede fundeira encontra-se executada em perpianho, com recurso a silhares graníticos de média dimensão e sobreposição em travamento. Tal como nos tramos superiores das paredes laterais da capela-mor, afigura-se muito provável a utilização de argamassas hidráulicas e outros materiais contemporâneos (Tabela 5).

Quanto às paredes do século XVI, apenas se registam evidências das paredes laterais (A-1-1 e A-1-3). Estas não apresentam características técnicas diferenciadoras, mas destacam-se pela sua solidez e execução bem cuidada, nomeadamente ao nível dos silhares e do aparelhamento. Do ponto de vista técnico, documenta-se a execução de paredes de duas faces com enchimento interior em material grosseiro e argamassa, paramentos com aparelho regular, silhares de média dimensão travados em sobreposição (Tabela 5).

Tabela 5 - Paredes da capela-mor da igreja

Paredes da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
18	A-1-1	construída	século XX	capela-mor; igreja	parede	Tramo de parede caracterizado por uma alvenaria regular, com silhares graníticos de média dimensão, travados em sobreposição e assentes em argamassa hidráulica.
43	A-1-2	construída	século XX	capela-mor; igreja	parede	Parede executada em perpianho, com o recurso a silhares graníticos de média dimensão e sobreposição em travamento. Utilização de argamassas hidráulicas e outros materiais contemporâneos.
32	A-1-1	construída	século XVI	capela-mor; igreja	parede	Paramento interior do muro norte da capela-mor que integrava os elementos anteriormente referidos. Tratava-se de um muro de duas faces com enchimento, evidenciando no alçado sul um aparelho de alvenaria regular, bastante cuidado, com silhares em granito de média dimensão e travados em sobreposição.

1.2. Elementos horizontais

1.2.1. Abóbadas

Embora se trate de um sistema do século XX, a abóbada da capela-mor reproduz ainda o sistema da abóbada do século XVI. Trata-se de uma abóbada nervurada, constituída por um sistema de painéis e de nervuras. Os painéis são constituídos por elementos tendencialmente retangulares em granito e colocados de forma modular. Os elementos mais disruptivos neste sistema surgem da provável utilização de argamassas e outros materiais contemporâneos nas juntas e na parte superior da abóbada que originalmente deveria estar coberta por uma couraça de argamassa e material grosseiro (Tabela 6).

O sistema de nervuras é formado por um conjunto de aduelas e pedras de fecho. Os elementos apresentam igualmente litologia granítica, disposição modular e decoração profusa (Tabela 6).

Tabela 6 – Abóbadas da capela-mor da igreja

Abóbadas da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
14	A-1-5	construída	século XX	capela-mor; igreja	abóbada	Painéis que compõem a abóbada. Os painéis, de litologia granítica, apresentavam uma forma tendencialmente retangular, de espessura fina e dimensão variada, que se dispunham de uma forma quase modular de forma a preencherem os espaços entre as nervuras do sistema de cobertura.
16	A-1-5	construída	século XX	capela-mor; igreja	abóbada	sistema de nervuras prismáticas, igualmente constituído por elementos de granítico, era formado um conjunto complexo de arcos terciários, ligaduras, arcos formeiros, arcos torais, bem como pedras de fecho principais e secundárias decoradas com motivos florais e heráldicos.
22	A-1-1	construída	século XVI	capela-mor; igreja	abóbada	Conjunto de três pontos de arranque de várias nervuras da abóbada.

1.2.2. Escadaria

Na capela-mor regista-se um conjunto de escadas de cronologia contemporânea e meramente funcionais. Os degraus são constituídos por elementos graníticos (Tabela 7).

Tabela 7 - Escadaria da capela-mor da igreja

Escadaria da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
50	A-1-4	construída	século XX	capela-mor; igreja	escadaria	Escadas que ligam o piso inferior da capela-mor à plataforma do altar-mor.

1.2.3. Pavimentos

O pavimento da capela-mor reporta-se a uma estrutura intervencionada contemporaneamente, constituída por lajes graníticas quadrangulares dispostas na diagonal e retangulares nas extremidades. No topo nascente, o pavimento possui uma plataforma mais elevada que reproduz o mesmo tipo de pavimento (Tabela 8).

Tabela 8 - Pavimentos da capela-mor da igreja

Pavimentos da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
20	A-1-4	construída	século XX	capela-mor; igreja	pavimento	Pavimento constituído por um conjunto de elementos graníticos quadrangulares dispostos na diagonal e argamassados e com lajes retangulares nas extremidades.
46	A-1-4	construída	século XX	capela-mor; igreja	pavimento	Plataforma elevada do quadrante nascente da capela-mor

1.2.4. Telhado

O telhado da capela-mor configura uma estrutura contemporânea simples. Disposto sob a forma de três águas, evidencia-se a sua funcionalidade de proteção e impermeabilização com recurso à designada telha de meia cana ou telha portuguesa (Tabela 9).

Tabela 9 - Telhado da capela-mor da igreja

Telhado da capela-mor da igreja						
U E	UR	Tipo	cronologia	Espaços	Elemento	Descrição
33	A-1-5	construída	século XX	capela-mor; igreja	telhado	Telhado de três águas com telha portuguesa.

2. Elementos construtivos do transepto da igreja

O transepto da igreja de vilar de Frades conserva ainda um conjunto diversificado de elementos construtivos verticais com funcionalidade e cronologia igualmente variadas, testemunhos das diferentes intervenções que conheceu desde o século XVI. Assim, registam-se paredes construídas desde o século XVI até ao século XXI, vestígios de um alicerce do século XVI, assim como arcos de descarga do mesmo século, o revestimento de um muro (capa) do século XVII, contrafortes do século XVI, frisos do século XVI, XVIII e XX, um gablete do século XVII, mísulas do século XVI, portas do século XVI e XVIII, e janelas construídas entre o século XVI e XX. Ao nível dos elementos horizontais apresenta abóbadas do século XVI, sendo os telhados do século XX.

2.1. Elementos verticais

2.1.1. Alicerces

O espaço do transepto permite observar na parte inferior dos paramentos, a existência de um embasamento que forma um ressalto com a parede.

O tipo de estrutura observada é possivelmente a parte superior do alicerce da parede construída no século XVI, devendo ser executada em perpianho, com silhares regulares de grande dimensão e argamassa (Tabela 10).

Tabela 10 - Alicerces do transepto da igreja

Alicerces do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-12	140	construída	Século XVI	alicerce	Alicerce provavelmente construído em perpianho com silhares regulares.

2.1.2. Arcos de descarga

As paredes laterais do espaço do cruzeiro possuem, entre as duas mísulas da abóbada que cobria o espaço, arcos de descarga do século XVI, provavelmente de escarção, que promovem a descarga da cobertura para as laterais da parede e para os contrafortes.

Estes arcos, em semicírculo, permitem a redução da espessura das paredes e a desobstrução da abertura dos vãos de entrada das capelas dos braços (Tabela 11).

Tabela 11 - Arcos de descarga do transepto da igreja

Arcos de descarga do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-1	86	construída	século XVI	arco de descarga	Arco portante, provavelmente de escarção, que se encontrava a conduzir a carga da parte superior da parede norte do cruzeiro para as paredes poente e nascente

2.1.3. Capa de muro

A reformulação do corpo da igreja ocorrida no século XVII provocou uma alteração no claustro ao nível da cobertura. Essa alteração é visível na zona do gablete, que no século XVII foi provavelmente reconstruído com uma parede de aparelho regular e remate superior com capa horizontal em lajes em granito boleadas, possivelmente para efeitos de impermeabilização (Tabela 12).

Tabela 12 - Capa do muro transepto da igreja

Capa do muro do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-2	61	construída	século XVII	capa de muro	Capa superior do muro nascente do cruzeiro. Executada com elementos bolcos graníticos de média dimensão.

2.1.4. Contrafortes

A estrutura datada das primeiras décadas do século XVI, mais precisamente da primeira empreitada da igreja, revelam a existência de três tipos de reforço das paredes.

O mais simples, situado na parte exterior do arco do cruzeiro, consiste num sistema de contraforte em ângulo reto, com pouca espessura, com remate em chanfro e aparelho regular argamassado (Tabela 13).

O segundo grupo, caracteriza os contrafortes diagonais que se localizam nos braços do transepto. Este tipo de contraforte possui uma execução semelhante aos de ângulo reto, nomeadamente com remate em chanfro e aparelho regular, mas com menor dimensão e situados na parte exterior do ângulo formado pelas paredes (Tabela 13).

Um terceiro grupo é composto por espessuras diagonais que funciona como um reforço das paredes. Está colocado na parte interior do ângulo e apenas surge na parte superior dos paramentos do espaço do cruzeiro. A sua execução segue os mesmos trâmites dos restantes tipos de contrafortes (Tabela 13).

Tabela 13 - Contrafortes do transepto da igreja

Contrafortes do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-2	74	construída	século XVI	contraforte	Contraforte exterior diagonal e cortado, associado à parede norte da zona do cruzeiro do transepto da igreja, na parte nascente da mesma.
A-2-1	79	construída	século XVI	contraforte	Contraforte diagonal de características construtivas semelhantes ao contraforte (UE 74), localizado na parte poente da parede norte do transepto.
A-2-1	84	construída	século XVI	contraforte	contraforte do arco do cruzeiro do transepto. Elemento de pouca espessura com remate em chanfro, a sua constituição incluía silhares pétreos, de litologia granítica, argamassados, sobrepostos em travamento e evidenciando um aparelho regular.
B-2	123	construída	Século XVI	contraforte	Contraforte diagonal poente, rebocado e integrado no alçado sul da parede sul do transepto.
B-2	124	construída	Século XVI	contraforte	Contraforte diagonal nascente, rebocado e integrado no alçado sul da parede sul do transepto.

A-2-12	135	construída	Século XVI	contraforte	Contraforte executado em dois tramos em ressalto cortados na parte inferior e executados num aparelho regular com silhares graníticos de média dimensão argamassados.
--------	-----	------------	------------	-------------	---

2.1.5. Frisos

O friso duplo, atribuído ao século XX, reporta-se ao entaipamento da janela sul do transepto e dever configurar uma reconstituição do friso duplo das paredes interiores do século XVI, de forma a dar continuidade ao mesmo após o fecho da janela (Tabela 14).

Das empreitadas do século XVIII surgem dois tipos de frisos em lugares bastantes distintos e com execuções e propósito diferenciados.

Um, dos finais do século XVIII, é executado em granito, possui uma forma simples e surge a rematar o paramento interior da antecâmara da sacristia (Tabela 14).

No prolongamento construído na capela norte do braço do transepto para a colocação de um retábulo barroco surge um friso decorado com motivos vegetalistas, semelhante ao friso da empreitada do século XVI. Provavelmente, configura uma intenção de manter a coerência arquitetónica do prolongamento com a estrutura preexistente (Tabela 14).

Os frisos decroados do século XVI seguem a mesma gramática dos já observados na capela-mor. Situados nos paramentos interiores, consistem em frisos duplos simples colocados no registo médio dos paramentos. Nos paramentos exteriores, os frisos encontram-se a rematar a parte superior. Possuem uma gramática decorativa vegetalista com a repetição de motivos florais em banda (Tabela 14).

Tabela 14 - Frisos do transepto da igreja

Frisos do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-13	103	construída	século XX	friso	tramo de uma possível reconstituição do friso duplo que percorre as paredes do transepto, colocado a preencher o vão da janela da parede sul do mesmo espaço.
A-2-13	114	construída	século XVI	friso	Friso duplo que percorria a parede (UE 118) sul da capela sul do transepto.
B-2	120	construída	Século XVIII	friso	friso simples em granito localizado na parte superior do alçado sul da parede sul do transepto (UE 118).
A-2-12	133	construída	Século XVI	friso	Friso com decoração vegetalista esculpida em motivos florais que se repetiam de forma padronizada.

2.1.6. Gablete

Como já referido para a capa do muro nascente do cruzeiro, a reformulação do corpo da igreja no século XVII implicou a reconstrução da parte superior da igreja, incluindo do gablete voltado a nascente.

Os arranques da estrutura primitiva, indicam que a estrutura seiscentista possui menor dimensão e menos inclinação. A sua execução parece ter seguido a mesma fórmula dos paramentos do século XVI, nomeadamente no que concerne à realização de um aparelho regular, composto por silhares de média dimensão sobrepostos em travamento e argamassados (Tabela 15).

Tabela 15 - Gablete do transepto da igreja

Gablete do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-2	63	construída	século XVII	gablete	Gablete constituído por um tramo de parede de aparelho regular com silhares graníticos de média dimensão travados em sobreposição e argamassados.

2.1.7. Janelas

As transformações operadas no século XX resultam na ocultação de algumas das janelas existentes na estrutura primitiva do transepto.

Os entaipamentos identificados incluem as janelas de pequena dimensão existentes na parte superior do espaço do cruzeiro e da janela existente no braço sul. Os entaipamentos foram efetuados com a aplicação de materiais contemporâneos, destacando-se a utilização de tijolo industrial e betão armado (Tabela 16).

No período do século XVIII, identificaram-se janelas de empreitadas distintas.

Da empreitada do prolongamento do braço norte, resulta um conjunto de simples aberturas de pequena dimensão em rampa, construídas nas paredes laterais do prolongamento (Tabela 16).

Um segundo tipo de janela, com moldura em granito, lintel arqueado e ombreiras prolongadas, surge da reforma do claustro sul que afetou a parte superior do braço sul do transepto (Tabela 16).

Do século XVI, identificam-se três tipos de janelas que deveriam integrar o edifício primitivo do transepto.

As primeiras janelas identificadas estão localizadas na parte superior da zona do cruzeiro. Formam um par de pequenas aberturas executadas na parede, com rampa para o exterior, provavelmente com a função de iluminação ou de possibilitar acesso à parte superior da estrutura (Tabela 16).

O segundo tipo de janelas encontra-se localizado nos braços do transepto e reportam-se a um par de janelas em arco quebrado, voltadas a nascente e concebidas para iluminar as capelas dos braços (Tabela 16).

O terceiro tipo de janela foi identificado na parede fundeira do braço sul do transepto e deveria ter uma janela correspondente no braço norte. Possui uma forma alongada, com remate superior em arco de semicírculo, enquadrando-se no tipo de janela existente nas paredes laterais da capela-mor (Tabela 16).

Tabela 16 - Janelas do transepto da igreja

Janelas do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-1	75	construída	século XX	janela	Entaipamento à base de cascalho e cimento hidráulico, provavelmente contemporâneo, da fresta existente na parte superior da parede norte da parede da zona do cruzeiro no transepto da igreja.
A-2-1	77	construída	século XVI	janela	Fresta situada na parte superior da parede norte do espaço do cruzeiro, no transepto da igreja. Abertura de pequena dimensão, em rampa a fechar para o interior, provavelmente destinada à iluminação ou a um acesso à parte superior do transepto.
A-2-13	105	construída	Século XX	janela	Entaipamento de tijolo rebocado do vão da janela da parede sul do transepto (UE 116).
A-2-13	116	construída	século XVI	janela	Janela de grandes dimensões com remate superior em arco perfeito e com rampa para o interior para potenciar a iluminação.
A-2-12	129	construída	Século XVIII	janela	Janela de ombreiras alongadas e lintel arqueado, com moldura executada com elementos pétreos de litologia granítica.
A-2-12	137	construída	Século XVI	janela	Janela em arco quebrado. Executada com recurso a elementos graníticos de pequena dimensão colocados na horizontal.

2.1.8. Mísulas

As mísulas identificadas no transepto reportam-se todas à primeira empreitada do século XVI.

As de maior dimensão, localizadas na zona do cruzeiro, encontram-se a suportar a abóbada que cobre o referido espaço e os arcos de escação. Possuem uma forma relativamente simples, apresentando decoração com cordas e elementos vegetalistas (Tabela 17).

De menor dimensão, as mísulas das abóbadas das capelas dos braços, apresentam uma forma igualmente simples, mas com uma temática decorativa mais diversa, indo dos motivos vegetalistas a figuras antropomórficas e seres mitológicos (Tabela 17).

Tabela 17 - Mísulas do transepto da igreja

Mísulas do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-2	55	construída	século XVI	mísula	Mísula sul colocada na parede nascente do cruzeiro (UE 53) para suporte da abóbada.
A-2-2	59	construída	século XVI	mísula	Mísula norte colocada na parede nascente do cruzeiro (UE 53) para suporte da abóbada.
A-2-1	90	construída	século XVI	mísula	Mísula de apoio do arco de escação na parede poente do cruzeiro da igreja (UR A-2-4).
A-2-1	91	construída	século XVI	mísula	Mísula de apoio do arco de escação na parede nascente do cruzeiro da igreja (UR A-2-1).
A-2-13	110	construída	século XVI	mísula	Mísula em granito decorada na parte na parte inferior com um motivo zoomorfo.
A-2-13	111	construída	século XVI	mísula	Mísula em granito decorada na parte inferior com uma face antropomórfica.

2.1.9. Paredes

A reformulação de finais do século XVIII do claustro sul de Vilar de Frades afetou a parte sul do corpo e do transepto da igreja. Neste segundo espaço, a reformulação estendeu-se ao braço sul, sobrepondo-se à capela do século XVI e afetando sobretudo a parte da cobertura.

Ao nível da parede nascente, feita no século XVIII, a construção provavelmente materializa uma parede de dupla face e enchimento. Os paramentos exibem um aparelho de silhares regulares sobrepostos em sobreposição com dimensão variada, litologia granítica e argamassados (Tabela 18).

As paredes do transepto datadas do século XVII-XVIII resultam da introdução dos púlpitos no espaço litúrgico de Vilar de Frades.

As alvenarias identificadas desta empreitada, situadas no corredor de acesso ao púlpito e num espaço não visível e inacessível aos fiéis, pelo que a irregularidade dos seus elementos graníticos suscita uma execução meramente utilitária para o enquadramento das molduras da porta do púlpito (Tabela 18).

As paredes datadas do século XVI identificadas no transepto deverão ter integrado a primeira empreitada da construção da igreja, também identificada como a empreitada que contou com a participação do Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa.

Com base nos dados recolhidos na capela-mor e no transepto, a empreitada em questão surge conotada com um tipo específico de paramento caracterizado pela qualidade de execução. A regularidade quase padronizada dos silhares destaca-se como um elemento de distinção das paredes pertencentes a esta primeira empreitada relativamente às intervenções posteriores.

Tecnicamente, os paramentos revelam uma execução de parede de dupla face e enchimento, com silhares em sobreposição e travamento e juntas argamassas (Tabela 18).

Tabela 18 - Paredes do transepto da igreja

Paredes do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-2	53	construída	século XVI	parede	Parede nascente do espaço do transepto de aparelho regular e silhares graníticos de média dimensão de litologia granítica travados em sobreposição e argamassados.
A-2-2	73	construída	século XVI	parede	Parede norte do transepto de dupla face e enchimento interior. As faces apresentavam um aparelho regular, com silhares de média dimensão e litologia granítica, argamassados e sobrepostos em travamento.
A-2-13	118	construída	século XVI	parede	Parede sul da capela sul do transepto. Exibia um aparelho bastante regular constituído por silhares graníticos de média dimensão sobrepostos em travamento e argamassados.
A-2-12	131	construída	Século XVIII	parede	Paramento constituído por um aparelho relativamente regular, ligeiramente assimétrico, com silhares de litologia granítica de média/grande dimensão e juntas argamassadas
A-2-9	171	construída	século XVI	parede	Parede poente da capela-norte do transepto da igreja. O paramento apresentava-se regular com silhares de média dimensão sobrepostos em travamento e juntas argamassadas.
A-3-	173	construída	século XVI	parede	Parede poente do corpo da igreja. O paramento apresentava-se regular com silhares de média dimensão

					sobrepostos em travamento e juntas argamassadas.
A-2-9	174	construída	Séculos XVII-XVIII	parede	Paramento constituído por uma alvenaria irregular com elementos em granito de pequena e média dimensão e argamassados. Deverá estar relacionado com a moldura do púlpito.
A-2-14	176	construída	século XVI	parede	Paramento constituído por um aparelho regular, pseudo isódomo, variando os silhares visivelmente no tamanho. Silhares de média/grande dimensão, dispostos em travamento por sobreposição e argamassados.
A-2-14	177	construída	Séculos XVII-XVIII	parede	Paramento em alvenaria irregular. Silhares graníticos de média dimensão, argamassados. Paramento relacionado com a moldura do vão do púlpito

2.1.10. Portas

O acesso ao transepto da igreja seria originalmente efetuado a partir do interior da igreja, nomeadamente através da nave central e das capelas laterais.

Todavia, no século XVIII, foi aberta uma porta na parede sul da capela sul do transepto de forma a permitir um acesso mais direto a este espaço a partir da zona conventual. A porta possui uma forma retangular, com ombreiras e lintel boleados e execução em granito (Tabela 19).

Das portas datadas do século XVI, destacam-se as de acesso às capelas laterais. Compostas por arcos de grandes dimensões, ocupam toda a parte inferior dos paramentos norte e sul do cruzeiro.

Os arcos possuem de forma quebrada e encontram-se assentes em pseudo colunelos capitéis decorados com motivos vegetalistas e bases geométricas. Estes elementos possuem, ainda, vestígios de um revestimento pictóricos de aplicação provavelmente posterior ao século XVI (Tabela 19).

Tabela 19 - Portas do transepto da igreja

Portas do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-1	95	construída	século XVI	porta	arco de forma quebrada, com ombreiras adornadas com pseudo capiteis com formas vegetalistas e bases geométricas. Evidenciava vestígios de um revestimento pictórico com formas vegetalistas e douramento, provavelmente posterior ao século XVI.
A-2-13	107	construída	Século XVIII	porta	Porta de formato quadrangular com ombreiras e lintel boleados constituídos por vários elementos de litologia granítica em forma de moldura.

2.2. Elementos horizontais

2.2.1. Abóbadas

As abóbadas construídas no transepto datam todas do século XVI e dividem-se entre dois tipos.

No espaço do cruzeiro regista-se uma abóbada de liernes, muito semelhante à abóbada da capela-mor. A sua construção evidencia a existência de um sistema de nervuras prismáticas coberto por um sistema de painéis em granito (Tabela 20).

As capelas situadas nos braços apresentam abóbadas de combados, de desenho circular e construção similar com sistema de nervuras sobreposto pelo sistema de painéis (Tabela 20).

Tabela 20 - Abóbada do transepto da igreja

Abóbadas do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-6	97	construída	século XVI	abóbada	Conjunto de painéis quase retangulares de litologia granítica, espessura fina e dimensão variada, dispostos de forma modular a preencher os espaços entre as nervuras do sistema de cobertura.
A-2-6	99	construída	século XVI	abóbada	sistema de nervuras prismáticas em granítico que incluía arcos terciários, ligaduras e arcos formeiros. As pedras de fecho, principais e secundárias, apresentavam-se decoradas com motivos florais e um "sol" de face antrópica.

2.2.2. Telhados

Os telhados identificados no transepto correspondem, sem exceção, a ações contemporâneas de conservação do edificado. Apresentam características semelhantes quanto ao tipo de revestimento com recurso a telha de meia cana e aba.

Quanto aos tipos de telhado, o espaço do cruzeiro partilha o telhado com o corpo da igreja, sendo coberto por um telhado de duas águas. No caso dos braços do transepto, a solução de telhado apresenta apenas uma água (Tabela 21).

Tabela 21 - Telhados do transepto da igreja

Telhados do transepto da igreja					
UR	U E	Tipo	cronologia	Elemento	Descrição
A-2-1	80	construída	século XX	telhado	Telhado de uma água com telha de meia cana e aba.
A-2-6	101	construída	século XX	telhado	Telhado de "duas águas" revestido a telha de meia cana e aba.

3. Elementos construtivos do corpo da igreja

À semelhança do transepto, o corpo da igreja de vilar de Frades preserva ainda um conjunto diversificado de elementos construtivos verticais com funcionalidade e cronologia heterógenas, fruto das transformações que conheceu desde o século XVI. Assim, registam-se paredes construídas desde o século XVI até ao século XVIII, vestígios de um alicerce do século XVI, assim como arcos de descarga do mesmo século, capa de um muro do século XVII, contrafortes do século XVI, frisos do século XVI, XVIII e XX, um gablete do século XVII, mísulas do século XVI, portas do século XVI e XVIII, e janelas construídas entre o século XVI e XX. Ao nível dos elementos horizontais apresenta abóbadas do século XVI, sendo os telhados do século XX.

3.1. Elementos verticais

3.1.1. Alicerces

No corpo da igreja apenas se identificam alicerces à superfície na parede lateral norte, datáveis do século XVI. Apesar do paramento se encontrar rebocado e com uma execução irregular, o alicerce é constituído por silhares de média/grande dimensão, regulares e argamassados (Tabela 22).

Tabela 22 - Alicerces do corpo da igreja

Alicerces do corpo da igreja					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-6	217	construída	Século XVI	alicerce	Alicerce constituído por silhares regulares, aparelhados de forma regular e argamassados.

3.1.2. Arcos

Os arcos identificados no corpo da igreja são referentes às entradas das capelas laterais a partir do espaço da nave.

Estas aberturas caracterizam-se por um arco superior de volta perfeita, com capiteis decorados com motivos vegetalistas, fustes lisos e bases geométricas (Tabela 23).

Tabela 23 - Arcos do corpo da igreja

Arcos do corpo da igreja					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-3	269	construída	Século XVI	arco	Abertura em arco superior de volta perfeita, com capiteis decorados com motivos vegetalistas, fustes lisos e bases geométricas.
A-3-3	270	construída	Século XVI	arco	Abertura em arco superior de volta perfeita, com capiteis decorados com motivos vegetalistas, fustes lisos e bases geométricas.

A-3-3	271	construída	Século XVI	arco	Abertura em arco superior de volta perfeita, com capiteis decorados com motivos vegetalistas, fustes lisos e bases geométricas.
A-3-3	272	construída	Século XVI	arco	Abertura em arco superior de volta perfeita, com capiteis decorados com motivos vegetalistas, fustes lisos e bases geométricas.

3.1.3. Contrafortes

Os contrafortes identificados no corpo da igreja reportam-se a elementos exteriores relacionados com a abóbada construída no século XVII.

Neste sentido, foi identificado um tipo de contraforte na parte superior da nave, lancetado na parte superior, constituído por silhares regulares, em granito e argamassado (Tabela 24).

Na parte inferior do corpo, adossados à parede lateral norte do corpo, os contrafortes possuem uma forma quadrangular, dividem-se em quatro tramos com chanfros e um aumento de espessura gradual no sentido da base (Tabela 24).

A sua execução conta com silhares graníticos de média dimensão, dispostos num aparelho regular e argamassado (Tabela 24).

Tabela 24 - Contrafortes do corpo da igreja

Contrafortes do corpo da igreja					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-6	191	construída	Século XVII	contraforte	Contraforte de morfologia quadrangular, constituído por quatro tramos com chanfros e aumento de espessura gradual no sentido da base. Constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos num aparelho regular e argamassado.
A-3-6	192	construída	Século XVII	contraforte	Contraforte de morfologia quadrangular, constituído por quatro tramos com chanfros e aumento de espessura gradual no sentido da base. Constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos num aparelho regular e argamassado.
A-3-6	193	construída	Século XVII	contraforte	Contraforte de morfologia quadrangular, constituído por quatro tramos com chanfros e aumento de espessura gradual no sentido da base. Constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos num aparelho regular e argamassado.

A-3-6	194	construída	Século XVII	contraforte	Contraforte de morfologia quadrangular, constituído por quatro tramos com chanfros e aumento de espessura gradual no sentido da base. Constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos num aparelho regular e argamassado.
A-3-6	195	construída	Século XVII	contraforte	Contraforte de morfologia quadrangular, constituído por quatro tramos com chanfros e aumento de espessura gradual no sentido da base. Constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos num aparelho regular e argamassado.
A-3-3	224	construída	Século XVII	contraforte	contraforte cortado na parte superior constituídos por silhares regulares, em granito e argamassados.
A-3-3	225	construída	Século XVII	contraforte	contraforte cortado na parte superior constituídos por silhares regulares, em granito e argamassados.
A-3-3	226	construída	Século XVII	contraforte	contraforte cortado na parte superior constituídos por silhares regulares, em granito e argamassados.
A-3-3	227	construída	Século XVII	contraforte	contraforte cortado na parte superior constituídos por silhares regulares, em granito e argamassados.

3.1.4. Frisos

No espaço do corpo da igreja foram identificados vários tipos de frisos interiores e exteriores.

Dos elementos referentes ao século XVIII, apenas se regista um tramo de pequena extensão, em granito, sem decoração, localizado na parte exterior e junto ao telhado, a preencher o espaço deixado pela anulação de um contraforte na sequência da reformulação do claustro sul dos finais do século XVIII (Tabela 25).

Os frisos atribuíveis ao século XVII correspondem ao friso exterior que estabelece a ligação entre as paredes laterais e o telhado e deverá constituir uma adaptação dos frisos exteriores quinhentistas.

Trata-se de um friso em granito decorado com motivos florais (Tabela 25).

Os frisos do século XVI, correspondem a um friso duplo interior em granito que possui continuidade no transepto e na capela-mor (Tabela 25).

Tabela 25 - Frisos do corpo da igreja

Frisos do corpo da igreja					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-3	220	construída	Século XVIII	friso	Friso liso em granito.
A-3-3	222	construída	Século XVII	friso	Friso constituído por elementos graníticos e decorado com motivos vegetalistas em forma de flor dispostos em banda.
A-3-1	288	construída	Século XVII	friso	Friso duplo em granito colocado na parede norte da nave do corpo da igreja.
A-3-3	265	construída	Século XVI	friso	Friso duplo sem decoração.

3.1.5. Janelas

Os elementos dos vãos datáveis do século XX correspondem a ações de entaipamento de janelas, fruto da ação da DGEMN na igreja de Vilar de Frades.

Os entaipamentos são efetuados com o recurso a materiais contemporâneos como o tijolo industrial e o betão armado (Tabela 26).

Possivelmente do século XVII, regista-se uma janela quadrangular, de dimensão média, com uma moldura em granito, situada na parede norte do corpo da igreja e provavelmente relacionada com a reformulação do corpo do século XVII (Tabela 26).

As janelas do século XVI, ainda que com uma pequena variação pela ausência de decoração, possuem a mesma forma alongada e remate superior em arco de volta perfeita. Foram identificadas tanto na parede da nave como na parede do corpo (Tabela 26).

Tabela 26 - Janelas do corpo da igreja

Janelas do corpo da igreja					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-6	183	construída	Século XX	janela	Entaipamento com tijolo industrial e argamassa hidráulica.
A-3-6	184	construída	Século XX	janela	Entaipamento com tijolo industrial e argamassa hidráulica.
A-3-6	185	construída	Século XX	janela	Entaipamento com tijolo industrial e argamassa hidráulica.
A-3-6	186	construída	Século XX	janela	Entaipamento com tijolo industrial e argamassa hidráulica.
A-3-1	278	construída	Século XX	janela	Tramo de paramento correspondente ao entaipamento das janelas da nave do século XVIII.

A-3-1	279	construída	Século XX	janela	Tramo de paramento correspondente ao entaipamento das janelas da nave do século XVIII.
A-3-1	280	construída	Século XX	janela	Tramo de paramento correspondente ao entaipamento das janelas da nave do século XVIII.
A-3-6	181	construída	Século XVII	janela	janela quadrangular, de dimensões médias, com moldura simples em granito.
A-3-6	201	construída	Século XVI	janela	janela quadrangular de pequena dimensão, sem moldura e executada em rampa para o exterior
A-3-6	202	construída	Século XVI	janela	janela quadrangular de pequena dimensão, sem moldura e executada em rampa para o exterior
A-3-6	205	construída	Século XVI	janela	Janela simples com remate superior em volta perfeita.
A-3-6	206	construída	Século XVI	janela	Janela simples com remate superior em volta perfeita.
A-3-6	207	construída	Século XVI	janela	Janela simples com remate superior em volta perfeita.
A-3-6	208	construída	Século XVI	janela	Janela simples com remate superior em volta perfeita.
A-3-6	209	construída	Século XVI	janela	Janela simples com remate superior em volta perfeita.
A-3-3	232	construída	Século XVI	janela	Janela executada em rampa para o exterior e com remate superior em volta perfeita.
A-3-3	233	construída	Século XVI	janela	Janela executada em rampa para o exterior e com remate superior em volta perfeita.
A-3-3	234	construída	Século XVI	janela	Janela executada em rampa para o exterior e com remate superior em volta perfeita.
A-3-3	235	construída	Século XVI	janela	Janela executada em rampa para o exterior e com remate superior em volta perfeita.
A-3-3	236	construída	Século XVI	janela	Janela executada em rampa para o exterior e com remate superior em volta perfeita.

3.1.6. Mísulas

As mísulas analisadas no espaço do corpo da igreja, construídas no século XVII, encontram-se localizadas nas paredes laterais da nave e serviam de suporte interno para a abóbada nervurada da nave.

Estes elementos caracterizam-se pela sua semelhança com as mísulas das abóbadas da capela-mor e do transepto, com exceção para o facto de possuírem um maior alongamento (Tabela 27).

Tabela 27 - Mísulas do corpo da igreja

Mísulas do corpo da igreja					
UR	UE	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-3	259	construída	Século XVII	mísula	Mísula alongada, decorada na parte inferior com motivos vegetalistas na base e geométricos no seguimento. Parte superior sem ornamentação.
A-3-3	260	construída	Século XVII	mísula	Mísula alongada, decorada na parte inferior com motivos vegetalistas na base e geométricos no seguimento. Parte superior sem ornamentação.
A-3-3	261	construída	Século XVII	mísula	Mísula alongada, decorada na parte inferior com motivos vegetalistas na base e geométricos no seguimento. Parte superior sem ornamentação.
A-3-3	262	construída	Século XVII	mísula	Mísula alongada, decorada na parte inferior com motivos vegetalistas na base e geométricos no seguimento. Parte superior sem ornamentação.
A-3-3	263	construída	Século XVII	mísula	Mísula alongada, decorada na parte inferior com motivos vegetalistas na base e geométricos no seguimento. Parte superior sem ornamentação.
A-3-1	284	construída	Século XVII	mísula	Mísula de suporte da abóbada da nave. De formato alongado e decoração com motivos vegetalistas na parte inferior
A-3-1	285	construída	Século XVII	mísula	Mísula de suporte da abóbada da nave. De formato alongado e decoração com motivos vegetalistas na parte inferior
A-3-1	286	construída	Século XVII	mísula	Mísula de suporte da abóbada da nave. De formato alongado e decoração com motivos vegetalistas na parte inferior

3.1.7. Paredes

As paredes do corpo da igreja de Vilar de Frades datáveis do século XX correspondem ao entaipamento das janelas do século XVIII. Trata-se de tramos de parede a mimetizar os paramentos do século XVI. Os paramentos exibem um aparelho regular, silhares graníticos de média dimensão e argamassa hidráulica (Tabela 28).

As paredes atribuídas ao século XVIII configuram os entaipamentos das portas das capelas laterais. Construtivamente, são formados por um composto de material grosseiro e argamassa e revestidos nas faces (Tabela 28).

Das paredes do século XVII, destacam-se os apontamentos de paramentos para a integração da abóbada na parede regular da nave. Um conjunto de silhares graníticos regulares para permitir a integração dos elementos das nervuras (Tabela 28).

Um segundo tipo de parede identificado nas paredes laterais das capelas laterais consiste em paredes executadas em alvenaria, bastante irregular, com elementos, por vezes, de grande dimensão e com vestígios de afeiçoamento e elementos de menor dimensão bastante irregulares (Tabela 28).

Quanto às paredes do século XVI, registam-se dois tipos de parede, o que representa uma novidade no edifício da igreja.

As paredes laterais do corpo apresentam uma constituição irregular, com elementos em granito argamassados e revestimento com reboco, apesar do atualmente existente ser contemporâneo (Tabela 28).

O segundo tipo de paramento configura uma parede semelhante às da capela-mor e do transepto. Estruturas sólidas e de execução bem cuidada, os paramentos apresentam aparelho regular, silhares graníticos de média dimensão, argamassados e travados em sobreposição (Tabela 28).

Tabela 28 - Paredes do corpo da igreja

Paredes do corpo da igreja					
UR	UE	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-3	243	construída	Século XX	parede	Entaipamento constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos em sobreposição de travamento e argamassados.
A-3-3	244	construída	Século XX	parede	Entaipamento constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos em sobreposição de travamento e argamassados.
A-3-3	245	construída	Século XX	parede	Entaipamento constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos em sobreposição de travamento e argamassados.
A-3-3	246	construída	Século XX	parede	Entaipamento constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos em sobreposição de travamento e argamassados.
A-3-30	298	construída	Século XVIII	parede	Entaipamento de porta meramente funcional com elementos pétreos grosseiros argamassados.
A-3-3	251	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.
A-3-3	252	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.

A-3-3	253	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.
A-3-3	254	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.
A-3-3	255	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.
A-3-3	256	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.
A-3-3	257	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.
A-3-3	258	construída	Século XVII	parede	Tramo de paramento constituído por silhares regulares de ligação entre o sistema de nervuras da abóbada do século XVII e o paramento preexistente.
A-3-30	304	construída	Século XVII	parede	Parede lateral da capela executada com aparelho irregular de execução grosseira, com elementos graníticos por vezes de grande dimensão, argamassados entre si e dispostos em travamento ainda que por vezes com as juntas bastante próximas.
A-3-6	215	construída	Século XVI	parede	Parede rebocada, de espessura diminuta, constituída por um aparelho em alvenaria irregular com elementos graníticos de variada dimensão e argamassa.
A-3-3	242	construída	Século XVI	parede	Parede de dupla face e enchimento, paramentos de aparelho bastante regular, silhares graníticos de média dimensão dispostos em travamento e argamassados.
A-3-1	296	construída	Século XVI	parede	Parede executada com aparelho bastante regular formado por silhares de média dimensão, sobrepostos em travamento e argamassados entre si.

3.1.9. Portas

As portas identificadas correspondem a elementos do século XVII, localizados nas paredes laterais das capelas laterais. Construtivamente, possuem forma retangular e moldura de granito integrada na parede (Tabela 29).

Tabela 29 - Portas do corpo da igreja

Portas do corpo da igreja					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-30	300	construída	Século XVII	porta	Porta retangular com moldura de granito integrada na parede
A-3-30	301	construída	Século XVII	porta	Porta retangular com moldura de granito integrada na parede

3.2. Elementos horizontais

3.2.1. Abóbadas

O teto do corpo da igreja encontra-se coberto uma abóbada de nervuras datada do século XVII, mas inspirada no sistema e na morfologia das abóbadas do transepto e da capela-mor.

O seu sistema construtivo reproduz o mesmo sistema de painéis que compõem a abóbada. Os elementos possuem litologia granítica e encontram-se encaixados no sistema de nervuras e argamassados entre si (Tabela 30).

O sistema de nervuras é igualmente composto por elementos graníticos dispostos em arcos e argamassados entre si (Tabela 30).

Tabela 30 - Abóbadas do corpo da igreja

Abobadas do corpo da igreja					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
A-3-5	305	construída	Século XVII	abóbada	Painéis modulares em granito que formavam a abóbada.
A-3-5	307	construída	Século XVII	abóbada	Sistema de nervuras em forma de arcos terciarões, ligaduras e arcos formeiros. Nervuras formadas por elementos graníticos dispostos em encaixe. As pedras de fecho, principais e secundárias, exibiam decoração vegetalista em forma de “flor”.

4. Elementos construtivos do claustro sul

O claustro sul do convento de Vilar de Frades regista uma gama muito diversificada de elementos construtivos, que se repartem à semelhança dos registados anteriormente, entre verticais e horizontais, com funcionalidade muito variável e produzidos em diferentes períodos históricos. Nos elementos verticais encontram-se agulheiros do século XV/XVI e do século XIX, assim como alicerces do século XIX e vários arcos, como funções e formas, nomeadamente um arco de carga abatido edificado no século XVI, e arcos abatidos e de volta perfeita do século XIX, assim como um arcosólio do século XV/XVI. Registam-se igualmente cornijas do século XIX, várias janelas e mísulas dos séculos XV/XVI e XIX e

naturalmente também diversas paredes construídas nos séculos XV/XVI, XVI, XIX e XX. Para além de vários pilares estruturais de grande dimensão, construídos no século XIX, também várias portas foram incluídas no claustro sul ao longo dos séculos XVIII e XIX.

No que diz respeito aos elementos horizontais foram identificadas as múltiplas abóbadas, pavimentos tetos forrados e uma escadaria, todos elementos construídos no século XIX.

4.1. Elementos verticais

4.1.1. Agulheiros

Os agulheiros correspondem a estruturas “negativas” identificadas nas paredes e que evidenciam o recurso a vigamentos encastrados nas paredes.

No período cronológico do século XIX foram identificados agulheiros ao nível do vigamento do pavimento da ala nascente, sendo constituídos por orifícios de secção quadrangular (Tabela 31).

Todavia, ainda que não identificado, o recurso a vigamento encastrados com agulheiros deveria também ocorrer na al norte ao nível da armação do telhado da galeria superior.

No caso dos agulheiros datáveis do século XV/XVI correspondem ao encastramento do vigamento do pavimento do primeiro piso do edifício do claustro quatrocentista (Tabela 31).

Tabela 31 - Agulheiros do claustro sul

Agulheiros do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-2-3	375	construída	Século XIX	agulheiros	Agulheiros situados na parede interior da galeria da ala nascente do claustro destinados a receber o vigamento do pavimento do piso da galeria superior.
B-3-1	365	construída	Século XV/XVI	agulheiros	"Agulheiros" retangulares situados na parede do edifício do claustro quatrocentista. Provavelmente relacionado com o vigamento de um pavimento encastrado.

4.1.2. Alicerces

As paredes das alas norte e nascente do corpo da igreja apenas encontram-se assentes em alicerces do século XIX que se encontram à superfície.

Os embasamentos identificados possuem uma execução regular, constituído por silhares de média/grande dimensão, regulares e argamassados entre si (Tabela 32).

Tabela 32 - Alicerces do claustro sul

Alicerces do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-1	331	construída	Século XIX	embasamento	embasamento constituído por silhares regulares em granito de média dimensão.

4.1.3. Arcos

Os arcos identificados no claustro sul, construídos no século XIX, possuem diferentes funções e formas.

Relativamente aos arcos presentes nas alas que resultam da reforma oitocentista, destacam-se os arcos abatidos da galeria térrea da ala norte, que se encontravam a fazer a separação das abóbadas de aresta e a ligar os dois muros da galeria. Estes elementos encontram-se rebocados (Tabela 33).

Um segundo tipo de arco corresponde aos arcos das arcadas das galerias. Com forma em semicírculo, possuem uma moldura em granito e apontamentos decorativos ao nível das impostas e da aduela de fecho (Tabela 33).

No conjunto dos elementos datáveis do século XVI regista-se a existência de um arco de carga na parede sul do claustro. Trata-se de um arco de forma abatida constituído por elementos em granito argamassados (Tabela 33).

Tabela 33 - Arcos do claustro sul

Arcos do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-13	321	construída	Século XIX	arco	Arco abatido que faz a ligação entre os dois muros da galeria e entre as abóbadas de aresta.
B-1-13	323	construída	Século XIX	arco	Arco abatido que faz a ligação entre os dois muros da galeria e entre as abóbadas de aresta.
B-1-11	378	construída	Século XIX	arco	Arco de volta perfeita da arcada da galeria térrea da ala norte do claustro sul. Sem revestimento, com moldura em granito, sem revestimento, aduela de fecho alongada e impostas com linhas em ressalto.
B-2-18	387	construída	Século XIX	arco	Arco de volta perfeita da arcada da galeria térrea da ala nascente do claustro sul. Sem revestimento, com moldura em granito, sem revestimento, aduela de fecho alongada e impostas com linhas em ressalto.
B-3-1	358	construída	Século XVI	arco	Arco de carga abatido executado com elementos em granito de média dimensão.

4.1.4. Arcossólios

Dos vestígios do edifício do claustro quatrocentista que se conservam na parede sul do claustro destaca-se a existência de um arcossólio, com arco de volta perfeita, executado com elementos de média dimensão, executados em granito e argamassados, sendo de destaque a forma mais pronunciada das impostas (Tabela 35).

Tabela 34 - Arcossólios do claustro sul

Arcossólios do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-3-1	366	construída	Século XV/XVI	arcossólio	Arcossólio em volta perfeita, de arestas cortadas e impostas pronunciadas, executado com elementos em granito de média dimensão e argamassados.

4.1.5. Cornijas

As cornijas identificadas no claustro sul correspondem a elementos provenientes da reforma do século XIX. Os elementos identificados constituem cornijas com linhas simples, em granito, que se encontram na fachada das alas norte e nascente voltadas para o claustro (Tabela 35).

Tabela 35 - Cornijas do claustro sul

Cornijas do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-11	381	construída	Século XIX	cornija	Cornija de linhas simples, em granito, situada na fachada sul da ala norte do claustro sul.
B-2-18	389	construída	Século XIX	cornija	Cornija de linhas simples, em granito, situada na fachada poente da ala nascente do claustro sul.

4.1.6. Janelas

Nas alas construídas do claustro sul foram identificados três tipos de janelas datáveis do século XIX.

As paredes de fachada voltadas ao claustro possuem uma sequência de janelas de sacada, de grande dimensão, de grande dimensão e com moldura de granito decorada (Tabela 36).

Ao nível da fachada voltada para nascente, verifica-se a existência de janelas quadrangulares, com moldura de granito alongada (Tabela 36).

No piso térreo da galeria da ala norte verifica-se ainda a existência de pequenas aberturas de iluminação em forma de óculo, com moldura em granito decorada (Tabela 36).

A porção de parede sul conservada do edifício do claustro quatrocentista conserva apenas um conjunto de janelas quadrangulares, em rampa e executadas em granito (Tabela 36).

Tabela 36 - Janelas do claustro sul

Janelas do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-1	325	construída	Século XIX	janela	janela do tipo óculo, com moldura em granito decorada na parte superior com motivos curvilíneos.
B-2-1	374	construída	Século XIX	janela	Janela das celas do noviciado com moldura em granito alongada.
B-1-11	380	construída	Século XIX	janela	Janela de sacada da galeria superior da ala norte do claustro sul. Com moldura em granito, vértices e pedra central do lintel prolongados.
B-2-18	388	construída	Século XIX	janela	Janela de sacada da galeria superior da ala nascente do claustro sul. Com moldura em granito, vértices e pedra central do lintel prolongados.
B-3-1	347	construída	Século XV/XVI	janela	Janela quadrangular de pequena dimensão, sem moldura e executada em rampa para o interior.
B-3-1	363	construída	Século XV/XVI	janela	Janelas quadrangulares do piso superior do edifício do claustro quatrocentista.

4.1.7. Mísulas

No claustro sul foram identificados essencialmente dois tipos de mísulas distintos nas alas norte e nascente, construídas no século XIX.

Na ala norte, as mísulas identificadas correspondem, na verdade, a elementos sem função estrutural, localizados na base dos arcos abatidos da galeria inferior (Tabela 37).

Na ala nascente, as mísulas observadas na ala nascente correspondem a mísulas executadas por blocos de granito de secção retangular e são meramente estruturais ao nível dos vigamentos dos pavimentos (Tabela 37).

As mísulas atribuíveis ao século XVI, identificadas na parede sul do claustro, possuem também função estrutural de suporte do vigamento. A sua constituição é em blocos de granito com secção retangular (Tabela 37).

Tabela 37 - Mísulas do claustro sul

Mísulas do claustro sul					
UR	UE	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-1	313	construída	Século XIX	mísula	Falsa mísula, em forma de capitel dórico, colocada sobre a base dos arcos e das janelas em óculo.

B-1-1	315	construída	Século XIX	mísula	Falsa mísula, em forma de capitel dórico, colocada sobre a base dos arcos e das janelas em óculo.
B-2-20	336	construída	Século XIX	mísula	Mísulas em granito conservadas na parte superior dos paramentos laterais da galeria da ala nascente.
B-2-1/B-2-3	339	construída	Século XIX	mísula	Mísulas em granito localizadas nas paredes laterais da sacristia.
B-3-1	360	construída	Século XVI	mísula	Mísulas de sustentação do vigamento do pavimento do piso superior da ala quinhentista.

4.1.8. Paredes

Os paramentos analisados no claustro sul atribuíveis ao século XX correspondem a entaipamentos de vãos, nomeadamente de portas e janelas situadas na parede sul do claustro. Estes tramos são essencialmente compostos por alvenarias executadas com fragmentos de granito argamassados e betão armado (Tabela 38).

As paredes atribuíveis ao século XIX correspondem aos elementos construídos no âmbito da reforma do claustro empreendida entre os finais do século XVIII e inícios do século XIX.

Neste sentido, observam-se neste espaço diferentes tipos de parede que expõem uma maior diversidade de técnicas e materiais.

As paredes estruturais, tanto na ala norte como na ala sul, são de pedraria e apresentam um aparelho característico das últimas empreitadas construtivas empreendidas pelos cónegos de Vilar de Frades. Os paramentos apresentam revestimento a reboco a sobrepor um aparelho regular, executado com silhares graníticos com uma dimensão variada entre o médio e grande, argamassados e com travamento em sobreposição, ainda que desalinhado.

A espaços observa-se um aparelho mais irregular, provavelmente resultado do reaproveitamento de estruturas ou elementos construtivos (Tabela 38).

As paredes do século XVI resumem-se aos tramos conservados na parede sul do claustro observados em três contextos distintos.

De forma mais localizada conservam-se nestas paredes os entaipamentos das aberturas do edifício pertencente ao claustro quatrocentista, efetuados numa alvenaria em granito argamassada (Tabela 38).

Na mesma parede sul regista-se igualmente um tramo lateral, com um aparelho regular, silhares graníticos de medida dimensão e sobrepostos em travamento. Possivelmente, este tramo está relacionado com a articulação da ala sul com a ala nascente do claustro do século XVI (Tabela 38).

O terceiro tipo de paramento identificado na parede sul corresponde à secção superior. Uma estrutura constituída por um aparelho irregular, silhares possivelmente reaproveitados, de dimensão variada, litologia granítica e argamassados. Provavelmente, trata-se de uma estrutura erigida para elevar o pé-direito da ala sul do claustro com o intuito de receber um revestimento (Tabela 38).

A maior extensão da parede sul do claustro corresponde à parede de um antigo edifício do claustro quatrocentista, edificado na transição do século XV para XVI.

O paramento exibe um aparelho regular, de execução muito cuidada, com silhares graníticos de média dimensão argamassado e colocados em travamento por sobreposição (Tabela 38).

Tabela 38 - Paredes do claustro sul

Paredes do claustro sul					
UR	UE	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-3-1	340	construída	Século XX	parede	Entaipamento com pedras avulsas, cascalho e betão armado da porta do piso superior da parede sul do claustro (UE 348).
B-3-1	341	construída	Século XX	parede	Entaipamento com pedras avulsas, cascalho e betão armado da porta do piso inferior da parede sul do claustro (UE 349).
B-3-1	342	construída	Século XX	parede	Entaipamento com pedras avulsas, cascalho e betão armado da porta do piso inferior da parede sul do claustro (UE 350).
B-3-1	343	construída	Século XX	parede	Entaipamento com betão armado de uma janela do piso inferior da parede sul do claustro (UE 350).
B-1-1	327	construída	Século XIX	parede	Parede norte da galeria, rebocada, constituída por um aparelho regular à base de silhares de média/grande dimensão em granito e juntas argamassadas
B-2-1	373	construída	Século XIX	parede	Tabique constituído por um revestimento de estuque exterior, provavelmente de cal ou gesso, e armação interior com vergas de madeira horizontais e enchimento de argamassa, possivelmente do tipo argilosa e caulina.
B-3-1	354	construída	Século XVI	parede	Tramo de parede executado em aparelho regular, com silhares graníticos de medida dimensão e sobrepostos em travamento. Provavelmente um ponto de articulação com a ala nascente do claustro.
B-3-1	356	construída	Século XVI	parede	Parede com aparelho irregular, com silhares possivelmente reaproveitados, de dimensão variada, litologia granítica e argamassados. Provavelmente erigida para elevar o pé-direito da ala sul do claustro.
B-3-1	362	construída	Século XVI	parede	Entaipamentos das aberturas da parede conservada do edifício do claustro

					quatrocentista. Executados numa alvenaria em granito argamassada.
B-3-1	368	construída	Século XV/XVI	parede	Parede do edifício pertencente ao claustro quatrocentista executada com um aparelho regular, bem executado, com silhares graníticos de média dimensão argamassado e colocados em travamento por sobreposição.

4.1.9. Pilares

Os pilares identificados no claustro sul encontram-se tanto na arcada norte como nascente das alas.

Constituem pilares estruturais de grande dimensão, de secção quadrangular, que se encontram a suportar os arcos dos vãos da arcada (Tabela 39).

Tabela 39 - Pilares do claustro sul

Pilares do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-11	379	construída	Século XIX	pilar	Pilar da arcada da galeria térrea da ala norte do claustro. De secção quadrangular, constituído por silhares regulares de média/grande dimensão e argamassados, formando um aparelho desalinado.

4.1.10. Portas

Das portas atribuíveis ao século XIX existentes no claustro sul foi possível distinguir na ala norte um tipo de porta retangular, em granito, com um friso superior decorado em forma de entablamento (Tabela 40).

Um segundo tipo corresponde a uma porta de grandes dimensões, com remate superior em arco de volta perfeita, executada em granito e decorada ao nível das impostas e da aduela de fecho (Tabela 40).

Um outro tipo, observado em vários espaços, corresponde a uma porta de execução mais simples, com lintel em arco de volta perfeita e executada em granito (Tabela 40).

Na parede sul do claustro regista-se um conjunto de portas entaipadas, possivelmente datadas do século XVIII.

Construtivamente, vão desde um tipo de porta simples, com forma retangular e executada em granito, até um conjunto de duas portas de maior dimensão.

As portas de maior dimensão possuem forma retangular, execução em granito e lintel epigrafado (Tabela 40).

Ainda possivelmente do século XVIII, destaca-se a existência de uma porta em granito, com as arestas lancetadas e lintel arqueado trilobado (Tabela 40).

Tabela 40 - Portas do claustro sul

Portas do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-1	329	construída	Século XIX	porta	Porta com moldura em granito e lintel com friso decorado ao estilo de um entablamento.
B-1-11	382	construída	Século XIX	porta	Porta em granito com arco de volta perfeita e impostas e aduela de fecho decoradas com moldura.
B-2-20	392	construída	Século XIX	porta	Porta de grandes dimensões, em granito, com lintel em arco de volta perfeita.
B-3-1	348	construída	Século XVIII	porta	Porta simples, em granito, localizada no quadrante superior poente do piso superior da parede sul.
B-3-1	349	construída	Século XVIII	porta	Porta com moldura em granito e lintel epigrafado situada no quadrante poente do piso inferior da parede sul.
B-3-1	350	construída	Século XVIII	porta	Porta com moldura em granito e lintel epigrafado situada no quadrante poente do piso inferior da parede sul.
B-4	383	construída	Século XVIII?	porta	porta em granito de arestas cortadas e lintel arqueado trilobado. Apesar do estilo, é de aparência posterior ao século XVI.

4.2. Elementos horizontais

4.2.1. Abóbadas

As abóbadas identificadas no claustro sul circunscrevem-se à ala norte e resultam da reforma empreendida no século XIX.

Neste sentido foram identificados diferentes tipos de abóbadas executadas com tijolo maciço.

O teto da galeria térrea da ala norte possui vários tramos de abóbada de aresta de planta quadrangular (Tabela 41).

Na antecâmara da escadaria de acesso ao primeiro piso verifica-se também uma abóbada de aresta de planta quadrangular (Tabela 41).

Na escadaria de acesso ao primeiro piso regista-se uma abóbada de canhão de planta retangular.

O átrio de acesso à galeria superior encontra-se coberto por uma abóbada de arestas, de planta retangular, com um detalhe decorativo vegetalista ao centro (Tabela 41).

Tabela 41 - Abóbadas do claustro sul

Abóbadas do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-13	317	construída	Século XIX	abóbada	Abóbada de aresta quadrangular, executadas em tijolo maciço.
B-1-13	319	construída	Século XIX	abóbada	Abóbada de aresta quadrangular, executadas em tijolo maciço.
B-1-4	332	construída	Século XIX	abóbada	Abóbada de aresta quadrangular, executada em tijolo maciço.
B-1-4/B-1-14	333	construída	Século XIX	abóbada	Abóbada de berço retangular, executada em tijolo maciço na oblíqua.
B-1-14	334	construída	Século XIX	abóbada	Abóbada de aresta retangular, executada em tijolo maciço.

4.2.2. Escadarias

As escadarias identificadas no claustro sul remetem para um tipo de escadaria simples de grande extensão, com degraus executados em granito, no século XIX (Tabela 42).

Tabela 42 - Escadarias do claustro sul

Escadarias do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-1-3	385	construída	Século XIX	escadaria	Escadaria em granito que faz a ligação ao primeiro piso da ala norte do claustro sul.
B-2-13	391	construída	Século XIX	escadaria	Escadaria em granito que faz a ligação ao primeiro piso da ala nascente do claustro sul.

4.2.3. Pavimentos

Os pavimentos identificados nas alas do claustro sul, atribuíveis ao século XIX, apresentam grande diversidade quanto aos materiais e técnicas.

A sacristia possui um pavimento composto por vários elementos. Nas laterais é executado por lajes em granito de média/grande dimensão com juntas argamassadas. A parte central é constituída por elementos quadrangulares em lioz e ardósia dispostos em “xadrez” (Tabela 42).

Dos pavimentos em madeira destacam-se os vigamentos do dormitório do noviciado, onde se verifica a existência de um vigamento mais potente, com vigas bastante robustas e pouco processadas e um vigamento mais padronizado, com vigas de menor espessura e mais transformadas (Tabela 42).

Na ala norte destaca-se, ainda, um conjunto de pavimentos associados à escadaria, executados em lajes de granito de média dimensão e com juntas argamassadas (Tabela 42)).

Tabela 43 - Pavimentos do claustro sul

Pavimentos do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-2-7	335	construída	Século XIX	pavimento	Pavimento composto por lajes de granito nas laterais e um espaço central disposto em "xadrez" com elementos em lioz (calcário) e ardósia
B-2-8	338	construída	Século XIX	pavimento	Vigamento constituído por vigas de carvalho robustas, pouco transformadas e conservando ainda a morfologia de troncos.
B-2-8	377	construída	Século XIX	pavimento	Vigamento do pavimento do corredor do dormitório do noviciado, composto por vigas transformadas e padronizadas com um espaçamento curto entre si.
B-1-3	384	construída	Século XIX	pavimento	Pavimento executado em lajes de granito de média/grande dimensão, da antecâmara de acesso à escadaria da ala norte do claustro sul.
B-1-7	386	construída	Século XIX	pavimento	Pavimento executado em lajes de granito de média/grande dimensão, da antecâmara de acesso à galeria superior da ala norte do claustro sul.

4.2.4. Tetos forrados

Apesar de não se registarem muitos elementos horizontais conservados no complexo de Vilar de Frades em materiais perecíveis, a ala nascente conserva ainda alguns tetos da reforma oitocentista.

A sacristia possui um teto estucado de grandes dimensões, profusamente decorado e assente numa estrutura em madeira (Tabela 44).

Na sala atualmente designada por "sala da memória" conserva um teto forrado a madeira por tábuas individuais, com revestimento policromado exibindo uma moldura verde água e um estádio central de cor ocre (Tabela 44).

No último piso, na capela do noviciado, o teto é executado com tábuas de madeira, mas assente numa armação de ferro (Tabela 44).

Tabela 44 - Tetos forrados do claustro sul

Tetos forrados do claustro sul					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
B-2-8	337	construída	Século XIX	teto forrado	Estrutura estucada com uma sanca na base, assente numa superfície côncava assente numa armação de madeira em forma de "casco".

B-2-8	370	construída	Século XIX	teto forrado	Teto em madeira formado por tábuas finas e revestimento policromado com uma moldura verde água e, ao centro, uma figura em forma em estádio com duas linhas paralelas e o interior ocre.
B-2-22	371	construída	Século XIX	teto forrado	Teto da capela do noviciado em madeira formado por tábuas de fina espessura.
B-2-22	372	construída	Século XIX	teto forrado	Estrutura em ferro onde assenta o teto em madeira da capela do noviciado que assentava diretamente nas paredes.
B-2-8	376	construída	Século XIX	teto forrado	Armação de madeira em forma de "casco", que se sobrepõe e dá forma ao teto em estuque da sacristia.

5. Elementos construtivos do claustro sudoeste

As vicissitudes históricas e construtivas do claustro sudoeste do convento de Vilar de Frades, mas também as circunstâncias patrimoniais em que se encontra desde o século XIX, condicionaram a avaliação aos elementos construtivos, apenas tendo sido possível apurar alguns deles, construídos nos séculos XVIII e XIX/XX. Referimo-nos, em termos verticais, aos arcos, cornijas, frisos, janelas e portas dos séculos XVIII e XIX/XX. Do século XVIII, fazem parte as abóbadas de aresta do teto da galeria térrea da ala nascente.

5.1. Elementos verticais

5.1.1. Arcos

Nas fachadas voltadas para o interior do claustro sudoeste registam-se dois tipos de arcos.

Na ala sul, de formulação mais recente, regista-se um conjunto de arcos de volta perfeita simples, construído no século XIX/XX Tabela 45.

Na ala nascente, ao nível da galeria térrea observa-se um tipo de arco de volta perfeita, com moldura em granito e impostas salientes, do século XVII. (Tabela 45).

Tabela 45 - Arcos do claustro sudoeste

Arcos do claustro sudoeste					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
C-2	393	construída	Século XVIII	arco	Aberturas em arco de volta perfeita, com uma moldura em granito e impostas salientes
C-3	410	construída	Século XIX/XX	arco	Arco de volta perfeita, simples, possivelmente resultante da reconstrução da ala sul do claustro sudoeste após o incêndio.

5.1.2. Cornijas

As cornijas identificadas no claustro sul correspondem a elementos simples, construídos no século XVIII. Os elementos identificados constituem um tipo de cornija com linhas simples, em granito, que se encontram na fachada das alas norte e voltadas para o interior do claustro (Tabela 46).

Tabela 46 - Cornijas do claustro sudoeste

Cornijas do claustro sudoeste					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
C-2	396	construída	Século XVIII	cornija	Cornija simples, em granito, a fazer o remate superior do paramento da fachada poente da ala nascente do claustro sudoeste.
C-4	400	construída	Século XVIII	cornija	Cornija simples, em granito, a fazer o remate superior do paramento da fachada nascente da ala poente do claustro sudoeste.
C-1	405	construída	Século XVIII	cornija	Cornija simples, em granito, a fazer o remate superior do paramento da fachada sul da ala norte do claustro sudoeste.

5.1.3. Frisos

O tipo de friso identificado no claustro sudoeste corresponde a um friso simples, do século XVIII, em granito, a fazer a ligação da base das sacadas das janelas existentes nas alas norte, nascente e poente (Tabela 47).

Tabela 47 - Frisos do claustro sudoeste

Frisos do claustro sudoeste					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
C-2	398	construída	Século XVIII	friso	Friso simples em granito a fazer a ligação entre a base das sacadas das janelas (UE 397) da fachada poente da ala nascente do claustro.
C-1	407	construída	Século XVIII	friso	Friso simples em granito a fazer a ligação entre a base das sacadas das janelas (UE 406) da fachada sul da ala norte do claustro.

5.1.4. Janelas

No claustro sudoeste subsistem vários tipos de janela.

O mais recente, decorrente do incêndio dos finais do século XIX, encontra-se no piso superior da ala sul e corresponde a um tipo de janela simples, executada em granito, com formato quadrangular (Tabela 48).

Nas restantes alas é possível observar a existência de várias janelas de sacada, com moldura em granito e sacada com consola, ambas decoradas ao gosto rococó (Tabela 48).

Para efeitos de iluminação, regista-se um tipo de gateiro de forma oval com moldura em granito (Tabela 48).

Tabela 48 - Janelas do claustro sudoeste

Janelas do claustro sudoeste					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
C-2	397	construída	Século XVIII	janela	Janela com moldura em granito e sacada com consola, decoradas ao gosto do rococó.
C-4	401	construída	Século XVIII	janela	Janela com moldura em granito e sacada com consola, decoradas ao gosto do rococó.
C-4	402	construída	Século XVIII	janela	Gateira de iluminação de forma oval em granito.
C-1	406	construída	Século XVIII	janela	Janela com moldura em granito e sacada com consola, decoradas ao gosto do rococó.
C-3	409	construída	Século XIX/XX	janela	Janela quadrangular em granito, possivelmente resultante da reconstrução da ala sul do claustro sudoeste após o incêndio.

5.1.5. Portas

Na ala poente do claustro sudoeste regista-se uma porta de grandes dimensões, edificada no século XVIII, em granito, que estabelece a ligação entre o exterior do claustro e o pátio central (Tabela 49).

Tabela 49 - Portas do claustro sudoeste

Portas do claustro sudoeste					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
C-4	403	construída	Século XVIII	porta	Porta de grandes dimensões, em granito, que permite o acesso ao pátio interior do claustro sudoeste.

5.2. Elementos horizontais

5.2.1 Abóbadas

No claustro sudoeste a macro análise permite observar a existência de um tipo de abóbada de aresta, revestida, de planta quadrangular e que se reproduzia ao longo do teto da galeria, construída no século XVIII (Tabela 50).

Tabela 50 - Abóbada do claustro sudoeste

Abóbada do claustro sudoeste					
UR	U E	Tipo	Cronologia	Elemento	Descrição
C-2	394	construída	Século XVIII	abóbada	Abóbada de aresta do teto da galeria térrea da ala nascente do claustro sudoeste.

6. Caracterização geológica, proveniência, extração e transporte dos elementos pétreos

Os elementos pétreos constituem indubitavelmente a categoria de materiais com maior utilização e transversalidade na construção de Vilar de Frades. A sua incidência verifica-se ao nível dos vários elementos construtivos, verificando-se a sua presença tanto na composição dos elementos verticais, nomeadamente nos de caráter estrutural (paredes, pilares, alicerces), como nas superfícies e vãos, mas também nos elementos decorativos e escultóricos.

Apesar de algum material pétreo resultar da simples recolha, como as areias, os cascalhos, os seixos e as pedras em estado natural, outro resulta da extração, passando posteriormente por um trabalho de cantaria, podendo vir talhado do local de origem, seguindo especificações técnicas rigorosas com dimensões exatas, ou então ser trabalhado no próprio estaleiro da obra (Ribeiro e Melo, 2012, pp. 136–137).

No sentido de apurar algumas destas questões e tendo em consideração a transversalidade e a incidência material e cronológica da utilização dos elementos pétreos conservados atualmente no edificado de Vilar de Frades, foram realizadas análises petrológicas macroscópicas a alguns elementos presentes nas superfícies da construção. Com base nos seus resultados, bem como nas características geológicas da região envolvente do convento, foram empreendidas sessões de prospeção para estudar questões de âmbito logístico, como a captação e transporte dos recursos pétreos.

Para o efeito, beneficiando da multidisciplinaridade do Lab2PT, solicitámos ao Professor Carlos Alves, Professor do Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho e investigador do Lab2PT, auxílio nas tarefas acima referidas.

Das análises geológicas efetuadas, apesar de conhecermos a predominância quase exclusiva do granito na construção, apenas desta forma foi possível compreender a existência de variações tipológicas dentro do mesmo tipo, estudar a hipótese de proveniência local e corrigir algumas das dúvidas suscitadas pelas fontes, nomeadamente a utilização de tipos pétreos de exceção, como o mármore.

6.1. Caracterização geológica

O complexo monástico-conventual de Vilar de Frades encontra-se implantado numa zona de aluvião, localizando-se na sua envolvente um conjunto de acidentes geológicos e formações montanhosas que constituem um local propício para a obtenção de materiais construtivos, sejam eles perecíveis ou de caráter duradouro.

De uma forma geral, os resultados das análises efetuadas permitiram confirmar que, de facto, na vasta maioria dos materiais pétreos utilizados na construção de Vilar de Frades se verifica a predominância do granito, ainda que pelas diversas fases construtivas se registre a existência de variações que incidem sobre as propriedades mecânicas e cromáticas dos granitos.

Os granitos leucocráticos, portanto, de coloração clara, cuja calibração do grão varia entre o grão médio e o grão bastante fino, constituem o tipo de rocha mais utilizada no complexo ao longo da diacronia construtiva. Verifica-se a sua utilização com grande predominância no portal românico (século XIII/XIV), no portal manuelino (século XVI), na estrutura da igreja (século XVI/XVII) e até nas arcadas do claustro sul (século XVIII) (Figura 169).



Figura 169 - Pormenor de silhares em granito leucocrático com variação cromática, localizados no paramento norte da torre sul.

Relativamente à identificação de outros tipos de granito, verificou-se uma utilização mais residual e localizada. Um desses exemplos, ocorre numa porta entaipada da torre sul onde se registou a presença de granito menos porfiroide, do tipo biotítico, de grão médio/fino e com a inclusão de cristais grandes e feldspato (Figura 170).

Num dos paramentos da igreja é perceptível a variação do material pétreo na porta entaipada, com o recurso ao granito biotítico (círculo vermelho) e nos restantes elementos o recurso ao granito leucocrático (retângulo verde) (Figura 171).

Tendo em consideração o comportamento mecânico das rochas leucocráticas e biotíticas, é possível que a utilização de um granito mais macio e fácil de transformar, quando abundante, constitua o material

mais utilizado para a produção de peças de cantaria e elementos escultóricos, inferindo-se, em contrapartida, a utilização de granitos com propriedades mais grosseiras para utilizações meramente utilitárias, como o entaipamento de portas e janelas.



Figura 170 - Pormenor da constituição do aparelho de uma porta entaipada com silhares em granito biotítico de duas micas com feldspato, localizada no paramento norte da torre sul.



Figura 171 - Pormenores do alçado norte da torre sul da igreja, onde foi possível identificar a presença de granito biotítico (a vermelho) e granito leucocrático (a verde) no mesmo paramento.

A continuidade das análises geológicas nos restantes espaços do complexo de Vilar de Frades permitiu igualmente tecer algumas considerações relativamente à evolução construtiva do claustro sul, onde na primeira fase construtiva do paramento sul se verificou a predominância dos granitos biotíticos, possivelmente devido à existência de afloramentos deste tipo nas proximidades (Figura 172).



Figura 172 - Pormenor do arcossólio localizado na parede sul do claustro sul, constituído por silhares em granito biotítico.

Outros resultados revelaram para as fases mais recentes do complexo, nomeadamente na sacristia construída nos finais do século XVIII, a presença de materiais pétreos de carácter excecional e possivelmente de importação. No pavimento da sacristia observou-se a utilização combinada de calcário (lioz), tradicionalmente interpretado como mármore, e ardósia.

Relativamente ao lioz, trata-se de um calcário de utilização comum na zona de Lisboa, principalmente na zona de Sintra, revelando-se atípica a sua presença em Vilar de Frades. Todavia, uma particularidade registada neste pavimento corresponde ao desnível existente entre os elementos de calcário e ardósia, admitindo-se comumente que seria uma consequência da erosão e do desgaste provocado decorrente da utilização, facto que não coincide com o carácter resistente da ardósia à erosão e perspetivando-se assim um cariz intencional na construção de um pavimento irregular (Figura 173).



Figura 173 - Pormenor do pavimento central da sacristia exibindo um “xadrez” de lajes regulares em lioz (calcário) e ardósia (xisto).

6.2. Proveniência, extração e transporte

No seguimento das análises realizadas aos materiais de construção pétreos de Vilar de Frades, foram efetuadas prospeções nas imediações do complexo com o objetivo de se averiguar a compatibilidade geológica entre os afloramentos existentes na região e os elementos utilizados na construção de Vilar de Frades, a facilidade de extração e de exploração (localização de possíveis pedreiras), assim como a viabilidade do transporte para o local de construção.

Com base no resultado da prospeção geológica, ainda que não seja possível determinar com exatidão e de forma precisa o local de extração da rocha utilizada em Vilar de Frades, os afloramentos observados no Monte da Penida¹⁸⁸, Areias de Vilar (Barcelos), apresentam características e propriedades de composição semelhantes aos elementos utilizados nos materiais do convento, nomeadamente no caso dos granitos leucocráticos, apesar de se registar, por vezes no mesmo bloco, uma variação quanto à composição e calibração do grão entre o fino e o médio (Figura 174).

¹⁸⁸ Este local foi já referenciado por Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal e Pedro Augusto Ferreira, na obra *Portugal antigo e moderno...*, página 122, como o local proveniente da pedra utilizada em Vilar de Frades.



Figura 174 - Afloramento identificado com dois tipos de formações graníticas distintas, localizado no monte da Penida.

Quanto à questão da extração, num dos pontos do monte em questão, situado aproximadamente a 2km de distância do convento, foram identificadas condições propícias para a extração de rochas, ainda que sem ser possível avançar com uma cronologia específica.

Dos afloramentos conservados à superfície, vários revelaram alterações morfológicas e evidências de ação antrópica, nomeadamente pelos negativos formados, que suscitam uma forma relativamente simples de proceder à extração de granito.

A disposição natural das formações rochosas juntamente com a existência de diáclases, perfazem uma condição natural para o desprendimento de blocos com o recurso a cunhas e sistemas de alavancagem (Figura 175).



Figura 175 – Identificação de um afloramento com evidências de extração no monte da Penida.

Quanto ao transporte, o local reúne condições propícias como a proximidade e o facto de se encontrar numa posição de cota superior relativamente ao convento, mas ligado por uma encosta de pendente pouco expressiva (Figura 176).



Figura 176 – perspetiva da encosta que liga o monte da Penida ao convento de Vilar de Frades.

7. Identificação de espécies arbóreas, caracterização dendrocronológica, transformação e proveniência da madeira

A utilização da madeira nas construções antigas encontra-se fortemente comprovada pelas fontes documentais, muito embora a sua parca durabilidade até aos nossos dias torne o seu estudo difícil. No entanto, pelas suas características, a madeira era usada recorrentemente nas diferentes tarefas relacionadas com a construção, seja para a construção de andaimes, para os travejamentos, tetos, soalhos, divisões, para os estábulos e adegas, mas também para os móveis e utensílios da construção (Ribeiro e Melo, 2012, pp. 132–133).

No entanto, a larga utilização da madeira desde o período romano fez com que tivessem ocorridos intensos períodos de desflorestação e de reflorestação até aos nossos dias e conseqüentemente que os recursos florestais espontâneos tenham praticamente desaparecido.

Ainda assim, tendo em conta que o convento de Vilar de Frades conserva elementos de madeira construídos em períodos recuados e que a região, nomeadamente a envolvente, apresentam um importante coberto vegetal, procurámos realizar algumas análises com vista à identificação de espécies arbóreas, à sua caracterização dendrocronológica, bem como à transformação e proveniência dos elementos construtivos em madeira usados na construção de Vilar de Frades.

Nesse sentido e na sequência de uma reunião científica, estabeleceu-se o contacto com uma equipa do projeto ForSeaDiscovery¹⁸⁹, coordenada pelo Professor Ignacio García González e integrada pela Dr.^a Marta Domínguez Delmás e pelo Dr. Peter Groenendijk, que, no âmbito do seu projeto, se disponibilizaram a realizar análises de dendrocronologia às estruturas construtivas do piso superior do claustro sul do convento, dado tratar-se de um sítio ainda não reabilitado e que conserva parte das estruturas em madeira originais ao nível das vigas de sustentação dos pavimentos.

A escolha destes elementos ficou a dever-se ao facto de reunirem condições propícias para a recolha de amostras, nomeadamente possuírem uma espessura considerável e conservarem ainda o anel exterior da árvore, tornando-as assim um elemento privilegiado para a obtenção de amostras.

A metodologia encetada no processo de recolha de amostras consistiu na utilização de uma broca oca assente num berbequim. De forma a obter-se o perfil pretendido, a broca foi inserida de forma alinhada com o centro do tronco original, usando-se para o efeito uma lâmina para compreender o ângulo e a direção da abertura da madeira (Figura 177).

¹⁸⁹ Mais informação sobre o projeto pode ser consultada no endereço: <http://forseadiscovery.eu/>.



Figura 177 – Procedimento de recolha de amostras com broca oca para análises dendrocronológicas no piso superior da ala este do claustro sul.

7.1. Identificação de espécies arbóreas

Quanto aos tipos de árvores utilizadas como matéria-prima para a produção de elementos em madeira empregues em Vilar de Frades, registou-se a utilização de madeiras de crescimento rápido, como o castanho e sobretudo o carvalho.

Ao nível das vigas do pavimento do piso superior do claustro sul, registou-se uma predominância do carvalho na utilização ao nível da construção, com um processo de maturação entre os 50 e 60 anos no momento do abate (Figura 178).



Figura 178 – Uma das amostras recolhidas proveniente das vigas do pavimento do piso superior da ala este do claustro norte.

7.2. Transformação

Do ponto de vista da transformação da madeira, verificou-se que as traves colocadas no dormitório do noviciado indicam que a madeira era abatida e transportada ainda em troncos até ao estaleiro, sendo depois trabalhada no local, de acordo com a finalidade da sua utilização.

No caso do travejamento do soalho do dormitório, verificou-se que as traves não eram serradas, mas sim rachadas sendo apenas aplainada as superfícies que se encontravam em contacto com outros elementos, ou seja, a parte que assentava nas mísulas e a parte onde assentava o soalho. Como se tratava de um elemento que não estava à vista, as traves eram constituídas por troncos rachados, com pouco afeiçoamento (Figura 179).



Figura 179 – Pormenor do tipo de vigas em tronco afeiçoado do pavimento da parte norte do piso superior da ala este do claustro sul.

Na parte norte do dormitório, o travejamento era mais potente, as traves eram apenas rachadas e pouco trabalhadas, para além do alisamento das faces superiores e inferiores. Já na parte sul, o travejamento apresentava-se menos potente, com traves serradas e de menor espessura (Figura 180).



Figura 180 - Pormenor do tipo de vigas serradas do pavimento da parte norte do piso superior da ala este do claustro sul.

Os dados obtidos permitiram assim percorrer um avanço significativo na identificação das espécies e na forma de transformação da madeira nos espaços em que se conservam ainda elementos construtivos desta natureza. De uma forma geral, os dados indicaram para as fases construtivas modernas a utilização de madeiras de crescimento rápido que possuem intervalos de crescimento tendencialmente reduzidos na ordem dos 30 a 60 anos.

7.3. Proveniência

Tal como para os materiais pétreos, um dos objetivos do estudo dos materiais em madeira consistiu na questão da proveniência. Para o efeito, efetuou-se uma sessão de prospeção na mata do convento, no sentido de conhecer a composição da flora da mata, identificar possíveis espécies autóctones e recolher amostras para análise (Figura 181).



Figura 181 – Procedimento de recolha de amostras na mata da “Tapada” com recurso a broca manual.

A prospeção efetuada na “mata da tapada”, que se encontra localizada na parte sudoeste da cerca do convento, revelou desde logo a existência já de um conjunto significativo de espécies intrusivas como eucaliptos, austrálias e fetos. Todavia, foi possível identificar e confirmar a presença de carvalhos europeus e carvalhos americanos, sendo os segundos provenientes de importação.

Pela amostra recolhida, segundo o método de broca oca já referido, foi possível concluir que no caso do carvalho europeu, a árvore mais significativa possuía uma datação de cerca de 50 a 60 anos (Figura 182).



Figura 182 – Pormenor da amostra recolhida na mata da “Tapada”.

No geral, concluiu-se que o conjunto arbóreo da mata do convento possui já um perfil bastante heterogéneo, composto tanto por espécies autóctones como de importação e invasoras, destacando-se, no entanto, a presença do carvalho tanto na própria mata como ao nível da construção.

Parte VI - A construção monástica-conventual do Noroeste da Península Ibérica

A história da construção monástico-conventual do Noroeste da Península Ibérica conforma um tema de estudo bastante complexo. Tendo em consideração a pluralidade do fenómeno e das arquiteturas religiosas, o estudo das temáticas associadas ao ofício da construção requer uma abordagem que terá de ter necessariamente em linha de consideração várias premissas.

Desde logo, o mosteiro, sendo a componente física mais expressiva de uma comunidade monástica, configura muito mais do que uma construção. De facto, o mosteiro constitui um espaço de vivência sagrada de longa duração cuja componente física, ou construtiva, está permanentemente sujeita a transformações. Na realidade, os edifícios monásticos, mais do que um edifício, contêm em si vários edifícios que se vão adensando em diferentes tempos e contextos, cuja abordagem requer a compreensão alargada do fenómeno em si, mas também de cada complexo monástico em particular. Por tudo isto, a construção monástica não pode ser entendida e abordada como um processo imediato, mas antes um conjunto de processos que se prolongam no tempo e fazem dos complexos monásticos materialidades estratificadas complexas cujo estudo tem de ser realizado sob uma perspetiva diacrónica e multidisciplinar.

De igual modo, a construção monástica, á semelhança de qualquer edifício, possui as suas dinâmicas próprias, que introduzem no edificado características que resultam da evolução do próprio complexo, da sua história e dos acontecimentos que marcam o seu percurso individual.

Também, a nível concetual, o contexto histórico em que o edifício é construído adiciona-lhe características de âmbito geral, relacionadas, neste caso, com o fenómeno monástico-conventual e com a sua evolução ao longo do tempo.

Considerados todos estes fatores, o estudo da história da construção monástico-conventual reclama a análise dos diferentes complexos arquitetónicos individualmente procurando aferir as características que resultaram de circunstâncias próprias, tendo em conta os recursos ambientais, tecnológicos ou materiais, e simultaneamente aquelas que podem ser inseridas no âmbito mais abrangente do fenómeno monástico e da história da construção.

1. A implantação medieval

No território correspondente à atual Península Ibérica, apesar das inúmeras incertezas que ainda subsistem relativamente à construção monástico-conventual, podemos associar a sua génese à propagação do cristianismo, muito embora, pelo menos até aos séculos VI e VII, se pudessem tratar de simples edifícios urbanos e rurais, semelhantes a uma habitação comum, espaços privados, portanto, designados na documentação eclesiástica como “*domus ecclesiae*” ou “igreja-casa” (Bowes, 2008, p. 581).

A partir do século VI, a regra beneditina alude já com alguma recorrência à constituição do edificado do mosteiro e de alguns dos seus espaços, como ao oratório, aos claustros, ou à biblioteca, assim como a uma divisão física entre os espaços destinados aos monges e aos hóspedes, nomeadamente no que diz respeito às cozinhas e aos aposentos, devendo existir celas para enfermos, para os noviços, ou até uma para o porteiro. Também o espaço exterior comportaria celeiro e hortas.

Todavia, à semelhança do que ocorre no Ocidente cristianizado, os vestígios materiais mais antigos identificados até ao momento resumem-se quase exclusivamente ao edifício da igreja.

Na realidade, o testemunho físico mais antigo do monaquismo da Península Ibérica, encontra-se em território português e corresponde aos mosteiros de Dume, fundado por São Martinho de Dume, no século VI, e de S. Frutuoso de Montélios, fundado por São Frutuoso no século VII (Fontes, 2008, pp. 163–172).

Durante este período, as evidências sugerem que os mosteiros passam a ser instalados em espaços pré-existentes, mas adaptados à sua nova funcionalidade. Especificamente para o Noroeste, verifica-se

ocasionalmente uma correlação entre estruturas de ocupação romana, sobretudo casais e *villae* em meio rural, tal como parece ter ocorrido com São Martinho de Dume ao instalar um mosteiro numa antiga *villa*, junto à basílica paleocristã.

Na transição para os séculos X-XI, a construção monástica conventual do Noroeste da Península Ibérica irá acompanhar a restante Europa cristã, fortemente condicionada pelas reformas monásticas carolíngias e de Cluny, assistindo-se a um aumento significativo de novas fundações ao longo dos séculos X-XI, encontrando-se os mosteiros e conventos na dependência de prelados ou nobres, num monaquismo articulado, onde a unidade do mosteiro passa também a encabeçar um conjunto de mosteiros.

O reflexo destas alterações no edificado religioso verifica-se ao nível da introdução de soluções construtivas e arquitetónicas que caracterizaram o designado período românico da construção monástica.

Apesar da herança cultural e dos aspetos de desenvolvimento semelhantes entre o Norte e o Sul do Noroeste, a diferenciação verifica-se sobretudo pela componente militar presente na arquitetura dos mosteiros medievais portugueses, devido ao processo de sedimentação do território perante as incursões árabes.

Quanto às características gerais destes complexos, o conhecimento existente centra-se, de forma quase exclusiva, no edifício da Igreja, permitindo apenas algumas considerações gerais sobre a construção dos mosteiros medievais do Noroeste da Península Ibérica.

Em termos de locais de implantação, as igrejas românicas pertencentes a mosteiros medievais revelam uma escolha que se inscreve numa estratégia de compromisso entre o afastamento e a capacidade de subsistência, pelo acesso a recursos naturais propícios para a exploração agrícola. O espaço construído dos complexos monásticos, apenas pode ser mensurado tendo por base apenas os vestígios conservados das igrejas.

A planta das igrejas monásticas da Baixa Idade Média apresenta essencialmente uma variação entre a igreja constituída por nave única e capela-mor retangular e a igreja de planta basilical, com nave tripartida, capela-mor retangular e cabeceiras com remate em abside.

No que se refere às técnicas e soluções construtivas, independentemente do tipo de planta e dimensão, as edificações apresentam fundações bem portantes, paramentos com aparelhos isódomos, constituídos por blocos graníticos de cantaria, colunas na separação das naves, cornijas suportadas por modilhões e coberturas em madeira e abóbadas.

Juntamente com as igrejas, as torres aparentam ser o grande elemento diferenciador dos mosteiros do Noroeste português. Usualmente separadas do edifício da igreja, ou com alguns elementos de articulação, evidencia-se o seu cariz arquitetónico militar.

Quanto às restantes estruturas dos complexos, verifica-se ainda um profundo desconhecimento quanto às características construtivas. Não obstante, os mosteiros românicos deviam contar com espaços reservados para o quotidiano dos monges, essencialmente dividido entre o ofício religioso e as tarefas domésticas e laborais. Do ponto de vista construtivo, estas estruturas deveriam possuir uma linguagem vernacular executada com o recurso a materiais perecíveis e de fraca qualidade.

Na evolução do românico para o gótico no Noroeste da Península Ibérica, contrariamente à restante Europa, as inovações góticas surgem nos mosteiros medievais do Noroeste apenas de forma residual, seja em adições ou reformulações pontuais dos edifícios românicos. Com a estabilização dos mosteiros durante os séculos XIII e XIV, as fundações diminuem e por consequência verifica-se um refreamento do surto construtivo que apenas retomará aos espaços monásticos do Noroeste português no final da Idade Média.

A implantação medieval vai condicionar a evolução e expansão construtiva dos complexos que passaram por fases de ampliação na época moderna. Condicionantes que resultam, de forma geral, num contexto de grande heterogeneidade quanto às soluções construtivas e que encontram no “plano monástico” um ponto de convergência.

O século XVI, ainda que transportando para os inícios do período moderno uma linguagem arquitetónica medieval, do ponto de vista construtivo regista o aparecimento de sistemas construtivos de ruptura em relação aos edifícios de base românica em vigor no monaquismo do Noroeste português, mas inevitavelmente condicionados pelas pré-existências medievais. Exemplo disso é o caso do convento de São Salvador de Vilar de Frades, cuja reconstrução da atual igreja é condicionada pelo templo anterior, nomeadamente ao nível da volumetria do transepto e dos muros laterais (Maurício, 2000, p. 173). De facto, as várias ações de aterro identificados em Vilar Frades, nomeadamente na zona da igreja e do claustro sul (Faure, 2012, p. 70 e 92), revelam uma constante necessidade de adaptação e transformação do local de implantação.

Todavia, a construção da capela-mor da igreja de Vilar de Frades introduz nos espaços monástico-conventuais rurais uma nova espacialidade onde a grande inovação vai para a abóbada da cobertura que conjuga o combado com nervuras prismáticas cruzadas (Figura 183). Se, por um lado, o combado vem permitir o alargamento do vão sem um aumento da altura, o cruzamento das nervuras, por outro, vem

dirigir e concertar as descargas nos contrafortes, libertando assim os paramentos para a abertura de janelas (Figura 184).



Figura 183 - Perspetiva lateral da capela-mor quinhentista da igreja de São Salvador de Vilar de Frades.



Figura 184 - Pormenor da abóbada de combados da capela-mor quinhentista da igreja de São Salvador de Vilar de Frades.

Todavia, o ímpeto reformador materializado em Vilar de Frades contrasta com o panorama dos complexos beneditinos e cistercienses do Noroeste português. Espaços como São Martinho de Tibães (Braga), Santa Maria das Júnias (Montalegre) e Rendufe (Amares), expressam uma tendência de preservação de estruturas românica até ao século XVII, passando nos períodos anteriores por reformulações parciais.

No contexto do Noroeste da Península Ibérica, Vilar de Frades antecede e certamente incorpora a corrente de influência portuguesa na construção dos edifícios monástico-conventuais do norte de Portugal e da Galiza, que deambulam, ainda que de forma incipiente, entre as formas tardo-góticas e renascentistas.

Dos elementos mais distintivos deste período nos espaços monástico-conventuais, destacam-se nos espaços claustrais a arcaria dos pisos inferiores, as colunatas arquivadas dos pisos superiores e pilares, pilastras e botaréus colocados em correspondência (Rodrigues, 2014, p. 360).

Alguns destes exemplos podem ser encontrados no Norte como o claustro do Convento de São Bento da Vitória (Porto), de filiação beneditina, os claustros dos mosteiros da Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia) e do mosteiro de São Salvador de Grijó (Vila Nova de Gaia), da Ordem dos Agostinhos, e os claustros do Convento de Jesus (Aveiro) e do Convento de São Gonçalo (Amarante), filiados na ordem dominicana e nos Pregadores (Rodrigues, 2014, pp. 368–369).

No território galego, esta influência vai verificar-se a partir da década de trinta do século XVI, primeiramente em construções urbanas, transitando para os espaços monástico-conventuais até final da centúria. As principais obras centram-se sobretudo na reconstrução de fachadas e de espaços claustrais, aqui à semelhança do que ocorre no Noroeste português, nomeadamente no mosteiro de *Ribas de Sil* (Lugo), *Celanova* (Ourense), *Xunqueira de Ambia* (Corunha) *Monfero* (Corunha), *Meira* (Lugo) e *Oya* (Pontevedra) (Cervera Vera, 1998, pp. 90–91).

Apesar de não haver evidências que permitam caracterizar o claustro de Vilar de Frades para além da existência de um sobrado, nos claustros galegos, tal como ocorre em *Ribas de Sil* e *Celanova*, destaca-se, novamente, a presença da abóbada nervurada, dos contrafortes prismáticos e a adição de sobrados aos claustros pré-existentes.

Do ponto de vista qualitativo das intervenções, como referido para Vilar de Frades, também os mencionados claustros de *Ribas de Sil* e *Celanova* evidenciam um grande cuidado na execução, nomeadamente na qualidade do talhe, na robustez dos materiais e na regularidade dos aparelhos (Figura 185).



Figura 185 – Galeria do Claustro processional do mosteiro de *San Salvador de Celanova*. Autor: Jose Antonio Gil Martínez (2007). Fonte: <https://www.flickr.com/photos/freecat/191863407/> (Acedido em março de 2020).

2. A construção na época moderna. Continuidades e rupturas

A construção de um edifício é sempre uma ação faseada, envolvendo um conjunto de etapas, desde a escolha do local e da planta do edifício até aos trabalhos de acabamento. As tarefas realizadas em cada fase, bem como o modo como eram executadas dependiam do promotor, da sua capacidade financeira, da tipologia da obra, designadamente se se tratava de uma obra de grande envergadura, ou de pequena dimensão, mas também se se tratava de uma obra feita de raiz ou resultante de manutenções, remodelações e alterações (Ribeiro e Melo, 2018, p. 31).

No caso de Vilar de Frades, as intervenções realizadas a partir do século XVI enquadram-se no já referido carácter precoce e potencialmente influente da construção portuguesa no Noroeste Ibérico. Sobre tudo a partir das empreitadas quinhentistas, as características técnicas das construções de Vilar de Frades denotam um grande investimento na execução técnica e na qualidade dos materiais.

Tanto na igreja como no claustro construídos ainda no século XVI, é possível verificar ainda a predominância da construção de estruturas em pedra, quase exclusivamente o granito, com o recurso a paramentos bastante sólidos, de aparelho quase isódomo, juntas finas e uma execução cuidada. A predominância da pedra, sobretudo de litologia granítica. Uma tendência que se prolonga pela época moderna e se estende ao espaço do Noroeste Ibérico (Bonet Correa, 1984, pp. 49–50).

Da mesma forma, tendo por base a reforma do corpo da igreja do século XVII, as empreitadas modernas de Vilar de Frades demonstram que os saberes e as técnicas de construção medievais se mantiveram na época moderna, incluindo a forma de aprendizagem dos construtores e o nível dos estaleiros (Rosas, 1995, pp. 65–68). Do ponto de vista das técnicas e das formas de construir, a reedificação do corpo da igreja de Vilar de Frades permite pressupor “... a permanência, em pleno século XVII, do conhecimento no que respeita à construção de edifícios manuelinos com abóbada de desenho profusamente nervado e a permanência, no trabalho da pedra, dos métodos utilizados desde há mais de um século.” (Rosas, 1995, p. 66).

Neste sentido, as empreitadas modernas de Vilar de Frades, desde o contrato previamente estabelecido ao edifício realizado, poderão constituir um importante contributo para a caracterização da construção monástico-conventual praticada na época moderna no Noroeste da Península Ibérica.

Um estudo que pode incluir aspetos que antecedem a fase de edificação, como os acordos estabelecidos para a execução, o processo construtivo e a evolução planimétrica e morfológica e ainda a caracterização dos construtores.

A partir de finais do século XVI as obras ocorridas em Vilar de Frades são antecidas pela formalização de um acordo escrito que possui por norma instruções técnicas sobre a obra a executar, materiais e matérias-primas, elementos relativos aos construtores e às condições do trabalho, encargos e elementos jurídicos que salvaguardam juridicamente as obrigações das partes.

Com o avançar da época moderna, os contratos das obras de Vilar de Frades são cada vez mais detalhados e parecem sugerir uma espécie de *modus faciendi* próprio, pelo menos a nível regional.

Neste sentido, os contratos de época moderna têm por norma contemplar, desde logo a função, tipologia e localização dos espaços, a descrição detalhada dos elementos construtivos arquitetónicos, a participação do convento no fornecimento dos materiais e no trabalho, mas também aspetos relativos à organização e condições do trabalho e ainda às questões jurídicas que por norma rematavam e selavam os acordos estabelecidos entre as instituições monástico-conventuais e os construtores.

2.1 O processo construtivo na época moderna.

A existência de projeto para a construção de grandes edifícios encontra-se comprovada como prática habitual desde finais da Idade Média.

Muito embora a forma como o projeto era representado divergisse, contemplando a descrição, oral ou escrita, a maquete e o desenho, ao longo da Idade Moderna o projeto assume formas diferentes,

sobretudo devido à afirmação social e profissional do arquiteto e à separação definitiva da função de mestre-pedreiro.

A partir dos séculos XVII e XVIII torna-se mais evidente a separação entre o papel do arquiteto, onde o projeto é definido ou pelo próprio convento e descrito no contrato ou adquirido a um arquiteto e depois entregue aos construtores para o executarem.

No caso de Vilar de Frades, apesar de desconhecemos os “apontamentos” que ao longo da época moderna eram frequentemente providenciados aos artistas, mediante os quais o encomendador explicitava com detalhe as condições fixadas por escritura pública (Vinhas, 1998, p. 80), temos conhecimento de múltiplos contratos elaborados a partir do século XVII.

Por exemplo, para a edificação da enfermaria e dos restantes espaços, ocorrida a partir de 1593, a documentação apresenta vários pormenores relativos à sua execução¹⁹⁰. As especificações fornecidas pelo convento contemplavam muros de pedra aparelhada, revestimentos em conformidade com os restantes espaços e a definição prévia de medições como o pé-direito dos espaços. O grau de detalhe das indicações estende-se, por vezes, ainda às estruturas sanitárias como a determinação de dois enxaguadouros para a “casa da secreta” (Vinhas, 1998, p. 121). No âmbito jurídico das obrigações das partes e a liquidação do contrato, havia cláusulas a regular a organização de tarefas e do trabalho. O convento era responsável por fornecer os materiais de construção e executar tarefas indiferenciadas, como abrir alicerces, remover entulhos, transportar materiais e proceder à manutenção das ferramentas (Vinhas, 1998, p. 126). O convento ficava ainda encarregado de providenciar alimentação e alojamento para o mestre pedreiro (Vinhas, 1998, p. 126).

Igualmente, a partir de um contrato estabelecido em 1698 para a construção do dormitório da ala sul do claustro sudoeste é possível verificar que segue parte dos trâmites comuns aos períodos anteriores, mas que constitui também um contributo importante para a compreensão da evolução dos acordos estabelecidos com os construtores de época moderna.

Desde logo, pela descrição providenciada deste processo complexo e moroso, é possível compreender que numa fase inicial o convento entrega aos construtores plantas e apontamentos sobre a obra a realizar, inferindo, por exemplo, que o convento terá encomendado o risco a um arquiteto regional. Outros detalhes incluem informações sobre as obrigações do convento, o fornecimento dos materiais, a subsistência dos construtores durante a sua estadia em Vilar de Frades e as condições para trabalho no estaleiro (Vinhas, 1998, p. 190).

¹⁹⁰ ADB – FMC – L 20, fls. 207-212v. Segundo a cota registada por Joaquim Vinhas (1998, p. 297-301).

Esta prática de registo em sede de contrato das indicações e instruções arquitetónicas e construtivas é comum a outros espaços loios do século XVII, verificando-se, igualmente, nas obras realizadas no convento do Porto entre 1681 e 1696 (Alves, 1985, p. 258).

Alguns destes contratos assumiram contornos bastante particulares, como foi o caso do documento que serviu para formalizar o acordo entre o convento e o construtor para a empreitada da ala sul, apelidada de “... *obra da emenda e do frontispício conventual*”, nos inícios do século XVIII, já referida anteriormente. Desde logo, este documento regista que o convento e os construtores dispensaram a formalização de um contrato. Alternativamente, estabeleceram apenas um acordo escrito, cujas particularidades incluíam várias abdições e ausências, nomeadamente de testemunhas, plantas e indicações, servindo o próprio documento de programa construtivo (Vinhas, 1998, p. 202).

Desde logo, ressalta o facto de em sede de contrato o convento fornecer aos construtores plantas e apontamentos, provavelmente adquiridos a um arquiteto, para a realização da edificação (Vinhas, 1998, p. 190). Uma postura que direciona e limita a atividade dos mestres pedreiros à execução e evidencia uma separação bem definida entre o papel do construtor e do arquiteto.

Na vertente das obrigações do convento, para além da condição amplamente praticada, pelo menos desde o século XVI, de fornecimento de materiais de construção, o convento estava contratualmente obrigado a ceder os seus meios para a subsistência dos construtores durante a sua estadia em Vilar de Frades. O contrato explicita a incumbência do convento na atribuição de um espaço para alojamento e na cedência de um espaço agrícola para cultivo dos próprios construtores, bem como a proporcionar aos mestres construtores condições especiais para a aquisição de géneros alimentares ao próprio convento e disponibilizar infraestruturas da comunidade, como por exemplo a forja (Vinhas, 1998, p. 190).

No âmbito das condições do trabalho, mais propriamente em relação ao estaleiro da obra, o contrato expressa que os mestres pedreiros estavam autorizados a erguer um telheiro para trabalharem junto com os seus oficiais protegidos das condições climatéricas mais adversas (Vinhas, 1998, p. 190).

De facto, outro aspeto da construção para o período moderno prende-se com as condições do trabalho, onde os mosteiros e conventos fornecem habitação e meios de subsistência e condições especiais para a sobrevivência dos construtores durante a duração das empreitadas.

Torna-se igualmente perceptível que estas relações contratuais vão sofrendo adendas e reformulações motivadas por falhas de execução que levam à necessidade de intervenções adicionais (Vinhas, 1998, p. 190).

No caso do contrato de 1698, fruto da má execução da obra, é firmado um novo contrato que obriga os construtores a refazerem a obra (Vinhas, 1998, p. 192). Neste caso, o processo caracteriza-se por

detalhes como o convento obrigar-se ao pagamento de um montante adicional, fornecimento de materiais, novas indicações construtivas e a levantar estruturas de carpintaria que já se encontravam construídas aquando da reformulação (Vinhas, 1998, pp. 192–193).

No caso do processo construtivo da capela-mor, do transepto e respetivas capelas encomendadas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa e respetivas sobrinhas, apesar não haver evidências do contrato estabelecido para a construção da capela-mor e transepto, a partir de outros contratos é possível levantar algumas hipóteses do tipo de contrato estabelecido entre os construtores e os promotores, assim como as instruções destes para os primeiros. Desde logo, quanto às partes envolvidas, poderiam participar neste acordo quatro entidades distintas, a saber, o reitor do convento na qualidade de representante do convento e dono da obra, D. Diogo de Sousa e respetivas sobrinhas, como financiadores, João de Castilho, enquanto autor da traça e João Lopes de Guimarães enquanto mestre-pedreiro (Vinhas, 1998, p. 80).

Para além da promoção e da direção conceptual da obra, a participação institucional estende-se ao processo construtivo das obras. A participação do convento inclui o fornecimento de materiais e matérias-primas, normalmente quando exploradas ou produzidas pelo próprio convento, bem como a participação no trabalho braçal ou indiferenciado, nomeadamente no transporte de materiais e aberturas de valas e fundações.

Ainda com base no pressuposto dos contratos posteriores, relativamente às obrigações dos intervenientes, com grande probabilidade os materiais de construção deveriam ser fornecidos pelo convento, ao passo que trabalhadores, enquanto “*serventes*” e “*oficiais diversos*” a tempo inteiro no convento, deveriam colaborar no transporte dos mesmos para o estaleiro e na execução de diversas tarefas, tais como “*...abrir valas para os alicerces...*” e “*...guindar pranchas e bolcos de pedra...*”. Caberia ao convento, encabeçado sempre pelo padre-reitor, providenciar alimentação e alojamento, “*...sobretudo ao mestre da obra.*” (Vinhas, 1998, p. 80). Relativamente aos encargos da obra, o pagamento deveria ser efetuado de forma semanal, tendo em consideração a referência às deslocações e ao envio de pagamentos por parte de D. Diogo de Sousa (Vinhas, 1998, p. 81).

Também as obras de carpintaria realizadas na ala nascente por volta de 1523, em Vilar de Frades, são particularmente relevantes para atestar a diversidade dos trabalhos e de especialização dos construtores, nomeadamente no trabalho da madeira na construção (Vinhas, 1998, p. 113). Da mesma ala nascente, alvo de nova intervenção nos finais do século XVI, recupera também um conjunto de documentos através dos quais faz a reconstituição do programa arquitetónico e as condições jurídicas estabelecidas entre o construtor e o convento, nomeadamente a duração da obra, os custos e formas de

pagamento, o fornecimento dos materiais e, entre outras, a obrigação de pessoas e bens (Vinhas, 1998, pp. 118–126).

Igualmente, em 1695, uma obra de carpintaria na varanda do noviciado e na varanda da parte do coro sobreviveu contrato onde constam às várias cláusulas estabelecidas como o fornecimento de materiais por parte do convento, a presença do mestre na obra e as condições de sobrevivência prestadas (Vinhas, 1998, p. 160).

Relativamente à promoção e financiamento das obras, no século XVI, observa-se ainda o costume medieval da interferência dos “benfeitores” nos espaços monástico-conventuais. A igreja quinhentista de Vilar de Frades é edificada participação do arcebispo D. Diogo de Sousa e sobrinhas, serve como exemplo para as intervenções de figuras de prestígio, nomeadamente na introdução de formas inovadoras e eruditas, mas sobretudo pela capacidade de atração de mestres de renome, como parece ser o caso de João de Castilho e a nível nacional de João Lopes.

A partir dos séculos XVII e XVIII as obras documentadas permitem deduzir que a promoção e financiamento das obras passam a ser efetuados pelo convento, normalmente representado pela figura do Padre-reitor, que para além de ser o responsável conceptual pela obra é também o responsável pelo acompanhamento da obra e validação do resultado final. De facto, na obra do prolongamento da capela-mor, formalizada através de um contrato datado de 25 de março de 1697, um dos aspetos prendia-se com a questão da boa execução da obra. Os construtores estavam contratualmente obrigados e assegurar a presença permanente de pelo menos um dos mestres no local, de forma a garantir que o edifício não viesse a sofrer de deficiências construtivas e a poderem reparar qualquer problema oriundo da execução. Após a conclusão da obra, a mesma deveria passar por uma inspeção levada a cabo por outros mestres de pedraria com a finalidade de verificar se os construtores haviam seguido o contrato estabelecido com o convento (Vinhas, 1998, p. 164).

Também em termos técnicos, estes contratos podiam ser muito específicos referindo, por exemplo a espessura dos elementos a ser construídos. No caso do prolongamento referido anteriormente, os elementos a serem construídos, nomeadamente as paredes laterais do acrescento deveriam ter de espessura 10 palmos ao nível dos alicerces e 3,5 palmos após o patamar da escada construída para dar acesso ao retábulo mor. A escada de acesso ao retábulo deveria ser executada em perpianho de forma a ser capaz de suportar o travejamento do soalho para o suporte da tribuna do retábulo. O corte da pedra e a produção de silhares escodados era da responsabilidade exclusiva dos construtores, nomeadamente dos elementos a serem utilizados no embasamento do retábulo e tribuna, que deveria possuir um alicerce com a espessura de 8 palmos (Vinhas, 1998, p. 164).

Também um acordo da empreitada de carpintaria¹⁹¹ na ala sul do claustro sudoeste constitui uma exceção em relação aos restantes espaços e permite compreender alguns dos procedimentos inerentes a esta atividade durante o século XVIII.

O acordo estabelecido entre o convento e os mestres carpinteiros contempla a execução de uma obra de carpintaria com procedimentos semelhantes aos contratos de pedraria, nomeadamente com elementos relativos ao valor a pagar pela intervenção, a descrição detalhada do programa e as condições das partes.

A empreitada contratada aos mestres Miguel Martins e Manuel de Sousa Lemos, respetivamente oriundos do Porto e de Matosinhos, foi orçamentada em 3.150\$000 réis e incluía um amplo conjunto de trabalhos de carpintaria, desde o travejamento e colocação de soalho em diversos espaços à execução e colocação de portas, janelas e paredes divisórias de tabique nas celas e no dormitório. A empreitada incluía ainda a colocação do forro da “nova área residencial” formada pelas celas, hospedaria, varanda, “*secretas*” e a armação dos telhados (Vinhas, 1998, p. 210).

O documento apresenta um grau de detalhe da participação do convento que vai desde orientações para o arranque e corte das árvores à serração e confeção das tábuas. Outros elementos incluíam o fornecimento do risco de orientação para a execução das estruturas e a participação na tarefa de vedar determinados elementos com chumbo (Vinhas, 1998, p. 210).

O documento regista, igualmente de forma minuciosa, todo um conjunto de instruções relativas à execução das diferentes estruturas em madeira. Dessas instruções, consta a forma como o travejamento deveria ser feito no sentido ascendente, assim como o tipo de traves e o seu distanciamento, o tipo e dimensões de tábuas para o soalho, os elementos dos tabiques a construir nas divisões das celas, os forros “oitavados” dos dormitórios e um forro tipo abóbada de berço na hospedaria. Relativamente a portas e janelas, explicita a forma das aplicações e o tipo de caixilharia. Para a varanda contempla um entablamento semelhante ao do novo dormitório¹⁹². Finalmente, para as secretas, uma execução com recurso a tabiques e para o telhado o sistema de armação específico (Vinhas, 1998, p. 209).

Quanto às obrigações, ficava à responsabilidade do convento, para além do já referido pagamento, o fornecimento das ferragens e da madeira, incluindo o seu transporte para o estaleiro. Caberia aos

¹⁹¹ O documento identificado por Joaquim Vinhas no Arquivo Distrital de Braga, segundo o autor, mesmo que não datado, deverá ter servido como rascunho para a escritura pública estabelecida com os mestres carpinteiros.

¹⁹² Segundo Joaquim Vinhas (1998, 198), os vestígios desta varanda já não existem de vido às alterações promovidas pelos proprietários na sequência de um incêndio ocorrido em 1898.

mestres carpinteiros procederem ao abate e serração da madeira, neste caso castanhos e pinheiros, bem como fornecerem os gatos de ferro e pregos (Vinhas, 1998, p. 209).

O contrato de 1697 incluía também um conjunto de cláusulas respeitantes à logística, limpeza e reparação de possíveis danos. Os construtores deveriam proceder à deslocação do presbitério onde assim se justificasse, lajear o espaço, proceder à reparação dos elementos pétreos que se danificassem, bem como proceder à limpeza do espaço da capela-mor. Ficaria ainda sob responsabilidade dos construtores a abertura de todas as fundações e o fornecimento de todos os materiais necessários no âmbito do seu ofício (Vinhas, 1998, p. 165).

A importância destes contratos reveste-se igualmente de grande importância para os estudos acerca dos custos da construção em termos monetários, fixando montantes e prazos de pagamento, assim como penalizações em caso de incumprimento. No caso do contrato de 1697 o valor acordado com o Padre-reitor de Vilar de Frades para a empreitada foi fixado em 870\$000 réis, numa modalidade de 70\$000 réis no momento de assinatura do contrato e o valor restante, 800\$000 réis, repartidos em prestações mensais de 100\$000 réis (Vinhas, 1998, p. 166). O prazo estabelecido para a entrega da obra estava acordado para o Natal de 1697. Em caso de atraso por parte dos construtores, os mesmos teriam de abdicar de 400\$000 réis do seu pagamento (Vinhas, 1998, p. 166).

Quanto às obrigações do convento, este contrato estabelecia que, para além do montante monetário anteriormente referido, os padres teriam de fornecer determinadas matérias-primas, nomeadamente madeira, cal e saibro, assim como o transporte de pedra e fornecimento dos gradeamentos (Vinhas, 1998, p. 166). O convento estava também obrigado a fornecer refeições e alojamento a um dos mestres-construtores, assim como dar residência e cozer pão para todos os oficiais presentes na obra (Vinhas, 1998, p. 166). Relativamente às garantias dadas pelos intervenientes, em caso de quebra do contrato os construtores colocavam as “...*suas pessoas e bens*...”. Já o convento colocava os bens e rendas de Vilar de Frades como garantia (Vinhas, 1998, p. 163 e 166).

Todavia, numa análise mais abrangente, para a amplitude geográfica do Noroeste da Península Ibérica o complexo de Vilar de Frades assume uma importância *sui generis* relativamente à informação que as fontes manuscritas existentes providenciam sobre os investimentos no edificado.

Uma parte considerável dos registos dos valores despendidos nas empreitadas, sobretudo para o século XVI, provem da crónica do Padre Jorge de São Paulo. Segundo o próprio, a aferição dos valores registados para os diferentes espaços assenta em documentos consultados no cartório, informações orais ou avaliações efetuadas com o recurso à peritagem de construtores e desconto da inflação.

Outro tipo de fontes, nomeadamente para as obras realizadas a partir do século XVII a informação provém também dos próprios contratos estabelecidos com os construtores, portanto um valor mais aproximado do investimento efetuado, mas também uma evidência dos valores praticados na construção da época moderna.

Os valores investidos na igreja do século XVI, comparativamente aos restantes espaços, refletem no âmbito da construção monástico-conventual a importância do edifício da igreja ainda na transição para a época moderna.

Comparativamente, o valor despendido na capela-mor e no transepto (3250\$000¹⁹³), que contou com a participação do Arcebispo D. Diogo de Sousa e suas sobrinhas D. Teresa e D. Leonor, corresponde praticamente ao dobro despendido na construção dos dormitórios do claustro sul ao longo do mesmo século (1716\$000¹⁹⁴).

Importa para o contexto dos espaços monástico-conventuais do Noroeste Ibérico o facto de o valor despendido na capela-mor e no transepto contemplar a construção de três abóbadas nervuradas. Pela sua complexidade técnica e artística, grande parte do valor deverá ter sido alocado para a abóbada que constitui um tipo de estrutura replicado em vários espaços monástico-conventuais do Noroeste da Península Ibérica.

Poderá também ser relevante para o contexto do Noroeste da Península Ibérica compreender o impacto da figura do financiador externo, ou beneficiador, na capacidade de edificação das instituições monástico-conventuais. Uma prática, todavia, que parece desaparecer em época moderna.

Todavia, o pouco valor despendido no corpo da igreja (930\$000¹⁹⁵), menos de três vezes do valor da capela-mor e transepto, parece refletir e justificar a debilidade e as patologias de raiz da edificação.

Sobre a reforma do corpo da igreja realizada no século XVII, na qual foram despendidos 4830\$000¹⁹⁶ réis, à semelhança da capela-mor e transepto, grande parte do investimento deverá ter sido alocado à construção da abóbada nervurada.

Relativamente ao claustro, apesar de não ser possível aferir na totalidade os valores despendidos nos diferentes espaços, entre os séculos XVI e XVII, os valores despendidos nos dormitórios e em algumas ações como lajeamentos e construção de escadas permitem chegar a um valor que rondará os

¹⁹³ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

¹⁹⁴ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

¹⁹⁵ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

¹⁹⁶ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 357.

1716\$000¹⁹⁷ réis. Um valor um pouco superior a um terço do valor investido na capela-mor e no transepto da igreja.

Este valor, apesar de certamente não refletir o real investimento realizado no claustro sul de Vilar de Frades, poderá revelar uma tendência mais geral para a realização de uma construção menos artística e mais funcional, paulatinamente a tender para um tipo de construção mais corrente, neste caso em comparação com o espaço da igreja, como a construção do claustro sudoeste nos séculos XVII e XVIII parece confirmar.

O claustro sudoeste conforma o espaço onde se concentra o maior investimento, ascendendo parte dos valores conhecidos aos 16497\$000¹⁹⁸. Um valor avultado em comparação aos anteriores, mas que corresponde a um conjunto de empreitadas mais recentes e por isso mais inflacionadas, com uma volumetria edificada bastante maior e que têm como fontes os contratos estabelecidos com os construtores. Neste sentido, provavelmente mais aproximados do real valor do investimento efetuado.

As edificações dos claustros de Vilar de Frades são suportadas exclusivamente pelo convento, desaparecendo, como já referido, a figura do benfeitor. A capacidade de autofinanciamento na construção mostra que as comunidades monástico-conventuais em época moderna, certamente fruto do património herdado da época medieval, possuem formas de gerar riqueza e suportar os investimentos efetuados na expansão e reforma do edificado.

No âmbito da organização do estaleiro, as referências de natureza logística são escassas, subentendendo-se que esta responsabilidade caberia aos construtores. De forma muito residual, apenas é referida a autorização para a construção de estruturas temporárias para proteção do estaleiro. Um exemplo desse tipo de consentimento consta do acordo para a construção da ala sul do claustro sudoeste, em finais do século XVII, no qual se refere especificamente que poderiam os mestres responsáveis construir um telheiro para nele trabalharem com os seus oficiais (Vinhas, 1998, p. 190).

Pelo que a construção do claustro sudoeste permite aferir¹⁹⁹, as empreitadas de carpintaria, ainda que muito menos presentes no registo, seguem em época moderna uma fórmula semelhante à das obras de pedraria. Salvo as devidas diferenças inerentes ao ofício de carpintaria, os acordos incluem primeiramente todas as indicações e instruções para a execução da empreitada, seguindo-se a descrição dos meios e materiais a serem fornecidos pelo convento e pelos carpinteiros.

¹⁹⁷ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fls. 360 a 364.

¹⁹⁸ *Epílogo e Compêndio...*, ADB – FMC, MS. 924, fl. 363.

Obrigações da obra do dormitório novo..., ADB – NB, L° 763, fls. 90-91.

Dizemos nos o muito reverendo padre..., ADB – FMC, L 22, fls. 414-415.

Apontamentos da obra de carpintaria..., ADB – FMC, L 22, fls. 416-417v.

¹⁹⁹ *Apontamentos da obra de carpintaria...*, ADB – FMC, L 22, fls. 416-417v.

Relativamente à organização dos construtores nas obras de Vilar de Frades conserva alguns traços transversais aos séculos XVI, XVII e XVIII. Desde o século XVI que as empreitadas registam a existência de vários artistas associados à mesma obra. Sobre a primeira empreitada de construção da igreja, desconhecendo-se o processo de arrematação da obra, tem sido aventada a possibilidade de o risco da obra pertencer a João de Castilho (Genin, 2018, pp. 43–45), tendo João Lopes funcionado como colaborador do mestre biscainho (Lancastre, 1991, pp. 186–189).

O regime de subempreitada torna-se sobretudo evidente nos primeiros anos do séculos XVIII, nas obras do claustro sudoeste, onde a obra da ala poente do claustro sudoeste onde a empreitada é contratada pelo mestre-pedreiro Manuel Fernandes da Silva e dirigida por António Correia (Vinhas, 1998, p. 205). Outro exemplo ocorre na construção da ala sul, onde uma empreitada contratada a Manuel Fernandes e André Martins é passada a um pedreiro de nome Amaro Pinto da Costa (Vinhas, 1998, p. 215).

Outra característica das empreitadas modernas em espaços monástico-conventuais reporta-se às associações estabelecidas entre construtores. De facto, a formação de sociedades na construção conforma uma prática comum nas obras de época moderna, raramente arrematadas por um único construtor (Alves, 1992, p. 338), uma prática que naturalmente também se regista nos espaços monástico-conventuais modernos da Galiza (Bonet Correa, 1984, p. 189).

Por norma, no caso de Vilar de Frades, estas associações acontecem entre dois mestres-pedreiros que arrematam a obra e recorrentemente estão obrigados a que pelo menos um deles esteja sempre presente no estaleiro. Assim acontece, por exemplo, com a obra de pedraria do prolongamento da capela-mor, arrematada por Pascoal Fernandes e João Moreira, em 1697 (Vinhas, 1998, pp. 161–164), com a obra de pedraria da ala sul do claustro sudoeste, arrematada por Manuel Fernandes e André Martins, em 1698, ou ainda com a obra de carpintaria do claustro sudoeste, arrematada por Miguel Martins e Manuel de Sousa Lemos, no início do século XVIII (Vinhas, 1998, p. 216).

Outro aspeto a sublinhar na construção da época moderna relaciona-se com a mobilidade dos construtores. No caso do Convento de Vilar de Frades, partir de finais do século XVI denota-se uma mudança na mobilidade dos construtores que realizam obras.

Uma questão indissociável da promoção das obras, no século XVI regista-se em Vilar de Frades uma capacidade de atração por construtores de maior renome como João de Castilho e João Lopes.

Todavia, desde finais do século XVI, os construtores chamados a Vilar de Frades possuem já uma expressão regional ao nível do norte de Portugal, originando de cidades como Braga, Porto e respetivas periferias.

Para as obras da reforma da ala nascente do claustro sul, em 1593, é chamado o mestre João Coelho Lopes, de Guimarães (Vinhas, 1998, p. 118). As obras do prolongamento da capela-mor, em 1697, são entregues a Pascoal Fernandes, cuja atividade adquiriu particular importância no Porto e em Braga (Alves, 1985, p. 259), e João Moreira, oriundos da zona do Porto (Vinhas, 1998, p. 161).

Nos inícios do século XVIII, nas empreitadas do claustro sudoeste, encontra-se o Mestre Manuel Fernandes da Silva, sediado na cidade de Braga, onde de resto desenvolveu grande parte da sua atividade (Vinhas, 1998, pp. 199–200), e nas obras da ala sul do claustro os mestres pedreiros Manuel Fernandes e André Martins, ambos do Porto (Vinhas, 1998, p. 215).

3. Vilar de Frades e a construção monástico-conventual do Noroeste ibérico

No âmbito geográfico do Noroeste ibérico a construção do complexo monástico-conventual de Vilar de Frades possui um conjunto de traços que se revelam comuns à construção monástico-conventual dos espaços masculinos implantados em meio rural e de fundação monástica. O primeiro e mais evidente é referente ao plano monástico. Um aspeto planimétrico fundamentado pela questão da orgânica dos espaços, mas que acaba por funcionar com uma matriz construtiva centrada no edifício da igreja e em torno da qual se desenvolvem diferentes edifícios, construídos de forma individual, mas articulados entre si e a igreja.

A funcionalidade deste plano para a construção, no entanto, verifica-se sobretudo pela sua perduração no tempo, ocorrendo desde a época medieval até à última reforma do século XIX.

Um segundo traço está relacionado com a importância do edifício da igreja. Como referido, a igreja estabelece-se como a unidade principal do complexo concentrando o seu edifício o maior investimento e o tipo de construção mais específica.

Uma construção que segue os preceitos dos espaços eclesiais, mas cujos espaços revelam uma execução e uma escolha de materiais tendencialmente mais cuidada e onde sobressai o cariz de plasticidade associado aos elementos construtivos, por via da escultórica, onde a função de construtor e artista/ escultor se intersejam.

Um último traço que parece acompanhar a evolução construtiva dos espaços monástico-conventuais ao longo do tempo está relacionado com a ampliação dos espaços. A reforma e edificação de claustros em época moderna aparentam possuir um tipo de construção mais aproximada dos edifícios civis, possivelmente, numa aproximação ao tipo de claustro implantado em meio urbano.

Neste sentido, a abordagem e os resultados obtidos no estudo de Vilar de Frades poderá ser aplicada a uma realidade bastante mais abrangente do Noroeste ibérico, nomeadamente aos complexos situados na Galiza e para os quais existe já uma tradição de estudos efetuados em diferentes áreas de investigação que se podem complementar.

Considerando aspetos como a tipologia dos edifícios, a sua conservação e o tipo de intervenções técnicas e de investigação ocorridas ao longo do tempo em Vilar de Frades, torna-se pertinente observar abordagens semelhantes efetuadas a edifícios eclesiásticos, assim como o enquadramento teórico metodológico, o objeto e os objetivos dos estudos que têm incidido sobre os complexos monástico-conventuais na área geográfica aqui considerada.

Tendo em consideração a diversidade tipológica de edifício religiosos existentes no Noroeste ibérico, o alargamento geográfico para a observação de espaços onde possa ser replicada a abordagem efetuada em Vilar de Frades poderá, inclusivamente, incluir outros edifícios eclesiásticos que possuam uma maior amplitude cronológica e uma maior diversidade de elementos, técnicas e materiais construtivos, formando uma contribuição mais alargada para o estudo da construção monástico-conventual em particular e da construção eclesiástica no geral.

Partindo do princípio de que o Noroeste ibérico constitui um horizonte de maior diversidade tipológica, construtiva e maior amplitude cronológica, torna-se relevante identificar e rever os resultados dos estudos mais recentes relacionados com o estudo de edifícios religiosos de forma a compreender a incidência destes sobre os espaços monástico-conventuais e a pertinência dos resultados obtidos para esta temática.

No contexto do território da Galiza, é possível identificar investigações e intervenções sobre o edificado monástico-conventual que podem ser agrupadas pelo contexto em que ocorrem, pese embora se possam observar diferentes tipos de abordagem num mesmo contexto.

Todavia, os estudos efetuados mais recentemente conduzidos surgem de contextos de emergência de áreas de investigação como a Arqueologia da Arquitetura e a História da Construção, assim como, no plano mais técnico, de intervenções técnicas associadas ao restauro e fruição do património edificado.

A diversidade e multiplicidade de áreas de investigação que orbitam em torno do edifício como objeto de estudo comum, que tem vindo a formar discursos paralelos, possui um cariz multidisciplinar congregador que à semelhança do que foi aplicado em Vilar de Frades pode motivar um estudo mais complementar da construção.

Neste sentido, considerando que uma abordagem é mais completa quanto mais multidisciplinar for, a identificação dos diferentes tipo de intervenções que beneficiam o estudo do edifício e da construção

permite lançar bases para a sua aplicação nos edifícios cujo potencia se revela pela diversidade de abordagens diferenciadas que têm sido efetuadas de forma individual.

A emergência da Arqueologia da Arquitetura e da aplicação do método estratigráfico aos edifícios conservados à superfície no espaço do Noroeste ibérico relançou o interesse académico da Arqueologia pelos edifícios de cronologia alto-medieval.

O alargamento da investigação arqueológica às edificações históricas verificou-se sobretudo ao nível de edifícios eclesiásticos como as denominadas igrejas alto-medievais. Um conjunto de edifícios de número reduzido e tanto quanto se sabe não estão diretamente associadas a dependências monásticas.

Todavia, tendo em consideração a sua importância cronológica para o estudo da construção monástico-conventual, no sentido em que poderão ser úteis para caracterizar o tipo de construção praticado na época alto-medieval, os resultados destas intervenções são relevantes para o presente estudo pela forma como a abordagem estratigráfica a estes edifícios revela uma diacronia construtiva que extravasa para a época moderna e contemporânea.

No referido contexto de experimentação metodológica no âmbito da Arqueologia da Arquitetura, edifícios como a igreja de *Santa Eulalia de Bóveda* (Lugo) (Blanco-Rotea *et al.*, 2009; Mañana-Borrazás, Rodríguez Paz e Blanco-Rotea, 2008), *San Fiz de Solovio* (Santiago de Compostela) (Mañana-Borrazás, Rodríguez Paz e Blanco-Rotea, 2008), *Santa Eufemia de Ambía*, *San Xés de Francelos* e *San Martiño de Pazó*, (Sánchez-Pardo, Blanco-Rotea e Sanjurjo-Sánchez, 2017) e mais recentemente cerca de 150 igrejas galegas rurais incluídas num projeto de investigação (Sanjurjo-Sánchez, Blanco-Rotea e Sánchez-Pardo, 2019) constituem exemplos de como o recurso a novas tecnologias de levantamento e de leitura das diferentes fases cronológicas podem ser abordadas de uma forma transversal para o estudo da construção, indo além do estudo e reconstituição do edifício original.

No caso da paradigmática igreja de *Santa Eulalia de Bóveda* e de *San Fiz de Solovio*, por exemplo, o recurso a tecnologias como o *laser scanner* terrestre constituiu um recurso importante para agilizar a representação, a análise do objeto arqueológico e arquitetónico, tendo em vista a documentação das diferentes fases e reconstituição tridimensional dos edifícios (Mañana-Borrazás, Rodríguez Paz e Blanco-Rotea, 2008, p. 15). A aplicação desta tecnologia aos espaços monástico-conventuais e outros edifícios de grandes dimensões poderia ser pertinente não apenas pelos motivos acima mencionados, mas também pelo facto de constituir, a par com a fotogrametria, um meio de levantamento de estruturas interiores dificilmente acessíveis como as abóbadas e grandes paramentos.

No caso de *Santa Eulalia de Bóveda*, outro tipo de estudo sobre este edifício tem procurado fazer o levantamento da volumetria do edifício atual, proceder à sua análise e chegar ao edifício original. Um

objetivo bastante comum nos estudos na área da Arqueologia da Arquitetura que incidem sobre edifícios desta cronologia.

Não obstante, após o levantamento, foi seguida uma abordagem que consistiu na análise de determinadas estruturas e reminiscências de elementos construtivo, como a abóbada da aula e os arranques dos arcos com os muros da cabeceira da abside, para tentar reconstituir o edifício original. A análise destas estruturas tem permitido realizar leituras estratigráficas e proceder à definição de hipotéticas fases construtivas no edifício (Mañana-Borrazás, Rodríguez Paz e Blanco-Rotea, 2008, p. 26). Uma abordagem pertinente que nos espaços monástico-conventuais poderá auxiliar a caracterização técnica, comportamental e funcional de algumas estruturas e elementos construtivos existentes nos diferentes edifícios destes espaços.

Um outro estudo realizado no edifício de *Santa Eulalia de Bóveda* (Blanco-Rotea *et al.*, 2009), mais aprofundado do que o anteriormente referido, apresenta uma abordagem qualitativa centrada na evolução e caracterização construtiva do edifício, onde para o efeito se procede à divisão do edifício em diferentes fases construtivas, à análise planimétrica e ao estudo dos elementos construtivos, nomeadamente a constituição dos muros e das abóbadas.

O referido estudo mantém o foco da análise na interpretação do edifício alto-medieval. Todavia, a inclusão da análise das restantes fases construtivas, nomeadamente das mais recentes, poderá constituir um contributo pertinente para um estudo cronologicamente mais amplo da evolução da construção eclesiástica do Noroeste Ibérico.

A investigação conduzida no âmbito do projeto EMCHAHE (*Early Medieval Churches: History, Archaeology and Heritage*) (Sanjurjo-Sánchez, Blanco-Rotea e Sánchez-Pardo, 2019), com uma amostra bastante expressiva de cerca de 150 edifícios analisados, apesar de integrar o estudo territorial e social das igrejas alto-medievais, constitui uma forma de abordagem igualmente válida para o estudo dos espaços monástico-conventuais.

Da execução do projeto, registam-se resultados de âmbito geral relativos ao estudo da construção, nomeadamente a heterogeneidade das construções que parecem fugir aos padrões construtivos da época, os edifícios que exibem características construtivas como a reutilização de materiais na construção e ainda uma maior antiguidade de algumas técnicas construtivas que tradicionalmente têm sido veiculadas como mais tardias (Sanjurjo-Sánchez, Blanco-Rotea e Sánchez-Pardo, 2019, p. 608).

Os estudos desenvolvidos na área da História da Construção revelam uma tendência diferente relativamente a edifícios eclesiásticos, onde se observa uma maior diversidade de tipologias de edifícios,

nomeadamente incluindo espaços monástico-conventuais, mas centrada no estudo individual de uma tipologia de estruturas, particularmente nas abóbadas dos séculos XVI e XVII.

Neste sentido, as abordagens efetuadas neste âmbito, importantes para o conhecimento quer da morfologia dos elementos construtivos quer da sua função mecânica, por norma não possuem uma continuidade para as restantes estruturas. Continuidade essa que poderia complementar, por exemplo, as abordagens mais centradas na evolução cronológica construtiva realizadas no âmbito da Arqueologia da Arquitetura.

Na generalidade, os estudos mais recentes realizados no âmbito desta área de investigação seguem uma postura mais tradicionalista, que recorre ao estabelecimento de paralelismos e análises comparativas no estudo de estruturas situadas em diferentes edifícios. Um método recorrentemente utilizado pelas correntes estilísticas que tem permitido traçar, por vezes, a deslocação de construtores e saberes e a transmissão de formas e processos construtivos dentro do Noroeste ibérico.

Por vezes, entre as áreas da Arqueologia da Arquitetura e da História da Construção assiste-se a uma sobreposição do objeto de estudo, onde o mesmo edifício é estudado com métodos distintos, ainda que convergentes nos resultados, mostrando assim a complementaridade metodológica destas duas áreas de investigação. Como exemplo, sobre as já referidas igrejas de cronologia visigótica, amplamente abordadas no âmbito da Arqueologia da Arquitetura, têm surgido estudos no âmbito da História da Construção centrados nas abóbadas das igrejas alto-medievais na península ibérica (Utrero Agudo, 2000). Estudos que demonstram que os edifícios de cronologia tardo-medieval situados no Noroeste ibérico, como as capelas de São Frutuoso de Montélios (Braga), São Pedro de Balsemão (Lamego) e *Santa Comba de Bande* (Ourense), não possuem um tipo de construção específico, divergindo quanto à execução, técnicas e materiais construtivos aplicados nas estruturas.

Quanto às abordagens na área da História da Construção que incluem espaços monástico-conventuais, estes têm sobretudo incidido sobre o estudo de abóbadas nervuradas. Um bom exemplo é o estudo que aborda várias abóbadas nervuradas galegas (Freire-Tellado e Tarrío Carrodeguas, 2015), que se centra em particularidades construtivas como os arranques e os painéis das abóbadas para a identificação de diferentes soluções arquitetónicas e classificação ao nível das abóbadas. No referido estudo, dos vários espaços abordados pelos autores, destacam-se várias estruturas existentes em complexos monástico-conventuais que revelam características estruturais semelhantes ao complexo de Vilar de Frades. A análise inclui espaços monástico-conventuais como as abóbadas da nave da igreja do mosteiro beneditino de *San Estevo de Ribas de Sil* (Ourense), do claustro processional do mosteiro beneditino de *San Salvador Celanova* (Ourense), do claustro do mosteiro beneditino de *San Juan de*

Poyo, das naves colaterais da igreja do mosteiro beneditino de *San Lourenzo de Carboeiro*, da sacristia do mosteiro cisterciense de *Santa Maria de Oseira* (Ourense), do claustro do mosteiro cisterciense de *Santa Maria de Oia* e da nave central da igreja do convento franciscano de *San Diego de Canedo* (Freire-Tellado e Tarrío Carrodeguas, 2015, pp. 594–596).

Os autores sugerem, todavia, que a análise das abóbadas do ponto de vista construtivo está em grande parte dependente do estudo das soluções dos arranques, sendo que o sistema de classificação destes é aberto e pode ser aplicado a diferentes tipos de abóbadas. A definição do tipo de arranques por parte dos construtores tanto estão relacionadas com as questões técnicas como com as questões de desenho e de expressão (Freire-Tellado e Tarrío Carrodeguas, 2015, p. 599).

No mesmo sentido, na igreja de *San Francisco de Betanzos* (Corunha), um espaço célebre do gótico mendicante (Bello Alonso, 2011, p. 113), tem sido estudada a função das mísulas dos arcos torais, equiparadas em termos de funcionamento a semi-colunas (Bello Alonso, 2011, p. 114).

Caraterísticas que podem ser observadas, por exemplo, na igreja de Vilar de Frades entre as abóbadas da capela-mor, do transepto e da nave, onde as duas primeiras possuem uma maior uniformidade ao nível das mísulas e dos arranques, sendo que na abóbada da nave estes são bastante mais alongados e os desenhos muito mais localizado.

O estudo localizado de estruturas em espaços monástico-conventuais regista-se também de forma individual no caso do convento franciscano de *San Lorenzo de Trasouto* (Freire-Tellado, 2005) e no mosteiro beneditino de *San Martín Pinario* (Freire-Tellado, 2019), ambos em Santiago de Compostela, nos quais têm sido estudados aspetos como a constituição, o processo construtivo e comportamento mecânico de diferentes tipos de abóbadas. Uma abordagem que recai sobre a compreensão da função mecânica através da morfologia destes elementos, simultaneamente mostrando que a correta leitura dos elementos construtivos pode ajudar também a estabelecer as etapas do edifício (Bello Alonso, 2011, p. 120).

No caso do mosteiro de *San Martín Pinario* (Freire-Tellado, 2019), sobressai a abordagem a um conjunto de abóbadas edificadas entre os séculos XVI e XVII, sendo particularmente importante a inclusão de estruturas de cronologia posterior ao século XVI. Já em *San Lorenzo de Trasouto* (Freire-Tellado, 2005), a inclusão da abóbada plana da sacristia resulta numa abordagem pouco comum a este tipo de estruturas.

Outro complexo de grande potencial para o estudo da construção monástico-conventual, que possui a particularidade de ter conhecido uma dupla filiação (beneditina e cisterciense) e de ter passado por várias reformas construtivas durante as épocas medieval e moderna é o mosteiro de *Santa Maria de*

Carracedo (Carracedelo). As últimas abordagens efetuadas ao edificado deste espaço, enquadradas num projeto de restauro, congregaram fontes arqueológicas e documentais com o objetivo de proceder à definição funcional dos espaços (Alonso-Muñoyrreno, 2005, p. 781).

Por exemplo, a análise efetuada sobre o claustro quinhentista deste mosteiro constitui um paralelismo pertinente para o tipo de reforma efetuada no claustro de Vilar de Frades durante o Século XVI. Apesar de não haver no claustro sul do século XVI de Vilar de Frades referências à existência de abóbadas nas galerias do claustro, o levantamento das características construtivas tendo por base a análise visual dos elementos como a disposição regular do espaço, a constituição da sala capitular, da sacristia, da cozinha e de outras dependências do claustro quinhentista de *Bierzo*, a caracterização do claustro com (Alonso-Muñoyrreno, 2005, p. 786), aludem, de facto, ao tipo de claustro quinhentista construído em Vilar de Frades.

Os projetos de reabilitação e ações de conservação de edifícios históricos, recorrentemente, têm por objetivo a conversão de mosteiros e conventos em espaços de lazer e turismo ou em monumentos de fruição cultural. Tendo em consideração elementos variáveis como a finalidade e dimensão do projeto e o conhecimento histórico e as patologias existentes nos espaços, tais projetos podem suscitar a necessidade de um conjunto de intervenções de caráter técnico e multidisciplinar, cujos resultados podem constituir uma fonte de dados para o estudo da construção. Pela sua natureza intrusiva, estas intervenções constituem momentos de exceção da qual resultam vários registos e levantamentos de superfícies e elementos construtivos de grande pertinência para os estudos não intrusivos, uma vez que permitem observar a constituição de estruturas que normalmente não se encontram visíveis ou acessíveis.

Tomando como exemplo o caso de Vilar de Frades, as intervenções arqueológicas não só permitiram lançar novos dados e interpretações sobre o edificado medieval como também recolheram dados sobre elementos e estruturas construtivas, nomeadamente alicerces, pavimentos e infraestruturas de salubridade.

A contribuição das intervenções arqueológicas efetuadas neste contexto é particularmente importante para o estudo da construção monástico-conventual no Noroeste ibérico, por exemplo, para o estudo dos pavimentos que, como já referido, constituem a exposição destas estruturas de grande ao desgaste e a utilização de materiais perecíveis na sua execução fazem com que sejam elementos de conservação reduzida. A identificação destas estruturas como os pavimentos ou de estruturas relacionadas com estes, mesmo em cronologias mais recentes, pode ser um complemento para um estudo de execução difícil no âmbito não intrusivo do edificado conservado.

Todavia, tratando-se de conjuntura muito específica de intervenções técnicas que envolvem frequentemente vários ramos profissionais e que atuam para dar resposta a necessidades pontuais e concretas, estas nem sempre são de fácil documentação. No espaço do Noroeste ibérico espanhol, a juntar à investigação produzida nas áreas da Arqueologia da Arquitetura e da História da Construção, registam-se algumas intervenções arqueológicas efetuadas em contexto de projetos de reabilitação em espaços monástico-conventuais, muitos dos quais já referidos anteriormente, que exemplificam a sua valência para o estudo da construção monástico-conventual.

Tratando-se de complexos monástico-conventuais com tradição historiográfica, à semelhança da abordagem efetuada em Vilar de Frades para o presente estudo, o cruzamento dos dados provenientes destas intervenções com outras fontes e a própria historiografia poderão igualmente integrar novas interpretações para o estudo construtivo destes espaços.

Neste sentido, a partir de um conjunto de intervenções ocorridas datadas da primeira década do século XXI, é possível identificar três tipos de intervenções ocorridas em contexto de reabilitação patrimonial.

Um primeiro tipo de intervenção, que integra os designados estudos de impacto no subsolo, traduz-se na realização de sondagens e acompanhamentos dos quais resultam maioritariamente a exumação de estruturas subterrâneas como canalizações, enterramentos, fundações, vestígios de elementos construtivos e por vezes entulhos de obra.

Quanto a exemplos de intervenções arqueológicas no subsolo, são particularmente relevantes as que incidem sobre os espaços claustrais. A este propósito, veja-se o caso do já mencionado mosteiro cisterciense de *Santa María de Oia*, um espaço que se encontra relativamente bem estudado do ponto de vista histórico-artístico (Porto, 2002), a intervenção decorrida por exemplo no pátio das “*laranxeiras*” permitiu compreender que o referido pátio não estava fechado por um terceiro corpo (Luaces Anca, 2006).

A reforçar a importância deste tipo de abordagens para o estudo da construção, a mesma intervenção serviu ainda para identificar elementos recorrentemente subvalorizados no estudo da construção monástico-conventual, como estruturas de saneamento de cronologia moderna e contemporânea e entulho de materiais de construção, possivelmente referentes a várias etapas construtivas do complexo (Luaces Anca, 2006, p. 78).

Outros exemplos de intervenções com resultados semelhantes ocorreram, por exemplo, no mosteiro de *Sobrado dos Monxes*, na Corunha, onde uma intervenção de acompanhamento numa área do espaço claustral permitiu proceder à interpretação de vários momentos construtivos identificados no subsolo e

à definição funcional de várias dependências claustrais (Chao Álvarez, 2006, p. 81). De forma semelhante, no mosteiro de *San Lourenzo de Carboeiro*, em Pontevedra, também ao nível do subsolo foi possível identificar vários elementos afetos aos sucessivos pavimentos desde espaço (Bonilla Rodríguez, 2006, p. 89). Do acompanhamento da intervenção de reabilitação da cobertura e da fachada da igreja do mosteiro de *Samos*, em Lugo, foram identificadas no subsolo várias estruturas arquitetónicas de cronologia moderna, como cimentações de paramentos e escadarias, condutas de água e vestígios de muros (Ladra Fernández, 2008, p. 98). No registo estratigráfico deposicional, os entulhos de obra permitiram exumar elementos arquitetónicos de fases construtivas pré barrocas, tais como fragmentos de cornijas e de colunas (Ladra Fernández, 2008, p. 98). Ainda numa outra intervenção ocorrida neste espaço para a abertura de um acesso no denominado “claustro novo” do mosteiro de Samos, registaram-se estruturas existentes no subsolo como pavimentos modernos, alicerces e cimentações, bem como estruturas de poços e fornos (Ladra Fernández, 2009, pp. 72–73).

Um segundo tipo de intervenção, que se insere no âmbito da gestão patrimonial, tem por objetivo a consolidação e proteção de edifícios que são já considerados como ruína. No âmbito deste tipo de intervenção patrimonial, mais direcionada para a preservação e fruição cultural do património construído, no mosteiro de *San Lourenzo*, em Pontevedra, por exemplo, as ações de limpeza e consolidação das estruturas em ruína permitiram recuperar elementos construtivos (Bonilla Rodríguez, 2008, p. 89).

Um terceiro tipo, que remete para projetos de reabilitação arquitetónica nos quais se realizam memórias dos edifícios e se aplicam metodologias de investigação como a pesquisa documental e leituras de paramentos, tendo em vista a interpretação das fases construtivas dos complexos monástico-conventuais ou de edifícios ou espaços inseridos nestes.

Como exemplo, no mosteiro de San Pedro de Rocas, em Ourense, uma intervenção metodologicamente desenvolvida no âmbito da Arqueologia da Arquitetura teve por objetivo realizar leituras de paramentos e fazer a aproximação ao estudo das fontes documentais (Blanco-Rotea e Rodríguez, 2006).

Para o efeito, procedeu-se ao levantamento funcional dos espaços e à recuperação da sequência construtiva do complexo (Blanco-Rotea e Rodríguez, 2006, p. 96). Das várias etapas construtivas, foram identificados vários espaços de cronologia medieval e moderna, dos quais estudaram a execução técnica de estruturas e elementos construtivos como arcossólios, arcos, portas ogivais e características construtivas dos muros (Blanco-Rotea e Rodríguez, 2006, pp. 96–97). Este tipo de intervenção, apesar de voltado para os períodos mais recuados do complexo, constitui uma base a partir da qual se podem

realizar estudos complementares de caracterização de técnicas e materiais construtivos dos complexos monástico- conventuais.

4. O processo construtivo do complexo monástico-conventual de Vilar de Frades, desde o século XVI até ao século XX

Os elementos construtivos identificados nos diferentes espaços de Vilar de Frades permitem traçar de uma forma relativamente abrangente as tipologias dos elementos construtivos que caracterizam as diferentes fases cronológicas do complexo. Uma caracterização que não é absoluta, pois está condicionada pela própria evolução do edificado, assim como pelas especificidades e limitações da presente abordagem.

De forma geral, os elementos construtivos registados nos espaços de Vilar de Frades revelam procedimentos de construção comuns transversais aos séculos XVI e XX. A predominância transversal ao registo dos elementos pétreos ocorre em todos os espaços existentes na igreja e nos claustros de Vilar de Frades. Mostram a predominância das intervenções de pedraria, desde logo pela definição dos alicerces e paredes que definem fisicamente a volumetria e divisões estruturais do espaço interior, bem como os elementos relativos aos vãos, suportes de estruturas horizontais e pavimentos térreos.

Uma segunda fase, seria a de definição dos elementos horizontais, nomeadamente os pavimentos. Como referido, estes elementos, dos quais subsistem poucos registos pelo seu caráter perecível ou exposição ao desgaste, surgem integrados na estrutura de pedraria podendo dividir-se entre intervenções de pedraria nos pisos térreos e de carpintaria nos pavimentos intermédios.

Uma última fase, ainda mais difícil de identificar no registo e apenas observável em Vilar de Frades na fase mais recente do claustro sul, deveria corresponder aos acabamentos e coberturas, nomeadamente os forros, telhados, revestimentos e aplicações que deveriam corresponder a intervenções de carpintaria.

Em relação às matérias-primas utilizadas na construção de Vilar de Frades, não se regista uma grande diversidade nos espaços analisados conservados. Verifica-se a expectável predominância em todas as fases dos elementos pétreos de litologia granítica e cuja avultada utilização em Vilar de Frades se deve explicar, par além das suas propriedades construtivas, pela abundância, disponibilidade e facilidade de extração nas imediações do complexo.

Apenas nos espaços conservados do século XIX se registam materiais com litologia diferente, como o caso da ardósia e a lioz, utilizadas no pavimento da sacristia situada no claustro sul.

Quanto aos elementos construtivos percíveis, apenas os vigamentos do dormitório do claustro sul conservam elementos originais. Para os vigamentos foi utilizada madeira proveniente de árvores de crescimento rápido como o carvalho.

2.1 Século XV/XVI

Em relação às fases construtivas mais antigas registadas, localizadas na parede sul do claustro sul e possivelmente datadas de um período de transição entre os finais do século XV e inícios do XVI, os vestígios reminiscentes conservam apenas elementos como paredes, janelas, agulheiros e arcossólios, estilisticamente enquadrados na arquitetura vigente nos séculos XV e XVI, que apontam para um investimento na execução e na qualidade dos materiais pétreos.

Nas empreitadas de início do século XVI, é possível observar a existência de dois tipos de construção distinta. No edifício da igreja, as empreitadas da igreja associadas ao arcebispo D. Diogo de Sousa denotam uma continuidade do investimento na qualidade da execução, assim como na realização de estruturas complexas como abóbadas nervuradas e ainda a produção escultórica de elementos decorados.

Nos espaços da capela-mor e do transepto identificam-se elementos como paredes de cantaria com aparelhos regulares assentes em embasamentos também regulares. Associada aos paramentos interiores, composições relativamente simples compostas por elementos como frisos, mísulas e arcos de escação.

Nos paramentos exteriores, destacam-se os diferentes sistemas de contrafortes e vários tipos de aberturas que vão de simples frestas a janelas decoradas e portais interiores de grandes dimensões.

No âmbito dos elementos horizontais, as abóbadas nervuradas constituem os elementos de maior complexidade.

No espaço do corpo, as paredes divergem quanto tipo de elementos e técnicas construtivas. Nos muros laterais da nave, a execução mantém o nível de execução das paredes do transepto e capela-mor. As paredes laterais do corpo, pressupondo menor capacidade de investimento, exibem uma constituição em alvenaria irregular, execução pouco cuidada e revestimento dos paramentos.

O mesmo tipo de execução de parede em alvenaria observa-se ainda nas fases quinhentistas da parede sul do claustro sul, onde se registam aparelhos bastante irregulares, provavelmente revestidos e com aberturas (portas e janelas) de execução simples.

2.2. Século XVII

Os elementos construtivos datáveis do século XVII resultam atípicos e anacrónicos pelo facto de estarem relacionados com a construção da abóbada nervurada da nave central do corpo, uma estrutura que reproduz o mesmo sistema de abóbada da capela-mor e do cruzeiro.

Neste sentido, em associação com a abóbada, foram adicionadas as paredes das capelas laterais, constituídas por um aparelho irregular e paramentos revestidos, contrafortes lancetados na parte superior e contrafortes de secção quadrangular nos paramentos exteriores.

Na parte superior do corpo, afetando também a parte superior do cruzeiro, as adições do século XVII na parte superior do corpo incluem acrescentos das paredes laterais com muros de alvenaria em perpiano, de cariz utilitário, sem ornamentação ou diferenciação arquitetónica, introdução de um friso decorado e reformulação do gablete com um muro de aparelho regular.

2.3. Século XVIII

A construção praticada no século XVIII no espaço da igreja caracteriza-se por ações como a construção do prolongamento do braço norte do transepto e ações localizadas como a abertura de portas e entaipamentos de janelas.

Do prolongamento do braço do transepto norte resultam elementos construtivos como a introdução de abóbadas em material laterício, paredes em alvenaria revestidas e frisos exteriores decorados.

No claustro sul, mantendo-se a estrutura do claustro seiscentista, observa-se a adição de vários portais que poderão ter correspondido a reformas dos espaços interiores no decurso deste século.

Já da edificação do claustro sudoeste, observa-se a introdução de formas e elementos construtivos recorrentes nos edifícios palacianos rococós, ainda que executados de uma forma mais parcimoniosa.

Não obstante, destaca-se a introdução nas galerias das abóbadas de aresta, frisos e cornijas simples e elementos mais elaborados como os vãos das janelas de sacada com consola e molduras rococó.

2.4. Século XIX

A construção de transição entre o século XVIII e o XIX identificada no complexo de Vilar de Frades reporta-se, juntamente com a intervenção da fachada da igreja, à reforma inacabada do claustro sul.

A intervenção no claustro filia-se no tipo de construção do claustro sudoeste, ainda que numa vertente arquitetónica simplificada, registando-se técnicas e materiais anteriormente não identificados em nenhum dos espaços analisados.

Neste sentido, em relação ao mencionado claustro setecentista, as alas edificadas do claustro sul registam uma composição com galerias inferiores com arcadas abertas cobertas por abóbadas de aresta de tijolo maciço diretamente integradas nas paredes e sobrepostas por mísulas falsas e uma parte superior com galeria fechada com janelas de sacada corrida.

Outros elementos registados variam ainda entre as cornijas e frisos simples, aberturas como óculos para iluminação, janelas e portadas de grandes dimensão e elementos funcionais como mísulas para apoio dos travejamentos dos tetos e pavimentos.

Tecnicamente, registam-se estruturas como as paredes em pedraria de dupla face constituídas por aparelhos regulares de maior dimensão. No dormitório do noviciado é possível verificar o recurso a paredes divisórias em tabique, conferindo a esta fase uma maior diversidade de materiais e técnicas aos elementos verticais.

O claustro sul conserva ainda parte dos elementos horizontais conservados, nos quais sobressaem os tetos decorados em madeira e estuque. De pavimentos, apenas identificados no dormitório do noviciado, regista-se o recurso a um piso de soalho simples, assente em vigamento de madeira, como já referido, apoiados nas paredes estruturais.

2.5. Século XX

Os elementos construtivos atribuíveis ao século XX reportam-se às ações ocorridas no contexto de intervenção da DGEMN.

Estas ações, localizadas na igreja e no claustro sul, caracterizam-se por entaipamentos, remontagens e reproduções de estruturas, sistemas e técnicas anteriores, recorrentemente com a introdução de materiais contemporâneos como o betão armado e o tijolo industrial.

Exemplos destas intervenções observam-se na parede testeira e cobertura da capela-mor, na parte superior do corpo da igreja, nas paredes laterais da nave e nas aberturas da parede sul do claustro sul.

Considerações finais

Os resultados obtidos no presente estudo podem ser divididos entre a validação da abordagem metodológica seguida, os resultados obtidos da análise da construção praticada no complexo de Vilar de Frades e a forma como o estudo efetuado em Vilar de Frades poderá contribuir para o estudo mais abrangente da construção monástico-conventual no Noroeste ibérico.

Na realidade, o estudo realizado de Vilar de Frades resulta num exercício de natureza académica que procura, desde logo, contribuir para a vertente teórico-metodológica do estudo histórico e arqueológico de espaços construídos.

No conjunto das considerações teórico-metodológicas, importa realçar a importância da multidisciplinidade dos pressupostos teóricos para o presente estudo. A aproximação da Arqueologia ao estudo dos edifícios conservados enquanto horizontes estratificados possibilita uma adaptação de métodos essenciais para a individualização e ordenação cronológica dos elementos construtivos. Já a História da Construção, apesar de constituir uma área de investigação relativamente recente, permite uma complementaridade de diferentes áreas do saber, conferindo às análises uma abertura para a aplicação de métodos e conceitos que acabam por complementar a abordagem arqueológica.

Como exemplo, as leituras estratigráficas conformam um método essencial para a compreensão da evolução construtiva dos edifícios, permitindo fazer a identificação e o ordenamento construtivos das diferentes fases construtivas.

Todavia, no âmbito do estudo a que nos propomos, tornou-se necessário ampliar a aplicação das leituras estratigráficas dos paramentos para todas as unidades e elementos de um edifício, revestidos ou não, bem como para a individualização e caracterização de cada um dos elementos dentro das diferentes fases construtivas. Para este efeito, tendo em consideração a constituição dos espaços foram desenvolvidos conceitos como o de unidade de referência, elemento construtivo e de interface de ligação estrutural.

Com base na ampliação da aplicação da leitura estratigráfica, foi possível analisar nos diferentes espaços aspetos como a sua constituição, cronologia e função estrutural, sendo particularmente importante para a questão estrutural a complementaridade proporcionada pelas diferentes investigações desenvolvidas na área da História da Construção.

Todavia, a abordagem seguida exhibe limitações que condicionam a análise e os resultados obtidos.

As superfícies rebocadas, desde logo, constituem uma limitação à abordagem não invasiva. Apesar de ser possível identificar os elementos construtivos mais visíveis, não é possível estabelecer a sua relação estratigráfica. A título de exemplo, no caso das abóbadas das capelas laterais não nos é possível aferir a sua articulação com as paredes, um dado que seria importante para compreender a sua fase de construção e a evolução das laterais do corpo da igreja.

De igual modo, dada a impossibilidade de analisarmos estratigraficamente elementos inseridos em estruturas rebocadas, como as janelas da parede norte do corpo, não nos é possível compreender a relação entre dos diferentes elementos construtivos. Os resultados possíveis provêm, assim, apenas da confrontação da macro análise do edificado com a evolução construtiva do edifício.

Outro tipo de limitação, prende-se com a contemporaneidade de muitas das superfícies, sobretudo das horizontais. O estudo dos telhados, das coberturas das salas por cima das capelas laterais e dos pavimentos fica comprometida pela ausência de elementos conservados à superfície, o que provoca uma ausência de estudo relativamente a este tipo de estruturas.

Outro dos objetivos da abordagem efetuada à construção em Vilar de Frades consistiu em contribuir para o aprofundar do estudo da construção deste complexo. Neste sentido, da análise realizada resulta um conjunto de considerações, que englobam questões preexistentes e questões novas, sobre os diferentes edifícios e espaços do complexo.

As principais fases da evolução construtiva da capela-mor já se encontravam identificadas previamente à realização deste estudo e incluíam a edificação do século XVI, a construção do prolongamento, iniciado nos finais do século XVII e o restauro efetuado pela DGEMN, em meados do século XX.

Todavia, das referidas fases, é sobretudo a fase de restauro contemporâneo da DGEMN da capela-mor que permite relançar as questões mais relevantes para o estudo da evolução construtiva do edifício.

Relativamente à intervenção da DGEMN, de facto, esta ocorre numa situação já *in extremis*, após um longo período de degradação e instabilidade estrutural do edifício. Neste sentido, a intervenção da DGEMN foi pautada pela reconstituição e consolidação estrutural da abóbada quinhentista, sendo aplicados, para o efeito, elementos construtivos exteriores concordantes com a época da construção original, ainda que com o emprego de soluções de reforço contemporâneas.

Todavia, para além das questões de âmbito ideológico inerentes à DGEMN no contexto da política de restauro do Estado Novo, não nos é possível comprovar que a intervenção de restauro tenha consistido na reconstituição da capela-mor original da igreja. Se, por um lado, a intervenção constituiu uma resposta técnica correta para a preservação estrutural da parte quinhentista da capela e promoveu a realização de vários registos gráficos e fotográficos importantes para o estudo construtivo do edifício, também teve como resultado menos positivo a anulação de toda uma fase da História construtiva do edifício, nomeadamente do prolongamento moderno, e a introdução de uma entropia construtiva pelo recurso a soluções construtivas genéricas para a época de quinhentos, como é o caso dos contrafortes diagonais.

A assunção de que o restauro da DGEMN constitui uma reconstituição da cabeceira original está sediada no princípio de que a planimetria original da capela não sofreu alterações com a construção do prolongamento do século XVII/XVIII. Uma hipótese que não nos foi possível comprovar, uma vez que não são conhecidas evidências, ou referências nas fontes, que permitam estabelecer uma relação direta entre a morfologia construtiva da capela-mor original e o resultado do restauro efetuado pela DGEMN.

A questão relativa à planimetria e morfologia construtiva da capela-mor quinhentista permanece, pelos motivos referidos, em aberto até surgirem novas evidências e fontes que permitam realizar uma reconstituição devidamente sustentada.

O espaço do transepto, apesar da sua dimensão mais reduzida, revela-se construtivamente e estruturalmente complexo e a principal questão relativamente a este espaço centra-se com a interrupção da empreitada inicial da igreja, que contou com a participação do arcebispo D. Diogo de Sousa e com o início de uma empreitada de características diferentes para a construção do corpo.

De facto, o local de articulação do transepto com o corpo da igreja apresenta elementos que apontam para a plausibilidade das narrativas modernas dos cronistas locais que apontam para a referida diferenciação das empreitadas. No espaço do transepto é possível observar a existência de interfaces estruturais no lado norte que apontam para uma separação construtiva entre o transepto e o corpo da igreja.

No entanto, no lado sul, esta divisão torna-se mais difusa, não sendo possível identificar o mesmo tipo de interface estrutural do lado norte e por isso comprovar de forma não invasiva a forma da articulação estrutural em toda a largura do edifício.

No seguimento dos indícios identificados na transição entre o transepto e o corpo, a caracterização construtiva permite confirmar que o espaço do corpo corresponde a uma empreitada distinta dos espaços mencionados anteriormente e que ainda conserva as principais estruturas dos séculos XVI.

A análise efetuada permite confirmar a preservação das paredes laterais do corpo e avançar como provável a preservação das paredes laterais da nave, uma vez que nelas não se vislumbram interfaces ou outros indícios que apontem para uma cronologia de edificação posterior. No mesmo sentido, elementos como as janelas situadas no topo das paredes da nave aparentam evidenciar uma posição de antiguidade em relação às alterações promovidas no século XVII.

Um dos aspetos mais relevantes da análise do corpo reporta-se à intervenção ocorrida no século XVII. Pela conservação estrutural do corpo do século XVI, a intervenção seiscentista deverá ter consistido numa intervenção apenas centrada na construção da abóbada nervurada atualmente conservada.

Para além da construção da abóbada, as restantes alterações introduzidas no corpo pela referida intervenção deverão ter estado relacionadas com o reforço estrutural do corpo, consistindo na construção de muros de ligação entre os pontos de descarga da abóbada e os contrafortes exteriores e que deverão ter dado origem à solução de capelas laterais intercomunicantes.

Tal como ocorreu na capela-mor, através da análise efetuada foi possível compreender que a parte superior e o telhado do corpo da igreja também passou por um processo de restauro realizado pela DGEMN, em meados do século XX. Este restauro consistiu na remoção de um tramo de parede seiscentista, possivelmente construída para elevar as paredes laterais do corpo e alojar a couraça de argamassada da parte superior da abóbada.

A análise efetuada ao claustro sudoeste permite referir que este espaço é paradoxal para o estudo da construção monástico-conventual dos espaços edificados de Vilar de Frades, mas paradigmático no panorama monástico-conventual do Noroeste ibérico.

No âmbito dos espaços de Vilar de Frades, é paradoxal no sentido em que formula um espaço de estudo com fontes documentais disponíveis sobre várias intervenções, mas sendo um espaço privado condicionado, não é acessível como os restantes outros espaços, que se encontram perfeitamente acessíveis, mas para os quais não existe a mesma riqueza documental.

Simultaneamente, é um caso paradigmático no âmbito da construção monástico-conventual do noroeste peninsular, uma vez, tal como outros espaços do mesmo espaço geográfico, constitui um espaço histórico importante para o estudo da construção, mas que foi privatizado na sequência da extinção das ordens religiosas no século XIX e, como tal, se encontra reutilizado, adaptado a novas formas de utilização.

Todavia, a partir da sua constituição exterior mostra, por um lado, o reflexo do crescimento da congregação a partir do século XVII através do edificado, que não só é expandido em área como em volume. Por outro lado, em contracorrente com os claustros medievais que tendem a adequar-se à igreja, o claustro sudoeste de Vilar de Frades parece exprimir uma aproximação dos claustros à construção mais simples e utilitária que parece ocorrer na época moderna.

Tal como já havia ocorrido no claustro sudoeste, a reforma do século XIX do claustro sul aparenta concretizar a ideia defendida para o claustro sudoeste da materialização de uma construção mais simples e utilitária para os claustros modernos.

Apesar de inacabada, a reforma do claustro sul do século XVIII permite, desde logo, constatar nas alas edificadas uma resposta construtiva mais pragmática e direcionada a necessidade de ampliar o claustro de raiz construtiva seiscentista e de adaptar este espaço às necessidades da congregação de inícios do século XIX.

As alas construídas apresentam diferenças funcionais e construtivas significativas. A ala norte é construtivamente um espaço de continuidade da igreja, tanto no sentido em que a sua funcionalidade é dedicada à circulação entre a igreja e os restantes espaços do complexo como estruturalmente parece providenciar uma espécie de um travamento para a parede sul do corpo da igreja.

A ala sul exhibe uma construção em bloco, na qual é possível observar que a intervenção estrutural de pedraria ocorreu em função dos grandes espaços dos dois primeiros pisos, onde se destaca a complexidade estrutural do sistema do teto em estuque da sacristia, mas também pela construção de um espaço no topo, concebido para a funcionalidade de dormitório, que configura um espaço aberto compartimentado por divisórias em tabique.

Por fim, outro objetivo deste trabalho visou contribuir para o estudo mais abrangente da construção monástico-conventual no Noroeste Ibérico.

Na realidade, o estudo da construção monástico-conventual tendo por base o complexo de Vilar de Frades resultou de um exercício teórico-metodológico aplicado a um complexo monástico-conventuais, mas de aplicação transversal a qualquer edifício histórico, independentemente da sua funcionalidade, morfologia ou constituição.

Neste sentido, quanto à validação da abordagem efetuada, o desenvolvimento do presente estudo realizado no âmbito da área da História da Construção beneficiou da inter e multidisciplinaridade, bem como do cruzamento de diferentes fontes comumente utilizadas no âmbito da Arqueologia, da História e da Arquitetura e do recurso a um conjunto abrangente de técnicas e tecnologias de levantamento aplicadas ao património edificado.

De facto, o presente estudo enquadra-se numa nova área de investigação dos edifícios históricos que não tem por objetivo originar uma rutura disciplinar, mas sim uma convergência de metodologias e pressupostos em torno de um objeto de estudo comum e da transdisciplinaridade.

Tendo por objetivo a complementaridade de investigação, no presente estudo destaca-se, por exemplo, a adaptação das leituras estratigráfica de paramentos, que constitui uma técnica que privilegia a cronologia e identificação das diferentes fases construtivas de uma construção, à leitura construtiva e hierarquizada dos diferentes elementos verticais e horizontais, assim como dos elementos construtivos. Neste sentido, a presente abordagem constitui um método de efetuar uma análise simultaneamente cronológica e evolutiva e estrutural e construtiva, que permite caraterizar os edifícios do ponto de vista qualitativo quanto às estruturas, técnicas e materiais.

A multidisciplinaridade da abordagem torna-se ainda mais relevante com a introdução de conceitos como “unidade de referência” e “interface estrutural”, cuja aplicação permite abordar o edifício em toda a sua complexidade de forma localizada e progressiva, preservando sempre a relação estrutural entre a unidade mais pequena (elemento construtivo) e a unidade maior (edifício).

Da análise efetuada à capela-mor da igreja, é possível destacar, desde logo, algumas das limitações da abordagem na sua aplicação. A título de exemplo, o teto e o pavimento da capela-mor configuram os elementos onde se registam mais intervenções contemporânea e uma maior dificuldade na sua análise. Esta condição, de resto, deverá repetir-se tendencialmente nos restantes espaços, uma vez que poderá estar relacionada com a propensão dos elementos horizontais a um maior desgaste e necessidade de substituição dos seus elementos por razões como o cariz tendencialmente mais perecível das estruturas, o seu uso continuado e a sua exposição a agentes e fenómenos de degradação.

Se em alguns casos, os pavimentos e coberturas se encontram completamente reformados por elementos contemporâneos tornando a sua análise redundante, no caso da capela-mor, onde se verifica

uma remontagem do pavimento e da abóbada, é possível, ainda assim, proceder ao registos das características construtivas deste elementos.

No caso específico da capela-mor da igreja, a abóbada constitui, de facto, a estrutura construtivamente mais complexa deste edifício. Destaca-se, mais concretamente, a conjugação de diferentes soluções e funcionamento estrutural visível a partir do seu seccionamento. A desconstrução do sistema de nervuras com a interação de arcos morfologicamente distintos e do sistema de painéis permite registar visualmente o funcionamento estrutural e geométrico das abóbadas nervuradas tardogóticas de inícios do século XVI.

Relatórios e pareceres técnicos

Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte

ASCENSÃO, Alfredo.; ALVES, Laura.; MARQUES, Eduardo Marinho.; TÉCHNIKÓS; CUNHA, Manuel. **Vilar de Frades. Relatório Diagnóstico**. 199?-200?. Acessível no Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1551, Porto, Portugal.

CINCLUS. Planeamento e Gestão de Projectos, S.A. **P04801. Convento de Vilar de Frades. Relatório Mensal. Nº4. IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico**. Acessível no Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), C.S. 774938, Porto, Portugal.

FREITAS, Vasco Peixoto de. **Parecer sobre o comportamento face à humidade da igreja de Vilar de Frades**. 2002. Acessível no Arquivo da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), DO-1564, E.S. 775712, Porto, Portugal.

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

ANNUNCIACÃO, Padre Lourenço da – **Dizemos nos o muito reverendo padre pregador geral Hieronimo de Santa Maria reitor do convento de Villar de Frades...** [Manuscrito]. 1700. 3 fls. Acessível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal, Fundo Monástico Conventual, L 22. (Segundo cota registada e transcrição efetuada por Joaquim Vinhas (1998, pp. 355–357)) [Contrato].

FARIA, Joseph Leite de – **Contrato da obra que derão os reverendos padres de Vilar de Frades** [Manuscrito]. 1697. 3 fls. Acessível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal, Notarial de Barcelos, Lº 760. (Segundo cota registada e transcrição efetuada por Joaquim Vinhas (1998, pp. 343–346)) [Contrato].

FARIA, Joseph Leite de – **Obrigaçõ da obra do dormitorio novo que derão os reverendos padres de Villar de Frades** [Manuscrito]. 1698. 3 fls. Acessível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal, Notarial de Barcelos, Lº 763. (Segundo cota registada e transcrição efetuada por Joaquim Vinhas (1998, pp. 349–352)) [Contrato].

PAULO, Padre Jorge de São – **Epilogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nascimento, vida & morte dos seus tres fundadores. Da fundação dos seus nove conventos; das suas rendas, encargos, prelados & dos onze hospitais da sua administração & de outras memórias** [Manuscrito]. 1658. 787 fls. Acessível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal, Fundo Monástico Conventual, S. Salvador de Vilar de Frades, Manuscritos, 924 [Crónica].

S. N. – **Apontamentos da obra de carpintaria dos dormitorios novos do convento de Villar** [Manuscrito]. 1705? 3 fls. Acessível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal, Fundo Monástico-conventual, L 22. (Segundo cota registada e transcrição efetuada por Joaquim Vinhas (1998, pp. 366–369)) [Apontamento].

VELLOZO, Marcos – **Saibam quantos este instrumento de contrato e obrigaçõ...** [Manuscrito]. 1593. 10 fls. Acessível no Arquivo Distrital de Braga, Braga, Portugal, Fundo Monástico Conventual, L 20. (Segundo cota registada e transcrição efetuada por Joaquim Vinhas (1998, pp. 297–301)) [Contrato].

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

SODRÉ, Baltazar do Cristo – **Memórias da Colegiada de S. Salvador de Vilar de Frades, iniciadas por Baltazar de Cristo Sodré, versando a forma o da comunidade, os benefícios de benfeitores, as missas a que estava obrigado este mosteiro, com as referências aos sínodos em que estiveram presentes os reitores** [Manuscrito]. 1604. 112 fls. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, Conventos Diversos, S. Salvador de Vilar de Frades, C25, E2, P1, Liv. 1. (Segundo cota registada e transcri o efetuada por Rui Maurício (2000, pp. 133–183)) [Crónica].

Biblioteca Nacional de Portugal

ASCENSÃO, Frei Marceliano d' – **Chronica do antigo Real, e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães, desde a sua primeira funda o até ao presente. Com hum Cathalogo dos DD. Abbades perpetuos Commendatarios, e Abbades Geraes, e o succedido nos seus governos com as vidas dos Monges, que em virtude, letras, e escritos fallecer o no dito Mosteiro** [Manuscrito]. 1745. 631 fls. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal, COD. 11416 [Cr nica].

Legislação

Decreto n.º 136 de 16 de junho do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. **Diário do Governo**: 1ª série. 1910.

Decreto n.º 32:973 de 18 de agosto do Ministério da Educação Nacional – **Diário do Governo**: 1ª série, n.º 175. 1943.

Decreto n.º 7/2013 de 7 de maio da Presidência de Ministros – **Diário da República**: 1ª série, n.º 87. 2013.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge De - **A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C.** [Em linha]. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018 Disponível em WWW:<URL:https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/44227>. ISBN 9789892614793.

ALBERTI, Leon Battista - **The Ten Books of Architecture: The 1755 Leoni Edition.** New York : Dover Publications, 1986

ALMAGRO GORBEA, Antonio - **Levantamiento arquitectónico** [Em linha]. Granada : Editorial Universidad de Granada, 2004 Disponível em WWW:<URL:https://digital.csic.es/>.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira De - Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa. **Revista da Faculdade de Letras: História.** 2:1 (1971) 65–116.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira De - **Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho.** Porto, ed. policopiada : Universidade do Porto, 1978

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira De - O Românico. Em **História da Arte Portuguesa.** Lisboa : Edições Alfa, 1988v. III.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira De - **O Românico.** Lisboa : Editorial Presença, 2001

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira De; BARROCA, Mário Jorge - **O Gótico.** Lisboa : Editorial Presença, 2002

ALMEIDA, Fortunato De - **História da Igreja em Portugal - Volume I.** Porto : Civilização - Editora, 1967

ALMEIDA, Fortunato De - **História da Igreja em Portugal - Volume II.** Porto : Civilização - Editora, 1967

ALMEIDA, Fortunato De - **História da Igreja em Portugal - Volume III.** Porto : Civilização - Editora, 1967

ALONSO-MUÑOYRRENO, Susana Mora - Un monasterio cisterciense en el Bierzo. Em HUERTA, SANTIAGO (Ed.) - **Actas del Cuarto Congreso Nacional de Historia de la Construcción, Cádiz, 27-29 enero 2005.** Madrid : Instituto Juan de Herrera, 2005. p. 783–789.

ALVES, Joaquim Ferreira - Aspectos da actividade arquitectónica no Porto na segunda metade do século

XVII. **Revista da Faculdade de Letras. Historia**. . ISSN 0871-164X. 2 (1985) 251–272.

ALVES, Joaquim Ferreira - Elementos para a história das sociedades entre mestres e pedreiros (séculos XVII e XVIII). **Revista da Faculdade de Letras. Historia**. Porto. 9 (1992) 337–368.

ANDRADE CERNADAS, Jose M. - La introducción de cluny en galicia: Ritmos y resistencias. **Studia Monastica**. 57:1 (2015) 91–109.

ARCE SAINZ, Fernando - Historia de Arte, Arqueología de la Arquitectura y el telescopio de Galileo. **Arqueología de la Arquitectura**. 6:6 (2009) 21–29.

BARREIROS, Manuel De Aguiar - **A Igreja de Villar de Frades**. Porto : Edições Ilustradas Marques Abreu, 1919

BARREIROS, Manuel De Aguiar - **A portada românica de Villar de Frades e o seu simbolismo**. Barcelos : Edições Ilustradas Marques Abreu, 1919

BARROCA, Mário Jorge - Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amarares. **Revista de historia**. IX:1989) 9–61.

BARROCA, Mário Jorge - Mosteiro de Santa Maria das Júnias – Notas para o estudo da sua evolução arquitectónica. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. 11:1994) 417–443.

BARROCA, Mário Jorge - Torres, casas-torres ou casas-fortes. A conceção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (Secs. XII-XV). **Revista de História das Ideias**. 19:1998) 39–103.

BELLO ALONSO, Manuel Marcelino - Estudio de una discontinuidad geométrica y temporal en San Francisco de Betanzos (A Coruña): los « culs-de-lampe » de los arcos fajones del crucero. Em HUERTA, SANTIAGO; GIL CRESPO, IGNACIO JAVIER; TAÍN, M. (Eds.) - **Actas del Séptimo Congreso Nacional de Historia de la Construcción. Santiago de Compostela, 26 - 29 octubre 2011**. Madrid : Instituto Juan de Herrera, 2011. p. 113–121.

BELTRAMO, Silvia - Construction Methods and Models of Cistercian Abbeys in North- Western Italy between XII and XIII Century. Em KURRER, KARL-EUGEN; LORENZ, WERNER; WETZK, VOLKER (Eds.) - **Architecture**. Cottbus : NEUNPLUS1, 2009. p. 175–182.

BERLIOZ, Jacques (ED.) - **Monges e religiosos na Idade Média**. Lisboa : Terramar, 1996

BERNARD, Jean-François; BERNARDI, Philippe; ESPOSITO, Daniela (EDS.) - **II reimpiego in**

architettura : recupero, trasformazione e uso. Rome : École française de Rome, 2009

BERNARDI, Philippe - **Bâtir au Moyen Âge (XIIIe - milieu XVIe siècle)** [Em linha]. Paris : CNRS Éditions, 2011 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/19989>.

BERNARDI, Philippe; MIGNON, Jean-Marc - Évaluation et mesure des bâtiments. L'exemple de la Provence médiévale. **Histoire et mesure.** XVI:3-4 (2001) 309-343.

BERNARDI, Philippe; PIÑERO, Manuel - I cantieri edili: idea e realtà. Em BRAUNSTEIN, PHILIPPE; MOLÀ, LUCA (Eds.) - **Il Rinascimento Italiano e l'Europa. Volume III. Produzione e technique.** Treviso-Costabissara : Fondazione Cassamarca – Angelo Colla Editore, 2007. p. 511-531.

BESSA, Paula - Arquitectura românica e gótica no Minho. Em PEREIRA, VIRGÍNIA SOARES (Ed.) - **Arte no Minho** [Em linha]. Braga : Centro de Estudos Lusíadas / Universidade do Minho, 2011 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/35392>. p. 63-89.

BLANCO-ROTEA, Rebeca *et al.* - Evolución constructiva de Santa Eulalia de Bóveda (Lugo, Galicia). **Arqueología de la Arquitectura.** 0:6 (2009) 149-198.

BLANCO-ROTEA, Rebeca; RODRÍGUEZ, Sonia García - Lectura de alzados e estudo documental do mosteiro de San Pedro de Rocas, Esgos (Ourense). Em **Actuacións arqueolóxicas. Ano 2006.** Santiago de Compostela : Xunta de Galicia, 2006. p. 96-97.

BOATO, Anna; PITTALUGA, Daniela - Building archaeology: a non-destructive archaeology. Em **15th World Conference on non-destructive testing, Rome (Italy) - 15-21 October 2000. Proceedings** [Em linha]. Roma : AIPnD, 2000 Disponível em WWW:<URL:http://www.ndt.net/article/wcndt00/papers/idn365/idn365.htm>.

BONET CORREA, Antonio - Caracteres Generales de la Arquitectura clasicista y barroca durante el siglo XVII. Em **La arquitectura en Galicia durante el siglo XVII.** Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1984. p. 45-84.

BONILLA RODRÍGUEZ, Andrés - Proxecto básico e de execución Restauración do mosteiro de S. Lourenzo de Carboeiro, 2ª fase, Silleda (Pontevedra). Em **Actuacións arqueolóxicas. Ano 2006.** Santiago de Compostela : Xunta de Galicia, 2006. p. 89.

BONILLA RODRÍGUEZ, Andrés - Control arqueolóxico da restauración da basílica e adro norte, 3ª fase, do mosteiro de San Lourenzo, Silleda (Pontevedra). Em **Actuacións arqueolóxicas. Ano 2008.** Santiago

de Compostela : Xunta de Galicia, 2008. p. 89.

BONORA, Ferdinando - Nota su un'archeologia dell'edilizia. **Archeologia Medievale**. VI:1979) 171–182.

BOWES, Kim - Early Christian Archaeology : A State of the Field. **Religion Compass**. 4:2008) 575–619.

BRAUNSTEIN, Philippe; MOLÀ, Luca (EDS.) - **Il Rinascimento Italiano e l'Europa. Volume III. Produzione e technique**. Treviso-Costabissara : Fondazione Cassamarca – Angelo Colla Editore, 2007

BROGIOLO, Gian Pietro - **Archeologia dell'edilizia storica**. Como : Edizioni New Press, 1988

BROGIOLO, Gian Pietro - L'Archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquennio (1997-2001). **Arqueología de la Arquitectura**. 1:2002) 19–26.

BROGIOLO, Gian Pietro - Dall' Archeologia dell' architettura all' Archeologia della complessità. **Pyrenae**. 38:1 (2007) 7–38.

BROGIOLO, Gian Pietro - Introduzione. Em BROGIOLO, GIAN PIETRO (Ed.) - **Archeologia dell'architettura**. Firenze : Edizioni All'Insegna del Giglio s.a.s., 2011v. XV. p. 11–16.

BROGIOLO, Gian Pietro; CAGNANA, Aurora - **Archeologia dell'architettura – metodi e interpretazioni**. Firenze : All'Insegna del Giglio s.a.s., 2012

BRUZELIUS, Caroline - The architecture of the mendicant orders in the middle ages: An overview of recent literature. **Perspective (France)**. 2 (2012) 365–386.

CABALLERO ZOREDA, Luis - Monasterios Visigodos. Evidencias arqueológicas. **Codex Aquilanensis**. I (1987) 31–51.

CABALLERO ZOREDA, Luis - Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o «“lectura de paramentos.”” TT - A method for the stratigraphic analysis of historical constructions or «“face reading.””””»». **Informes de la construcción: revista de información técnica**. 46:435 (1995) 37–46.

CABALLERO ZOREDA, Luis - Arqueología de la Arquitectura: Conocimiento e intervención. Em **Estudos/Património**. 9. Lisboa : MC-IPPAR, 2006. p. 33–43.

CARANDINI, Andrea - Archeologia, Architectura, Storia dell'Arte. Em FRANCOVICH, RICCARDO; PARENTI, ROBERTO (Eds.) - **Archeologia e Restauro dei monumenti**. Firenze : All'Insegna del Giglio

s.a.s., 1988

CARVAIS, Robert *et al.* (EDS.) - **Nuts & Bolts of Construction History**. Paris : Picard, 2012

CERIONI, Cristiano; FALCONERI, Tommaso (EDS.) - **I Conventi Degli Ordini Mendicanti Nel Montefeltro Medievale. Archeologia, tecniche di costruzione e decorazione plastica**. Firenze : Firenze University Press, 2012

CERVERA VERA, Luis - La Arquitectura. Em SUREDA PONS, JUAN (Ed.) - **El siglo del Renacimiento en España**. Madrid : Ediciones Akal, S.A., 1998. p. 49–96.

CHAO ÁLVAREZ, Francisco Javier - Control arqueolóxico visual do baleirado da planta baixa da á sur do claustro da hospedaxe do mosteiro de Sobrado dos Monxes (A Coruña). Em **Actuacións arqueolóxicas. Ano 2006**. Santiago de Compostela : Xunta de Galicia, 2006. p. 81.

CHAUNU, Pierre - **O tempo das reformas (1250-1550). História religiosa e sistema de civilização I. A crise da cristandade**. Lisboa : Edições 70, 1993

COLLINS, Michael; PRICE, Matthew - **História do Cristianismo**. Londres : Dorling Kindersley Limited, 1999

CONDE, Manuel Sílvio Alves - **Construir, habitar - A casa medieval**. Braga : CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011

CONDE, Manuel Sílvio Alves - As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa. Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Os Construtores**. Braga : CITCEM e LAMOP, 2011. p. 75–98.

CONDE, Manuel Sílvio Alves - Usos da cortiça na construção corrente tardomedieval e quinhentista. Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Os Materiais**. Braga : CITCEM e LAMOP, 2012. p. 221–242.

COSTA, Avelino Jesus Da - **O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga**. 2ª ed. Braga : Irmandade da Porta Aberta, 1997

DAIX, Georges - **Dicionário dos Santos do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses**. Lisboa : Terramar, 2000

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - **Quando Os Monges Eram Uma Civilização... Beneditinos:**

espírito, alma e corpo. Santa Maria da Feira : CITCEM e Edições Afrontamento, 2011

DREWETT, Peter L. - **Field Archaeology: An Introduction.** London : UCL Press, 1999

DUBOIS, Jaques; GUILLOUËT, Jean-Marie; BOSSCHE, Benoît - **Les transferts artistiques dans l'Europe gothique.** Paris : Picard, 2014

DUCHET-SUCHAUX, Gaston; PASTOUREAU, Michel - **La Bible et les Saints: Guide Iconographique.** Paris : Flammarion, 1994. ISBN 2080117254 9782080117250.

EHRMAN, Bart D.; JACOBS, Andrew S. - **Christianity in Late Antiquity, 300-450 C.E.** New York : Oxford University Press, 2004. ISBN 9780195154603.

EVANS, Joan - **Monastic architecture in France: from the Renaissance to the Revolution.** New York : Hacker Art Books, Inc, 1981

FAURE, Francisco Monteiro - **Casa de Deus e de Homens uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades** [Em linha]. Porto : Universidade Fernando Pessoa, 2012 Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10284/3584>>.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira - Arqueologia Medieval em Portugal : 25 anos de investigação. **Portugalia.** 26:2005) 149–173.

FERREIRA, Maria Da Conceição Falcão - Habitação popular urbana, no Norte de Portugal medievo: Uma tipologia? Ou um modo de construir? **Cadernos do Noroeste. Cadernos interdisciplinares.** 15:2001) 381–432.

FERREIRA, Maria Da Conceição Falcão; DUARTE, Luís Miguel - La construction courante au Portugal à la fin du Moyen Âge et au début de l'Époque Modern. Em CAVACIOCCHI, SIMONETTA (Ed.) - **L'edilizia prima della Rivoluzione industriale. Secc. XIII -XVIII. Prato, 26 -30 Aprile 2004.** Firenze : Le Monnier, 2005

FERREIRA, Maria Da Conceição Falcão; GRENVILLE, Jane - Urban vernacular housing in Medieval Northern Portugal and the usefulness of typologies. Em BEATTIE, CORDELIA; MASLAKOVIC, ANNA; JONES, SARAH (Eds.) - **The Medieval Household in Christian Europe. C. 850-c. 1550.** Turnhout : Brepols Publishers, 2003. p. 359–389.

FONSECA, Teotónio Da - **O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado.** Barcelos : SCMB/CMB, 1987

FONTES, Luís Fernando De Oliveira - **A basílica sueva de Dume e o túmulo dito de São Martinho**. Braga : Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho, 2006

FONTES, Luís Fernando De Oliveira - A igreja sueva de São Martinho de Dume. Arquitectura cristã antiga de Braga e na Antiguidade tardia do Noroeste de Portugal. **Revista de História da Arte**. 6 (2008) 163–181.

FONTES, Luís Fernando De Oliveira - Mosteiro de Santo André de Rendufe (Rendufe, Amares) : análise de paramentos e evolução arquitectónica do edificado : estudo prévio. Em **Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias, nº6** [Em linha]. Braga : Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2010 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/10716>.

FONTES, Luís Fernando De Oliveira - Escavações Arqueológicas no Mosteiro de S. Martinho de Tibães - Campanha de Março a Dezembro de 1999. Em **Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias, nº 50** [Em linha]. Braga : Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2015 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/38952>.

FONTES, Luís Fernando De Oliveira - Escavações Arqueológicas no Mosteiro de S. Martinho de Tibães - Campanha de Março de 1998 a Dezembro de 1998 Claustro do Cemitério, Pátio do Jericó e Passal. Em **Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias, nº 51** [Em linha]. Braga : Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2015 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/38954>.

FONTES, Luís Fernando De Oliveira; BRAGA, Cristina; ANDRADE, Francisco - **Salvamento de Bracara Augusta. Convento de São Francisco, Real (Braga). Projeto de Adaptação a Pousada da Juventude** [Em linha]. Braga : Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2012 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/38184>.

FONTES, Luís Fernando De Oliveira; CATALÃO, Sofia - Mosteiro de Santo André de Rendufe (Amares) : escavações arqueológicas : campanha de 2002-2003. Em **Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias, nº19** [Em linha]. Braga : Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2011 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/16563>.

FONTES, Luís Fernando De Oliveira; MOREIRA, Ana; DUARTE, Anabela - Trabalhos arqueológicos no Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos): campanha de julho a dezembro de 2002. Em **Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias, nº 57** [Em linha]. Braga : Unidade de Arqueologia da

Universidade do Minho, 2016 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/43947>.

FOUCHER, Marion - **La pierre et les hommes en Bourgogne**. Bourgogne : Université de Bourgogne, 2014

FRANCO, José Eduardo (ED.) - **O Esplendor da Austeridade**. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2011

FRANCOVICH, Riccardo; BIANCHI, Giovanna - L ' archeologia dell ' elevato come archeologia. **Arqueología de la Arquitectura**. 1 (2002) 101–111.

FREIRE-TELLADO, Manuel J. - La bóveda plana de la sacristía del monasterio de San Lorenzo de Trasouto. Em HUERTA, SANTIAGO (Ed.) - **Actas del Cuarto Congreso Nacional de Historia de la Construcción**. Madrid : Instituto Juan de Herrera, 2005. p. 407–417.

FREIRE-TELLADO, Manuel J. - Bóvedas enrejadas por cruceros del Monasterio de San Martín Pinario: rasgos constructivos y estructurales. Em HUERTA, SANTIAGO; GIL CRESPO, IGNACIO JAVIER (Eds.) - **Actas del Undécimo Congreso Nacional de Historia de la Construcción**. Madrid : Institución Fernando el Católico - Excma, 2019. p. 425–435.

FREIRE-TELLADO, Manuel J.; TARRÍO CARRODEGUAS, Santiago B. - Enjarjes y plementos en las bóvedas pétreas gallegas. Em HUERTA, SANTIAGO; FUENTES, PAULA; GIL CRESPO, IGNACIO JAVIER (Eds.) - **Actas del Décimo Congreso Nacional y Segundo Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción**. Madrid : Instituto Juan de Herrera, 2015v. 2. p. 591–600.

FRISCH, Teresa Grace - **Gothic Art 1140-c. 1450: Sources and Documents**. Toronto : University of Toronto Press, 1987

GENIN, Soraya - **Voûtes à Nervures Manuéliques. Le Caractère Innovant de João de Castilho**. Leuven : Katholieke Universiteit Leuven, 2014

GENIN, Soraya - **Voûtes à Nervures Manuéliques. Le Caractère Innovant de João de Castilho**. Leuven : Katholieke Universiteit Leuven, 2014

GENIN, Soraya - As Abóbadas da Igreja Do Mosteiro de Vilar de Frades. Análise Histórica e Arquitetónica. Em MATEUS, JOÃO MASCARENHAS (Ed.) - **História da Construção em Portugal. Consolidação de uma disciplina**. Lisboa : By the Book, 2018. p. 43–58.

GILDAS, Marie - **Cisterciens** [Em linha], atual. 1908. [Consult. 17 set. 2017]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.newadvent.org/cathen/03780c.htm>.

GOMES, Rosa - A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas. **O arqueólogo português**. 2:V (2012) 13–75.

GOMES, Saúl António - **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV**. Coimbra : Inst. Arte Fac. Letras, 1990

GOMES, Saúl António - Les ouvriers du bâtiment à Batalha. Em **L'artisan dans la Péninsule Ibérique. N° 14**. Nice : Université de Nice Faculté des lettres et sciences humaines, 1993. p. 33–51.

GOMES, Saúl António - A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. Em AZEVEDO, CARLOS MOREIRA (Ed.) - **História Religiosa de Portugal**. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000v. I. p. 339–421.

GOMES, Saúl António - Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais. Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Os Materiais**. Braga : CITCEM e LAMOP, 2012. p. 167–192.

GOMES, Saúl António - A Construção Monástica no Portugal Medieval: Algumas Reflexões. Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Arquiteturas e Técnicas Construtivas**. Braga : CITCEM e LAMOP, 2013. p. 245–266.

GONÇALVES, Bernardino Da Conceição Duarte - **Mosteiro de S . Salvador de Paço de Sousa Contributo para a sua reabilitação arquitetónica Mosteiro de S . Salvador de Paço de Sousa Uma proposta de reconversão arquitetónica**. Porto : Universidade Lusófona do Porto, 2012

HARRIS, Edward C. - **Principles of archaeological stratigraphy** [Em linha]. 2º ed. Suffolk : Academic Press, 1989 Disponível em WWW:<URL:http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/0305440381900261>.

HOZ ONRUBIA, Jaime De - Orígenes del monacato cristiano y de su arquitectura. **AxA. Una revista de arte y arquitectura**. 1 (2010) 1–19.

HUDDLESTON, Gilbert - **Monasticism** [Em linha]. New York : Robert Appleton Company, 1911, atual. 1911. [Consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.newadvent.org/cathen/10459a.htm>.

HUERTA FERNÁNDEZ, Santiago - Historia de la construcción: la fundación de una disciplina. Em HUERTA,

SANTIAGO *et al.* (Eds.) - **Actas del Sexto Congreso Nacional de Historia de la Construcción**. Madrid : Instituto Juan de Herrera, 2010. p. 31–48.

HUERTA FERNÁNDEZ, Santiago; GIL CRESPO, Ignacio Javier - Construyendo la Historia de la Construcción. Em HUERTA, SANTIAGO; FUENTES, PAULA (Eds.) - **Actas del Noveno Congreso Nacional y Primer Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción**. Madrid : Instituto Juan de Herrera, 2015v. 1. p. 41–60.

JEFFERSON, David; HANNA, Seamus; MARTIN, Bill - **Identifying and Sourcing Stone for Historic Building Repair: an approach to determining and obtaining compatible replacement stone**. London : English Heritage, 2006

JOHNSTON, William - Christianity: Overview. Em Encyclopedia of Monasticism. New York : Routledge, 2015

KIRSCH, J. P. - **St. Benedict of Aniane** [Em linha]. New York : Robert Appleton Company, 1907, atual. 1907. [Consult. 14 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.newadvent.org/cathen/02467a.htm>>.

LADRA FERNÁNDEZ, Xosé Lois - Control arqueolóxico das remocións de terra na fachada principal do mosteiro de San Xiao de Samos, Samos (Lugo). Em **Actuacións arqueolóxicas. Ano 2008**. Santiago de Compostela : Xunta de Galicia, 2008. p. 98.

LADRA FERNÁNDEZ, Xosé Lois - Proxecto de control e seguimento arqueolóxico das obras de adecuación de locais para salas de exposición na planta baixa do mosteiro de Samos (Samos, Lugo). Em **Actuacións arqueolóxicas. Ano 2009**. Santiago de Compostela : Xunta de Galicia, 2009. p. 72–74.

LANCASTRE, Maria Do Carmo Henriques De - A Igreja de Vilar de Frades segundo as Memórias do Padre Jorge de São Paulo (1658). **Separata da Barcelos Revista**. II:2 (1991) 169–204.

LEAL, Augusto Soares De Azevedo Barbosa De Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto - Villar de Frades. Em **Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias**. Braga : Barbosa & Xavier Lda., 2006v. 11. p. 1219–1230.

LEBRUN, François; ARRIGNON, Jean-Pierre - A preponderância marítima da Inglaterra e o equilíbrio das potencias continentais (1740-1792). Em CARPENTIER, JEAN; LEBRUN, FRANÇOIS (Eds.) - **História da**

Europa. 3ª ed. Lisboa : Referência / Editorial Estampa, 2002. p. 247–260.

LINAGE CONDE, Antonio - El Monacato Visigótico, Hacia La Benedictinización. **Antigüedad y Cristianismo**. 3 (1986) 235–259.

LINDBERG, Carter - **História do Cristianismo**. Lisboa : Editorial Teorema, 2007

LOVEGROVE, Sofia - A Igreja do Mosteiro de Santa Maria das Júnias (Vila Real). Um estudo histórico-arquitectónico Sofia Lovegrove. **Medievalista**. 14 (2013) 1–28.

LUACES ANCA, Javier - Sondaxes arqueolóxicas do mosteiro de Oia (Pontevedra). Em **Actuacións arqueolóxicas. Ano 2006**. Santiago de Compostela : Xunta de Galicia, 2006. p. 78.

MAGANO, Fernando - A respeito, e em respeito da congregação de Vilar de Frades. **Studium Generale**. III:1 (1956) 5–50.

MAÑANA-BORRAZÁS, Patricia; RODRÍGUEZ PAZ, Anxo; BLANCO-ROTEA, Rebeca - Una experiencia en la aplicación del Láser Escáner 3D a los procesos de documentación y análisis del Patrimonio Construido: su aplicación a Santa Eulalia de Bóveda (Lugo) y San Fiz de Solovio (Santiago de Compostela). **Arqueología de la Arquitectura**. 5 (2008) 15.

MARIA, Francisco De Santa - **O Ceo Aberto na Terra**. Lisboa : Na Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697

MARKUS, Robert - From Rome to barbarian Kingdoms (300-700). Em MCMANNERS, JOHN (Ed.) - **The Oxford illustrated history of CHristianity**. New York : Oxford University Press, 1992. p. 62–88.

MARQUES, José - O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV. **Bracara Augusta**. 35 (1981) 81–170.

MARQUES, José - **A Arquidiocese de Braga no século XV**. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988

MARQUES, José - Braga, Aquidiocese de. Em AZEVEDO, CARLOS MOREIRA (Ed.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa : Circulo de Leitores, 2000v. I. p. 221–252.

MARQUES, Maria; AMARAL, Luís (EDS.) - **De Cister a Portugal: o tempo e o(s) modo(s)**. Livro do XI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. S. Cristóvão de Lafões : Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2016

MARTINS, Ana - **As arquitecturas de cister em Portugal : a actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território** [Em linha]. Covilhã : Universidade da Beira Interior, 2011 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10400.6/693>.

MATEUS, João Mascarenhas - A Concepção Geométrica e o Dimensionamento de Edifícios em Alvenaria. Em **Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias. A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos**. Lisboa : Livros Horizonte, 2012. p. 71–156.

MATEUS, João Mascarenhas - A questão da tradição. História da construção e preservação do património arquitetónico. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**. 4:1 (2016) 32.

MATEUS, João Mascarenhas - A História da Construção em Portugal. Entre o Singular e o Universal. Em MATEUS, JOÃO MASCARENHAS (Ed.) - **História da Construção em Portugal. Consolidação de uma disciplina**. Lisboa : By the Book, 2018. p. 13–28.

MATTOSO, José - Beneditinos. I. Idade Média. Em AZEVEDO, CARLOS MOREIRA (Ed.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa : Circulo de Leitores, 2000v. I. p. 202–205.

MATTOSO, José - Monaquismo. Em AZEVEDO, CARLOS MOREIRA (Ed.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa : Circulo de Leitores, 2000v. III. p. 255–258.

MATTOSO, José - Espiritualidade. I. Época Medieval. Em AZEVEDO, CARLOS MOREIRA (Ed.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa : Círculo de Leitores, 2001v. 1. p. 181–186.

MATTOSO, José - A cultura monástica em Portugal (875-1200). Em **Obras Completas. Religião e cultura na Idade Média**. Lisboa : Circulo de Leitores, 2002v. 9. p. 209–232.

MAURÍCIO, Rui - **O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): Urbanismo e Arquitectura**. Leiria : Magno Edições, 2000

MAURÍCIO, Rui - **O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): Urbanismo e Arquitectura**. Leiria : Magno Edições, 2000

MAYEUR, Jean-Marie *et al.* - **Histoire Du Christianisme T.7 ; De La Réforme À La Réformation (1450-1530)**. Paris : Desclée/Fayard, 1994

MOREIRA, Rafael - Arquitectura: Renascimento e classicismo. Em PEREIRA, PAULO (Ed.) - **História da Arte Portuguesa**. Lisboa : Círculo de Leitores, 1995v. II.

- MORENO NÚÑEZ, José Ignacio - El monacato hispanovisigodo. **Historia**. 16:70 (1982) 80–86.
- MORRIS, Colin - Christian Civilization (1050-1440). Em MCMANNERS, JOHN (Ed.) - **The Oxford illustrated history of Christianity**. New York : Oxford University Press, 1992. p. 196–232.
- OLIVEIRA, Miguel De - **História Eclesiástica de Portugal**. Mem Martins : Publicações Europa-América, 1994
- PALLADIO, Andrea - **The Architecture of A. Palladio; In Four Books**. New York : Dover Publications, 2013
- PARENTI, Roberto - Dalla stratigrafia all'archeologia dell'architettura. Alcune recenti esperienze del laboratorio senese. **Arqueología de la Arquitectura**. 1:2002) 73–82.
- PAYNE, Alina A. - Architectural History and the History of Art: A Suspended Dialogue. **The Journal of the Society of Architectural Historians**. 58:3 (1999) 292–299.
- PEREIRA, António - Wood and building construction in the convent of Vilar de Frades (Barcelos, Portugal): The beam systems of the 16th century. **Estudos do Quaternario**. 2017:16 (2017).
- PEREIRA, António; RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco - A evolução construtiva da igreja do convento de Vilar de Frades. Abordagem preliminar do corpo seiscentista. Em PÓVOAS, RUI FERNANDES; MATEUS, JOÃO MASCARENHAS (Eds.) - **2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira – ‘Culturas Partilhadas’**. Porto : faculdade de Arquitectura da Univerisdade do Porto, 2016. p. 128–142.
- PEREIRA, Paulo - Portucale. Em **Arte Portuguesa - história essencial**. Lisboa : Temas e Debates, 2014. p. 207–282.
- PEREIRA, Paulo - Terramoto. Em **A Arte portuguesa - História Essencial**. Lisboa : Temas e Debates, 2014. p. 711–752.
- PEREZ DE URBEL, Justo - **Los Monjes Españoles en la Edad Média**. Segunda Ed ed. Madrid : Ediciones Ancla, 1934
- PIEROTTI, Piero; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio - Archeologia dell'architettura e storia dell'architettura: due discipline a confronto. Em **2. Congresso nazionale di archeologia medievale**. Firenze : All'Insegna del Giglio, 2000. p. 377–380.
- PINA, Maria Isabel Castro - **Os Loios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos**

Cónegos Seculares de São João Evangelista [Em linha]. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 2011 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10362/6635>.

PINTO, Marcelo Mendes - **Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro : arqueologia**. Felgueiras : Câmara Municipal de Felgueiras, 2011

PORTALEGRE, Paulo De - **Novo Memorial do Estado Apostólico**. Lisboa : Roma Editora, 2007

PORTO, Carmen Manso - El Monasterio de Santa María la Real de Oia. Estudio Histórico-Artístico*. **Cuadernos de Estudios Gallegos**. XLIX:115 (2002) 251–306.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio - La construcción de los territorios y los paisajes feudales. Em QUIRÓS CASTILLO, JUAN ANTONIO; BENGOETXEA REMENTERÍA, BELÉN (Eds.) - **Arqueología III. Arqueología Medieval y posmedieval**. Madrid : Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2010. p. 289–370.

RAMOS, Luís António De Oliveira - Uma Arcatura Historiada de Vilar de Frades. **Lucerna**. IV:1965) 298–311.

RAMOS, Maria Teresa De Oliveira - A Igreja Manuelina de Vilar de Frades (do arquitecto, dos cronistas e do monumento). **Revista de Ciências Históricas**. V:1990).

RAPP, Francis - **L'Église et la vie religieuse en Occident a la fin du Moyen Age**. Paris : [s.n.]

REAL, Manuel Luís - **Convento da Costa: história e arqueologia**. Guimarães : Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Museu Alberto Sampaio, 1980

REAL, Manuel Luís - Encomendadores e construtores num projecto de integração cultural e inovação estilística - o caso das parcerias na oficina românica de S. Pedro de Ferreira (Portugal). Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Os Construtores**. Braga : CITCEM, 2011. ISBN 9789899755802. p. 151–172.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul - **Archaeology : Theories, Methods and Practice**. London : Thames & Hudson, 2000

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco - **Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana** [Em linha]. Braga : Universidade do Minho, 2008 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/8113>.

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa (EDS.) - **História da Construção - Os**

construtores. Braga : CITCEM e LAMOP, 2011

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI). Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Os Construtores.** Braga : CITCEM e LAMOP, 2011. p. 99–128.

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa (EDS.) - **História da Construção - Os materiais.** Braga : CITCEM e LAMOP, 2012

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Os Materiais** [Em linha]. Braga : CITCEM e LAMOP, 2012 Disponível em WWW:<URL:http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/21351>. p. 127–166.

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - A Mobilidade dos artistas biscainhos nas construções medievais portuguesas: estudo preliminar. Em **I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: População** [Em linha]. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 2012 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/26910>. ISBN 9789898474179

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa (EDS.) - **História da construção - Arquitetura e técnicas construtivas.** Braga : CITCEM e LAMOP, 2013

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - O Processo Construtivo dos Paços Régios Medievais Portugueses no Séculos XV-XVI: O Paço Real de Sintra. Em RIBEIRO, MARIA DO CARMO FRANCO; MELO, ARNALDO SOUSA (Eds.) - **História da Construção - Arquiteturas e Técnicas Construtivas.** Braga : CITCEM e LAMOP, 2013. p. 213–244.

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - La mobilité des artistes et des artisans de la construction dans les chantiers portugais au Moyen Âge: apports pour l'étude des Biscaïens. Em **Transferts artistiques, transferts techniques dans l'Europe gothique.** Paris : Éditions Picard, 2014. p. 209–224.

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - Late-medieval construction site management at the Monastery of Jerónimos in Lisbon. **Construction History. International Journal of the Construction History Society.** 30:I (2015) 23–37.

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - L'organisation d'un chantier de construction

exceptionnel: le Monastère des Jerónimos à Lisbonne, au début du XVI^e siècle. Em FLEURY, FRANÇOIS *et al.* (Eds.) - **Les temps de la construction. Processus, acteurs, matériaux**. Paris : Éditions Picard, 2016

RIBEIRO, Maria Do Carmo Franco; MELO, Arnaldo Sousa - O Estudo da Construção na Idade Média em Portugal. Metodologias e Perspetivas de Investigação. Em MATEUS, JOÃO MASCARENHAS (Ed.) - **História da Construção em Portugal. Consolidação de uma disciplina**. Lisboa : By the Book, 2018. p. 29–41.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira Da - O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: Uma interpretação do espaço. **Revista da Faculdade de Letras**. V–VI: Ciências e Técnica do Património (2007) 527–548.

RODRIGUES, Ana - A circulação de formas, modelos, teorias e proporções pela via da tratadística: as experiências efetuadas nos claustros portugueses do Renascimento. Em FARRÉ TORRAS, BEGOÑA (Ed.) - **Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França Sessões Simultâneas (2.^a edição revista e aumentada)**. Lisboa : APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2014. p. 359–370.

RODRIGUES, Jorge - A arquitectura românica (século XI-XIII). Em PEREIRA, PAULO (Ed.) - **História da Arte Portuguesa**. Lisboa : Circulo de Leitores, 1995. ISBN 972421143v. I. p. 180–331.

RODRÍGUEZ DE CEBALLOS, Alfonso; TOVAR MARTÍN, Virginia - Arquitectura. Em **Los siglos del Barroco**. Madrid : Ediciones Akal, S.A., 1997

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - As obras seiscentistas no Mosteiro de S. Salvador de Ganfei. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. VIII:2^a Série (1991) 319–326.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - **Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)** [Em linha]. Porto : Universidade do Porto, 1995 Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10216/25664>>.

SÁNCHEZ-PARDO, José Carlos; BLANCO-ROTEA, Rebeca; SANJURJO-SÁNCHEZ, Jorge - Tres arquitecturas altomedievales orensanas: Santa Eufemia de Ambía, San Xés de Francelos y San Martiño de Pazó. **Arqueologia de la Arquitectura**. 14 (2017) 1–37.

SANJURJO-SÁNCHEZ, Jorge; BLANCO-ROTEA, Rebeca; SÁNCHEZ-PARDO, José Carlos - An Interdisciplinary Study of Early Mediaeval Churches in North-Western Spain (Galicia). **Heritage**. 2:1

(2019) 599–610.

SANTOS, Zulmira C. - A Produção Historiográfica Portuguesa Sobre a História Religiosa Na Época Moderna : Questões E Perspectivas. **Lusitania Sacra**. 21 (2009) 249–261.

SEGAL, Edward A. - The Plan of St. Gall and the Monastic Reform Councils of 816 and 817. **Cuyahoga Review**. 1:1 (1983) 57–71.

SILVA, José Custódio Vieira Da - **Paços medievais portugueses**. Lisboa : Ministério da Cultura/IPPAR, 2002

SILVA, Ricardo Jorge Nunes Da - **Abóbadas Tardo-medievais em Portugal: Tipologias e Conceção**. Lisboa : Universidade de Lisboa, 2005

SILVA, Ricardo Jorge Nunes Da - Mobilidade artística e transferência de conhecimentos na arquitetura tardo-gótica e os seus reflexos em Portugal no século XV e nas primeiras décadas do século XVI. **O Fascínio do Gótico. Um tributo a José Custódio Vieira da Silva**. 2016) 163–184.

SILVA, Ricardo Jorge Nunes Da - Entre os dois lados da fronteira: a presença de João de Castilho na obra do Hospital Real de Santiago de Compostela (1513). Em ALONSO RUIZ, BEGOÑA; RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, JUAN CLEMENTE (Eds.) - **1514. Arquitectos Tardogóticos en la Encrucijada**. Sevilla : Editorial Universidad de Sevilla, 2016. p. 121–136.

SILVA, Ricardo Jorge Nunes Da - **O Paradigma da Arquitetura em Portugal da Idade Moderna. Entre o Tardo-Gótico e o Renascimento: João de Castilho “O Mestre que Amanhece e Anoitece na Obra”** [Em linha]. [S.l.] : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018 Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10451/33051>>.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos E - Idade Média (Séculos XI-XV). Em **História de Portugal**. 1ª ed. Lisboa : A Esfera dos Livros, 2009. p. 75–97.

STROOBANTS, Marcel - **Dix mille saints. Dictionnaire hagiographique**

TOMÁS, Frei Leão De São - Do grande numero, & Santidade dos Monges Dumienses. Em **Benedictina Lusitana. Introdução e notas críticas de José Mattoso** [Em linha]. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974 Disponível em WWW:<URL:<https://archive.org/details/benedictinalusit01leao>>. p. 358–360.

UTRERO AGUDO, Maria De Los Ángeles - Las bóvedas altomedievales en la Península Ibérica. Em

GRACIANI, A. *et al.* (Eds.) - **Actas del Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción, Sevilla, 26-28 octubre 2000**. Madrid : Instituto Juan de Herrera, 2000. p. 1095–1104.

VALLE PÉREZ, José Carlos - Notas sobre la arquitectura románica de la provincia de Pontevedra. Em Enciclopedia del románico en Pontevedra [Em linha] Disponível em WWW:<URL:[http://www.romanicodigital.com/detalle-Pdf.aspx?archivo=2- Notas sobre la arquitectura románica en la provincia de Pontevedra&localidad=PONTEVEDRA](http://www.romanicodigital.com/detalle-Pdf.aspx?archivo=2-Notas%20sobre%20la%20arquitectura%20rom%C3%A1nica%20en%20la%20provincia%20de%20Pontevedra&localidad=PONTEVEDRA)>.

VEILLEUX, Armand - The evolution of the religious life in its historical and spiritual context. Em **Per una presenza viva dei religiosi nella chiesa e nel mondo** [Em linha]. Torino : ELLE DI CI, 1970 Disponível em WWW:<URL:<http://www.scourmont.be/Armand/writings/evolution-eng.htm>>.

VINHAS, Joaquim - **A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento**. Barcelos : Junta de Freguesia de Areias de Vilar, 1998

WATSON, Percy - **La construcción de las catedrales medievales**. Madrid : Ediciones Akal, 2015

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón - Reflexiones sobre el arte románico de galicia y portugal. Em **O Camiño Português**. A Coruña : Universidad de A Coruña, 1998. p. 43–76.